

2025

**RELATÓRIO  
E CONTAS  
INDIVIDUAIS**





## **RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS**

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

António Domingos da Silva Tiago

VICE-PRESIDENTE

Emília de Fátima Moreira dos Santos

VEREADOR

Mário Nuno Alves de Sousa Neves

VEREADORA

Marta Moreira de Sá Peneda

VEREADOR

Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

VEREADORA

Susana Maria Pereira Junqueira Pacheco Neto

VEREADOR

Paulo Sérgio Fernandes da Rocha

VEREADORA

Adelina Fernanda Magalhães Rodrigues

VEREADORA

Helena Alexandra Guimarães Ferreira

VEREADOR

João José de Magalhães Torres

VEREADOR

André Pedro de Almeida



## MENSAGEM DO PRESIDENTE

Ao apresentarmos o Relatório e Contas do ano de 2025, evidenciamos a atividade e a ação que a Câmara Municipal desenvolveu nesse ano, sendo este um documento que vem permitir o escrutínio e a avaliação pública quanto ao grau de cumprimento da incumbência que recebemos para gerir a “coisa pública” no nosso Município.

Foi o ano de fecho do mandato iniciado em 2021, um período de tempo rico e profícuo em realizações no cumprimento de um programa muito detalhado que teve em vista, e muito concisamente, contribuir para que cada vez tenhamos mais famílias felizes, jovens com mais oportunidades e empresas que crescem em condições e ecossistemas saudáveis.

Temos tido sucesso, muito sucesso até, no objetivo de uma Maia que cuida, que inova, que cresce e que inspira.

Segundo o “Happy City Index 2026”, um estudo internacional recentemente publicado que avalia 64 indicadores tais como ambiente, inclusão, educação ou saúde e bem-estar, a Maia obteve a primeira posição em Portugal e a 69ª posição do ranking.

São estes os resultados de toda uma ação que, com muito empenho, pertinácia e sentido de futuro, temos vindo, afincadamente, a desenvolver por todo o Município.

E daí, talvez, e como prova de que assim é, o reconhecimento que a Comunidade Maiata expressou nas eleições autárquicas desse ano.

Foi um ano em que, e para além de tudo o mais, empreendemos um grande esforço por forma a não perdermos as oportunidades e consumir os exigentes compromissos assumidos em sede de “PRR” e “Portugal 2030”, nomeadamente quanto a empreendimentos nas áreas da Saúde, do Ensino e nas inúmeras edificações de Habitação Social, isto para além dos decisivos apoios que demos a IPSS e entidades do sector social para levarem a efeito equipamentos de grande dimensão tais como Creches e ERPI.

Ano a ano, e todos os anos, temos vindo a reforçar os nossos Ativos, sendo que no final deste exercício o Património Líquido se situa nos 509,5 milhões de euros – um aumento de 5,7% – o que resulta de uma muito saudável estrutura de despesa municipal em que o investimento global, no exercício, ao atingir 58,5 milhões de euros, significa 40 % do total da despesa, o que é extremamente virtuoso. Por outro lado, a dívida de natureza orçamental



situa-se nuns parcos 2,5 milhões de euros – decresceu em 31,3% – o que, ao não gerar encargos financeiros significativos, liberta meios para o investimento.

O nosso compromisso com a Maia é total.

Só sabemos estar e agir assim.

António Domingos da Silva Tiago

Maia, 14 de abril de 2026

*As demonstrações financeiras e as demonstrações orçamentais foram autorizadas para emissão pelo órgão executivo, por deliberação de 16 de abril de 2026, e serão submetidas ao órgão deliberativo.*



**INDICE**

<b>PARTE I - RELATÓRIO DE GESTÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 CONTEXTO ORGANIZACIONAL .....	13
1.1.1 VISÃO E MISSÃO .....	14
1.1.1.1 VISÃO .....	14
1.1.1.2 MISSÃO .....	14
1.1.2 GOVERNANÇA – ESTRUTURA LEGISLATIVA E REGULADORA.....	14
1.1.3 ORGANOGRAMA E ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS.....	15
1.1.3.1 ORGANOGRAMA.....	15
1.1.3.2 ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS .....	17
1.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E RISCOS.....	22
1.2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	22
1.2.1.1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO .....	22
1.2.1.2 PRINCIPAIS INDICADORES .....	23
1.2.1.2.1 POPULAÇÃO.....	23
1.2.1.2.2 ECONOMIA .....	25
1.2.1.2.3 SEGURANÇA.....	28
1.2.1.2.4 MOBILIDADE E TRANSPORTES.....	29
1.2.1.2.5 SAÚDE.....	30
1.2.1.2.6 EDUCAÇÃO .....	31
1.2.1.2.7 DESENVOLVIMENTO SOCIAL .....	32
1.2.1.2.8 CULTURA E TURISMO .....	33
1.2.1.2.9 LAZER E DESPORTO.....	34
1.2.1.2.10 AMBIENTE.....	35
1.2.1.2.11 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS.....	37
1.2.1.2.11.1 POSICIONAMENTO FINANCEIRO .....	37
1.2.1.2.11.2 PRINCIPAIS INICIATIVAS DO MUNICÍPIO.....	38
1.2.1.3 DISTINÇÕES MUNICIPAIS.....	39
1.2.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	41
1.2.3 RISCOS.....	42
1.2.3.1 RISCOS AMBIENTAIS.....	44
1.2.3.2 RISCOS SOCIAIS .....	46
1.2.3.3 RISCOS FINANCEIROS .....	48
1.2.3.4 RISCOS DE COMPLIANCE.....	49
1.2.3.5 CYBER RISCOS .....	51



1.3	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	52
1.3.1	ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	53
1.3.1.1	ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO .....	56
1.3.2	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	67
1.3.2.1	PERMUTATIVAS E MODIFICATIVAS.....	61
1.3.2.1.1	ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA .....	62
1.3.2.1.2	ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA .....	72
1.3.3	DESEMPENHO ORÇAMENTAL.....	76
1.3.3.1	ANÁLISE GLOBAL DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL .....	77
1.3.3.2	PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL .....	79
1.3.3.3	FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO .....	83
1.3.3.4	OPERAÇÕES DE TESOURARIA .....	87
1.3.4	CONTAS DE ORDEM.....	89
1.3.5	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA .....	93
1.3.5.1	ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA .....	95
1.3.5.1.1	RECEITAS PRÓPRIAS.....	102
1.3.5.1.1.1	IMPOSTOS DIRETOS.....	104
1.3.5.1.1.2	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES .....	106
1.3.5.1.1.3	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES .....	107
1.3.5.1.2	TRANSFERÊNCIAS .....	109
1.3.5.1.2.1	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES .....	111
1.3.5.1.2.2	TRANSFERÊNCIAS CAPITAL .....	117
1.3.5.1.2.3	FUNDOS MUNICIPAIS .....	119
1.3.5.1.2.4	RESUMO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CONTRATOS PROGRAMA E PROJETOS COFINANCIADOS.....	122
1.3.5.2	PASSIVOS FINANCEIROS.....	131
1.3.6	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	133
1.3.6.1	ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA.....	135
1.3.6.2	DESPESAS DE FUNCIONAMENTO.....	142
1.3.6.2.1	DESPESAS COM PESSOAL .....	144
1.3.6.2.1.1	LIMITAÇÕES ÀS DESPESAS COM PESSOAL .....	150
1.3.6.2.1.2	ESTRUTURA ORGÂNICA.....	151
1.3.6.2.1.3	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARES.....	152
1.3.6.2.2	DESPESAS COM AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS .....	153
1.3.6.2.2.1	Aquisição de bens.....	153
1.3.6.2.2.2	Aquisição de Serviços por Económica .....	156



1.3.6.2.2.3	Aquisição de Serviços por Orgânica .....	160
1.3.6.3	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS .....	162
1.3.6.4	INVESTIMENTO GLOBAL .....	168
1.3.6.4.1	INVESTIMENTO DIRETO.....	170
1.3.6.4.2	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	184
1.3.6.4.3	ATIVOS FINANCEIROS .....	188
1.3.6.5	GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	188
1.3.6.5.1	FUNÇÕES GERAIS.....	192
1.3.6.5.2	FUNÇÕES SOCIAIS.....	196
1.3.6.5.3	FUNÇÕES ECONÓMICAS.....	204
1.3.6.5.4	OUTRAS FUNÇÕES .....	208
1.4	ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO .....	209
1.4.1	<i>ENQUADRAMENTO</i> .....	210
1.4.2	<i>ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU</i> .....	211
1.4.2.1	DÍVIDA TOTAL.....	211
1.4.2.2	DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO.....	215
1.4.2.2.1	SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO.....	219
1.4.2.2.2	COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA.....	224
1.4.2.3	DÍVIDA DE CURTO PRAZO.....	226
1.4.3	<i>ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU</i> .....	229
1.4.3.1	LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL.....	230
1.4.3.2	ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS.....	231
1.4.3.3	APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL.....	235
1.5	INDICADORES ORÇAMENTAIS .....	243
1.6	ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	245
1.6.1	<i>BALANÇO</i> .....	247
1.6.1.1	ATIVO.....	251
1.6.1.2	PASSIVO .....	258
1.6.1.3	PATRIMÓNIO LÍQUIDO .....	264
1.6.2	<i>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS</i> .....	267
1.6.3	<i>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</i> .....	286
1.6.4	<i>PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS LÍQUIDOS</i> .....	289
1.7	INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS .....	292
1.8	INFORMAÇÃO DE CUSTOS (CONTABILIDADE DE GESTÃO).....	294
1.8.1	<i>FUNÇÕES GERAIS</i> .....	301



1.8.2	<i>FUNÇÕES SOCIAIS</i> .....	302
1.8.2.1	EDUCAÇÃO .....	305
1.8.2.2	SAÚDE.....	308
1.8.2.3	AÇÃO SOCIAL.....	309
1.8.2.4	HABITAÇÃO.....	312
1.8.2.5	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.....	315
1.8.2.6	CULTURA.....	318
1.8.2.7	DESPORTO .....	321
1.8.3	<i>FUNÇÕES ECONÓMICAS</i> .....	324
1.8.4	<i>OUTRAS FUNÇÕES</i> .....	327
<b>PARTE II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>		<b>328</b>
2.1	BALANÇO .....	329
2.2	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA .....	330
2.3	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO.....	331
2.4	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA .....	332
2.5	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	333
2.5.1	<i>NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO</i> .....	336
2.5.2	<i>NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS</i> .....	342
2.5.3	<i>NOTA 3 – ATIVOS INTANGÍVEIS</i> .....	363
2.5.4	<i>NOTA 4 – CONTRATOS DE CONCESSÃO</i> .....	365
2.5.5	<i>NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</i> .....	367
2.5.6	<i>NOTA 6 – LOCAÇÕES</i> .....	375
2.5.7	<i>NOTA 7 – CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS</i> .....	377
2.5.8	<i>NOTA 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO</i> .....	381
2.5.9	<i>NOTA 9 – IMPARIDADE DE ATIVOS</i> .....	382
2.5.10	<i>NOTA 10 – INVENTÁRIOS</i> .....	383
2.5.11	<i>NOTA 11 – AGRICULTURA – NÃO APLICÁVEL</i> .....	383
2.5.12	<i>NOTA 12 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÕES – NÃO APLICÁVEL</i> .....	383
2.5.13	<i>NOTA 13 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO</i> .....	383
2.5.14	<i>NOTA 14 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO</i> .....	385
2.5.15	<i>NOTA 15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES</i> 387	



2.5.16	NOTA 16 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXA DE CÂMBIO – NÃO APLICÁVEL	388
2.5.17	NOTA 17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO	388
2.5.18	NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	389
2.5.19	NOTA 19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	392
2.5.20	NOTA 20 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS	392
2.5.21	NOTA 21 – RELATO POR SEGMENTOS	394
2.5.22	NOTA 22 – INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES	395
2.5.23	NOTA 23 – OUTRAS DIVULGAÇÕES– NÃO	395
<b>PARTE III – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS</b>		<b>396</b>
3.1	DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL	399
3.2	DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	399
3.3	DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	399
3.4	DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PPI	399
3.5	DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PAM	399
3.6	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS (VOLUME AUTONOMO)	401
3.6.1	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA	403
3.6.2	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA	403
3.6.3	ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO (PPI)	403
3.6.4	ALTERAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES MAIS RELEVANTES (PAM)	403
3.6.5	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	403
3.6.6	CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA	403
3.6.6.1	SITUAÇÃO DOS CONTRATOS	403
3.6.6.2	ADJUDICAÇÃO POR TIPO DE PROCEDIMENTO	403
3.6.7	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS	404
3.6.7.1	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – DESPESA	404
3.6.7.2	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – RECEITA	404
3.6.8	OUTRAS DIVULGAÇÕES	404
3.6.8.1	DÍVIDA A TERCEIROS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS	404
3.6.8.2	RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA	404
3.6.8.3	SÍNTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS	404
3.6.8.4	MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO	404
3.6.8.4.1	MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO DE NATUREZA ATIVA	404
3.6.8.4.2	MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO DE NATUREZA PASSIVA	404



3.6.8.5 DECLARAÇÕES EXIGIDAS PELO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO  
(LCPA) 405

3.6.8.5.1 DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.....405

3.6.8.5.2 DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO.....405

3.6.8.5.3 DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO.....405

**PARTE IV – CERTIFICAÇÃO LEGAL ÀS CONTAS.....407**

2025

**RELATÓRIO  
E CONTAS  
INDIVIDUAIS**







# CONTEXTO ORGANIZACIONAL



## CONTEXTO ORGANIZACIONAL

### 1.1.1 VISÃO E MISSÃO

#### 1.1.1.1 VISÃO

**Município Inteligente**, estimulante e inspirador, focado no caminho do progresso e desenvolvimento, capaz de assegurar confiança no futuro.

**Smart city de referência na Europa**, no uso de tecnologias digitais destinadas a promover a mobilidade urbana, a eficiência energética, o acesso à informação, a qualidade dos serviços públicos e privados, e a criação de negócios intensivos em conhecimento.

**Cidade Amiga**, equilibrada e responsável, solidária e inclusiva e feliz, onde todos contam e são importantes num território que existe para ser vivido.

#### 1.1.1.2 MISSÃO

Promover a qualidade de vida dos maiatos, criando oportunidades geradoras de riqueza, fomentando a solidariedade e inclusão social e garantindo a sustentabilidade ambiental.

### 1.1.2 GOVERNANÇA – ESTRUTURA LEGISLATIVA E REGULADORA

O Município da Maia é uma autarquia local, com autonomia administrativa e financeira, e património próprio, cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas, pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.

No âmbito das suas atribuições e competências, o Município da Maia planeia, organiza e executa políticas municipais, designadamente nas áreas de: equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente, salubridade e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento de território e urbanismo, polícia municipal e cooperação externa.



O modelo de governação do Município da Maia assenta nos seguintes pelouros:

- Comunicação
- Administração, Finanças e Património
- Gestão Urbana
- Desporto
- Desenvolvimento e Inovação
- Captação de Investimento.
- Educação e Ciência
- Saúde
- Habitação, Desenvolvimento Social e Bem-Estar
- Recursos Humanos
- Planeamento Territorial, Mobilidade e Transportes
- Proteção Civil e Polícia Municipal
- Auditoria Interna e Eficiência Administrativa
- Cultura
- Economia
- Relações Internacionais
- Assuntos Jurídicos.
- Relações com o Munícipe e Cidadania
- Ambiente
- Juventude
- Dinamização Local e Marketing Territorial
- Relações Públicas e Protocolo.

### **1.1.3 ORGANOGRAMA E ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS**

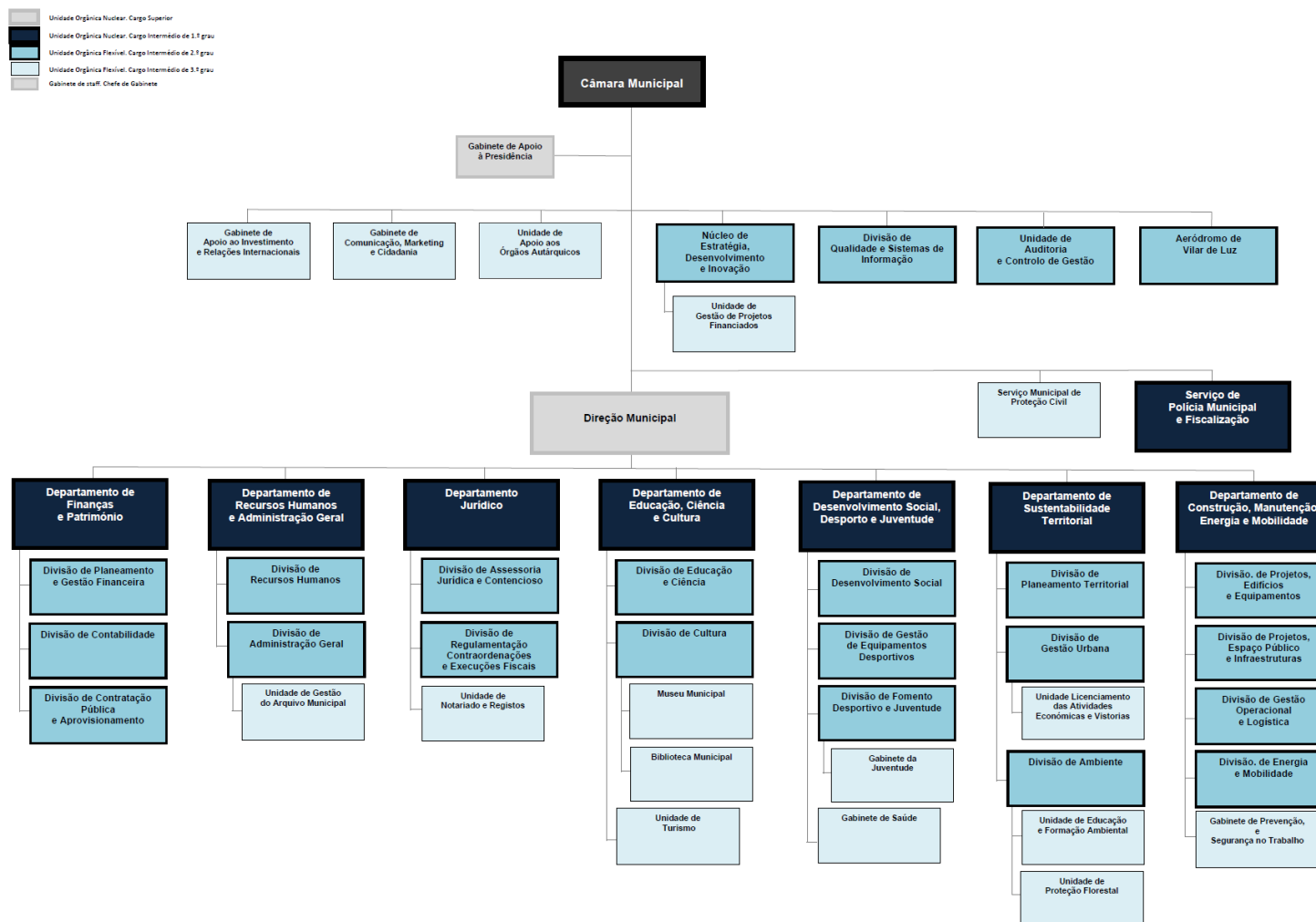
#### **1.1.3.1 ORGANOGRAMA**





# 2025 RELATÓRIO E CONTAS

Estrutura Orgânica do Município da Maia





### 1.1.3.2 ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS

No presente capítulo é apresentada uma caracterização sucinta dos recursos humanos do Município da Maia, de acordo com os dados recolhidos a 31 de dezembro de 2025.

Segundo a modalidade de vínculo, prevalece, maioritariamente, o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. O quadro seguinte apresenta o número de trabalhadores segundo o vínculo com o Município

Quadro 1

DISTRIBUIÇÃO POR MODALIDADE DE VÍNCULO	
ANO DE 2025	N.º
Comissão de serviço (Dirigentes, Chefes de Equipa/Projeto)	46
Comissão de serviço (Pessoal de apoio aos órgãos autárquicos)	12
Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	1302
Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo	170
<b>Total</b>	<b>1530</b>

Embora não sejam considerados recursos humanos do Município, na medida em que não existe subordinação jurídico-laboral, nem se encontram integrados em carreiras ou no mapa de pessoal, prestam serviços nas modalidades de avença e tarefa 3 pessoas processadas pelos Recursos Humanos, são *acolhidas* 73 pessoas ao abrigo das medidas contrato emprego-inserção, do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

De acordo com as normas estabelecidas pela Direção-Geral das Autarquias Locais, encontram-se excluídos do quadro anterior 50 trabalhadores com ausência contínua superior a seis meses, por motivo de doença.

Os trabalhadores vinculados por contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo são, na sua maioria, técnicos das atividades de enriquecimento curricular, que, ainda assim, mantém uma certa regularidade quantitativa entre setembro e junho do ano seguinte, período correspondente ao ano letivo.

No âmbito da transferência de competências na área da educação e da saúde, no exercício de 2025 foram integrados no mapa de pessoal 23 trabalhadores do grupo de pessoal não docente, sendo que a 31 de dezembro apenas 15 exerciam funções no Município, vinculados por contratos de trabalho em funções públicas nas modalidades de termo resolutivo incerto.



O mapa de pessoal do Município da Maia é constituído por trabalhadores integrados maioritariamente nas carreiras gerais da administração pública, contando com um reduzido número em carreiras subsistentes e não revistas, designadamente, da carreira de informática, polícia municipal e fiscal municipal, e outras devido à integração do pessoal não docente, ainda que em número meramente residual.

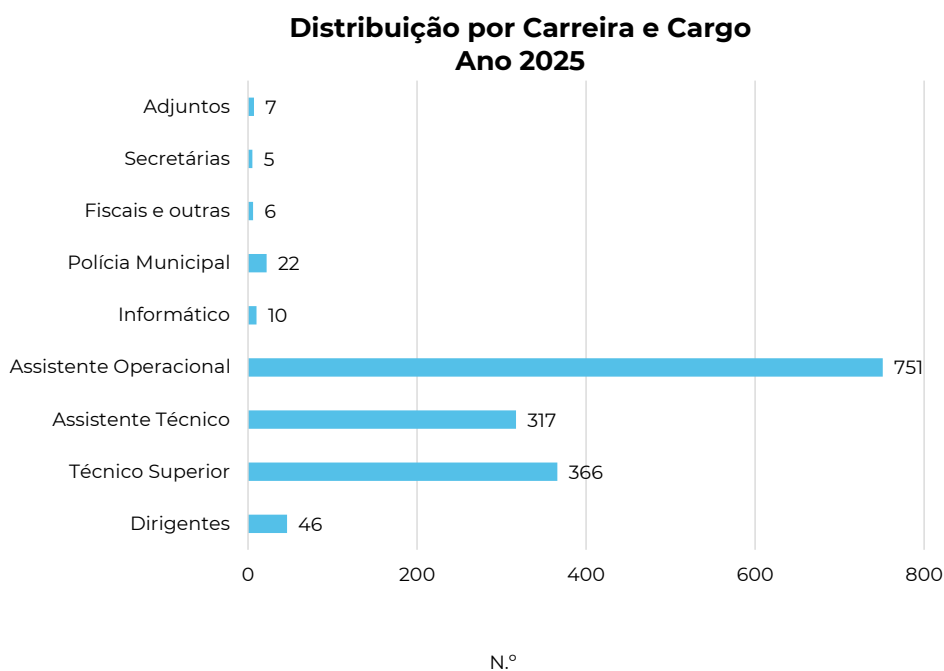
No que respeita às carreiras e cargos, os recursos humanos distribuem-se da seguinte forma:

**Quadro 2**

<b>DISTRIBUIÇÃO POR CARREIRA E CARGO</b>		
<b>ANO 2025</b>		
	<b>N.º</b>	<b>%</b>
Dirigentes	46	3,0%
Técnico Superior	366	23,9%
Assistente Técnico	317	20,7%
Assistente Operacional	751	49,1%
Informático	10	0,7%
Polícia Municipal	22	1,4%
Fiscais e outras	6	0,4%
Secretárias	5	0,3%
Adjuntos	7	0,5%
<b>Total</b>	<b>1530</b>	<b>100,0%</b>



Gráfico 1



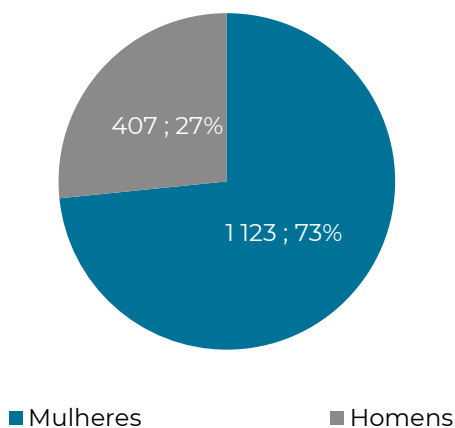
Dos 46 dirigentes, 8 são dirigentes intermédios de 1.º grau (diretor de departamento), 21 dirigentes intermédios de 2.º grau (chefe de divisão ou equiparados), 13 dirigentes intermédios de 3.º grau, e 4 Chefes de Equipa de Projeto ou equiparados. O número total de adjuntos inclui o chefe do Gabinete de Apoio à Presidência.

No que respeita à igualdade de género, constata-se uma predominância de colaboradores do género feminino, uma vez que 73,40% são mulheres (M) e 26,60% são homens (H). No caso dos titulares de cargos dirigentes, constata-se a mesma tendência, sendo que 61,86% são ocupados por mulheres e 39,13% são ocupados por homens.



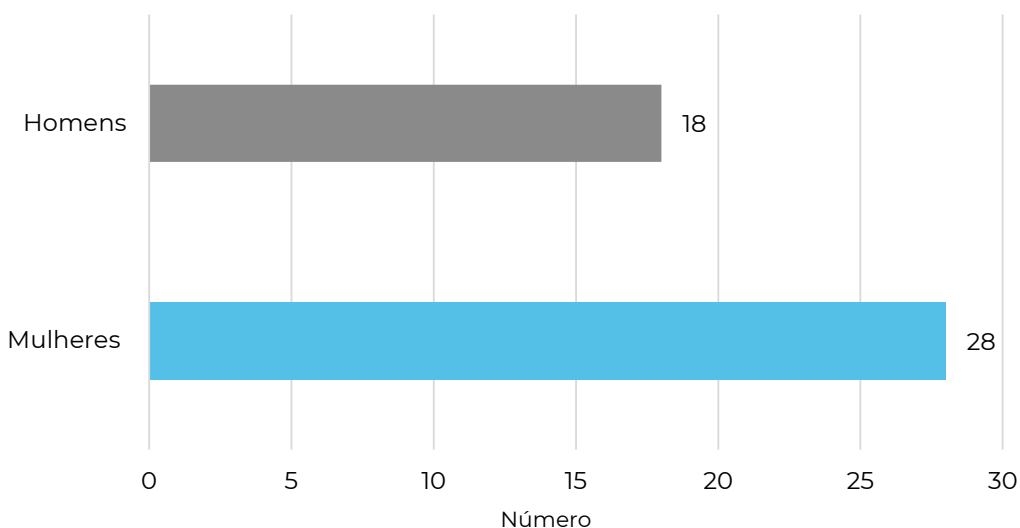
**Gráfico 2**

**Distribuição Global por Género  
Ano 2025**



**Gráfico 3**

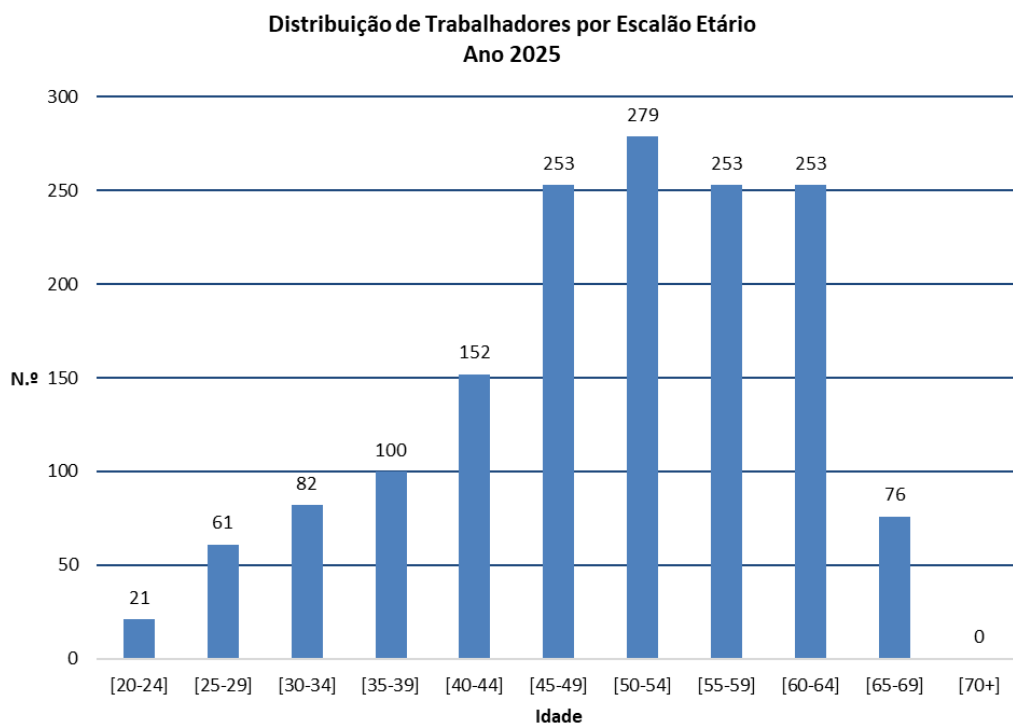
**Dirigentes por Género  
Ano 2025**



A maioria dos trabalhadores situa-se nas faixas etárias dos 41 aos 65 anos, observando-se uma maior concentração nas idades compreendidas entre os 50 e os 54 anos. O maior envelhecimento sucede na carreira de assistente operacional, destacando-se as faixas etárias entre os 55 e os 64 anos.

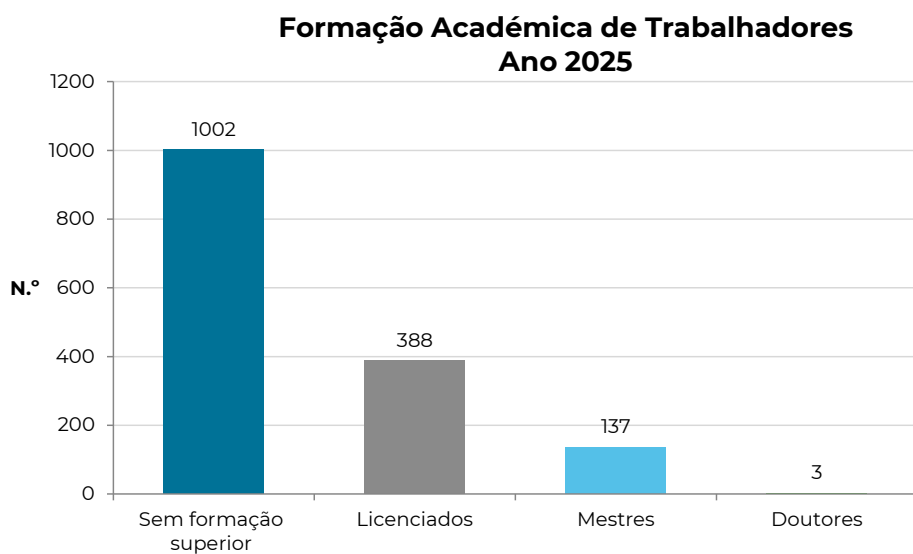


**Gráfico 4**



Dos 1530 trabalhadores, 528 são detentores de formação superior, sendo 388 detentores do grau de licenciatura, 137 do grau de mestre e 3 do grau de doutor. Também a vertente formação académica é liderada pelo género feminino.

**Gráfico 5**





No âmbito da responsabilidade social das organizações, o Município da Maia procura alinhar-se com as melhores práticas. Entre efetivos, isto é, trabalhadores vinculados por tempo indeterminado durante o ano de 2025, e trabalhadores contratados a termo resolutivo certo, o Município acolheu 106 trabalhadores com incapacidade declarada e 4 trabalhadores no âmbito do contrato medida emprego apoiado, em parceria com o IEFP, distribuídos por diversos setores de atividade.

## 1.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E RISCOS

### 1.2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

#### 1.2.1.1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO



- Superfície total: 83 km<sup>2</sup>
- Freguesias: 10



- **Cidade Sede:** Cidade da Maia

O Concelho beneficia de uma localização de excelência no seio da Área Metropolitana do Porto (AMP), tendo como concelhos vizinhos:

- Trofa, a norte
- Santo Tirso, a nordeste
- Vila do Conde, a noroeste
- Valongo, a leste
- Gondomar, a sudeste
- Porto, a sul
- Matosinhos, a sudoeste

#### 1.2.1.2 PRINCIPAIS INDICADORES

**Fontes:**

- Município da Maia
- REOT - Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território Maia
- INE/ PORDATA/ IEFP/ PSP/ GNR / SNS
- Carta Social/ ECO XXI/ APA - Agência Portuguesa do Ambiente
- Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (Ordem dos Contabilistas Certificados)
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)

#### 1.2.1.2.1 POPULAÇÃO



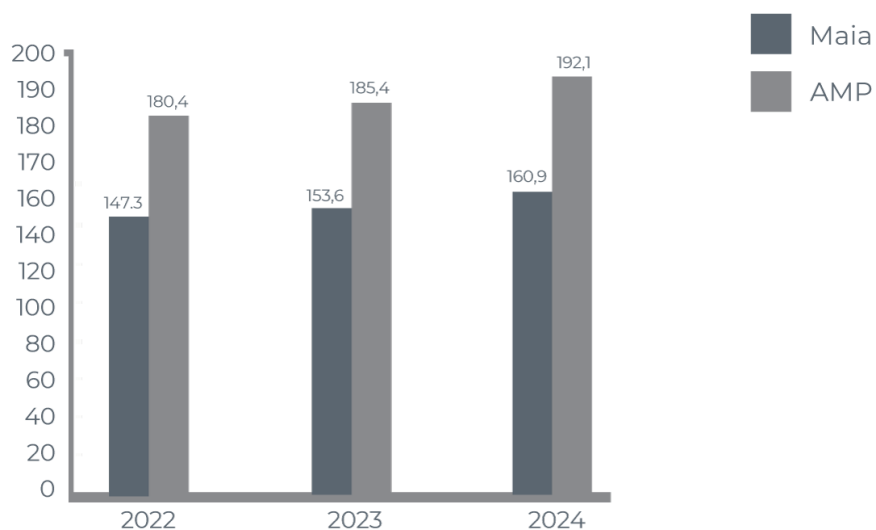
População Residente (total)

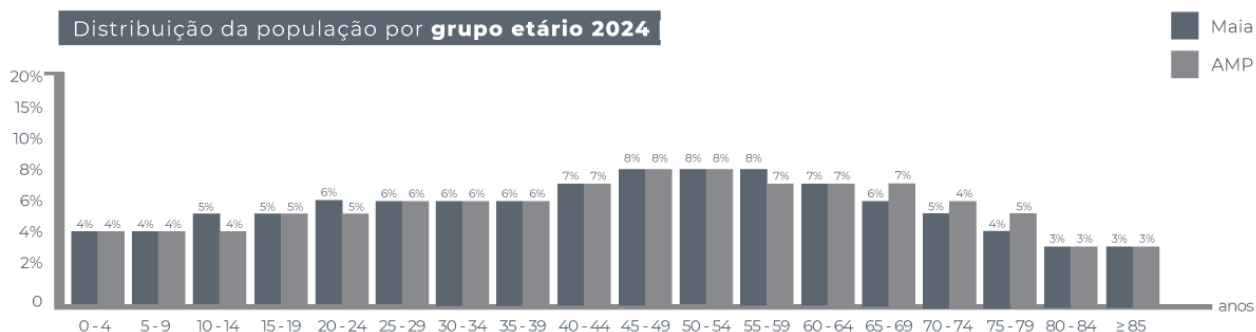
	2022	2023	2024
MAIA	140 041	142 594	144 664
AMP	1 774 104	1 802 664	1 818 217

Taxa de Crescimento Populacional **2023 - 2024**

MAIA	+ 1.45%
AMP	+ 0.86%

Índice de envelhecimento (idosos por cada 100 jovens) 2022 a 2024





### 1.2.1.2.2 ECONOMIA

## Empresas | Maia

2023 2024  
Empresas constituídas

672

630

## 10 Municípios mais Exportadores 2024

Ranking	Município	Valor das exportações [milhões de euros]
1	Lisboa	8 875
2	Palmela	4 013
3	V.N. Famalicão	2 703
4	Setúbal	2 095
5	Sintra	2 008
6	Braga	1 990
7	Maia	1 938
8	V N de Gaia	1 889
9	Oeiras	1 524
10	Sta Mª da Feira	1 510

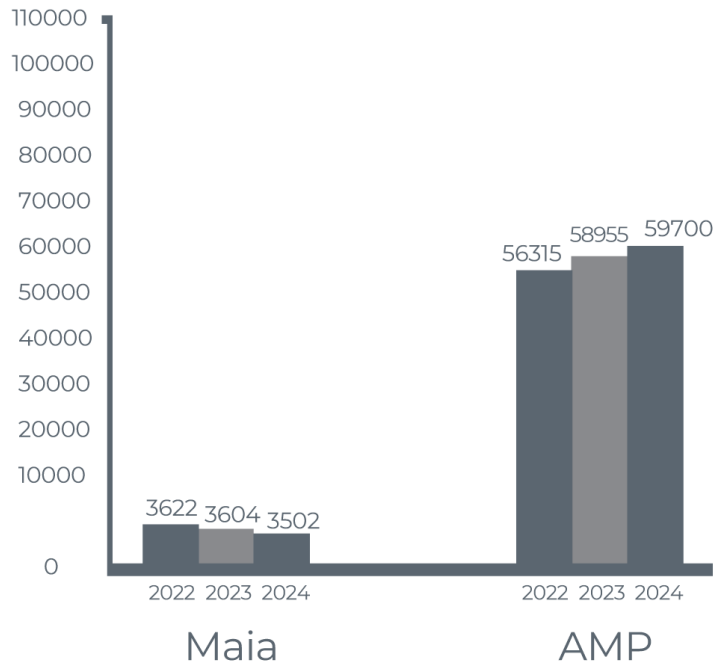
1º lugar  
AMP

3º lugar  
Norte

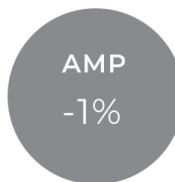
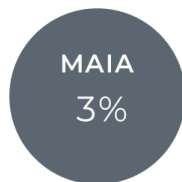
7º lugar  
Nacional



Desempregados inscritos no centro de emprego | Total 2022 » 2024

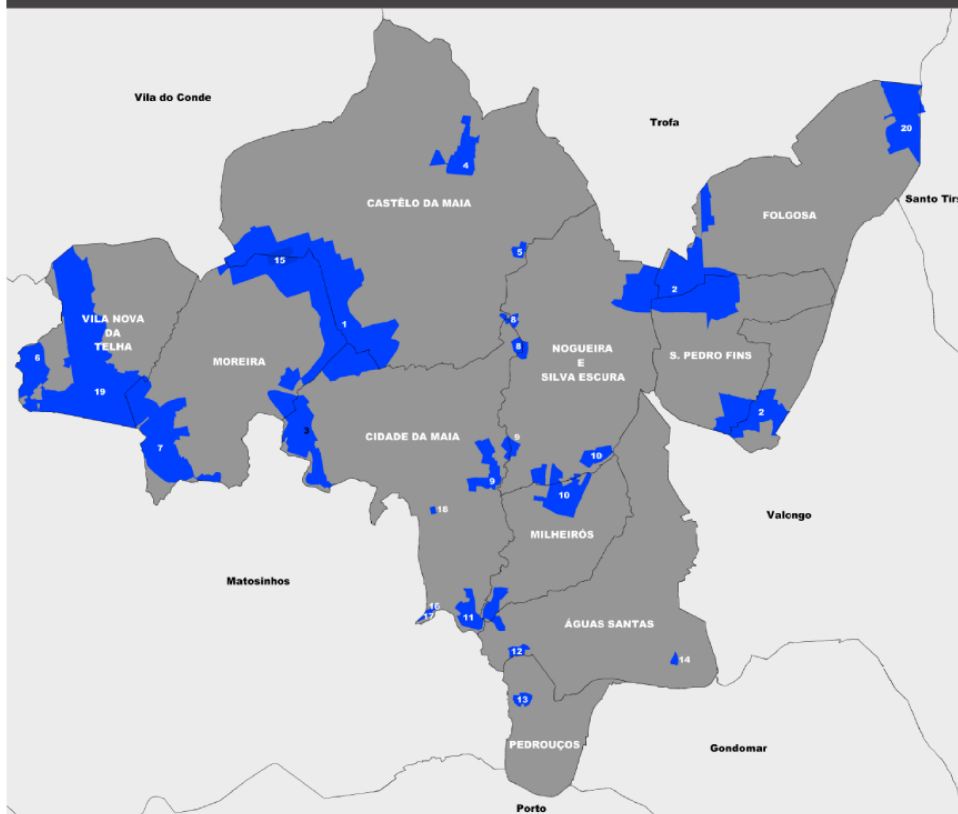


Taxa de redução 2023 - 2024





## LOCALIZAÇÃO DAS 20 ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL



- |                                  |   |
|----------------------------------|---|
| 1 - AAE da Maia I                | 11 - AAE da Azenha Nova/ Parada               |
| 2 - AAE da Maia II               | 12 - AAE da Milaneza                          |
| 3 - AAE Poente da Cidade da Maia | 13 - AAE de Pedrouços                         |
| 4 - AAE de Santa Maria de Avioso | 14 - AAE da Granja                            |
| 5 - AAE de Gondim                | 15 - TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia |
| 6 - AAE de Vilar do Senhor       | 16 - Centro Empresarial Ponte da Pedra        |
| 7 - AAE das Minhoeiras           | 17 - Centro Empresarial AAA                   |
| 8 - AAE do Xisto                 | 18 - Centro Empresarial das Telheiras         |
| 9 - AAE dos Mogos                | 19 - Centro Logístico de Carga Aérea do AIFSC |
| 10 - AAE de Milheirós/ Nogueira  | 20 - Aeródromo Vilar de Luz                   |



### 1.2.1.2.3 SEGURANÇA

#### Número de unidades | 2024

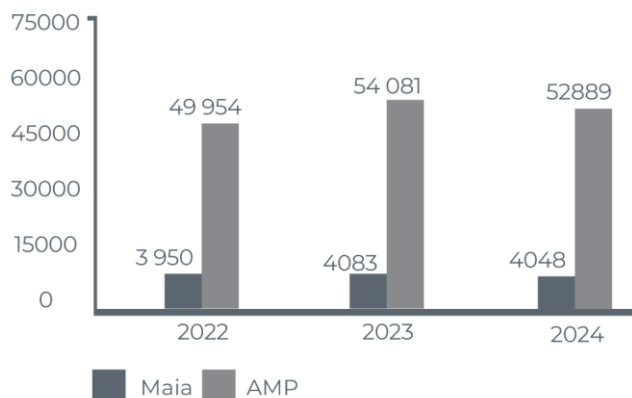


N.º de Unidades de PSP e GNR

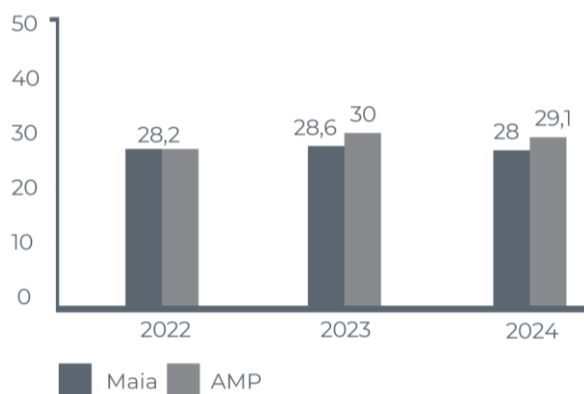


N.º de Unidades de **Bombeiros Sapadores e de Bombeiros Voluntários**

#### Nº de Crimes registados



#### Taxa de criminalidade





### 1.2.1.2.4 MOBILIDADE E TRANSPORTES



Número de Passageiros por Modo de Transporte (N.º de passageiros)

	2021	2022	2023	2024
Aeroporto Francisco Sá Carneiro	5 846 732	12 637 645	15 204 944	15 929 697
STCP	51 018	68 629	74 267	71 608
Comboio (total passageiros Serviços Urbanos Porto)	13 751	20 592	19 941	23 877



### 1.2.1.2.5 SAÚDE

MAIA 2024

3

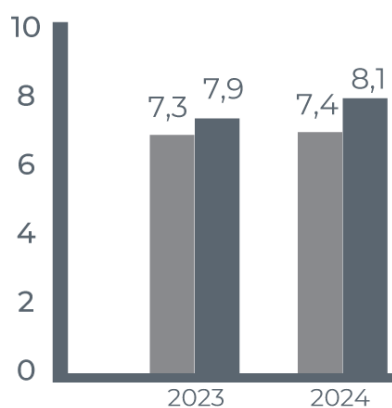
N.º de Estabelecimentos de  
Saúde Primária  
Centros de Saúde

10

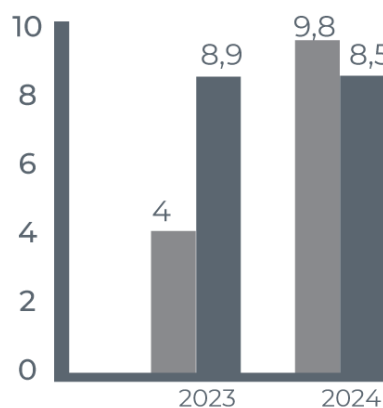
N.º de Estabelecimentos de  
Saúde Primária  
Unidades de Saúde Familiar (USF)

1

N.º de Hospitais Privados



N.º de Médicos  
por 1000 habitantes



N.º de Enfermeiros  
por 1000 habitantes



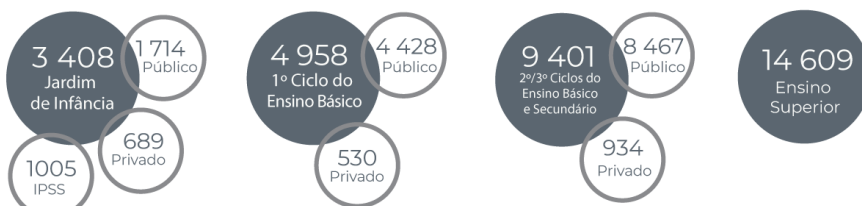


### 1.2.1.2.6 EDUCAÇÃO

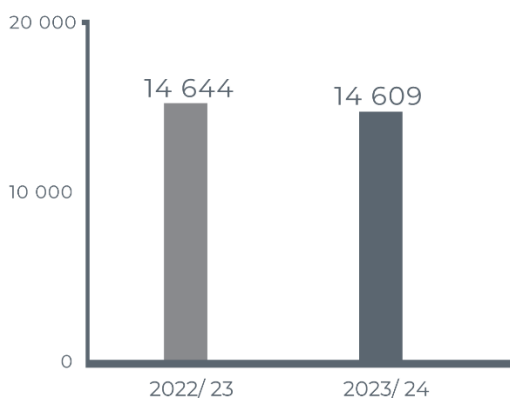
#### Número de Estabelecimentos de Educação 2023/24



#### Número de Alunos nos Estabelecimentos de Educação - 2023/24



#### Total de Alunos no Ensino Público





### Taxa de sobrevivência 2023/24



% de alunos a completar o ensino primário

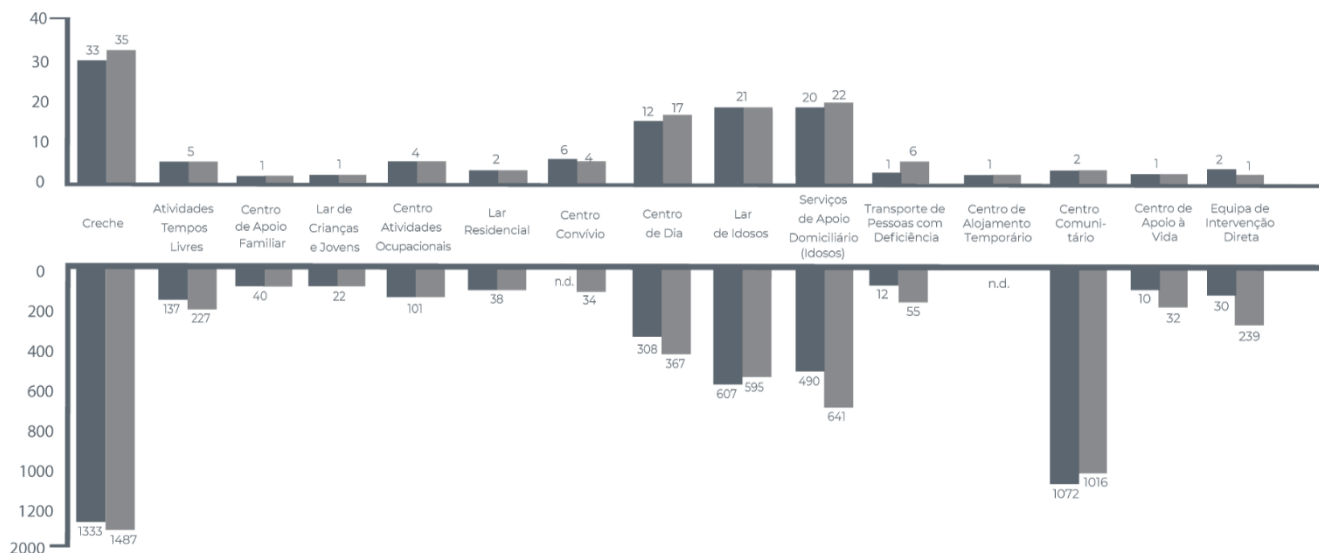


% de alunos a completar o ensino secundário

### 1.2.1.2.7 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Equipamentos Sociais por Valência

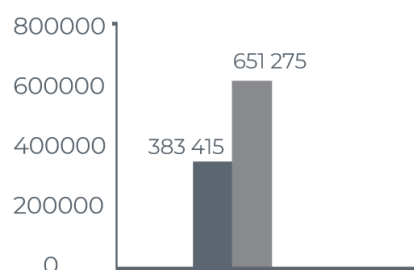
2023 (dark grey), 2024 (light grey)



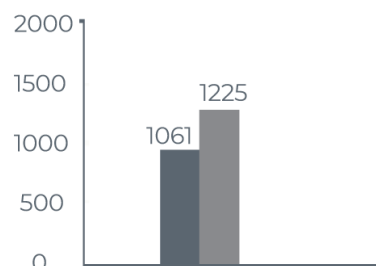


### 1.2.1.2.8 CULTURA E TURISMO

N.º de Utilizadores em Eventos Culturais e Turísticos



N.º de Eventos Culturais e Turísticos



Número de dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico por 100.000 hab.

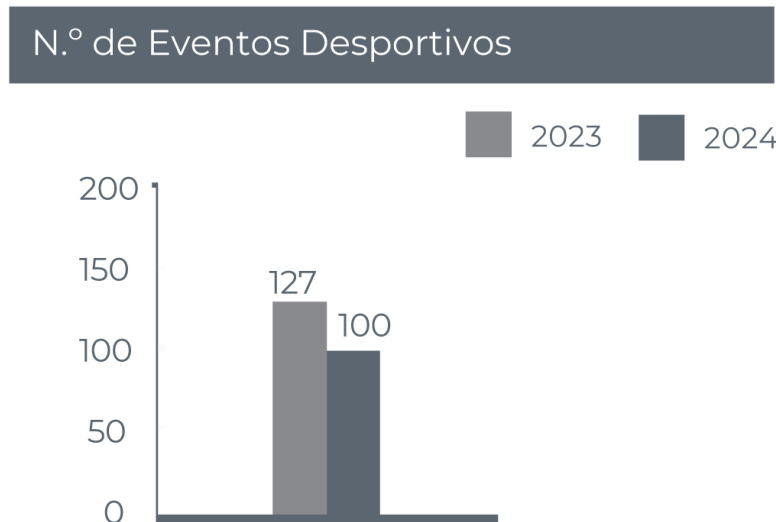
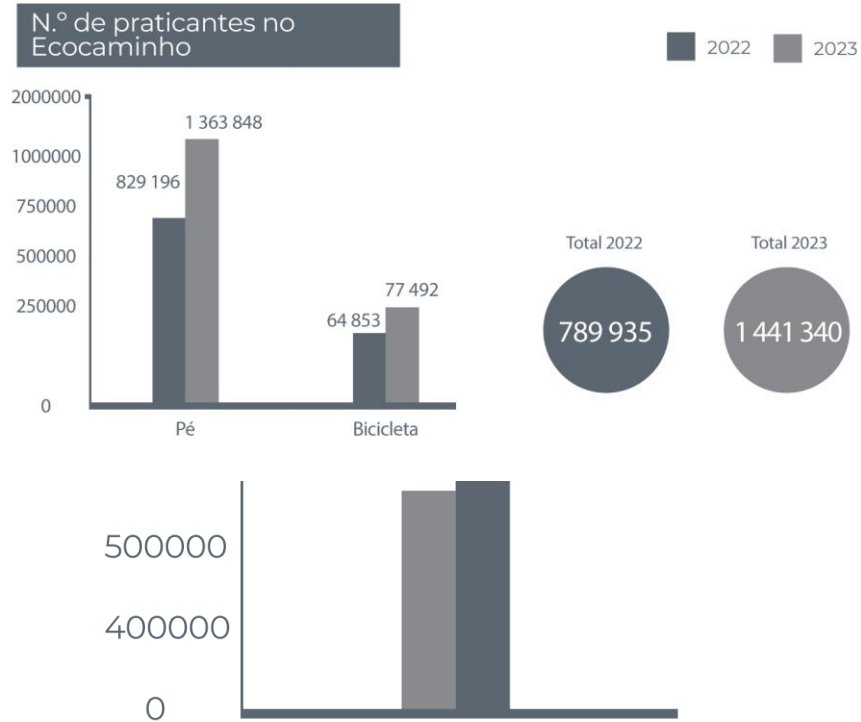
1 083 040

n/d

■ 2021 ■ 2022



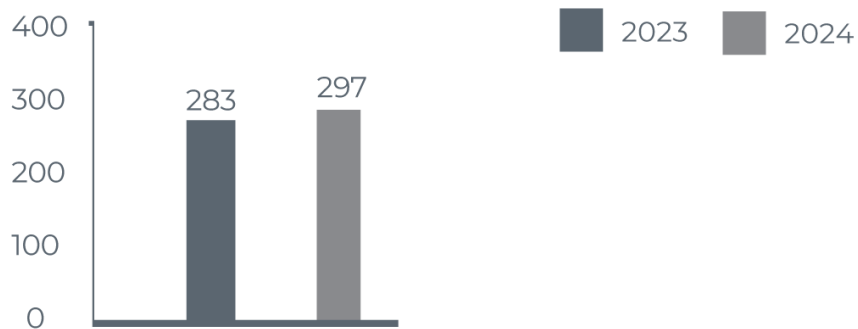
### 1.2.1.2.9 LAZER E DESPORTO



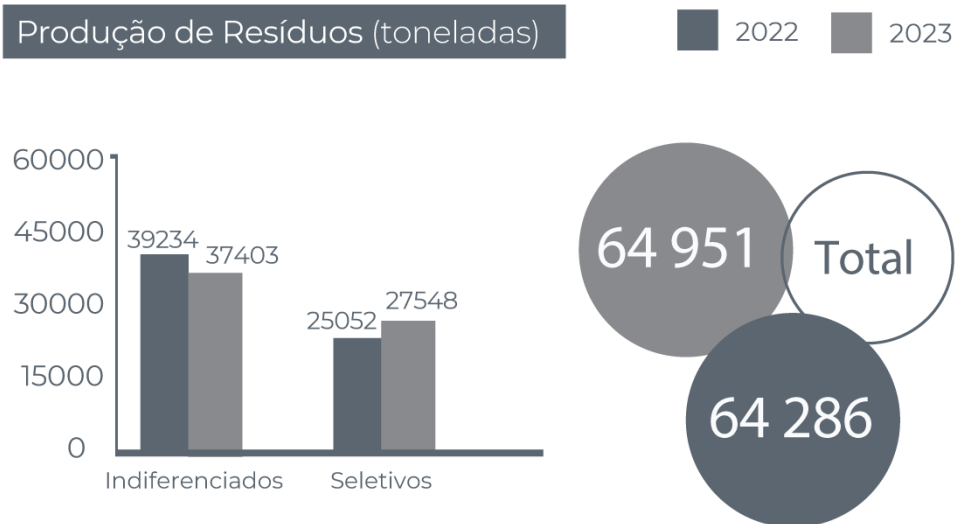


### 1.2.1.2.10 AMBIENTE

Índice da Qualidade do Ar (n.º de dias de “Bom” e “Muito Bom”)

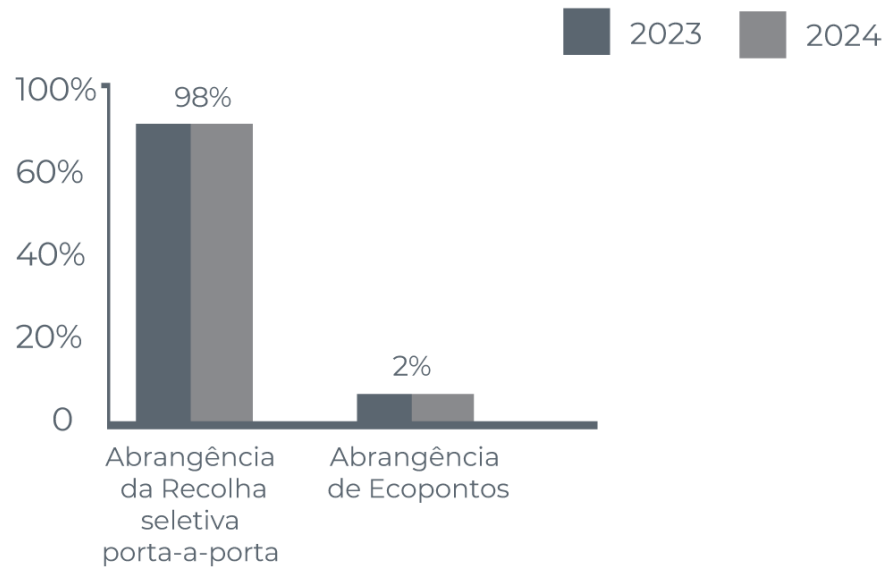


Produção de Resíduos (toneladas)





### Recolha Seletiva de Resíduos (% da População)



**1.2.1.2.11 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS****1.2.1.2.11.1 POSICIONAMENTO FINANCEIRO**

RANKING GLOBAL DOS MUNICIPIOS					
Distrito de Porto com melhor pontuação global					
Município	2021	2022	2023	2024	Varição
<b>Maia</b>	<b>1.º</b>	<b>1.º</b>	<b>1.º</b>	<b>1.º</b>	=
Porto	2.º	2.º	2.º	2.º	=
Matosinhos	3.º	3.º	3.º	3.º	=

RANKING GLOBAL DOS MUNICIPIOS					
Grande Dimensão					
Município	2021	2022	2023	2024	Varição
Sintra	1.º	1.º	1.º	1.º	=
<b>Maia</b>	<b>3.º</b>	<b>4.º</b>	<b>2.º</b>	<b>2.º</b>	=
Amadora	8.º	3.º	5.º	3.º	↑
Santa Maria da Feira	2.º	2.º	3.º	4.º	↓
Porto	4.º	7.º	6.º	5.º	↑
Vila Frana Xira	10.º	5.º	9.º	6.º	↑
Vila Nova Famalicão	13.º	12.º	8.º	7.º	↑
Almada	6.º	9.º	10.º	8.º	↑
Odivelas	11.º	13.º	11.º	9.º	↑
Leiria	7.º	8.º	7.º	10.º	↓
Cascais	5.º	6.º	4.º	11.º	↓
Guimarães		15.º	15.º	12.º	↑
Matosinhos	14.º	14.º	12.º	13.º	↓



### 1.2.1.2.11.2 PRINCIPAIS INICIATIVAS DO MUNICÍPIO

#### DESPORTO

- Férias Desportivas (Páscoa e Verão)
- Clube Maia Sénior

#### CULTURA

- Férias Culturais
- Feira do Livro
- Festival Internacional de Teatro Cómico
- Jazz no Parque
- Cinema na Relva
- Maia Blues Fest

#### TURISMO

- Turismo Sénior
- Feira do Artesanato

#### EDUCAÇÃO

- Atividades de Apoio à Família
- Programa "Maia não Desiste"

#### SAÚDE

- Programa de Saúde Escolar
- Programa de Saúde Sénior 60+

#### AÇÃO SOCIAL

- Tarifário Social de Água
- Programa Municipal de Emergência Social
- Cabaz mensal de alimentos
- Cabaz de Natal
- Chave de Afetos

#### AMBIENTE

- Atividades de Educação Ambiental
- Férias Ambientais

#### JUVENTUDE

- Férias Ativas Jovens (Páscoa e Verão)



### 1.2.1.3 DISTINÇÕES MUNICIPAIS



Certificação Integral ISO 9001



Certificação ISO 14001 no Departamento  
de Sustentabilidade Territorial



Prémio ECO XXI



Programa Eco Escolas

SEMANA EUROPEIA  
DA MOBILIDADE

Participação na Semana  
Europeia da Mobilidade



Membro da Rede Global das Cidades  
Amigas das Pessoas Idosas  
(Organização Mundial de Saúde)



VENCEDORES MUNICIPAIS - CONCURSO FINAL  
12.ª EDIÇÃO NO POUPAR ESTÁ O GANHO ?  
Escola Básica de Ferrinho, Maia – 3.º ano | "Jornada Financeira"

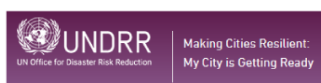


**Pacto de Autarcas  
para o Clima e Energia**

Signatário do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia



Selos de qualidade exemplar da água para consumo humano



**UNDRR**  
UN Office for Disaster Risk Reduction  
Making Cities Resilient:  
My City is Getting Ready  
Making Cities Resilient  
Certificate of Commitment to Disaster Resilience



Selo de Município Amigo da Juventude



Associação Internacional das Cidades Educadoras



Concurso Nacional "Direitos da Criança em Cidadania e Igualdade"

Escalão 1

1.º Prémio – Trabalho n.º 9, com um total de 286 pontos, realizado pelo alunos do 4.º A, da EB1 JI de Crestins do Agrupamento de Escolas Dr. Vieira de Carvalho, na Maia, orientados pela professora Mariana da Conceição da Costa Mendes;

2.º Prémio - Trabalho n.º 11, com um total de 240 pontos, realizado pelo alunos do 3.º D, da Escola Básica de 1.º CEB / JI de Enxurreiras do Agrupamento de Escolas de Pedrouços, na Maia, orientados pela professora Joana Rita Rosendo Dias Moreira.



Intervenção Social Sénior

2.º Prémio no Programa de Reconhecimento de Intervenção Social Sénior 2022

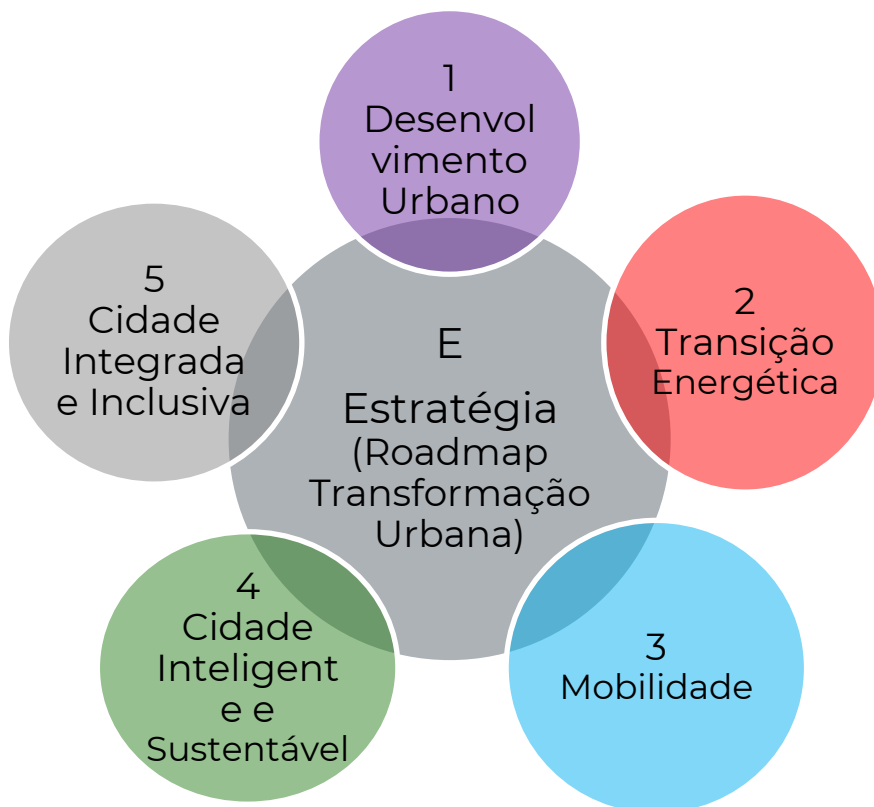


### 1.2.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os resultados apresentados no capítulo anterior, retirados de fontes independentes, traduzem o caminho percorrido pelo Município em matéria de políticas públicas de desenvolvimento e de bem-estar das famílias e das empresas nele residentes, e assentam nos seguintes objetivos estratégicos:

**Quadro 3**

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS				
1	2	3	4	5
Desenvolvimento Urbano	Transição Energética	Mobilidade	Cidade Inteligente e Sustentável	Cidade Integrada e Inclusiva





#### Quadro 4

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS				
1	2	3	4	5
Desenvolvimento Urbano	Transição Energética	Mobilidade	Cidade Inteligente e Sustentável	Cidade Integrada e Inclusiva
O.E. 1	O.E. 2	O.E. 3	O.E. 4	O.E. 5
4 - Promover o acesso à habitação no concelho 12 - Fomentar a competitividade económica 16 - Promover a satisfação do cidadão/cliente	13 - Promover a transição energética 16 - Promover a satisfação do cidadão/cliente	1 - Melhorar a rede de transportes no concelho 3 - Melhorar a mobilidade e promover os modos suaves 16 - Promover a satisfação do cidadão/cliente	2 - Promover a sustentabilidade ambiental (ambiente e zonas verdes) 14 - Aumentar a eficiência na gestão financeira municipal 15 - Fomentar a modernização governativa e a digitalização do território 16 - Promover a satisfação do cidadão/cliente	5 - Expandir as iniciativas na área da Educação 6 - Promover a Saúde Comunitária 7 - Promover o Desporto municipal e fomentar as iniciativas na área da Juventude 8 - Reforçar as valências de Cultura e Lazer 9 - Promover e apoiar o Desenvolvimento Social 10 - Fomentar o bem-estar animal 11 - Reforçar a capacidade de intervenção ao nível da Segurança e Proteção Civil 16 - Promover a satisfação do cidadão/cliente

### 1.2.3 RISCOS

Sem prejuízo da informação reportada de forma autónoma no Relatório de Avaliação e Planeamento do Município, tendo em consideração as exigências legais previstas no Decreto-Lei n.º 109-E/2021, publicado no Diário da República, I Série, n.º 237/2021, 1º Suplemento, de 2021-12-09, insere-se uma breve nota sobre os riscos organizacionais com impacto nas demonstrações financeiras

Em 2025, o enquadramento macroeconómico global permanece caracterizado por um equilíbrio delicado entre a continuidade do crescimento económico e a persistência de fatores de risco que condicionam a atividade económica, a estabilidade financeira e a formulação de políticas públicas. A evolução das economias avançadas prossegue num contexto de flexibilização gradual da política monetária, conduzida pelos principais bancos centrais, com o objetivo de assegurar a estabilidade dos preços e condições mais favoráveis ao financiamento da economia real. Este processo contribui para reduzir incertezas, mas continua dependente da evolução da inflação, dos mercados de trabalho e da dinâmica dos preços da energia.



Apesar desta conjuntura relativamente mais estável, subsistem riscos relevantes com impacto direto na gestão pública local. Entre estes fatores destacam-se:

- a evolução das orientações económicas e comerciais da nova Administração dos Estados Unidos;— os desafios fiscais persistentes em várias economias da Área Euro, com potenciais repercussões nas políticas orçamentais nacionais;
- a volatilidade dos mercados internacionais de energia, agravada pela instabilidade geopolítica no Médio Oriente;
- os impactos incertos dos avanços tecnológicos acelerados sobre a produtividade, o emprego e a transformação dos serviços públicos;
- a possibilidade de episódios de volatilidade financeira decorrentes de tensões geoestratégicas, instabilidade política ou reconfiguração das cadeias de comércio internacional.

Este cenário reforça a importância de uma abordagem integrada de gestão de riscos, orientada para a identificação precoce de ameaças e oportunidades que possam afetar a estabilidade financeira municipal, a execução orçamental, a sustentabilidade das políticas públicas e a capacidade de resposta às necessidades da população.

Para o Município da Maia, este contexto traduz-se na necessidade de monitorização contínua dos riscos externos — macroeconómicos, financeiros, geopolíticos e energéticos — e na adoção de medidas de mitigação que promovam a resiliência municipal. Esta atuação abrange, entre outras dimensões, o planeamento financeiro prudente, a diversificação das fontes de financiamento, a gestão eficiente da despesa, o acompanhamento da evolução dos preços da energia e a capacidade de adaptação dos serviços municipais a eventuais alterações no ambiente económico e social.

Assim, num período em que a incerteza permanece elevada, a gestão de riscos reafirma-se como um instrumento essencial para garantir a sustentabilidade das contas municipais e a continuidade da prestação de serviços públicos de qualidade, assegurando que o Município da Maia se mantém preparado para enfrentar desafios e aproveitar oportunidades num ambiente em constante transformação.

Os principais riscos identificados podem ser categorizados em 5 grupos, a saber:

- Riscos ambientais – mitigados pelas políticas municipais que têm em vista a descarbonização e o incentivo à mobilidade com baixo teor em carbono ;
- Riscos sociais – mitigados pelas políticas municipais de promoção do emprego e apoio social às empresas e às famílias;



- Riscos financeiros – mitigados pelas políticas municipais focadas na diminuição da dívida, na sustentabilidade financeira através de receitas próprias e na gestão eficaz e eficiente dos recursos;
- Riscos de *compliance* – mitigados através das medidas desenvolvidas pela organização, tendo em vista assegurar o cumprimento integral das leis e regulamentos aplicáveis, bem como o comportamento ético e sustentável das medidas ao nível da contratualização com terceiros;
- Cyber-riscos – mitigados a partir de ações de segurança interna dos sistemas de informação, com proteção atualizada de forma a minimizar as vulnerabilidades dos sistemas informáticos utilizados.

O desenvolvimento sintético das ações desenvolvidas pelo Município da Maia para mitigar estes riscos, a par da avaliação preditiva do comportamento dos mesmos no tempo, é efetuado nos pontos seguintes,

### 1.2.3.1 RISCOS AMBIENTAIS

Sob a visão de tornar-se o primeiro território com um balanço neutro em termos carbónicos, o Município da Maia empreende um conjunto de ações que têm em vista dar cumprimento a 6 objetivos, a saber: i) sensibilizar, ii) atrair, iii) envolver, iv) promover, v) testar e vi) replicar.

Os objetivos gerais, traçados pelo Município para alcançar a Neutralidade Carbónica em 2050, são os seguintes:

- Reforçar a associação da imagem do Município à inovação, sustentabilidade, inclusão e resiliência, com vista a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e das comunidades;
- Fomentar a descarbonização da cidade através da implementação de soluções tecnológicas e ações imateriais que aumentem a eficiência e reduzam o consumo de energia, água e outras matérias, bem como reduzir o consumo e a produção de resíduos e desperdício;
- Fomentar a demonstração e teste de soluções tecnológicas integradas, em contexto real, que tenham potencial comprovado para serem escaladas para a cidade como um todo, com possibilidade de replicabilidade em qualquer cidade nacional e/ou internacional;
- Sensibilizar a população para os benefícios da adoção de comportamentos sustentáveis e apropriação tecnológica, através do desenvolvimento de ações didáticas em registo pedagógico com as escolas, comunidades, instituições e empresas;



- Promover a cidadania ativa, por via de um estímulo à participação dos cidadãos na vida das comunidades onde vivem e trabalham;
- Promover um ambiente urbano sustentável e descarbonizado;
- Envolver na ação, ativamente, o universo dos colaboradores do município fazendo dessa expressiva massa humana o primeiro fator de disseminação na comunidade local.

Os objetivos gerais acima identificados, encontram-se alinhados com os objetivos estratégicos apresentados no quadro 4 e as ações desenvolvidas para atingir tais objetivos assentam em distintos projetos de cariz inovador e natureza transversal, assentes em áreas de trabalho, que se podem descrever, em síntese, da forma seguinte:

- Transição Energética – com ações ao nível da iluminação eficiente e inteligente, da instalação de sistemas de produção descentralizada de energia, por recurso maioritariamente ao fotovoltaico, da redução e controlo de consumos energéticos, e mais recentemente da participação em ações voltadas para o desenvolvimento de experiências de autoconsumo coletivo e de comunidades de energia, também no contexto das ações concertadas com os municípios que integram a ADEPorto - Agência de Energia do Porto;
- Economia Circular e Ambiente – com a consolidação do sistema “*Pay-As-You-Throw*” (PAYT), lançado sob a designação de R+P- - Recycle mais e Pague menos, da experimentação de sistemas de compostagem comunitária, de ações para a gestão eficiente da água de rega, da instalação de sensores para monitorização da qualidade do ar, e dos caudais do rio Leça e respetiva bacia, da implementação de projetos de espaços verdes desenvolvidos com soluções baseadas na natureza, que reforçam a resiliência do território e, por essa via, a adaptação às alterações climáticas;
- Mobilidade – com investimentos infraestruturais para a crescente utilização dos modos suaves e promoção do transporte coletivo, como fatores chave para uma mobilidade sustentável mas também com o desenvolvimento de sistemas de gestão de tráfego, e de suporte de transição para a mobilidade elétrica, assim como a substituição da frota municipal por veículos movidos a combustíveis alternativos aos combustíveis fósseis e a facilitação de soluções de partilha de veículos que respondem a soluções de *last mile* (scooters e bicicletas elétricas);
- Sensibilização e Participação Social – privilegiando processos de cocriação, a abertura do Centro de Inovação Carlos Fiolhais, um laboratório destinado à realização de ações de sensibilização e participação social da comunidade; e a participação em projetos internacionais de carácter inovador, como o EHHUR – EYES, HEARTS, HANDS – *Urban Revolution*, que incluiu atividades de reabilitação energética e do espaço público num



contexto de cocriação, onde a dinamização e envolvimento social dos cidadãos assume um papel central, e o EmpoweringUs (URBACT), que aborda a temática da pobreza energética e o papel de participação dos cidadãos relativamente a este problema.

- Monitorização e Avaliação dos Resultados – com a implementação elementos de sensorização e sistemas de monitorização inteligente, assim como da análise de viabilidade e sustentabilidade dos resultados, tendo em perspetiva o seu potencial de escalabilidade, assumindo particular relevância o projeto em curso da Plataforma de Gestão Urbana ISI Maia – Inteligente, Sustentável e Inclusiva.

As ações identificadas, tiveram como âncora os projetos multissetoriais BaZe – *Living Lab* Maia e SPARCS – *Sustainable Energy Positive and Zero Carbon Communities*.

Os mesmos abriram portas para a participação do município nos projetos de inovação e desenvolvimento complementares como o já mencionado EHHUR - *Eyes, Hearts, Hands Urban Revolution* e rede EmpoweringUs, assim como ao leque de projetos em desenvolvimento no contexto do programa de fundos estruturais 2030, em linha com os objetivos de descarbonização que permitirão melhorar os padrões de desempenho ambiental, fundamentais para a sustentabilidade e para o bem-estar e qualidade de vida dos maiatos.

### 1.2.3.2 RISCOS SOCIAIS

Num cenário de encarecimento generalizado dos preços dos bens e serviços, permanecem um conjunto de medidas promovidas para mitigar o risco de uma degradação das condições sociais, em virtude dos efeitos negativos nos rendimentos das empresas, das pessoas e das famílias:

- Manutenção do Programa Municipal de Emergência Social, com vista ao apoio do pagamento de rendas habitacionais e da aquisição de medicamentos por parte dos munícipes elegíveis para o apoio de tal fundo.
- Manutenção da atribuição de apoios pecuniários de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social.
- Manutenção da atribuição de Tarifa Social de Água, Saneamento e Resíduos Urbanos em situação de carência económica e para famílias numerosas.
- Desenvolvimento de uma estratégia abrangente e inclusiva de apoio social no âmbito educativo, que no ano letivo de 2025/2026 alcança uma dimensão particularmente significativa:



- Na prossecução de um objetivo fundamental de promoção da igualdade no acesso e sucesso escolar, procedeu-se ao alargamento dos benefícios de ação social escolar. Se anteriormente os apoios se concentravam na educação pré-escolar e primeiro ciclo, atualmente estendem-se a todos os ciclos de ensino - do segundo e terceiro ciclos ao ensino secundário. Decorrente da transferência de competências na área da educação, operacionalizada a 1 de abril de 2022, tem vindo a ser efetuado um esforço de harmonização das medidas e ações de âmbito escolar.
- Um exemplo concreto desta política é a aplicação dos benefícios do escalão C, que agora contempla todos os alunos que comprovem o posicionamento no 3º escalão da segurança social. Na prática, isto significa um desconto de 25% no valor das refeições escolares, um apoio que pode fazer toda a diferença para muitas famílias.
- Reconhecendo a dinâmica e complexidade das realidades familiares contemporâneas, o município criou mecanismos de flexibilidade no cálculo dos escalões de ação social. Assim, sempre que ocorra uma alteração na situação socioeconómica de um agregado familiar ou no caso específico de famílias migrantes, está prevista uma reavaliação célere que pode permitir o posicionamento adequado e a conseqüente atribuição de benefícios. Estes apoios extravasam o âmbito das refeições, abrangendo igualmente manuais escolares, material escolar, visitas de estudo e serviços de acolhimento e prolongamento, interrupções letivas e férias escolares.
- No domínio dos transportes, as mudanças são igualmente significativas. Com a entrada em vigor da Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro, todos os estudantes entre os 4 e os 23 anos passam a beneficiar de passe gratuito, eliminando complexos procedimentos anteriores de atribuição de transporte escolar.
- Mantem-se ainda um compromisso especial com a educação inclusiva, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 21/2019 e demais legislação aplicável. O município garante transporte gratuito aos alunos residentes no território da Maia que apresentem mobilidade reduzida, designadamente ao abrigo de medidas de educação inclusiva, com deficiências motoras ou comprovada falta de autonomia para utilização de transportes públicos. Estes transportes especiais cobrem duas viagens nos dias letivos, estabelecendo um percurso direto entre a residência e o estabelecimento de ensino.
- Acresce, também, na área da cultura, e conforme regulamento da Biblioteca Municipal, a prestação do Serviço de Apoio Extraordinário de Empréstimo ao Domicílio, também designado de SEED, que procura responder às necessidades documentais dos utilizadores com mobilidade reduzida e utilizadores maiores de 65 anos, residentes no Município da Maia, sempre que solicitado.
- Na promoção da inclusão, a Biblioteca Municipal dispõe de um Centro de Leitura Especial, cujo objetivo é criar condições de acesso à informação para cegos, amblíopes e pessoas com



incapacidade permanente ou temporária (pessoas com deficiência, idosos, entre outros). Este espaço pretende motivar o público-alvo para a leitura, suprir a escassez de produção bibliográfica em suportes especiais (braille, suportes magnéticos e digitais) e disponibilizar um serviço de apoio à comunidade em questões relacionadas com a problemática da deficiência.

### 1.2.3.3 RISCOS FINANCEIROS

O Município da Maia encontra-se exposto a um conjunto de riscos financeiros que resultam das atividades desenvolvidas, entre os quais se destacam o risco de taxa de juro, o risco de crédito e o risco de liquidez.

- Risco de taxa de juro – associado às flutuações das taxas de juro aplicáveis aos financiamentos do Município. No exercício de 2025, o risco é substancialmente menor do que em 2024, devido à continuação da política de descida das taxas pelo BCE e à estabilização da Euribor em patamares mais baixos, com impacto inerente no serviço da dívida pública, a que o Município não pode alhear-se, aliviando o esforço do pagamento do crédito ao banco
- A existência de ativos e passivos financeiros com taxas de juro fixas e variáveis contratualizadas, resulta na exposição da entidade às flutuações das taxas de juro, com impacto em resultados. No caso das taxas fixas, esta exposição está associada a alterações no justo valor dos ativos e passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade. No caso das taxas variáveis, as flutuações nas taxas de juro têm impacto direto no valor dos juros, com impacto direto nas variações de caixa e seus equivalentes. A exposição ao risco de taxa de juro é analisada e monitorizada de forma contínua pelo Departamento de Finanças e Património e a gestão do risco visa reduzir a um nível aceitavelmente baixo a volatilidade dos encargos com juros.
- Risco de crédito – associado à gestão do crédito a receber de clientes. O Município está exposto ao risco de crédito, sendo previsível que a instabilidade económica e geopolítica a nível mundial se traduza numa tendência negativa a este nível, podendo acarretar dificuldade futura no cumprimento das obrigações por parte dos clientes, quanto aos valores a receber pelo Município. Não obstante, os mecanismos existentes, relacionados com o processo de execução fiscal, permitem minimizar o risco e assegurar, dentro do possível, a arrecadação da receita relacionada.



- Risco de liquidez – este risco está relacionado com insuficiências pontuais de tesouraria que possam existir em resultado da gestão de tesouraria. Esta gestão tem mantido meios financeiros líquidos suficientes e adequado, por forma a permitir uma avaliação do risco para um nível muito baixo. O Município detém um conjunto significativo de meios financeiros líquidos disponíveis, que resultam de excedentes sucessivos de saldos de gerência, acompanhados por uma estratégia de diminuição de dívida financeira ao longo dos últimos anos. O Departamento de Finanças e Património monitoriza em processo contínuo, a evolução da tesouraria do Município, por forma a garantir que se encontra assegurada a liquidez necessária para fazer face às necessidades. O cumprimento integral do que se encontra previsto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, também designada por Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) mitiga, *per se*, através da gestão dos fundos disponíveis, e em conjugação com uma gestão eficiente, eficaz e efetiva dos recursos, o risco de liquidez;
- Risco da taxa de inflação – este risco relaciona-se com as variações dos preços dos bens e serviços no mercado num determinado período de tempo, e com o conseqüente impacto no poder de compra. Sendo expetável flutuações da taxa de inflação originadas por um conjunto de fatores exogenos, designadamente as tensões geopolíticas e os antagonismos no comércio internacional, que poderão gerar receios e, dessa forma, potenciar períodos de elevada volatilidade;

Este cenário, caracterizado por grande pressão económica e incerteza devido às tensões geopolíticas causadas pelos conflitos a nível mundial, exigirá ao Município atenção redobrada na despesa pública, pautando a sua ação por um incremento, quer do controlo das despesas correntes, quer de políticas estratégicas de investimento público.

#### 1.2.3.4 RISCOS DE COMPLIANCE

O Município da Maia encontra-se sujeito a um enquadramento legal específico dos Municípios e que é escrutinado por várias entidades, entre as quais a Direção-Geral das Autarquias Locais, a Inspeção-Geral de Finanças e o Tribunal de Contas. Os riscos de *compliance* legal e fiscal, está diretamente relacionado com as sucessivas alterações legislativas aos vários níveis, acompanhadas com dificuldades de interpretação legal aos mais diferentes níveis. Os riscos de *compliance* são transversais às diferentes unidades orgânicas municipais e estão relacionados, entre outros, com as seguintes atividades desenvolvidas:

- Contratação de bens, serviços e empreitadas com a obrigatoriedade da aplicação das regras previstas no Código dos Contratos Públicos (CCP) – onde existe risco de *compliance*



agudizado com as sucessivas alterações e diferentes interpretações do CCP. O Município implementou a procedimentação da contratação pública através de um conjunto de suportes documentais (Guia, Procedimentos Internos, Instruções de Trabalho, Impressos) abrangidos pelo Sistema de Gestão da Qualidade, além do regular acompanhamento jurídico, por forma a minimizar este risco;

- Licenciamento de obras – onde o risco está associado à aplicação da legislação e dos regulamentos aplicáveis. O Município mitiga o risco de *compliance* através de processos adequadamente desenhados e testados, com o envolvimento dos serviços jurídicos, quando necessário;
- Aplicação de taxas – relacionadas com as diferentes contraprestações no âmbito dos regulamentos aplicáveis. Os processos de reclamação e/ou ações interpostas são conduzidas pelos serviços jurídicos, existindo procedimentos para assegurar o cumprimento dos prazos em conformidade com o que se encontra previsto legalmente, salvaguardando-se em todo o caso o interesse público;
- Aplicação de normas e regulamentos – com diferentes riscos de *compliance* associados, que podem ser subdivididos em dois grupos: i) os relacionados com o incumprimento dos agentes económicos, aos quais incumbe ao município o processo de fiscalização e ii) os relacionados com as normas específicas aplicáveis diretamente ao Município, entre as quais se apresentam como relevantes, as que se relacionam com o processo de descentralização de competências nas áreas da educação, saúde e ação social, e a que se relaciona com a garantia de privacidade dos dados, no cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). O Município mitiga estes riscos com a contínua formação dos recursos humanos envolvidos nos diferentes processos e com o apoio de entidades externas acreditadas para o efeito. De igual forma, o risco é mitigado através da existência de um Encarregado de Proteção de Dados (DPO), e da linha do processo de auditoria, que atua como linha de defesa, assegurando o cumprimento das normas e regulamentos;
- O risco de *compliance* está associado a perdas resultantes do incumprimento da legislação vigente, seja ela fiscal, laboral, administrativa, civil ou outra, acarretando sanções, indemnizações ou acordos. O acompanhamento transversal dos diferentes processos pela Departamento Jurídico, e em alguns casos, por juristas externos, mitiga o risco por forma a adequá-lo à atividade municipal desenvolvida.



### 1.2.3.5 CYBER RISCOS

A crescente sofisticação e integração tecnológicas, a par da utilização massiva da internet, da utilização dos sistemas em *cloud* e das ligações ao Município, por parte do exterior, acarretam riscos de cibersegurança cada vez mais relevantes, com possível perda financeira, operacional e reputacional, materializada pela exploração de vulnerabilidades próprias dos sistemas de informação.

O Município mitiga estes riscos através da contínua melhoria da segurança dos sistemas internos, da monitorização constante da segurança da infraestrutura do Município, do controlo apertado de acessos, da atualização constante dos sistemas operativos e do *software* utilizado, a par da configuração adequada de *firewalls* que permitem limitar os acessos. A par destas medidas, o Município promove ações de formação junto dos utilizadores, por forma a fomentar uma cultura de responsabilização pelas ações que poderão despoletar os efeitos de *malware* proveniente de ataques ao sistema.

A reforçar a mitigação destes riscos existe ainda uma consultoria para assegurar o cumprimento do Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho - Presidência do Conselho de Ministros, que regulamenta o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço e define as obrigações em matéria de certificação da cibersegurança em execução do Regulamento (UE) 2019/881 do Parlamento Europeu, de 17 de abril de 2019.



# ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS



# ANÁLISE ORÇAMENTAL

**MAIA**

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA





O presente capítulo tem como objetivo proporcionar uma compreensão clara e integrada da evolução financeira do Município, analisando a capacidade de execução orçamental demonstrada ao longo do exercício. Para tal, procede-se à comparação entre o orçamento inicialmente aprovado, o orçamento final resultante das alterações orçamentais ocorridas e os valores efetivamente executados. Esta abordagem permite avaliar o grau de concretização das opções estratégicas definidas, bem como a eficácia na afetação dos recursos disponíveis.

A análise da execução orçamental assenta numa leitura integrada dos níveis de realização da receita e da despesa, considerando não apenas os montantes previstos e ajustados, mas também os valores efetivamente cobrados e pagos. No âmbito da receita, é considerada a receita líquida de reembolsos e restituições, permitindo apurar uma taxa de execução mais rigorosa. Do lado da despesa, observa-se tanto as obrigações pagas como a despesa realizada, garantindo um retrato fiel do esforço financeiro desenvolvido pelo Município ao longo do ano.

No que respeita à receita, a sua estrutura organiza-se em Receita Efetiva — que integra categorias Correntes, de Capital e Outras — e Receita Não Efetiva, onde se registam as operações relativas a Ativos e Passivos Financeiros. Esta classificação reforça a necessidade de identificar claramente as fontes de financiamento que se traduzem em efetivo reforço patrimonial, distinguindo-as das operações de natureza estritamente financeira. Tal separação é essencial para a avaliação do desempenho económico-financeiro e da sustentabilidade orçamental.

De igual modo, a despesa encontra-se repartida entre Despesa Efetiva, compreendendo as componentes Correntes e de Capital, e Despesa Não Efetiva, correspondente aos Ativos e Passivos Financeiros. A articulação entre estas duas categorias, em conjunto com o saldo transitado da gerência anterior, assegura o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental. Esta estrutura permite aferir de que forma o Município orienta a aplicação dos seus recursos para responder às necessidades coletivas, garantindo simultaneamente uma gestão responsável e alinhada com os objetivos estratégicos definidos.



## 1.3.1.1 ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO

Quadro 5

ORÇAMENTO INICIAL/FINAL E EXECUÇÃO					
ANO DE 2025					
	Previsão			Execução	
	Inicial (a)	Final (b)	Desvio (b)-(a)	Valor (c)	Taxa de Execução (c)/(b)*100
<b>Saldo da gerência anterior</b>	<b>0</b>	<b>78 384 427</b>	<b>78 384 427</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Receita Efetiva</b>	<b>228 713 149</b>	<b>174 511 878</b>	<b>-54 201 271</b>	<b>145 085 226</b>	<b>83,1%</b>
Receitas Correntes	106 872 494	109 926 034	3 053 540	122 250 549	111,2%
Receitas de Capital	121 840 555	64 585 743	-57 254 812	21 348 718	33,1%
Outras Receitas	100	100	0	1 485 959	1485959,3%
<b>Receita Não Efetiva</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
Ativos Financeiros	0	0	0	0	0,0%
Passivos Financeiros	0	0	0	0	0,0%
<b>Total da Receita</b>	<b>228 713 149</b>	<b>252 896 305</b>	<b>24 183 156</b>	<b>145 085 226</b>	<b>57,4%</b>
<b>Despesa Efetiva</b>	<b>227 519 386</b>	<b>251 678 890</b>	<b>24 159 504</b>	<b>145 934 345</b>	<b>58,0%</b>
Despesas Correntes	102 104 801	110 291 522	8 186 721	87 420 808	79,3%
Despesas de Capital	125 414 585	141 387 368	15 972 783	58 513 537	41,4%
<b>Despesa Não Efetiva</b>	<b>1 193 763</b>	<b>1 217 415</b>	<b>23 652</b>	<b>1 196 486</b>	<b>98,3%</b>
Ativos Financeiros	600	20 302	19 702	0	0,0%
Passivos Financeiros	1 193 163	1 197 113	3 950	1 196 486	99,9%
<b>Total da Despesa</b>	<b>228 713 149</b>	<b>252 896 305</b>	<b>24 183 156</b>	<b>147 130 830</b>	<b>58,2%</b>

Un: Euro

O Orçamento Municipal para o exercício de 2025 foi aprovado com uma dotação inicial de 228.713.149 €, tendo sido objeto de revisões orçamentais no decurso do ano, através de alterações orçamentais modificativas devidamente autorizadas, que resultaram num reforço global da dotação inicial em (+) 24.183.156 €. Consequentemente, a dotação orçamental corrigida na versão final do exercício ascendia a 252.896.305 €.

Tal como verificado em exercícios anteriores, é notória a capacidade estrutural de financiamento das despesas de capital com receitas correntes, o que evidencia uma gestão financeira sólida e equilibrada. Deste modo, o município consegue, de forma consistente e integrada na sua estrutura financeira, utilizar receita corrente (como impostos, taxas e transferências regulares) para cobrir despesas de capital (como investimentos em infraestruturas, equipamentos, etc.), permitindo, assim, evitar o recurso excessivo ao endividamento ou à alienação de ativos, preservando o património municipal, sem necessidade de vender bens ou comprometer recursos futuros.



Assim aprovado o orçamento inicial, impõe-se ao longo do ano de 2025 a realização de alterações ao orçamento permutativas (isto é, operações de reforço e anulação de dotações), das quais resultou um impacto líquido positivo no orçamento no valor de (+) 24.183.156 €, conforme já referido.

Quantifica-se seguidamente o impacto das referidas alterações na despesa municipal, distribuída pelas Grandes Opções do Plano (GOP):

**Quadro 6**

<b>Impacto no Orçamento da Despesa</b>				
<b>ANO DE 2025</b>				
	<b>Despesa Corrente</b>	<b>Despesa de Capital</b>	<b>Despesa Não Efetiva</b>	
Plano Plurianual de Investimentos - PPI	<b>14 872 636</b>	0	14 872 636	0
Plano de Atividades Mais Relevantes - PAM	<b>9 310 520</b>	8 186 721	1 100 147	23 652
<b>Total</b>	<b>24 183 156</b>	<b>8 186 721</b>	<b>15 972 783</b>	<b>23 652</b>

Un: Euro

Com vista ao aprofundamento de análise do orçamento final e respetivos desvios, ilustram-se graficamente as variações introduzidas nas várias componentes do orçamento municipal ao longo do ano de 2025:



Gráfico 6

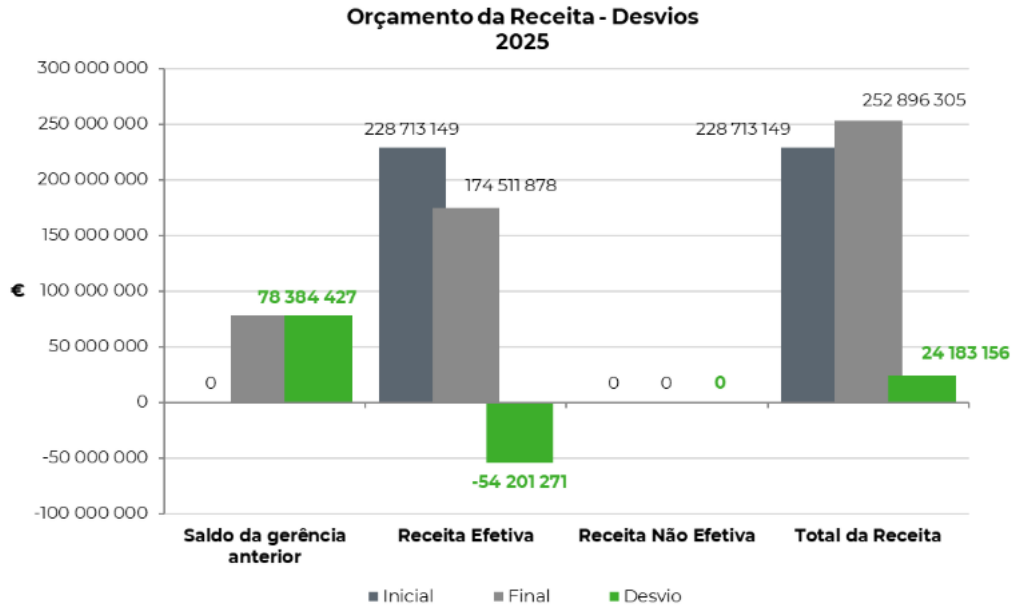
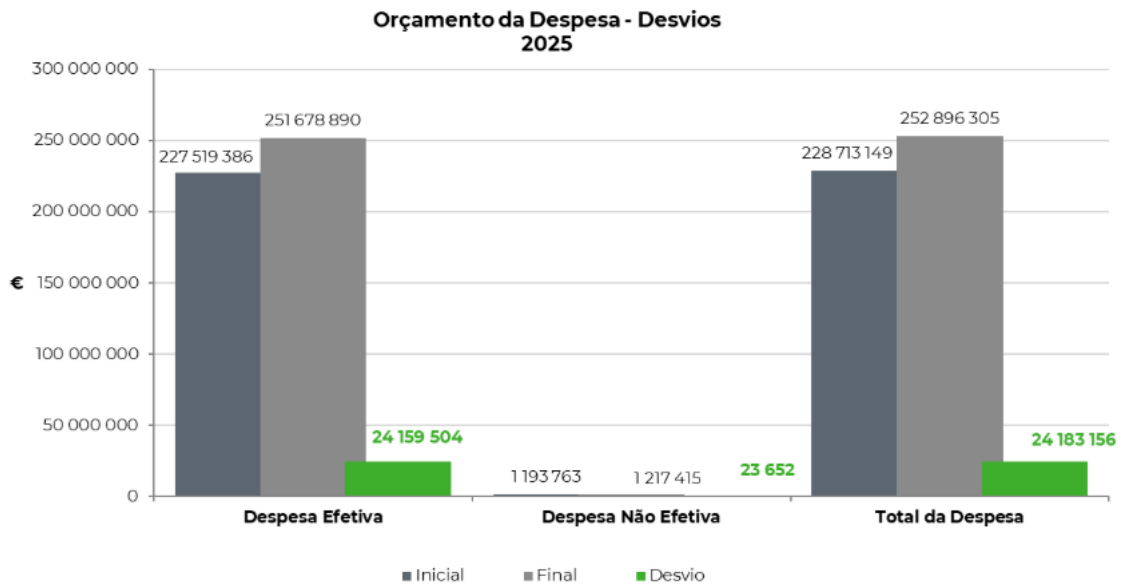


Gráfico 7



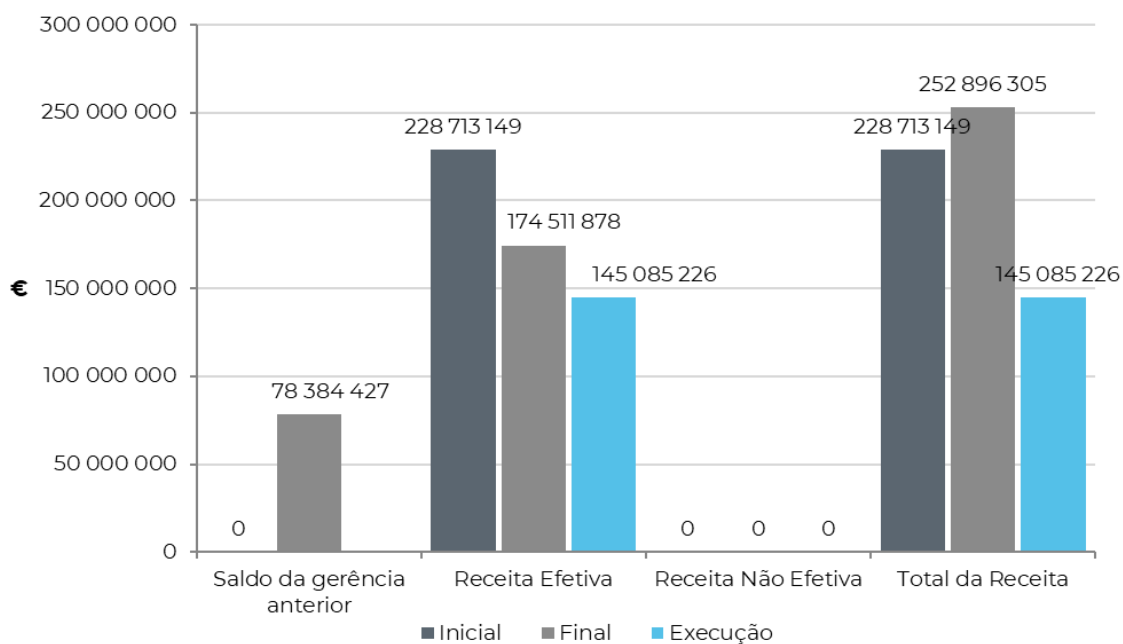


Introduzindo nos gráficos seguintes informação acerca da execução orçamental, conclui-se da sua leitura pela coexistência de taxas de execução distintas nas componentes de corrente e capital; no caso concreto da Receita Efetiva, estas ascendem respetivamente a 111,2% e 33,1%.

A Receita Não Efetiva não registou execução, porquanto não foram contraídos empréstimos nem alienados ativos financeiros no ano em análise.

**Gráfico 8**

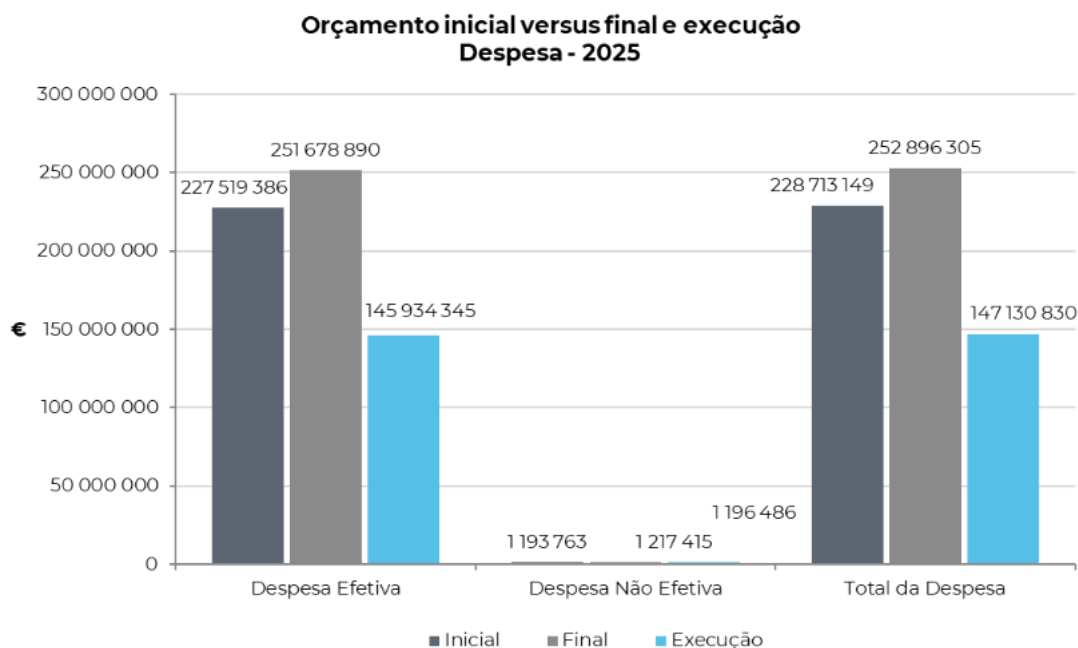
**Orçamento inicial versus final e execução  
Receita - 2025**



Orientando a análise para a despesa, apura-se que o total da despesa executada ascende a 147.130.830€, sendo a despesa efetiva de 145.934.345 € e a não efetiva de 1.196.486 €, de que decorrem taxas de execução de 58% e 98,3%, respetivamente.



Gráfico 9



No ano de 2025, a execução da despesa municipal novamente destaca a ponderação das despesas correntes, cuja taxa de realização se fixou em 79,3%, contrastando com uma execução de apenas 41,4%, nas despesas de capital. Este desfasamento confirma a tendência habitual de maior execução nas rubricas de funcionamento face às de investimento, durante exercício.

No que respeita às Despesas Não Efetivas, observam-se apenas níveis de execução na componente dos Passivos financeiros que atingem uma taxa de execução de 99,9%, compatível com o serviço regular da dívida contratada.

Importa ainda destacar o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, conforme estabelecido no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais - n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual. Esta norma impõe que o orçamento reflita receitas suficientes para cobrir a totalidade das despesas, exigindo adicionalmente que a receita corrente bruta cobrada seja, no mínimo, equivalente à soma da despesa corrente executada e das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo.

O cumprimento desta regra deve ser garantido, no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e na própria execução orçamental, tendo em vista por um lado a contenção do défice orçamental e, por outro, a formação de poupança corrente, com vista à sua aplicação na despesa de investimento.



Este princípio, que visa assegurar a sustentabilidade orçamental e a capacidade de autofinanciamento do investimento municipal, foi devidamente observado em todas as fases do ciclo orçamental. Uma análise mais detalhada será apresentada no subcapítulo 1.3.3.2 PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL, específico à questão do equilíbrio orçamental, onde se demonstrará o cumprimento integral deste requisito legal, nas diferentes fases do ciclo orçamental e no contexto da gestão financeira do Município.

### **1.3.2 ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS**

#### **1.3.2.1 PERMUTATIVAS E MODIFICATIVAS**

As alterações orçamentais encontram-se regulamentadas, na Norma de Contabilidade Pública n.º 26 (NCP 26), em vigor no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Apesar da adoção deste novo referencial contabilístico, subsistem disposições relevantes do anterior Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), nomeadamente o ponto 8.3.1, que continua a orientar a classificação e operacionalização das alterações orçamentais, na ausência de revogação expressa. A introdução, em 2020, dos conceitos de alterações modificativas e alterações permutativas — que se aproximam, respetivamente, das anteriores figuras de revisão orçamental e alteração orçamental — exigindo, por conseguinte, uma articulação interpretativa entre os normativos vigentes e os preceitos remanescentes do POCAL, ainda relevantes para efeitos de classificação e reporte.

Ao longo do exercício económico em análise, a necessidade de adequar as previsões iniciais à execução real justifica a realização de alterações orçamentais, que se traduzem em operações de reforço e anulação de dotações, bem como, inscrição de novas rubricas e/ou projetos. No período em análise, o ajustamento orçamental concretizou-se através da adoção de alterações Permutativas (reafetação de verbas entre rubricas sem impacto no saldo global) e alterações Modificativas (Revisões - com impacto direto na estrutura do orçamento), conforme evidenciado no quadro seguinte, que sintetiza a natureza e o volume financeiro das operações realizadas:



Quadro 7

NATUREZA DAS ALTERAÇÕES		
ANO 2025		
	Permutativas	Modificativas
Orçamento da Despesa	30	7
Plano Plurianual de Investimentos	26	7
Plano de Atividades Mais Relevantes	30	4
Orçamento da Receita	1	7

Un: Número

Prossegue o presente relatório com a análise em pormenor das inscrições/reforços e diminuições/anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da despesa e da receita autárquica, e bem assim o seu impacto das respetivas dotações finais.

### 1.3.2.1.1 ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

Quadro 8

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA								
ANO DE 2025								
	Dotação Inicial		Permutativas e Modificativas		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>102 104 801</b>	<b>44,6%</b>	<b>17 592 685</b>	<b>9 405 965</b>	<b>110 291 522</b>	<b>43,6%</b>	<b>8 186 721</b>	<b>8,0%</b>
Pessoal	40 375 010	17,7%	1 870 605	1 874 558	40 371 057	16,0%	-3 953	0,0%
Aquisição de bens e serviços	44 478 698	19,4%	12 802 852	6 996 506	50 285 044	19,9%	5 806 346	13,1%
Juros e outros encargos	144 221	0,1%	70 000	37 000	177 221	0,1%	33 000	22,9%
Transferências correntes	7 899 790	3,5%	890 403	185 600	8 604 593	3,4%	704 803	8,9%
Subsídios	8 432 342	3,7%	1 605 225	120 000	9 917 567	3,9%	1 485 225	17,6%
Outras despesas correntes	774 740	0,3%	353 600	192 300	936 040	0,4%	161 300	20,8%
<b>DESPESAS CAPITAL</b>	<b>125 414 585</b>	<b>54,8%</b>	<b>33 945 416</b>	<b>17 972 633</b>	<b>141 387 368</b>	<b>55,9%</b>	<b>15 972 783</b>	<b>12,7%</b>
Investimento	121 191 268	53,0%	31 865 992	16 993 356	136 063 904	53,8%	14 872 636	12,3%
Transferências de capital	4 223 317	1,8%	2 079 424	979 276	5 323 464	2,1%	1 100 147	26,0%
<b>DESPESA EFETIVA (4)</b>	<b>227 519 386</b>	<b>99,5%</b>	<b>51 538 101</b>	<b>27 378 597</b>	<b>251 678 890</b>	<b>99,5%</b>	<b>24 159 504</b>	<b>20,8%</b>
<b>DESPESA NÃO EFETIVA (5)</b>	<b>1 193 763</b>	<b>0,5%</b>	<b>24 702</b>	<b>1 050</b>	<b>1 217 415</b>	<b>0,5%</b>	<b>23 652</b>	<b>3284,0%</b>
Ativos Financeiros	600	0,0%	19 702	0	20 302	0,0%	19 702	3283,7%
Passivos Financeiros	1 193 163	0,5%	5 000	1 050	1 197 113	0,5%	3 950	0,3%
<b>DESPESA TOTAL (6) = (4) + (5)</b>	<b>228 713 149</b>	<b>100,0%</b>	<b>51 562 803</b>	<b>27 379 647</b>	<b>252 896 305</b>	<b>100,0%</b>	<b>24 183 156</b>	<b>10,6%</b>

Un: Euro

No decurso do ano de 2025, a execução orçamental da despesa foi objeto de ajustamentos significativos, refletidos em operações de reforço e anulação de dotações. O impacto global das alterações aprovadas traduziu-se num reforço bruto das dotações de despesa no montante de (+)



1.562.803 €, dos quais 27.379.647 € foram compensados por diminuições/anulações em rubricas com dotações excedentárias, configurando alterações permutativas sem impacto no saldo orçamental. O reforço líquido do orçamento da despesa ascendeu, assim, a (+) 24.183.156 €, refletindo um aumento efetivo da capacidade de despesa do Município.

Importa destacar que todas as classificações económicas objeto de alteração no período em análise registaram um aumento da respetiva dotação final, com exceção da rubrica de pessoal, o que evidencia uma estratégia de reforço seletivo orientada para a execução das prioridades definidas no plano de atividades.

No domínio da **Despesa Efetiva** e, em particular, das Despesas de Capital, o reforço do **Investimento Direto**, assume particular relevância atingindo um montante de (+) 14.872.636 €, concretizado através de alterações permutativas e modificativas, contribuiu para o aumento da dotação global do Plano Plurianual de Investimentos (PPI). Este reforço, com efeitos diretos na execução do exercício económico em curso, visa assegurar o financiamento de projetos estruturantes e a continuidade de operações plurianuais em curso, nomeadamente:

- O reforço dos seguintes Projetos com dotação inicial Não Definida, no montante de 12.015.000€.



**Quadro 9**

<b>Reforço e diminuição do PPI - Projetos com dotação inicial "não definida"</b>			
<b>N.º Projeto</b>	<b>Designação do Projeto</b>	<b>Valor</b>	
		<b>Ano 2025</b>	<b>Anos seguintes</b>
2025/1/37	Proteção de Aglomerados Populacionais.	250 000	
2022/1/51	Construção de equipamentos de saúde primária - Parque de Saúde Maia - Acordo de Colaboração com a ARS Norte, na freguesia da Cidade da Maia.	5 100 000	2 000 000
2021/1/39	1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.	1 500 000	607 000
2023/1/58	Obras de conservação e reparação excecional no património habitacional do Município - Contratos de Mandato a celebrar com a "Espaço Municipal, E.M."	516 000	
2002/1/95	Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana.	700 000	
2002/1/105	Aquisição de propriedades para fins urbanísticos e para outros fins diversos.	350 000	
2025/1/4	Repavimentação de percursos pedonais de Parques Urbanos.	400 000	
2012/1/14	Ampliação do Parque Urbano dos Maninhos, em Vermoim, na Freguesia da Cidade da Maia.	400 000	
2019/1/31	Corredor Verde do Rio Leça.	300 000	
2009/1/51	Construção de cerca e abrigo para animais de grande porte na Quinta da Gruta, em Santa Maria de Avioso, na Freguesia do Castelo da Maia.	120 000	
2024/1/52	Beneficiação do Parque de Avioso - S. Pedro.	184 000	
2020/1/2	Beneficiação da Biblioteca Municipal Doutor José Vieira de Carvalho.	100 000	
2023/1/6	Arruamento de ligação da Rua do Serradouro à Alameda de S. Paulo, na freguesia de Folgosa.	450 000	
2002/1/320	Retificação, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação de arruamentos diversos em vários locais do Concelho, incluindo a aquisição de betume asfáltico e a respetiva aplicação.	700 000	
2021/1/36	Valorização do Território Rural - estruturação de recursos turísticos presentes no território.	120 000	
2022/1/2	Estruturas de valorização e identificação turística.	30 000	
2025/1/49	Construção de Quartel de Bombeiros, na freguesia de Pedrouços.	795 000	2 596 900
<b>Total</b>		<b>12 015 000</b>	<b>5 203 900</b>

Un:Euro



- O reforço da dotação definida do projeto "1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação" e consequentemente um aumento da dotação global do orçamento da despesa, com contrapartida nas receitas legalmente consignadas, em consequência da aprovação do Termo de Responsabilidade/Aceitação da candidatura "66943 - Aquisição de 46 fogos - Rua de Manuel Assunção Falcão, N.º 441, Castelo da Maia" pelo IHRU, no montante de 5.153.200€.
- O reforço de outros projetos inicialmente inscritos, no montante de 94.398 €, que tiveram como contrapartida a diminuição de outras dotações.
- A reprogramação de três projetos financiados (cuja execução foi diferida para o exercício seguinte), no montante global de (-) 2.389.962 €, que teve como contrapartida a diminuição da receita, conforme se demonstra no quadro seguinte:

#### Quadro 10

Reforço/Diminuição do PPI - Projetos com dotação inicial "definida"				
N.º Projeto	Designação do Projeto	Valor		
		Ano 2025	Ano 2026	
2025/I/44	Instalação de uma "Loja do Cidadão" (Acordo de Colaboração com a AMA - Agência para a Modernização Administrativa)	-1 049 962	1 049 962	
2024/I/33	Requalificação de equipamentos de saúde primária - USF Alto da Maia, na freguesia de Águas Santas.	-985 000	985 000	
2024/I/34	Requalificação de equipamentos de saúde primária - USF Saúde em Família, na freguesia de Pedrouços.	-355 000	355 000	
<b>Total</b>		<b>-2 389 962</b>	<b>2 389 962</b>	

Un:Euro

A rubrica de **Aquisição de Bens e Serviços** apresentou o segundo maior acréscimo orçamental, no valor de (+) 5.806.346 € entre orçamento inicial e final, registado no ano. Tal reforço, igualmente concretizado através de alterações quer modificativas, quer permutativas, teve como finalidade responder às exigências operacionais dos serviços municipais, assegurando a continuidade da atividade administrativa, o cumprimento de obrigações contratuais e a adaptação a novas necessidades funcionais emergentes. Concretizando, assinalam-se os seguintes fatores:

- A criação de três novos projetos conforme demonstra o quadro seguinte:



### Quadro 11

Criação de novos projetos PAM				
N.º Projeto	Designação do Projeto	Valor		
		Ano 2025	Não definida	Anos seguintes
2025/A/32	MAIA + PREPARADA - Proteção civil e gestão integrada de riscos.	10 000		30 000
2025/A/34	Maia Inclusão e Longevidades Ativa.	100 000	650 000	1165 000
2025/A/37	Aquisição de serviços de "carteira digital" para carregamento de valores e pagamento de serviços	20 500		246 000
<b>TOTAL</b>		<b>130 500</b>	<b>650 000</b>	<b>1 441 000</b>

Un:Euro

- O reforço da despesa de vários projetos já inscritos, com impacto positivo na dotação global do exercício económico de 2025 no valor de 4.554.210 €, em resultado da reafetação de dotação "não definida" para "dotação definida", com aumento da dotação global inicialmente prevista em alguns projetos, no exercício corrente e/ ou em exercícios futuros, identificados no quadro seguinte:



### Quadro 12

Reforço e diminuição do PAM - Projetos com dotação inicial "não definida"			
N.º Projeto	Designação do Projeto	Valor	
		Ano 2025	Anos seguintes
2010/A/35	Contratos de manutenção e licenças de programas informáticos.	200 000	
2024/A/30	Programa "Maia Mentalmente Ativa	49 210	
2002/A/122	Contratos celebrados ou a celebrar com Empresas da especialidade para a construção e/ou manutenção de diversos espaços ajardinados espalhados pelo Concelho.	3 100 000	13 662 000
2002/A/176	Realização de Colóquios, Seminários e Conferências.	50 000	
2020/A/14	Realização do evento "Maia Symphonic".	20 000	
2022/A/5	Roteiro de Arte Urbana da Maia.	30 000	
2024/A/11	Maia Techno Fest - Festival de Música Eletrónica.	50 000	
2017/A/34	Edição, produção gráfica e distribuição de materiais de divulgação.	50 000	
2002/A/282	Programa "Turismo Sénior": Realização de viagens de convívio dedicadas a pessoas pertencentes à faixa etária da Terceira Idade; viagens a locais nacionais com interesse turístico-cultural.	100 000	
2007/A/24	Participação em Certames de Turismo ou ações similares.	30 000	
2021/A/2	Valorização dos Caminhos de Santiago.	25 000	
2021/A/4	Atividades de fruição da Quinta dos Cónegos.	40 000	
2021/A/5	Promoção e comunicação do destino Maia.	100 000	
2022/A/11	Turismo Industrial - Indústria Viva e Negócios.	20 000	
2022/A/12	Destino Turístico - Gestão, cooperação institucional e empresarial.	20 000	
2024/A/5	ANIMAIA - Festival da Criança.	40 000	
2025/A/15	Programa de Estruturação de Recursos Turísticos Locais.	40 000	
2021/A/52	Programa de Animação de Natal e Fim de Ano.	490 000	
2022/A/69	Festival de Luz.	100 000	
<b>Total</b>		<b>4 554 210</b>	<b>13 662 000</b>

Un.Euro

- O reforço da despesa de vários projetos inicialmente inscritos, com vista à atualização das estimativas iniciais, com impacto positivo na dotação global do exercício económico de 2025 no valor de 1.121.636 €, em resultado de necessidades identificadas pelos serviços municipais, desconhecidas à data de elaboração do orçamento inicial, com aumento da dotação global inicialmente prevista.

Com reforço expressivo, apresenta-se de seguida e por ordem de materialidade dos desvios registados no ano de 2025, a variação ocorrida na rubrica dos **Subsídios**, que apresenta uma modificação positiva (+) 1.485.225 €, determinada pelos reforços/diminuições associados às Empresas públicas municipais e intermunicipais, destacando-se aqui as seguintes necessidades:

- O reforço do Projeto 2012/A/39 "Reposição do equilíbrio de contas das empresas que integram o Setor Empresarial Local e demais entidades participadas", no montante de 457.800 € (em face das suscitadas pela performance da LIPOR em 2024, conforme adiante se referirá);



- O reforço do Projeto 2018/A/68 “Programa de Apoio à Redução do tarifário dos Transportes Públicos (PART)”, no montante global de 689.490 €;
- O reforço do Projeto - 2020/A/68 – “Contrato de gestão delegada celebrado com a “Maiambiente, E.M.”. - Resíduos Sólidos, no montante de 210.000 €;
- O reforço do Projeto – 2020/A/65 – “Contrato programa celebrado com a “Maiambiente, E.M.”. - Limpeza Pública, no montante de 127.935 €.

Por sua vez, a rubrica de **Transferências de Capital**, acomodou reforços no montante de (+) 2.079.424 €, que tiveram como contrapartida, (-) 979.276 €, a diminuição de outras componentes também de capital, posicionando-se com uma variação final de (+) 1.100.147 €. Inserem-se seguidamente quadros quantificadores das variações ocorridas no seio desta componente de despesa:

**Quadro 13**

Criação de novos projetos PAM			
N.º Projeto	Designação do Projeto	Valor	
		Ano 2025	Anos seguintes
2025/A/27	Pedalar sem Idade	25 000	2 000
2025/A/33	Apoio à produção artística de peça evocativa dos 50 anos do Agrupamento de Escolas de Águas Santas	5 000	0
<b>TOTAL</b>		<b>30 000</b>	<b>2 000</b>

Un:Euro



**Quadro 14**

<b>Reforço e diminuição do PAM - Projetos com dotação inicial "não definida"</b>			
<b>N.º Projeto</b>	<b>Designação do Projeto</b>	<b>Valor</b>	
		<b>Ano 2025</b>	<b>Anos seguintes</b>
2011/A/23	Apoio à beneficiação do Centro de Atividades Ocupacionais da APPACDM, em S. Pedro de Avioso, na Freguesia do Castelo da Maia.	100 000	0,00
2022/A/66	Apoio à edificação ou à adaptação de edifícios com vista à instalação de Creches por parte de Juntas de Freguesia ou Instituições da área social.	250 000	0,00
2025/A/6	Apoio à construção de uma Creche, em Gemunde, a ser levada a efeito pela Junta de Freguesia, na freguesia do Castelo da Maia.	255 000	0,00
2005/A/30	Comparticipação na aquisição de viaturas ou outros equipamentos por parte de Instituições sem fins lucrativos.	100 000	0,00
2013/A/1	Comparticipação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial da Freguesia de Águas Santas (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia).	166 900	0,00
2021/A/54	Comparticipação na Obra de beneficiação e ampliação do Cemitério Paroquial de Silva Escura (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia).	104 000	0,00
2024/A/40	Apoio a obras de construção, reconstrução, ampliação e ou adaptação de outros edifícios religiosos, obras levadas a cabo pelas Comissões Fabriqueiras das Fábricas das Igrejas Paroquiais respetivas.	128 700	0,00
2025/A/9	Apoio à ampliação da ERPI do Centro Paroquial Nossa Senhora da Natividade de Pedrouços. na freguesia de Pedrouços.	104 000	0,00
2025/A/8	Apoio à construção da nova Igreja Paroquial de Pedrouços, na Freguesia de Pedrouços.	24 000	0,00
<b>Total</b>		<b>1 232 600</b>	<b>0</b>

Un:Euro

O reforço da despesa de vários projetos inicialmente inscritos, por via da correção das estimativas iniciais ou atuais, com impacto positivo na dotação global do exercício económico de 2025, no valor de 816.824 €, em resultado de necessidades identificadas pelos serviços municipais, desconhecidas à data de elaboração do orçamento inicial, com aumento da dotação global inicialmente prevista em alguns projetos e em exercícios futuros.



Sinalizam-se ainda, no grupo das despesas correntes, modificações positivas nas **Transferências Correntes** (+) 704.803 €, tendo como objetivo assegurar as seguintes necessidades:

- A criação de quatro novos projetos, que se apresentam no quadro infra:

**Quadro 15**

Criação de novos projetos PAM			
N.º Projeto	Designação do Projeto	Valor	
		Ano 2025	Anos seguintes
2025/A/28	Projeto Cultural COR(PO) METROPOLITANO	24 600	0
2025/A/31	Projeto de mediadores municipais e interculturais.	6 000	30 000
2025/A/35	Acordo de Colaboração com a Associação de Futebol do Porto (AFP) com vista à frequência da "Academia de Futebol da AFP" por parte de Clubes e Atletas do Município.	50 000	450 000
2025/A/36	Apoios a entidades sem fins lucrativos que atuem na área da economia, tais como Cooperativas.	22 000	0
<b>TOTAL</b>		<b>102 600</b>	<b>480 000</b>

Un:Euro

- Reforços nas componentes associadas a:
  - ✓ Freguesias, no montante de (+) 195.803 €;
  - ✓ Associações de Municípios, no valor de (+) 161.400 €;
  - ✓ Instituições sem Fins Lucrativos (+) 245.000 €.

Com materialidade significativamente inferior à das variações que até aqui se assinalaram, registam-se ainda no grupo das despesas correntes, modificações positivas nas **Outras Despesas Correntes**, (+) 161.300 €, necessárias em virtude de imposições legais de que se tomou conhecimento no decurso do período em análise, impossíveis de prever aquando da elaboração do Orçamento inicial – com enfoque nos encargos decorrentes de sentença de tribunal e outras despesas decorrentes do exercício económico.



Concluindo a presente análise, elencam-se rapidamente as rubricas de despesa cujas variações de dotação no ano se cifraram inferiores a 50.000 €. Regista-se, com uma variação de (+) 33.000 € em Juros e Ouros Encargos nomeadamente para fazer face a Taxas de Justiça e Encargos de Sentença de Tribunal, tendo como contrapartida outras componentes também correntes. E, no seio das Despesas Não Efetivas, registaram os Ativos e os Passivos Financeiros aumentos de (+) 19.702 € e (+) 3.950 € respetivamente.

Nos **Ativos Financeiros** em virtude das necessidades identificadas no quadro seguinte:

**Quadro 16**

Criação de novos projetos PAM			
N.º Projeto	Designação do Projeto	Valor	
		Ano 2025	Anos seguintes
2025/A/29	Adesão à ENNO - Associação Energias do Norte.	2	0
2025/A/30	Adesão a entidades associativas que prossigam fins de relevante interesse público.	7 200	0
2025/A/16	Adesão à Associação de Turismo do Porto.	12 500	0
<b>TOTAL</b>		<b>19 702</b>	

Un: Euro

Nos **Passivos Financeiros**, pela necessidade do reforço rubrica de Outras despesas com impostos e taxas, do Projeto 2011/A/32 - Serviços da dívida autárquica.

Em sentido inverso e já do lado da Despesa Efetiva, regista-se uma diminuição (-) 3.953 € dentro das **Despesas com Pessoal**, por força da reprogramação do Projeto 2022/A/91 – Maia Melhor (no âmbito do Plano da Operação Integrada do Território de Intervenção de Unidade Territorial Local Interior Norte), que teve como contrapartida o reforço de outras económicas, dentro do mesmo projeto.

As operações de inscrição/reforço e de diminuição/anulação no orçamento da despesa implicam ajustamentos obrigatórios no Plano Plurianual de Investimentos e/ou no Plano de Atividades Mais Relevantes, refletindo-se em alterações de natureza permutativa ou modificativa (revisões), conforme previsto no enquadramento contabilístico vigente.



No período em análise, na alçada do Plano Plurianual de Investimentos concretizaram-se vinte e seis alterações permutativas e sete modificativas (revisões), quanto ao Plano das Atividades Mais Relevantes realizaram-se trinta alterações permutativas e quatro modificativas (revisões). Estas operações resultaram num impacto global nas dotações, traduzido num acréscimo de (+) 24.183.156€, conforme evidenciado anteriormente.

### 1.3.2.1.2 ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA

Quadro 17

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS À RECEITA								
ANO DE 2025								
Dotação Inicial			Permutativas e Modificativas		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>106 872 494</b>	<b>46,7%</b>	<b>20 014 040</b>	<b>16 960 500</b>	<b>109 926 034</b>	<b>43,5%</b>	<b>3 053 540</b>	<b>2,9%</b>
Receita Fiscal (Impostos Diretos)	56 154 300	24,6%	16 960 500	16 960 500	56 154 300	22,2%	0	0,0%
Taxas, multas e outras penalidades	5 388 300	2,4%	0	0	5 388 300	2,1%	0	0,0%
Rendimentos de propriedade	3 943 200	1,7%	0	0	3 943 200	1,6%	0	0,0%
Transferências correntes	36 741 994	16,1%	3 053 540	0	39 795 534	15,7%	3 053 540	8,3%
Venda de bens e serviços correntes	4 216 000	1,8%	0	0	4 216 000	1,7%	0	0,0%
Outras receitas correntes	428 700	0,2%	0	0	428 700	0,2%	0	0,0%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>121 840 555</b>	<b>53,3%</b>	<b>8 290 700</b>	<b>65 545 512</b>	<b>64 585 743</b>	<b>25,5%</b>	<b>-57 254 812</b>	<b>-47,0%</b>
Venda de bens de investimento	1 811 171	0,8%	0	0	1 811 171	0,7%	0	0,0%
Transferência de capital	60 360 409	26,4%	8 290 700	5 948 307	62 702 802	24,8%	2 342 393	3,9%
Outras receitas de capital	59 668 975	26,1%	0	59 597 204	71 771	0,0%	-59 597 204	-99,9%
<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	<b>100</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>RECEITA EFETIVA (1)</b>	<b>228 713 149</b>	<b>100,0%</b>	<b>28 304 740</b>	<b>82 506 012</b>	<b>174 511 878</b>	<b>69,0%</b>	<b>-54 201 271</b>	<b>-23,7%</b>
<b>RECEITA NÃO EFETIVA (2)</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
Receita em ativos financeiros	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0	-
Receita em passivos financeiros	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0	-
<b>Saldo da Gerência Anterior (3)</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>78 384 427</b>	<b>0</b>	<b>78 384 427</b>	<b>31,0%</b>	<b>78 384 427</b>	<b>-</b>
<b>RECEITA TOTAL (4) = (1) + (2) + (3)</b>	<b>228 713 149</b>	<b>100,0%</b>	<b>106 689 168</b>	<b>82 506 012</b>	<b>252 896 305</b>	<b>100,0%</b>	<b>24 183 156</b>	<b>10,6%</b>

UnEuro

Da análise ao orçamento da receita, durante o exercício económica de 2025, verifica-se que ocorreram alterações de natureza permutativa (uma) e modificativa (sete), que se traduziram num acréscimo da dotação global da receita no montante de (+) 24.183.156 €, que teve como contrapartida o aumento global do orçamento da despesa, em igual montante (conforme se analisou no subcapítulo 1.1.2.1.7 ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA).

A principal fonte de financiamento deste reforço foi a integração do saldo da gerência anterior, no montante de 78.384.427 €, o qual foi mobilizado parcialmente para reforçar a capacidade de execução orçamental no exercício em curso. Paralelamente, registou-se um aumento nas estimativas da Receita Efetiva no valor de (+) 28.304.740 €, refletindo a revisão em alta de algumas previsões



iniciais, sobretudo ao nível de receitas correntes e de capital com maior grau de certeza na cobrança. Contudo, esta inscrição foi compensada por uma redução global nas estimativas iniciais da Receita Efetiva, com especial incidência nas componentes de Receita Corrente (nomeadamente receita fiscal – impostos diretos) e, sobretudo de Receita de Capital, que registaram no seu conjunto uma variação negativa agregada de (-) 82.506.012 €.

Ao nível das Alterações Permutativas a única alteração teve como finalidade o reajuntamento entre as receitas correntes/capital, concretamente na rubrica 060306 – “Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados”, no montante de 408.965 €, a fim de permitir a arrecadação de receita proveniente de fundos comunitários – receita proveniente para o “PRR – Comunidades Desfavorecidas” que teve como contrapartida a diminuição da rubrica 100307 – “Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados”, de igual montante.

No que respeita às Alterações Modificativas, no quadro seguinte apresentam-se sistematizadas as sete alterações realizadas ao Orçamento da Receita.



## Quadro 18

Alterações Modificativas à Receita						
	2025	2026	2027	2028	Seguintes	
<b>1.ª Modificativa</b>	<b>Previsão Inicial</b>	<b>228 713 149</b>	<b>206 204 476</b>	<b>153 753 423</b>	<b>136 090 265</b>	<b>116 260 911</b>
<b>Saldo da Gerência Anterior (2024)</b>						
Aplicação do Saldo da Gerência Anterior	78 384 427					
Outras Receitas Capital	-59 239 034	8 035 600	5 428 600	5 373 900		
(A) Saldo da Gerência Anterior Disponível para aplicação	<b>19 145 393</b>	<b>8 035 600</b>	<b>5 428 600</b>	<b>5 373 900</b>		
<b>Criação de classificações económicas de receita:</b>						
Imposto Municipal Sobre as Transações Onerosas de Imóveis	-16 960 500					
Imposto Municipal Sobre as Transações Onerosas de Imóveis - Artigo 14.º Lei 73/2013	14 960 500					
Imposto Municipal Sobre as Transações Onerosas de Imóveis - Compensação DL 48-A/2024	2 000 000					
Artigo 35º, nº 3 da Lei 73/2013 - corrente	2 595 365					
Artigo 35º, nº 3 da Lei 73/2013 - capital	-2 595 365					
(B) Impacto	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
<b>Integração da receita decorrente da aprovação dos contratos de financiamento - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados:</b>						
"Parque saúde Maia"	3 000 000					
"Maia Mentalmente Ativa"	49 210					
(C) Impacto	<b>3 049 210</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
<b>Aumento da Dotação Global do Orçamento 2025 (A)+(B)+(C)</b>	<b>22 194 603</b>	<b>8 035 600</b>	<b>5 428 600</b>	<b>5 373 900</b>		
Un:Euro						
<b>2.ª Modificativa</b>						
<b>Recalendarização da receita</b>						
Cooperação técnica e financeira	-746 603	0	746 603			
Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados	-165 582	165 582	0			
<b>Dotação Global do Orçamento de Receita</b>	<b>-912 185</b>	<b>165 582</b>	<b>746 603</b>			
Un:Euro						
<b>3.ª Modificativa</b>						
<b>Recalendarização da receita</b>						
Outras Receitas de Capital	0	7 742 500	3 501 900	150 000		
<b>Dotação Global do Orçamento de Receita</b>	<b>0</b>	<b>7 742 500</b>	<b>3 501 900</b>	<b>150 000</b>		
Un:Euro						
<b>4.ª Modificativa</b>						
<b>Ajustamento na dotação global da receita decorrente da aprovação do Termo de Responsabilidade e Aceitação, aprovado pelo IHRU, a título de comparticipação não reembolsável</b>						
<b>Candidaturas/Operações</b>						
<b>Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados</b>						
Aquisição de 46 fogos - Rua de Manuel Assunção Falcão, N.º 441, Castêlo da Maia	5 153 200					
<b>Dotação Global do Orçamento de Receita</b>	<b>5 153 200</b>					
Un:Euro						

(continua)



Alterações Modificativas à Receita					
	2025	2026	2027	2028	Seguintes
<b>5.ª Modificativa</b>					
<b>Criação de classificação económica e ajustamento da plurianualidade da receita</b>					
Privadas (Protocolo de Colaboração e Comparticipação nas Obras Realizadas com Vista a Realização da Passagem Superior no Acesso Nascente ao MaiaShopping)	137 500				
<i>Outras receitas de capital</i>		3 396 245	1 178 195	256 447	177 761
<b>Dotação Global do Orçamento de Receita</b>	<b>137 500</b>	<b>3 396 245</b>	<b>1 178 195</b>	<b>256 447</b>	<b>177 761</b>
Un:Euro					
<b>6.ª Modificativa</b>					
<b>Ajustamento na dotação global da receita</b>					
<b>Recalendarização da receita</b>					
Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados	-920 593	920 593			
Outros	-129 369	129 369			
<b>Dotação Global do Orçamento de Receita</b>	<b>-1 049 962</b>	<b>1 049 962</b>			
Un:Euro					
<b>7.ª Modificativa</b>					
<b>Reforço/Diminuição do PPI - Projetos com dotação inicial "definida"</b>					
Requalificação de equipamentos de saúde primária - USF Alto da Maia, na freguesia de Águas Santas.	-985 000	985 000			
Requalificação de equipamentos de saúde primária - USF Saúde em Família, na freguesia de Pedrouços.	-355 000	355 000			
<b>Dotação Global do Orçamento de Receita</b>	<b>-1 340 000</b>	<b>1 340 000</b>			
<b>Previsão Final</b>					
	<b>252 896 305</b>	<b>227 934 365</b>	<b>164 608 721</b>	<b>141 870 612</b>	<b>116 438 672</b>
Un:Euro					



# DESEMPENHO ORÇAMENTAL



### 1.3.3.1 ANÁLISE GLOBAL DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

No Desempenho Orçamental apresentam-se as importâncias relativas a todos os influxos e efluxos ocorridos no exercício, associados quer à execução do orçamento quer às operações não orçamentais (tituladas por operações de tesouraria e cauções em dinheiro). Apresenta também os respetivos saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte e permite aferir um conjunto de indicadores orçamentais no final da gerência.

Quadro 19

DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL			
Ano 2025			
RECEITAS	2025	DESPEASAS	2025
<b>SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR</b>	<b>85 794 656</b>		
Operações orçamentais [1]	78 384 427		
Operações de tesouraria [A]	7 410 228		
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>122 250 549</b>	<b>Despesa corrente</b>	<b>87 420 808</b>
<b>RECEITAS CAPITAL</b>	<b>21 348 718</b>	<b>Despesa de capital</b>	<b>58 513 537</b>
<b>Reposições não abatidas aos pagamentos</b>	<b>1 485 959</b>	Outras despesas de capital	0
<b>RECEITA EFETIVA [2]</b>	<b>145 085 226</b>	<b>DESPESA EFETIVA [5]</b>	<b>145 934 345</b>
<b>RECEITA NÃO EFETIVA [3]</b>	<b>0</b>	<b>DESPESA NÃO EFETIVA [6]</b>	<b>1 196 486</b>
<b>RECEITA TOTAL [4] = [1] + [2] + [3]</b>	<b>223 469 654</b>	<b>DESPESA TOTAL [7] = [5] + [6]</b>	<b>147 130 830</b>
Operações de Tesouraria [B]	1 729 732	Operações de tesouraria (C)	1 918 783
		<b>SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE</b>	<b>83 560 002</b>
		Operações orçamentais (B) = (4) - (7)	76 338 824
		Operações de tesouraria (D) = (A) + (B) - (C)	7 221 178
		<b>SALDO GLOBAL [2] - [5]</b>	<b>-849 118</b>
		<b>Despesa Primária</b>	<b>145 794 598</b>
		<b>Saldo Corrente</b>	<b>34 829 741</b>
		<b>Saldo de Capital</b>	<b>-37 164 819</b>
		<b>Saldo Primário</b>	<b>-709 372</b>
		<b>Receita Total</b>	<b>223 469 654</b>
		<b>Despesa Total</b>	<b>147 130 830</b>

Un: Euro

A Demonstração de Desempenho Orçamental do ano de 2025 refletida no quadro anterior permite concluir que:

- Os recebimentos atingiram um montante global arrecadado de 146.814.959 €, dos quais 145.085.226 € correspondem a receitas orçamentais efetivas e 1.729.732 € a operações não orçamentais, repartidas entre operações de tesouraria (655.413 €) e cauções em numerário (1.074.320 €);
- Os pagamentos totalizaram 149.049.613 €, dos quais 145.934.345 € respeitam a despesas orçamentais efetivas, 1.196.486 € a despesas não efetivas e, 1918.783 € a operações não



orçamentais, que acomodam 618.519 € de operações de tesouraria e, 1.300.264 € de devoluções de cauções.

Com base nos fluxos orçamentais registados, apuram-se os seguintes saldos:

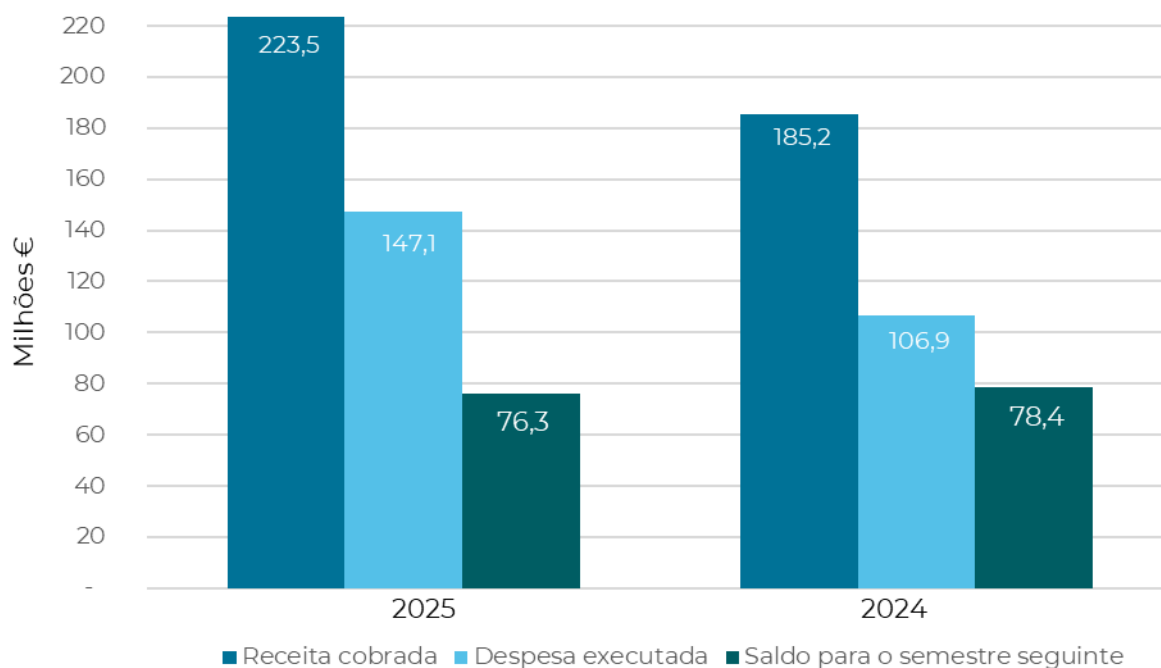
- Um Saldo Global (Efetivo) de (-) 849.118 €, correspondente à diferença entre a Receita Efetiva – cobrada (receita total deduzida de ativos e passivos financeiros) e a Despesa Efetiva – paga (despesa total deduzida dos ativos e passivos financeiros);
- Um Saldo Primário no valor de (-) 709.372 €, deduzidos que sejam os juros e outros encargos à despesa efetiva;
- Um Saldo Corrente de (+) 34.829.741 €, que corresponde à diferença entre receita corrente arrecadada e a despesa corrente paga no período, o que permitiu canalizar uma parcela significativa da receita corrente para financiamento do investimento público;
- Um Saldo de Capital de (-) 37.164.819 € que corresponde à diferença entre receita capital arrecadada e a despesa capital paga no período;
- Um Saldo para a Gerência Seguinte de Operações Orçamentais de 76.338.824 € e de Operações não Orçamentais de 7.221.178 €, incorporados que sejam os Saldos da Gerência Anterior.

A receita de natureza orçamental cobrada, incluindo o saldo da gerência anterior, ascendeu a 223.469.654 €, enquanto a despesa orçamental total paga se fixou em 147.130.830 €, originando um saldo para o exercício seguinte de 76.338.824 €, como se poderá confirmar no Gráfico seguinte.



Gráfico 10

### Evolução dos Fluxos Monetários 2024-2025



#### 1.3.3.2 PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O Princípio do Equilíbrio Orçamental encontra-se definido no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), determinando que os orçamentos preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Tais condições devem ser verificadas no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e na execução orçamental. Funcionam como forma de contenção do *deficit* orçamental e de formação da poupança corrente, tendo em vista a sua aplicação na despesa de investimento.

Note-se que o conceito de Poupança Corrente que daqui decorre, não coincide com o do Saldo Corrente do Desempenho Orçamental, porquanto à luz do SNC-AP são consideradas as receitas cobradas líquidas e não as receitas cobradas brutas, conforme impõe a RFALEI.



Para aferir o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental nas diferentes fases do ciclo orçamental, insere-se o quadro seguinte:

**Quadro 20**

PRINCIPIO DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL				
Ano 2025				
		Dotação inicial	Dotação final	Execução orçamental
(1)	Receita Corrente	106.872.494	109.926.034	128.596.419 (*)
	Receita proveniente do Saldo da Gerência			
(2)	Anterior na proporção da despesa corrente a financiar		7.707.894	
(3)	Despesa Corrente	102.104.801	110.291.522	87.420.808 (*)
<b>(4)=(1)+(2)-(3)</b>	<b>Poupança corrente</b>	<b>4.767.693</b>	<b>7.342.407</b>	<b>41.175.611</b>
(5)	Amortizações médias empréstimos de MLP	2.139.100	2.139.100	2.139.100
<b>(6)=(4)-(5)</b>		<b>2.628.593</b>	<b>5.203.307</b>	<b>39.036.511</b>

Un: Euro

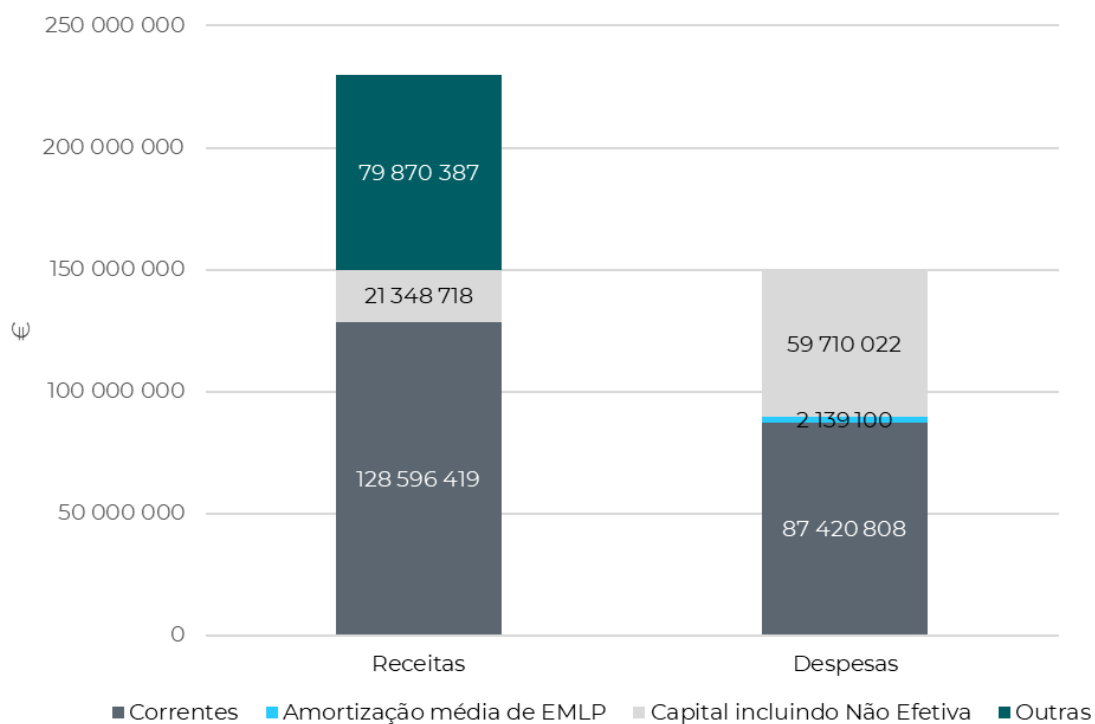
(\*) Receita cobrada bruta e despesa paga

Nas três fases do ciclo orçamental o município cumpriu integralmente o princípio do equilíbrio orçamental, confirmando-se uma cobertura das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo pela poupança corrente, culminando, em matéria de execução orçamental, com a libertação de 39.036.511 € para financiamento de investimento.



Gráfico 11

Equilíbrio Orçamental  
Ano 2025



Porém, a poupança corrente não pode ser analisada sem aferir o impacto potencial das dívidas correntes transitadas e das receitas correntes liquidadas e não cobradas do exercício, pelo que, importa avaliar também a designada Poupança Líquida Corrente do Exercício, que incorpora estas duas variáveis.



## Quadro 21

EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE LÍQUIDA DO EXERCÍCIO		
	2024	2025
Receita Corrente Executada	108.740.611	122.250.549
Despesa Corrente Executada	80.743.983	87.420.808
<b>Poupança Corrente Bruta (1)</b>	<b>27.996.629</b>	<b>34.829.741</b>
Variação	20,1%	24,4%
<b>Dívida Corrente Transitada (2)</b>	<b>16.503</b>	<b>118.556</b>
Da Gerência Anterior	208.546	225.049
Para a Gerência Seguinte	225.049	343.604
<b>Receita Corrente Liquidada e não cobrada do pp exercício (3)</b>	<b>-1.143.247</b>	<b>-1.194.455</b>
Da Gerência Anterior	4.611.901	3.468.654
Para a Gerência Seguinte	3.468.654	2.274.199
<b>Poupança Corrente Líquida do Exercício (4)=(1)-(2)+(3)</b>	<b>26.836.879</b>	<b>33.516.731</b>
Variação	16,4%	24,9%

Un:Euro

Ao incorporar na análise as dívidas transitadas e a receita liquidada e não cobrada, regista-se uma poupança corrente líquida, no exercício de 2025, de 33.516.731 € e que acompanha a tendência da poupança corrente bruta.

Para avaliar o Princípio do Equilíbrio em Sentido Substancial, quer numa ótica de Execução Autónoma do Ano, em que se avalia a taxa de cobertura das despesas orçamentais realizadas e pagas no ano pelas receitas disponíveis do ano, quer numa ótica de Execução Global através da taxa de cobertura das despesas orçamentais totais (pagas e a transitar para o ano seguinte) pelas receitas disponíveis no ano, apresenta-se o quadro seguinte.



## Quadro 22

CONTROLO DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL EM SENTIDO SUBSTANCIAL		
	2024	2025
<b>(1) Receita Cobrada</b>	<b>134.300.864</b>	<b>145.085.226</b>
Corrente	108.740.611	122.250.549
Capital	24.828.536	21.348.718
Outras Receitas	731.716	1.485.959
<b>Não efetiva</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>(2) Despesa Paga</b>	<b>106.860.404</b>	<b>147.130.830</b>
<b>Efetiva</b>		
Corrente	80.743.983	87.420.808
Capital	24.772.444	58.513.537
<b>Não efetiva</b>	<b>1.343.977</b>	<b>1.196.486</b>
<b>(3) Saldo Final de Operações Orçamentais</b>	<b>78.384.427</b>	<b>76.338.824</b>
<b>Outras dívidas a terceiros:</b>	<b>3.565.177</b>	<b>2.449.080</b>
<b>(4) de CP</b>	<b>528.104</b>	<b>608.493</b>
<b>(5) de MLP</b>	<b>3.037.073</b>	<b>1.840.587</b>
<b>(6) Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Autónoma do ano)</b>	<b>126,4%</b>	<b>98,6%</b>
<b>(7) Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Global do ano)</b>	<b>174,5%</b>	<b>152,5%</b>

Un: Euro

Notas:

$$(6) = (1) / [(2) + (4) - (5)^{n-1}] * 100$$

$$(7) = [(1) + (3)^{n-1}] / [(2) + (4) + (5) - (5)^{n-1}] * 100$$

No ano 2025, verifica-se que não foi cumprido o princípio do equilíbrio substancial, no que se refere à execução autónoma do ano, tendo sido obtida uma taxa de cobertura de 98,6%. Com efeito a receita cobrada no exercício, excluído que seja o Saldo da Gerência Anterior, foi inferior à despesa paga do exercício, adicionada que seja a dívida de curto prazo transitada.

No que respeita ao Princípio do Equilíbrio Orçamental em sentido substancial, no que se refere à execução global do ano, a taxa de cobertura observada é de 152,5 %, refletindo a influência do elevado Saldo da Gerência Anterior.

### 1.3.3.3 FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

A análise às fontes de financiamento tem como objetivo avaliar a proveniência das receitas arrecadadas no exercício de 2025 e que contribuirão para o financiamento do investimento municipal, salvaguardando-se que de acordo com o princípio da não consignação, em regra, o produto de quaisquer receitas não pode ser afeto à cobertura de determinadas despesas, salvo



quando essa afetação for permitida por lei, como é o caso específico de alguns investimentos que têm subjacentes a comparticipação de fundos comunitários e/ou a cooperação técnica e financeira do Estado, insere-se um quadro com os diversos contributos.

As receitas municipais foram agrupadas em função da sua importância em três grandes grupos: as de natureza corrente que aparecem associadas à poupança corrente gerada no exercício, deduzida das amortizações de capital e de outras despesas de capital de carácter residual e não reprodutivo, as de natureza de capital que em função da sua tipicidade aparecem mais desagregadas, e as receitas não efetivas que incluem os ativos e passivos financeiros. Por último inclui-se o contributo do saldo da gerência anterior.

### Quadro 23

FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO		
2025		
	Valor	FF/ DI
<b>Receita Efetiva Capital (1)</b>	<b>21.348.718</b>	<b>36,5%</b>
Venda de Bens de Investimento	3.460.805	5,9%
FEF Capital	252.476	0,4%
Art.º 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013	2.595.365	4,4%
Fundos Comunitários	14.418.814	24,6%
Outras Transferências de Capital	621.065	1,1%
Outras Receitas de Capital	194	0,0%
<b>Receita Não efetiva (2)</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
Passivos Financeiros	0	0,0%
Ativos Financeiros	0	0,0%
<b>Poupança Corrente Disponível para Financiar Investimento (3) = (4)-(5)-(6)</b>	<b>33.633.256</b>	<b>57,5%</b>
Poupança Corrente (4)	34.829.741	59,5%
Amortizações de Capital (5)	1.196.486	2,0%
Outras Despesas Capital (6)	0	0,0%
<b>Reposições não abatidas nos pagamentos (7)</b>	<b>1.485.959</b>	<b>2,5%</b>
<b>Total Receita Gerada no Exercício Disponível para Financiar Investimento (8)=(1)+(2)+(3)+(7)</b>	<b>56.467.933</b>	<b>96,5%</b>
<b>Saldo Gerência Anterior (9)</b>	<b>78.384.427</b>	<b>134,0%</b>
<b>TOTAL (10) = (8)+(9)</b>	<b>134.852.361</b>	<b>230,5%</b>
<b>Despesa de Investimento paga (11)</b>	<b>58.513.537</b>	
<b>Despesa de Investimento (11) / Fontes Financiamento (10)</b>	<b>43,39%</b>	
<b>Saldo para a Gerência Seguinte = (10)-(11)</b>	<b>76.338.824</b>	

Un:Euro

Notas:

FF - Fonte de Financiamento

DI - Despesas de Investimento

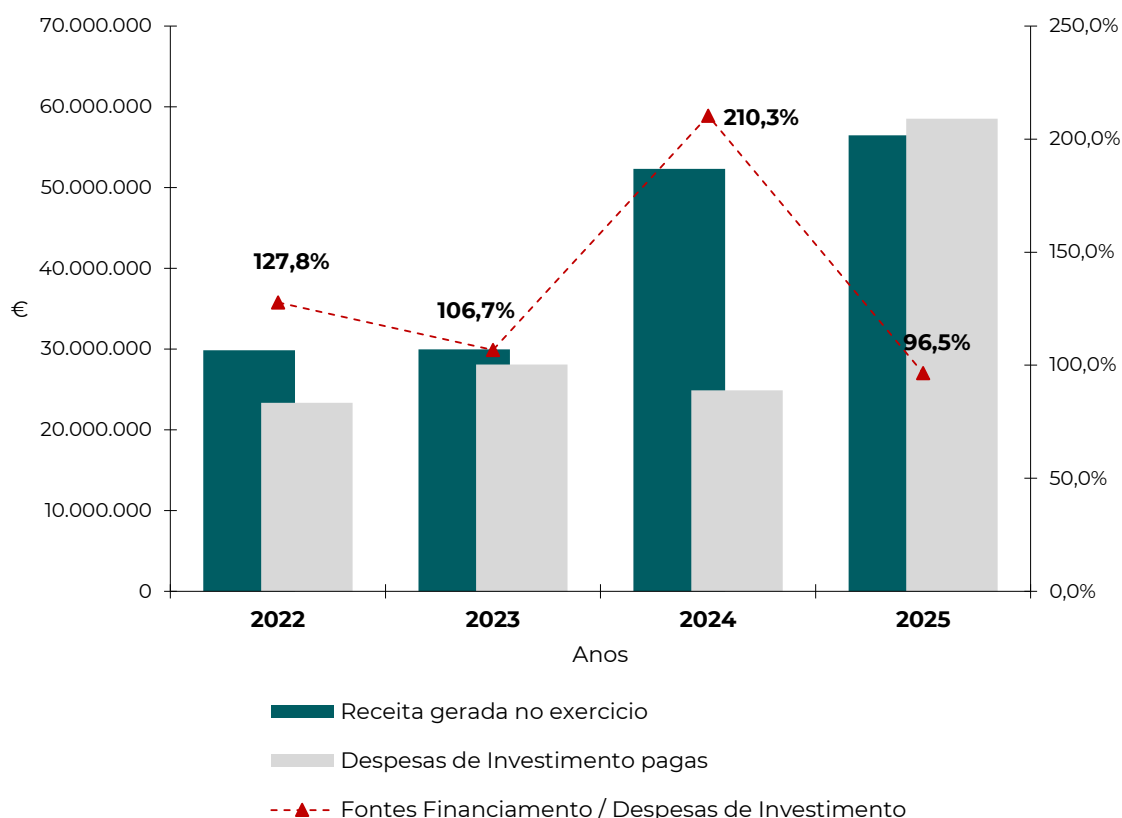


A receita gerada no exercício de 2025, disponível para financiar investimento, totalizou a quantia de 56.467.933 €, permitindo uma taxa de cobertura do investimento com recursos próprios de 96,5%, sendo os remanescentes 3,5 % assegurados pelo Saldo da Gerência Anterior.

Importa, contudo, salientar que o facto de a receita gerada no exercício não permitir cobrir a totalidade da despesa de investimento não resulta de uma diminuição da receita, mas sim do aumento muito significativo da despesa de investimento, que registou um crescimento de (+) 135% face ao ano anterior. Este comportamento está claramente evidenciado no gráfico seguinte:

**Gráfico 12**

**Evolução da Receita Gerada no Exercício para Financiar Investimento  
2022-2025**



O Saldo da Gerência Anterior, quando analisado isoladamente, representa 134% do total da despesa de investimento, evidenciando capacidade para financiar integralmente o investimento realizado e, quando adicionado à receita gerada no exercício, permitir ainda um saldo para a gerência seguinte de 76.338.824 €.



Como segunda maior fonte de financiamento de investimento apresenta-se a Poupança Corrente, deduzida das amortizações de capital e outras despesas de capital não reprodutivo, no montante de 33.633.256 € permitindo suportar 57,5% do investimento.

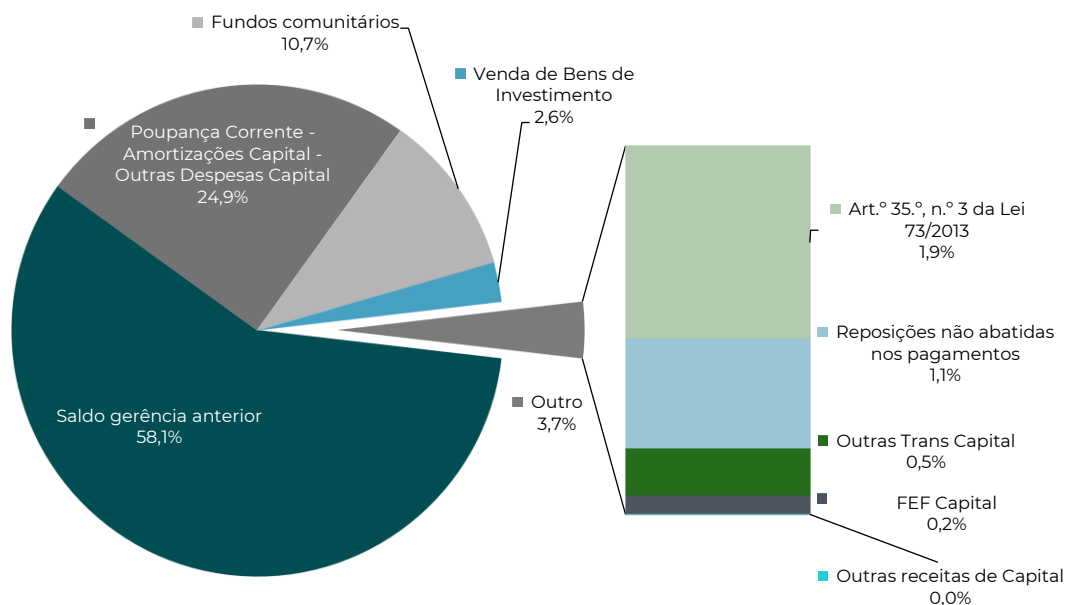
Sendo responsável por uma taxa de cobertura de 36,5 % do investimento, o agregado das Receitas de Capital contribui com 21.348.718 € para a receita disponível gerada. Destaca-se a componente de Fundos Comunitários com 14.418.814 € seguidos de 3.460.805 € de Vendas de Bens de Investimento, 2.595.365 € do “Art.º 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013”, 621.065 € de Outras Transferências de Capital, 252.476 € provenientes do FEF Capital, e, residualmente, 194 € de Outras Receitas de Capital.

Contribuem ainda para a Receita Gerada no Exercício Disponível para Investimento. as reposições não abatidas nos pagamentos, no montante de 1.485.959 €

O Gráfico 13 apresenta a relevância das diversas fontes de financiamento já enunciadas.

**Gráfico 13**

**Fontes de Financiamento do Investimento  
Ano 2025**





### 1.3.3.4 OPERAÇÕES DE TESOURARIA

Relativamente às Operações Não Orçamentais, as operações de tesouraria representam fluxos de caixa — entradas e saídas de fundos — realizados pelo Município em nome de terceiros, processados à margem do orçamento e registados exclusivamente na contabilidade financeira. Paralelamente, as cauções em numerário referem-se a operações que, embora não alterem o património imediato da entidade, podem vir a ter um impacto financeiro futuro.

O quadro seguinte detalha a natureza dos encargos associados às operações não orçamentais.

**Quadro 24**

RESUMO DAS OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS (Operações de tesouraria e cauções em dinheiro) 2025							
Designação das contas		Saldo de gerência anterior		Movimento anual *		Saldo para a gerência seguinte	
		Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
<b>23</b>	<b>PESSOAL</b>	<b>0</b>	<b>21</b>	<b>43</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>23.8</b>	<b>Outras Operações</b>						
23.8.2	Com o pessoal	0	21	43	22	0	0
<b>24</b>	<b>ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS</b>	<b>0</b>	<b>3 960</b>	<b>14 871</b>	<b>11 384</b>	<b>0</b>	<b>473</b>
<b>24.9</b>	<b>Outras Contribuições</b>						
24.9.1	Multas e coimas	0	3 960	14 871	11 384	0	473
<b>27</b>	<b>OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR</b>	<b>0</b>	<b>7 406 247</b>	<b>1 919 582</b>	<b>1 734 041</b>	<b>0</b>	<b>7 220 705</b>
<b>27.7</b>	<b>Cauções</b>						
27.7.1	Recebidas de terceiros	0	7 355 328	1 302 264	1 076 320	0	7 129 384
<b>27.8</b>	<b>Outros Devedores e Credores</b>						
27.8.9.2.9.01.09.2	Outros	0	50 918	617 318	657 721	0	91 321
		<b>0</b>	<b>7 410 228</b>	<b>1 934 497</b>	<b>1 745 446</b>	<b>0</b>	<b>7 221 178</b>

Un: Euro

No exercício de 2025, os fluxos financeiros de entradas em cofre com destino a outras entidades totalizaram 1.745.446 €, enquanto os movimentos de saída ascenderam a 1.934.497 €. Deste diferencial resulta um saldo de operações de tesouraria a transitar para a gerência seguinte que se fixa em 7.221.178 €.

Importa anotar que, desde 2020 (com a vigência do novo normativo contabilístico, o SNC-AP), se alterou o modo de registo contabilístico dos reembolsos e restituições, que desde então são deduzidos diretamente à receita em vez de serem processados como despesa (pagamentos) como acontecia até então. Esta diferença de critérios conduz a que o movimento de entradas (a crédito) e saídas (a débito) demonstrado no quadro anterior se cifre dispar do divulgado no desempenho orçamental, sempre que se refira à variação dos saldos de garantias e cauções prestadas em dinheiro, divergindo no exato montante de 15.714,03 €, correspondentes a estornos de recebimentos do exercício.



Reitera-se a elevada materialidade das cauções prestadas por terceiros detidas nos cofres municipais, que constituem 98,7% do saldo de operações não orçamentais do Município, verificando-se que mais de 102,6% deste saldo transita de gerências anteriores.



# CONTAS DE ORDEM





As contas de ordem compõem os montantes correspondentes a garantias e caucões tituladas por papel (uma vez que as que foram prestadas em numerário, tendo sido objeto de registo contabilístico no domínio da contabilidade patrimonial do Município, se encontram espelhadas no mapa de operações não orçamentais). Estas garantias e caucões, pese embora não traduzam variações patrimoniais presentes, têm relacionada uma probabilidade de materialização futura dessas variações.

Atendendo à sua natureza, a informação está estruturada em dois quadros distintos: “Caucões não Pecuniárias e Garantias Obtidas” e “Garantias Concedidas a Favor de Terceiros”.

### Quadro 25

Caucões não Pecuniárias e Garantias Obtidas						
Designação das contas	Saldo Gerência Anterior	Movimento anual das garantias e caucões			Saldo para a Gerência Seguinte	
		Prestadas (B)	Devolvidas (C)	Acionadas (D)		
	(A)				(E)=(A)+(B)-(C)-(D)	
<b>09.2</b>	<b>Caucões não pecuniárias e Garantias Obtidas</b>					
09.2.1	De empreitadas e fornecimentos	7 657 305	1 844 158	209 266	9 292 197	
09.2.2	Para execução de obras	20 802 795	3 014 109	977 704	22 839 200	
09.2.3	Outras Garantias	118 858	42 561	47 965	113 454	
09.2.4	Hipotecas	4 025 574	0		4 025 574	
09.2.5.01.1	Seguros-Caucão - empreitadas e fornecimentos	709 618	32 125	67 709	674 034	
09.2.5.02.1	Seguros-Caucão - execução de obras	591 985	117 973		709 958	
<b>Total</b>		<b>33 906 135</b>	<b>5 050 925</b>	<b>1 302 644</b>	<b>0</b>	<b>37 654 416</b>

Un.: Euro

Em 2025, as garantias prestadas a favor da autarquia totalizaram 5.050.925€, tendo sido libertadas (devolvidas) no valor de 1.302.644 €. Consequentemente, o saldo final a transitar para a gerência seguinte fixa-se em 37.654.416 €, sendo que mais de 90 % deste valor transita de gerências anteriores.

A rubrica com maior peso neste saldo é a de garantias prestadas para Execução de Obras, que registou entradas de 3.014.109 €, face a devoluções de 977.704 €, culminando num saldo final de 22.839.200 €.



## Quadro 26

GARANTIAS CONCEDIDAS A FAVOR DE TERCEIROS					
Designação das contas	Saldo Gerência Anterior	Movimento anual das garantias e cauções			Saldo para a Gerência Seguinte
		Prestadas (B)	Devolvidas (C)	Acionadas (D)	
	(A)				(E)=(A)+(B)-(C)-(D)
<b>09.1.6</b>	<b>Garantias a favor de terceiros</b>				
09.1.6.01	Empreitadas e fornecimentos	102 500			102 500
09.1.6.02	Hipoteca a favor de terceiros				0
09.1.6.03	Outras garantias a favor de terceiros	3 766 479		1 448 519	2 317 961
	<b>Total</b>	<b>3 868 979</b>	<b>0</b>	<b>1 448 519</b>	<b>0</b>
					<b>2 420 461</b>

Un.: Euro

No que respeita às garantias concedidas a favor de terceiros, o saldo transitado da gerência anterior ascendia a 3.868.979 €. Durante o ano de 2025, não foram registadas novas garantias prestadas nem garantias acionadas, tendo-se verificado a devolução de garantias no montante de 1.448.519 €. Assim, o saldo a transitar para a gerência seguinte cifra-se em 2.420.461 €.

A rubrica Outras garantias a favor de terceiros representa a componente mais significativa deste saldo, com 2.317.961 €. A rubrica Empreitadas e fornecimentos" mantém-se inalterada, com um saldo de 102.500 €, não tendo registado movimentos no ano.

Quanto às garantias concedidas a favor de terceiros mantêm-se prestadas:

- Três garantias apresentadas pelo Município em 2005 a favor da ARHNORTE, IP – Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP, duas de 25.000 € e uma de 50.000 €;
- Uma garantia apresentada em 2005 a favor do IEP – Instituto de Estradas de Portugal, na importância de 2.500 €;
- Duas garantias, cada uma no valor unitário de 1.158.980 €, indexadas aos Bancos BPI e Santander Totta, na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela Espaço Municipal, que no seu cômputo global refletem a libertação adicional de 1.448.519 € em relação ao saldo existente no final da gerência anterior (cujo valor transita, sucessivamente de exercícios anteriores desde 2018), justificando na íntegra a diminuição assinalada nas garantias prestadas.



# EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA





### 1.3.5.1 ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

O desempenho da execução orçamental da receita, no exercício de 2025, encontra-se globalmente sistematizada no quadro seguinte, no qual as Previsões Corrigidas para o exercício são apresentadas em paralelo com os montantes apurados nas diversas fases do ciclo orçamental da receita.

**Quadro 27**

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA									
2025									
	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições	Receitas cobradas líquidas	Receitas por cobrar no final do período	Taxa de execução Receitas cobradas líquidas
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)=(e)-(f)	(h)=(b)+(c)-(d)-(g)	(i) = (g)/(a)
<b>RECEITA EFETIVA</b>	<b>174 511 878</b>	<b>3 472 007</b>	<b>153 422 225</b>	<b>9 022 160</b>	<b>151 996 169</b>	<b>6 910 942</b>	<b>145 085 226</b>	<b>2 786 845</b>	<b>83,1%</b>
<b>Receita Corrente</b>	<b>109 926 034</b>	<b>3 468 654</b>	<b>129 512 600</b>	<b>8 456 506</b>	<b>128 596 419</b>	<b>6 345 870</b>	<b>122 250 549</b>	<b>2 274 199</b>	<b>111,2%</b>
Receita Fiscal - Impostos diretos	56 154 300	0	72 755 513	6 232 241	72 705 821	6 182 548	66 523 272	0	118,5%
Taxas, multas e outras penalidades	5 388 300	1 240 646	6 999 030	758 914	6 795 971	52 299	6 743 673	737 090	125,2%
Rendimentos de propriedade	3 943 200	214	4 682 106	8 583	4 673 460	0	4 673 460	277	118,5%
Transferências correntes	39 795 534	0	38 223 291	106 574	38 189 752	73 035	38 116 717	0	95,8%
Venda de bens e serviços correntes	4 216 000	1 093 356	5 291 938	285 215	5 329 189	37 987	5 291 202	808 877	125,5%
Outras receitas correntes	428 700	1 134 438	1 560 723	1 064 980	902 226	0	902 226	727 955	210,5%
<b>Receita de Capital</b>	<b>64 585 743</b>	<b>0</b>	<b>22 423 791</b>	<b>565 073</b>	<b>21 913 791</b>	<b>565 073</b>	<b>21 348 718</b>	<b>510 000</b>	<b>33,1%</b>
Venda de bens de Investimento	1 811 171	0	4 480 805	510 000	3 970 805	510 000	3 460 805	510 000	191,1%
Transferências de Capital	62 702 802	0	17 942 792	55 073	17 942 792	55 073	17 887 720	0	28,5%
Outras receitas de Capital	71 771	0	194	0	194	0	194	0	0,3%
<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	<b>100</b>	<b>3 353</b>	<b>1 485 833</b>	<b>581</b>	<b>1 485 959</b>	<b>0</b>	<b>1 485 959</b>	<b>2 646</b>	<b>1485959,3%</b>
<b>RECEITA NÃO EFETIVA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
Ativos Financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Passivos Financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	-
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>174 511 878</b>	<b>3 472 007</b>	<b>153 422 225</b>	<b>9 022 160</b>	<b>151 996 169</b>	<b>6 910 942</b>	<b>145 085 226</b>	<b>2 786 845</b>	<b>83,1%</b>
Saldo da Gerência Anterior (SGA)	78 384 427	0	78 384 427	0	78 384 427	0	78 384 427	0	100,0%
<b>TOTAL APÓS INTEGRAÇÃO DO SGA</b>	<b>252 896 305</b>	<b>3 472 007</b>	<b>231 806 652</b>	<b>9 022 160</b>	<b>230 380 596</b>	<b>6 910 942</b>	<b>223 469 654</b>	<b>2 786 845</b>	<b>88,4%</b>

Un: Euro

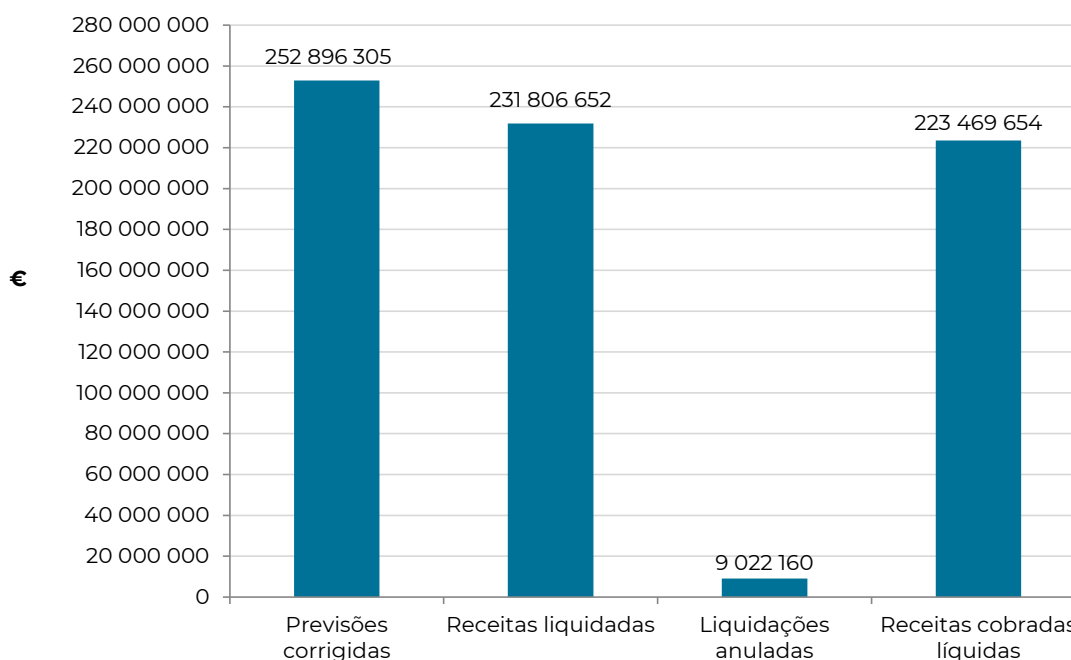
Os valores apresentados são obtidos a partir da Demonstração Orçamental da Receita, arredondados à unidade.

Para uma Previsão Corrigida de 174.511.878 €, excluído que seja o Saldo da Gerência Anterior, no final do exercício, as Receitas Liquidadas totalizaram 153.422.225 € e as Receitas Cobradas Líquidas 145.085.226 €, o que reflete uma taxa de execução de 83,1%, registando ainda uma Receita por Cobrar de 2.786.845 €.

Integrado o Saldo da Gerência Anterior, no valor de 78.384.427 €, a execução da receita apresenta-se com a seguinte configuração nas suas diferentes fases do ciclo orçamental:

Gráfico 14

## Fases do Ciclo Orçamental da Receita



As receitas anuladas, que incluem as reembolsadas e restituídas, registam uma ponderação relativamente reduzida nos valores liquidados, como ressalta visualmente do gráfico anterior – representam cerca de 4% das receitas liquidadas no período.

Analisando as Liquidações Anuladas, estas dizem respeito, na sua maioria, a Reembolsos e Restituições (77%), enquanto as Anulações representam 23% do total das Liquidações Anuladas.

No que respeita aos Reembolsos e Restituições, cujo montante ascendeu, no exercício de 2025, a 6.910.942 €, verifica-se que na sua origem estão, maioritariamente, regularizações contabilísticas internas, representando 92% do total dos Reembolsos e Restituições. Acresce, ainda, os reembolsos relativos a Impostos diretos levados a efeito pela Autoridade Tributária (reembolsos de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Único de Circulação), os quais explicam 8% daquele valor.

As anulações, no valor de 2.111.218 €, compreendem, quase na sua totalidade (1.358.817 €) anulações de regularizações contabilísticas internas com correspondente reemissão de novas guias. Com menor expressão, as anulações propriamente ditas totalizam 752.401 € dizem respeito, na sua maioria, a anulações de dívidas que se encontravam em execução fiscal, justificadas por extinção e anulação dos



processos de execução fiscal ao abrigo do disposto no artigo 175º do Código de Procedimento e de Processo Tributário ou por decisão judicial já transitada em julgado.

Centrando agora a presente análise para a receita cobrada líquida no exercício, é possível constatar, desde logo, a predominância absoluta da Receita Efetiva, uma vez que não foi arrecadada receita com origem em ativos ou passivos financeiros (Receita Não Efetiva).

Na desagregação da receita arrecadada, confirma-se, em linha com o sucedido nos exercícios anteriores, que a Receita Corrente responde pela maior parte da receita cobrada líquida, com 122.250.549 € (84%), enquanto a Receita de Capital proporciona aos cofres municipais 21.348.718 € (15%) e as Reposições não abatidas nos pagamentos com 1.485.959 € (1%).

Analisando as receitas municipais nas subcomponentes apresentadas na Demonstração Orçamental da Receita, começando pelas receitas de natureza corrente, uma vez mais os Impostos Diretos permanecem destacados como fonte principal de receita municipal, respondendo por 46% do total da receita, ascendendo no exercício em análise a 66.523.272 €. As Transferências Correntes assumem também uma posição de destaque, respondendo com 38.116.717 €, traduzindo-se numa representatividade em torno dos 26% dos valores totais arrecadados.

Com contributos substancialmente inferiores, apresentam-se, ainda no âmbito das receitas de natureza corrente, as rubricas de Taxas, Multas e Outras Penalidades (6.743.673 €), Venda de Bens e Serviços Correntes (5.291.202 €) e Rendimentos de Propriedade (4.673.460 €), correspondendo, respetivamente, a 5%, 4% e 3% da receita arrecadada. Com materialidade menos expressiva figuram as Outras Receitas Correntes, num total de 902.226 €.

No âmbito das Receitas de Capital, que totalizam 21.348.718 €, destacam-se, desde logo, as Transferências de Capital, com um valor de 17.887.720 €, representando 12% dos valores totais arrecadados, seguidas da Venda de Bens de Investimento com 3.460.805 €, correspondendo a 2% da receita arrecadada.

Por fim, no conjunto das componentes que de modo agregado compõem a Receita Efetiva, apresentam-se as Reposições Não Abatidas Nos Pagamentos que, no exercício de 2025, totalizam 1.485.959 €.

Quanto às receitas por cobrar no final do período em análise, ao totalizarem 2.786.845 €, refletem um decréscimo de (-) 685.162 € em relação às receitas por cobrar no final do período homólogo. Este resultado deve-se sobretudo à diminuição ocorrida no agrupamento de Receitas Correntes em (-) 1.194.455 €, atenuado pelo aumento verificado no agrupamento de Receitas de Capital em (+) 510.000 €.

A justificar parte do decréscimo ocorrido no total das receitas por cobrar, figura a devolução parcial da Autoridade Tributária, no montante de 403.244 €, referente aos processos de impugnação das liquidações adicionais de IVA dos anos de 2014 e 2015, assim como, um valor residual ainda de 2012 e 2013, da empresa Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. E.M. – Em Liquidação,

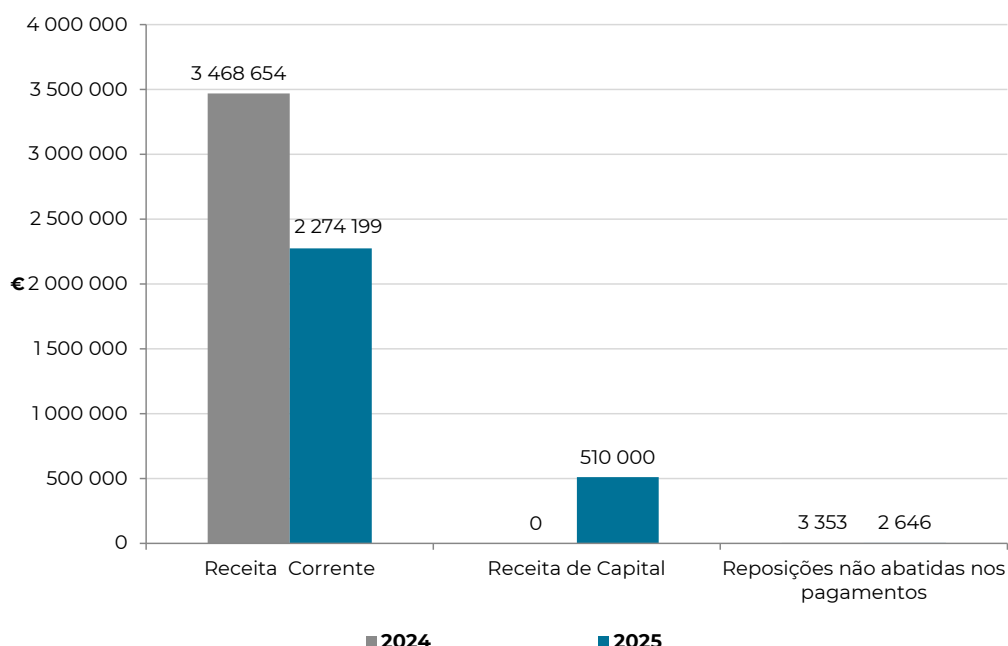


relativos à assunção do pagamento de dívidas fiscais da empresa, por parte do Município, em consequência da reversão fiscal dos seus responsáveis subsidiários a exercer mandato em nome da autarquia.

Para melhor ilustrar a evolução dos saldos por cobrar, por grandes componentes de receita, apresenta-se o gráfico seguinte:

**Gráfico 15**

**Evolução das Receitas por cobrar no final do período  
2024-2025**



Numa apreciação de maior detalhe à receita liquidada e não cobrada no exercício, conclui-se que a maioria dos valores por cobrar no final de 2025 tem origem na Receita Corrente (82%), correspondendo a maior percentagem a Venda de Bens e Serviços Correntes (29%), a que se juntam as Taxas, Multas e Outras Penalidades e as Outras Receitas Correntes, ambas com uma representatividade na ordem dos 26%.

Da rubrica Venda de Bens e Serviços Correntes resultam receitas por cobrar no montante de 808.877 €. Este valor tem origem, principalmente, em serviços prestados (781.679 €), sobressaindo os Serviços Sociais, com 456.072 €, a que se juntam, com menor materialidade, os Serviços Específicos das Autarquias (171.958 €) e os Serviços Desportivos (139.926 €). Em linha com o que sucedia nos exercícios anteriores:



- Nos Serviços Sociais incluem-se os montantes correspondentes ao setor da educação, designadamente Componente de Apoio à Família (CAF), Serviço de Apoio à Família (SAF) e Refeições Escolares, encontrando-se em sede de cobrança coerciva 379.719 € (83%);
- Nos Serviços Específicos das Autarquias Locais encontram-se as rubricas de Trabalhos por conta de particulares (102.249 €), Outros (41.506 €) e Mercados e Feiras (28.203 €), dos quais registam-se em execução fiscal 30.846 € (18%);
- Os Serviços Desportivos abrangem as receitas por cobrar referente à utilização de instalações desportivas, na sua maioria, relativa à utilização do Aeródromo, encontrando-se em execução fiscal 118.524 € (85%).

Na rubrica Taxas Multas e Outras Penalidades, que totaliza 737.090 €, sobressai a componente Loteamentos e Obras (396.547 €) (inclui as receitas por arrecadar das taxas de urbanização e das taxas de não cedência de área), seguindo-se as rubricas de Juros de Mora (144.152 €), Coimas e Penalidades por Contraordenações (59.247 €) e Publicidade (59.230 €).

Por último, apresentam-se os contributos das Outras Receitas Correntes, cujos valores por cobrar (727.955 €) incluem os montantes em aberto junto da Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. E.M. – Em Liquidação, 653.959 €, relativos à assunção do pagamento de dívidas fiscais da empresa à Autoridade Tributária, em consequência da reversão fiscal dos seus responsáveis subsidiários a exercer mandato em nome da autarquia.

Relativamente às Receitas de Capital, que representam 18% da receita liquidada e não cobrada, encontram-se por receber 510.000 € da rubrica Vendas de Bens de Investimento e dizem respeito a cheque sem provisão relativo a 15% do valor adjudicado em hasta pública, à Futebol Clube do Porto, Futebol, SAD, para aquisição de um conjunto de dezoito prédios rústicos, na freguesia de Nogueira e Silva Escura, integrados no designado Parque Metropolitano da Maia, que se encontra a ser dirimida judicialmente.

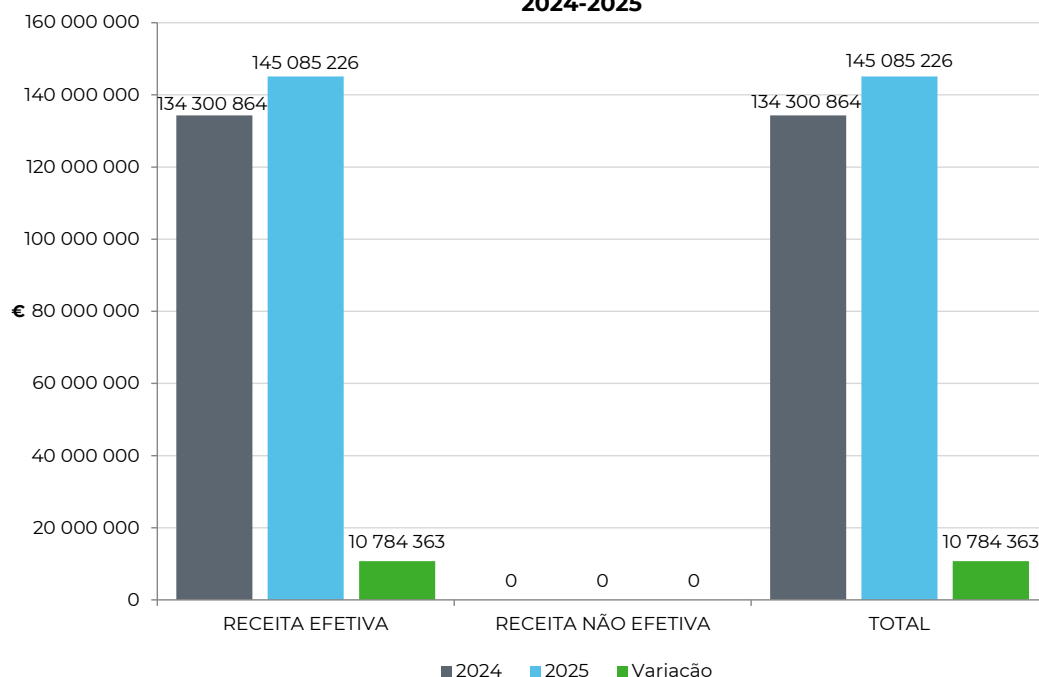
Em síntese, as receitas por cobrar que transitam para o exercício seguinte, ascendem, no seu total, a 2.786.845 €, sendo que uma parte significativa desse valor, quantificado em 2.457.544 € e que representa 88% do universo total, encontra-se em cobrança coerciva, em processo de contraordenação ou a ser dirimida em sede judicial.

Finaliza-se esta análise global à receita, com uma breve nota sobre a Receita Total Cobrada Líquida, em relação ao exercício antecedente, cujos valores comparativos constam do gráfico seguinte:



Gráfico 16

Evolução da Receita Cobrada Líquida  
2024-2025

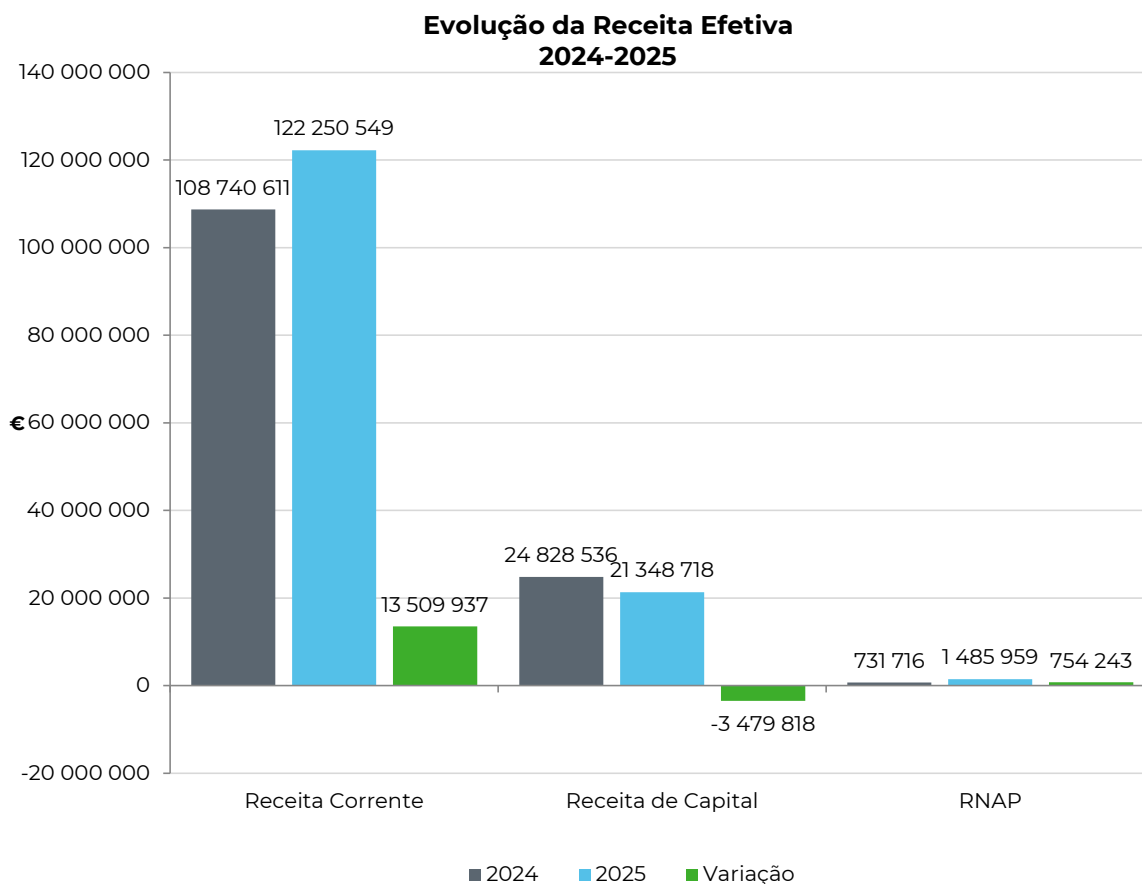


A receita total cobrada pelo Município da Maia no exercício de 2025, excluído o Saldo da Gerência Anterior, ascende a 145.085.226 €, registando um aumento de (+) 10.784.363 €, cerca de (+) 8% face ao valor observado no período homólogo, quantificado em 134.300.864 €. Esta variação deve-se, fundamentalmente, à evolução das Receitas Correntes, que apresentam um aumento de (+) 13.509.937 €, (+) 12% em relação ao exercício de 2024, influenciadas sobretudo pelas Receita Fiscal e Transferências Correntes que, além de observarem aumentos entre os dois períodos de, respetivamente, (+) 9.850.271 € e (+) 2.410.515 €, ambas representam um significativo peso no total das Receitas Correntes executadas (86%). Destaca-se ainda o aumento verificado na rubrica Taxas, Multas e Outras Penalidades de (+) 1.086.167 €.

Com variação em sentido contrário, apresentam-se as Receitas de Capital, que registam uma diminuição de (-) 3.479.818 €, correspondendo a (-) 14% em relação ao exercício de 2024, devido, maioritariamente, à quebra na receita com as Transferências de Capital de (-) 4.586.972 €, facto que se ficou a dever à diminuição das transferências do Estado no âmbito da participação comunitária em projetos cofinanciados. Por sua vez, a rubrica Venda de Bens de Investimento regista um aumento de (+) 1.166.351 €, o que atenuou a quebra verificada nas Receitas de Capital. Esta variação positiva prende-se com o impacto decorrente da alienação em hasta pública de um conjunto de 8 prédios rústicos, no lugar de Friães, freguesia de Nogueira e Silva Escura, no valor de 3.766.140 €.



Gráfico 17



Considerando a sua importância no contexto geral da estrutura da receita, seguidamente dedica-se este relatório a uma análise mais detalhada das seguintes componentes:

- Receitas Próprias
- Transferências
- Passivos Financeiros



### 1.3.5.1.1 RECEITAS PRÓPRIAS

A Receita Própria municipal compreende todas as rubricas de receita com exceção das transferências (correntes ou de capital), de ativos e passivos de natureza financeira e das reposições não abatidas nos pagamentos. Assim, a Receita Alheia engloba as receitas remanescentes com exceção das reposições não abatidas nos pagamentos.

A estrutura das Receitas Próprias e Alheias do Município da Maia, no exercício 2025, em comparação com 2024, é a que se quantifica no quadro seguinte:

Quadro 28

ESTRUTURA DAS RECEITAS PRÓPRIAS E ALHEIAS						
	2024	2025		Variação		
	Valor	Valor	% Global	% Própria	Valor	%
<b>PRÓPRIA</b>	<b>75 388 254</b>	<b>87 594 831</b>	<b>60%</b>	<b>100%</b>	<b>12 206 577</b>	<b>16%</b>
<b>Natureza Fiscal</b>	<b>62 330 507</b>	<b>73 266 945</b>	<b>50%</b>	<b>84%</b>	<b>10 936 438</b>	<b>18%</b>
Impostos diretos	56 673 001	66 523 272	46%	76%	9 850 271	17%
Taxas, multas e outras penalidades	5 657 505	6 743 673	5%	8%	1 086 167	19%
<b>Natureza Não Fiscal</b>	<b>13 057 747</b>	<b>14 327 886</b>	<b>10%</b>	<b>16%</b>	<b>1 270 139</b>	<b>10%</b>
Rendimentos de propriedade	4 830 480	4 673 460	3%	5%	-157 021	-3%
Venda de bens e serviços correntes	5 019 179	5 291 202	4%	6%	272 023	5%
Outras receitas correntes	854 244	902 226	1%	1%	47 981	6%
Venda de bens de investimento	2 294 454	3 460 805	2%	4%	1 166 351	51%
Outras receitas de capital	59 390	194	0%	0%	-59 196	-100%
<b>ALHEIA</b>	<b>58 180 894</b>	<b>56 004 436</b>	<b>39%</b>		<b>-2 176 457</b>	<b>-4%</b>
Transferências correntes	35 706 201	38 116 717	26%		2 410 515	7%
Transferências de capital	22 474 692	17 887 720	12%		-4 586 972	-20%
Ativos financeiros	0	0	0%		0	-
Passivos financeiros	0	0	0%		0	-
<b>OUTRAS RECEITAS</b>	<b>731 716</b>	<b>1 485 959</b>	<b>1%</b>		<b>754 243</b>	<b>103%</b>
Reposições não abatidas nos pagamentos	731 716	1 485 959	1%		754 243	103%
<b>TOTAL</b>	<b>134 300 864</b>	<b>145 085 226</b>	<b>100%</b>		<b>10 784 363</b>	<b>8%</b>

Un: Euro

A primeira conclusão que ressalta da leitura do quadro supra é a predominância das Receitas Próprias no cômputo global da receita arrecadada, que no exercício em análise no presente relatório ascende a 60% do total, perfazendo 87.594.831 €, num total de receita arrecadada de 145.085.226 €. Importa ainda referir a sua variação positiva de (+) 12.206.577 € face ao exercício de 2024.

No seio desta componente, destacam-se as receitas com origem em Impostos Diretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades – Receita de Natureza Fiscal - permanecem como as mais relevantes, com

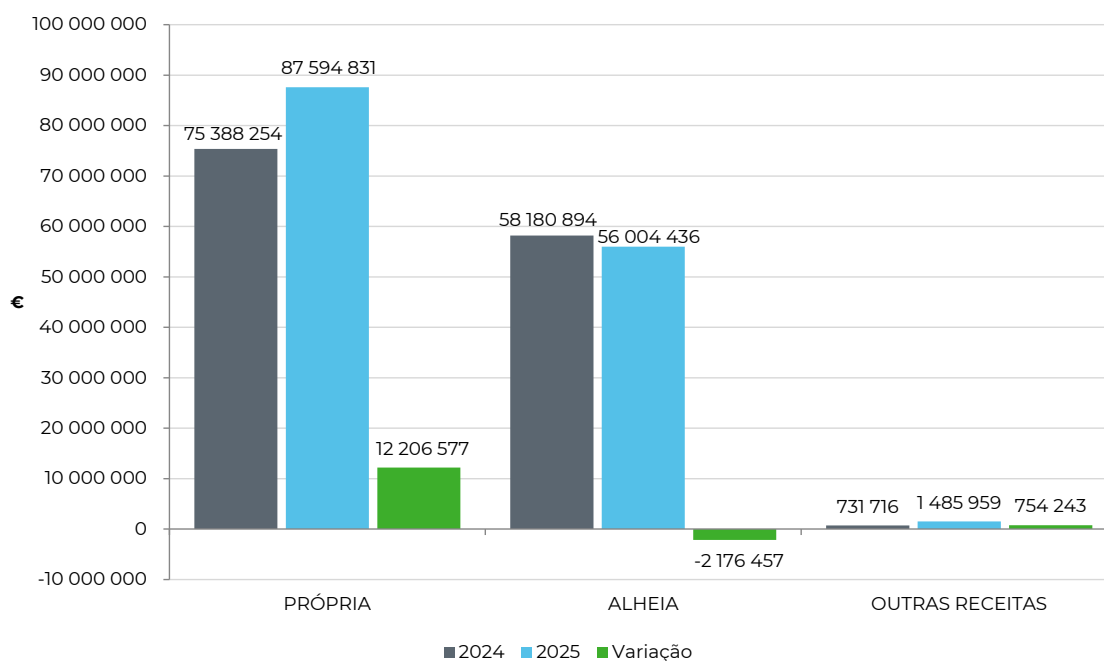


contribuições, no exercício, de 66.523.272 € e de 6.743.673 €, respetivamente, assumindo a responsabilidade por 84% da Receita Própria e respondendo ainda por 50% da receita total arrecadada.

Relativamente à Receita Alheia, esta representa, no exercício em análise, 39% da receita total, contribuindo, para tal, as Transferências Correntes com 38.116.717 €, a que se juntam as Transferências de Capital com 17.887.720 €. As Transferências Correntes, além de ser a rubrica que mais pondera na Receita Alheia é também a segunda rubrica que mais contribui para a receita total arrecadada (26%).

**Gráfico 18**

**Evolução das Receitas Próprias e Alheias  
2024-2025**



Do aumento observado no agregado das receitas próprias, 81% fica a dever-se ao comportamento da rubrica Impostos Diretos, que totaliza em 2025 o montante de 66.523.272 €, com (+) 9.850.271 € do que no exercício anterior.

Com contributos igualmente dignos de destaque, apresentam-se os aumentos nos valores arrecadados a título de Venda de Bens de Investimento (+) 1.166.351 € e Taxas, Multas e Outras Penalidades (+) 1.086.167 € que crescem, respetivamente, (+) 51% e (+) 19%, relativamente aos valores registados em 2024.

Das demais rubricas que compõem a Receita Própria municipal, registam, também, aumentos face aos valores cobrados no período homólogo as rubricas Venda de Bens e Serviços Correntes e Outras Receitas Correntes com acréscimos de (+) 272.023 € e (+) 47 981 €, respetivamente. Com execução



inferior à observada no exercício anterior, apresentam-se as rubricas Rendimentos de Propriedade com (-) 157.021 € e Outras Receitas de Capital com (-) 59.196 €.

Prossegue-se a análise à execução orçamental da receita, com uma apreciação de maior pormenor, a cada uma das componentes de maior influência na performance municipal.

### 1.3.5.1.1.1 IMPOSTOS DIRETOS

A receita municipal arrecadada em 2025, por via de Impostos Diretos, ascendeu a 66.523.272 €, aumentando (+) 17,4% face ao valor apurado no exercício anterior. Sistematizando a composição detalhada desta parcela das Receitas Próprias do Município, insere-se seguidamente quadro resumo contendo os valores executados no ano:

**Quadro 29**

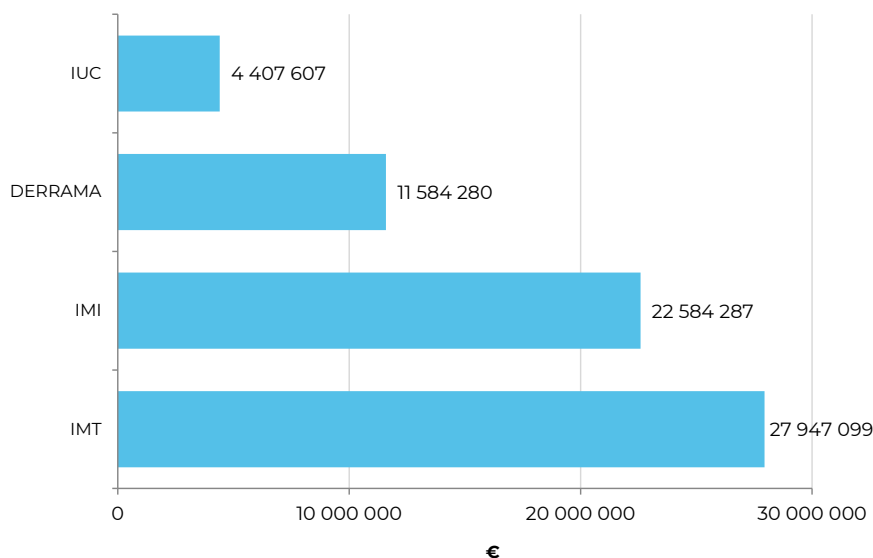
IMPOSTOS DIRETOS						
	2024		2025		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imposto Municipal sobre Imóveis	21 401 747	37,8%	22 584 287	33,9%	1 182 540	5,5%
Derrama	12 143 319	21,4%	11 584 280	17,4%	-559 039	-4,6%
Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis	18 889 916	33,3%	27 947 099	42,0%	9 057 183	47,9%
Imposto Único de Circulação	4 238 020	7,5%	4 407 607	6,6%	169 587	4,0%
<b>TOTAL</b>	<b>56 673 001</b>	<b>100,0%</b>	<b>66 523 272</b>	<b>100,0%</b>	<b>9 850 271</b>	<b>17,4%</b>

Un:Euro



Gráfico 19

Impostos Diretos  
Ano 2025



Pela informação apresentada, e ao contrário do sucedido nos últimos exercícios, verifica-se que, em 2025, é o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis a assumir a maior responsabilidade de receita cobrada em matéria de Impostos Diretos, (42,0%), ascendendo a 27.947.099 €, o que traduz um aumento significativo de (+) 47,9%, quantificado em (+) 9.057.183 €, face ao exercício anterior.

Apresenta-se de seguida o Imposto Municipal sobre Imóveis, cujo contributo no exercício ascende a 22.584.287 €, registando um aumento de (+) 5,5% face aos valores arrecadados em 2024, no montante de (+) 1.182.540 €. Conjuntamente, estes dois impostos representam mais de três quartos dos Impostos Diretos arrecadados pelo Município neste exercício.

Também o Imposto Único de Circulação apresenta um crescimento de (+) 169.587 € face ao período homólogo, encerrando o exercício com um contributo de 4.407.607 €.

Relativamente à Derrama, que no presente exercício alcança o montante 11.584.280 €, regista uma diminuição de (-) 4,6% face aos valores arrecadados em 2024, no montante de (-) 559.039 €.

Conclui-se, da análise precedente, pela importância dos impostos relacionados com a propriedade ou a transmissão de imóveis localizados no Município e, conseqüentemente, da relevância que a dinâmica do mercado imobiliário acaba por ter na arrecadação de receita municipal. Da mesma forma se destaca a importância da receita fiscal indexada aos lucros das empresas sediadas no concelho.



### 1.3.5.1.1.2 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

Quadro 30

TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES						
	2024		2025		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Mercados e Feiras	9 419	0,2%	9 747	0,1%	328	3,5%
Loteamento e Obras	3 197 563	56,5%	3 788 119	56,2%	590 557	18,5%
Ocupação da via pública	1 565 598	27,7%	1 648 414	24,4%	82 816	5,3%
Taxa Municipal de Direitos de Passagem	63 145	1,1%	74 176	1,1%	11 031	17,5%
Taxa Turística	412 530	7,3%	638 804	9,5%	226 274	54,9%
Publicidade	23 033	0,4%	31 820	0,5%	8 787	38,2%
Juros	143 342	2,5%	327 450	4,9%	184 108	128,4%
Multas e outras penalidades (exceto juros)	87 969	1,6%	62 679	0,9%	-25 290	-28,7%
Outros	154 908	2,7%	162 463	2,4%	7 555	4,9%
<b>TOTAL</b>	<b>5 657 505</b>	<b>100,0%</b>	<b>6 743 673</b>	<b>100,0%</b>	<b>1 086 167</b>	<b>19,2%</b>

Un: Euro

No exercício de 2025, a rubrica Taxas, Multas e Outras Penalidades apresenta uma receita arrecadada de 6.743.673 €, registando um crescimento assinalável de (+) 19,2% relativamente aos valores registados no ano anterior.

Desagregando por subcomponentes, verifica-se que, tal como ocorria no exercício de 2024, as taxas decorrentes de Loteamentos e Obras ocupam o lugar cimeiro na hierarquia das Taxas, Multas e Outras Penalidades, seguidas das taxas de Ocupação da Via Pública.

Da leitura do quadro é possível aferir, desde logo, acerca da predominância das rubricas de Loteamentos e Obras (com 3.788.119 €) e Ocupação da Via Pública (com 1.648.414 €) que, no conjunto, representam 80,6% do total da rubrica Taxas, Multas e Outras Penalidades, totalizando 5.436.534 €. Importa ainda referir que estas componentes, Loteamentos e Obras e Ocupação da Via Pública, registam um crescimento de (+) 590.557 € e de (+) 82.816 €, respetivamente, face aos valores arrecadados no período homólogo.

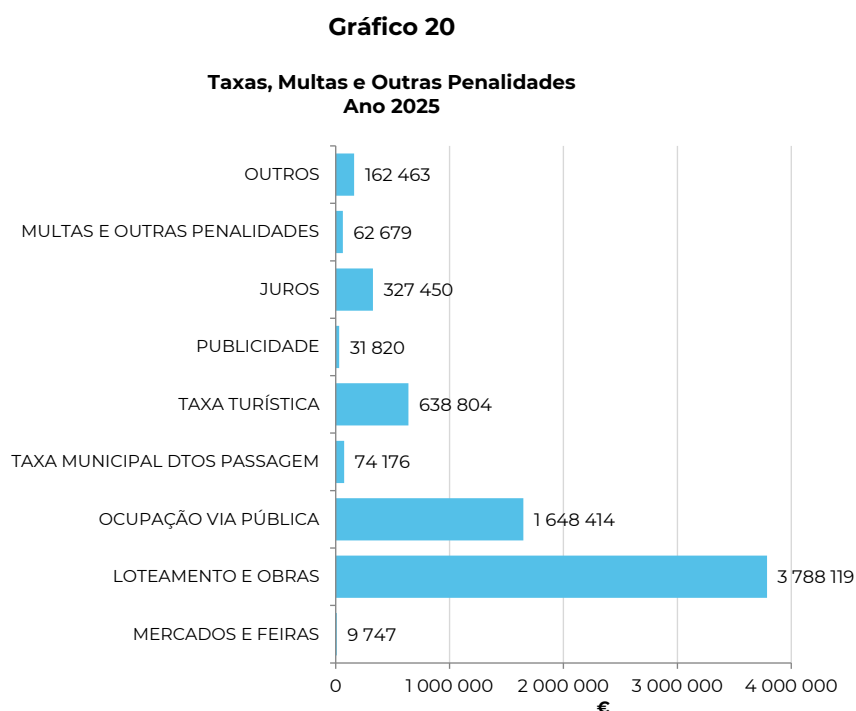
Apresenta-se de seguida a componente Taxa Turística que, no exercício em análise, rendeu aos cofres do Município o montante de 638.804 €, apresentando um acréscimo de (+) 226.274 €, o que traduz um expressivo aumento de (+) 54,9% relativamente ao valor apurado no exercício anterior. Este crescimento é parcialmente explicado pelo facto de, no exercício anterior, o período de vigência da cobrança da taxa ter iniciado apenas no segundo trimestre de 2024.



Com contributos substancialmente inferiores, apresentam-se os valores arrecadados nas componentes Juros (327.450 €) e Outros (162 463 €), registando um crescimento de, respetivamente, (+) 184.108 € e (+) 7 555 face aos valores arrecadados em 2024.

Por fim, no seio das Taxas, Multas e Outras Penalidades encontram-se ainda as componentes Taxa Municipal de Direitos de Passagem, Multas e Outras Penalidades (exceto Juros), Publicidade e Mercados e Feiras com valores que, conjuntamente, ascendem a 178.422 € e que evidenciam tendências diversas face aos valores arrecadados no exercício anterior. Enquanto as componentes Taxa Municipal de Direitos de Passagem, Publicidade e Mercados e Feiras registam um crescimento de (+) 11.031 €, (+) 8.787 € e (+) 328 €, respetivamente, a componente Multas e Outras Penalidades (exceto Juros) apresenta uma diminuição de (-) 25.290 €.

Para melhor apreciação do peso relativo das diversas componentes, insere-se seguidamente o gráfico ilustrativo da decomposição das Taxas, Multas e Outras Penalidades:



### 1.3.5.1.1.3 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

A rubrica de Venda de Bens e Serviços Corrente totaliza no exercício 5.291.202 €, registando um acréscimo, face ao exercício anterior, de (+) 5,4%. A sua decomposição é a que se apresenta no quadro seguinte:



## Quadro 31

VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES						
	2024		2025		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Venda de Bens</b>	<b>18 563</b>	<b>0,4%</b>	<b>30 098</b>	<b>0,6%</b>	<b>11 535</b>	<b>62,1%</b>
<b>Serviços</b>	<b>4 888 431</b>	<b>97,4%</b>	<b>5 142 498</b>	<b>97,2%</b>	<b>254 066</b>	<b>5,2%</b>
Aluguer de espaços e equipamentos	64 200	1,3%	65 033	1,2%	833	1,3%
Vistorias e ensaios	13 638	0,3%	14 263	0,3%	624	4,6%
Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	4 598 169	91,6%	4 846 804	91,6%	248 635	5,4%
Serviços sociais	2 550 630	50,8%	2 676 978	50,6%	126 348	5,0%
Serviços recreativos	2 200	0,0%	3 473	0,1%	1 273	57,8%
Serviços culturais	49 578	1,0%	66 434	1,3%	16 856	34,0%
Serviços desportivos	1 995 762	39,8%	2 099 919	39,7%	104 158	5,2%
Serviços Específicos das Autarquias	212 398	4,2%	216 373	4,1%	3 975	1,9%
Outros	26	0,0%	25	0,0%	-1	-3,5%
<b>Rendas</b>	<b>112 184</b>	<b>2,2%</b>	<b>118 605</b>	<b>2,2%</b>	<b>6 421</b>	<b>5,7%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5 019 179</b>	<b>100,0%</b>	<b>5 291 202</b>	<b>100,0%</b>	<b>272 023</b>	<b>5,4%</b>

Un:Euro

Como se verifica pela análise do presente quadro, permanece estrutural o contributo dos Serviços Sociais, Recreativos, Culturais e de Desporto, que geraram, no exercício em análise, uma receita no valor de 4.846.804 €, o que representa 91,6% do total da rubrica Venda de Bens e Serviços Correntes, registando, ainda, um crescimento de (+) 5,4% face aos valores cobrados em 2024, um acréscimo de (+) 248.635 €. A justificar este crescimento, destacam-se as receitas com origem nos Serviços Sociais e nos Serviços Desportivos, que registam aumentos de (+) 126.348 € e (+) 104.158 €, respetivamente.

Ainda na componente Serviços, e também com evolução positiva face ao exercício anterior, apresentam-se os Serviços Específicos das Autarquias, com um contributo de 216.373 €, (+) 1,9%, o Aluguer de Espaços e Equipamentos que apresenta uma receita de 65.033 €, (+) 1,3% e as Vistorias e Ensaios, com 14.263 €, (+) 4,6%.

Relativamente à componente Rendas, que no presente exercício alcança uma receita de 118.605 €, apresenta um aumento de (+) 6.421 €, registando um crescimento de (+) 5,7% face aos valores arrecadados no ano de 2024.

Por último e para concluir a análise à rubrica Venda de Bens e Serviços Corrente, apresenta-se a componente Venda de Bens, com uma receita arrecada no montante de 30.098 €, registando um crescimento de (+) 62,1%, em comparação com o período homologo.



### 1.3.5.1.2 TRANSFERÊNCIAS

As transferências representam hoje um eixo fundamental da autonomia financeira municipal, refletindo opções políticas sobre a repartição dos recursos públicos e sobre o modelo de governação descentralizada que o país tem vindo a consolidar.

A distinção entre fundos municipais (PIE) e restantes transferências evidencia duas dimensões estratégicas complementares: por um lado, a participação dos municípios nos impostos do estado, assegurando estabilidade e previsibilidade financeira; por outro, o financiamento associado às competências descentralizadas, que traduz a transferência real de responsabilidades e de capacidade de decisão para o nível local. O reforço das transferências, sobretudo desde o aprofundamento da descentralização, alterou estruturalmente o peso destas receitas no financiamento municipal, refletindo a crescente centralidade das autarquias na prestação de serviços públicos essenciais. Esta evolução não é meramente contabilística, confirma a afirmação dos municípios como agentes políticos determinantes na condução de políticas públicas de proximidade, com impacto direto no bem-estar das populações e no dinamismo territorial.

A análise das transferências permite compreender não apenas o comportamento financeiro das rubricas correntes e de capital, mas também o modo como o Estado Central, a legislação orçamental e os instrumentos de cofinanciamento moldam a capacidade municipal de planear e executar políticas. A sistematização da evolução registada nos últimos exercícios evidencia que as transferências assumem um papel decisivo na sustentabilidade financeira, na execução das competências descentralizadas e na consolidação do modelo de governação local, contribuindo para a afirmação do Município enquanto ator estratégico no desenvolvimento do território.

Neste enquadramento, a análise das receitas é estruturada em duas partes: uma abordagem global das transferências recebidas e uma análise detalhada de determinados grupos de transferências, tais como fundos municipais e transferências correntes e de capital. Por fim, é apresentado um resumo dos contratos-programa e projetos cofinanciados.

No final, são sistematizadas as transferências recebidas nos últimos dois anos, destacando a sua contribuição para a prestação do serviço público, especialmente em cada subagrupamento económico.



## Quadro 32

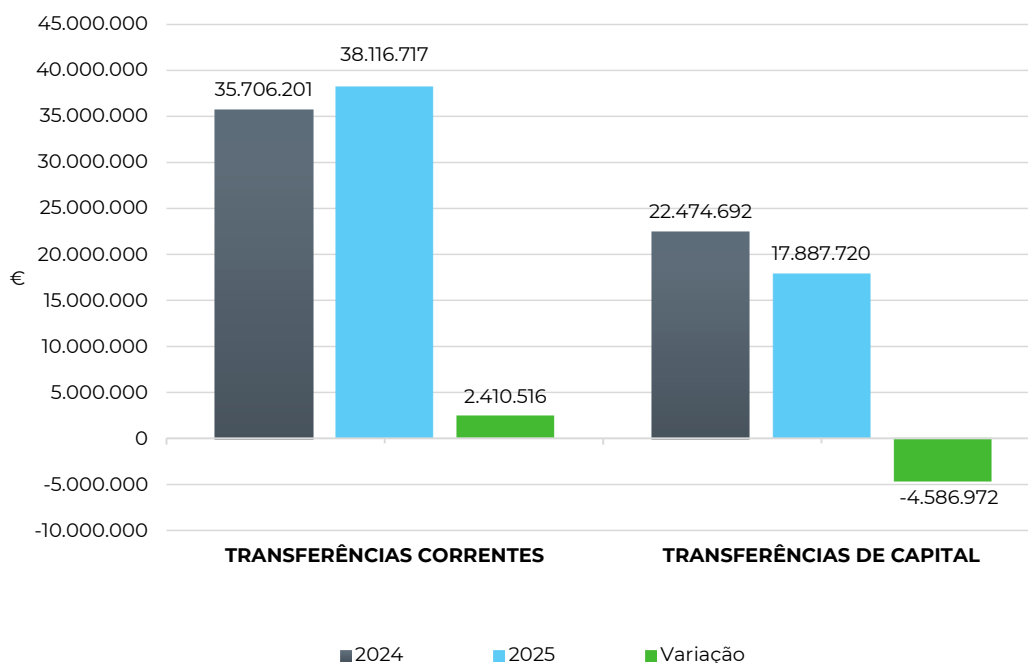
TRANSFERÊNCIAS					
	2024		2025		
	Execução		Execução		Variação 2024/2025
	Valor	Valor	Peso	Valor	%
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>35 706 201</b>	<b>38 116 717</b>	<b>68,1%</b>	<b>2 410 516</b>	<b>6,8%</b>
<b>Estado</b>	<b>34 928 883</b>	<b>36 757 567</b>	<b>65,6%</b>	<b>1 828 685</b>	<b>5,2%</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2 394 069	2 272 282	4,1%	-121 787	-5,1%
Fundo Social Municipal	3 713 685	4 140 056	7,4%	426 371	11,5%
Participação Variável no IRS	11 699 407	12 312 013	22,0%	612 606	5,2%
Transferência de Competências - Lei n.º 50/2018	13 985 538	14 259 334	25,5%	273 796	2,0%
Participação no IVA art.º 26-A da Lei 73/2013	1 339 235	1 168 697	2,1%	-170 538	-12,7%
Art.º 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013	1 655 926	2 595 365	4,6%	939 439	56,7%
Outros	141 022	9 820	0,0%	-131 202	-93,0%
<b>Comparticipação em projetos comunitários</b>	<b>460 583</b>	<b>1 117 116</b>	<b>2,0%</b>	<b>656 532</b>	<b>142,5%</b>
<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>139 271</b>	<b>169 210</b>	<b>0,3%</b>	<b>29 939</b>	<b>21,5%</b>
<b>Segurança Social</b>	<b>30 923</b>	<b>30 923</b>	<b>0,1%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Instituições S/ Fins Lucrativos</b>	<b>27 500</b>	<b>27 000</b>	<b>0,0%</b>	<b>-500</b>	<b>-1,8%</b>
<b>Resto do Mundo</b>	<b>119 041</b>	<b>14 900</b>	<b>0,0%</b>	<b>-104 141</b>	<b>-87,5%</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>22 474 692</b>	<b>17 887 720</b>	<b>31,9%</b>	<b>-4 586 972</b>	<b>-20,4%</b>
<b>Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras</b>	<b>0</b>	<b>425 941</b>	<b>0,8%</b>	<b>425 941</b>	<b>100,0%</b>
<b>Sociedades Financeiras</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Estado</b>	<b>2 075 422</b>	<b>2 847 841</b>	<b>5,1%</b>	<b>772 419</b>	<b>37,2%</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	266 008	252 476	0,5%	-13 532	-5,1%
Art.º 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013	1 655 926	2 595 365	4,6%	939 439	56,7%
Cooperação técnica e financeira	0	0	0,0%	0	0,0%
Outros	153 488	0	0,0%	-153 488	-100,0%
<b>Comparticipação em projetos comunitários</b>	<b>20 377 560</b>	<b>14 418 814</b>	<b>25,7%</b>	<b>-5 958 746</b>	<b>-29,2%</b>
<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>8 710</b>	<b>182 624</b>	<b>0,3%</b>	<b>173 914</b>	<b>1996,7%</b>
<b>Instituições S/ Fins Lucrativos</b>	<b>13 000</b>	<b>12 500</b>	<b>0,0%</b>	<b>-500</b>	<b>-3,8%</b>
<b>Total</b>	<b>58 180 893</b>	<b>56 004 436</b>	<b>100,0%</b>	<b>-2 176 457</b>	<b>-3,7%</b>
Un: Euros					
<b>Total da Receita</b>	<b>134 300 864</b>	<b>145 085 226</b>			
<b>Peso das Transferências no Total da Receita</b>	<b>43,3%</b>	<b>38,6%</b>			

No final de 2025 as Transferências totalizavam 56.004.436 €, registando-se uma variação relativa negativa de (-) 3,7%, o que corresponde a uma diminuição absoluta de (-) 2.176.457 €. Este comportamento resultou, essencialmente, da menor execução de transferências de capital, apesar do reforço verificado nas transferências correntes.

Ao examinar a estrutura das transferências na receita global, verifica-se a predominância das transferências correntes, que totalizaram 38.116.717 €, correspondendo a um peso de 68,1% do total, enquanto as transferências de capital somaram 17.887.720 €, com um peso de 31,9%.

A comparação entre os dois períodos evidencia variações distintas nas diferentes rubricas de transferências correntes e de capital, com ênfase nas rubricas de maior peso e relevância. As transferências correntes registaram um aumento global de (+) 2.410.516 €, por seu lado as transferências de capital, diminuíram (-) 4.586.972 €.

**Gráfico 21**  
**Evolução das Transferências**  
**2024-2025**



No âmbito da receita global da autarquia, constata-se em 2025 uma redução da sua importância relativa, com as transferências a representarem 38,6% do total da receita municipal, face a 43,3% em 2024. Este movimento é explicado pela maior dinâmica da receita própria total e, em simultâneo, pela menor execução de capital. Ainda assim, as transferências correntes reforçam a função de estabilizador financeiro, em particular no financiamento das competências descentralizadas em consolidação.

#### **1.3.5.1.2.1 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

As transferências de natureza corrente, de forma reiterada, assumem um papel preponderante no cômputo global da receita, e em 2025, representam 68,1% do total das transferências. Destacam-se, sobremaneira, as rubricas oriundas do Estado, que compreendem 36.757.567 €, correspondendo a 65,6% do total das transferências correntes, contribuindo com um incremento de (+) 1.828.685 € face ao período homólogo.

No seio das transferências correntes, sobressaem os fundos municipais (PIE), que continuam a desempenhar um papel crucial no desenvolvimento da atividade autárquica, apresentando em 2025 um total agregado de 36.757.567 €, mantendo um peso estrutural significativo no universo das



receitas municipais, ainda que representem uma diminuição ligeira em termos relativos quando comparados com o total da receita — efeito explicável pelo maior dinamismo das restantes categorias de receita. Este facto justifica, como no exercício anterior, uma análise mais pormenorizada, a ser realizada mais adiante neste relatório.

A evolução das transferências correntes em 2025 revela uma forte ligação ao comportamento heterogéneo das várias rubricas provenientes do Estado. Destacam-se, por ordem crescente, os acréscimos registados no Fundo Social Municipal, (+) 426.371 €, na Participação Variável no IRS, (+) 612.606 € e, de forma particularmente expressiva, no montante atribuído ao abrigo do Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013, (+) 939.439 €. Este último continua condicionado pela suspensão parcial do n.º 4 do mesmo artigo, prevista no Orçamento do Estado, mantendo-se assim o regime excecional de repartição do valor entre receita corrente (50%) e receita de capital (50%). Em sentido inverso, observam-se reduções provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro (-) 121.787 € e na Participação no IVA (art.º 26.º-A da Lei n.º 73/2013) (-) 170.538 €, refletindo o ajustamento anual inerente ao mecanismo de distribuição desta receita.

Entre as rubricas do Estado, e na continuidade do processo de descentralização de competências, nas áreas da educação, ação social e saúde, observa-se em 2025 uma evolução positiva na transferência destinada ao exercício dessas atribuições, com um incremento de (+) 273.796 €, acolhendo 25% das receitas provenientes do Estado. Este acréscimo é complementado pelo reforço do Fundo Social Municipal, já referido, também consignado à área da educação.

Considerando que essas áreas de atuação permanecem sob intervenção municipal, agora plenamente inseridas no processo de descentralização de competências, torna-se imperativo proceder a uma avaliação sistemática dos valores transferidos para o Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD) e sinalizar o défice de financiamento das despesas de educação imputadas ao FFD e ao Fundo Social Municipal (FSM) na área da educação e o FFD nas áreas da ação social e saúde.



## Quadro 33

APURAMENTO DO FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE EDUCAÇÃO IMPUTADAS AO FFD			
	ANO DE 2025		ANO DE 2026
	Receita Cobrada	Despesa Paga	Receita Prevista OE
<b>Fundo de Financiamento da Descentralização da Educação (FFD Educação)</b>	11.304.597		11.555.145
Leite escolar	39.043		
Refeições aos alunos do 2.º e 3.º CEB e do Ensino Secundário.	695.757		
Programa de atividades de apoio à família	376.438		
Pessoal Não Docente		9.707.688	
Apoios alimentares		2.028.308	
Encargos das instalações		1.602.859	
Conservação das instalações		198.853	
Transportes circuitos especiais		188.207	
Escola a tempo inteiro		2.970.519	
<b>Totais</b>	<b>12.415.835</b>	<b>16.696.433</b>	<b>11.555.145</b>
<b>DÉFICE (-) / SUPERAVIT (+) = Receita-Despesa</b>	<b>-4.280.598</b>		

Un: Euro

Em 2025, o financiamento das competências descentralizadas na área da educação voltou a revelar um desajuste significativo entre a receita transferida pelo Estado e a despesa efetivamente suportada pelo Município da Maia.

A receita cobrada ao abrigo do Fundo de Financiamento da Descentralização da Educação totalizou 11.304.597 €, enquanto o conjunto das restantes receitas diretamente associadas ao funcionamento educativo (leite escolar, refeições, atividades de apoio à família) acrescentou mais 1.111.238 €, perfazendo uma receita global de 12.415.835 €.

Por outro lado, a despesa paga para assegurar o pleno funcionamento das competências descentralizadas atingiu 16.696.433 €, destacando-se três rubricas de grande peso estrutural, Pessoal Não Docente com gastos de 9.707.688 €, Escola a Tempo Inteiro, com gastos de 2.970.519 € e Apoios alimentares, com gastos de 2.028.308 €.

O desequilíbrio entre receita e despesa resultou num défice de financiamento de (-) 4.280.598 €, reforçando a tendência já observada em exercícios anteriores.

A previsão inscrita no Orçamento de Estado para 2026, no montante de 11.555.145 €, permanece muito abaixo dos custos efetivos verificados em 2025, não corrigindo o défice estrutural existente.

Assim, confirma-se que o montante transferido pelo Estado continua insuficiente para cobrir os encargos reais associados à educação, obrigando o Município a assegurar um financiamento adicional significativo para garantir a continuidade, estabilidade e qualidade dos serviços educativos prestados no concelho.



**Quadro 34**

APURAMENTO DO FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE EDUCAÇÃO IMPUTADAS AO FSM			
	ANO DE 2025		ANO DE 2026
	Receita Cobrada	Despesa Paga	Receita Prevista OE
<b>Fundo Social Municipal (FSM)</b>	4.140.056		4.132.603
Refeições aos alunos do EB1 e do Ensino Pré Escolar com ATL, do Concelho da Maia.	1.055.950		
Programa de atividades de apoio à família	547017		
Pessoal Não Docente		1.864.958	
Apoios alimentares		3.208.415	
Encargos das instalações		0	
Conservação das instalações		782.935	
Transportes circuitos especiais		337.915	
Outras Despesas de Funcionamento		845.234	
<b>Totais</b>	<b>5.743.024</b>	<b>7.039.458</b>	<b>4.132.603</b>
<b>DÉFICE (-) / SUPERAVIT (+) = Receita-Despesa</b>		<b>-1.296.434</b>	

Un:Euro

Em 2025, o financiamento assegurado pelo Fundo Social Municipal, revelou-se novamente insuficiente para cobrir os encargos associados ao pré-escolar e ao 1.º ciclo. A receita total do FSM atingiu 5.743.024 €, enquanto a despesa necessária ao funcionamento destas valências ascendeu a 7.039.458 €.

As rubricas com maior peso foram Apoios Alimentares com 3.208.415 €, Pessoal Não Docente 1.864.958 € e Conservação das Instalações 782.935 €, que em conjunto representam a parte predominante da despesa. O Município continua, assim, a suportar encargos substanciais para garantir refeições escolares, funcionamento dos serviços de apoio à família e manutenção dos edifícios escolares.

O exercício encerra com um défice de financiamento de (-) 1.296.434 € e a receita prevista em OE 2026, no valor de 4.132.603 €, revela-se inferior não só aos montantes executados em 2025, mas também às necessidades estruturais identificadas. Esta projeção confirma que o FSM poderá continuar aquém da despesa real, mantendo um desalinhamento que obriga o Município a reforçar o financiamento próprio para garantir a continuidade e qualidade da resposta educativa.



## Quadro 35

APURAMENTO DO FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE AÇÃO SOCIAL IMPUTADAS AO FFD			
ANO DE 2025	ANO DE 2026		
	Receita Cobrada	Despesa Paga	Receita prevista OE
<b>Fundo de Financiamento da Descentralização da Ação Social</b>			<b>973.125</b>
Recursos Humanos	244.134	193.442	
Protocolos RSI	384.967	402.059	
Subsídios Eventuais	153.824	244.610	
Acordo SAAS	67.089	0	
Instalações e Funcionamento	18.260	48.313	
Seguro e Higiene no Trabalho	1.397	2.912	
<b>Totais</b>	<b>869.671</b>	<b>891.336</b>	<b>973.125</b>
<b>DÉFICE (-) / SUPERAVIT(+) = Receita-Despesa</b>	<b>-21.665</b>		

Un: Euro

\* Contratação de Recursos Humanos em curso

Em 2025, o financiamento recebido através do Fundo de Financiamento da Descentralização da Ação Social, mostrou-se praticamente equilibrado face às despesas suportadas pelo Município, embora ainda insuficiente. A receita total arrecadada ascendeu a 869.671 €, enquanto a despesa paga atingiu 891.336 €, resultando num défice moderado de (-) 21.665 €.

As principais rubricas de despesa corresponderam a Protocolos RSI com despesa de 402.059 €, Recursos Humanos com despesa de 193.442 € e Subsídios Eventuais com despesa de 244.610 €, refletindo a natureza contínua das respostas sociais descentralizadas e a sua forte dependência de recursos humanos e apoios diretos à comunidade.

A receita prevista no OE 2026, no montante de 973.125 €, representa um aumento face ao executado de 2025 e, caso se confirme, poderá permitir uma cobertura mais adequada das necessidades identificadas, contribuindo para mitigar o défice estrutural que se tem verificado. Ainda assim, a evolução da despesa, associada a intervenção social e a exigências operacionais, continuará a exigir uma monitorização atenta, podendo exigir ajustamentos contínuos para garantir a sustentabilidade e eficácia das respostas sociais municipais.



**Quadro 36**

APURAMENTO DO FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE SAÚDE IMPUTADAS AO FFD			
ANO DE 2025		ANO DE 2026	
	Receita Cobrada	Despesa Paga	Receita prevista OE
<b>Fundo de Financiamento da Descentralização da Saúde</b>			<b>2.017.408</b>
Recursos Humanos	338.337	156.659	
Custos Logísticos	1.552.484	2.102.258	
Manutenção e Conserv. Instalações	111.088	200.077	
Saúde e Higiene no Trabalho	4.071	9.811	
<b>Totais</b>	<b>2.005.980</b>	<b>2.468.804</b>	<b>2.017.408</b>
<b>DÉFICE (-) / SUPERAVIT(+) = Receita-Despesa</b>		<b>-462.824</b>	

Un: Euro

Em 2025, o financiamento transferido pelo Fundo de Financiamento da Descentralização da Saúde revelou-se insuficiente para cobrir os encargos decorrentes das competências descentralizadas. A receita cobrada, no montante de 2.005.980 €, ficou aquém da despesa paga, que atingiu 2.468.804 €, originando um défice de (-) 462.824 €.

A estrutura da despesa evidencia que os Custos Logísticos 2.102.258 € representam, isoladamente, mais 85% do total, refletindo encargos significativos ao nível de logística operacional. Seguem-se as rubricas de Manutenção e Conservação de Instalações 200.077 € e Recursos Humanos 156.659 €, evidenciando o carácter multifacetado dos custos inerentes à gestão descentralizada do setor da saúde.

A receita prevista no Orçamento do Estado para 2026, no valor de 2.017.408 €, mantém-se muito próxima do montante arrecadado em 2025, não acompanhando, contudo, a dimensão da despesa real observada. Esta projeção reforça a tendência de subfinanciamento estrutural.

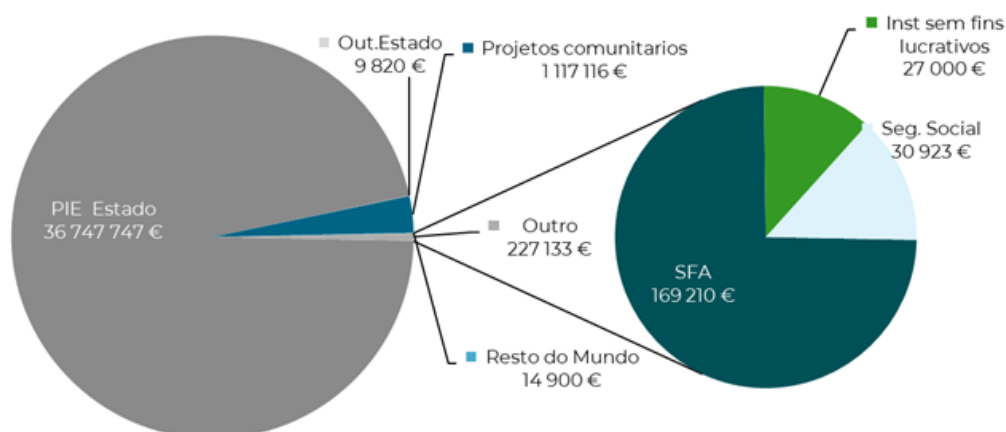
Assim, confirma-se que o financiamento disponibilizado pelo Estado permanece insuficiente para acomodar plenamente as responsabilidades assumidas pelo Município da Maia na área da saúde, exigindo um reforço continuado de recursos municipais para assegurar o funcionamento regular, seguro e eficaz dos serviços de saúde descentralizados.

O défice global de (-) 4.765.087 € evidencia que as verbas transferidas pelo Estado ao abrigo do FFD estão significativamente abaixo dos custos reais que o Município suporta para garantir o funcionamento pleno das competências descentralizadas.

Quanto à Participação em Projetos Comunitários, embora não seja habitualmente preponderante na parte corrente, revela em 2025 um aumento de (+) 656.532 € em relação a 2024, traduzindo uma evolução particularmente significativa no domínio das operações cofinanciadas com execução corrente. Este crescimento contrasta com o comportamento observado no exercício anterior. As restantes componentes das Transferências Correntes (Serviços e Fundos Autónomos,

Instituições Sem Fins Lucrativos, Segurança Social e Resto do Mundo) não necessitam de menção diferenciada, devido à sua diminuta expressão individual, sendo conjuntamente responsáveis por uma diminuição de (-) 74.701 €, e à sua reduzida representação no cômputo geral das transferências; importa apenas assinalar que a diminuição observada em algumas destas rubricas segue padrões habituais de oscilação anual, associados à natureza pontual destes fluxos financeiros.

O gráfico correspondente permite avaliar a relevância de cada uma das componentes das Transferências Correntes, sendo perfeitamente visível o lugar de destaque assumido pelas transferências oriundas do Estado, enquanto as restantes componentes apresentam uma menor expressividade em valor. Este comportamento confirma a natureza estrutural das transferências estatais na consolidação das finanças municipais e evidencia, simultaneamente, a crescente importância das rubricas associadas à descentralização e ao financiamento europeu, ainda que estas últimas conservem, no agregado corrente, um peso comparativamente reduzido.

**Gráfico 22****ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES****1.3.5.1.2.2 TRANSFERÊNCIAS CAPITAL**

As Transferências de Capital, pela natureza dos instrumentos que as compõem e pela dependência de decisões externas ao ciclo orçamental municipal, apresentam uma sensibilidade elevada a fatores de ordem política, económica e programática. A sua evolução está, por isso, frequentemente condicionada tanto pelas prioridades definidas ao nível nacional e europeu como pelos ritmos próprios de execução dos programas de financiamento. Ainda assim, estas transferências assumem um papel determinante no enquadramento das Grandes Opções do Plano, contribuindo para a



concretização de investimentos estruturantes e reforçando a capacidade do Município para executar a sua estratégia de desenvolvimento. Importa, contudo, sublinhar que o montante inscrito ou executado em receitas de capital não constitui, por si só, um reflexo direto do investimento realizado, uma vez que, no caso do Município da Maia, uma parte significativa desse investimento continua a ser assegurada por via da poupança corrente. Assim, o valor das transferências de capital deve ser lido sobretudo como um indicador complementar, que espelha o grau de financiamento externo mobilizado, e não como o parâmetro exclusivo da dinâmica de investimento municipal.

Nas transferências de capital, arrecadou-se, no exercício de 2025, a quantia de 17.887.720 €, refletindo uma diminuição de (-) 4.586.972 € em relação ao ano de 2024, ou seja, um decréscimo de (-) 20,4%. Dentro desta componente, sobressai novamente a Comparticipação em Projetos Comunitários, ainda que com um valor inferior ao período homólogo, totalizando 14.418.814 €, o que representa uma diminuição de (-) 5.958.746 €. Esta variação decorre sobretudo da conclusão de diversos projetos cofinanciados e do ajustamento natural associado à transição entre quadros e fases de programação europeia — efeito habitual em anos de fecho de operações, refletindo o ciclo próprio dos fundos estruturais e de investimento, incluindo o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu, o Fundo de Coesão e o Plano de Recuperação e Resiliência, sendo este o principal acelerador neste período.

Seguindo a mesma linha de orientação, apresentam-se as Transferências de Capital oriundas do Estado, com um acréscimo de (+) 772.419 €. Destaca-se, neste domínio, o contributo positivo do Art.º 35.º da Lei n.º 73/2013, que cresce (+) 939.439 €, parcialmente contrabalançado pela rubrica de Outros com (-) 153.488 € e pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro que apresenta uma variação negativa de (-) 13.532 €. A rubrica “Outros”, que no exercício anterior contribuía de forma positiva, deixa de apresentar registos financeiros em 2025, evidenciando a volatilidade natural das transferências não estruturais.

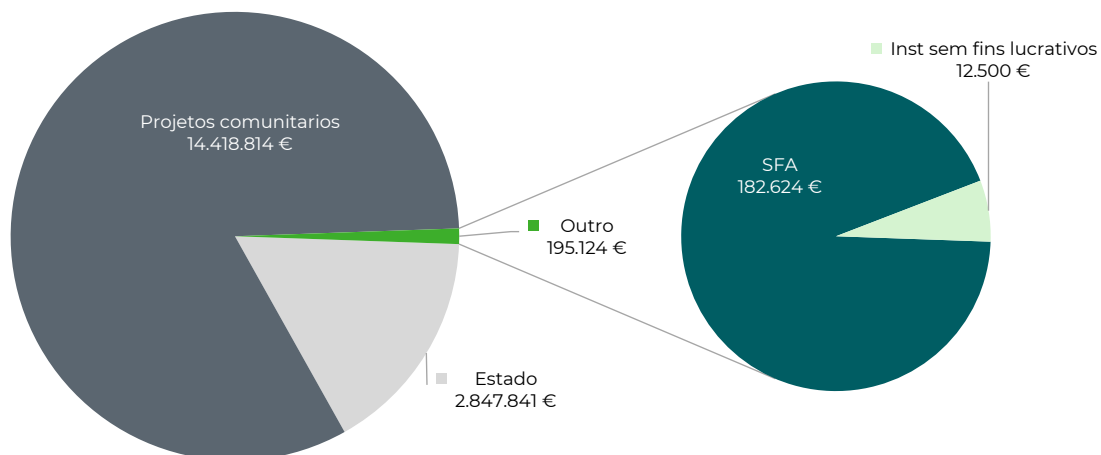
Com menor relevância no conjunto das transferências de capital, a rubrica proveniente de Serviços e Fundos Autónomos ascende ao montante de 182.624 €, valor que corresponde a um incremento de (+) 173.914 € face ao exercício anterior. Este acréscimo resulta movimentos extraordinários de financiamento de projetos específicos, designadamente, o projeto de Regularização da Linha de Água Afluente á Ribeira do Arquinho.

Por sua vez, as Instituições sem Fins Lucrativos, apresentam um valor residual de 12.500 €, refletindo uma redução de (-) 500 €

O gráfico ilustrativo permite avaliar a relevância de cada uma das componentes das transferências de capital, evidenciando claramente o destaque assumido, também em 2025, pelas transferências comunitárias, apesar do seu decréscimo, seguidas das transferências oriundas do Estado, e a menor expressividade das demais componentes. A estrutura demonstrada reforça o entendimento de que a evolução anual das transferências de capital encontra-se fortemente condicionada pelos ritmos de execução dos programas europeus e pelos ciclos de aprovação e pagamento de operações, o que exige uma gestão municipal prudente e ancorada em instrumentos de planeamento plurianual.

Gráfico 23

## ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CAPITAL



## 1.3.5.1.2.3 FUNDOS MUNICIPAIS

Tomando em consideração que, no exercício de 2025, os fundos municipais continuam a representar uma parcela muito significativa do total das receitas transferidas para o Município, justifica-se uma análise dedicada a este conjunto de recursos. A leitura destes fundos exige atenção ao enquadramento nacional em matéria de finanças públicas, marcado por sucessivos ajustamentos na distribuição dos recursos entre o Estado e os Municípios, ajustamentos esses que refletem não apenas constrangimentos macroeconómicos, mas também a intenção de reforçar princípios como a estabilidade orçamental, a disciplina financeira e a sustentabilidade das finanças locais no âmbito das Grandes Opções do Plano (GOP).

Este enquadramento não é estático. A evolução legislativa recente, aliada ao aprofundamento das políticas de descentralização, tem aumentado o protagonismo dos municípios na gestão de recursos públicos, conduzindo a um maior dinamismo tanto no volume como na composição dos fundos municipais. As expectativas associadas ao processo de descentralização e ao reforço das atribuições locais apontam para que, a curto e médio prazo, estes agregados possam vir a sofrer alterações.

Nos anos de 2022 e 2023, observaram-se já mudanças materiais relacionadas com a transferência de competências, cujo impacto se tornou mais evidente em 2024 e encontra continuidade em 2025, ano em que se consolida a transição de responsabilidades e se reforça a dependência de critérios



financeiros que procuram aproximar, de forma progressiva, as verbas transferidas aos custos reais das funções descentralizadas.

## Quadro 37

TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO					
	2024	2025		2026	
	Execução	Execução	Variação 2024/2025	Previsto P.L. OE	Variação 2025/2026
<b>Transferências Correntes - Estado</b>	<b>34 787 860</b>	<b>36 747 747</b>	<b>5,6%</b>	<b>37 995 919</b>	<b>3,4%</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2 394 069	2 272 282	-5,1%	3 077 711	35,4%
Fundo Social Municipal	3 713 685	4 140 056	11,5%	4 132 603	-0,2%
Participação Variável no IRS	11 699 407	12 312 013	5,2%	12 373 386	0,5%
Participação no IVA	1 339 235	1 168 697	-12,7%	1 628 009	39,3%
N.º 3 art.º 35.º Lei n.º 73/2013 (a)	1 655 926	2 595 365	56,7%	2 238 532	-13,7%
Transferência de Competências - Fundo Fin. Desc.	13 985 538	14 259 334	2,0%	14 545 678	2,0%
<b>Transferências Capital - Estado</b>	<b>1 921 934</b>	<b>2 847 841</b>	<b>48,2%</b>	<b>2 580 500</b>	<b>-9,4%</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	266 008	252 476	-5,1%	341 968	35,4%
N.º 3 art.º 35.º Lei n.º 73/2013 (a)	1 655 926	2 595 365	56,7%	2 238 532	-13,7%
	<b>36 709 795</b>	<b>39 595 588</b>	<b>7,9%</b>	<b>40 576 418</b>	<b>2,5%</b>

Un: Euro

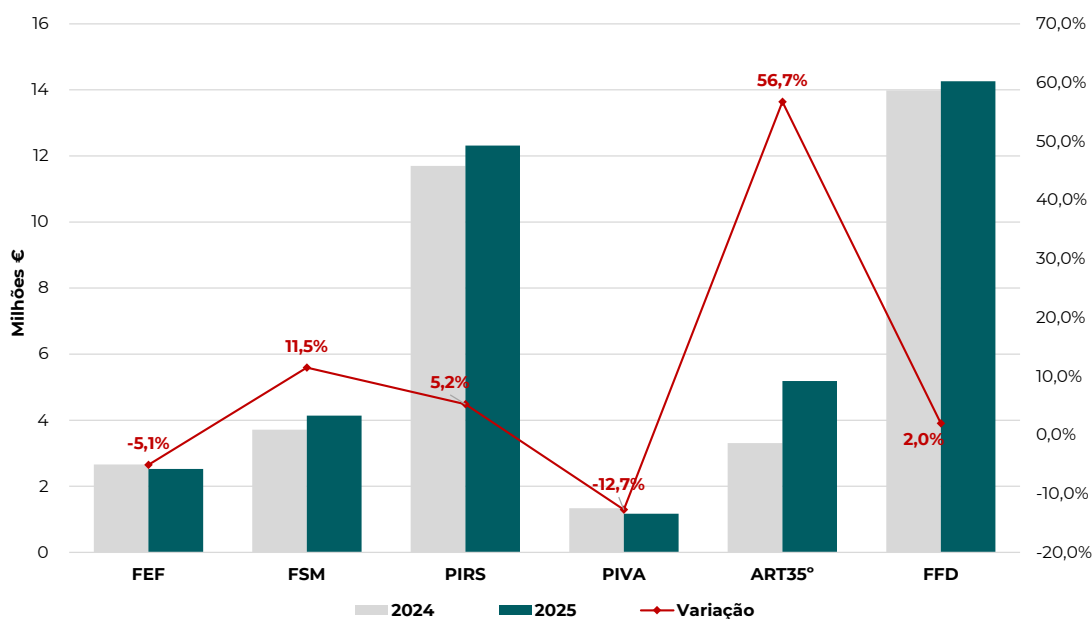
<b>Total de Transferências</b>	<b>58 180 893</b>	<b>56 004 436</b>
<b>Total de Receita</b>	<b>134 300 864</b>	<b>145 085 226</b>
<b>Peso dos Fundos PIE no total das transferências</b>	<b>63,1%</b>	<b>70,7%</b>
<b>Peso dos Fundos PIE no total da receita</b>	<b>27,3%</b>	<b>27,3%</b>

(a) Dispõe o n.º 11 do artigo 52.º da LOE 2024 que "Excepcionalmente, o montante distribuído para efeitos do n.º 4 do artigo 35.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro assume em 50% a natureza de transferência de capital", situação replicada no OE para 2026

Da análise dos dados expostos no quadro, constata-se que, no período compreendido entre 2024 e 2025, as transferências do Estado ao abrigo dos Fundos Municipais mantêm uma trajetória globalmente ascendente, embora com um ritmo de crescimento mais moderado face ao aumento registado entre 2023 e 2024. Em 2025, o montante transferido ascende a 39.595.588 €, o que representa um acréscimo de (+) 2.885.793 € em relação ao exercício anterior, reforçando o papel estruturante que estes fundos continuam a desempenhar no financiamento municipal.

A evolução projetada no Orçamento do Estado para 2026 antecipa nova subida, ainda que mais contida, situando-se em 40.576.418 €, o que corresponde a um crescimento adicional de (+) 2,5%, revelando uma estabilização progressiva das transferências, coerente com a maturidade do processo de descentralização e com o enquadramento orçamental nacional.

Gráfico 24

Evolução das Transferências do Estado  
2024-2025

De entre as diversas rubricas dos Fundos PIE, destaca-se, uma vez mais, o comportamento da transferência prevista no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 73/2013, que em 2025 regista nova variação particularmente significativa, de (+) 1.878.878 no conjunto das componentes corrente e de capital, o que corresponde um acréscimo de (+) 56,7% face a 2024. Importa assinalar que, à semelhança do que sucedeu no exercício anterior, se mantém o regime excecional previsto no n.º 11 do artigo 52.º da LOE 2024, que determina que 50% do montante distribuído assume a natureza de transferência de capital e os restantes 50% a natureza corrente, disposição que é expressamente replicada no Orçamento do Estado para 2025 e para 2026.

O Fundo Social Municipal, com relevância estratégica sobretudo para a área da Educação — em particular educação pré-escolar e 1.º ciclo — mantém igualmente uma evolução consistente. Em 2025, o valor executado ascende a 4.140.056 €, reforçando o montante de 2024 e consolidando o crescimento observado desde 2023, num total acumulado de (+) 971.503 € ao longo do triénio. Para 2026, prevê-se um valor muito próximo (4.132.603 €), o que reflete uma estabilização desta rubrica.

Quanto ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, mantém-se a trajetória descendente registada em 2023 e 2024, apresentando em 2025 um valor de 2.272.282 €, equivalente a uma diminuição de (-) 5,1% face ao exercício anterior. Não obstante, o Orçamento do Estado para 2026 prevê uma inversão desta tendência, com um reforço substancial que eleva o FEF para 3.077.711 €, traduzindo um acréscimo de (+) 35,4%.



Relativamente à Participação Variável no IRS, observa-se novamente um comportamento positivo, com o montante a atingir 12.312.013 € em 2025, crescendo (+) 612.606 €, (+) 5,2% em termos relativos, o que continua a refletir a evolução favorável dos rendimentos tributáveis no concelho. Para 2026, estima-se um novo acréscimo, embora mais moderado, para 12.373.386 €.

No que diz respeito à Participação no IVA, regista-se uma contração significativa em 2025. Esta componente dos Fundos PIE totalizou 1.168.697 € traduzindo uma diminuição de (-) 12,7% face ao ano anterior. No entanto, o valor previsto para 2026 sobe para 1.628.009 €, com uma variação positiva de (+) 39,3%, resultante da atualização da receita liquidada por setor de atividade e da aplicação da fórmula de distribuição prevista na Lei das Finanças Locais.

Relativamente às Transferências de Competências – Fundo de Financiamento da Descentralização, verifica-se um reforço, em 2025, para 14.259.334 €, correspondente a uma variação de (+) 2,0%, mantendo-se esta linha de crescimento no OE 2026, que projeta 14.545.678 €, igualmente com (+) 2,0% de aumento.

Ao analisar o peso relativo dos Fundos PIE no conjunto das transferências, observa-se um aumento expressivo em 2025, onde estes passam a representar 70,7% do total das transferências (face a 63,1% em 2024). Este reforço resulta sobretudo da diminuição das transferências de capital — mais voláteis por natureza — e da consolidação das verbas correntes associadas às competências descentralizadas. No tocante ao peso no total da receita, o valor mantém-se estável nos 27,3%, evidenciando uma proporcionalidade face ao crescimento da receita global da autarquia.

O conjunto dos Fundos PIE continua, assim, a assumir um estatuto central na arquitetura financeira municipal, constituindo a base estrutural do financiamento público local. Embora influenciados pelo processo de descentralização e pela oscilação das restantes transferências, estes fundos mantêm níveis elevados de representatividade ao longo dos exercícios económicos, revelando-se essenciais para assegurar previsibilidade, estabilidade e sustentabilidade financeira ao Município.

#### **1.3.5.1.2.4 RESUMO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CONTRATOS PROGRAMA E PROJETOS COFINANCIADOS**

Por fim, inserem-se mapas que sistematizam os dados de acordo com a sua natureza e orientação estratégica da atividade municipal.

- Um que permite avaliar a evolução das transferências para projetos co-financiados, diferenciando os de natureza corrente dos de capital e analisando a sua evolução entre 2024 e 2025;



- O outro, desdobrado, que possibilita analisar a execução dos projetos financiados no âmbito de programas comunitários de financiamento, com ênfase para o grau de execução de cada um destes e montantes envolvidos.

**Quadro 38**

TRANSFERÊNCIAS PARA FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES E INVESTIMENTOS					
	2024	2025	Variação 2024/2025		Peso
	Execução	Execução	Valor	%	
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>918.341</b>	<b>1.368.970</b>	<b>450.629</b>	<b>49,1%</b>	<b>8,3%</b>
<b>Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados</b>	<b>460.583</b>	<b>1.117.116</b>	<b>656.532</b>	<b>142,5%</b>	<b>6,8%</b>
Portugal 2020 - Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	0	53.142	53.142	100,0%	0,3%
Portugal 2020 - SIG Intermunicipal da Maia	0	17.422	17.422	100,0%	0,1%
Portugal 2020 - Criação de rede estruturada de infraestruturada de estacionamento para	0	3.285	3.285	100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Autoridade Urbana da Maia	0	39.073	39.073	100,0%	0,2%
Portugal 2020 - Plano de comunicação e participação na ARU do centro da Maia	0	8.672	8.672	100,0%	0,1%
Portugal 2020 - POISE - FSE - Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais	0	-9.535	-9.535	-100,0%	-0,1%
Portugal 2020 - FSE - Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública	11.585	0	-11.585	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - FSE - Projetos Inovadores de Inclusão Social de Âmbito Territorial	225.123	0	-225.123	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - FSE - Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação	-11.900	0	11.900	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - FSE - Cultura para Todos	64.754	0	-64.754	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - FEDER - Percursos na Maia	9.387	0	-9.387	-100,0%	0,0%
Plano de Recuperação e Resiliência - Operações Integradas em Áreas Desfavorecidas	161.634	949.584	787.950	487,5%	5,8%
Plano de Recuperação e Resiliência - Projetos Acessibilidades 360°	0	55.474	55.474	100,0%	0,3%
<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>139.271</b>	<b>169.210</b>	<b>29.939</b>	<b>21,5%</b>	<b>1,0%</b>
IEFP - Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato e Mercado de Natal	11.530	12.487	957	8,3%	0,1%
Instituto Emprego Formação Profissional - Gabinetes de Inserção Profissional	18.081	0	-18.081	-100,0%	0,0%
IEFP - Emprego e Apoio à Qualificação de Pessoas com Deficiência e Incapacidade	24.319	14.773	-9.546	-39,3%	0,1%
ICNF, I.P. - Apoio à Esterilização de Animais de Companhia	55.498	0	-55.498	-100,0%	0,0%
ICNF, I.P. - Apoio à Identificação Eletrónica, Registo e Assistência de Animais de Companhia	18.408	0	-18.408	-100,0%	0,0%
IFAP, I.P. - Programa de Distribuição Gratuita de Fruta e Leite Escolar	11.434	39.043	27.609	241,5%	0,2%
Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Erasmus - Fitness for Alzheimer	0	7.200	7.200	100,0%	0,0%
Agência Nacional da Juventude, Erasmus	0	40.515	40.515	100,0%	0,2%
DGAV - Financiamento de Atividades Relacionadas com Animais de Companhia	0	41.187	41.187	100,0%	0,3%
ADENE - Maia Energy Hub	0	14.005	14.005	100,0%	0,1%
<b>Segurança Social</b>	<b>30.923</b>	<b>30.923</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,2%</b>
Sistema de Solidariedade e Segurança Social - CPCJR	30.923	30.923	0	0,0%	0,2%
<b>Instituições S/ Fins Lucrativos</b>	<b>27.500</b>	<b>27.000</b>	<b>-500</b>	<b>-1,8%</b>	<b>0,2%</b>
Fundação do Desporto	27.500	27.000	-500	-1,8%	0,2%
<b>Resto do Mundo</b>	<b>119.041</b>	<b>14.900</b>	<b>-104.141</b>	<b>-87,5%</b>	<b>0,1%</b>
Comissão Europeia - Sustainable Energy Positive & Zero Carbon Communities	104.472	0	-104.472	-100,0%	0,0%
União Europeia - Instituições - Projeto Sobrotherhood	6.797	6.797	0	0,0%	0,0%
União Europeia - Instituições - Projeto City Under Review	6.472	3.325	-3.147	-48,6%	0,0%
União Europeia - Instituições - Projeto Centre For European Volunteering	1.300	0	-1.300	-100,0%	0,0%
União Europeia - Instituições - Projeto EHHUR - Eyes Hearts Hands Urban Revolution	0	4.778	4.778	100,0%	0,0%
<b>Outros:</b>	<b>141.022</b>	<b>9.820</b>	<b>-131.202</b>	<b>-93,0%</b>	<b>0,1%</b>
Ministério da Administração Interna - Recenseamento Eleitoral	890	892	1	0,2%	0,0%
Ministério da Administração Interna - Comp. para Despesas com Actos Eleitorais	140.132	5.929	-134.204	-95,8%	0,0%
Desenvolvimento de Ações Formativas da Detenção de Animais de Companhia	0	3.000	3.000	100,0%	0,0%
<b>a transportar</b>	<b>918.341</b>	<b>1.368.970</b>	<b>450.629</b>	<b>49,1%</b>	



## Quadro 39

TRANSFERÊNCIAS PARA FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES E INVESTIMENTOS					
	2024	2025	Variação 2024/2025		Peso
	Execução	Execução	valor	%	
<b>transporte</b>	<b>918.341</b>	<b>1.368.970</b>	<b>450.629</b>	<b>49,1%</b>	
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>20.552.758</b>	<b>15.039.879</b>	<b>-5.512.879</b>	<b>-26,8%</b>	<b>91,7%</b>
<b>Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados</b>	<b>20.377.560</b>	<b>14.418.814</b>	<b>-5.958.746</b>	<b>-29,2%</b>	<b>87,9%</b>
Portugal 2020 - Requ. da Rua Dr. Carlos Pires Felgueiras, impl. de dispositivo de retorno	0	3.016	3.016	100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Construção do Ecocaminho - Troço Estação de Mandim ao Castelo	0	147.687	147.687	100,0%	0,9%
Portugal 2020 - Perc. Ped. e Cicl. na Av. D. Manuel II, R. José R.S. Júnior e Mon. Tr. G. Maia	60.908	0	-60.908	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Ampliação/Requalificação da Escola EB 2,3 de Gueifães	0	190.369	190.369	100,0%	1,2%
Portugal 2020 - Grande Remodelação da Escola EB 2,3 Maia	0	152.693	152.693	100,0%	0,9%
Portugal 2020 - Grande Remodelação da Escola B. e Secundária Dr. Vieira de Carvalho	0	447.181	447.181	100,0%	2,7%
Portugal 2020 - SIG Intermunicipal da Maia	0	5.055	5.055	100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Reabilitação Urbana da Praça 5 de Outubro e Arruamentos Convergentes	50.684	0	-50.684	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Reab. de esp. públ. e infraestr. B. Sobreiro - áreas verdes e enq. Paisagístico	0	135.075	135.075	100,0%	0,8%
Portugal 2020 - Reabilitação da Rua Central do Sobreiro	0	201.246	201.246	100,0%	1,2%
Portugal 2020 - Criação de Rede estruturada de infraestruturada de parq. bicicletas	0	4.512	4.512	100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Reabilitação do espaço urbano no setor norte do Bairro do Sobreiro	54.034	0	-54.034	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Criação de Perc. Ped. e Integração de Perc. Ciclável na Rua Alt. Coelho	0	12.340	12.340	100,0%	0,1%
Portugal 2020 - Promoção de Seg. e Inclusão em Circuitos Ped. Ac. Princ. Equip. Escolares	6.828	0	-6.828	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Perc. Ped. e Cicl. na Av. A. Coelho, Rot. Mon. Tr. G. da Maia, Tr. Quinta Nova	48.814	0	-48.814	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Avenida D. Mendo	40.985	0	-40.985	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Rua 5 de Outubro	2.717	0	-2.717	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Rua do Souto	44.178	0	-44.178	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Rua das Escolas	24.359	0	-24.359	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Rua General Humberto Delgado	2.618	0	-2.618	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Prolongamento da Via Periférica	0	228.711	228.711	100,0%	1,4%
Portugal 2020 - Maia SmartLab	37.952	299.802	261.850	690,0%	1,8%
Portugal 2020 - Modos Suaves Núcleo Urbano do Castelo	0	159.664	159.664	100,0%	1,0%
Portugal 2020 - Modos Suaves Núcleo Urbano da Cidade da Maia	0	566.408	566.408	100,0%	3,5%
Portugal 2020 - Modos Suaves Núcleo Urbano de Águas Santas	0	180.098	180.098	100,0%	1,1%
Portugal 2020 - Corredor Verde do Leça	93.567	0	-93.567	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Reformulação do Mercado Feira de Pedras Rubras	0	360.765	360.765	100,0%	2,2%
Portugal 2020 - Praceta do Fórum - Reordenamento e Req. do Parque de Estacionamento	24.486	0	-24.486	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	0	72.747	72.747	100,0%	0,4%
Portugal 2020 - Gestão Inteligente do Desempenho Organizacional	0	5.987	5.987	100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Remoção do Fibrocimento - Escola Básica do Castelo da Maia	0	3.788	3.788	100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Remoção do Fibrocimento - Pré Escolar Freguesia de Moreira	0	299	299	100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Remoção do Fibrocimento - Pré Escolar Freguesia de Nogueira e Silva Escura	0	1.341	1.341	100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Remoção do Fibrocimento - Pré Escolar Freguesia do Castelo	0	745	745	100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Remoção do Fibrocimento - Pré Escolar Freguesia de S. Pedro de Fins	0	1.225	1.225	100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Medidas de Melhoria de Desempenho Energético - Piscinas de Gueifães	0	-2.865	-2.865	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Medidas de Melhoria de Desempenho Energético - Piscinas de Águas Santas	0	-3.487	-3.487	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Avenida Dr. Vieira de Carvalho	27.834	25.980	-1.854	-6,7%	0,2%
Portugal 2020 - Percursos na Maia	46.182	0	-46.182	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Impl. medidas energético/ambientais no C. M. de Piscinas de Folgosa	0	22.583	22.583	100,0%	0,1%
Portugal 2020 - Construção do Ecocaminho - Troço Av. Paralelas até de Metro de Mandim	0	38.784	38.784	100,0%	0,2%
Portugal 2020 - Reabilitação dos espaços públicos infraestruturas Bairro do Sobreiro- 3ªfase	177.816	180.267	2.452	1,4%	1,1%
Portugal 2020 - Arranjo Urbanístico da Represa do Ribeiro	89.580	5.824	-83.756	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Pavimentação das Vias Municipais - Vias em Cubo	127.418	0	-127.418	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Ampliação da Escola EB1/JI da Prosela	189.980	0	-189.980	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Reformulação do Mercado Feira da Maia	432.225	28.101	-404.123	-93,5%	0,2%
Portugal 2020 - FSE - Cultura para Todos	24.498	0	-24.498	-100,0%	0,0%
Portugal 2030 - Ligação Pedonal Rua Engenheiro Duarte Pacheco - Fórum Maia	0	51.661	51.661	100,0%	0,3%
Portugal 2030 - Reabilitação da Casa do Corim	0	558.299	558.299	100,0%	3,4%
PRR - Operações Integradas em Áreas Desfavorecidas	8.460	17.218	8.758	103,5%	0,1%
PRR - Requalificação da Via Lidador	137.172	589.261	452.089	329,6%	3,6%
PRR - Requalificação da Rua da Igreja	0	512.313	512.313	100,0%	3,1%
PRR - Novo Acesso à Junta de Freguesia de Águas Santas	93.384	39.782	-53.602	-57,4%	0,2%
PRR - Reab. espaços públicos infra. Bairro Sobreiro-4 ªfase	92.949	309.465	216.516	232,9%	1,9%
PRR - Edifícios Destinados a Unidades de Saúde Familiar	0	3.046.267	3.046.267	100,0%	18,6%
PRR - Construção/Aquisição Fogos para Habitação Acessível IHRU	18.154.698	5.770.850	-12.383.849	-68,2%	35,2%
PRR - Requalificação e Modernização da Escola Básica e Secundária Dr. José Vieira de Carvalho	283.232	0	-283.232	-100,0%	0,0%
PRR - Projetos Acessibilidades 360º	0	2.698	2.698	100,0%	0,0%
AMA - Plataforma de Gestão Urbana	0	41.000	41.000	100,0%	0,2%
CCDRN - Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo	0	4.058	4.058	100,0%	0,0%
<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>8.710</b>	<b>182.624</b>	<b>173.914</b>	<b>1996,7%</b>	<b>1,1%</b>
Instituto Emprego Formação Profissional - Gabinetes de Inserção Profissional	180	0	-180	-100,0%	0,0%
Agência Portuguesa do Ambiente - Ribeira do Arquinho	0	182.240	182.240	100,0%	1,1%
ADENE - Maia Energy Hub	0	384	384	100,0%	0,0%
AMP - Projeto Piloto de Rega Sustentável	8.530	0	-8.530	-100,0%	0,0%
<b>Instituições sem Fins Lucrativos</b>	<b>13.000</b>	<b>12.500</b>	<b>-500</b>	<b>-3,8%</b>	<b>0,1%</b>
Fundação do Desporto - Protocolo de Apoio Desportivo - Centro de Alto Rendimento	13.000	12.500	-500	-3,8%	0,1%
<b>Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras</b>	<b>0</b>	<b>425.941</b>	<b>425.941</b>	<b>100,0%</b>	<b>2,6%</b>
Metro do Porto - Melhoria do Interface da Estação de Mandim	0	288.441	288.441	100,0%	1,8%
MaiaShopping - reabilitação Estrutural de Passagem e Muro de Contenção	0	137.500	137.500	100,0%	0,8%
<b>Outros:</b>	<b>153.488</b>	<b>0</b>	<b>-153.488</b>	<b>-100,0%</b>	<b>0,0%</b>
DGAL - Municípios Afetados pelas Cheias e Inundações de Dezembro 22 e/ou Janeiro 23	153.488	0	-153.488	-100,0%	0,0%
	<b>21.471.099</b>	<b>16.408.848</b>	<b>-5.062.250</b>	<b>-23,6%</b>	<b>100,0%</b>

Un: Euro



Em 2025, o total das transferências para financiamento de atividades e investimentos desce (-) 23,6% face a 2024, de 21.471.099 € para 16.408.848€, por efeito da contração nas transferências de capital em (-) 5.512.879, atenuada pela subida das transferências correntes, com (+)450.629 €. A estrutura mantém-se muito concentrada em capital, 91,7% do total, com o Estado a representar 87,9% das verbas.



## Quadro 40

Designação do Projeto	PROJETOS COMPARTICIPADOS POR FUNDOS COMUNITÁRIOS							Eficácia da despesa submetida até final de 2025 face ao valor da comparticipação prevista
	Tipologia	Investimento Elegível	Comparticipação	Valor a Financiar	Recbimentos	Saldo		
	Tipologia	Previsto no Final do Projeto	Prevista no Final do Projeto	%	Valor	Valor	Valor	
<b>Portugal 2020:</b>								
Melhoria das condições de coexistência dos modos suaves, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes entre peões e ciclistas, no núcleo urbano da Cidade da Maia	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	2.741.307	2.395.363	87,4%	2.395.363	2.395.363	0	100,0%
Ampliação/Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Vieira de Carvalho	Norte 2020 - Infraestruturas do Ensino Básico e Secundário	2.606.038	2.520.859	96,7%	2.520.859	2.520.859	0	100,0%
Ampliação/Requalificação da Escola EB,2,3 de Gueifães	Norte 2020 - Infraestruturas do Ensino Básico e Secundário	2.596.727	2.238.337	86,2%	2.238.337	2.238.337	0	100,0%
Grande Remodelação da Escola EB, 2,3 da Maia	Norte 2020 - Infraestruturas do Ensino Básico e Secundário	2.055.547	1.767.693	86,0%	1.767.693	1.767.693	0	100,0%
Reabilitação dos espaços públicos e infraestruturas do Bairro do sobreiro - áreas verdes de fruição e enquadramento paisagístico, incluindo o Parque Urbano do Sobreiro - Fase 1 e Fase 2 e ligação de via nova entre a Rua Central do Sobreiro e a Rua Padre Luís Campos - 1ª fase	Norte 2020 - Regeneração Socioeconómica e Física de Comunidades e Zonas Desfavorecidas	1.920.167	1.733.469	90,3%	1.733.469	1.733.469	0	100,0%
Melhoria das condições de coexistência dos modos suaves, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes entre peões e ciclistas, no núcleo urbano do Castelo da Maia	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	1.811.120	1.573.179	86,9%	1.573.179	1.573.179	0	100,0%
Reabilitação dos espaços públicos e infraestruturas do Bairro do Sobreiro- 3ª fase	NORTE 2020	1.764.106	1.517.131	86,0%	1.517.131	1.517.131	0	100,0%
Reforço e reabilitação das zonas verdes e dos espaços de utilização coletiva e respetiva valorização paisagística no quarteirão afeto à Zona Desportiva do Centro da Maia	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Planos estratégicos de Desenvolvimento Urbano	1.646.337	1.399.386	85,0%	1.399.386	1.329.417	69.969	100,0%
Reformulação do Mercado-Feira de Pedras Rubras, Moreira	NORTE 2020	1.528.463	1.314.479	86,0%	1.314.479	1.314.479	0	100,0%
Reabilitação da Rua Central do Sobreiro, incluindo renovação parcial de infraestruturas, passeios acessíveis e percursos cicláveis.	Norte 2020 - Reabilitação do Espaço Público	1.488.918	1.413.135	94,9%	1.413.135	1.413.135	0	100,0%
Prolongamento da Av. Periférica	NORTE 2020	1.078.641	927.631	86,0%	927.631	927.631	0	100,0%
Melhoria das condições de coexistência dos modos suaves, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes entre peões e ciclistas, no núcleo urbano de Águas Santas e implementação de ciclovia.	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	1.040.085	912.444	87,7%	912.444	912.444	0	100,0%
Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar - Projetos (INEDIT)	Norte 2020 - Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida	987.367	839.262	85,0%	839.262	839.262	0	100,0%
Construção de Ecocaminho - Troço desde a Estação de Metro de Mandim (Área de Acolhimento Empresarial da Maia I) ao Castelo da Maia (ligação a Vila do Castelo da Maia e ao ISMAI)	NORTE 2020	857.011	737.029	86,0%	737.029	737.029	0	100,0%
Reabilitação do espaço urbano no setor norte do Bairro do Sobreiro, correspondente às obras de urbanização do loteamento de iniciativa municipal UI-1/Praça do Oxigénio - 1ª fase	NORTE 2020 - Reabilitação Urbana	810.867	697.346	86,0%	697.346	697.346	0	100,0%
Prolongamento do Ecocaminho da Maia	Norte 2020 - Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano	734.803	631.930	86,0%	631.930	631.930	0	100,0%
Projetos Inovadores de Inclusão Social de âmbito Territorial	NORTE 2020	674.226	573.092	85,0%	573.092	573.092	0	100,0%
Maia Smart Lab	NORTE 2020 - Reabilitação Integral de Edifícios - Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano	659.466	570.584	86,5%	570.584	570.584	0	100,0%
Implementação de medidas de melhoria de desempenho energético ambiental no Complexo Municipal de Piscinas de Águas Santas	NORTE 2020	658.027	461.314	70,1%	461.314	461.314	0	100,0%
Implementação de medidas de melhoria de desempenho energético ambiental no Complexo Municipal de Piscinas de Folgosa	NORTE 2020	644.399	451.660	70,1%	451.660	451.660	0	100,0%
Reformulação do Mercado Feira da Maia	NORTE 2020	535.263	460.326	86,0%	460.326	460.326	0	100,0%
Reabilitação Urbana da Praça 5 de Outubro e Arruamentos Convergentes - Castelo da Maia	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Planos Estratégicos de POAT2020	444.253	382.057	86,0%	382.057	382.057	0	100,0%
Atuação do Município no âmbito da pandemia por COVID 19		431.145	431.145	100,0%	431.145	431.145	0	100,0%
SIC Intermunicipal da Maia	Norte 2020 - Competitividade e Internacionalização - Promoção das TIC na Administração e	428.137	368.198	86,0%	368.198	368.198	0	100,0%
Corredor Verde do Leça - Fase I - Entre Ponte da Pedra e Ponte de Moreira - Município da Maia	NORTE 2020	423.429	382.665	90,4%	382.665	382.665	0	100,0%
Implementação de medidas de melhoria de desempenho energético ambiental no Complexo Municipal de Piscinas de Gueifães	NORTE 2020	387.137	271.558	70,1%	271.558	271.558	0	100,0%
<b>a transportar...</b>		<b>30.952.983</b>	<b>26.971.271</b>		<b>26.971.271</b>	<b>26.901.302</b>	<b>69.969</b>	<b>100,0%</b>

UnEuro



Quadro 41

PROJETOS COMPARTICIPADOS POR FUNDOS COMUNITÁRIOS								
Designação do Projeto	Projetos	Investimento Etapal	Comparticipação	Valor a Financear	Recebimentos	Saldo	Eficácia da despesa submetida até final de 2025 face ao valor da comparticipação prevista	
	Tipologia	Previsto no Final do Projeto	Prevista no Final do Projeto	%	Valor	Valor		Valor
<b>transporte ...</b>		<b>30.952.983</b>	<b>26.971.271</b>		<b>26.971.271</b>	<b>26.901.302</b>	<b>69.969</b>	<b>100,0%</b>
Percurso pedonal acessível e integração de percurso ciclável na Av. D. Manuel II, Freguesia Cidade da Maia, desde a R. José Rodrigues da Silva Júnior até à rotunda do Monumento Triunfo Gentes da Maia	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	369.935	352.933	95,4%	352.933	352.933	0	100,0%
Avenida do Doutor José Vieira de Carvalho	NORTE 2020	356.280	306.401	86,0%	306.401	306.401	0	100,0%
Criação de percurso pedonal acessível e integração de percurso ciclável na Av. Altino Coelho entre a rotunda do Monumento ao Triunfo das Gentes da Maia e a Travessa da Quinta Nova	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	257.662	257.662	100,0%	257.662	257.662	0	100,0%
Requalificação da Avenida D. Mendo	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	299.328	286.978	95,9%	286.978	286.978	0	100,0%
Autoridade Urbana da Maia	NORTE 2020 - Assistência Técnica	269.633	260.487	96,6%	260.487	260.487	0	100,0%
Reabilitação no âmbito da Eficiência Energética do Complexo Municipal de Ginástica	NORTE 2020	260.219	247.208	95,0%	0	0	0	0,0%
Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais	POISE - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	245.922	209.034	85,0%	164.013	164.013	0	78,5%
Rua do Souto	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	229.498	229.498	100,0%	229.498	229.498	0	100,0%
Ampliação da Escola EBI/JI da Prozela	NORTE 2020	220.908	189.980	86,0%	189.980	189.980	0	100,0%
Plano de Comunicação e Participação ARU do Centro da Maia	NORTE 2020 - Desenvolvimento de ações com vista à gestão e animação da área urbana	204.057	174.579	85,6%	174.579	174.579	0	100,0%
Melhoria das condições de acolhimento nas paragens de transporte coletivo rodoviário	NORTE 2020	186.707	158.701	85,0%	158.701	158.701	0	100,0%
Ações de comunicação, divulgação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas	POSEUR - Promover a adaptação às alterações Climáticas e a prevenção e gestão de riscos	185.546	139.159	75,0%	139.159	139.159	0	100,0%
PEPAL - Programa de Estágios Profissionais Na Administração Pública	FSE - Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores	159.740	135.779	85,0%	135.779	135.779	0	100,0%
Reabilitação do espaço público correspondente à Rua Dona Clotilde Ferreira da Cruz, entre a Rua do Barão de S. Januário e a Rua Eng.º Duarte Pacheco	NORTE 2020 - Reabilitação do espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente	156.978	133.432	85,0%	133.432	133.432	0	100,0%
Reabilitação do espaço público correspondente à Rua Dona Deolinda Duarte dos Santos, entre a Rua Eng.º Duarte Pacheco e a Rua do Barão de São Januário	NORTE 2020 - Reabilitação do espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente	156.654	133.156	85,0%	133.156	133.156	0	100,0%
Pavimentação das Vias Municipais - Vias em Cubo	NORTE 2020	148.161	127.418	86,0%	127.418	127.418	0	100,0%
Criação de Rede Estruturada de Infraestruturas de Parqueamento para Bicicletas	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Mobilidade Urbana Sustentável	148.511	127.720	86,0%	127.720	127.720	0	100,0%
Rua das Escolas	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	139.257	139.257	100,0%	139.257	139.257	0	100,0%
Praceta do Fórum - Reordenamento e requalificação de parque de estacionamento/Criação de "Centro de carregamento de veículos elétricos"	NORTE 2020	127.200	127.200	100,0%	127.200	127.200	0	100,0%
Criação de percurso pedonal acessível e integração de percurso ciclável na Rua Altino Coelho na cidade da Maia, entre a Rotunda do Monumento ao Triunfo das Gentes da Maia e a área de intervenção do projeto Praça do Oxigénio.	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	125.426	111.070	88,6%	111.070	111.070	0	100,0%
Cultura para Todos	Fundo Social Europeu	128.535	112.285	87,4%	112.285	112.285	0	100,0%
Percurso na Maia - GAL LITORAL RURAL	NORTE 2020	122.049	104.962	86,0%	104.962	104.962	0	100,0%
Promoção de Segurança e Inclusão nos Circuitos pedonais no acesso aos principais equipamentos escolares	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	117.081	100.690	86,0%	100.690	100.690	0	100,0%
Arranjo Urbanístico da Represa do Ribeiro	NORTE 2020	110.935	95.404	86,0%	95.404	95.404	0	100,0%
Remoção de fibrocimento nos edifícios escolares - Escola Básica do Castêlo da Maia	NORTE 2020	87.994	75.767	86,1%	75.767	75.767	0	100,0%
Gestão Inteligente do Desempenho Organizacional (Business Intelligence)	NORTE 2020	79.867	68.686	86,0%	68.686	68.686	0	100,0%
Requalificação do troço da Rua Dr. Carlos Pires Felgueiras, contíguo ao canal de metro ligeiro - implantação de um dispositivo de retorno	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Reabilitação Urbana	70.965	60.320	85,0%	60.320	60.320	0	100,0%
Valorização dos Caminhos de Santiago - Caminho Português da Costa	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos - Património Natural e Cultural	69.505	59.079	85,0%	27.176	27.176	0	46,0%
Rua 5 de Outubro	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	63.922	54.334	85,0%	54.334	54.334	0	100,0%
Rua General Humberto Delgado	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	61.600	52.360	85,0%	52.360	52.360	0	100,0%
Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação	POISE - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	35.000	29.750	85,0%	0	0	0	0,0%
Remoção de fibrocimento nos edifícios escolares - Pré-escolar - freguesia de Nogueira e Silva Escura	NORTE 2020	28.915	26.823	92,8%	26.823	26.823	0	100,0%
Remoção de fibrocimento nos edifícios escolares - Pré-escolar - freguesia de S. Pedro de Fins	NORTE 2020	26.287	24.509	93,2%	24.509	24.509	0	100,0%
Remoção de fibrocimento nos edifícios escolares - Pré-escolar - freguesia do Castêlo	NORTE 2020	16.504	14.897	90,3%	14.897	14.897	0	100,0%
Remoção de fibrocimento nos edifícios escolares - Pré-escolar - freguesia de Moreira	NORTE 2020	6.457	5.986	92,7%	5.986	5.986	0	100,0%
<b>a transportar...</b>		<b>36.226.221</b>	<b>31.704.773</b>		<b>31.350.890</b>	<b>31.280.921</b>	<b>69.969</b>	<b>98,9%</b>

UnEuro



Quadro 42

PROJETOS COMPARTICIPADOS POR FUNDOS COMUNITÁRIOS								
Designação do Projeto	Projetos	Investimento Elegível	Comparticipação		Valor a Financiar	Recebimentos	Saldo	Eficácia da despesa submetida até final de 2025 face ao valor da comparticipação prevista
	Tipologia	Previsto no Final do Projeto	Prevista no Final do Projeto	%	Valor	Valor	Valor	
transporte ...		36.226.221	31.704.773		31.350.890	31.280.921	69.969	98,9%
<b>Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - 1.º Direito:</b>								
Aquisição de terrenos e construção de prédio ou de empreendimento habitacional - 54 fogos - Rua Central de Ardegães, Águas Santas	Programa de Recuperação e Resiliência	8.870.800	8.870.800	100,0%	2.217.700	2.217.700	0	25,0%
Construção de 58 fogos na Rua Central do Sobreiro	Programa de Recuperação e Resiliência	8.223.359	8.223.359	100,0%	5.515.797	5.515.797	0	67,1%
Aquisição de terrenos e construção de prédio ou de empreendimento habitacional - 48 fogos - Rua da Prosela, Vila Nova da Telha	Programa de Recuperação e Resiliência	7.814.348	7.814.348	100,0%	1.953.587	1.953.587	0	25,0%
Aquisição de terrenos e construção de prédio ou de empreendimento habitacional - 42 fogos - Rua Joaquim Carvalho da Costa, Águas Santas	Programa de Recuperação e Resiliência	7.250.766	7.250.766	100,0%	1.812.691	1.812.691	0	25,0%
Aquisição de terrenos e construção de prédio ou de empreendimento habitacional - 32 fogos - Travessa do Pisão, Águas Santas	Programa de Recuperação e Resiliência	5.277.891	5.118.219	97,0%	1.279.555	1.279.555	0	25,0%
Aquisição de 46 Fogos - Rua de Manuel Assunção Falcão, N.º 441, Castelo da Maia	Programa de Recuperação e Resiliência	5.183.100	5.183.100	100,0%	0	0	0	0,0%
Construção de prédios ou empreendimentos habitacionais - 30 fogos - Rua do Seixido, Rua Bairro da Brisa, Pedrouços, Maia - Lugar da Arroiteia	Programa de Recuperação e Resiliência	4.918.445	4.918.445	100,0%	1.229.611	1.229.611	0	25,0%
Construção de prédios ou empreendimentos habitacionais - 29 fogos - Rua do Outeiro, Cidade da Maia	Programa de Recuperação e Resiliência	4.406.409	4.406.409	100,0%	1.101.602	1.101.602	0	25,0%
Aquisição de terrenos e construção de prédio ou de empreendimento habitacional - 26 fogos - Monte das Cruzes, Milheiros	Programa de Recuperação e Resiliência	4.319.413	4.319.413	100,0%	1.079.853	1.079.853	0	25,0%
Aquisição de terrenos e construção de prédio ou de empreendimento habitacional - 24 fogos - Rua Alvarim Vieira - Lote 1, Águas Santas	Programa de Recuperação e Resiliência	4.139.340	4.139.340	100,0%	1.322.969	1.322.969	0	32,0%
Aquisição de terrenos e construção de prédio ou de empreendimento habitacional - 24 fogos - Rua Nova da Ribela, Castelo da Maia	Programa de Recuperação e Resiliência	3.494.704	3.494.704	100,0%	1.201.761	1.201.761	0	34,4%
Construção de prédios ou empreendimentos habitacionais - 24 fogos - Rua Eusébio da Silva Ferreira, Nogueira e Silva Escura	Programa de Recuperação e Resiliência	3.375.418	3.375.418	100,0%	843.855	843.855	0	25,0%
Aquisição de terrenos e construção de prédio ou de empreendimento habitacional - 22 fogos - Rua de Alvura, Milheiros	Programa de Recuperação e Resiliência	3.194.690	3.194.690	100,0%	798.672	798.672	0	25,0%
Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais - 40 fogos - Blocos 43 a 47, Bairro do Sobreiro	Programa de Recuperação e Resiliência	2.604.322	2.604.322	100,0%	1.353.786	1.353.786	0	52,0%
Aquisição de terrenos e construção de 19 fogos na Rua Dom Afonso Henriques, Águas Santas	Programa de Recuperação e Resiliência	2.561.115	2.561.115	100,0%	640.279	640.279	0	25,0%
Aquisição e reabilitação de frações ou prédios para destinar a habitação - 6 fogos - Rua Alvarim Vieira - Lote 2, Águas Santas	Programa de Recuperação e Resiliência	1.048.208	1.048.208	100,0%	355.684	355.684	0	33,9%
Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - Construção de 6 fogos - Rua do Regado, Águas Santas	Programa de Recuperação e Resiliência	1.049.668	1.049.668	100,0%	430.597	430.597	0	41,0%
Reabilitação de 16 fogos - Praceta das Figueiras, Blocos 41 e 42, Bairro do Sobreiro	Programa de Recuperação e Resiliência	687.210	687.210	100,0%	643.100	643.100	0	93,6%
Aquisição de terrenos e construção de 5 fogos - Rua de Timor, Águas Santas	Programa de Recuperação e Resiliência	653.898	653.898	100,0%	212.390	212.390	0	32,5%
Aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação - 1 fogo - Rua António Marques, n.º 54-A, 2.º Andar Direito Traseiras, Cidade da Maia	Programa de Recuperação e Resiliência	226.324	226.324	100,0%	214.065	214.065	0	94,6%
Aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação - Rua Ponte Parada, n.º 395, R/C Direito, Águas Santas	Programa de Recuperação e Resiliência	223.150	223.150	100,0%	211.375	211.375	0	94,7%
Aquisição de um fogo na Rua do Meilão, n.º 25, 3.º Direito, Águas Santas	Programa de Recuperação e Resiliência	204.650	204.650	100,0%	193.800	193.800	0	94,7%
Aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação - Avenida das Magnólias 149 e Vereda dos Girassóis, n.º 112, 3.º Direito	Programa de Recuperação e Resiliência	200.900	200.900	100,0%	189.905	189.905	0	94,5%
Aquisição de 1 fogo na Via Padre Arnaldo Duarte, n.º 124, 1.º Direito, Fração AD Castelo da Maia	Programa de Recuperação e Resiliência	190.650	190.650	100,0%	180.500	180.500	0	94,7%
Aquisição de 1 fogos - Rua Professor Augusto Resende, n.º 35, R/C Direito, Águas Santas	Programa de Recuperação e Resiliência	190.650	190.650	100,0%	180.500	180.500	0	94,7%
Aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação - 1 fogo - Rua Mário Cal Brandão, n.º 338, 4.º Esquerdo Frente, Águas Santas	Programa de Recuperação e Resiliência	189.625	189.625	100,0%	179.554	179.554	0	94,7%
Aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação - 1 fogo - Rua Quinta da Comenda, n.º 104, R/C Esquerdo, Águas Santas	Programa de Recuperação e Resiliência	188.150	188.150	100,0%	178.125	178.125	0	94,7%
Aquisição de uma fração na Rua Gago Coutinho, n.º 353, 1.º Direito, Águas Santas	Programa de Recuperação e Resiliência	185.742	185.742	100,0%	175.750	175.750	0	94,6%
1 fogo - Rua Quinta da Comenda, n.º 283, 1.º Centro Frente, Águas Santas	Programa de Recuperação e Resiliência	180.650	180.650	100,0%	171.000	171.000	0	94,7%
Aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação - 1 fogo - Rua António Fernandes Pinto, n.º 22 - 1.º Andar Esquerdo, Moreira	Programa de Recuperação e Resiliência	172.776	172.776	100,0%	163.432	163.432	0	94,6%
Aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação - 1 fogo - Via Padre Arnaldo Duarte, n.º 10 - 3.º Andar Esquerdo, Castelo da Maia	Programa de Recuperação e Resiliência	172.192	172.192	100,0%	161.738	161.738	0	93,9%
Aquisição de 1 fogo na Rua de Gil Vicente, n.º 41 Rch, Pedrouços	Programa de Recuperação e Resiliência	155.784	155.784	100,0%	147.377	147.377	0	94,6%
Aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação - 1 fogo - Rua da Bajouca, n.º 817, 1.º Andar, Apartamento 4, Castelo da Maia	Programa de Recuperação e Resiliência	145.992	145.992	100,0%	137.750	137.750	0	10,0%
<b>a transportar...</b>		<b>117.926.562</b>	<b>113.245.443</b>		<b>57.829.250</b>	<b>57.759.281</b>	<b>69.969</b>	<b>51,1%</b>

UnEuro



Quadro 43

PROJETOS COMPARTICIPADOS POR FUNDOS COMUNITÁRIOS								
Designação do Projeto	Projetos	Investimento Elegível	Comparticipação		Valor a Financiar	Recebimentos	Saldo	Eficácia da despesa submetida até final de 2025 face ao valor da comparticipação prevista
	Tipologia	Previsto no Final do Projeto	Prevista no Final do Projeto	%	Valor	Valor	Valor	
<b>transporte ...</b>		<b>117.926.562</b>	<b>113.245.443</b>		<b>57.829.250</b>	<b>57.759.281</b>	<b>69.969</b>	<b>51,1%</b>
<b>Cuidados de Saúde Primários com Mais Respostas:</b>								
Construção do Parque de Saúde da Maia	Programa de Recuperação e Resiliência	10.000.000	10.000.000	100,0%	3.908.476	2.500.000	1.408.476	39,1%
Reforma dos cuidados de saúde primários - Construção da USF de Pedras Rubras	Programa de Recuperação e Resiliência	2.126.000	2.126.000	100,0%	678.030	531.500	146.530	31,9%
Reforma dos cuidados de saúde primários - Construção da UCSP Nogueira/Milheirós	Programa de Recuperação e Resiliência	1.547.700	1.547.700	100,0%	559.858	559.858	0	36,2%
Reforma dos cuidados de saúde primários - Requalificação da Unidade de Saúde Alto da Maia	Programa de Recuperação e Resiliência	1.526.953	1.526.953	100,0%	375.000	375.000	0	24,6%
Reforma dos cuidados de saúde primários - Requalificação da Unidade de Saúde de Pedrouços	Programa de Recuperação e Resiliência	485.068	485.068	100,0%	121.267	121.267	0	25,0%
Reforma dos cuidados de saúde primários - Reestruturação da USF Pirâmides	Programa de Recuperação e Resiliência	200.000	200.000	100,0%	97.241	97.241	0	48,6%
<b>Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto:</b>								
Requalificação da Via Lidador, Igreja e Prolongamento da Ciclivoa de Moreira até à Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha	Programa de Recuperação e Resiliência	1.549.582	1.549.582	100,0%	972.219	881.391	90.828	62,7%
Cuida Mais	Programa de Recuperação e Resiliência	1.059.445	1.059.445	100,0%	653.663	551.018	102.645	61,7%
Desafios Escola em Férias	Programa de Recuperação e Resiliência	810.347	810.347	100,0%	447.549	420.142	27.407	55,2%
Reabilitação dos Espaços Públicos e Infraestruturas do Bairro do Sobreiro - 4.ª Fase	Programa de Recuperação e Resiliência	460.109	460.109	100,0%	460.109	460.109	0	100,0%
Requalificação da Rua da Seara, entre o JI da Seara e a Escola Básica da Seara	Programa de Recuperação e Resiliência	580.696	580.696	100,0%	580.696	580.696	0	100,0%
Estratégia Integrada de Capacitação Financeira Junto de Grupos Sociais	Programa de Recuperação e Resiliência	388.500	388.500	100,0%	404.040	248.640	155.400	104,0%
Novo Acesso à Junta de Freguesia de Águas Santas	Programa de Recuperação e Resiliência	278.655	278.655	100,0%	246.386	161.032	85.354	88,4%
Construir Conhecimento Comum	Programa de Recuperação e Resiliência	152.000	152.000	100,0%	67.700	37.700	30.000	44,5%
Maia Melhor	Programa de Recuperação e Resiliência	148.788	148.788	100,0%	183.953	70.892	113.062	123,6%
Assessoria Técnica à UTL Interior Norte	Programa de Recuperação e Resiliência	88.704	88.704	100,0%	34.770	34.770	0	39,2%
Maia Mentalmente Ativa	Programa de Recuperação e Resiliência	49.210	49.210	100,0%	14.763	14.763	0	30,0%
Observatório à UTL Interior Norte	Programa de Recuperação e Resiliência	31.900	31.900	100,0%	8.536	0	8.536	26,8%
<b>Acessibilidades 360º: Intervenção em Edifícios Públicos</b>								
Pavilhão Municipal de Gueifães	Programa de Recuperação e Resiliência	6.667	6.667	100,0%	0	0	0	0,0%
Escola Básica de Pedras Rubras	Programa de Recuperação e Resiliência	6.667	6.667	100,0%	2.334	2.334	0	35,0%
Escola Básica Giesta	Programa de Recuperação e Resiliência	5.228	5.228	100,0%	2.028	2.028	0	38,8%
Escola Básica Cidade Jardim	Programa de Recuperação e Resiliência	4.829	4.829	100,0%	4.829	4.829	0	100,0%
<b>a transportar...</b>		<b>139.433.608</b>	<b>134.752.490</b>		<b>67.652.696</b>	<b>65.414.490</b>	<b>2.238.206</b>	<b>50,2%</b>

UnEuro



Quadro 44

Designação do Projeto	Tipologia	Investimento Elegível		Comparticipação		Valor a	Recebimentos	Saldo	Eficácia da despesa submetida até final de 2025 face ao valor da participação prevista
		Previsto no Final do Projeto	Prevista no Final do Projeto	%	Valor	Valor	Valor		
transporte ...		139 433 608	134 752 490		67 652 696	65 414 490	2 238 206	50,2%	
<b>Acessibilidades 360º: Intervenção em Habitações</b>									
Plataforma Elevatória - Rua Vila Brasil, n.º 50 - 1.º	Programa de Recuperação e Resiliência	14 530	14 530	100,0%	4 359	4 359	0	30,0%	
Cadeiras Elevatórias - Travessa de Moscalhos, n.º 54	Programa de Recuperação e Resiliência	6 500	6 500	100,0%	1 950	1 950	0	30,0%	
Acessibilidades 360º - Plataforma elevatória; Portas de movimento automático; - Avenida Doutor Germano Vieira 34, 2.º Dto, Maia	Programa de Recuperação e Resiliência	15 500	15 500	100,0%	7 750	7 750	0	50,0%	
Acessibilidades 360º - Instalações sanitárias, portas interiores; portas de movimento automático; barras de apoio; sistema de intercomunicação - Rua António Feliciano de Castilho, n.º 375 - R/C - Pedrouços	Programa de Recuperação e Resiliência	13 904	13 904	100,0%	6 952	6 952	0	50,0%	
Acessibilidades 360º - Plataforma elevatória; Instalação sanitárias; Porta interior; Trabalhos Imprescindíveis - Rua Joaquim Oliveira Lopes dos Santos, n.º 466, R/C Dtº - Nogueira e Silva Escura	Programa de Recuperação e Resiliência	15 500	15 500	100,0%	7 750	7 750	0	50,0%	
Acessibilidades 360º - Rua Guerra Junqueiro, n.º 83 - 2º Esq - Pedrouços	Programa de Recuperação e Resiliência	11 825	11 825	100,0%	5 913	5 913	0	50,0%	
Acessibilidades 360º - Plataforma elevatória; portas interiores; instalações sanitárias; trabalhos imprescindíveis - Rua Joaquim Teixeira de Almeida, 19 - 1º Dtº - Castelo da Maia	Programa de Recuperação e Resiliência	15 290	15 290	100,0%	7 645	7 645	0	50,0%	
Acessibilidades 360º - Praceta Manuel Gonçalves Ramos, n.º 55 R/C Esqº Fte	Programa de Recuperação e Resiliência	7 680	7 680	100,0%	3 840	3 840	0	50,0%	
Acessibilidades 360º - Rua Luciano da Silva Barros, n.º 139 - 4º Dtº, no Concelho de Maia	Programa de Recuperação e Resiliência	3 340	3 340	100,0%	1 670	1 670	0	50,0%	
Acessibilidades 360º - Avenida Pastor Joaquim Eduardo Machado, n.º 102 - 1º Dtº Frente, no Concelho de Maia	Programa de Recuperação e Resiliência	15 290	15 290	100,0%	7 645	7 645	0	50,0%	
<b>Outros:</b>									
Loja do Cidadão da Maia	Programa de Recuperação e Resiliência	1 063 630	1 063 630	100,0%	0	0	0	0,0%	
Requalificação e Modernização da Escola Básica e Secundária Dr. José Vieira de Carvalho (2.ª fase)	Programa de Recuperação e Resiliência	944 107	944 107	100,0%	573 284	283 232	290 052	60,7%	
Plataforma de Gestão Urbana	Programa de Recuperação e Resiliência	410 000	410 000	100,0%	41 000	41 000	0	10,0%	
Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo	Programa de Recuperação e Resiliência	31 216	31 216	100,0%	27 568	4 058	23 510	88,3%	
<b>Portugal 2030:</b>									
Maia PMPSE AMP2030 - Programa Metropolitano de Promoção do Sucesso Educativo - STEAM Maia	NORTE 2030	1 958 412	1 664 650	85,0%	9 539	0	9 539	0,6%	
Reabilitação da Casa do Corim	NORTE 2030	702 374	587 683	83,7%	558 299	558 299	0	95,0%	
Maia + Resiliente	NORTE 2030	511 543	357 302	69,8%	26 714	0	26 714	7,5%	
Ligação Pedonal Rua Engenheiro Duarte Pacheco - Fórum Maia	NORTE 2030	250 071	209 048	83,6%	78 466	51 661	26 805	37,5%	
Maia + Preparada	NORTE 2030	208 209	148 229	71,2%	2 460	0	2 460	1,7%	
<b>TOTAL PROJETOS COMPARTICIPADOS POR FUNDOS COMUNITÁRIOS ...</b>		<b>145 632 530</b>	<b>140 287 715</b>		<b>69 025 500</b>	<b>66 408 214</b>	<b>2 617 286</b>	<b>49,2%</b>	

Un/Euro

A análise dos projetos participados por fundos comunitários demonstra, que, o Portugal 2020 está em fase de conclusão, uma execução intermédia e em progressão no Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) e uma fase inicial de implementação no Portugal 2030.



### **1.3.5.2 PASSIVOS FINANCEIROS**

Considerando a existência de capítulo próprio em matéria de análise do endividamento municipal, neste item apenas se refere que no decurso do exercício de 2024 o município não recorreu à contratação de nenhum empréstimo bancário.

Uma vez que a matéria da autonomia financeira é uma questão de fundamental importância em qualquer organização, grandemente influenciada pelas sucessivas medidas de contenção orçamental existente, de igual modo se reporta para capítulo próprio um conjunto de indicadores de gestão que permitem avaliar a posição do município quanto a este âmbito.





# EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA





### 1.3.6.1 ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

A principal missão da atividade autárquica consiste na prestação de serviços públicos à comunidade, garantindo níveis cada vez mais elevados de exigência, qualidade, transparência, eficiência e eficácia. Num contexto de crescente descentralização de competências, o âmbito de intervenção municipal tem vindo igualmente a alargar-se, abrangendo áreas como a educação, o desporto, a cultura, a ação social, a proteção civil, o desenvolvimento regional e o ordenamento do território.

Partindo da versão final do orçamento municipal aprovado, o presente relatório avança com a análise do desempenho orçamental da despesa, considerando tanto a Despesa Efetiva (corrente e de capital) como a Despesa Não Efetiva (relativa a ativos e passivos financeiros). Esta análise desenvolve-se ao longo das diferentes fases do ciclo da despesa—compromissos, obrigações assumidas (faturação) e pagamentos—permitindo avaliar de forma integrada a execução financeira municipal.

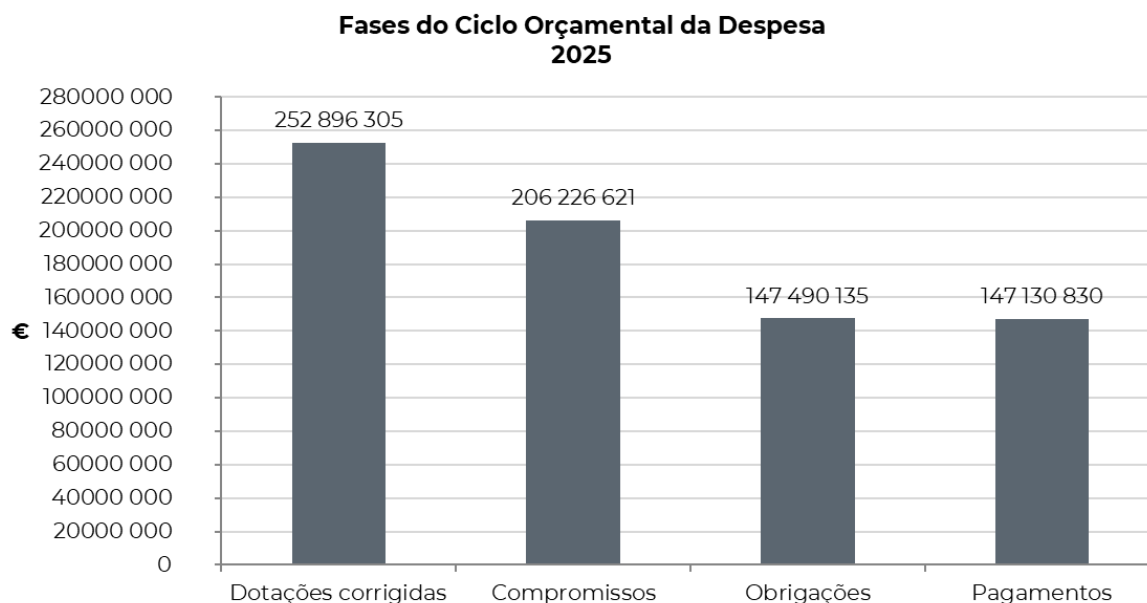
Quadro 45

ESTRUTURA GERAL DA DESPESA										
2025										
	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas (a)	Compromissos (b)	Obrigações (c)	Pagamentos (d)	Compromissos a transitar (b)-(c)	Obrigações por pagar (c)-(d)	Taxa de Execução		
								Pagamentos (d)/(a)	Obrigações (d)/(c)	Compromissos (d)/(b)
<b>DESPESA EFETIVA</b>	<b>280 685</b>	<b>251 678 890</b>	<b>205 015 533</b>	<b>146 293 649</b>	<b>145 934 345</b>	<b>58 721 884</b>	<b>359 305</b>	<b>58,0%</b>	<b>99,8%</b>	<b>71,2%</b>
<b>DESPESA CORRENTE</b>	<b>225 049</b>	<b>110 291 522</b>	<b>93 975 710</b>	<b>87 764 412</b>	<b>87 420 808</b>	<b>6 211 298</b>	<b>343 604</b>	<b>79,3%</b>	<b>99,6%</b>	<b>93,0%</b>
DESPESAS COM O PESSOAL	724	40 371 057	36 096 962	35 771 905	35 624 653	325 058	147 252	88,2%	99,6%	98,7%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	221 069	50 285 044	39 638 381	34 274 923	34 078 945	5 363 459	195 977	67,8%	99,4%	86,0%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	0	177 221	154 681	139 746	139 746	14 934	0	78,9%	100,0%	90,3%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0	8 604 593	7 734 244	7 494 368	7 494 368	239 876	0	87,1%	100,0%	96,9%
SUBSÍDIOS	0	9 917 567	9 495 235	9 324 332	9 324 332	170 903	0	94,0%	100,0%	98,2%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3 256	936 040	856 207	759 139	758 764	97 068	375	81,1%	100,0%	88,6%
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>55 636</b>	<b>141 387 368</b>	<b>111 039 823</b>	<b>58 529 237</b>	<b>58 513 537</b>	<b>52 510 586</b>	<b>15 700</b>	<b>41,4%</b>	<b>100,0%</b>	<b>52,7%</b>
INVESTIMENTOS	55 636	136 063 904	106 915 690	55 341 974	55 326 274	51 573 715	15 700	40,7%	100,0%	51,7%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	5 323 464	4 124 133	3 187 263	3 187 263	936 870	0	59,9%	100,0%	77,3%
<b>DESPESA NÃO EFETIVA</b>	<b>0</b>	<b>1 217 415</b>	<b>1 211 088</b>	<b>1 196 486</b>	<b>1 196 486</b>	<b>14 602</b>	<b>0</b>	<b>98,3%</b>	<b>100,0%</b>	<b>98,8%</b>
ATIVOS FINANCEIROS	0	20 302	14 602	0	0	14 602	0	0,0%	#DIV/0!	0,0%
PASSIVOS FINANCEIROS	0	1 197 113	1 196 486	1 196 486	1 196 486	0	0	99,9%	100,0%	100,0%
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>280 685</b>	<b>252 896 305</b>	<b>206 226 621</b>	<b>147 490 135</b>	<b>147 130 830</b>	<b>58 736 486</b>	<b>359 305</b>	<b>58,2%</b>	<b>99,8%</b>	<b>71,3%</b>

UnEuro



Gráfico 25



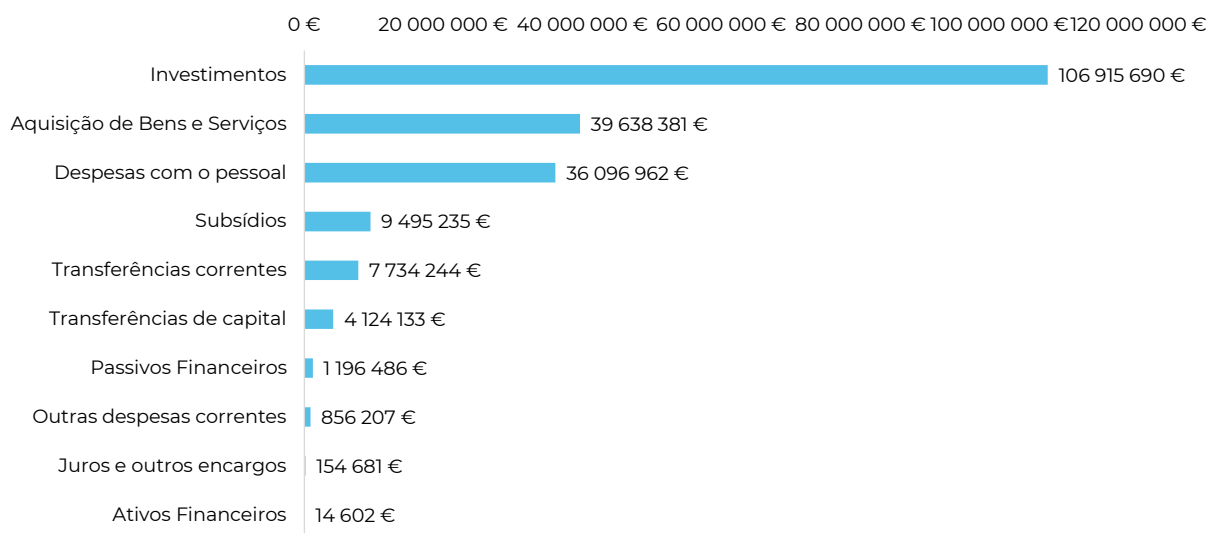
No exercício de 2025, o total do orçamento da despesa fixou-se em 252.896.305 €, refletindo as incorporações resultantes de alterações orçamentais aprovadas no decurso do ano, quer de natureza modificativa, quer permutativa. Os compromissos ascenderam a 206.226.621 €, as obrigações totalizaram 147.490.135 €, e os pagamentos somaram um montante de 147.130.830 €, materializando taxas de execução respetivamente de 58,2%, 71,3% e a 99,8%.

Oferecendo desde já um panorama geral dos compromissos assumidos, estes ascendem a 81,5% do orçamento municipal final, destacando-se as rubricas de Investimentos (106.915.690 €), Aquisição de Bens e Serviços (39.638.381 €) e Despesas com Pessoal (36.096.962 €).



Gráfico 26

**Estrutura Geral dos Compromissos  
2025**



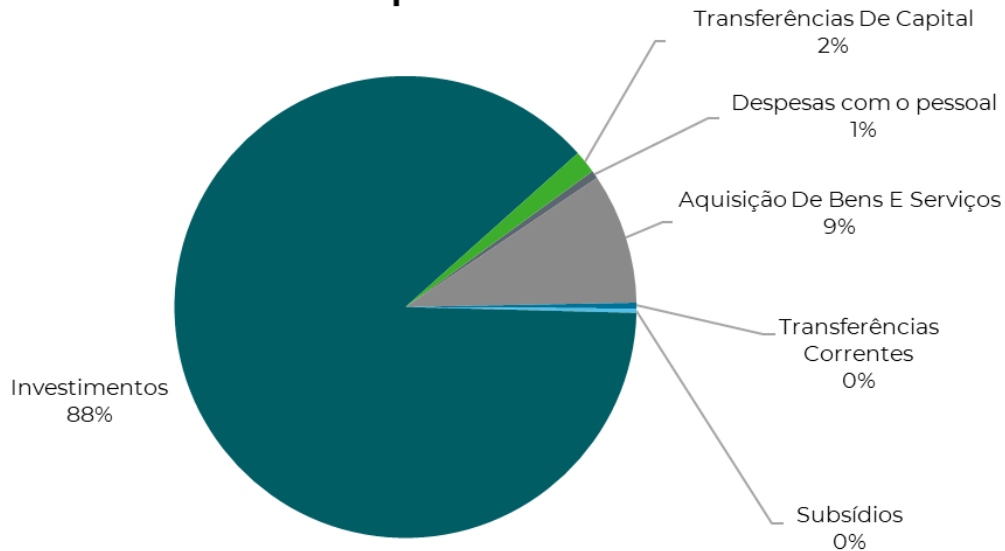
Verifica-se assim que, face ao período homólogo, o conjunto das três componentes que mais contribuem para este valor, permanece razoavelmente inalterado, salientando-se, porém, o protagonismo assumido neste exercício pelos Investimentos – grande parte em virtude da dinâmica do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, 1.º Direito. No seu conjunto, o contributo destas três componentes ascende a 88,6% dos compromissos assumidos no exercício, constatando-se ainda que o valor total dos compromissos a transitar para 2026 mais do que duplica os transitados do ano anterior.

Contribui para este montante maioritariamente a rubrica de Investimentos (51.573.715 €), verificando-se que do total dos compromissos assumidos, 28% transitam para o exercício seguinte. Para melhor ilustrar a forma como se distribuem os compromissos a transitar de 2025 para 2026, insere-se de seguida o seguinte gráfico:



Gráfico 27

### Compromissos a transitar para 2026



Da leitura ao gráfico precedente retira-se que a rubrica de Investimentos é também a que mais contribui para o montante de Compromissos a transitar para 2026, conforme se referiu, explicando cerca de 87,8% dos valores globais.

No que respeita à Aquisição de Bens e Serviços (com uma expressão de cerca de 19,2% dos valores globais), os valores têm origem na sua maior parte em Outros trabalhos especializados e Encargos com Instalações (cujos montantes contribuem para 42,8% do valor total apurado a transitar nesta rubrica), o restante distribui-se por Alimentação – refeições confeccionadas, e Outros serviços.

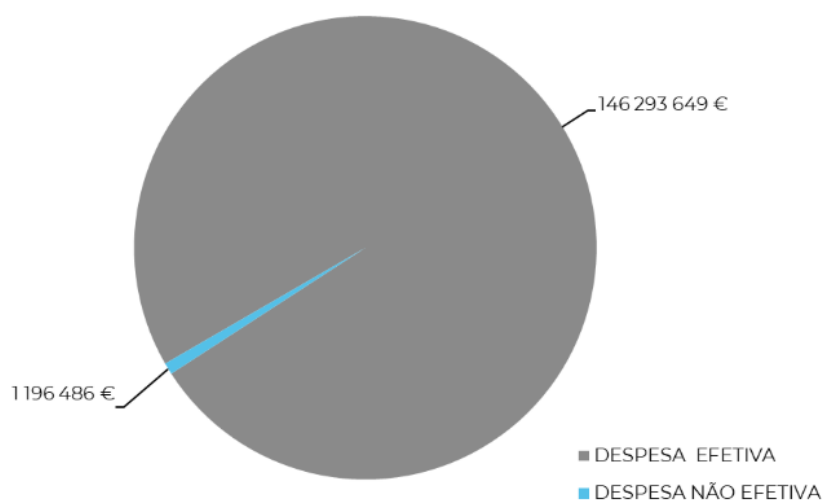
Orientando o relatório em presença para as **obrigações** assumidas no exercício (com correspondência direta às contas a pagar contabilizadas patrimonialmente), verifica-se que transitam do exercício anterior 280.685 €, com origem predominante em Aquisição de Bens e Serviços, transitando por pagar para a gerência seguinte de 2026, obrigações no valor de 359.305 €, (+) 28% acima do valor.

No espectro total das obrigações assumidas no exercício de 2025, 99,2% do seu valor corresponde a Despesa Efetiva e o remanescente é alocado às rubricas de Ativos e Passivos Financeiros., sendo que no período em referência, as obrigações ascenderam a 147.490.135 € dos quais 99,8% (o equivalente a 147.103.830 €) foram pagos até ao final do ano.



Gráfico 28

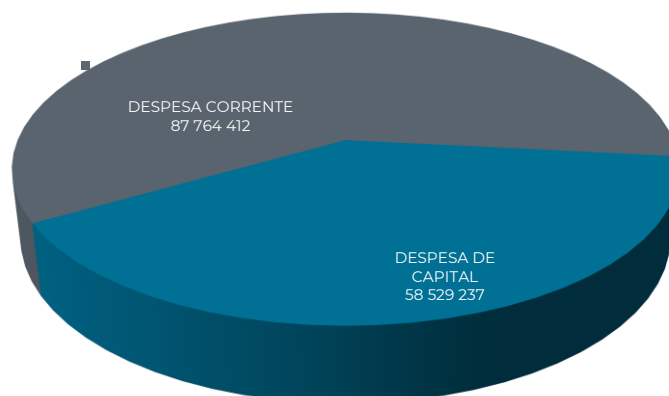
Obrigações - Despesa Total  
Ano 2025



Na sua composição, revela uma predominância da Despesa Efetiva (146.293.649 €) com destaque para a Despesa Corrente (87.764.412 €). A estrutura das obrigações apresenta-se similar à dos compromissos, sendo o Investimento a principal componente (55.341.974 €), seguido pelas Despesas com Pessoal (35.771.905 €) e pela Aquisição de bens e serviços (34.274.923 €). Estas três rubricas representam, em conjunto, 85% do total das obrigações reconhecidas no período em análise.

Gráfico 29

Obrigações - Despesa Efetiva  
Ano 2025

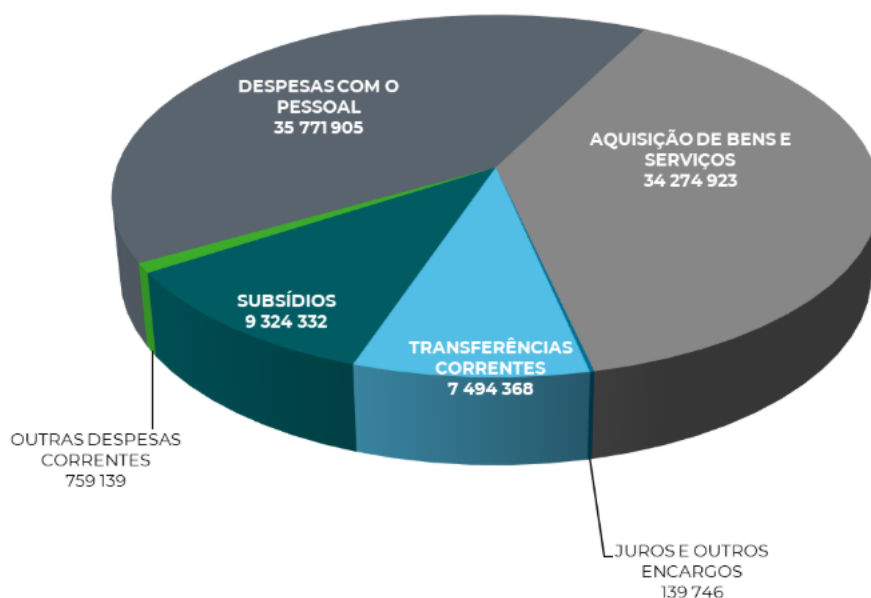




No seio da Despesa Efetiva e ao nível das Obrigações assumidas, a componente de despesa com pessoal assume um papel preponderante (35.771.905 €) representando cerca de 24,3% do valor total da despesa faturada. Globalmente, as Obrigações de natureza corrente distribuíram-se como se ilustra.

**Gráfico 30**

**Obrigações - Despesa Corrente  
Ano 2025**



Analisada a execução das obrigações, isto é, o rácio entre os pagamentos e a despesa faturada, é constatável que as obrigações associadas às Despesas de Capital e a Despesa Não efetiva foram integralmente pagas, exibindo ainda a Despesa Corrente (Despesas com o Pessoal e com a Aquisição de Bens e Serviços) taxas de execução bastante próximas da integralidade também (respetivamente 99,6% e 99,4%).

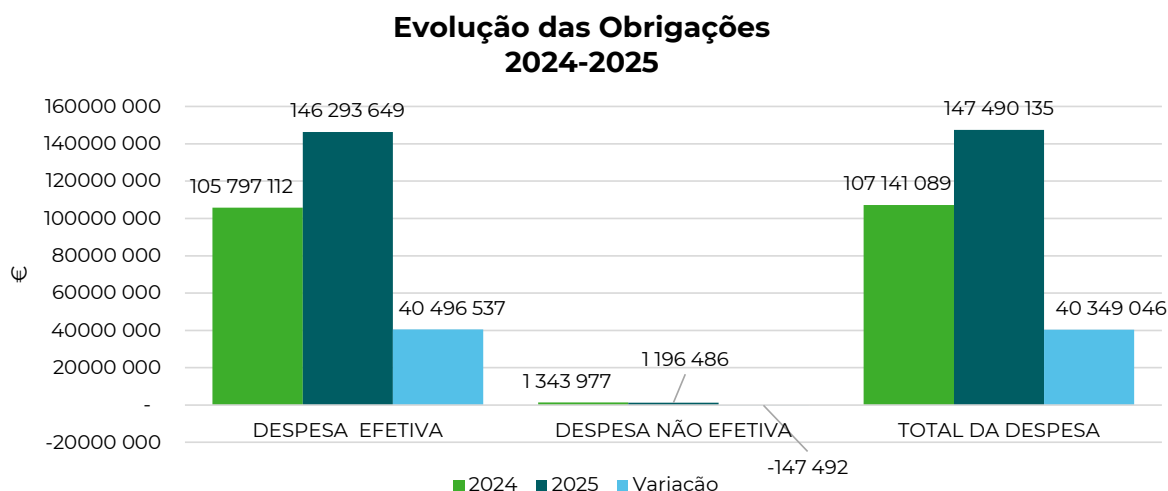
Considerando agora o rácio para as dotações orçamentais corrigidas, foram pagos 58,2% dos montantes orçados para o ano de 2025. A Despesa Não Efetiva regista, porém, uma taxa de execução superior 98,3 % refletindo o cumprimento dos planos de amortização previamente definidos com as entidades financeiras, enquanto a Despesa Efetiva se quantifica em 58%. Importa, contudo, sublinhar a elevada eficiência na liquidação das obrigações reconhecidas, com os pagamentos a corresponderem a 58,2% da despesa faturada no ano. Os principais desvios na execução não se verificam, conforme se alcança do até aqui exposto, na fase de pagamento, mas sim nas etapas anteriores do ciclo orçamental — entre a previsão orçamental e o compromisso, e, sobretudo, entre



este e a constituição da obrigação —, o que justifica uma taxa de execução global aquém do desejável. do ciclo orçamental — entre a previsão orçamental e o compromisso, e, sobretudo, entre este e a constituição da obrigação — o que justifica uma taxa de execução global aquém do desejável.

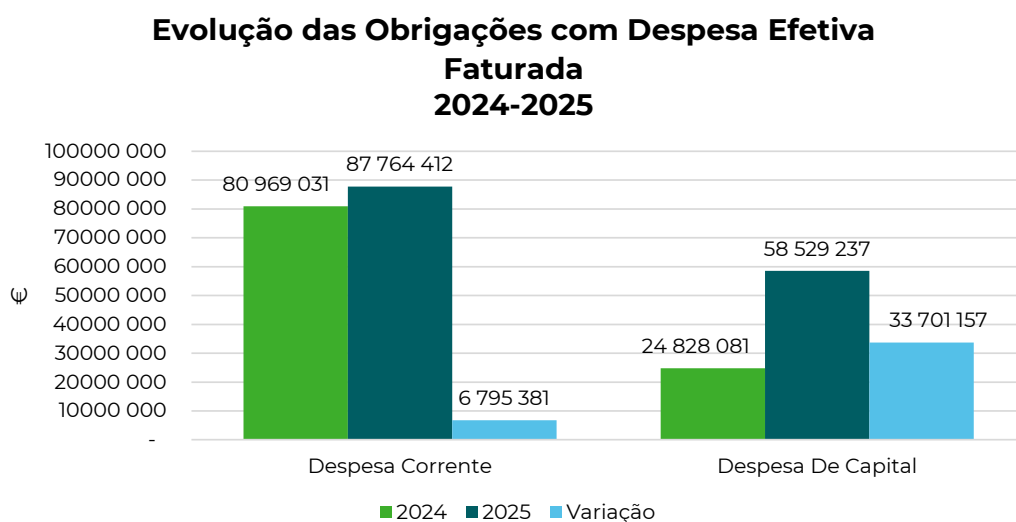
Complementarmente à informação já divulgada, incluem-se ainda dados comparativos entre o exercício objeto do presente relato e do período homólogo, em matéria de despesa faturada:

Gráfico 31



No seio da despesa efetiva, é observável ainda o seguinte desdobramento:

Gráfico 32

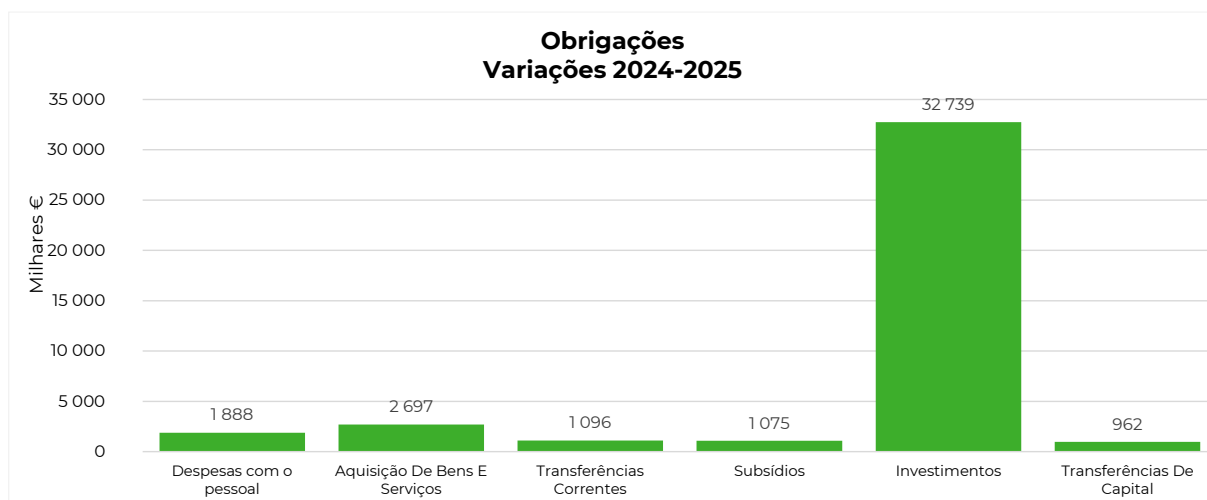




Se comparado com o período homólogo, as obrigações assumidas pelo Município em 2025, registaram uma variação positiva de (+) 37,7%, %, totalizando no exercício os (+) 40.349.046 € - passando de 107.141.089 € para 147.490.135 €.

Dedicando a análise em presença às variações observadas nas obrigações, entre exercícios, apresentam-se de seguida as variações superiores (em valor absoluto) a meio milhão de euros:

**Gráfico 33**



Prossegue o presente relatório com uma apreciação de maior pormenor da maior parte destas componentes.

### 1.3.6.2 DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

As chamadas despesas de funcionamento correspondem aos encargos necessários para garantir que as instituições dispõem de uma estrutura base capaz de suportar a sua atividade. Trata-se, em grande medida, de despesas estáveis e relativamente rígidas, ajustadas à dimensão e ao nível de atividade das entidades — como sucede com o Município — influenciando de forma significativa o volume da Despesa Corrente, tal como se verifica em 2025, com estas despesas contribuírem para 80,7% da Despesa Corrente e 48% da despesa total incorrida no exercício.

Com a estrutura de contributos a permanecer razoavelmente inalterada face à do exercício anterior, são as Despesas com Pessoal as que mais pesam no conjunto, seguidas da Aquisição de Bens e Serviços, conforme se confere do Quadro incluso de seguida.



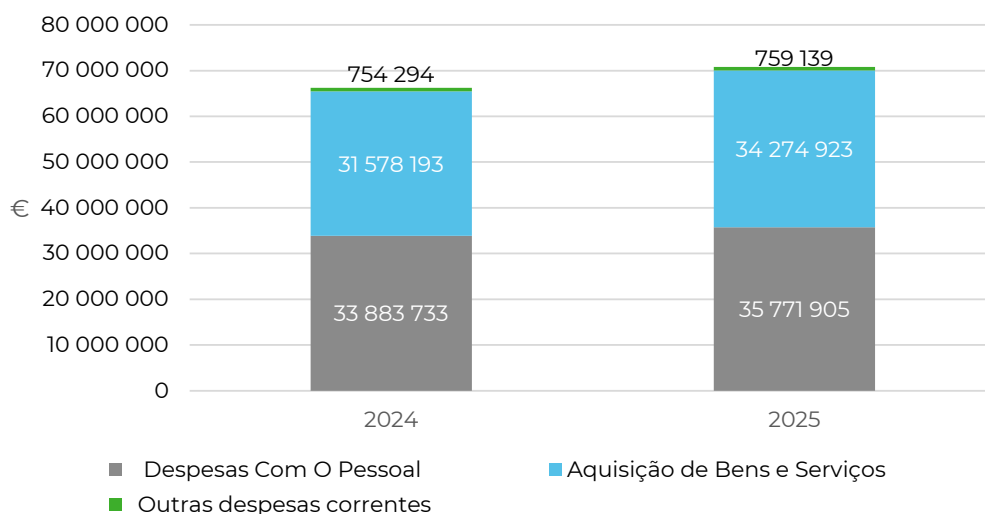
Quadro 46

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO									
	2024			2025					
	Obrigações	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total	Obrigações	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total	Variação 2024/2025
Despesas Com O Pessoal	33 883 733	51,2%	41,8%	31,6%	35 771 905	50,5%	40,8%	24,3%	5,6%
Aquisição De Bens E Serviços	31 578 193	47,7%	39,0%	29,5%	34 274 923	48,4%	39,1%	23,2%	8,5%
Outras Despesas Correntes	754 294	1,1%	0,9%	0,7%	759 139	1,1%	0,9%	0,5%	0,6%
<b>Total Desp Funcionamento</b>	<b>66 216 220</b>	<b>100,0%</b>	<b>81,8%</b>	<b>61,8%</b>	<b>70 805 966</b>	<b>100,0%</b>	<b>80,7%</b>	<b>48,0%</b>	<b>6,9%</b>
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>80 969 031</b>		<b>100,0%</b>	<b>75,6%</b>	<b>87 764 412</b>		<b>100,0%</b>	<b>59,5%</b>	<b>8,4%</b>
<b>Total Geral Despesas</b>	<b>107 141 089</b>			<b>100,0%</b>	<b>147 490 135</b>			<b>100,0%</b>	<b>37,7%</b>

Un: Euro

Gráfico 34

Despesas de Funcionamento  
2024-2025



Em 2025, as despesas de funcionamento faturadas totalizaram 70.805.966 €, (+) 6,9% do que no exercício anterior. Regista-se assim uma variação de (+) 4.589 €, cifrando-se inferior à observada nas Despesas Correntes, (+) 8,4%, e do que a verificada nas Despesas Totais, (+) 37,7%.

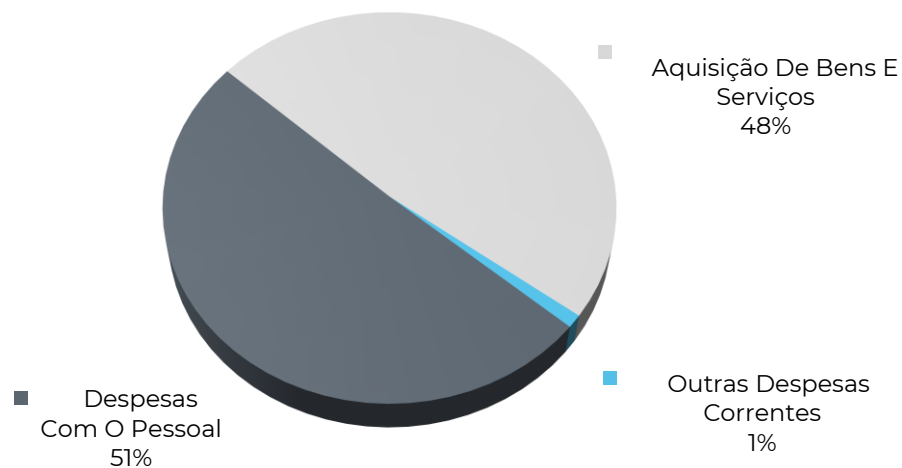
De assinalar ainda que estas três componentes de despesa - Despesas com o Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços e Outras Despesas Correntes - registam variações de (+) 5,6%, (+) 8,5% e (+) 0,6%, respetivamente, comparativamente com os registos do ano de 2024, demonstrando um crescimento



global dos gastos com a estrutura de suporte à atividade. É ainda de constatar a manutenção da estrutura hierárquica dos seus contributos, com as Despesas Com O Pessoal a serem responsáveis por mais de metade das despesas de funcionamento (51%), seguidas pela Aquisição de Bens e Serviços (48%) e, com materialidade substancialmente menor, as Outras Despesas Correntes com uns residuais 1%. Isto mesmo ilustra o gráfico seguinte:

**Gráfico 35**

**Peso das Despesas de Funcionamento  
Ano 2025**



Considerando a sua materialidade e interesse, serão os próximos subcapítulos dedicados à análise detalhada das Despesas com Pessoal e da Aquisição de Bens e Serviços.

**1.3.6.2.1 DESPESAS COM PESSOAL**

A rubrica de Despesas com O Pessoal inclui, tal como nos anos anteriores, todo o tipo de remuneração (base e acessória) suportada pelo Município, imputável aos membros dos órgãos autárquicos e aos trabalhadores do mapa de pessoal (independentemente da modalidade de vínculo). A estas parcelas, somam-se ainda os encargos com serviços prestados nas modalidades de tarefa e avença e ainda os vinculados em qualquer outra situação jurídico-laboral - designadamente em comissão de serviço.



Adicionalmente, são ainda considerados:

- Os abonos e compensações que, por força de lei, constituem direitos retributivos adquiridos em virtude dos referidos vínculos – das quais as deslocações e ajudas de custo, o trabalho suplementar, subsídio de turno, abono para falhas, subsídio de refeição e alimentação, alojamento, e abonos diversos são exemplo;
- O subsídio familiar a crianças e jovens;
- As pensões;
- Os seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais,
- As despesas de saúde, e
- As despesas que a própria autarquia local, como entidade empregadora pública, suporta com os regimes de proteção social.

A Aquisição de Serviços a particulares, considerada no âmbito de um conceito mais lato de despesas com pessoal adotado para efeitos de reporte (trimestral, à Direção Geral das Autarquias Locais) e controlo, será também merecedora de um subcapítulo autónomo dedicado adiante no presente relatório.

Assim compilados os encargos assumidos pelo Município, em 2025 (e no período homólogo), com Remunerações Certas e Permanentes, Abonos Variáveis e Eventuais e Segurança Social apresenta-se o quadro comparativo seguinte:



## Quadro 47

DESPESAS COM PESSOAL					
	2024	2025		Variação	
	Obrigações*	Obrigações*	%	Valor	%
<b>Remunerações Certas e Permanentes</b>	<b>26 316 556</b>	<b>27 792 136</b>	<b>77,7%</b>	<b>1 475 580</b>	<b>5,6%</b>
Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	254 968	269 231	0,8%	14 263	5,6%
Pessoal dos quadros- Regime de contrato individual de trabalho	15 958 347	17 395 888	48,6%	1 437 541	9,0%
Pessoal contratado a termo	1 300 127	1 517 732	4,2%	217 605	16,7%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	970 823	527 647	1,5%	-443 176	-45,6%
Pessoal aguardando aposentação	33 517	45 761	0,1%	12 244	36,5%
Pessoal em qualquer outra situação	1 878 578	1 915 256	5,4%	36 678	2,0%
Representação	138 885	138 387	0,4%	-498	-0,4%
Subsídio de refeição	1 821 500	1 850 903	5,2%	29 404	1,6%
Subsídios de férias e de Natal	3 337 424	3 600 641	10,1%	263 217	7,9%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	622 387	530 690	1,5%	-91 697	-14,7%
<b>Abonos Variáveis ou Eventuais</b>	<b>1 002 833</b>	<b>1 105 805</b>	<b>3,1%</b>	<b>102 972</b>	<b>10,3%</b>
Horas extraordinárias	214 393	248 583	0,7%	34 190	15,9%
Ajudas de custo	14 837	16 465	0,0%	1 628	11,0%
Abono para falhas	44 135	51 719	0,1%	7 584	17,2%
Formação	0	0	0,0%	0	-
Subsídio de prevenção	32 409	52 105	0,1%	19 696	60,8%
Subsídio de trabalho noturno	748	672	0,0%	-76	-10,1%
Subsídio de turno	495 289	547 284	1,5%	51 995	10,5%
Indemnizações por cessação de funções	81 193	81 777	0,2%	583	0,7%
Outros suplementos e prémios	119 829	107 201	0,3%	-12 628	-10,5%
<b>Segurança Social</b>	<b>6 564 344</b>	<b>6 873 964</b>	<b>19,2%</b>	<b>309 620</b>	<b>4,7%</b>
Encargos com a saúde	158 671	12 363	0,0%	-146 308	-92,2%
Outros encargos com a saúde	31 093	0	0,0%	-31 093	-100,0%
Subsídio familiar a crianças e jovens	106 771	94 289	0,3%	-12 482	-11,7%
Outras prestações familiares	3 553	6 078	0,0%	2 524	71,0%
Contribuições para a segurança social	5 801 186	6 280 513	17,6%	479 327	8,3%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0	0	0,0%	0	-
Seguros	444 880	466 221	1,3%	21 341	4,8%
Outras despesas de segurança social	18 190	14 500	0,0%	-3 689	-20,3%
<b>TOTAL</b>	<b>33 883 733</b>	<b>35 771 905</b>	<b>100,0%</b>	<b>1 888 172</b>	<b>5,6%</b>

Un:Euro

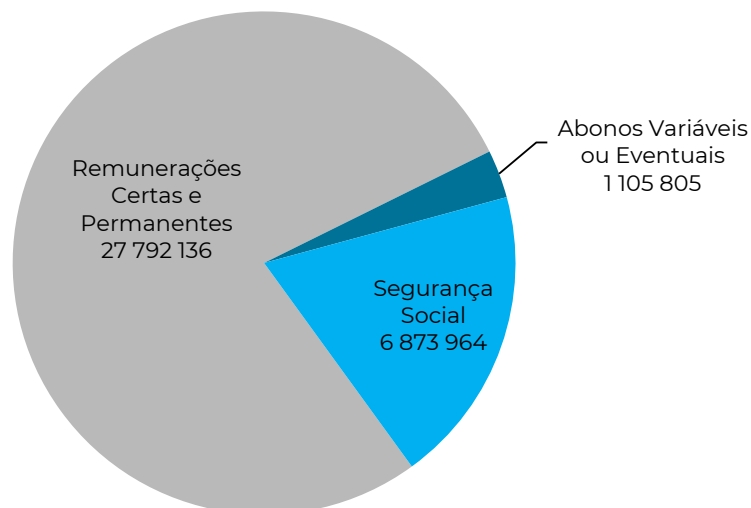
Em 2025, as obrigações totais assumidas pelo Município, em matéria de Despesa com Pessoal, ascenderam os 35.771.905 €, registando um crescimento de (+) 5,6% relativamente ao período homólogo decorrente sobretudo das atualizações salariais introduzidas pelo Orçamento de Estado do ano.

Analisadas as três maiores componentes destes encargos - as Remunerações Certas e Permanentes, os Abonos Variáveis e Eventuais e Segurança Social -, o gráfico seguinte ilustra da melhor forma a sua composição:



Gráfico 36

**Componentes da Despesas com Pessoal  
Ano 2025 (€)**



As Remunerações Certas e Permanentes continuam a responder por mais de três quartos das obrigações totais assumidas pelo Município decorrentes de pessoal (77,7%), seguidas pelos encargos sociais que lhes estão indexados e cujo contributo se situa em 19,2%. Em último lugar, em razão da sua materialidade, figuram os Abonos Variáveis ou Eventuais, com uns residuais 3,1%. Em valor absoluto, os contributos individuais de cada componente ascendem a 27.792.136 €, 6.873.964 € e 1.105.805 €, respetivamente.

Também as variações registadas entre o exercício em apreço e o período homólogo se apresentam pela mesma ordem de materialidade, com as componentes das Remunerações Certas e Permanentes a registarem variações no montante de (+) 1.475.580 € (o equivalente a (+) 5,6%), a Segurança Social em (+) 309.620 € e, os Abonos Variáveis e Eventuais em (+) 102.972 €.

Analisada a evolução entre os dois exercícios de cada uma das componentes, detalham-se de seguida as componentes das Remunerações certas e permanentes.



Quadro 48

DESPESAS COM PESSOAL					
	2024	2025		Variação	
	Obrigações*	Obrigações*	%	Valor	%
<b>Remunerações Certas e Permanentes</b>	<b>26 316 556</b>	<b>27 792 136</b>	<b>77,7%</b>	<b>1 475 580</b>	<b>5,6%</b>
Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	254 968	269 231	0,8%	14 263	5,6%
Pessoal dos quadros- Regime de contrato individual de trabalho	15 958 347	17 395 888	48,6%	1 437 541	9,0%
TPQ RCIT - Pessoal em funções	15 388 349	16 021 950	44,8%	633 602	4,1%
PQ RCIT - Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratori	403 360	585 240	1,6%	181 880	45,1%
PQ RCIT - Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	166 638	788 697	2,2%	622 059	373,3%
Pessoal para além dos quadros	0	0	0,0%	0	-
Pessoal contratado a termo	1 300 127	1 517 732	4,2%	217 605	16,7%
PCT - Pessoal em funções	782 107	787 537	2,2%	5 430	0,7%
PCT - Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	518 020	730 194	2,0%	212 174	41,0%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	970 823	527 647	1,5%	-443 176	-45,6%
Pessoal aguardando aposentação	33 517	45 761	0,1%	12 244	36,5%
Pessoal em qualquer outra situação	1 878 578	1 915 256	5,4%	36 678	2,0%
Representação	138 885	138 387	0,4%	-498	-0,4%
Subsídio de refeição	1 821 500	1 850 903	5,2%	29 404	1,6%
Subsídios de férias e de Natal	3 337 424	3 600 641	10,1%	263 217	7,9%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	622 387	530 690	1,5%	-91 697	-14,7%

Un:Euro

Regista-se um crescimento global das remunerações, assinalando-se um padrão similar ao divulgado na última prestação de contas anual: a variação de maior valor ocorre nas Remunerações de Pessoal dos quadros, em Regime de contrato individual de trabalho, a que se somam o Pessoal em qualquer outra situação e contratado a termo, e bem assim com Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos. O crescimento destas rubricas é acompanhado pelos aumentos que lhes estão indexados de Subsídios de Férias e de Natal.

Em sentido contrário, observam reduções as componentes de remunerações pagas ao Pessoal em regime de tarefa ou avença e, com menor materialidade, as Remunerações por doença e maternidade/ paternidade.

Uma nota final ainda relativamente à rubrica de Pessoal aguardando aposentação (cuja materialidade permanece, no cômputo global, reduzida a 0,1%), cujo valor regista um aumento (+) 36,5% comparativamente com o observado em 2024.

A segunda componente com maior materialidade das despesas com pessoal, a seguir às Remunerações certas e permanentes, são os encargos com Segurança Social em sentido lato, encargos por sua vez totalmente indexados à maior parte das remunerações pagas pelo Município. Ascendendo em 2025, a 6.873.964 €, estes encargos registam uma variação de (+) 4,7% face aos valores contabilizados no período homólogo. As Contribuições para a segurança social em sentido restrito, explicam 91,4% deste valor, seguidos pelos Seguros (6,8%), (+) 4,8% do que no período homólogo). Por fim, refira-se ainda que as rubricas de Encargos com a saúde e outros encargos relacionados com a saúde, que registaram diminuições mais significativas no seio desta



componente (acabando por compensar o aumento global que, a inexistirem, teria sido maior no exercício), sofreram variações de (-) 92,2%, mantendo a tendência já observada de reversão do crescimento anormal destes encargos observados nos anos pós pandémicos.

Relativamente à componente de Abonos Variáveis e Eventuais, totalizam em 2025 obrigações para o Município no montante de 1.105.805 €, (+) 10,3% do que no ano anterior, aqui se assinalando:

1. Horas extraordinárias, aumenta (+) 34.190 €, o equivalente a (+) 15,9%; para esta variação contribuíram a realização de duas eleições eleitorais (legislativas e autárquicas), e bem assim da necessidade de o Município fazer face, em contexto de escassez de recursos, ao aumento das necessidades decorrentes de atividades de âmbito cultural, desportivo e ainda das competências descentralizadas na área da saúde.
2. Ajudas de custo, apresentam um crescimento de (+) 1.628 € do valor registado no período anterior decorrente do incremento do número de representações nacionais e internacionais de âmbito cultura, desportivo, social, turístico e nas relações internacionais, ascendendo a 16.465 €;
3. Abono para falhas, cresce (+) 7.584 €, apresentando uma variação de ((+) 17,2% face aos valores pagos no termo do exercício anterior;
4. Subsídio de prevenção, no exercício totaliza 52.105 €, variando (+) 60,8% face ao período homólogo (atribuído por força do Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro);
5. Subsídio de turno, varia em (+) 51.995 €, ascendendo no exercício a 547.284 € e cuja origem se remete para a atualização dos vencimentos (regular e decorrente do acelerador de carreiras previsto em sede de avaliação SIADAP) e o crescimento das instalações desportivas asseguradas pelo Município;
6. Outros suplementos e prémios, regista uma variação de (-) 10,5% totalizando no exercício 107.201 €, para aqui convergindo as senhas de presença pagas aos eleitos locais, nos termos de respetivo estatuto (Lei n.º 29/87, de 30 de junho).

De tudo o que acerca das Despesas com Pessoal foi até aqui referido, é possível concluir que, para o desempenho do exercício contribuíram predominantemente, e em resumo, as medidas de valorização remuneratória do pessoal, designadamente a atualização salarial prevista em Orçamento de Estado para o exercício, a que se juntou o reposicionamento remuneratório de parte dos colaboradores, na sequência do desfecho do ciclo avaliativo 2023/2024 em SIADAP.

Globalmente, as Despesas com Pessoal (35.771.905 €) contribuem no exercício para cerca de 24,3% das Despesas Totais do Município, 40,8% da Despesa Corrente e 50,5% das despesas de funcionamento. Uma rubrica que assume valores desta ordem de grandeza impacta inevitavelmente o desempenho orçamental do Município, mais se anotando o facto de boa parte das variações nela introduzidas serem emanadas para lá da vontade ou orientação dos órgãos autárquicos.



### 1.3.6.2.1.1 LIMITAÇÕES ÀS DESPESAS COM PESSOAL

O Município da Maia não esteve sujeito, em 2025, às limitações ao recrutamento de trabalhadores aplicáveis aos Municípios em situação de saneamento, previstas no artigo n.º 45.º da Lei do Orçamento de Estado de 2025. Refere o aludido artigo, no seu n.º 1, que os Municípios que, a 31 de dezembro de 2024 se encontrassem em situação de saneamento financeiro (nos termos definidos do art.º 58.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), “estão impedidos de proceder à abertura de procedimentos concursais, à exceção dos que decorram da conclusão do PREVPAP e das necessidades de recrutamento de trabalhadores no âmbito do processo de descentralização de competências ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e respetivos diplomas setoriais.”.

A posição financeira do Município aferida nos exatos termos da lei a 31 de dezembro de 2024 era a que se descreve no quadro seguinte:

Quadro 49

ENQUADRAMENTO NO N.º 1 DO ARTIGO 45.º DA LOE 2025	Ano 2024			
	1.Trim 2024	2.Trim 2024	3.Trim 2024	31/12/2024
VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ALINEAS A) E B) DO N.º 1 DO ART.º 58 DA RFALEI				
<b>Alinea a)</b>				
<b>Dívida total orçamental do Grupo Municipal* (1)</b>	<b>17 212 474</b>	<b>19 822 257</b>	<b>17 286 174</b>	<b>11 262 695</b>
Limite da dívida total (2)				
<b>POSICIONAMENTO DO MUNICÍPIO FACE AO LIMITE (3)=(1)-(2)</b>	<b>-141 475 201</b>	<b>-138 865 418</b>	<b>-141 401 501</b>	<b>-147 424 980</b>
<b>Margem utilizável (alinea b) n.º 3 art.º 52 RFALEI</b>				
<b>Margem disponível para utilizar</b>	<b>57 475 870</b>	<b>54 866 087</b>	<b>57 402 170</b>	<b>63 425 649</b>
<b>Alinea b)</b>				
<b>Dívida total excluindo empréstimos (4)=(1)-(5)</b>	<b>2 188 937</b>	<b>6 489 018</b>	<b>5 175 254</b>	<b>3 421 644</b>
<b>Total de Empréstimos (5)=(6)+(7)+(8)+(9)+(10)</b>	<b>15 023 537</b>	<b>13 333 239</b>	<b>12 110 920</b>	<b>7 841 051</b>
Município (6)	11 458 008	9 770 160	8 824 647	7 711 131
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (7)	13	13	13	21
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (8)	10 654	10 151	0	0
Cooperativas e Fundações (9)	28 983	27 036	26 881	129 899
Entidades de outra natureza (10)	3 525 879	3 525 879	3 259 379	0
<b>Média da Receita Corrente Líquida cobrada nos últimos três exercícios x 0,75 (11)</b>				
<b>POSICIONAMENTO DO MUNICÍPIO (12)=(4)-(11)</b>	<b>-77 154 900</b>	<b>-72 854 819</b>	<b>-74 168 583</b>	<b>-75 922 193</b>
<b>DERROGADA A APLICAÇÃO DO ARTIGO 30º DA LOE 2024</b>				

Un: Euro

(\*) Exclui operações não orçamentais, bem como acréscimos e diferimentos



### 1.3.6.2.1.2 ESTRUTURA ORGÂNICA

O comportamento das Despesas com Pessoal pode também ser apreciado atendendo à sua origem orgânica, versando esta ótica de análise sobre a forma como se distribuem estes encargos pela estrutura orgânica municipal – quer em fase orçamental, quer já em execução. Globalmente regista-se uma execução de 88,6% da dotação consagrada no orçamento municipal para este fim, conforme se alcança do quadro seguinte:

Quadro 50

DESPESAS COM PESSOAL POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA				
2025				
	Dotações corrigidas	Obrigações*	Peso	Taxa de execução
	(a)	(b)		(b)/(a)
Classes Inativas	49 000	45 761	0,1%	93,4%
Órgãos de Autarquia	5 233 457	4 646 861	13,0%	88,8%
Assembleia Municipal	77 000	46 946	0,1%	61,0%
Dept.º de Finanças e Património	1 485 650	1 361 096	3,8%	91,6%
Dep.º de Recursos Humanos e Administração Geral	1 669 063	1 340 419	3,7%	80,3%
Dep.º de Educação Ciência e Cultura	17 687 303	15 694 175	43,9%	88,7%
Dep.º de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude	5 541 804	4 891 794	13,7%	88,3%
Dep.º de Sustentabilidade Territorial	3 294 583	2 875 647	8,0%	87,3%
Dep.º de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade	4 296 067	4 012 459	11,2%	93,4%
Dep.º Jurídico	1 012 130	844 383	2,4%	83,4%
Encargos com a saúde (1)	25 000	12 363	0,0%	49,5%
<b>TOTAL</b>	<b>40 371 057</b>	<b>35 771 905</b>	<b>100,0%</b>	<b>88,6%</b>

Un: Euro

(1) Despesas excluídas dos Órgãos de Autarquia por incluírem os encargos de todas as unidades orgânicas

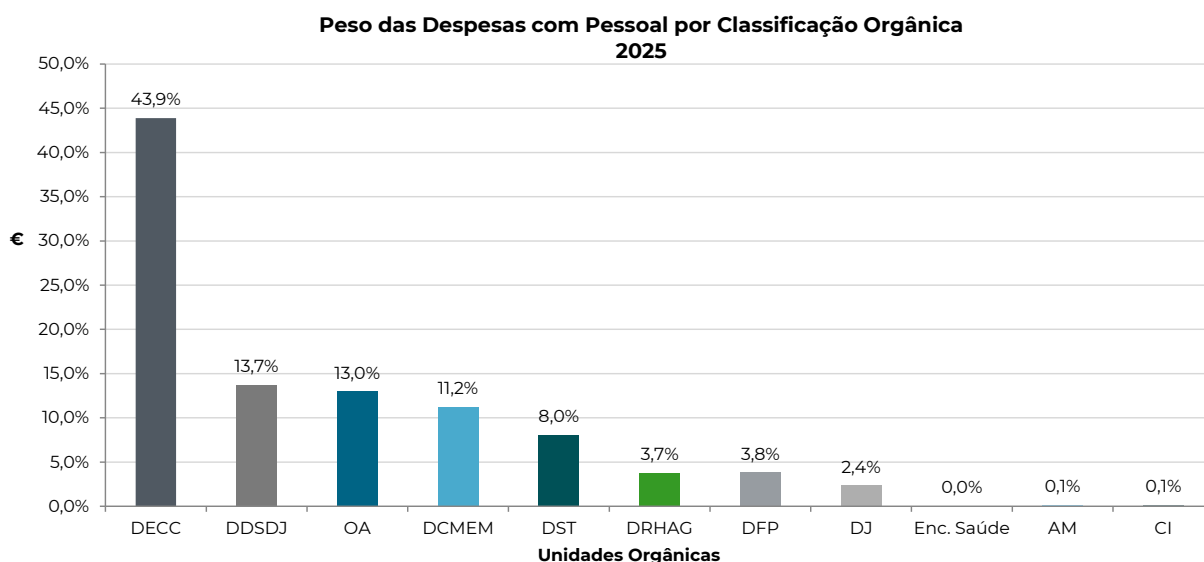
As Despesas com Pessoal assim distribuídas por classificação orgânica, permitem concluir o seguinte:

- À semelhança de 2024, o Departamento de Educação, Ciência e Cultura permanece destacado, respondendo por 43,9% das obrigações do Município relativas a Pessoal.
- O Departamento de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude (13,7%), os Órgãos de Autarquia (13%) e o Departamento de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade (11,2%).
- As demais unidades orgânicas identificadas no quadro e não referidas nos pontos anteriores que, globalmente, assumem um contributo de 18,2% para a execução total.

Para melhor ilustrar a representatividade das diversas unidades orgânicas no espectro global do pessoal da autarquia, insere-se de seguida gráfico ilustrativo dessa contribuição.



**Gráfico 37**



### 1.3.6.2.1.3 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARES

A Aquisição de serviços a particulares inclui os encargos assumidos com trabalhadores independentes ou empresários em nome individual (exceto os contratados em regime de tarefa/avença, abordados anteriormente no âmbito das Despesas com Pessoal). Esta tipologia de despesas varia no exercício de 2025, conforme se valida no quadro seguinte:

**Quadro 51**

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARES				
	2024	2025	Variação 2024/25	
			Valor	%
Despesas com Aquisição de Serviços a Particulares	276 324	832 444	556 120	201,3%

Un: Euro

Esta informação é, também ela, objeto de reporte trimestral à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), via SIAL, para efeitos de controlo das despesas com pessoal em sentido lato.

Assinala-se a alteração ocorrida na forma de tratamento de colaboradores externos que, em linha com o entendimento perfilhado pela Inspeção Geral de Finanças nas suas ações inspetivas ao



Município, deixaram de ser tratados como tarefeiros/ avençados passando agora à condição de prestadores de serviços e que são neste ano aqui contemplados – induzindo deste modo uma variação de sinal contrário à que se verificou na rubrica onde se encontravam anteriormente enquadrados (Pessoal em regime de tarefa ou avença, no âmbito das Despesas com Pessoal analisadas anteriormente).

### 1.3.6.2.2 DESPESAS COM AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS

A decomposição da rubrica de Aquisição de Bens e Serviços (externos) pelo Município, em 2025, apresenta-se do seguinte modo:

Quadro 52

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS										
	2024			2025			Variação		Taxa de Execução	
	Obrigações	Pagamentos	Dotações Corrigidas	Obrigações	Pagamentos	Valor (c)-(a)	%	(d)/(b)	(d)/(c)	
	(a)		(b)	(c)	(d)					
Aquisição de Bens	6 989 485	6 989 196	9 535 188	6 917 970	6 912 204	-71 515	-1,0%	72,5%	99,9%	
Aquisição de Serviços	24 588 707	24 367 927	40 749 856	27 356 953	27 166 742	2 768 245	11,3%	66,7%	99,3%	
<b>Total Aquisição Bens e Serviços</b>	<b>31 578 193</b>	<b>31 357 124</b>	<b>50 285 044</b>	<b>34 274 923</b>	<b>34 078 945</b>	<b>2 696 730</b>	<b>8,5%</b>	<b>67,8%</b>	<b>99,4%</b>	
<b>Total Desp Funcionamento</b>	<b>66 216 220</b>			<b>70 805 966</b>		<b>4 589 747</b>	<b>6,9%</b>			
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>80 969 031</b>			<b>87 764 412</b>		<b>6 795 381</b>	<b>8,4%</b>			
<b>Total Geral Despesas</b>	<b>107 141 089</b>			<b>147 490 135</b>		<b>40 349 046</b>	<b>37,7%</b>			

Un:Euro

Em 2025 e conforme já se referiu anteriormente, regista-se um aumento de (+) 2.696.730 € nos encargos assumidos com Aquisição de Bens e Serviços, verificando-se numa análise de maior detalhe que as aquisições de bens reduziram de valor, esbatendo assim numa pequena parte a variação de valor superior ocorrida nas aquisições de serviços. As obrigações assumidas são significativamente maiores ao nível da Aquisição de Serviços (27.356.953 €) do que na de Bens (6.917.970 €), representado a primeira cerca de 78% dos Compromissos Totais desta componente.

Salientam-se ainda e mais uma vez os níveis de execução quer no rácio de pagamentos sobre as dotações orçamentais corrigidas (cerca de 67,8%), quer sobre as obrigações assumidas, em que se cifra muito próxima de 100%, o que é particularmente notável.

#### 1.3.6.2.2.1 Aquisição de bens

Para esta rubrica confluem as despesas com a aquisição de bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital – salientam-se matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, alimentação - refeições confeccionadas, material de



escritório, limpeza e higiene, prémios, condecorações e ofertas, material de educação cultura e recreio, entre outras rubricas.

### Quadro 53

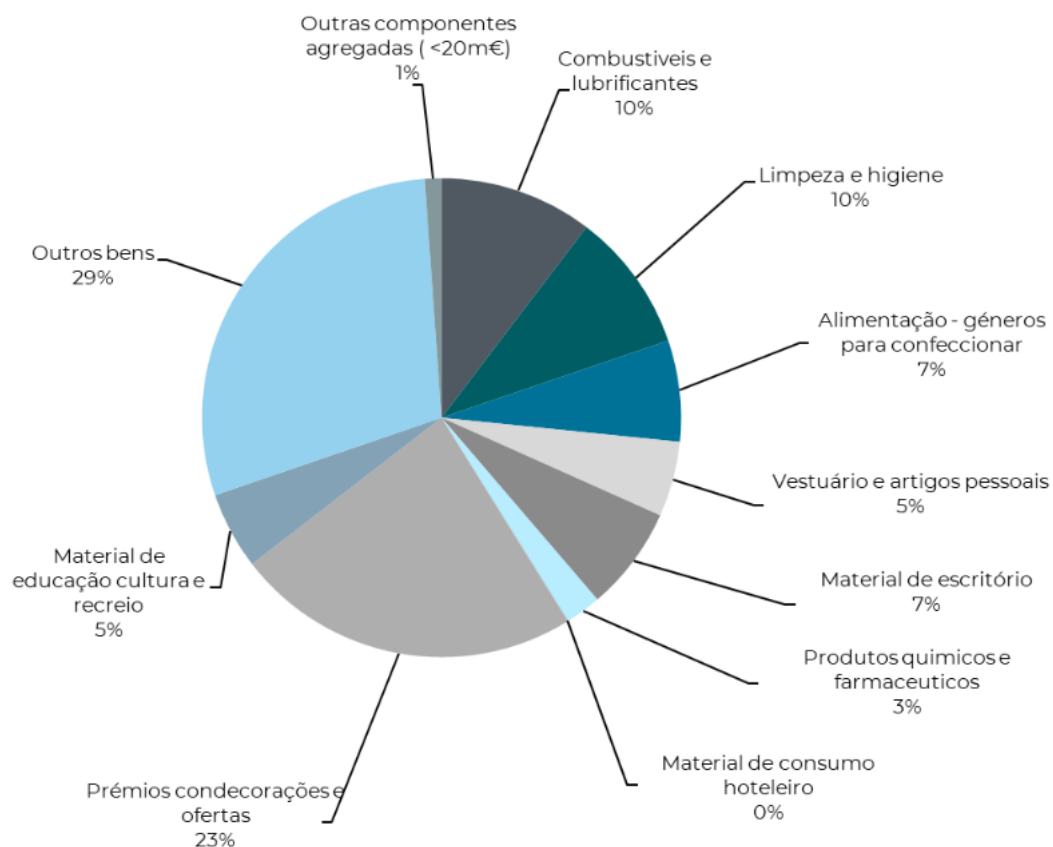
AQUISIÇÃO DE BENS										
2024			2025			Variação		Taxa de Execução		
Obrigações	Pagamentos	Dotações Corrigidas	Obrigações	%	Pagamentos	Valor (c)-(a)	%	(d)/(b)	(d)/(c)	
(a)		(b)	(c)		(d)					
<b>Aquisição de Bens</b>										
Materias primas e subsidiárias	0	0	1300	18	0,0%	18	18	-	1,4%	100,0%
Combustíveis e lubrificantes	182 629	182 629	291 600	164 116	2,4%	164 116	-18 513	-10,1%	56,3%	100,0%
Munições, explosivos e artificios	0	0	300	0	0,0%	0	0	-	0,0%	-
Limpeza e higiene	179 376	179 376	306 535	149 591	2,2%	149 591	-29 785	-16,6%	48,8%	100,0%
Alimentação - refeições confeccionadas	5 062 400	5 062 400	6 247 310	5 260 903	76,0%	5 260 663	198 503	3,9%	84,2%	100,0%
Alimentação - géneros para confeccionar	98 262	98 262	293 650	108 348	1,6%	104 106	10 086	10,3%	35,5%	96,1%
Vestuário e artigos pessoais	45 930	45 930	191 650	80 539	1,2%	80 539	34 609	75,4%	42,0%	100,0%
Material de escritório	128 209	128 209	180 000	111 612	1,6%	111 612	-16 597	-12,9%	62,0%	100,0%
Produtos químicos e farmaceuticos	44 272	44 272	82 260	38 154	0,6%	38 154	-6 118	-13,8%	46,4%	100,0%
Produtos vendidos nas farmácias	0	0	350	0	0,0%	0	0	-	0,0%	-
Material de consumo clínico	545	545	8 590	996	0,0%	996	452	83,0%	11,6%	100,0%
Material de transporte	17 032	17 032	18 800	6 846	0,1%	6 846	-10 186	-59,8%	36,4%	100,0%
Material de consumo hoteleiro	25 616	25 616	33 900	584	0,0%	584	-25 031	-97,7%	1,7%	100,0%
Outro material peças	1163	1163	74 842	71 680	1,0%	71 680	70 516	6060,7%	95,8%	100,0%
Prémios condecorações e ofertas	480 809	480 809	606 140	370 500	5,4%	370 500	-110 309	-22,9%	61,1%	100,0%
Mercadorias para venda	7 436	7 436	22 011	4 634	0,1%	4 634	-2 802	-37,7%	21,1%	100,0%
Ferramentas e utensilios	9 504	9 504	24 300	4 765	0,1%	4 453	-4 739	-49,9%	18,3%	93,4%
Livros e documentação técnica	277	277	5 000	22	0,0%	22	-256	-92,2%	0,4%	100,0%
Artigos honoríficos e de decoração	0	0	1150	0	0,0%	0	0	-	0,0%	-
Material de educação cultura e recreio	136 815	136 815	339 100	82 771	1,2%	81 912	-54 043	-39,5%	24,2%	99,0%
Outros bens	569 209	568 920	806 400	461 890	6,7%	461 777	-107 319	-18,9%	57,3%	100,0%
<b>Total Aquisição Bens</b>	<b>6 989 485</b>	<b>6 989 196</b>	<b>9 535 188</b>	<b>6 917 970</b>	<b>100,0%</b>	<b>6 912 204</b>	<b>-71 515</b>	<b>-1,0%</b>	<b>72,5%</b>	<b>99,9%</b>

Un:Euro

O valor das obrigações assumidas em 2025 com a Aquisição de Bens soma 6.917.970 €, (-) 71.515 € do que os 6.989.485 € de 2024.

No seio desta componente de despesa sobressai, pela sua materialidade (cerca de 76% do total), a parcela dedicada à rubrica Alimentação - Refeições confeccionadas –, diretamente associada às refeições providenciadas aos alunos do concelho. Apartada esta componente, responsável por obrigações no valor de 5.260.903 €, as demais rubricas distribuem-se conforme melhor ilustra o gráfico seguinte.

Gráfico 38

**Composição das Despesas com Aquisição de Bens  
Ano 2025***(exceto Alimentação - refeições confeccionadas)*

Complementarmente, refira-se ainda:

- Outros Bens: 461.890 € contemplam, à semelhança de anos anteriores, as aquisições de caráter regular nos diferentes serviços municipais, relevando-se a área da conservação/manutenção e reparação das instalações e equipamentos municipais;
- Prémios, Condecorações e Ofertas: 370.500 €, onde se incluem todas as aquisições de bens de âmbito institucional, destinadas, na sua maioria, a ofertas protocolares, assim como outras aquisições inseridas nas diversas áreas funcionais, de que são exemplo os cabazes de Natal adquiridos para oferta a famílias desfavorecidas do concelho;



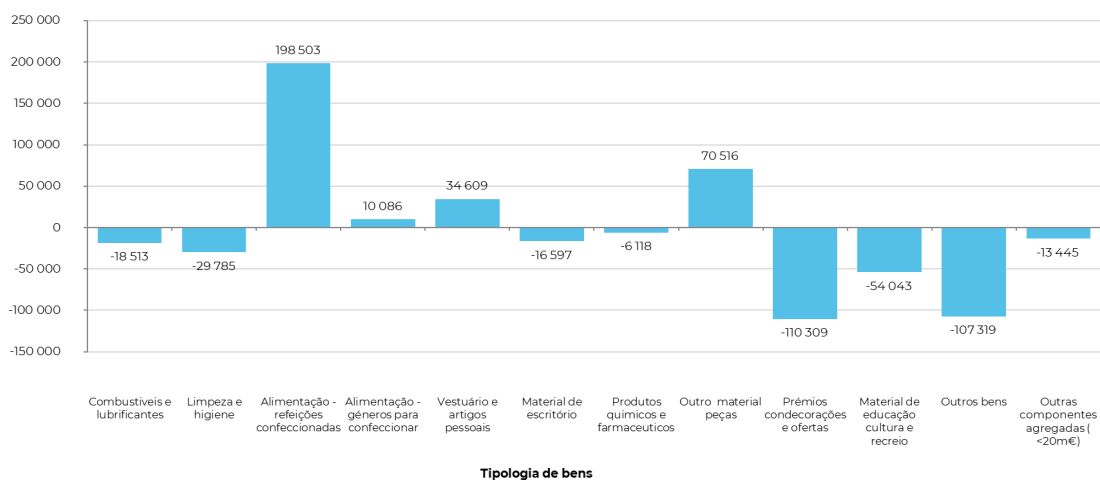
- Combustíveis e Lubrificantes: 164.116 €, para onde convergem as despesas com a aquisição de gasolina e gasóleo para o abastecimento regular do parque automóvel, na cada vez menor parte da frota que depende ainda destes combustíveis.
- Limpeza e Higiene: 149.591 €, inclui o valor dos materiais de limpeza e higiene regularmente utilizados nas instalações municipais;
- Material de escritório: 111.612 €, para onde revertem os gastos com a generalidade dos bens necessários ao desenvolvimento das tarefas administrativas nos diversos serviços municipais.

A Aquisição de Bens regista assim uma variação no exercício, de (-) 71.515 €, assinalando-se aqui apenas que, não fora o esbatimento introduzido pela variação de sinal positivo e materialidade relevante ocorrida nos encargos com refeições escolares, (+) 198.503 €, seria esta redução de valor superior a 250 mil euros.

As variações ocorridas nas diversas sub rubricas apresentam-se graficamente assim:

**Gráfico 39**

**Aquisição de Bens**  
Variação Obrigações 2024 - 2025



### 1.3.6.2.2 Aquisição de Serviços por Económica

Prosseguindo o presente relatório com a análise agora da componente de Aquisição de Serviços a terceiros por parte da autarquia, serviços esses necessários à manutenção do seu funcionamento de que são exemplo os Encargos de instalações, a Iluminação pública, Vigilância e segurança, Comunicações, Locação de bens, Publicidade, Estudos, pareceres, projetos, Outros trabalhos especializados e Encargos de cobrança de receitas, entre outras rubricas.



## Quadro 54

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS										
	2024		2025			Variação		Taxa de Execução		
	Obrigações	Pagamentos	Dotações Corrigidas	Obrigações	Pagamentos	Valor (c)-(a)	%	(d)/(b)	(d)/(c)	
	(a)		(b)	(c)	%	(d)				
<b>Aquisição de Serviços</b>										
Encargos de instalações	4 552 733	4 473 940	5 542 315	4 925 583	18,0%	4 885 441	372 849	8,2%	88,1%	99,2%
Limpeza e higiene	1 709 518	1 709 518	2 429 100	1 799 761	6,6%	1 799 721	90 243	5,3%	74,1%	100,0%
Conservação de bens	615 833	615 833	1 292 100	459 469	1,7%	459 045	-156 364	-25,4%	35,5%	99,9%
Locação de edifícios	232 140	232 140	459 750	381 583	1,4%	380 308	149 443	64,4%	82,7%	99,7%
Locação de material de transporte	500 903	500 903	503 000	500 903	1,8%	500 903	0	0,0%	99,6%	100,0%
Locação de outros bens	327 230	327 230	471 850	265 432	1,0%	265 432	-61 798	-18,9%	56,3%	100,0%
Comunicações	372 631	367 746	506 530	379 442	1,4%	378 994	6 812	1,8%	74,8%	99,9%
Transportes	832 628	788 901	1 817 930	627 969	2,3%	616 783	-204 659	-24,6%	33,9%	98,2%
Representação dos serviços	17 858	16 488	42 850	15 602	0,1%	14 301	-2 257	-12,6%	33,4%	91,7%
Seguros	242 795	242 410	564 570	507 521	1,9%	506 998	264 727	109,0%	89,8%	99,9%
Deslocações e estadas	38 105	38 105	149 496	27 591	0,1%	27 360	-10 514	-27,6%	18,3%	99,2%
Estudos, pareceres, projectos	618 292	618 292	1 516 751	523 740	1,9%	507 210	-94 552	-15,3%	33,4%	96,8%
Formação	60 514	60 514	151 400	49 734	0,2%	45 890	-10 781	-17,8%	30,3%	92,3%
Seminários, exposições e similares	143 207	143 207	259 026	179 286	0,7%	179 286	36 079	25,2%	69,2%	100,0%
Publicidade	243 440	243 440	830 060	243 250	0,9%	238 405	-190	-0,1%	28,7%	98,0%
Vigilância e segurança	1 431 385	1 431 385	1 672 800	1 528 960	5,6%	1 528 960	97 575	6,8%	91,4%	100,0%
Assistência técnica	767 525	745 900	1 293 800	733 044	2,7%	730 725	-34 482	-4,5%	56,5%	99,7%
Outros trabalhos especializados	7 305 051	7 236 183	15 675 225	9 765 577	35,7%	9 661 399	2 460 525	33,7%	61,6%	98,9%
Utilização de infraestruturas										
Serviços de saúde	203 879	203 879	206 860	79 846	0,3%	79 846	-124 034	-60,8%	38,6%	100,0%
Outros serviços especializados	0	0			0,0%		0		-	-
Encargos de cobrança de receitas	1 108 644	1 108 644	1 310 200	1 295 241	4,7%	1 295 241	186 597	16,8%	98,9%	100,0%
Iluminação pública	2 132 897	2 132 897	2 155 000	2 154 646	7,9%	2 154 646	21 749	1,0%	100,0%	100,0%
Outros serviços	1 131 496	1 130 370	1 899 243	912 772	3,3%	909 848	-218 724	-19,3%	47,9%	99,7%
<b>Total Aquisição de Serviços</b>	<b>24 588 707</b>	<b>24 367 927</b>	<b>40 749 856</b>	<b>27 356 953</b>		<b>27 166 742</b>	<b>2 768 245</b>	<b>11,3%</b>	<b>66,7%</b>	<b>99,3%</b>

Un:Euro

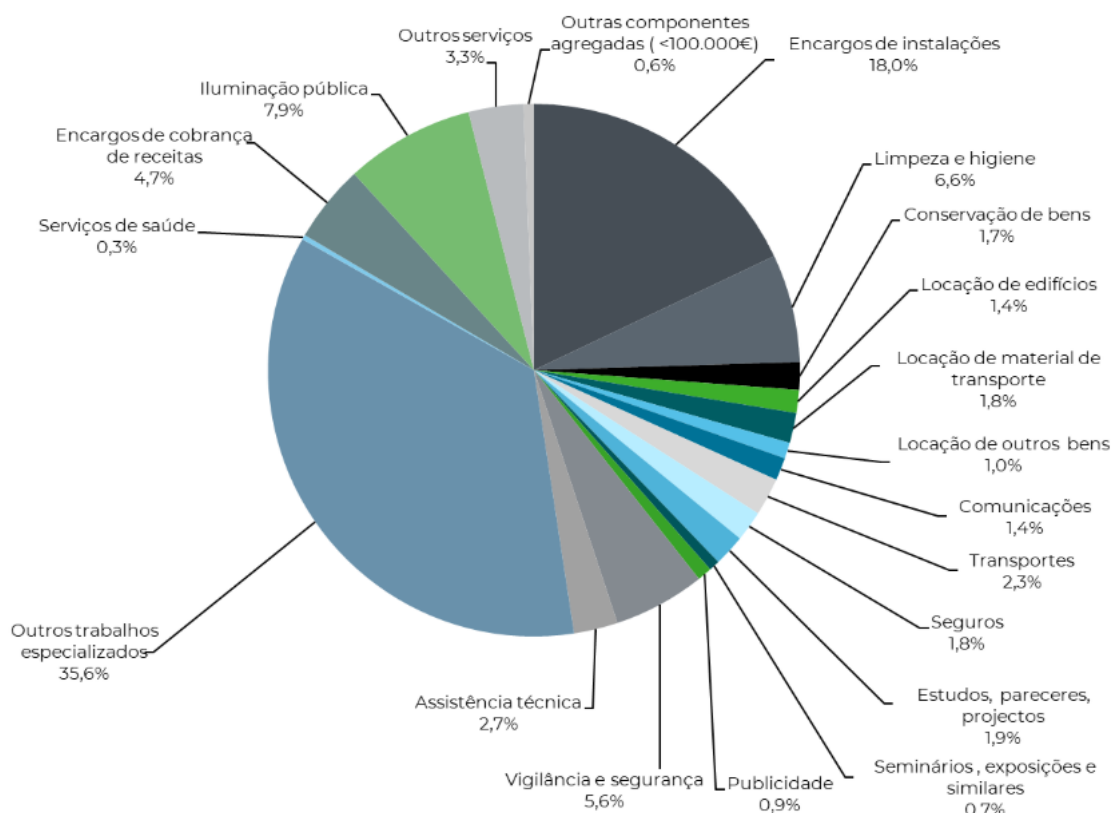
Em 2025, a despesa faturada para Aquisição de Serviços perfaz 27.356.953 € (cerca de 99,3% da qual foi paga no termo do exercício), observando um crescimento de (+) 11,3% face ao exercício anterior.

A decomposição das Obrigações assumidas com Aquisições de Serviços em 2025, por tipologia de serviço, apresenta-se conforme ilustração gráfica seguinte:

**Gráfico 40**

**Despesas com Aquisição de Serviços**

**Obrigações 2025**



Em linha com o sucedido em 2024, destaca-se o contributo de Outros trabalhos especializados, Encargos de instalações e Iluminação pública – conjuntamente justificam aproximadamente 16.845.806 €, mais de metade da despesa faturada com aquisição de serviços.

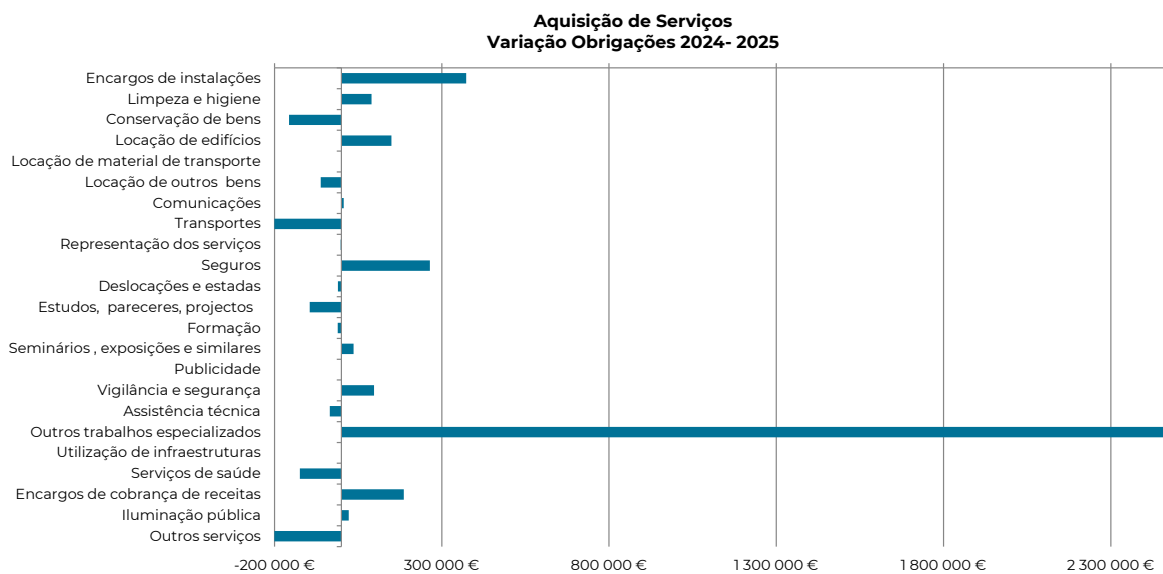
Adicionadas as obrigações acima de um milhão de euros, nomeadamente de serviços com Limpeza e higiene, Vigilância e segurança, Encargos de cobrança de receita e Outros serviços, a rondar os 5,5 milhões de euros, explicamos 81,8% da despesa faturada com Aquisição de Serviços.

Analisadas em detalhe as variações dos valores faturados entre os dois exercícios em comparação, verifica-se que a rubrica com maior ponderação na variação do agregado total que compõe as Aquisições de serviços – Outros trabalhos especializados, é responsável por cerca de 88,9% da despesa total desta natureza – a que mais cresce em valor absoluto, aumentando (+) 2.460.525 € comparativamente com as obrigações incorridas no ano anterior.



Para melhor percepção das variações registadas no exercício no seio deste agregado, insere-se novo gráfico:

**Gráfico 41**



Complementarmente à informação anteriormente disponibilizada acerca das obrigações ocorridas no exercício, importa acrescentar o seguinte:

- Outros trabalhos especializados: ascendem a 9.765.577 €, incluindo-se neste valor as despesas relativas a serviços técnicos prestados por entidades terceiras, de que são exemplo as despesas com organização de eventos, projetos e serviços de informática, as consultorias jurídicas e financeiras, entre outros;
- Encargos de instalações: com 4.925.583 € no exercício, contemplam encargos com eletricidade, água e gás das diversas instalações municipais;
- Iluminação pública: face às obrigações do ano anterior, contraria a tendência de redução, desta vez com (+) 1%, registando um valor 2.154.646 €.

**1.3.6.2.2.3 Aquisição de Serviços por Orgânica****Quadro 55**

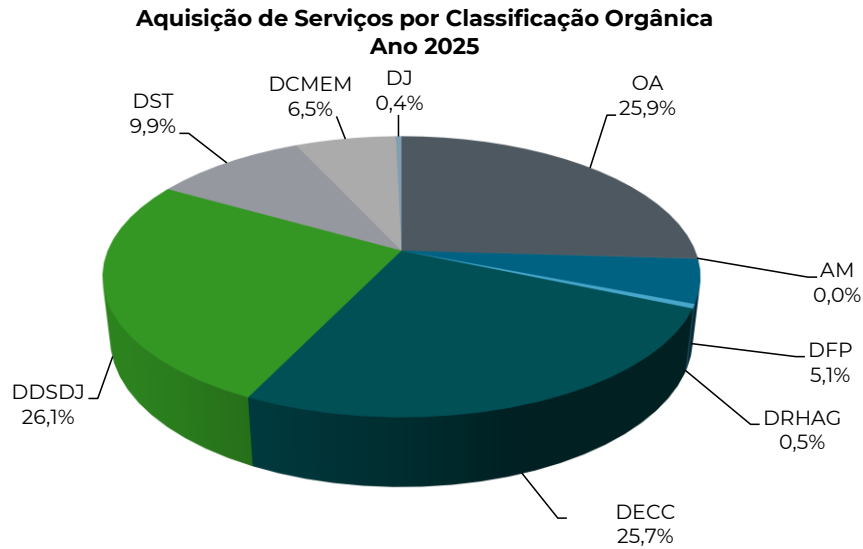
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA						
2025						
	Dotações corrigidas	Obrigações	Pagamentos	Taxa de Execução		
	(a)	(b)	(c)	(c)/(a)	(c)/(b)	
Classes Inativas	0	0	0			
Órgãos de Autarquia	9 437 323	7 078 694	7 051 259	74,7%	99,6%	
Assembleia Municipal	80 850	12 716	12 716	15,7%	100,0%	
Dept.º de Finanças e Património	1 432 600	1 384 309	1 384 309	96,6%	100,0%	
Dept.º de Recursos Humanos e Administração Geral	197 390	132 013	128 116	64,9%	97,0%	
Dept.º de Educação Ciência e Cultura	10 209 133	7 028 573	7 000 072	68,6%	99,6%	
Dep.º de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude	9 851 145	7 136 840	7 030 727	71,4%	98,5%	
Dep.º de Sustentabilidade Territorial	5 341 500	2 700 102	2 688 880	50,3%	99,6%	
Dep.º de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade	3 974 815	1 783 436	1 772 776	44,6%	99,4%	
Dep.º Jurídico	225 100	100 270	97 885	43,5%	97,6%	
<b>TOTAL</b>	<b>40 749 856</b>	<b>27 356 953</b>	<b>27 166 742</b>	<b>66,7%</b>	<b>99,3%</b>	

Un: Euro

Analisada a distribuição dos serviços adquiridos de acordo com a unidade orgânica requisitante, verifica-se que a maior fatia de despesa faturada é imputável aos Órgãos de Autarquia (25,9%), logo seguida pelos Departamentos, Educação Ciência e Cultura (25,7%) Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude (26,1%), Sustentabilidade Territorial (9,9%), Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade (6,5%), conforme se ilustra abaixo.



Gráfico 42



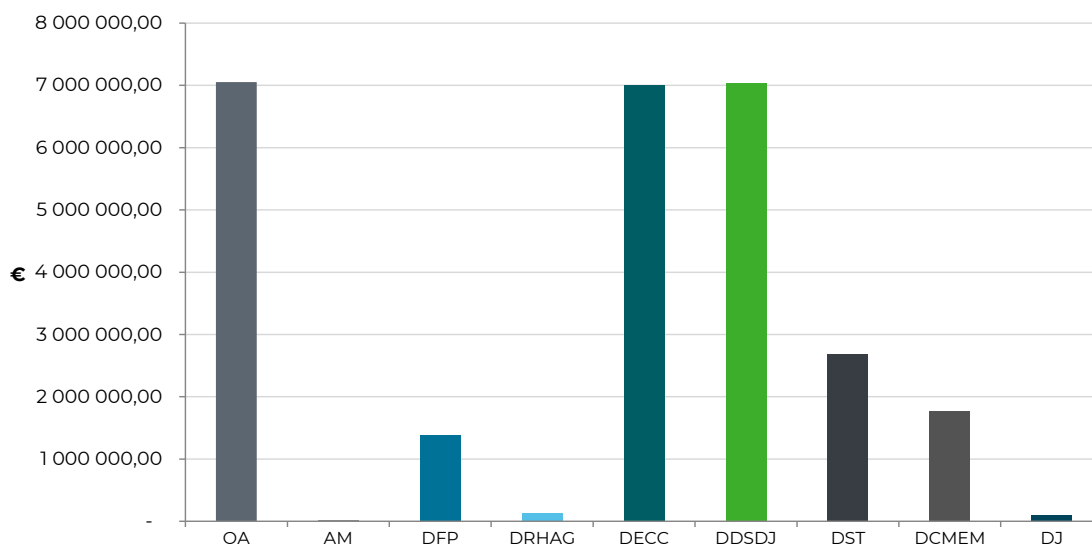
Aos Órgãos da Autarquia permanece alocado um conjunto significativo de despesas comuns a todas as unidades orgânicas do Município, designadamente encargos de instalações, vigilância e segurança, assistência técnica e iluminação pública.

Novamente se registam taxas de execução, com os pagamentos a ascender a 66,7% das dotações orçamentais corrigidas e 99,3% das obrigações assumidas no exercício. Complementarmente ao que se escreveu, acrescenta-se ainda ilustração gráfica com referencial de valores absolutos associados aos serviços adquiridos por cada unidade da macroestrutura municipal.



**Gráfico 43**

**Aquisição de Serviços por Classificação Orgânica  
Ano 2025**



Terminada a apreciação das despesas de funcionamento, avança o presente relatório com a análise das obrigações municipais assumidas com carácter corrente, à análise das Transferências Correntes e Subsídios concedidos.

### **1.3.6.3 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS**

O Município, na prossecução das suas atribuições, procede à realização de transferências e à concessão de subsídios ao nível de diversas valências – são exemplo a educação, ação social, desporto, património e cultura. Em 2025 e nesse âmbito, foram atribuídos a diversos organismos e entidades, apoios financeiros com intenção de financiar a sua atividade corrente, por essa via incentivando e suportando atividades e projetos considerados de relevante interesse público municipal.

Estes apoios, enquadrados no âmbito da legislação vigente e dos diversos normativos e regulamentos municipais adaptados à realidade das diferentes esferas de atuação autárquica, concretizam-se num volume de despesa de natureza corrente que não pode ser ignorado e que, no exercício, ascende globalmente a mais de 16,8 milhões de euros. Estas transferências encontram-se subdivididas, orçamentalmente, de acordo com o classificador económico e em três agrupamentos: Transferências correntes, Transferências de capital e Subsídios.



Encontrando-nos ainda debruçados sobre a análise da despesa realizada de natureza corrente, insere-se de seguida quadro resumo com informação detalhada acerca do seu desdobramento:

### Quadro 56

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS									
	2024		2025			Variação		Taxa de Execução	
	Obrigações (a)	Pagamentos	Dotações Corrigidas (b)	Obrigações (c)	Pagamentos (d)	Valor (c)-(a)	%	(d)/(b)	(d)/(c)
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>6 398 560</b>	<b>6 398 560</b>	<b>8 604 593</b>	<b>7 494 368</b>	<b>7 494 368</b>	<b>1 095 808</b>	<b>17,1%</b>	<b>87,1%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Sociedades e quase-sociedades não financeiras</b>	<b>10 000</b>	<b>10 000</b>	<b>35 000</b>	<b>22 000</b>	<b>22 000</b>	12 000	120,0%	62,9%	100,0%
Públicas	0	0	0	0	0	0	-	-	-
Privadas	10 000	10 000	35 000	22 000	22 000	12 000	-	62,9%	100,0%
<b>Administração Local</b>	<b>1 740 763</b>	<b>1 740 763</b>	<b>2 280 803</b>	<b>2 113 855</b>	<b>2 113 855</b>	<b>373 092</b>	<b>21,4%</b>	<b>92,7%</b>	<b>100,0%</b>
Municípios	0	0	2 500	0	0	0	-	0,0%	-
Freguesias	1 208 256	1 208 256	1 549 803	1 404 383	1 404 383	196 127	16,2%	90,6%	100,0%
Associações de Municípios	461 014	461 014	646 000	637 979	637 979	176 965	38,4%	98,8%	100,0%
Outras	71 493	71 493	81 500	71 493	71 493	0	0,0%	87,7%	100,0%
<b>Instituições sem Fins Lucrativos</b>	<b>4 059 269</b>	<b>4 059 269</b>	<b>5 200 800</b>	<b>4 687 500</b>	<b>4 687 500</b>	<b>628 231</b>	<b>15,5%</b>	<b>90,1%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Famílias</b>	<b>588 528</b>	<b>588 528</b>	<b>1 087 490</b>	<b>671 012</b>	<b>671 012</b>	<b>82 485</b>	<b>14,0%</b>	<b>61,7%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Resto do Mundo - Países</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0,0%</b>	<b>-</b>
<b>SUBSÍDIOS</b>	<b>8 248 875</b>	<b>8 248 875</b>	<b>9 917 567</b>	<b>9 324 332</b>	<b>9 324 332</b>	<b>1 075 457</b>	<b>13,0%</b>	<b>94,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais e Outras</b>	<b>8 248 875</b>	<b>8 248 875</b>	<b>9 917 567</b>	<b>9 324 332</b>	<b>9 324 332</b>	<b>1 075 457</b>	<b>13,0%</b>	<b>94,0%</b>	<b>100,0%</b>
Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais	5 540 451	5 540 451	6 196 077	5 720 030	5 720 030	179 580	3,2%	92,3%	100,0%
Outras	2 708 424	2 708 424	3 721 490	3 604 302	3 604 302	895 877	33,1%	96,9%	100,0%
<b>Total Transferências Correntes e Subsídios</b>	<b>14 647 434</b>	<b>14 647 434</b>	<b>18 522 160</b>	<b>16 818 699</b>	<b>16 818 699</b>	<b>2 171 265</b>	<b>14,8%</b>	<b>90,8%</b>	<b>100,0%</b>

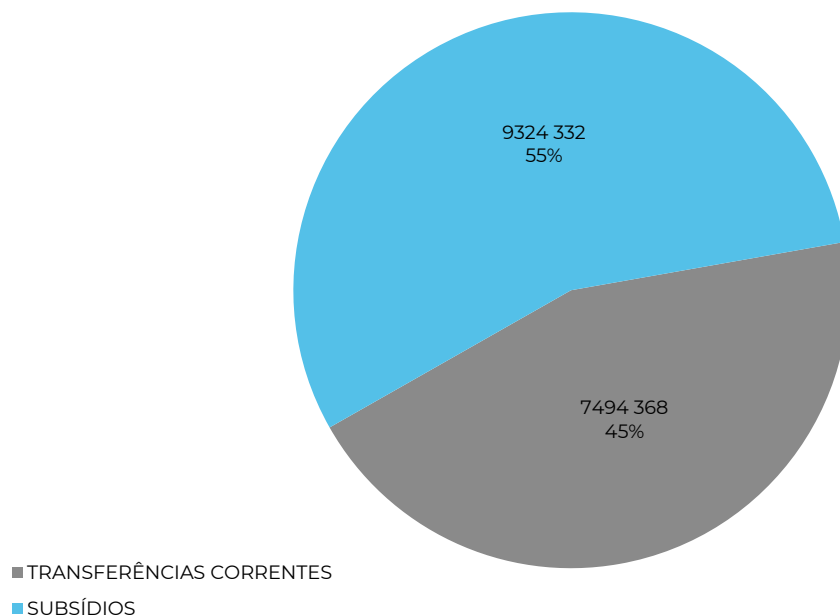
Un: Euro



Gráfico 44

Transferências Correntes e Subsídios

Ano 2025



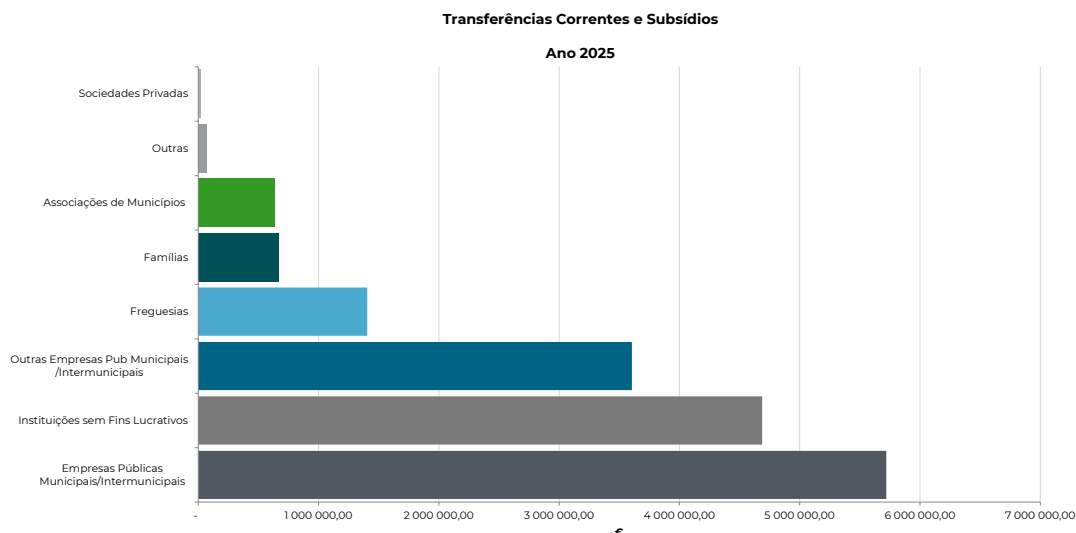
As Obrigações originadas para o Município em virtude da atribuição de apoios ascenderam, no exercício de 2025, a 16.818.699 € e tiveram como destino financeiro, na sua maioria, Subsídios (9.324.332 €), cabendo a menor porção às Transferências Correntes (7.494.368 €).

Comparativamente com o exercício anterior, constata-se um acréscimo dos valores atribuídos a título de Subsídio, de (+) 1.075.457 €, representado uma variação de (+) 13% assim como se verifica nas transferências correntes concedidas que, no seu cômputo global, aumentam (+) 1.095.808 €, (+) 17,1%.

No que respeita à tipologia de entidade a quem se destinaram os aludidos apoios, insere-se o gráfico seguinte para a devida informação:



Gráfico 45



Os valores atribuídos às Empresas Públicas Municipais/ Intermunicipais e Outras exibem um aumento significativo de (+) 13% comparativamente com o ano de 2024, reforçando a posição dominante que detinham e ascendendo no período a 9.324.332 €.

Por ordem de materialidade, apresentam-se de seguida os benefícios atribuídos às Instituições sem Fins Lucrativos (4.687.500 €) e as Freguesias (1.404.383 €), que agregadas às componentes anteriormente analisadas explicam, conjuntamente, cerca de 91,7% da totalidade dos valores atribuídos. As Famílias (carenciadas) auferem de apoios que totalizam, no exercício, 671.012 €, elevando as obrigações municipais em (+) 82.485€ relativamente ao período homólogo.

Mais adiante, no presente relatório e então já numa ótica patrimonial, regressar-se-á a esta análise no âmbito da análise à Demonstração de Resultados por Naturezas e dos gastos do exercício, mais uma vez dedicando notas explicativas a esta questão.

Para informação mais detalhada do que anteriormente se referiu, inserem-se ainda os quadros que se seguem e que contêm maior detalhe acerca do âmbito das transferências/ subsídios pagos.



**Quadro 57**

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
2025	
Designação	Valor
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	
<b>Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais</b>	<b>0</b>
Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa.	0
Maia Melhor	0
<b>Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Privadas</b>	<b>22 000</b>
Projetos de Inovação Social.	0
Maia Smart Social - Apoio a projetos de inovação social.	0
Programa Autarquia Solidária	0
Apoios a entidades sem fins lucrativos que atuem na área da economia, tais como Cooperativas.	22 000
<b>Administração Local - Freguesias</b>	<b>1 404 383</b>
Apoios financeiros a conceder a Instituições Sem Fins Lucrativos que prossigam fins sociais.	0
Apoios a Juntas de Freguesia com vista ao financiamento de atividades de relevante interesse municipal.	90 545
Transferência de competências para as Juntas de Freguesia - Recursos financeiros municipais.	1 313 838
<b>Administração Local - Serviços Autónomos da Adm. Local</b>	<b>0</b>
Encargos com quotizações e outras contribuições relativas a entidades participadas pelo município.	
<b>Administração Local - Associações de Municípios</b>	<b>637 979</b>
Contrato Interadministrativo com a AMP para a transferência de competências no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros.	637 979
Encargos com quotizações e outras contribuições relativas a entidades participadas pelo município.	0
Promoção e comunicação do destino Maia.	0
<b>Administração Local - Assembleias Distritais</b>	<b>0</b>
Encargos com quotizações e outras contribuições relativas a entidades participadas pelo município.	
<b>Administração Local - Outras</b>	<b>71 493</b>
Encargos com quotizações e outras contribuições relativas a entidades participadas pelo município.	71 493
	<b>transporte</b>
	<b>2 806 868</b>



## Quadro 58

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
2025	
Designação	Valor
<b>Instituições sem Fins Lucrativos</b>	<b>4 687 500</b>
Apoios a Associações e Coletividades com vista ao financiamento de suas atividades.	1 617 245
Apoio à atividade das Conferências Vicentinas.	25 000
Apoio à atividade do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara e Serviços Municipalizados da Maia.	35 775
Apoio à realização das Festas em Honra da Nossa Senhora do Bom Despacho.	360 000
Apoio aos encargos com as inscrições de Escuteiros no CNE e de Escoteiros na AEP.	14 610
Apoio às Universidades Sêniores da Maia.	0
Apoios a Associações e Coletividades Culturais ou Recreativas, com vista ao financiamento de suas atividades.	169 911
Apoios a Associações Juvenis do Concelho, com vista ao financiamento de suas atividades.	18 278
Apoios a Comissões Fabriqueiras de "Fábricas de Igrejas Paroquiais" com vista ao financiamento de suas atividades.	99 000
Apoios a entidades de Proteção Civil.	5 000
Apoios financeiros a conceder à atividade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira-Maia e da Associação Humanitária de Pedrouços.	247 709
Apoios financeiros a conceder a Instituições Sem Fins Lucrativos que prossigam fins sociais.	194 084
Atividades do Centro Documental e de Interpretação Urbana Arquiteto João Álvaro Rocha.	30 000
Celebração de Protocolos/Acordos com IPSS no âmbito do processo de descentralização de competências na área da Ação Social.	402 059
Chave de Afetos - "Teleassistência a Idosos".	65 325
Projeto de mediadores municipais e interculturais.	5 454
Comparticipações decorrentes de acordos de cedência de instalações desportivas a Associações suas utilizadoras.	142 115
Contrato Interadministrativo com os Agrupamentos Escolares tendo em vista assegurar a concretização da transferência de competências no domínio da educação.	145 398
Contratos com empresas especializadas no âmbito da atividade do CROACM.	40 000
Edição e produção gráfica de publicações.	20 203
EIP - Equipas de Intervenção Permanente dos Corpos de Bombeiros do Município: Participação nas despesas de funcionamento.	80 801
Encargos com as inscrições de Jovens Praticantes de Associações e Coletividades da Maia - Protocolo com as Associações Distritais.	132 761
Fundo de Solidariedade Municipal - Apoio financeiro em situações de exceção ou emergência social.	157 495
Maia Desporto para Todos- "Taça Internacional Maia Jovem", em Ténis;- Liga Municipal de Futsal;- Jogos Desportivos da Maia;- Clube Maia Sénior;- Dia Metropolitano dos Avós;- Jogos Maia Sénior;- Férias Desportivas Seniores;	437 600
Maia Juventude em Movimento - MJM	0
Open House Porto.	15 000
Programa de Ação Social Escolar no EBI.	63 414
Acordo de colaboração com a AFP – Associação de Futebol do Porto para construção de infraestrutura desportiva.	50 000
Apoio a associações de bem estar animal	55 000
SPARCS - Sustainable Energy Positive & Zero Carbon Communities.	0
Subsídio para aquisição de material didático, audio-visual e atividades que promovam uma educação mais inclusiva no 1.º CEB	58 264
<b>Famílias - Programas ocupacionais</b>	<b>171 711</b>
Medidas de Contrato de Emprego e Inserção	171 711
Apoio à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.	
PORI - Programa Operacional de Respostas Integradas.	
Programa de Enriquecimento Curricular no EBI e Serviço de Apoio à Família.	
Projeto de Intervenção Comunitária (Re)Criar - Centro de Apoio à Comunidade.	
Despesas com pessoal não docente da Educação Pré escolar.	
Programa de Enriquecimento Curricular no EBI e Serviço de Apoio à Família.	
<b>Famílias - Outras</b>	<b>499 301</b>
Apoio à atividade das Conferências Vicentinas.	0
Apoios a Associações e Coletividades com vista ao financiamento de suas atividades.	12 128
Bolsa de apoio a jovens de elevado potencial.	0
Bolsa de Mérito - Programa de apoio a alunos distintos.	0
Fundo de Solidariedade Municipal - Apoio financeiro em situações de exceção ou emergência social.	196 735
Programa de apoio à natalidade.	0
Programa de Apoio às Famílias - Vacinação complementar ao Programa Nacional de Vacinação.	0
Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Local (PEPAL).	0
Maia SMART Lab - criação de um espaço com vista à partilha e experimentação de soluções "SMART" focadas no território, no seu desenvolvimento sustentável e nos processos de co-criação.	50 000
Apoios de caráter eventual em situações de carência económica e de risco social, no âmbito do processo de descentralização de competências na área da Ação Social.	240 439
	<b>a transportar</b>
	<b>2 806 868</b>
<b>TOTAL TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>7 494 368</b>

Un: Euro



### Quadro 59

SUBSÍDIOS	
2025	
Designação	Valor
<b>SUBSÍDIOS</b>	
<b>Soc. e quase sociedades não financeiras - Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais</b>	<b>5 720 030</b>
Comparticipação à "Espaço Municipal, E.M." em razão de Contratos-Programa celebrados com a Câmara Municipal.	1 530 000
Contrato de gestão delegada celebrado com a "Maiambiente, E.M." - Resíduos Sólidos.	816 405
Contrato programa celebrado com a "Maiambiente, E.M." - Limpeza Pública.	3 042 536
Reposição do equilíbrio de contas das empresas que integram o Setor Empresarial Local.	331 089
<b>Soc. e quase sociedades não financeiras - Outras</b>	<b>3 604 302</b>
Municipalização dos STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto.	2 186 119
Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART).	728 706
Área Metropolitana do Porto	689 476
<b>TOTAL SUBSÍDIOS</b>	<b>9 324 332</b>

Un: Euro

#### 1.3.6.4 INVESTIMENTO GLOBAL

O Investimento Público tem como objetivo promover o desenvolvimento do território e elevar a qualidade da população. Materializa-se através da criação e melhoria de infraestruturas, como vias de comunicação, redes de saneamento, estabelecimentos de ensino, equipamentos desportivos, espaços verdes e iniciativas de valorização e proteção do património cultural. Abrange ainda a criação de condições favoráveis à instalação de empresas, oferecendo zonas industriais atrativas. Assim, o investimento público assume um papel fundamental no crescimento económico, na geração de emprego e no progresso social, sendo determinante para assegurar uma sociedade mais equilibrada, inclusiva e sustentável.

No Município da Maia, a vertente de investimento representa uma parcela significativa da despesa total, constituindo o principal meio para garantir:

- A construção ou modernização de infraestruturas coletivas;
- A aposta na eficiência energética, na promoção das Tecnologias de Informação e Comunicação nos serviços públicos;
- A reabilitação e mobilidade urbana;
- Sustentabilidade Ambiental;
- Habitação Social.



Importa destacar que, além dos investimentos em novas infraestruturas, existe também a necessidade permanente de conservar e manter as já existentes, o que absorve igualmente uma parte relevante do montante aplicado.

Quanto melhor é essa infraestrutura maior é a competitividade do município, face a outros municípios na captação do investimento privado.

Investir, é por isso sinónimo de preparar o futuro. Importa então analisar qual o comportamento do Investimento no contexto da Despesa Global do Município no último exercício, tendo por base os valores das obrigações registadas (despesa faturada), centrado nas suas três grandes componentes:

- Investimento Direto (assume habitualmente, a maior parcela do investimento);
- Transferências de Capital;
- Ativos Financeiros.

Pretende-se com o Quadro 60 evidenciar a evolução do Investimento Global nos últimos dois anos, bem como o comportamento das suas componentes e peso destas na formação do valor registado.

#### Quadro 60

INVESTIMENTO GLOBAL						
	2024		2025		Variação	
	Obrigações	Obrigações	% Inv Global	% Desp Total	Valor	%
Investimento Direto - Aquisição de bens de capital	22.603.176	55.341.974	94,6%	37,5%	32.738.799	144,8%
Transferências de capital	2.224.905	3.187.263	5,4%	2,2%	962.358	43,3%
Ativos financeiros	100.015	0	0,0%	0,0%	-100.015	-100,0%
<b>Total Investimento Global</b>	<b>24.928.096</b>	<b>58.529.237</b>	<b>100,0%</b>	<b>39,7%</b>	<b>33.601.142</b>	<b>134,8%</b>
<b>Despesas Totais</b>	<b>107.141.089</b>	<b>147.490.135</b>		<b>100,0%</b>		

Un: Euro

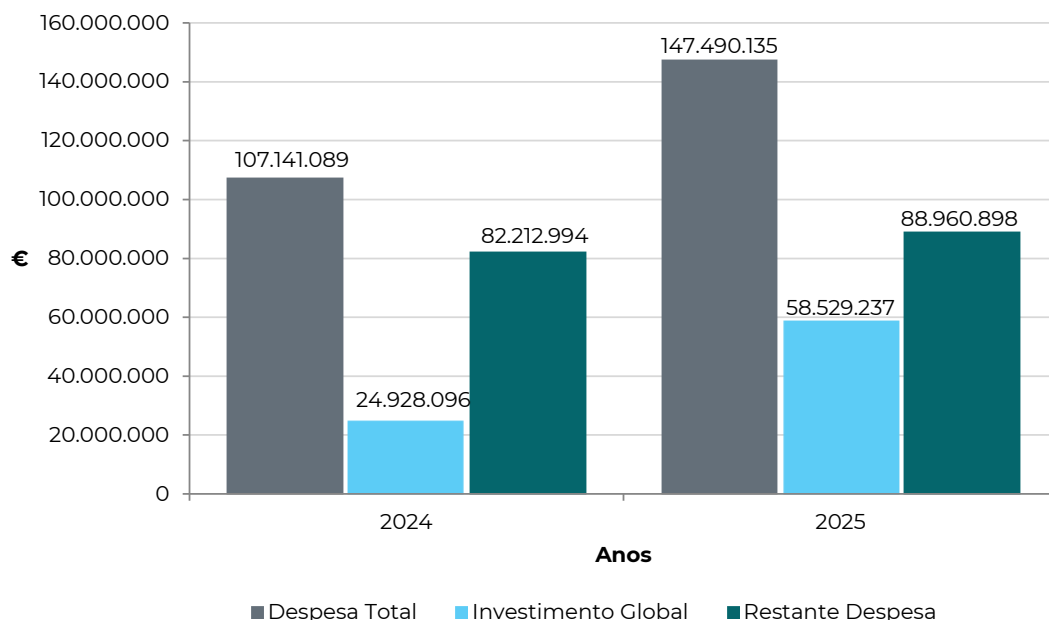
Em 2025, o Investimento Global atingiu 58.529.237 €, correspondendo a 39,7 % da Despesa Total. Em comparação com 2024, registou um acréscimo expressivo de (+) 33.601.142 €, impulsionado sobretudo pela componente de Investimento Direto, que aumentou (+) 32.738.799 €. Também as Transferências de Capital contribuíram positivamente, com um crescimento de (+) 962.358 €. Já os Ativos Financeiros não registaram qualquer movimento no exercício, resultando numa variação negativa de (-) 100.015€.

O Investimento Direto constitui a maior parcela do Investimento Global, (94,6%), seguido das Transferências de Capital (5,4%).



Gráfico 46

**Despesa Total / Investimento Global  
2024-2025**



De modo a compreender a estrutura do investimento global apresenta-se de seguida uma análise mais detalhada de cada uma das suas componentes.

### 1.3.6.4.1 INVESTIMENTO DIRETO

A representar 94,6% do Investimento Global, o Investimento Direto compreende as aquisições de bens de capital tais como terrenos, edifícios, equipamentos, infraestruturas, máquinas e outros, bem como as benfeitorias relevantes que acrescentam valor. Este tipo de investimento é orientado para uma diversidade de finalidades municipais, conforme se apresenta no quadro seguinte:



## Quadro 61

	INVESTIMENTO DIRETO							
	2024		2025		Variação		Taxa de Execução	
	Obrigações (a)	Dotações Corrigidas (b)	Obrigações (c)	Pagamentos (d)	Valor (c)-(a)	%	(d)/(b)	(d)/(c)
<b>Terrenos e Recursos Naturais</b>	<b>2.067.406</b>	<b>2.663.400</b>	<b>945.826</b>	<b>945.826</b>	<b>-1.121.580</b>	<b>-54,3%</b>	<b>35,5%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Habitação</b>	<b>7.459.550</b>	<b>71.954.212</b>	<b>32.041.920</b>	<b>32.041.920</b>	<b>24.582.369</b>	<b>329,5%</b>	<b>44,5%</b>	<b>100,0%</b>
Construção	5.266.128	65.138.304	26.469.536	26.469.536	21.203.409	402,6%	40,6%	100,0%
Aquisição	2.193.423	6.118.908	5.333.200	5.333.200	3.139.778	143,1%	87,2%	100,0%
Reparação e Beneficiação	0	697.000	239.183	239.183	239.183		34,3%	100,0%
<b>Edifícios</b>	<b>2.439.274</b>	<b>29.104.615</b>	<b>12.220.270</b>	<b>12.206.009</b>	<b>9.780.996</b>	<b>401,0%</b>	<b>41,9%</b>	<b>99,9%</b>
Instalações de serviços	554.655	13.859.833	4.129.959	4.129.959	3.575.304	644,6%	29,8%	100,0%
Instalações desport. e recreat.	549.068	3.925.320	1.382.277	1.382.277	833.209	151,7%	35,2%	100,0%
Mercados e instalações de fiscalização sa	0	57.000	0	0	0		0,0%	
Creches	121.525	150.000	38.173	38.173	-83.352	-68,6%	25,4%	100,0%
Escolas	873.416	4.200.312	1.119.751	1.105.490	246.336	28,2%	26,3%	98,7%
Outros	340.611	6.912.150	5.550.110	5.550.110	5.209.499	1529,5%	80,3%	100,0%
<b>Construções Diversas</b>	<b>9.054.457</b>	<b>25.609.497</b>	<b>8.089.362</b>	<b>8.087.997</b>	<b>-965.095</b>	<b>-10,7%</b>	<b>31,6%</b>	<b>100,0%</b>
Dominio Privado	1.228.237	5.805.760	1.015.436	1.015.436	-212.801	-17,3%	17,5%	100,0%
Dominio Público	7.826.220	19.803.737	7.073.925	7.072.560	-752.294	-9,6%	35,7%	100,0%
<b>Material de Transporte</b>	<b>39.171</b>	<b>259.065</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-39.171</b>	<b>-100,0%</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Maq. e Equipamento</b>	<b>1.055.097</b>	<b>4.929.531</b>	<b>1.505.170</b>	<b>1.505.170</b>	<b>450.074</b>	<b>42,7%</b>	<b>30,5%</b>	<b>100,0%</b>
Equipamento Informático	213.581	1.462.160	777.795	777.795	564.215	264,2%	53,2%	100,0%
Software Informático	174.726	307.850	245.694	245.694	70.968	40,6%	79,8%	100,0%
Equipamento Administrativo	72.377	132.920	23.243	23.243	-49.134	-67,9%	17,5%	100,0%
Equipamento Básico	549.089	2.981.052	435.767	435.767	-113.322	-20,6%	14,6%	100,0%
Ferramentas e Utensílios	45.323	45.550	22.671	22.671	-22.652	-50,0%	49,8%	100,0%
<b>Artigos e Objectos Valor</b>	<b>121.380</b>	<b>128.700</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-121.380</b>	<b>-100,0%</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Investimentos Incorpóreos</b>	<b>0</b>	<b>76.748</b>	<b>40.393</b>	<b>40.393</b>	<b>40.393</b>		<b>52,6%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Outros Investimentos Dom. Privado</b>	<b>366.842</b>	<b>1.337.135</b>	<b>499.033</b>	<b>498.959</b>	<b>132.191</b>	<b>36,0%</b>	<b>37,3%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Outros Bens Dominio Público</b>	<b>0</b>	<b>1.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		<b>0,0%</b>	
<b>Total Investimento Direto</b>	<b>22.603.176</b>	<b>136.063.904</b>	<b>55.341.974</b>	<b>55.326.274</b>	<b>32.738.799</b>	<b>144,8%</b>	<b>40,7%</b>	<b>100,0%</b>

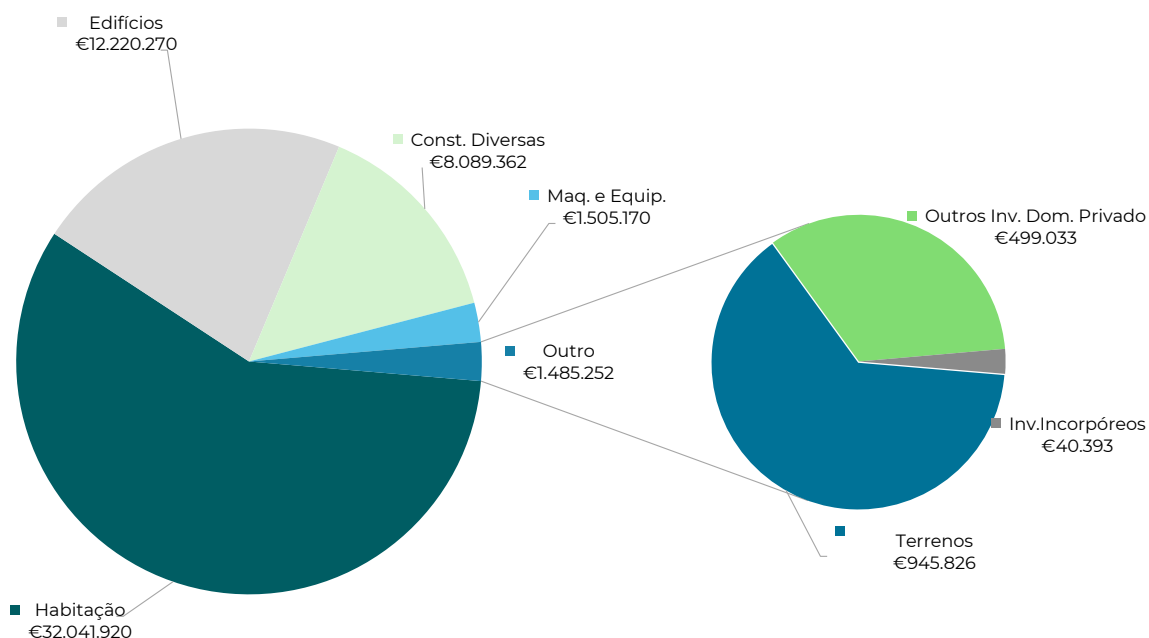
Un:Euro

O Investimento Direto realizado, no exercício de 2025, ascendeu a 55.341.974 €, refletindo um relevante acréscimo de (+) 32.738.799 € face a 2024. Este aumento foi fortemente influenciado pelas rubricas de Habitação (+) 24.582.369 €, Edifícios (+) 9.780.996 €, Maquinaria e Equipamento (+) 450.074€. Em sentido inverso a rubrica de Construções diversas apresentou uma redução de (-) 965.095 €, atenuando parcialmente o crescimento global observado.



Gráfico 47

Composição do Investimento Direto  
Ano 2025



Em matéria de pagamentos e como já vem sendo recorrente, a taxa de execução das obrigações sobre os pagamentos situa-se nos 99,9%. Porém em matéria de taxa de execução, na sua aceção literal (pagamentos sobre dotações corrigidas), apenas se atinge 40,7%.

De seguida identificam-se os principais projetos que em 2025 integram as rubricas que compõem o Investimento Direto.

**Terrenos e Recursos naturais**

O investimento realizado em Terrenos e Recursos Naturais totalizou 945.826 € e teve como destino os seguintes projetos:

**Quadro 62**

Terrenos	
2025	
Designação	Valor
<b>Terrenos</b>	<b>945.826</b>
Aquisição de propriedades para fins urbanísticos e para outros fins diversos.	353.684
Corredor Verde do Rio Leça.	318.180
Quinta do Mosteiro - Aquisição de propriedade de elevado valor patrimonial e histórico, na freguesia de Moreira.	192.200
Construção da ligação RVP-17 entre a Rotunda sobre a A-41, no Requeixo, e a Rua de Nossa Senhora da Caridade, na Freguesia da Cidade da Maia.	76.017
Prolongamento da Rua de Joaquim Vasconcelos até à Rua de D. Afonso Henriques, na Freguesia de Águas Santas.	4.663
Beneficiação da Avenida de S. Fins, na freguesia de S. Pedro Fins.	1.082
<b>Total</b>	<b>945.826</b>

Un: Euro

**Habitação**

A rubrica Habitação, responsável por um aumento de (+) 24.582.369 €, integra a operacionalização do Programa 1.º Direito, no âmbito do acordo estabelecido com o IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana:

**Quadro 63**

Habitação	
2025	
Designação	Valor
<b>Habitação</b>	<b>32.041.920</b>
1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.	31.720.989
Obras de conservação e reparação excecional no património habitacional do Município - Contratos de Mandato a celebrar com a "Espaço Municipal, E.M.".	239.183
Conservação de edifícios municipais.	81.748
<b>Total</b>	<b>32.041.920</b>

Un: Euro

Atendendo à materialidade do investimento realizado por conta do 1.º Direito, listam-se de seguida as operações objeto de execução no exercício de 2025:



**Quadro 64**

1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - Detalhe	
2025	
Designação	Valor
46 fogos nas Ruas Manuel Assunção Falcão e Joaquim Moreira de Sousa, freguesia Castelo da Maia	5.143.446
Construção de 58 fogos - Rua Central do Sobreiro	3.939.756
Construção de 54 fogos - Rua Central de Ardegães, Águas Santas	2.540.229
Construção de 42 fogos - Rua Joaquim Carvalho da Costa, Águas Santas	2.031.856
Aquisição e construção de 48 fogos - Rua da Prosela / Rua das Flores, Vila Nova da Telha, Maia	1.852.578
Aquisição de terrenos e construção de 32 fogos - Travessa do Pisão, Águas Santas	1.740.158
Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais - 40 fogos - blocos 43 a 47, Bairro do Sobreiro	1.634.147
Construção de 29 fogos - Rua do Outeiro, Cidade da Maia	1.561.602
Construção de 30 fogos - Rua do Seixido, Rua do Bairro da Brisa, Pedrouços, Maia - Lugar da Arroiteia	1.408.626
Construção de 26 fogos - Monte das Cruzes, Milheirós	1.383.336
Construção de 24 fogos - Rua Alvarim Vieira - lote 1 - Águas Santas	1.379.961
Construção de prédio ou de empreendimento habitacional - 22 fogos - Rua de Alvura, Milheirós	1.287.440
Construção 24 fogos - Rua Eusébio da Silva Ferreira, Nogueira e Silva Escura	1.242.930
Construção de 24 fogos - Rua Nova da Ribela, Castelo da Maia	1.162.453
Construção de 19 fogos na Rua Dom Afonso Henriques, Águas Santas	823.818
Construções de 6 fogos - Rua do regado. Águas Santas	644.491
Aquisição e reabilitação de frações ou prédios para destinar a habitação - 6 fogos - Rua Alvarim Vieira - lote 2. Águas Santas	491.650
Reabilitação de 16 fogos - Praceta das Figueiras, blocos 41 e 42, do Bairro Sobreiro	392.117
Aquisição de terrenos e construção de 5 fogos - Rua de Timor, Águas Santas	316.194
Prédio urbano, sito no Lugar da Arroiteia	190.000
1.º direito Comunidade de Lagielas	164.898
1.º direito Comunidade de Ardegães	143.621
1.º direito Comunidade da Anta	133.778
1.º direito Comunidade de Moreira	92.651
Construção de 43 fogos - Rua Dona Maria da Conceição Mota Sotomayor (lote 13, Qta. do Mosteiro), Moreira	16.879
Construção de 12 fogos - Rua da Igreja de Pedrouços e Rua João de Deus	1.230
Prédio Urbano sito na Rua da Guiné, nº 41 e 43, na freguesia de Pedrouços, Concelho da Maia	1.144
<b>Total</b>	<b>31.720.989</b>

Un: Euro



### **Edifícios**

Por conta de Edifícios foi realizado investimento no valor de 12.220.270 € em instalações necessárias à prossecução dos objetivos do município, sejam elas de apoio à atividade administrativa, estabelecimentos de ensino, instalações desportivas ou de natureza cultural. Este montante materializou-se através dos seguintes projetos:



## Quadro 65

Edifícios	
2025	
Designação	Valor
<b>Instalações de serviços</b>	<b>4.129.959</b>
Construção de equipamentos de saúde primária - Parque de Saúde Maia - Acordo de Colaboração com a ARS Norte, na freguesia da Cidade da Maia.	2.304.115
Construção de equipamentos de saúde primária - USF Pedras Rubras - Acordo de Colaboração com a ARS Norte, na freguesia de Moreira.	619.339
Construção das novas instalações da Divisão Policial da PSP da Maia – Contrato Interadministrativo com o Ministério da Administração Interna.	411.363
Construção de equipamentos de saúde primária - UCSP de Milheirós - Acordo de Colaboração com a ARS Norte, na freguesia de Milheirós.	372.631
Obras de remodelação do Edifício dos Paços do Concelho.	291.769
Requalificação de equipamentos de saúde primária - USF Alto da Maia, na freguesia de Águas Santas.	30.504
Requalificação de equipamentos de saúde primária - USF Saúde em Família, na freguesia de Pedrouços.	24.403
Conservação de edifícios municipais.	21.179
Instalação de uma "Loja do Cidadão" (Acordo de Colaboração com a AMA - Agência para a Modernização Administrativa)	19.631
Requalificação de equipamentos de saúde primária - USF Pirâmides e USF Odisseia, na freguesia da Maia.	13.965
Beneficiação e ampliação do Edifício Municipal em uso pela GNR, na freguesia do Castelo da Maia.	10.959
Maia SMART Lab - criação de um espaço com vista à partilha e experimentação de soluções "SMART" focadas no território, no seu desenvolvimento sustentável e nos processos de co-criação.	7.817
Intervenções de beneficiação e de conservação da Torre Lidador.	2.284
<b>Instalações desportivas e recreativas</b>	<b>1.382.277</b>
MasterPlan do Sobreiro - Construção do Centro Comunitário do Sobreiro, na freguesia da Cidade da Maia.	909.937
Zona Desportiva Central da Cidade - beneficiação, na freguesia da Cidade da Maia.	149.416
Beneficiação do Pavilhão Municipal de Crestins, na freguesia de Moreira.	89.696
Conservação de edifícios municipais.	83.777
Beneficiação do Pavilhão Municipal de Gueifães I, na freguesia da Cidade da Maia.	48.167
Construção de bancada coberta no Campo Municipal de Jogos de Cutamas.	42.861
Modernização dos equipamentos técnicos do Complexo Municipal de Piscinas de Águas Santas.	30.395
Conservação de instalações desportivas.	17.102
Construção do Pavilhão Municipal de V. N. da Telha, na freguesia de Vila Nova da Telha.	10.926
<b>Creches</b>	<b>38.173</b>
Remodelação do Infantário de Águas Santas II, na Freguesia de Águas Santas.	38.173
	<b>a transportar...</b>
	<b>5.550.409</b>

Un: Euro

**Quadro 66**

Edifícios	
2025	
Designação	Valor
	<b>transporte...</b>
	<b>5.550.409</b>
<b>Escolas</b>	<b>1.119.751</b>
Requalificação e modernização da EB2,3S do Doutor José Vieira de Carvalho, na Freguesia de Moreira - Acordo de Colaboração com o Poder Central.	467.108
Conservação de edifícios escolares.	125.937
Beneficiação da Escola Básica dos Arcos, na freguesia de S. Pedro Fins.	125.717
Requalificação e modernização da Escola Básica e Secundária do Levante da Maia na freguesia de Nogueira e Silva Escura.	122.711
Requalificação e modernização da Escola Básica e Secundária de Pedrouços na freguesia de Pedrouços.	105.165
Requalificação e modernização da Escola Básica do Castelo da Maia, na freguesia do Castelo da Maia.	81.918
Beneficiação da EB da Maia n.º1, na freguesia da Cidade da Maia.	42.298
Beneficiação e requalificação de espaços escolares exteriores.	36.896
Recuperação, adaptação e ampliação de edifícios escolares existentes.	12.000
<b>Outros</b>	<b>5.550.110</b>
Quinta do Mosteiro - Aquisição de propriedade de elevado valor patrimonial e histórico, na freguesia de Moreira.	5.000.000
Beneficiação da Casa do Corim, na Freguesia de Águas Santas.	538.376
Quinta dos Cónegos - Intervenções de adaptação e de requalificação do edificado e dos espaços exteriores.	11.734
<b>TOTAL</b>	<b>12.220.270</b>

Un: Euro

**Construções Diversas**

A rubrica Construções Diversas abrange os investimentos efetuados em infraestruturas de domínio público e privado essenciais à satisfação das necessidades básicas das populações. Incluem-se neste âmbito intervenções em viadutos, arruamentos, estradas e pontes, bem como redes de abastecimento de água e sistemas de saneamento, além de parques e jardins, parques de estacionamento, equipamentos desportivos, entre outras infraestruturas de uso coletivo.

O investimento realizado totalizou 8.089.362 €, tendo assumido particular relevância a componente de Domínio Público com 7.073.925 € face ao valor investido em Domínio Privado de 1.015.436 €.

Os projetos que contribuíram para a realização da despesa em Construções Diversas foram os seguintes:



## Quadro 67

Construções Diversas Domínio Privado	
2025	
Designação	Valor
<b>Parques e jardins</b>	<b>147.214</b>
Parques Infantis e "Ginásios ao Ar Livre".	147.214
<b>Instalações desportivas e recreativas</b>	<b>353.456</b>
Requalificação de "Polidesportivos de Rua".	244.357
Construção de bancada coberta no Campo Municipal de Jogos de S. Pedro Fins.	85.380
Campo de Jogos Municipal de Gondim - Beneficiação e modernização, na freguesia do Castelo da Maia.	13.254
Beneficiação do Campo Municipal de Jogos de Águas Santas, na freguesia de Águas Santas.	10.465
<b>Sinalização e trânsito</b>	<b>79.216</b>
Aquisição e instalação de equipamentos de segurança rodoviária, genericamente designados como de equipamentos de acalmia de tráfego, bem como de travessias desniveladas para	79.216
<b>Infraestruturas para distribuição energia eléctrica</b>	<b>0</b>
<b>Outros</b>	<b>435.551</b>
Beneficiação do Parque de Avioso - S. Pedro.	171.669
Reformulação do Mercado-Feira da Maia, na Freguesia da Cidade da Maia.	164.704
Construção de Parques Caninos.	48.274
Contratualização de PIP - Projetos de Integração Paisagística.	33.821
Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana.	17.083
<b>Total Construções Diversas - Domínio Privado</b>	<b>1.015.436</b>

Un: Euro



## Quadro 68

Construções Diversas Domínio Público	
2025	
Designação	Valor
<b>Viadutos, arruamentos e obras complementares</b>	<b>6.688.270</b>
Beneficiação de vias municipais.	3.465.965
Requalificação da Via Lidador Igreja, na freguesia de Vila Nova da Telha.	476.327
Requalificação dos arruamentos entre o Jardim de Infância da Campa do Preto e a Escola do EBI da Seara - Rua da Igreja, Rua da Escola e Rua da Seara.	436.266
Retificação da Rua do Apeadeiro, em Mandim, na freguesia do Castelo da Maia.	390.160
Drenagem de águas pluviais na Rua do Dr. António dos Santos, nas freguesias de Águas Santas e Milheirós.	365.545
Arruamento de ligação do Monte da Senhora da Hora à Rua de Chã, na Freguesia de Nogueira e Silva Escura.	288.869
Beneficiação da Rua de D. Amélia Moutinho Alves, entre a passagem de nível e a Rua de Guerra Junqueiro, na Freguesia de Pedrouços.	285.259
Reabilitação de pontes de traves, em granito, no Rio Leça, com valor histórico-cultural.	206.279
Regularização da Ribeira do Arquinho no seu atravessamento da Rua de Eusébio da Silva Ferreira.	162.270
Colocação ou beneficiação de sinalização horizontal em arruamentos vários.	127.140
Remoção de raízeiros, recomposição de caldeiras de árvores e reconstrução de passeios.	120.558
Ligação pedonal entre a Rua do Eng.º Duarte Pacheco e o Forum da Maia.	75.403
Construção da ligação RVP-17 entre a Rotunda sobre a A-41, no Requeixo, e a Rua de Nossa Senhora da Caridade, na Freguesia da Cidade da Maia.	57.374
Construção do Nó de Ligação ao I.C. 24 da nova centralidade urbana designada de "Nova Maia", incluindo a aquisição dos necessários terrenos, em Nogueira, na Freguesia de Nogueira e Silva Escura.	51.476
Reperfilamento da Rua do Tratado de Roma.	44.943
Beneficiação e reperfilamento da Rua do Prof. António Rocha, na freguesia de Vila Nova da Telha.	34.871
Elaboração de projetos de execução de requalificação de espaço público e infraestruturas urbanas.	29.787
MasterPlan do Sobreiro - Intervenções no espaço público.	19.410
Reperfilamento da Travessa da Escola Dramática, na freguesia de Milheirós.	17.601
Reabilitação das passagens superiores à Linha do Caminho de Ferro, na Rua de D. Afonso Henriques, na Freguesia de Águas Santas.	10.137
Prolongamento da Rua de Joaquim Vasconcelos até à Rua de D. Afonso Henriques, na Freguesia de Águas Santas.	9.763
Melhoria da integração física entre modos e funcionamento de interfaces - Interface Intermodal de Águas Santas/Palmilheira - Linhas Urbanas de Braga, Guimarães (Minho) e Caíde (Douro) do Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana.	4.984
Retificação, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação de arruamentos diversos em vários locais do Concelho, incluindo a aquisição de betume asfáltico e a respetiva aplicação.	1.747
<b>a transportar ...</b>	<b>6.688.270</b>

Un: Euro

**Quadro 69**

Construções Diversas Domínio Público	
2025	
Designação	Valor
	<b>transporte ... 6.688.270</b>
<b>Iluminação pública</b>	<b>27.170</b>
Comparticipação, construção ou manutenção de Redes de Iluminação Pública.	15.767
Construção de Ramais de Baixa Tensão e de Média Tensão.	11.404
<b>Parques e jardins</b>	<b>270.604</b>
Construção de Jardim de Proximidade na Rua das Bicas, na freguesia de Vila Nova da Telha.	155.820
Integração de parte da E.N. 14 no contexto urbano da Cidade da Maia - Parque Verde Linear, na freguesia da Cidade da Maia.	113.775
Construção do "Parque Urbano de Moreira", na Freguesia de Moreira, incluindo a aquisição de terrenos e a elaboração dos respetivos projetos.	1.009
<b>Outros</b>	<b>87.882</b>
Arranjo urbanístico de espaço à Praça do Exército Libertador com vista a receber o Memorial Celebratório a D. Pedro IV, na freguesia de Moreira.	52.545
Construção de muros de contenção em vias municipais.	28.447
Regularização de linha de água afluyente à Ribeira do Arquinho, incluindo travessia na Rua de Agostinho da Silva Rocha, na Freguesia de Nogueira e Silva Escura.	4.675
Construção de Ramais de Baixa Tensão e de Média Tensão.	2.215
<b>Total Construções Diversas - Domínio Público</b>	<b>7.073.925</b>

Un: Euro

**Maquinaria e Equipamento**

A Maquinaria e Equipamento, que integra um conjunto de aquisições indispensáveis ao funcionamento da atividade municipal, nomeadamente em Hardware, Software, Equipamento Básico, Equipamento Administrativo e Ferramentas e Utensílios, totalizou 1.505.170 €, tendo registado um aumento de (+) 450.074 € face ao ano anterior.

Destacam-se, pela sua relevância, os investimentos efetuados em Equipamento Informático e Software, que, em conjunto, representaram 1.023.489 €, bem como o montante aplicado em Equipamento Básico, no valor de 435.767 €.

Nos quadros seguintes apresentam-se, de forma detalhada, os investimentos realizados neste agregado de despesas.



### Quadro 70

Equipamento Informático e Software	
2025	
Designação	Valor
<b>Equipamento de informática</b>	<b>777.795</b>
Aquisição de Equipamento Informático.	494.909
Administração Local Inteligente e Inclusiva - "Atendimento Digital e Informação"	258.300
Aquisição de equipamento diverso com vista aos Museus Municipais.	12.239
Aquisição de equipamento com destino aos edifícios escolares do Ensino Pré-Escolar.	6.292
Equipamentação das novas instalações afetas ao Serviço Municipal de Proteção Civil, na freguesia do Castelo da Maia.	5.301
Cibersegurança - Controlo de segurança da informação.	754
<b>Software informático</b>	<b>245.694</b>
Aquisição de Programas Informáticos.	193.732
Beneficiação e aquisição de equipamento para o "Maia Welcome Center".	27.362
Construir Conhecimento Comum.	24.600
<b>Total</b>	<b>1.023.489</b>

Un: Euro

### Quadro 71

Equipamento Administrativo	
2025	
Designação	Valor
<b>Equipamento Administrativo</b>	<b>23.243</b>
Maia SMART Lab - criação de um espaço com vista à partilha e experimentação de soluções "SMART" focadas no território, no seu desenvolvimento sustentável e nos processos de co-criação.	20.308
Aquisição de mobiliário e equipamento diverso.	2.935
<b>Total</b>	<b>23.243</b>

Un: Euro



### Quadro 72

Equipamento Básico	
2025	
Designação	Valor
<b>Equipamento Básico</b>	<b>435.767</b>
Aquisição de equipamentos de telecomunicações.	108.760
Aquisição de equipamentos diversos para instalações desportivas ou para recintos desportivos.	105.384
Proteção de Aglomerados Populacionais.	60.669
Aquisição de mobiliário e equipamento diverso.	34.706
Aquisição e instalação de sinais de trânsito, de orientação e de outros materiais e equipamento	26.965
Equipamentos e sistemas de segurança contra incêndios em edifícios e recintos.	24.578
Aquisição de equipamento técnico com vista a dotar o Gabinete de Prevenção e Segurança.	15.872
Aquisição de equipamentos diversos para equipamento das cozinhas, copas e refeitórios de apoio aos edifícios escolares do Ensino Pré-Escolar e do EBI.	14.192
Aquisição e instalação de equipamentos de sinalização de presença de passadeiras de peões.	13.948
Maia SMART Lab - criação de um espaço com vista à partilha e experimentação de soluções "SMART" focadas no território, no seu desenvolvimento sustentável e nos processos de co-criação.	9.680
Aquisição de equipamentos para o Centro de Alto Rendimento da Maia.	7.592
Requalificação de Lagos e Fontes Municipais.	4.557
Rede de Bibliotecas Escolares.	3.349
Equipamento básico com destino aos edifícios escolares do 2.º e 3.º CEB e do Ensino Secundário.	2.170
Beneficiação e modernização de instalações desportivas.	1.966
Aquisição de equipamento diverso com vista aos Museus Municipais.	947
Beneficiação da Biblioteca Municipal Doutor José Vieira de Carvalho.	430
<b>Total</b>	<b>435.767</b>

Un: Euro



### Quadro 73

Ferramentas e Utensílios	
2025	
Designação	Valor
<b>Ferramentas e Utensílios</b>	<b>22.671</b>
Maia SMART Lab - criação de um espaço com vista à partilha e experimentação de soluções "SMART" focadas no território, no seu desenvolvimento sustentável e nos processos de co-criação.	13.993
Aquisição de mobiliário e equipamento diverso.	8.679
<b>Total</b>	<b>22.671</b>

Un: Euro

### Investimentos Incorpóreos

Os Investimentos Incorpóreos compreenderam os seguintes projetos:

### Quadro 74

Investimentos Incorpóreos	
2025	
Designação	Valor
<b>Investimentos Incorpóreos</b>	<b>40.393</b>
Observatório de praticas de inovação social da UTL - Unidade Técnica Local AMP Interior Norte.	26.248
Elaboração de projetos diversos em diversas áreas do Concelho.	14.145
<b>Total</b>	<b>40.393</b>

Un: Euro

### Outros Investimentos

A rubrica Outros Investimentos registou, em 2025, um montante de obrigações de 499.033 €. Este agregado integra investimentos que, pela sua natureza, não se enquadram nas rubricas anteriormente descritas, assumindo por isso um carácter residual e abrangendo finalidades distintas.

Contribuíram de forma mais significativa para o valor investido os seguintes projetos:



### Quadro 75

Outros Investimentos	
2025	
Designação	Valor
<b>Outros investimentos</b>	<b>499.033</b>
Equipamento básico com destino aos edifícios escolares do 2.º e 3.º CEB e do Ensino Secundário.	76.546
Beneficiação da Biblioteca Municipal Doutor José Vieira de Carvalho.	64.763
Aquisição de equipamento diverso com destino a Unidades de Saúde.	60.488
Beneficiação do Pavilhão Municipal Maia I, na freguesia da Cidade da Maia	47.467
Maia SMART Lab - criação de um espaço com vista à partilha e experimentação de soluções "SMART" focadas no território, no seu desenvolvimento sustentável e nos processos de co-criação.	40.556
Aquisição de equipamentos de telecomunicações.	38.246
Aquisição de mobiliário e equipamento diverso.	35.730
Conservação de edifícios escolares.	31.507
Instalação de sistemas de rega em jardins e espaços verdes municipais.	27.786
Equipamento para o Aeródromo de Vilar de Luz.	19.072
Aquisição de equipamento com destino aos edifícios escolares do Ensino Pré-Escolar.	18.829
Beneficiação do Pavilhão Municipal de Gueifães I, na freguesia da Cidade da Maia.	16.925
Conservação de instalações desportivas.	13.901
Conservação de edifícios municipais.	3.899
Aquisição de equipamentos diversos para instalações desportivas ou para recintos desportivos.	2.960
Obras de remodelação do Edifício dos Paços do Concelho.	360
<b>Total</b>	<b>499.033</b>

Un: Euro

#### 1.3.6.4.2 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Com o objetivo de estimular o investimento em áreas estratégicas tais como a cultura, o desporto, a ação social, entre outras, o Município procede à transferência de recursos financeiros para diversas entidades públicas e privadas. Estes montantes encontram-se registados na rubrica de Transferências de Capital.

As entidades beneficiárias incluem juntas de freguesia, empresas municipais e intermunicipais, bem como instituições sem fins lucrativos, cuja natureza e enquadramento justificam a classificação adotada no quadro seguinte.



O Quadro 76 apresenta os valores transferidos nos últimos dois anos, discriminados de acordo com a tipologia ou características das entidades beneficiárias.

**Quadro 76**

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL									
	2024		2025		Variação		Taxa de Execução		
	Obrigações (a)	Dotações Corrigidas (b)	Obrigações (c)	Pagamentos (d)	Valor (c)-(a)	%	(d)/(b)	(d)/(c)	
<b>Sociedades e quase-sociedades não financeiras</b>									
Empresas Publicas Municipais/Intermunicipais	737.256	870.000	857.301	857.301	120.046	16,3%	98,5%	100,0%	
<b>Administração Local</b>									
Freguesias	429.727	1.318.941	449.524	449.524	19.798	4,6%	34,1%	100,0%	
<b>Instituições sem fins Lucrativos</b>	1.057.923	3.133.024	1.880.437	1.880.437	822.515	77,7%	60,0%	100,0%	
<b>Famílias</b>	0	1.500	0	0	0		0,0%		
<b>Total</b>	<b>2.224.905</b>	<b>5.323.464</b>	<b>3.187.263</b>	<b>3.187.263</b>	<b>962.358</b>	<b>43,3%</b>	<b>59,9%</b>	<b>100,0%</b>	

Un.: Euro

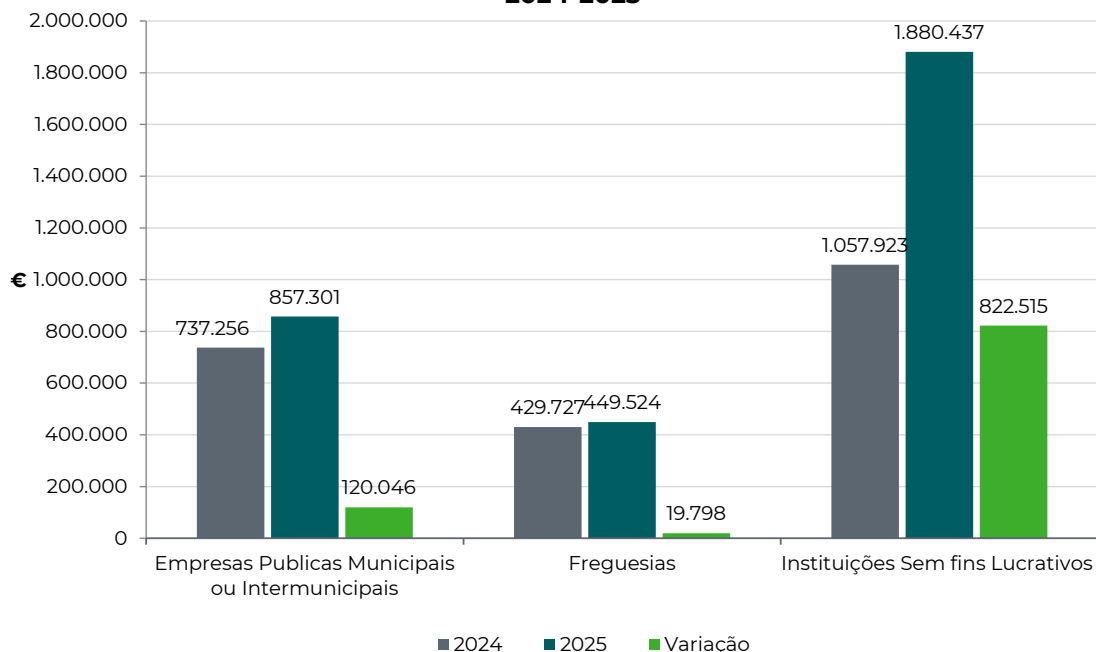
Em 2025, as Transferências de Capital totalizaram 3.187.263 €, traduzindo um acréscimo de (+) 962.358€ face ao exercício anterior, aumento este observado de forma transversal a todas as sub-rubricas. Do montante global executado, 1.880.437 € foram destinados a Instituições sem Fins Lucrativos, 857.301 € a Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais, e 449.524 € às Freguesias.

O gráfico seguinte ilustra a evolução verificada.



Gráfico 48

**Evolução das Transferências de Capital  
2024-2025**



As Transferências de capital para apoio ao investimento incidiram sobre os projetos a seguir elencados:

Quadro 77

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	
2025	
Designação	Valor
<b>Empresas públicas municipais e intermunicipais</b>	<b>857.301</b>
Comparticipação para investimentos na LIPOR-Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto, conforme o deliberado pela Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios referida.	857.301
<b>Freguesias</b>	<b>449.524</b>
Comparticipação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial da Freguesia de Águas Santas (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia).	166.898
Apoio às obras de beneficiação do edifício sede da Junta de Freguesia de Moreira.	135.690
Comparticipação na Obra de beneficiação e ampliação do Cemitério Paroquial de Silva Escura (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia).	103.845
Apoios a Juntas de Freguesia com vista a compartilhar intervenções ou obras que levam a efeito.	18.696
Apoios financeiros a conceder às Juntas de Freguesia do Concelho, com vista à aquisição de equipamento ou reequipamento das suas instalações.	18.369
Apoio à beneficiação do Pavilhão Polivalente de Nogueira para a implementação de Universidade Sénior, na freguesia de Nogueira e Silva Escura.	6.027
<b>a transportar...</b>	<b>1.306.826</b>

Un: Euro



## Quadro 78

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	
2025	
Designação	Valor
	transporte...
	<b>1.306.826</b>
<b>Instituições sem fins lucrativos</b>	<b>1.880.437</b>
Apoio à construção de uma Creche a ser levada a efeito pela Santa Casa da Misericórdia da Maia, na freguesia de Vila Nova da Telha.	409.094
Comparticipação na aquisição de viaturas ou outros equipamentos por parte de Juntas de Freguesia, com vista a atividades de apoio social.	265.376
Apoio à construção de uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, a ser levada a efeito pela ASMAN - Associação de Solidariedade Social Mouta-Azenha Nova, em Gueifães, na Freguesia da Cidade da Maia.	207.042
Apoios financeiros a conceder a Instituições Sem Fins Lucrativos que prossigam fins sociais.	200.799
Apoio às obras de construção do Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais da "Bomporto - Cooperativa de Solidariedade Social, C.R.L.", em Santa Maria de Avioso, na freguesia do Castelo da Maia.	199.418
Apoio a obras de construção, reconstrução, ampliação e ou adaptação de outros edifícios religiosos, obras levadas a cabo pelas Comissões Fabriqueiras das Fábricas das Igrejas Paroquiais respetivas.	119.758
Apoio à beneficiação do Centro de Atividades Ocupacionais da APPACDM, em S. Pedro de Avioso, na Freguesia do Castelo da Maia.	99.095
Apoios financeiros a conceder a diversas Associações e Coletividades do Concelho, com vista ao melhoramento ou ampliação das suas instalações, ao equipamento ou reequipamento das mesmas e à construção das suas instalações.(Comparticipação de obras que serão levadas a cabo pelas respectivas Associações).	65.749
Apoio à construção de Lar Residencial para Pessoas com Deficiência a ser levado a efeito pela "Criança Diferente" - Associação de Amigos, na freguesia de Milheirós.	55.456
Apoio à aquisição de viaturas por parte de Associações ou Coletividades Desportivas.	53.171
Apoio às obras de beneficiação do Lar de Santo António a promover pela Conferência de S. Vicente de Paulo, em Gueifães, na Freguesia da Cidade da Maia.	51.452
Apoios a Comissões Fabriqueiras de "Fábricas de Igrejas Paroquiais" com vista ao financiamento de suas atividades.	30.000
Apoios a Associações e Coletividades Culturais ou Recreativas, com vista ao financiamento de suas atividades.	29.742
Pedalar sem Idade	24.796
Comparticipação na aquisição de viaturas ou outros equipamentos por parte de Instituições sem fins lucrativos.	18.010
Apoio às obras de beneficiação do espaço envolvente à Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, a serem levadas a efeito pela respetiva Comissão de Fábrica.	14.044
Apoio às obras de beneficiação e alargamento da Creche de Águas Santas II, a serem levadas a efeito pela Santa Casa da Misericórdia da Maia, na freguesia de Águas Santas.	13.607
Apoio à aquisição de viaturas por parte de Associações ou Coletividades Culturais e Recreativas.	10.000
Apoios a Associações e Coletividades com vista ao financiamento de suas atividades.	7.684
Apoio à produção artística de peça evocativa dos 50 anos do Agrupamento de Escolas de Águas Santas.	4.736
Comparticipação na aquisição de viaturas ou outro equipamento com vista ao apetrechamento da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira - Maia e da Associação Humanitária de Pedrouços.	1.410
<b>TOTAL</b>	<b>3.187.263</b>

Un: Euro



### 1.3.6.4.3 ATIVOS FINANCEIROS

Em 2025, não se verificaram investimentos em Ativos Financeiros.

### 1.3.6.5 GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano (GOP) representam a forma como o município aplica os seus recursos, permitindo identificar, através de uma organização por funções, quais as áreas que recebem esses mesmos recursos.

As GOP reúnem dois documentos fundamentais: o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que engloba todos os projetos de investimento direto associados à aquisição de bens de capital, e as Atividades Mais Relevantes (PAM), que incluem todas as restantes despesas correntes e de capital que não fazem parte do PPI. Em conjunto, estes documentos reúnem todas as opções e orientações estratégicas definidas pelo município.

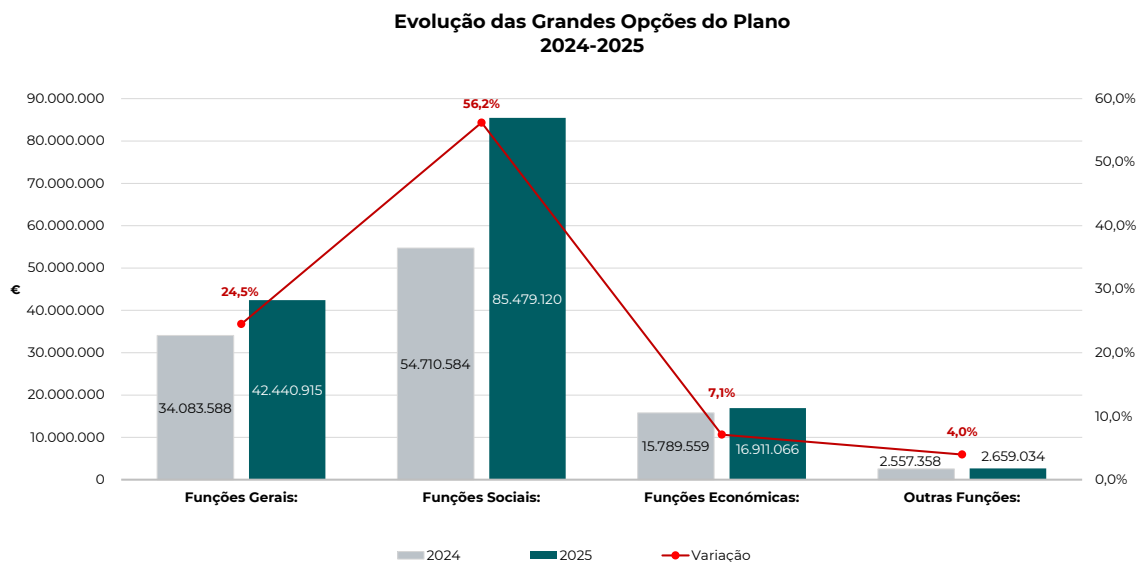
**Quadro 79**

GRANDES OPÇÕES DO PLANO					
Classificação Funcional	2024	2025		Variação	
	Obrigações	Obrigações	%	Valor	%
<b>Funções Gerais:</b>	<b>34.083.588</b>	<b>42.440.915</b>	<b>28,8%</b>	<b>8.357.327</b>	<b>24,5%</b>
Serviços Gerais de Administração Pública	33.555.874	41.449.367	28,1%	7.893.493	23,5%
Segurança e Ordens Públicas	527.714	991.548	0,7%	463.834	87,9%
<b>Funções Sociais:</b>	<b>54.710.584</b>	<b>85.479.120</b>	<b>58,0%</b>	<b>30.768.536</b>	<b>56,2%</b>
Educação	21.285.605	22.777.493	15,4%	1.491.889	7,0%
Saúde	2.016.901	5.274.079	3,6%	3.257.178	161,5%
Segurança e Ação Sociais	3.614.350	6.315.874	4,3%	2.701.524	74,7%
Habituação e Serviços Coletivos	19.917.479	42.505.753	28,8%	22.588.274	113,4%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	7.876.249	8.605.921	5,8%	729.672	9,3%
<b>Funções Económicas:</b>	<b>15.789.559</b>	<b>16.911.066</b>	<b>11,5%</b>	<b>1.121.507</b>	<b>7,1%</b>
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	0,0%	0	
Indústria e Energia	2.246.390	2.194.318	1,5%	-52.072	-2,3%
Transportes e Comunicações	10.865.118	11.758.505	8,0%	893.388	8,2%
Comércio e Turismo	1.577.122	2.010.581	1,4%	433.459	27,5%
Outras Funções Económicas	1.100.929	947.661	0,6%	-153.268	-13,9%
<b>Outras Funções:</b>	<b>2.557.358</b>	<b>2.659.034</b>	<b>1,8%</b>	<b>101.676</b>	<b>4,0%</b>
Operações da Dívida Autárquica	1.349.102	1.254.651	0,9%	-94.451	-7,0%
Transferências entre Administrações	1.208.256	1.404.383	1,0%	196.127	16,2%
Outras não especificadas	0	0	0,0%	0	
<b>TOTAL</b>	<b>107.141.089</b>	<b>147.490.135</b>	<b>100,0%</b>	<b>40.349.046</b>	<b>37,7%</b>

Un: Euro



Gráfico 49



Da análise à estrutura das Grandes Opções do Plano do exercício de 2025, verifica-se que o valor das obrigações, ao totalizarem 147.490.135 €, regista um acréscimo relevante de (+) 40.349.046 € em relação ao ano transato. Tal comportamento resulta do aumento global das suas funções contribuindo para este crescimento as Funções Sociais com (+) 30.768.536 €, as Funções Gerais com (+) 8.357.327 €, as Funções Económicas com (+) 1.121.507 € e as Outras Funções (+) 101.676 €.

À semelhança do verificado no ano anterior as Funções Sociais continuam a assumir maior expressão, ao representarem 58% da despesa municipal e responderem por 85.479.120 €. Destacam-se particularmente as intervenções nas áreas de Habitação e Serviços Coletivos, com 42.505.753 €, e de Educação, com 22.777.493 €.

As Funções Gerais, responsáveis por 42.440.915 €, representam 28,8% do total da despesa. Deste valor 41.449.367 € respeitam aos Serviços Gerais de Administração e 991.548 € à Segurança e Ordens Públicas.

As Funções Económicas correspondem a 11,5% das Grandes Opções do Plano (GOP) num total de 16.911.066 €. Em comparação com o período homólogo observa-se um crescimento de (+) 1.121.507 € resultante do aumento das subfunções Transportes e Comunicações (+) 893.388 € e Comércio e Turismo, (+) 433.459 €, atenuado pelas diminuições nas subfunções Indústria e Energia (-) 52.072 € e Outras Funções Económicas (-) 153.268 €.

De forma residual, surgem as Outras Funções, que totalizam 2.659.034 €, ou seja 1,8% do total. Neste grupo, a subfunção Operações da Dívida Autárquica representa 1.254.651 €, enquanto as Transferências entre Administrações contabilizam 1.404.383 €.



Como se observa nos gráficos seguintes, na distribuição do montante global das GOP pelos dois documentos estruturantes, o PAM assume maior relevância, ao responder por 92.148.161 €, enquanto o PPI responde por 55.341.974 €. Em termos comparativos, o PPI regista um aumento de (+) 32.738.799 €, ao passo que o PAM apresenta um aumento de 7.610.247 €.

Gráfico 50

**Estrutura das GOP  
2024-2025**

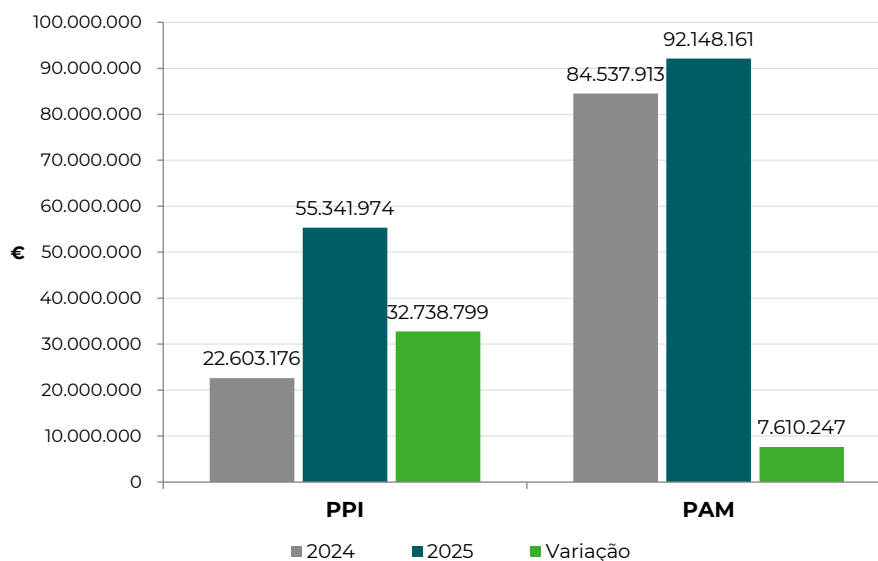
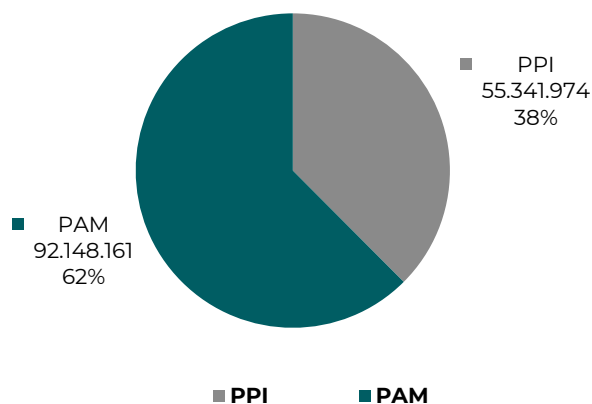


Gráfico 51

**Estrutura das GOP  
Ano 2025**



O Quadro 80 apresenta as GOP de 2025 de uma forma mais detalhada pelas suas subfunções e pelos PAM e PPI.



Quadro 80

GRANDES OPÇÕES DO PLANO				
Ano 2025				
	PPI	PAM	GOP	
Classificação Funcional	Obrigações	Obrigações	Obrigações	Peso %
<b>1. FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>7.694.150</b>	<b>34.746.765</b>	<b>42.440.915</b>	<b>28,8%</b>
<b>1.1. Serviços Gerais de Administração Pública</b>	<b>7.058.851</b>	<b>34.390.516</b>	<b>41.449.367</b>	<b>28,1%</b>
1.1.1. Administração Geral	7.058.851	34.390.516	41.449.367	28,1%
<b>1.2. Segurança e Ordens Públicas</b>	<b>635.299</b>	<b>356.249</b>	<b>991.548</b>	<b>0,7%</b>
1.2.1. Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	635.299	354.342	989.642	0,7%
1.2.2. Polícia Municipal	0	1.907	1.907	0,0%
<b>2. FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>40.613.018</b>	<b>44.866.102</b>	<b>85.479.120</b>	<b>58,0%</b>
<b>2.1. Educação</b>	<b>1.307.460</b>	<b>21.470.033</b>	<b>22.777.493</b>	<b>15,4%</b>
2.1.1. Ensino não Superior	1.293.268	16.246.840	17.540.108	11,9%
2.1.2. Serviços Auxiliares de Ensino	14.192	5.223.193	5.237.386	3,6%
<b>2.2. Saúde</b>	<b>3.425.444</b>	<b>1.848.635</b>	<b>5.274.079</b>	<b>3,6%</b>
2.2.1. Serviços Individuais de saúde	0	0	0	0,0%
2.2.2. Saúde Pública	3.425.444	1.848.635	5.274.079	3,6%
<b>2.3. Segurança e Ação Sociais</b>	<b>960.786</b>	<b>5.355.088</b>	<b>6.315.874</b>	<b>4,3%</b>
2.3.2. Ação Social	960.786	5.355.088	6.315.874	4,3%
<b>2.4. Habitação e Serviços Coletivos</b>	<b>33.899.388</b>	<b>8.606.366</b>	<b>42.505.753</b>	<b>28,8%</b>
2.4.1. Habitação	31.960.172	1.535.523	33.495.695	22,7%
2.4.2. Ordenamento do Território	629.610	99.362	728.972	0,5%
2.4.5. Resíduos Sólidos	0	1.307.922	1.307.922	0,9%
2.4.6. Proteção do Meio Ambiente e Conserv. da Natureza	1.309.606	5.663.558	6.973.164	4,7%
<b>2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos</b>	<b>1.019.940</b>	<b>7.585.980</b>	<b>8.605.921</b>	<b>5,8%</b>
2.5.1. Cultura	81.728	2.370.242	2.451.970	1,7%
2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer	938.213	4.766.673	5.704.885	3,9%
2.5.3. Outras Atividades Cívicas e Religiosas	0	262.802	262.802	0,2%
2.5.4. Juventude	0	155.816	155.816	0,1%
2.5.5. Relações Internacionais	0	30.448	30.448	0,0%
<b>3. FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>7.034.806</b>	<b>9.876.260</b>	<b>16.911.066</b>	<b>11,5%</b>
<b>3.1. Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
3.1.2. Zonas Rurais	0	0	0	0,0%
<b>3.2. Indústria e Energia</b>	<b>29.385</b>	<b>2.164.933</b>	<b>2.194.318</b>	<b>1,5%</b>
3.2.1. Iluminação	15.767	2.154.646	2.170.413	1,5%
3.2.2. Infraestruturas Elétricas	13.619	0	13.619	0,0%
3.2.3. Racionalização Energética	0	10.287	10.287	0,0%
<b>3.3. Transportes e Comunicações</b>	<b>6.555.054</b>	<b>5.203.452</b>	<b>11.758.505</b>	<b>8,0%</b>
3.3.1. Transportes Rodoviários	6.529.844	4.840.957	11.370.801	7,7%
3.3.2. Transportes Aéreos	19.072	232.366	251.438	0,2%
3.3.4. Mobilidade Sustentável	6.138	130.129	136.267	0,1%
<b>3.4. Comércio e Turismo</b>	<b>192.067</b>	<b>1.818.515</b>	<b>2.010.581</b>	<b>1,4%</b>
3.4.1. Mercados e Feiras	164.704	0	164.704	0,1%
3.4.2. Turismo	27.362	841.987	869.349	0,6%
3.4.3. Dinamização Local	0	976.528	976.528	0,7%
<b>3.5. Outras Funções Económicas</b>	<b>258.300</b>	<b>689.361</b>	<b>947.661</b>	<b>0,6%</b>
3.5.2. Defesa do Consumidor	0	11.000	11.000	0,0%
3.5.3. Novas Tecnologias	258.300	0	258.300	0,2%
3.5.4. Ativos Financeiros	0	648.885	648.885	0,4%
3.5.5. Atividades Económicas	0	29.476	29.476	0,0%
<b>4. OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>0</b>	<b>2.659.034</b>	<b>2.659.034</b>	<b>1,8%</b>
4.1. Serviço da Dívida autárquica.	0	1.254.651	1.254.651	0,9%
4.2. Transferências entre Administrações	0	1.404.383	1.404.383	1,0%
<b>4.3. Diversas não especificadas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>55.341.974</b>	<b>92.148.161</b>	<b>147.490.135</b>	<b>100,0%</b>

Un:Euro

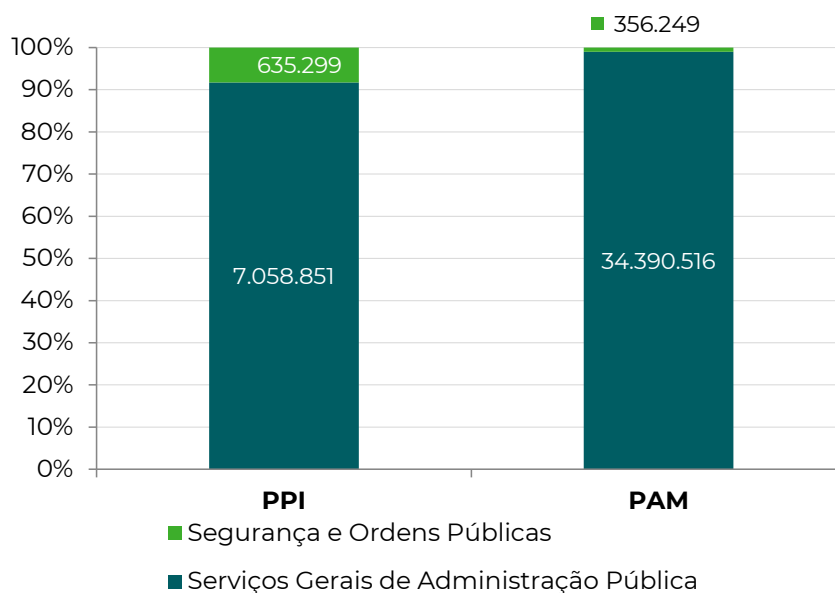


Como nota prévia à análise mais detalhada de cada uma das funções seguidamente apresentadas, impõe-se referir que a mesma incidirá com particular destaque nas Atividades Mais Relevantes uma vez que os valores alocados ao Plano Plurianual de Investimento, foram objeto de maior detalhe no capítulo do Investimento Global.

### 1.3.6.5.1 FUNÇÕES GERAIS

Gráfico 52

#### Funções Gerais Ano 2025



As Funções Gerais abrangem todas as despesas de carácter transversal, fundamentais ao exercício de qualquer atividade autárquica tais como, despesas com pessoal energia elétrica, água, gás, entre outros. Por esse motivo, representam habitualmente uma parcela significativa do orçamento municipal.

Em 2025, as obrigações assumidas nas Funções Gerais atingiram 42.440.915 €, dos quais 34.746.765 € referem-se a Atividades Mais Relevantes e 7.694.150 € a Investimento. Tal montante permitiu acomodar as despesas enquadráveis nas subfunções de Serviços Gerais de Administração Pública e Segurança e Ordem Públicas, sendo a primeira claramente a mais expressiva, ao concentrar 41.449.367 € do total das Funções Gerais. Destaca-se ainda, neste contexto, o predomínio da componente do PAM que consome 34.390.516 €.

Nos quadros seguintes apresentam-se as atividades, listadas por ordem decrescente, enquadradas no PAM e que contribuíram para o valor das obrigações registadas em 2025.



## Quadro 81

FUNÇÕES GERAIS	
Administração Geral	
Despesas com Pessoal das Funções Gerais (a) (b) (c)	21.107.714
Consumo de Energia Elétrica.	2.572.140
Encargos de liquidação de cobrança de receita e retenções de fundos municipais.	1.295.241
Contratualização de Serviços de Vigilância e Segurança de instalações.	1.170.433
Contratualização de Seguros.	778.461
Contratualização de Serviços de Limpeza e Higiene de instalações.	750.769
Contratos de manutenção e licenças de programas informáticos.	745.589
Outras despesas correntes.	703.056
Consumo de Água.	652.099
Consumo de Gás Natural e GPL.	582.849
Aquisição de bens de carácter corrente do Departamento de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade.	492.873
Contrato de Aluguer Operacional de Viaturas.	476.384
Serviços de Assistência Técnica, Manutenção e Inspeção.	362.888
Serviços técnicos especializados de apoio à atividade autárquica.	278.884
Aquisição de serviços de carácter corrente dos Órgãos da Autarquia.	221.594
Instalação de uma "Loja do Cidadão" (Acordo de Colaboração com a AMA - Agência para a Modernização Administrativa).	160.943
Edição, produção gráfica e distribuição de publicações acerca do Município.	160.790
Aquisição de combustíveis rodoviários.	143.326
Aquisição de serviços na área de telecomunicações.	137.778
Apoio às obras de beneficiação do edifício sede da Junta de Freguesia de Moreira.	135.690
Encargos com condomínios, arrendamentos ou retribuições de utilização de edifícios e outros equipamentos.	123.213
	<b>a transportar...</b>
	<b>33.052.714</b>

Un:Euro

(a) engloba as despesas com Órgãos da Autarquia, Departamentos e Classes Inativas, incluindo despesas de representação, transportes e outras;

(b) não engloba as despesas com pessoal que estejam enquadradas em projeto específico (PAM), e que estão refletidas noutras funções;

(c) embora enquadradas nas funções gerais não inclui, encargos com seguros e Assembleia Municipal.



## Quadro 82

FUNÇÕES GERAIS	
Administração Geral	
	<b>transporte...</b>
	<b>33.052.714</b>
Encargos judiciais e emolumentares.	122.142
Contrato de Prestação de Serviços de Locação Operacional para equipamentos de cópia e impressão.	117.814
Aquisição de serviços de carácter corrente do Departamento de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade.	102.083
Serviços de comunicações de dados, circuitos, banda larga e internet.	80.852
Aquisição de bens de carácter corrente do Departamento de Finanças e Património.	70.105
Comunicações postais.	63.381
Medicina do trabalho e saúde ocupacional.	62.435
Aquisição de bens de carácter corrente do Departamento de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude.	53.522
Aquisição de serviços de carácter corrente do Departamento de Sustentabilidade Territorial.	50.024
Plano de Formação e Qualificação dos Profissionais da Autarquia.	48.812
Contrato de serviços de limpeza de viaturas.	47.230
Contratação de serviços de "Imagem Institucional".	46.894
Contratos de "fornecimento contínuo" de bens e serviços diversos para manutenção do parque de viaturas e máquinas especiais.	36.206
Aquisição de bens e serviços para conservação e beneficiação de equipamento informático.	35.146
Contratação de serviços e meios audiovisuais.	31.832
Serviços de Auditoria Externa.	30.812
Aquisição de serviços de carácter corrente do Departamento de Educação, Ciência e Cultura.	29.150
Aquisição de espaço de publicitação em meios informativos.	22.930
Aquisição de bens de carácter corrente dos Órgãos da Autarquia.	21.252
Conceção e produção de conteúdos foto, videográficos e de animação gráfica.	21.218
Aquisição de fardamento e outros bens de equipamento ou proteção individual.	20.973
Contrato de serviços de gestão de frota auto própria.	20.379
Contratualização de Serviços Técnicos especializados de apoio à atividade da segurança no trabalho, da segurança nas empreitadas e da segurança contra incêndios.	19.980
Encargos decorrentes de atos eleitorais.	19.313
	<b>a transportar...</b>
	<b>34.227.201</b>

Un:Euro



## Quadro 83

FUNÇÕES GERAIS	
Administração Geral	
	<b>transporte...</b>
	<b>34.227.201</b>
Aquisição de serviços de carácter corrente do Departamento de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude.	18.881
Serviços de assistência técnica, manutenção e inspeção de Postos de Transformação e Sistemas Elétricos.	18.594
Apoios financeiros a conceder às Juntas de Freguesia do Concelho, com vista à aquisição de equipamento ou reequipamento das suas instalações.	18.369
Aquisição de serviços de carácter corrente do Departamento de Finanças e Património.	16.787
Programa de Certificação de Qualidade dos Serviços Municipais.	13.573
Contratos de consultoria em comunicação.	11.193
Aquisição de bens ou artigos honoríficos de representação institucional ou identitários do Concelho.	9.926
Aquisição de bens de carácter corrente do Departamento de Educação, Ciência e Cultura.	8.981
Produção de eventos protocolares e de cerimonial.	8.355
Manutenção de sistemas e equipamentos de "segurança contra incêndios".	8.162
Aquisição de serviços de carácter corrente do Departamento de Recursos Humanos e Administração Geral.	6.221
Comemoração do 25 de Abril.	6.171
Aquisição de bens de carácter corrente do Departamento de Sustentabilidade Territorial.	5.833
Aquisição de bens de carácter corrente do Departamento de Recursos Humanos e Administração Geral.	4.965
Atividades a serem levadas a efeito no âmbito da Assembleia Municipal.	4.227
Quotas na Associação Nacional das Assembleias Municipais.	1.925
Comunicação institucional da Assembleia Municipal.	1.076
Aquisição de serviços de carácter corrente do Departamento Jurídico.	76
	<b>TOTAL</b>
	<b>34.390.516</b>

Un: Euro



**Quadro 84**

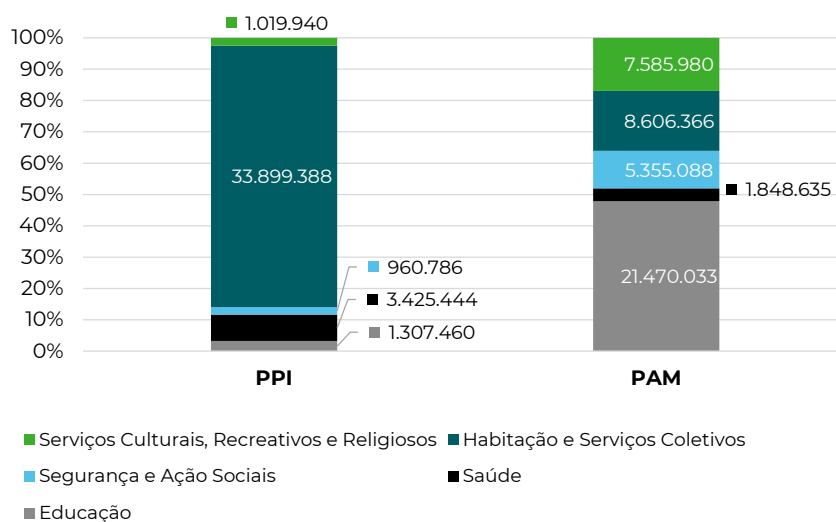
FUNÇÕES GERAIS	
Segurança e Ordens Públicas	
Apoios financeiros a conceder à atividade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira-Maia e da Associação Humanitária de Pedrouços.	247.709
EIP - Equipas de Intervenção Permanente dos Corpos de Bombeiros do Município: Comparticipação nas despesas de funcionamento.	80.801
Aquisição de serviços especializados.	15.778
Apoios a entidades de Proteção Civil.	5.000
Aquisição de fardamento e outros bens de equipamento pessoal.	3.470
Aquisição de fardamento.	1.753
Comparticipação na aquisição de viaturas ou outro equipamento com vista ao apetrechamento da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira - Maia e da Associação Humanitária de Pedrouços.	1.410
Despesas de natureza logística do Serviço Municipal de Proteção Civil.	174
Remoção de viaturas da via pública e seu estacionamento.	154
<b>TOTAL</b>	<b>356.249</b>

Un: Euro

**1.3.6.5.2 FUNÇÕES SOCIAIS**

**Gráfico 53**

**Funções Sociais  
Ano 2025**



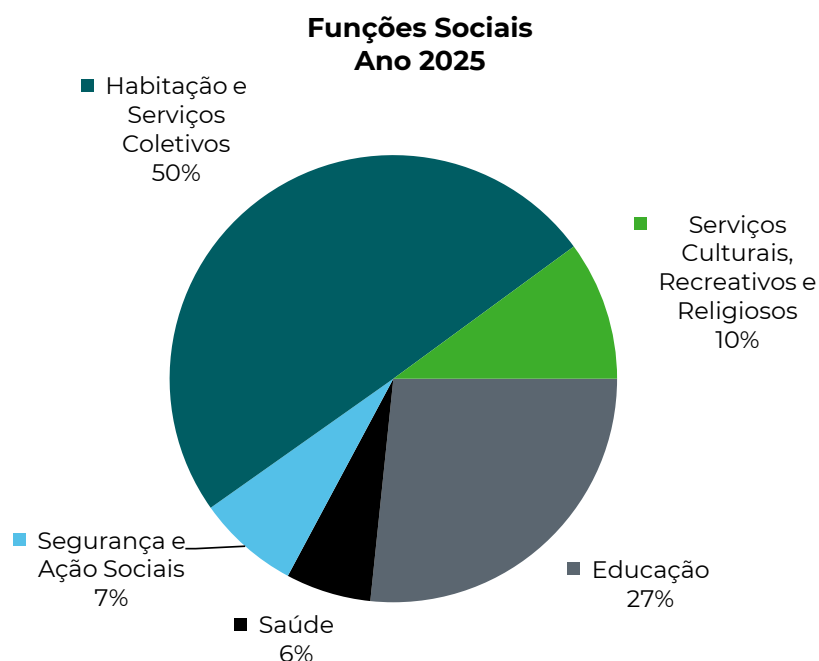


Enquadradas nas Funções Sociais encontram-se áreas de intervenção municipal particularmente relevantes, como sejam, a educação, o ordenamento do território, a habitação, a ação social e as atividades culturais e desportivas. Em 2025 totalizaram 85.479.120 €, dos quais 44.866.102€ dizem respeito ao PAM e 40.613.018 € ao PPI.

As Funções Sociais constituem a parcela mais significativa da despesa municipal, representando 58% do total das obrigações assumidas. Destacam-se, neste domínio, as subfunções Habitação e Serviços Coletivos, com 42.505.753 €, e Educação, com 22.777.493 €, que em conjunto absorvem a maior parte do esforço financeiro.

Com menor expressão surgem as subfunções Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos com o valor de 8.605.921 €, a Segurança e Ação Sociais com uma despesa de 6.315.874 € e a Saúde com 5.274.079€.

**Gráfico 54**



Listam-se se seguida as atividades desenvolvidas do PAM que contribuiram para cada uma das subfunções identificadas:



## Quadro 85

FUNÇÕES SOCIAIS	
Educação	
Despesas com o Pessoal do 1.º, 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário, no âmbito da descentralização de competências	8.633.648
Fornecimento de refeições aos alunos do EBI e do Ensino Pré Escolar com ATL, do Concelho da Maia.	3.208.415
Fornecimento de refeições aos alunos do 2.º e 3.º CEB e do Ensino Secundário.	1.934.778
Programa de Enriquecimento Curricular no EBI e Serviço de Apoio à Família.	1.867.951
Programa de atividades de apoio à família.	1.645.483
Despesas com pessoal não docente da Educação Pré escolar.	1.454.866
Encargos das instalações EB 2,3 e Secundárias, no âmbito da descentralização de competências	1.344.285
Desafios na Escola e em Férias.	212.724
Circuitos especiais de transporte decorrentes da educação inclusiva.	199.393
Contrato Interadministrativo com os Agrupamentos Escolares tendo em vista assegurar a concretização da transferência de competências no domínio da educação.	145.398
Programa de distribuição gratuita de Leite Escolar.	97.772
Manutenção da Plataforma de gestão educativa para 2.º e 3.º CEB e do Ensino Secundário.	80.000
Aquisição de bens de carácter corrente para as EB 2,3 e Secundárias, no âmbito da descentralização de competências.	75.530
Programa "Maia: a força da educação está no nosso coração": atividades de promoção do sucesso escolar, da educação para a cidadania, da participação familiar e de empreendedorismo;- Abertura e encerramento do ano letivo;- Semana da família; - Concurso "Os Pequenos Lidadores";- Gala da educação;- Jornadas da educação.	73.827
SUPERTABi - Encontro de inovação pedagógica.	67.313
Programa de Ação Social Escolar no EBI.	63.414
Subsídio para aquisição de material didático, audio-visual e atividades que promovam uma educação mais inclusiva no 1.º CEB	58.264
Contratualização de serviços de manutenção de edifícios de educação do 1.º CEB.	40.376
Manutenção de equipamentos técnicos de escolas.	38.457
Realização da QUALIFICA - Feira de Educação, Formação, Juventude e Emprego.	25.979
Recurso tecnológico de apoio e recuperação das aprendizagens.	25.431
Aquisição de batas para as crianças do Ensino Pré-Escolar e fardamento para o Pessoal não docente.	25.213
Contrato de consultadoria em Serviços de Educação.	25.154
Subsídio para aquisição de material didático, audio-visual e atividades que promovam uma educação mais inclusiva na Educação Pré-Escolar.	20.203
	<b>a transportar...</b>
	<b>21.363.871</b>

Un:Euro



## Quadro 86

FUNÇÕES SOCIAIS	
Educação	
	<b>transporte...</b>
	<b>21.363.871</b>
Programa Integrado de Promoção da Literacia.	20.000
Aquisição de bens e serviços de carácter corrente para a educação Pré-escolar	19.590
Aquisição de fardamento para o Pessoal não docente do 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário.	16.473
Aquisição de fardamento para o pessoal não docente do 1.º CEB.	16.439
Programa "PISA for Schools".	14.022
Contratualização de serviços de manutenção de edifícios de educação dos 2.º e 3.º CEB e do Ensino Secundário.	6.265
Apoio à produção artística de peça evocativa dos 50 anos do Agrupamento de Escolas de Águas Santas.	4.736
Filosofia para crianças e jovens.	4.675
Plano Municipal de Prevenção do Absentismo e Abandono Escolar.	2.698
Aquisição de material didático utilizado para a realização das atividades educativas.	1.265
<b>TOTAL</b>	<b>21.470.033</b>

Un:Euro

## Quadro 87

FUNÇÕES SOCIAIS	
Saúde	
Operacionalização da descentralização de competências na área da Saúde.	1.580.250
Despesas com Pessoal no âmbito da descentralização de competências na área da Saúde.	156.853
Programa de Ação para um "Envelhecimento Ativo e Saudável".	53.119
Programa Municipal "Saúde Sénior 60+".	31.264
Programa "Maia Saúde em Ação".	13.994
Plano de dotação de Desfibriladores em Equipamentos Municipais.	5.272
Plano Municipal de Saúde.	4.846
Programa de Saúde Escolar.	3.036
<b>TOTAL</b>	<b>1.848.635</b>

Un:Euro



## Quadro 88

FUNÇÕES SOCIAIS	
Segurança e Ação Sociais	
Maia Cuida +.	701.431
Apoio à construção de uma Creche a ser levada a efeito pela Santa Casa da Misericórdia da Maia, na freguesia de Vila Nova da Telha.	409.094
Celebração de Protocolos/Acordos com IPSS no âmbito do processo de descentralização de competências na área da Ação Social.	402.059
Apoios financeiros a conceder a Instituições Sem Fins Lucrativos que prossigam fins sociais.	394.883
Apoio à realização das Festas em Honra da Nossa Senhora do Bom Despacho.	360.000
Fundo de Solidariedade Municipal - Apoio financeiro em situações de exceção ou emergência social.	354.230
Atividades a serem desenvolvidas no âmbito da "Maia - Capital Portuguesa de Voluntariado".	347.466
Comparticipação na aquisição de viaturas ou outros equipamentos por parte de Juntas de Freguesia, com vista a atividades de apoio social.	265.376
Apoios de caráter eventual em situações de carência económica e de risco social, no âmbito do processo de descentralização de competências na área da Ação Social.	244.610
Estratégia Integrada de Capitação Financeira junto de grupos sociais vulneráveis.	233.100
Apoio à construção de uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, a ser levada a efeito pela ASMAN - Associação de Solidariedade Social Mouta-Azenha Nova, em Gueifães, na Freguesia da Cidade da Maia.	207.042
Apoio às obras de construção do Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais da "Bomporto - Cooperativa de Solidariedade Social, C.R.L.", em Santa Maria de Avioso, na freguesia do Castelo da Maia.	199.418
Atribuição de Cabaz de Natal a Famílias carenciadas.	185.089
Despesas com pessoal no âmbito do processo de descentralização de competências na área da Ação Social.	182.836
Maia Melhor.	137.089
Apoio à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.	125.000
Apoio à beneficiação do Centro de Atividades Ocupacionais da APPACDM, em S. Pedro de Avioso, na Freguesia do Castelo da Maia.	99.095
Construir Conhecimento Comum.	67.650
Compromissum - Centro Municipal de Voluntariado.	65.810
Chave de Afetos - "Teleassistência a Idosos".	65.325
Apoio à construção de Lar Residencial para Pessoas com Deficiência a ser levado a efeito pela "Criança Diferente" - Associação de Amigos, na freguesia de Milheirós.	55.456
	<b>a transportar...</b>
	<b>5.102.058</b>

Un:Euro



## Quadro 89

FUNÇÕES SOCIAIS	
Segurança e Ação Sociais	
	<b>transporte...</b>
	<b>5.102.058</b>
Apoio às obras de beneficiação do Lar de Santo António a promover pela Conferência de S. Vicente de Paulo, em Gueifães, na Freguesia da Cidade da Maia.	51.452
INTEGRARE - Programa Municipal de Emprego Protegido.	41.443
Apoio à atividade do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara e Serviços Municipalizados da Maia.	35.775
Assessoria Técnica e Consultoria à UTL - Unidade Técnica Local AMP Interior Norte.	35.219
Apoio à atividade das Conferências Vicentinas.	25.000
Comparticipação na aquisição de viaturas ou outros equipamentos por parte de Instituições sem fins lucrativos.	18.010
Apoio às obras de beneficiação e alargamento da Creche de Águas Santas II, a serem levadas a efeito pela Santa Casa da Misericórdia da Maia, na freguesia de Águas Santas.	13.607
Projeto de Intervenção Comunitária (Re)Criar - Centro de Apoio à Comunidade.	13.094
Apoio à beneficiação do Pavilhão Polivalente de Nogueira para a implementação de Universidade Sénior, na freguesia de Nogueira e Silva Escura.	6.027
Projeto de mediadores municipais e interculturais.	5.454
Comemoração do Dia Internacional do Idoso.	2.583
Projetos de Inovação Social.	2.466
Serviço de Pequenas Reparações ao Domicílio.	2.179
Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação.	722
<b>TOTAL</b>	<b>5.355.088</b>

Un:Euro



## Quadro 90

FUNÇÕES SOCIAIS	
Habitação e Serviços Coletivos	
Contrato programa celebrado com a "Maiambiente, E.M." - Limpeza Pública.	2.424.403
Comparticipação à "Espaço Municipal, E.M." em razão de Contratos-Programa celebrados com a Câmara Municipal.	1.530.000
Contratos celebrados ou a celebrar com Empresas da especialidade para a construção e/ou manutenção de diversos espaços ajardinados espalhados pelo Concelho.	1.461.532
Contrato de gestão delegada celebrado com a "Maiambiente, E.M." - Resíduos Sólidos.	1.307.922
Comparticipação para investimentos na LIPOR-Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto, conforme o deliberado pela Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios referida.	857.301
Programa de redução ou eliminação de combustível vegetal de terrenos florestais e não florestais municipais bem como das faixas laterais da rede viária municipal.	191.755
Comparticipação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial da Freguesia de Águas Santas (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia).	166.898
Comparticipação na Obra de beneficiação e ampliação do Cemitério Paroquial de Silva Escura (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia).	103.845
Contratos com empresas especializadas no âmbito da atividade do CROACM.	97.163
Beneficiação de equipamento e mobiliário urbano.	83.889
Apoio a associações de bem estar animal.	55.000
Aquisição de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas com destino aos parques, jardins municipais, e, bem assim, do embelezamento das vias públicas.	49.595
Ações no âmbito do Gabinete Técnico Florestal.	46.566
BUPI - Balcão Único do Prédio	35.076
Serviços de Consultadoria na área de Planeamento e Projeto.	30.709
Promoção da Estratégia de Bem Estar Animal.	24.595
Ações a levar a efeito no âmbito do "PMAAC - Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas".	22.779
<b>a transportar...</b>	<b>8.489.029</b>

Un:Euro



**Quadro 91**

<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	
<b>Habitação e Serviços Coletivos</b>	
	<b>transporte... 8.489.029</b>
Apoios a Juntas de Freguesia com vista a compartilhar intervenções ou obras que levam a efeito.	18.696
Contrato de manutenção das áreas adjacentes ao Ecocaminho.	17.711
Contratos com empresas especializadas com vista à eliminação da vespa velutina.	15.429
Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística.	13.284
Atividades de dinamização da "Escola de Educação Ambiental", da Quinta da Gruta.	12.939
Contratação de empresas especializadas para a realização de desinfestações.	10.595
Contratos com empresas da especialidade com vista à manutenção de parques infantis e geriátricos.	6.089
1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.	5.523
Atividades de dinamização do "Parque de Avioso - S. Pedro".	5.000
Realização de medições de ruído no âmbito de processos de incomodidade sonora.	4.582
Living Lab Maia - Programa de descarbonização da cidade no âmbito do "Fundo Ambiental".	3.631
Maia SMART Lab.	1.597
Programa de redução ou eliminação de combustível vegetal de terrenos florestais e não florestais privados que estejam em incumprimento.	1.006
Atividades no âmbito do Plano de Educação Ambiental.	886
Contratualização de serviços no âmbito da Proteção Florestal.	369
<b>TOTAL</b>	<b>8.606.366</b>

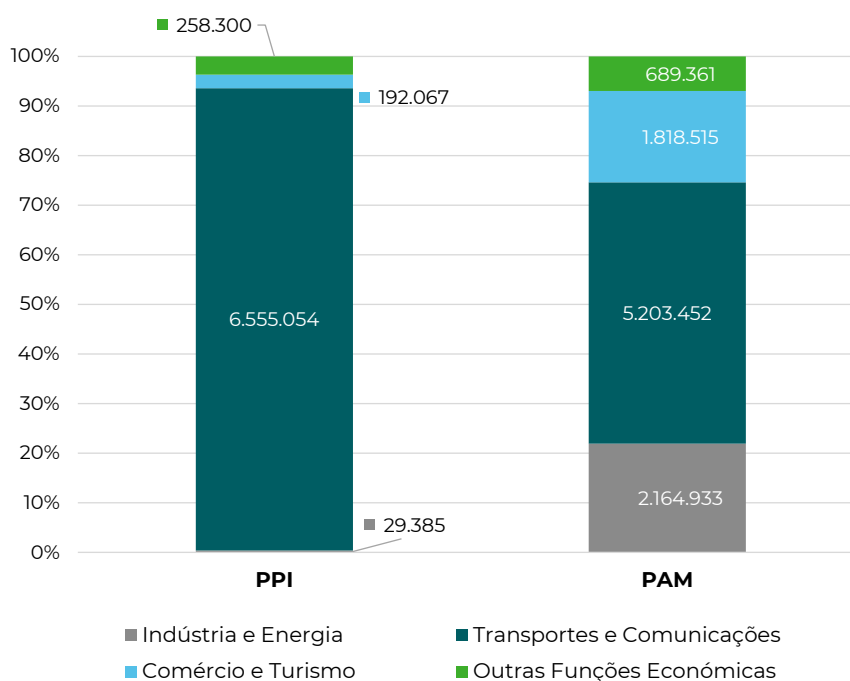
Un: Euro



### 1.3.6.5.3 FUNÇÕES ECONÓMICAS

Gráfico 55

#### Funções Económicas Ano 2025

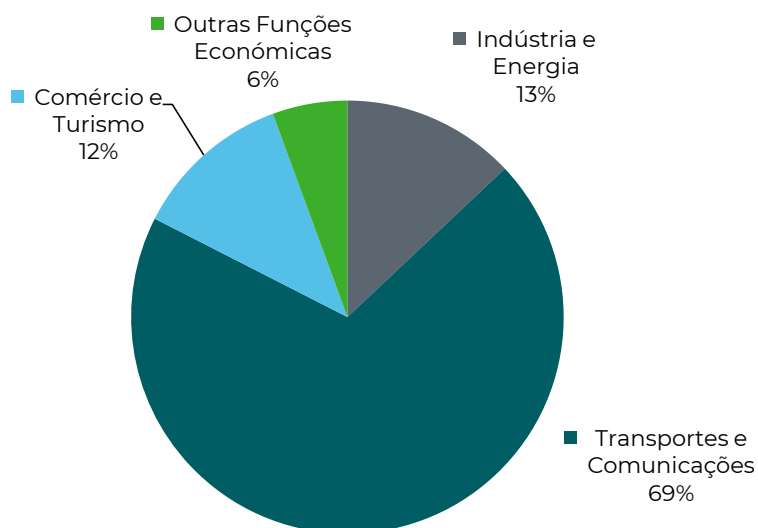


As Funções Económicas ascendem a 16.911.066 €, correspondendo a 11,5% da despesa municipal. Deste montante, 7.034.806 € dizem respeito à despesa de investimento e 9.876.260 € à despesa enquadrável nas atividades.

A subfunção Transportes e Comunicações assume um papel claramente predominante, representando 69,5% das Funções Económicas. Seguem-se a Indústria e Energia, com 13%, o Comércio e Turismo com 11,9%, e Outras Funções Económicas com 5,6%, conforme ilustrado no gráfico seguinte:

**Gráfico 56**

**Funções Económicas  
Ano 2025**



Os quadros seguintes detalham as despesas das Funções económicas, no âmbito do Plano de Atividades Mais Relevantes:

**Quadro 92**

FUNÇÕES ECONÓMICAS	
Indústria e Energia	
Consumo de Energia Eléctrica nas redes de Iluminação Pública.	2.154.646
Programa URBACT – EmPowerIngUs – Unidade de Inteligência Urbana para a Pobreza Energética.	9.119
Certificação energética de edifícios e equipamentos municipais.	1.169
<b>TOTAL</b>	<b>2.164.933</b>

Un:Euro



**Quadro 93**

<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	
<b>Transportes e Comunicações</b>	
Municipalização dos STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto.	2.914.825
Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART).	689.476
Contrato Interadministrativo com a AMP para a transferência de competências no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros.	613.379
Contratos de serviços de transporte de passageiros.	379.151
Serviços de socorro SBA (Serviço de Brigadas de Aeródromo) para o Aeródromo de Vilar de Luz.	232.366
Aquisição de bens e serviços diversos para a manutenção e conservação da sinalização vertical e instalações semafóricas.	125.814
SEM - Semana Europeia da Mobilidade.	91.222
Manutenção corrente de pavimentos, drenagem de águas pluviais e infraestruturas conexas.	55.461
Medidas no âmbito do Programa de apoio à mobilidade elétrica na Administração Pública.	24.738
Aquisição de serviços de desobstrução de condutas de águas pluviais.	24.231
Programa "MOBUS MAIA" - Transporte flexível a pedido.	20.590
Atualização do Plano Municipal de Mobilidade Sustentável.	14.170
Contrato de consultadoria em transportes.	9.840
Restauro de gradeamentos e guardas de pontes e viadutos.	5.284
Contratualização de serviços em situações de carácter urgente em razão de intempéries ou outras ocorrências fortuitas.	2.904
<b>TOTAL</b>	<b>5.203.452</b>

Un:Euro

**Quadro 94**

FUNÇÕES ECONÓMICAS	
Comércio e Turismo	
Programa de Animação de Natal e Fim de Ano.	956.786
Programa "Turismo Sénior": Realização de viagens de convívio dedicadas a pessoas pertencentes à faixa etária da Terceira Idade; viagens a locais nacionais com interesse turístico-cultural.	303.048
Realização da "Feira de Artesanato da Maia".	215.414
Promoção e comunicação do destino Maia.	131.426
Experiências - Dinamização de atividades turísticas.	76.511
Produtos, materiais e peças várias tais como de merchandising ou de artesanato.	30.832
Pedalar sem Idade	24.796
Programas e atividades de Dinamização Local e do Comércio.	19.742
ANIMAIA - Festival da Criança.	18.450
Saberes e Sabores da Terra - Eventos de promoção da gastronomia Maiata.	17.895
Participação em Certames de Turismo ou ações similares.	16.303
Turismo Industrial - Indústria Viva e Negócios.	7.313
<b>TOTAL</b>	<b>1.818.515</b>

Un:Euro

**Quadro 95**

FUNÇÕES ECONÓMICAS	
Outras Funções Económicas	
Reposição do equilíbrio de contas das empresas que integram o Setor Empresarial Local e demais entidades participadas.	457.704
Encargos com quotizações e outras contribuições relativas a entidades participadas pelo município.	141.180
Associação de Municípios do "Corredor Verde do Leça".	50.000
Apoios a entidades sem fins lucrativos que atuem na área da economia, tais como Cooperativas.	22.000
Atividades adstritas ao "Gabinete Municipal de Informação e Apoio ao Consumidor".	11.000
Estruturação de conhecimento de apoio à decisão.	7.476
<b>TOTAL</b>	<b>689.361</b>

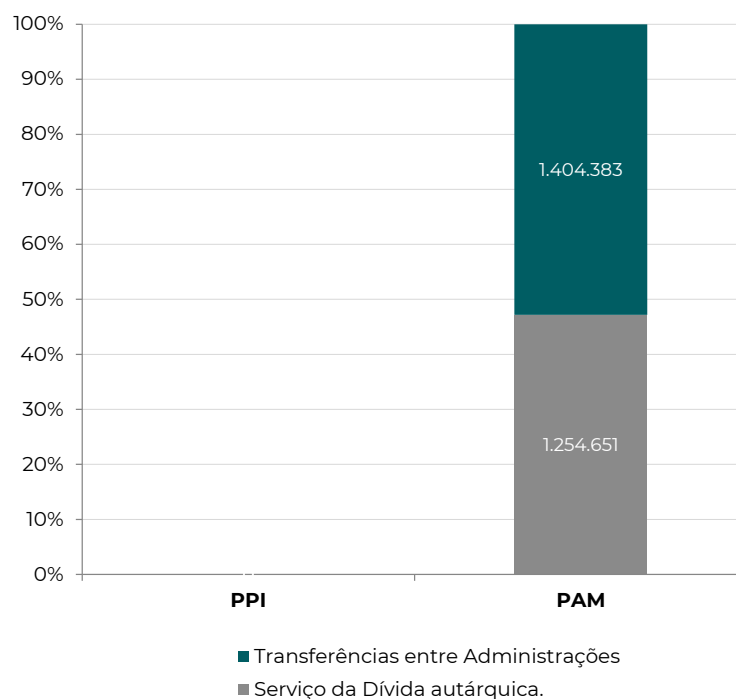
Un:Euro



### 1.3.6.5.4 OUTRAS FUNÇÕES

Gráfico 57

Outras Funções  
Ano 2025



Nas Outras Funções encontram-se apenas inscritas ações do PAM nomeadamente das subfunções Serviço da dívida autárquica e Transferências entre administrações. Totalizou a importância de 2.659.034 €, dos quais 1.254.651 € respeitam ao Serviço de dívida e 1.404.383 € às Transferências entre administrações.

Estes dois tipos de despesa estão mais detalhadamente analisados nos capítulos destinados ao Endividamento Municipal, Transferências de Capital e Transferências Correntes.



# ANÁLISE DA DÍVIDA



#### 1.4.1 ENQUADRAMENTO

Este capítulo, dedicado ao endividamento autárquico, centra-se na análise dos registos contabilísticos excluindo operações de tesouraria, acréscimos e diferimentos. A abordagem encontra-se dividida em duas vertentes complementares: *Endividamento Stricto Sensu* e *Endividamento Lato Sensu*.

- **Endividamento - *Stricto Sensu***

Esta vertente foca-se na avaliação da evolução do endividamento do Município, considerando exclusivamente os elementos constantes das peças contabilísticas e excluindo os impactos do setor empresarial local, das associações de municípios e dos serviços municipalizados.

Numa primeira fase, procede-se a uma análise global da evolução da dívida. Posteriormente, cada componente é examinada individualmente, quer no curto prazo, quer no médio e longo prazo, com base nos valores das operações orçamentais registadas na contabilidade patrimonial.

Em cumprimento da recomendação emitida pelo Tribunal de Contas na homologação das contas de gerência de 2004 e 2005, relativa à operação de antecipação de rendas realizada pela empresa Espaço Municipal, a análise da evolução da dívida global é apresentada em duas etapas: avaliação dos valores decorrentes das operações orçamentais e integração da dívida de natureza não orçamental associada à referida operação de antecipação de créditos.

Mantém-se ainda a relevância dos temas relacionados com a dívida de curto prazo e com os pagamentos em atraso, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA), bem como das imposições constantes na Lei do Orçamento do Estado para 2020 e respetivas normas de execução orçamental.

- **Endividamento - *Lato Sensu***

Esta dimensão tem como objetivo apurar o endividamento numa ótica de grupo municipal, conforme estabelecido no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual. Aqui considera-se a dívida total decorrente das operações orçamentais do Município, incluindo o endividamento das entidades participadas, proporcionalmente ao grau de participação municipal e desde que cumpridos os requisitos legais aplicáveis.

Nesta análise integram-se todas as entidades em que o Município detenha participação ou poderes de controlo, independentemente da sua natureza jurídica.

Em síntese, determina-se o montante total da dívida das operações orçamentais do Grupo Municipal da Maia e avalia-se o respetivo posicionamento face aos limites legais estabelecidos.



## 1.4.2 ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU

Ainda que a estrutura da dívida que figura no balanço se apresente de acordo com o seu grau de exigibilidade para efeitos de classificação em curto prazo e médio e longo prazo, neste capítulo atendeu-se preferencialmente à natureza da mesma, isto é, considerou-se como dívida de médio e longo prazo aquela cuja contratação ocorreu para um horizonte temporal superior a um ano.

### 1.4.2.1 DÍVIDA TOTAL

Quadro 96

Anos	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA							Variação	
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2024/2025	2019/2025
<b>DÍVIDA DE NATUREZA ORÇAMENTAL</b>	<b>18 430 185</b>	<b>11 746 553</b>	<b>8 283 283</b>	<b>7 932 785</b>	<b>5 404 595</b>	<b>3 565 177</b>	<b>2 449 080</b>	<b>-1 116 097</b>	<b>-15 981 105</b>
Dívida de Médio e Longo Prazo	14 689 562	10 933 017	7 853 744	7 197 806	4 281 035	3 037 073	1 840 587	-1 196 486	-12 848 975
Dívida de Curto Prazo	3 740 622	813 536	429 539	734 980	1 123 561	528 104	608 493	80 389	-3 132 129
<b>DÍVIDA DE NATUREZA NÃO ORÇAMENTAL</b>	<b>9 566 239</b>	<b>8 187 723</b>	<b>6 742 661</b>	<b>5 436 356</b>	<b>4 186 034</b>	<b>2 964 951</b>	<b>1 923 619</b>	<b>-1 041 332</b>	<b>-7 642 620</b>
Dívida de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	9 566 239	8 187 723	6 742 661	5 436 356	4 186 034	2 964 951	1 923 619	-1 041 332	-7 642 620
<b>DÍVIDA TOTAL</b>	<b>27 996 423</b>	<b>19 934 276</b>	<b>15 025 944</b>	<b>13 369 141</b>	<b>9 590 630</b>	<b>6 530 128</b>	<b>4 372 699</b>	<b>-2 157 429</b>	<b>-23 623 725</b>
<b>Taxa de crescimento da dívida</b>	<b>-19,9%</b>	<b>-28,8%</b>	<b>-24,6%</b>	<b>-11,0%</b>	<b>-28,3%</b>	<b>-31,9%</b>	<b>-33,0%</b>		<b>-84,4%</b>
<b>Natureza Orçamental</b>	<b>-23,5%</b>	<b>-36,3%</b>	<b>-29,5%</b>	<b>-4,2%</b>	<b>-31,9%</b>	<b>-34,0%</b>	<b>-31,3%</b>		<b>-86,7%</b>
Médio e longo prazo	-28,5%	-25,6%	-28,2%	-8,4%	-40,5%	-29,1%	-39,4%		-87,5%
Curto prazo	5,3%	-78,3%	-47,2%	71,1%	52,9%	-53,0%	15,2%		-83,7%
<b>Natureza Não Orçamental</b>	<b>-11,9%</b>	<b>-14,4%</b>	<b>-17,6%</b>	<b>-19,4%</b>	<b>-23,0%</b>	<b>-29,2%</b>	<b>-35,1%</b>		<b>-79,9%</b>
Antecipação de Rendas	-11,9%	-14,4%	-17,6%	-19,4%	-23,0%	-29,2%	-35,1%		-79,9%

Un:Euro



Gráfico 58

### Evolução da Dívida Total 2019 - 2025

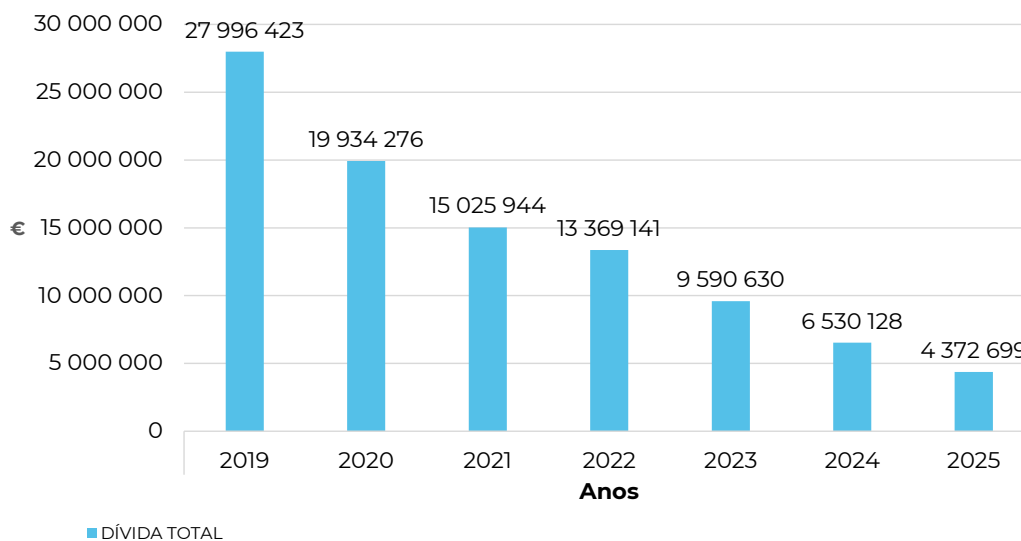
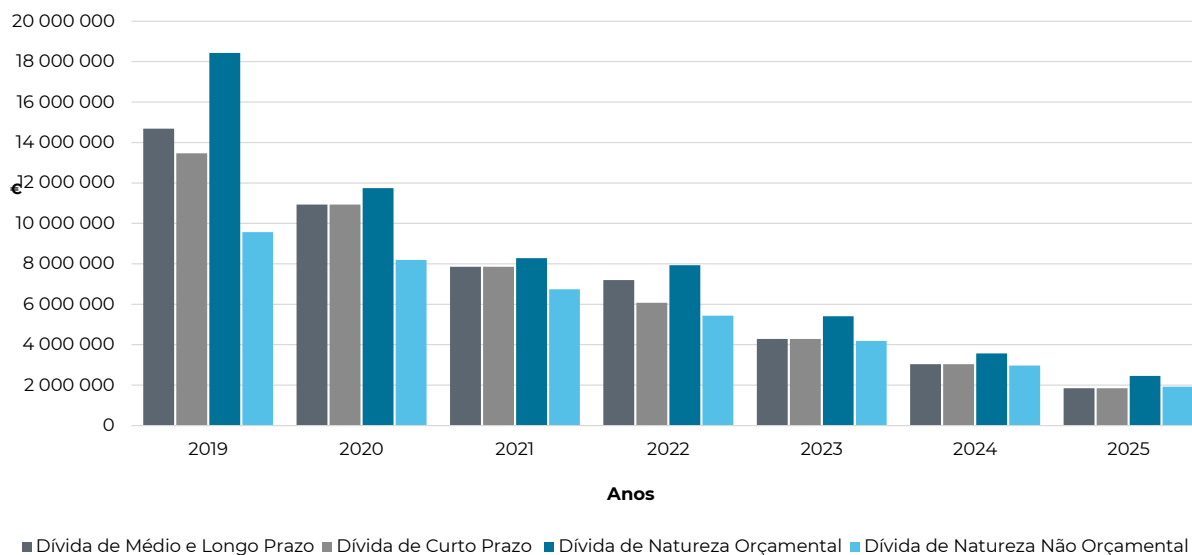


Gráfico 59

### Evolução da Dívida por Natureza 2019-2025



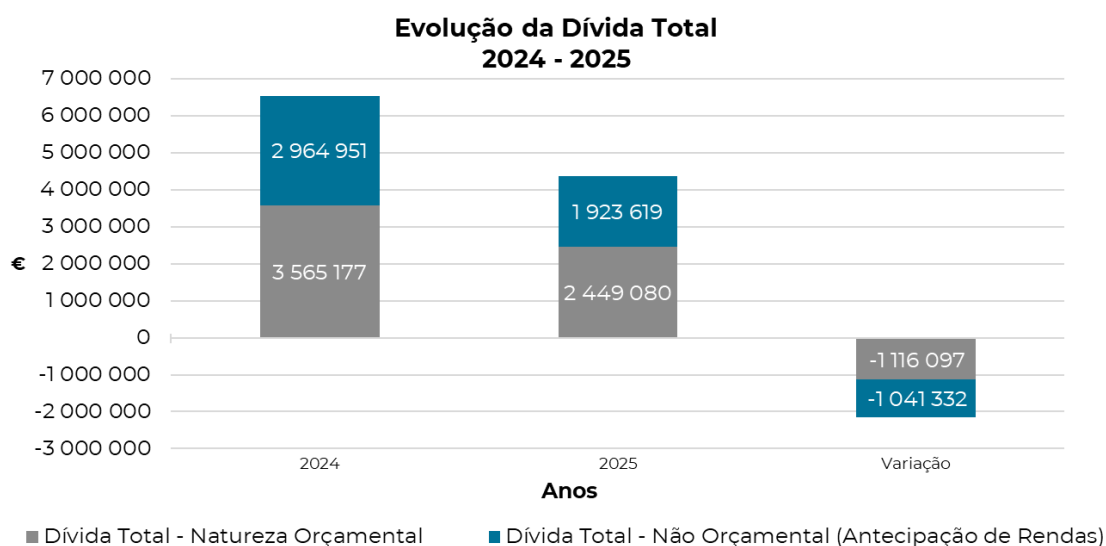
Observando a evolução da dívida total do Município *stricto sensu*, no período compreendido entre 2019 e 2025, constata-se uma trajetória claramente descendente e estruturalmente consistente, evidenciando uma redução na ordem dos (-) 23,6 milhões de euros - de 27.996.423 € em 2019, para



4.372.699 € no final do exercício de 2025 - o que, em termos percentuais, representa a uma diminuição a rondar os (-) 84%, confirmando uma evolução financeira sustentada.

Em coerência com esta tendência global, a dívida municipal registada no encerramento do exercício de 2025, 4.372.699 €, representa uma redução de (-) 2.157.429 € em relação ao final da gerência de 2024, o que equivale a (-) 33%. Esta diminuição resulta da diminuição observada nas suas duas componentes — dívida de natureza orçamental e dívida de natureza não orçamental - que reduziram, respetivamente, (-) 1.116.097 € e (-) 1.041.332 €.

Gráfico 60



Do total da dívida do Município reportada a 31 de dezembro de 2025, são de natureza orçamental 2.449.080 €, sendo a componente não orçamental no valor de 1.923.619 € (passivo de médio e longo prazo resultante da operação de cessão de créditos das rendas da habitação social), quantias que em relação aos valores apurados no final do ano antecedente, evidenciam variações, respetivamente, de (-) 31,3% (natureza orçamental) e (-) 35,1% (não orçamental).

Importa relembrar, ainda que de forma sintética, a evolução histórica da dívida de natureza não orçamental, nomeadamente a alteração do registo contabilístico relativo à operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004. Esta operação foi reclassificada para o domínio dos empréstimos bancários de médio e longo prazo a partir de 2016, em cumprimento da recomendação emitida pelo Tribunal de Contas — facto amplamente detalhado em relatórios anteriores.

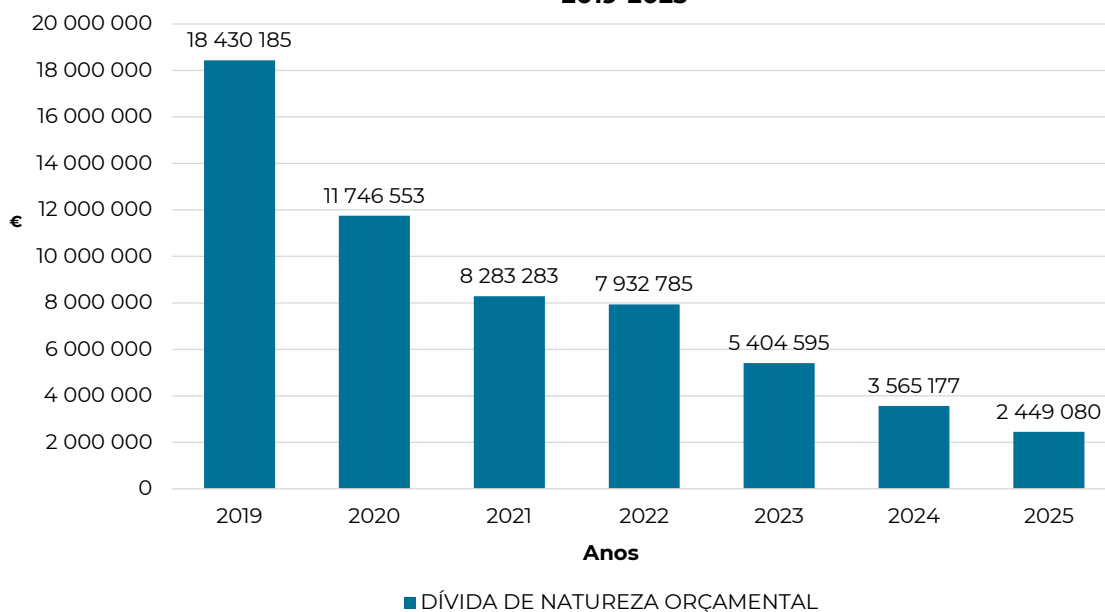


Em consequência, a composição da dívida total de operações orçamentais do Município sofreu uma alteração estrutural relativamente ao critério utilizado até ao final da gerência de 2015, exigindo, por isso, a devida contextualização sempre que se realizem análises comparativas.

Assim, revela-se justificada uma abordagem focada nos valores das operações orçamentais registados na contabilidade patrimonial.

**Gráfico 61**

**Evolução da Dívida Total - Natureza Orçamental  
2019-2025**



Direcionando a análise para a evolução da dívida do Município de natureza orçamental, no período compreendido entre 2019 e 2025, verifica-se a manutenção da tendência claramente decrescente. A redução observada ultrapassa os (-) 15,9 milhões de euros - de 18.430.185 € em 2019, para 2.449.080 € em 2025 - o que em termos percentuais, corresponde a um decréscimo na ordem dos (-) 87%.

No encerramento do exercício de 2025, a dívida de natureza orçamental ao totalizar 2.449.080 €, regista uma diminuição de (-) 1.116.097 € face ao final da gerência de 2024, reforçando a trajetória de redução anteriormente identificada, consolidando assim a variação das duas componentes da dívida, curto e médio e longo prazo, com respetivamente (+) 80.389 € e (-) 1.196.486 €.

Do total da dívida orçamental do Município reportada a 31 de dezembro de 2025, a maior parcela é oriunda de médio e longo prazo, representando 75% do total (1.840.587 €), permanecendo o remanescente afeto ao curto prazo, com 25%, (608.493 €),



### 1.4.2.2 DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Uma vez que, por via das alterações preconizadas pelas sucessivas Leis do Orçamento de Estado à legislação em vigor, designadamente ao artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, para efeitos do apuramento da dívida total são excluídos determinados tipos de empréstimos em função da sua natureza, procede-se à organização da informação relativa à dívida de médio e longo prazo, diferenciando-se os empréstimos de acordo com o fim específico a que se destinam e retomando, no decurso da análise, a terminologia anteriormente utilizada neste tipo de relato quanto à distinção entre operações que “relevam” ou “não relevam” para a capacidade de endividamento municipal.

**Quadro 97**

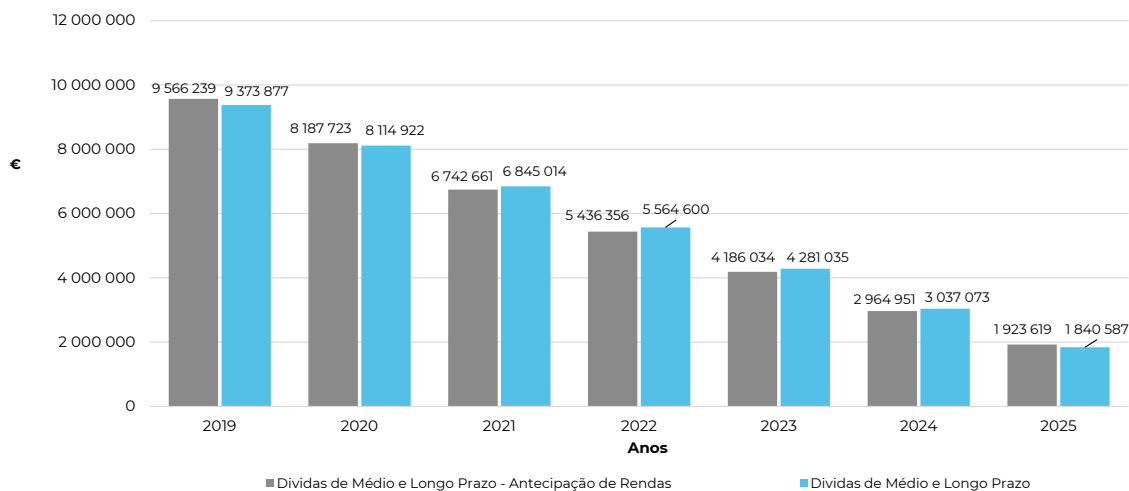
ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO							
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
<b>DÍVIDA DE NATUREZA ORÇAMENTAL</b>	<b>14 689 562</b>	<b>10 933 017</b>	<b>7 853 744</b>	<b>7 197 806</b>	<b>4 281 035</b>	<b>3 037 073</b>	<b>1 840 587</b>
<b>Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>13 462 766</b>	<b>10 933 017</b>	<b>7 853 744</b>	<b>6 068 965</b>	<b>4 281 035</b>	<b>3 037 073</b>	<b>1 840 587</b>
<b>Empréstimos de MLP destinados a fins diversos</b>	<b>4 088 889</b>	<b>2 818 095</b>	<b>1 008 729</b>	<b>504 365</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000€ Aquisição Lotes de Terreno n.ºs 1 e 4 à TECMAIA	4 088 889	2 818 095	1 008 729	504 365	0	0	0
<b>Empréstimos de MLP destinados à Habitação Social</b>	<b>9 373 877</b>	<b>8 114 922</b>	<b>6 845 014</b>	<b>5 564 600</b>	<b>4 281 035</b>	<b>3 037 073</b>	<b>1 840 587</b>
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75 €	3 356 533	3 005 054	2 644 224	2 273 543	1 892 489	1 500 511	1 097 026
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C.G.D - no montante de 7.481.968,46€	1 504 191	1 224 941	945 280	665 463	386 857	158 919	0
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C.G.D - até 21.007.737,65 €	4 513 153	3 884 927	3 255 511	2 625 595	2 001 689	1 377 644	743 562
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>	<b>1 226 797</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 128 841</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0	0	0	1 128 841	0	0	0
FAM - Fundo de Apoio Municipal	106 797	0	0	0	0	0	0
Credores por Investimentos Financeiros	1 120 000	0	0	0	0	0	0
<b>DÍVIDA DE NATUREZA NÃO ORÇAMENTAL</b>	<b>9 566 239</b>	<b>8 187 723</b>	<b>6 742 661</b>	<b>5 436 356</b>	<b>4 186 034</b>	<b>2 964 951</b>	<b>1 923 619</b>
<b>Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas</b>	<b>9 566 239</b>	<b>8 187 723</b>	<b>6 742 661</b>	<b>5 436 356</b>	<b>4 186 034</b>	<b>2 964 951</b>	<b>1 923 619</b>
Banco Santander Totta	4 783 119	4 093 861	3 371 330	2 718 178	2 093 017	1 482 475	961 809
Banco BPI	4 783 119	4 093 861	3 371 330	2 718 178	2 093 017	1 482 475	961 809
<b>TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>24 255 801</b>	<b>19 120 740</b>	<b>14 596 404</b>	<b>12 634 161</b>	<b>8 467 069</b>	<b>6 002 023</b>	<b>3 764 206</b>
<b>Taxa de crescimento</b>	<b>-22,8%</b>	<b>-21,2%</b>	<b>-23,7%</b>	<b>-13,4%</b>	<b>-33,0%</b>	<b>-29,1%</b>	<b>-37,3%</b>

Un: Euro



Gráfico 62

**Evolução da Dívida de Médio e Longo Prazo  
2019-2025**



Mantendo incluída no presente relatório, à semelhança dos anos anteriores, uma análise retrospectiva à evolução do passivo de médio e longo prazo de natureza orçamental, persiste o alinhamento numa tendência de diminuição da dívida, em patamares de redução mais expressivos até finais de 2021 no que refere aos empréstimos destinados a finalidades diversas.

Com especial impacto no período em apreço releva-se a concretização de duas novas operações realizadas no exercício de 2015, decorrentes de factos supervenientes à regular gestão municipal, a celebração do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, para aquisição dos lotes de terreno números 1 e 4 que integravam o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (TECMAIA), cujo impacto foi em parte atenuado pelas amortizações ocorridas nos demais empréstimos existentes em resultado do cumprimento do serviço de dívida negociado, bem como a obrigatoriedade legal de subscrição do Fundo de Apoio Municipal (FAM), no valor total de 2.990.300,97 €.

A contratação do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, foi motivada pela necessidade de serem cumpridas as obrigações que para a Autarquia derivam da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, tendo em conta as responsabilidades já constituídas para o Município em resultado dos invocados normativos, atenta a sua participação de 51% no capital social da TECMAIA. Razão por que se entendeu conveniente para a salvaguarda do superior interesse público a aquisição pela Autarquia dos lotes de terreno n.ºs 1 e 4, de modo a evitar a resolução dos contratos de empréstimo existentes naquela sociedade pelo Sindicato Bancário e competente venda pela via judicial, que determinariam uma desvalorização dos imóveis, face à baixa do mercado imobiliário, e conseqüentemente uma dissolução compulsiva da própria sociedade com grave prejuízo para o interesse público municipal.



Sobre a subscrição do Fundo de Apoio Municipal impõe-se desde logo anotar que foi uma operação que resultou de uma imposição legal, designadamente da entrada em vigor da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM) e determinou a obrigatoriedade de todos os Municípios, sem exceção, contribuírem para este fundo.

O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos Municípios, consubstanciando assim um ativo em investimentos financeiros, tendo o montante imputável ao Município da Maia “*ab initio*” sido fixado em 2.990.300,97 €.

A realização do capital iniciou-se em 2015 tendo sido definido um prazo de concretização de 7 anos, através de duas prestações anuais, mediante o pagamento anual de 427.186,00 € até 2020, e de 427.184,97 € em 2021.

Porém, com a entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2018 (que altera entre outros o art.º 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto) foi modificada a subscrição do capital social do FAM, por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos Municípios. Daqui resultou uma redução das prestações anuais a realizar pelo Município da Maia em 2018, 2019, 2020 e 2021, respetivamente, em 25%, 50%, 75% e 100%.

Assinala-se ainda que, o montante referente à contribuição de cada Município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, por força das sucessivas prorrogativas plasmadas nas Leis de Orçamento do Estado desde 2015.

Na gerência de 20219 inicia-se a produção dos efeitos financeiros da proposta de Aumento de Capital da empresa Espaço Municipal EM, no montante global de 3.450.000 €, de forma a permitir conferir à empresa a capacidade financeira para suprir os capitais próprios para desenvolver a atividade no âmbito das candidaturas do Portugal 2020, cujas condições apontavam para o pagamento de uma última tranche de capital subscrito no valor de 1.120.000 € a realizar apenas no ano de 2020.

No ano 2020 procedeu-se ao pagamento desta última tranche de capital subscrito, saldando a rubrica de Credores por Investimentos Financeiros, e ao pagamento das últimas duas parcelas da participação no FAM, no valor de 106.797 €, a par das amortizações dos demais empréstimos existentes, em conformidade com as condições contratuais definidas.

No exercício de 2021, as amortizações totalizaram 3.079.274 €, realizadas designadamente por conta dos empréstimos bonificados destinados à Habitação Social e do empréstimo contratado com o BPI, para a aquisição de dois lotes de terreno à TECMAIA, Lotes 1 e 4, nos termos contratualmente estabelecidos, neste último caso, acrescidas de uma amortização extraordinária, justificada pela necessidade de acomodar no Serviço de Dívida Autárquica, o valor resultante da concretização da celebração de escritura pública da venda em hasta pública do Lote de terreno n.º 4, (+) 870.001 €, cuja receita associada estava confinada à amortização do empréstimo que suportou a sua aquisição.



No decurso da gerência de 2022, para além dos empréstimos já identificados, figuram três novas operações com impacto nesta componente da dívida, decorrentes de apoios concedidos no âmbito de três projetos de desempenho ambiental energético aprovados e financiados por via de subsídios reembolsáveis, associados à beneficiação de três Complexos Municipais de Piscinas: Águas Santas, Folgosa e Gueifães.

Como é sabido, os subsídios reembolsáveis, por definição, consubstanciam-se num apoio concedido que se traduzirá num subsídio com o compromisso da sua devolução no fim do prazo contratado, sem, no entanto, ter a correspondência a qualquer taxa de juro ou custos adicionais.

Deste modo, o subsídio reembolsável tem de ser reconhecido como um passivo para a entidade beneficiária na parte que deverá ser reembolsada, sendo que, enquanto passivo, releva para a dívida do Município. Todavia, enquadrando-se os subsídios reembolsáveis concedidos pelo FEDER no âmbito do nº 5 do artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, estão excecionados do limite da dívida total.

Todavia, no último trimestre do exercício de 2023 estes três apoios concedidos no âmbito do desempenho ambiental energético, puderam ser reconvertidos em subsídios não reembolsáveis, pelo que, assim que aprovadas as candidaturas com estas novas condições, tais valores deixaram de integrar o passivo municipal.

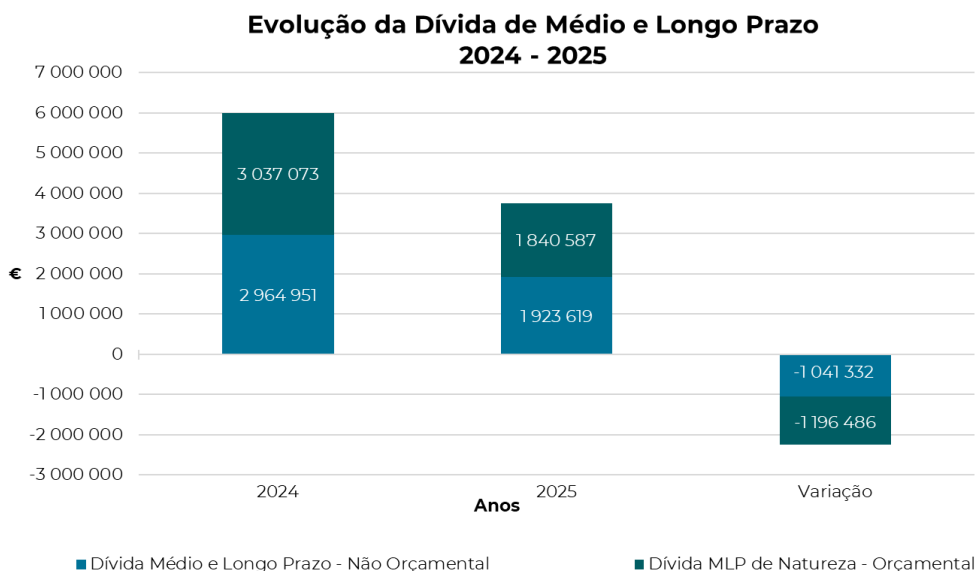
No final da gerência de 2025, mantém-se a trajetória de diminuição anteriormente observada, resultante das amortizações efetuadas no exercício relativas aos empréstimos bancários contratados em períodos anteriores. Estas amortizações totalizaram (-) 2.237.818 €, com contributos aproximados de ambas as componentes da dívida de médio e longo prazo, de natureza orçamental e não orçamental.

A componente de natureza não orçamental – associada à operação de cessão de créditos das rendas da habitação social celebrada em 2004, reduz-se de 2.964.951 € para 1.923.619 €, o que representa uma variação de (-) 1.041.332 € face a 31 de dezembro de 2024, equivalente a (-) 35,1%. Por sua vez, a componente de natureza orçamental diminuiu de 3.037.073 € para 1.840.587 €, traduzindo uma redução de (-) 1.196.486 €, (-) 39,4%, relativamente ao final do exercício do ano anterior.

Globalmente, independentemente da sua natureza, a Dívida de Médio e Longo Prazo decresce de 6.002.023 € para 3.764.206 €, no final de 2025, registando uma variação de (-) 2.237.818 €, o que corresponde a (-) 37,3%, face ao fecho do ano antecedente.



Gráfico 63



No quadro global do decréscimo obtido a 31 de dezembro de 2025, a diminuição da dívida distribui-se de forma aproximada entre as suas duas componentes, (-) 1.196.486€ de natureza orçamental, inteiramente associada aos empréstimos afetos à habitação social, e (-) 1.041.332 € de natureza não orçamental, relativa à operação de cessão de créditos das rendas da habitação social.

No agrupamento orçamental, predominam os empréstimos relativos ao complemento PER, atualmente contratados com o Banco Bilbao Vizcaya, na sequência da operação de “Reestruturação do Serviço da Dívida de Médio e Longo Prazo” realizada em 2007. Estes empréstimos representam uma dívida de 1.097.026 €. Os restantes, contratualizados com a Caixa Geral de Depósitos ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER), totalizam 743.562 €. No que respeita ao contributo para a redução da dívida, a maior parcela decorre precisamente dos créditos bonificados, que são responsáveis por cerca de 66% da diminuição registada.

#### 1.4.2.2.1 SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Considerando que a apreciação promovida neste âmbito tem como objetivo avaliar a despesa realizada em juros e amortizações ao abrigo do orçamento municipal e o seu peso no total da receita cobrada e no total da despesa paga, matéria de natureza exclusivamente orçamental, os dados apresentados no quadro infra excluem o processo de antecipação de rendas da habitação social.



## Quadro 98

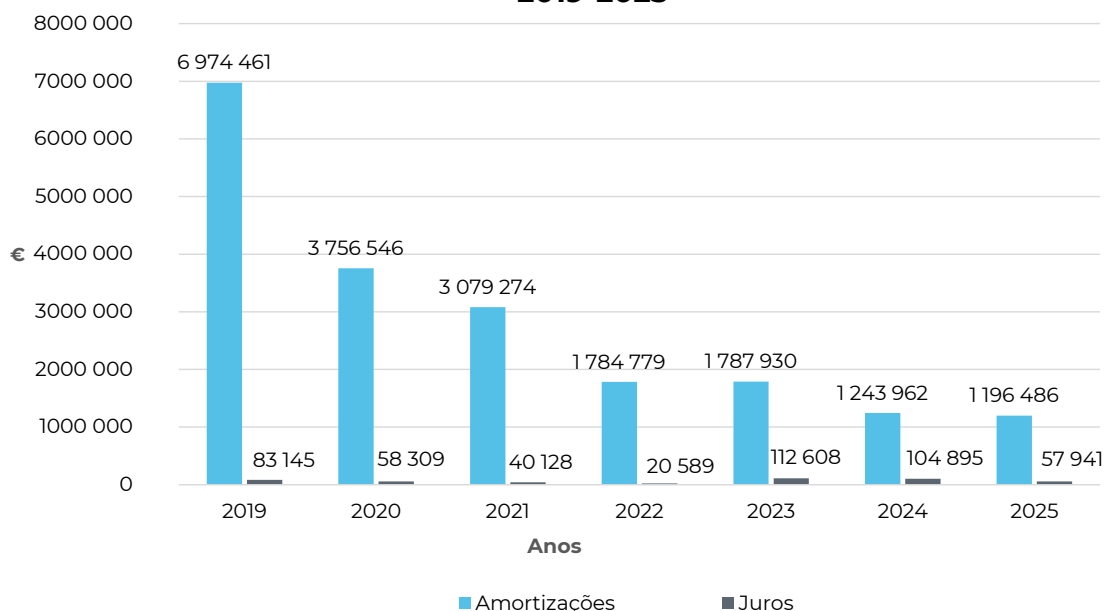
EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO							
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
<b>Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas (1)</b>	<b>5 587 331</b>	<b>1 323 225</b>	<b>1 846 076</b>	<b>522 290</b>	<b>525 659</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Amortizações	5 512 484	1 270 794	1 809 366	504 365	504 365	0	0
Juros	74 847	52 431	36 710	17 925	21 294	0	0
<b>Empréstimos MLP destinados à Habitação Social (2)</b>	<b>1 256 682</b>	<b>1 264 833</b>	<b>1 273 326</b>	<b>1 283 078</b>	<b>1 374 879</b>	<b>1 348 857</b>	<b>1 254 427</b>
Amortizações	1 248 385	1 258 955	1 269 908	1 280 414	1 283 566	1 243 962	1 196 486
Juros	8 298	5 878	3 418	2 664	91 314	104 895	57 941
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo (3)</b>	<b>213 593</b>	<b>1 226 797</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Amortizações	213 593	1 226 797	0	0	0	0	0
Juros	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo (1+2+3)</b>	<b>7 057 607</b>	<b>3 814 855</b>	<b>3 119 402</b>	<b>1 805 368</b>	<b>1 900 538</b>	<b>1 348 857</b>	<b>1 254 427</b>
Amortizações	6 974 461	3 756 546	3 079 274	1 784 779	1 787 930	1 243 962	1 196 486
Juros	83 145	58 309	40 128	20 589	112 608	104 895	57 941
<b>Taxa de Crescimento do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo</b>	<b>17,0%</b>	<b>-45,9%</b>	<b>-18,2%</b>	<b>-42,1%</b>	<b>5,3%</b>	<b>-29,0%</b>	<b>-34,0%</b>
Amortizações	18,5%	-46,1%	-18,0%	-42,0%	0,2%	-30,4%	-3,8%
Juros	-43,1%	-29,9%	-31,2%	-48,7%	446,9%	-6,8%	-44,8%
<b>Juros / Receita Total Cobrada</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,0%</b>
<b>Juros / Despesa Total Paga</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,0%</b>
<b>Juros / Despesa de Capital Paga</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,4%</b>	<b>0,4%</b>	<b>0,1%</b>
<b>Serviço Dívida / Receita Total Cobrada</b>	<b>9,4%</b>	<b>4,8%</b>	<b>3,8%</b>	<b>1,8%</b>	<b>1,7%</b>	<b>1,0%</b>	<b>0,8%</b>
<b>Serviço Dívida / Despesa Total Paga</b>	<b>9,7%</b>	<b>5,8%</b>	<b>4,2%</b>	<b>2,0%</b>	<b>1,8%</b>	<b>1,3%</b>	<b>0,9%</b>

Un: Euro



Gráfico 64

**Evolução do Serviço de Dívida  
2019-2025**



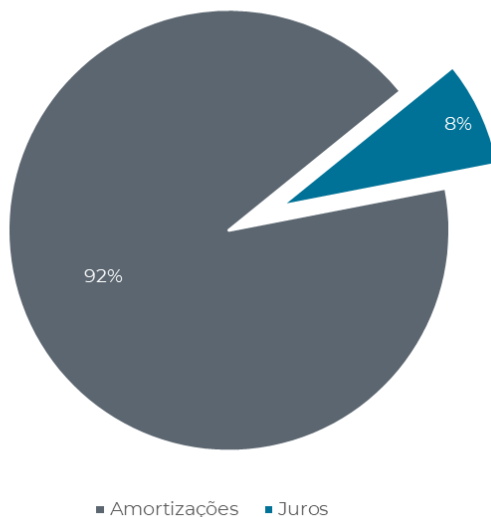
Analisando o quadro do serviço de dívida municipal no período compreendido entre 2019 e 2025, verifica-se globalmente uma tendência de diminuição destes encargos, com uma inversão registada no exercício de 2023, decorrente sobretudo da evolução dos juros da dívida pública, associada ao aumento das taxas de juro observado nesse período.

Na gerência de 2025, retoma-se a tendência anteriormente observada, com os encargos do serviço da dívida a totalizar 1.254.427 € e a registar uma diminuição de (-) 94.431 €. Mantêm-se predominantes as amortizações, que representam 95,4% do valor global destes encargos (1.196.486 €), correspondendo a um montante residual de juros que perfazem 57.941 €.



Gráfico 65

### Composição do Serviço de Dívida Ano 2025



No cômputo global do serviço de dívida municipal, as despesas encontram-se circunscritas aos empréstimos destinados à Habitação Social, cujo maior volume permanece indexado aos empréstimos contratados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado PER, com destaque para o PER 2.

Encerrando a análise na contribuição do serviço de dívida para as diferentes componentes do orçamento municipal, no exercício de 2025, o peso desta componente na execução dos dois agregados orçamentais (receita e despesa) é ligeiramente inferior ao do ano anterior, representando 1% do valor executado.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe do serviço de dívida de médio e longo prazo com impacto orçamental no ano findo, por tipologia de empréstimo, assim como a respetiva previsão desses encargos para o final do exercício de 2026, incluindo a ilustração gráfica do peso e evolução de cada uma das suas componentes.



**Quadro 99**

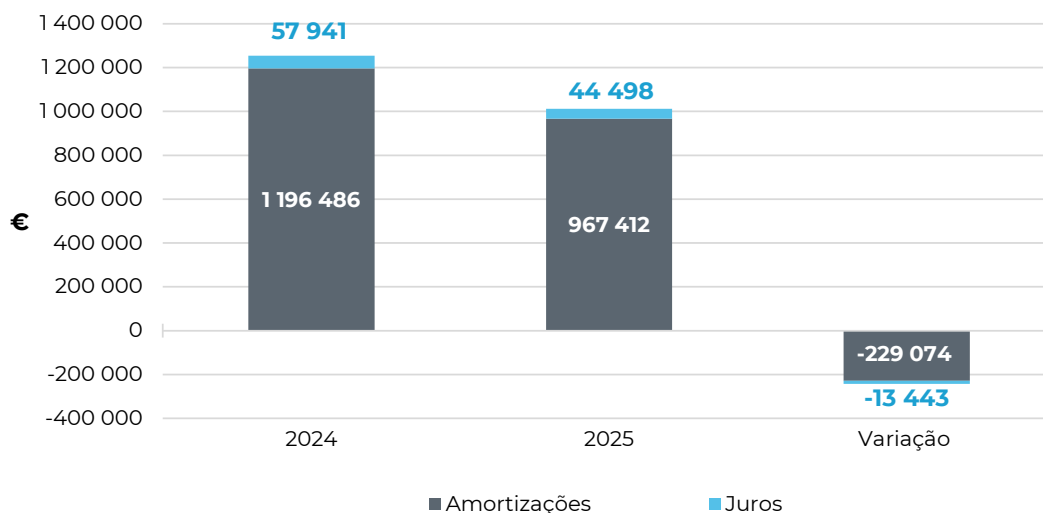
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	Realizado 2025			Previsto 2026		
	Amort	Juros	Total	Amort	Juros	Total
<b>Empréstimos MLP destinados à Habitação Social</b>						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - de 7.169.214,75 €	403 485	45 534	<b>449 019</b>	415 603	38 648	<b>454 251</b>
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado (PER 1) com a C G D - até 7.481.968,46 €	158 919	1 042	<b>159 961</b>	0	0	<b>0</b>
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado (PER 2) com a C G D - até 21.077.411,44 €	634 082	11 366	<b>645 447</b>	551 809	5 851	<b>557 659</b>
<b>Sub Total</b>	<b>1 196 486</b>	<b>57 941</b>	<b>1 254 427</b>	<b>967 412</b>	<b>44 498</b>	<b>1 011 910</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1 196 486</b>	<b>57 941</b>	<b>1 254 427</b>	<b>967 412</b>	<b>44 498</b>	<b>1 011 910</b>

Un: Euro

No domínio prospetivo e pese embora o mapa do serviço de dívida dos empréstimos destinados à habitação social não apresente alterações significativas para a gerência de 2026, estimam-se encargos com o serviço de dívida municipal inferiores aos do ano anterior, com um decréscimo dos juros mais expressivo do que as amortizações

**Gráfico 66**

**Composição do Serviço de Dívida  
2025-2026**



**1.4.2.2 COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA****Quadro 100**

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
	2025		2024	
	Valor	Peso	Valor	Peso
<b>EXIGIVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>1 953 813</b>	<b>51,9%</b>	<b>3 767 529</b>	<b>62,8%</b>
<b>Dívida de Natureza Orçamental</b>	<b>873 175</b>	<b>23,2%</b>	<b>1 843 910</b>	<b>30,7%</b>
<b>Empréstimos Bancários de MLP</b>	<b>873 175</b>	<b>23,2%</b>	<b>1 843 910</b>	<b>30,7%</b>
<b>Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Empréstimos MLP destinados à Habitação Social</b>	<b>873 175</b>	<b>23,2%</b>	<b>1 843 910</b>	<b>30,7%</b>
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75 €	681 422	18,1%	1 097 026	18,3%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46 €	0	0,0%	0	0,0%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65 €	191 753	5,1%	746 885	12,4%
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Dívida de Natureza Não Orçamental</b>	<b>1 080 638</b>	<b>28,7%</b>	<b>1 923 619</b>	<b>32,0%</b>
<b>Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas</b>	<b>1 080 638</b>	<b>28,7%</b>	<b>1 923 619</b>	<b>32,0%</b>
Banco Santander Totta	540 319	14,4%	961 809	16,0%
Banco BPI	540 319	14,4%	961 809	16,0%
<b>EXIGIVEL A CURTO PRAZO</b>	<b>1 810 393</b>	<b>48,1%</b>	<b>2 234 494</b>	<b>37,2%</b>
<b>Dívida de Natureza Orçamental</b>	<b>967 412</b>	<b>25,7%</b>	<b>1 193 162</b>	<b>19,9%</b>
<b>Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>967 412</b>	<b>25,7%</b>	<b>1 193 162</b>	<b>19,9%</b>
<b>Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Empréstimos MLP destinados à Habitação Social</b>	<b>967 412</b>	<b>25,7%</b>	<b>1 193 162</b>	<b>19,9%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75 €	415 603	11,0%	403 485	6,7%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46 €	0	0,0%	158 919	2,6%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65 €	551 809	14,7%	630 759	10,5%
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Dívida de Natureza Não Orçamental</b>	<b>842 981</b>	<b>22,4%</b>	<b>1 041 332</b>	<b>17,3%</b>
<b>Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas</b>	<b>842 981</b>	<b>22,4%</b>	<b>1 041 332</b>	<b>17,3%</b>
Banco Santander Totta	421 490	11,2%	520 666	8,7%
Banco BPI	421 490	11,2%	520 666	8,7%
<b>TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>3 764 206</b>	<b>100,0%</b>	<b>6 002 023</b>	<b>100,0%</b>

Un: Euro



No quadro anterior identificam-se os empréstimos existentes à data de 31 de dezembro de 2025 e os respetivos montantes de capital em dívida, distinguindo-os, segundo a sua natureza e grau de exigibilidade. Esta discriminação permite obter uma visão mais detalhada da estrutura do endividamento municipal de médio e longo prazo, incluindo aquele decorrente da operação de cessão de créditos.

Analisada a constituição da dívida de médio e longo prazo, conclui-se que 48,9% têm natureza orçamental, integralmente indexada a empréstimos destinados à construção de habitação social que foram contratualizados ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, maioritariamente abrangidos por uma linha de crédito bonificado para um período de 25 anos.

Esta natureza de empréstimos beneficia de uma bonificação do Estado correspondente a 75% da taxa de juro contratual, que no exercício de 2025 garantiu um proveito financeiro de 28.088,53 €.

Ultima-se com a apresentação de quadro prospetivo da composição da dívida no final do exercício de 2026.

#### Quadro 101

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO		
31/12/2026		
	Valor	Peso
<b>DÍVIDA DE NATUREZA ORÇAMENTAL</b>	<b>873 175</b>	<b>45%</b>
<b>Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>873 175</b>	<b>45%</b>
<b>Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
<b>Empréstimos MLP destinados à Habitação Social</b>	<b>873 175</b>	<b>45%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	681 422	35%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	0	0%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65 €	191 753	10%
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
<b>Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
<b>DÍVIDA DE NATUREZA NÃO ORÇAMENTAL</b>	<b>1 080 638</b>	<b>55%</b>
<b>Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas</b>	<b>1 080 638</b>	<b>55%</b>
Banco Santander Totta	540 319	28%
Banco BPI	540 319	28%
<b>TOTAL DA DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>1 953 813</b>	<b>100%</b>

Un: Euro



Avaliando o mapa de serviço de dívida negociado para os empréstimos em curso – atualmente direcionados à Habitação Social - estima-se que no final do exercício de 2026 a dívida de médio e longo prazo do Município totalizará 1.953.813 €, dos quais, 873.175 € têm natureza orçamental e 1.080.638 € têm natureza não orçamental.

### 1.4.2.3 DÍVIDA DE CURTO PRAZO

A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de investimento, dos credores de transferências para as autarquias locais e credores por investimentos financeiros, e do Estado e Outros Credores, cuja evolução dos últimos anos se retrata no próximo Quadro.

Quadro 102

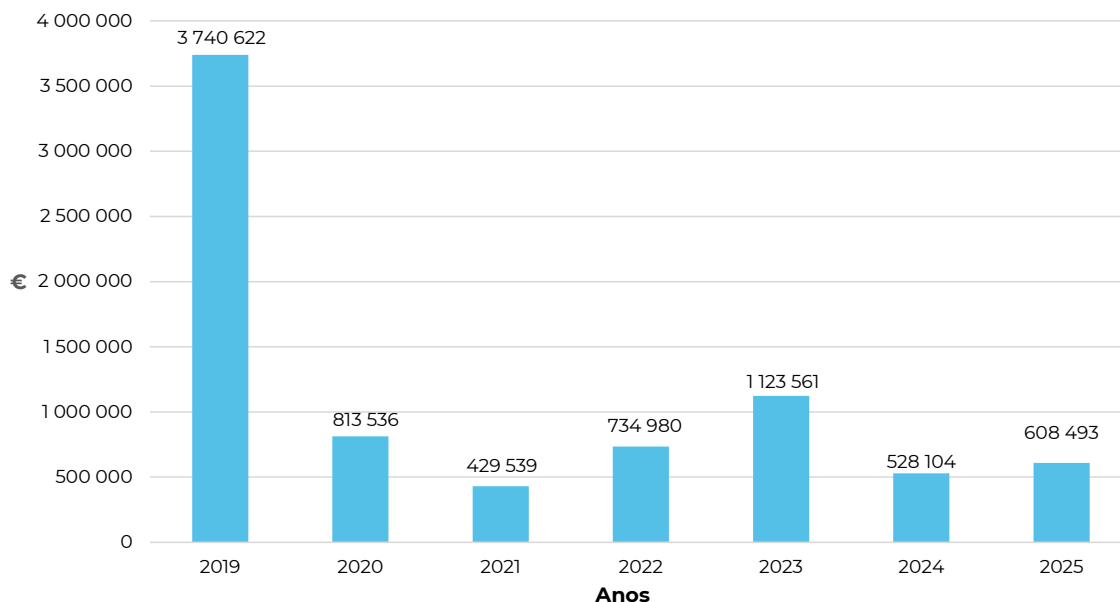
	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO							Variação	
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2024/2025	2019/2025
Fornecedores c/c	396 344	108 798	56 489	577 589	346 420	387 473	332 850	-54 623	-63 494
Fornecedores de Investimento	116 932	43 086	264 879	57 186	31 163	109 361	92 547	-16 814	-24 386
Outros credores	3 227 347	661 653	108 171	100 204	745 978	31 271	183 097	151 826	-3 044 250
<b>Total da Dívida de Curto Prazo</b>	<b>3 740 622</b>	<b>813 536</b>	<b>429 539</b>	<b>734 980</b>	<b>1 123 561</b>	<b>528 104</b>	<b>608 493</b>	<b>80 389</b>	<b>-3 132 129</b>
<b>Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo</b>	<b>5,3%</b>	<b>-78,3%</b>	<b>-47,2%</b>	<b>71,1%</b>	<b>52,9%</b>	<b>-53,0%</b>	<b>-45,8%</b>	<b>15,2%</b>	<b>-83,7%</b>
Fornecedores c/c	50,9%	-72,5%	-48,1%	922,5%	-40,0%	11,9%	-3,9%	-14,1%	-16,0%
Fornecedores imobilizado	542,5%	-63,2%	514,8%	-78,4%	-45,5%	250,9%	197,0%	-15,4%	-20,9%
Outros credores	-1,4%	-79,5%	-83,7%	-7,4%	644,5%	-95,8%	485,5%	485,5%	-94,3%

Un: Euro



Gráfico 67

### Evolução da Dívida de Curto Prazo 2019-2025



No âmbito do endividamento de curto prazo, os resultados observados entre 2019 e 2025 evidenciam igualmente uma trajetória claramente decrescente. Neste período, registou-se uma redução global de (-) 3,1 milhões de euros - de 3.740.622 € em 2019 para 608.493 € a 31 de dezembro de 2025 - o que corresponde a uma variação de (-) 83,7%.

Esta tendência, embora decrescente, no exercício de 2025 resulta da variação da dívida a Outros Credores (+) 151.826 €, em contraposição com os débitos a Fornecedores – conta corrente e de investimento que diminuem, respetivamente, (-) 54.623 € e (-) 16.814 €

No contexto global deste tipo de endividamento apresenta-se com evidente supremacia a componente de Fornecedores conta corrente, que ao perfazer 332.850 €, representa 54,7% do total do agregado, seguindo-se os débitos a Outros Credores, 183.097 € e por último, a dívida a Fornecedores de Investimento com 92.547 €. Nesta rubrica de Outros Credores estão vertidos, explicando a maior parte do seu valor, os montantes a entregar ao Estado (152.587 €), em que se incluem os valores das retenções na fonte, na sua maioria, de trabalho dependente e, com valores residuais, as contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde.

Sobre esta dinâmica de curto prazo, regista-se que os atuais montantes em dívida, se reportam a faturação emitida em datas próximas do final do mês de dezembro, encontrando-se àquela data em receção e conferência e, por maioria de razão, não vencida, a que acresce a imputação no exercício de acréscimos de gastos, não correspondendo a verdadeira dívida constituída no termo do exercício (no sentido em que não se encontra ainda titulada, nem vencida). Deste modo, o valor em dívida não



evidencia pressão relevante em matéria de gestão da dívida de curto prazo, permitindo a concretização de pagamentos dentro do prazo médio estabelecido, atualmente fixado em 3 dias.

Em sede de redução dos pagamentos em atraso, não se registam alterações, já que a Lei do Orçamento do Estado para 2025, (artigo 129.º) mantém em idênticas condições a obrigação de, até ao final do ano, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzirem no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) à data de setembro de 2021, para além da redução já prevista no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, na sua redação atual.

Neste âmbito, o Município permanece numa posição confortável, isto é, fora das entidades com pagamentos em atraso, cumprindo integral e pontualmente todas as suas obrigações, situação que remonta a maio de 2012.

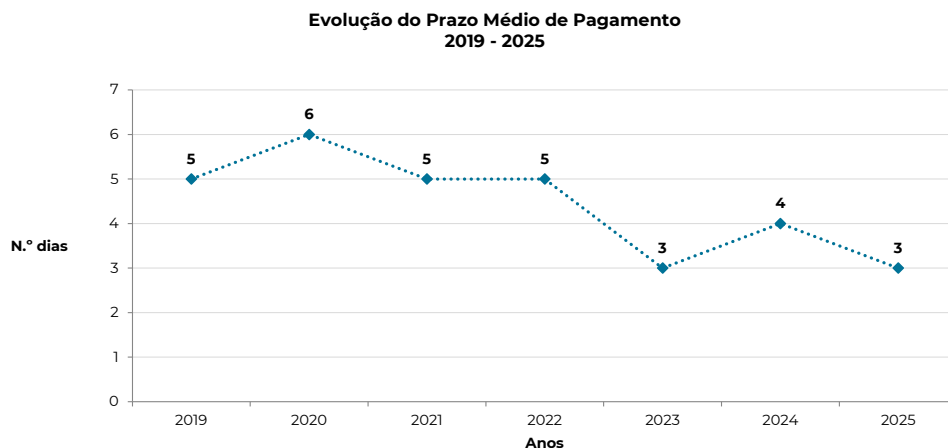
Apresenta-se também em níveis francamente satisfatórios o prazo médio de pagamento do Município, que à data de 31 de dezembro de 2025 é de 3 dias, como já foi referido.

Quadro 103

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO							
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
$PMP = \frac{\sum_{i=1}^i DF}{\sum_{i=1}^i A} \times 365$	5	6	5	5	3	4	3

(\*) Cálculo de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, excluindo Fornecedores de Imobilizado de MLP

Gráfico 68





### 1.4.3 ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU

Em cumprimento do Regime Financeiro das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), na sua redação atual, importa destacar um conjunto de medidas orientadas para o controlo do endividamento autárquico, o que justifica uma breve nota de enquadramento.

O diploma define, no artigo 52.º, o conceito de “dívida total de operações orçamentais”, determinante para a avaliação do nível de endividamento municipal.

A dívida total de operações orçamentais é o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no dito artigo 52.º, bem como para aferição dos Municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (*vide* art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (*vide* art.º 61.º).

Com este conceito do limite da dívida, passa-se a considerar que a dívida total de operações orçamentais do Município – grupo municipal –, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. E, sempre que este limite não seja cumprido, deve ser reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que o referido limite seja cumprido. Por outro lado, se o referido limite for cumprido, pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada exercício, o que claramente beneficia as autarquias locais em matéria de endividamento. Note-se, porém, que por força do disposto no artigo no artigo 144.º da LOE de 2025, no exercício de 2025, esta margem aumenta para o dobro (40%), sendo que se mantém a possibilidade de aumento para 100% se for exclusivamente para assegurar o financiamento nacional de projetos cofinanciados na componente de investimento não elegível.

Procede-se ainda ao alargamento das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do grupo municipal, na medida em que para efeitos do apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada Município, anteriormente referido, passa a ter-se em consideração, como seria desejável, os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e associativas municipais, as empresas locais, exceto se forem empresas abrangidas pelo Sector Empresarial do Estado ou Regional, as cooperativas e fundações e, por fim, as entidades de outra natureza nas quais se verifique um controlo ou presunção de controlo por parte do Município.

Ou seja, este regime jurídico vem impor e reforçar a ideia que, em regra, todas as entidades constituídas e participadas por capitais municipais relevam para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos, alargando assim de forma significativa o perímetro de entidades a considerar.

Nos casos em que seja ultrapassado o limite da dívida anteriormente referido, os Municípios têm dois mecanismos de recuperação financeira – o saneamento financeiro e a recuperação financeira. No que diz respeito ao saneamento financeiro, entende-se que o Município deve contrair empréstimos para a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros. No entanto, estes pedidos de



empréstimos têm um prazo máximo de 14 anos e devem ser instruídos com um estudo fundamentado da situação financeira e um plano de saneamento financeiro, elaborados pela câmara municipal e propostos à assembleia municipal, que vigore no período de empréstimo.

Quanto ao mecanismo da recuperação financeira, este é obrigatório sempre que o Município se encontre em rutura financeira, isto é, sempre que o limite da dívida referido seja superior a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

Para estes casos foi criado um Fundo de Apoio Municipal que tem por objeto prestar assistência financeira aos Municípios que se encontrem nos casos supracitados. As fontes de financiamento deste fundo, regulamentado em diploma próprio, incluem obrigatoriamente a participação do Estado e de todos os Municípios.

As consecutivas Leis do Orçamento do Estado (LOE) têm vindo a introduzir algumas alterações neste domínio, pelo que importa não descurar as contempladas no Orçamento de Estado de 2025, com relevância para a análise da dívida do Município promovida neste subcapítulo.

#### 1.4.3.1 LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL

Quadro 104

Receita Corrente Cobrada Líquida dos últimos três anos			
	2022	2023	2024
<b>Município (+)</b>	90 616 521	97 667 233	108 740 611
Receitas correntes líquida cobrada aos SMAS (-)	-549 730	-629 785	-769 923
<b>SMAS (+)</b>	20 799 286	20 403 609	21 212 693
Receitas correntes líquida cobrada ao Município (-)	-549 730	-631 556	-771 617
<b>Total da Receita Cobrada Líquida</b>	<b>110 316 348</b>	<b>116 809 502</b>	<b>128 411 764</b>
<b>Média dos últimos três anos</b>		<b>118 512 538</b>	
<b>Límite da Dívida Total &lt;=</b>		<b>177 768 807</b>	

Un: Euro

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), na sua redação atual, e de acordo com a norma interpretativa emitida pela Direção-Geral das Autarquias Locais, o limite referido foi calculado com base nas receitas nele discriminadas. Assim, o limite da dívida total aplicável a cada Município em 2024 é determinado nos seguintes termos:



*«1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.».*

Para efeitos de apuramento da receita corrente líquida do Município cobrada em cada ano, foi somada a receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados da Maia, deduzindo as operações recíprocas de cobrança de receita entre as duas entidades (dedução da receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados ao Município e da receita corrente líquida cobrada pelo Município aos Serviços Municipalizados).

O limite identificado corresponde ao limite global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, sendo que para os Municípios cujo valor da dívida total em cada exercício seja inferior ao valor aqui apurado, a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, isto é:

*«b) (...) só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.».*

Todavia, nos termos do disposto no artigo 144.º da LOE de 2025, no exercício de 2025, a margem de endividamento prevista na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 7 de setembro, na sua redação atual, é aumentada de 20% para 40 %, sendo que se mantém a possibilidade de aumento para 100% se for exclusivamente para assegurar o financiamento nacional de projetos cofinanciados na componente de investimento não elegível.

#### **1.4.3.2 ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS**

Definido o enquadramento legal previsto no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), identificam-se de seguida as entidades participadas pelo Município que são consideradas para efeitos de apuramento da dívida total de operações orçamentais da autarquia:

- Os Serviços Municipalizados e Intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - estas entidades relevam sempre.
- As entidades Intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada Município para as suas despesas de funcionamento.



Estas entidades relevam sempre, designadamente as associações de Municípios de direito privado, contrariamente ao que se verificava na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, para efeitos da contribuição para o endividamento líquido e endividamento de médio e longo prazo.

- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com exceção de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis números 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do Município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei.
- As cooperativas e as régies cooperativas, de acordo com o disposto no artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 58.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, proporcionalmente à participação, direta ou indireta, do Município, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas.
- As cooperativas não previstas anteriormente e as fundações, proporcionalmente à participação, direta ou indireta, do Município, as quais relevam sempre.
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do Município, pelo montante total. Estas entidades relevam sempre que se verificar a existência de controlo ou presunção do mesmo.

Neste contexto, os Fundos de Investimento Imobiliários, 100% detidos, relevaram desde 2014 para efeitos de apuramento do endividamento municipal, contrariamente ao que acontecia até 2013, apesar de estarem refletidos no Balanço Municipal, ao justo valor, desde a data da sua constituição. Note-se, porém, que durante a gerência em apreço, o Município já não era detentor de nenhum Fundo de Investimento Imobiliário.

O contributo de cada entidade para a dívida do Município — enquanto grupo municipal — corresponde ao valor da sua dívida apurada, ajustado pela percentagem de capital detida pelo Município.

No próximo quadro apresenta-se de forma sistematizada a informação relativa às entidades participadas e às respetivas quotas de participação.



## Quadro 105

ENTIDADES PARTICIPADAS	
Ano 2025	
Identificação	% Participação
<b>Serviços Municipalizados e intermunicipalizados</b>	
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100%
<b>Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais</b>	
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	10,48%
Área Metropolitana Porto	5,576%
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,947%
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,08%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,393%
ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais	-
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	4,50%
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	16,67%
Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis	1,98%
Associação Internacional das Cidades Educadoras	0,20%
Corredor do Rio Leça Associação de Municípios	25%
Portucalea - Assoc.Florestal do Grande Porto	0,20%
ENNO - Associação Energias do Norte	3,57%
<b>Entidades Regionais</b>	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	1,16%
<b>Empresas Locais e Participadas</b>	
<b>Empresas Locais</b>	
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	100%
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	100%
Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão do Património, E.M.	100%
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (2)	51%
Municípa - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	1,834%
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A	9,61%
<b>Empresas Participadas</b>	
Águas do Norte, S.A. (1)	1,243%
Aguas do Douro e Paiva, S.A. (1)	2,71%
Metro do Porto, S.A. (1)	0,00000010%
<b>Cooperativas e Fundações</b>	
Fundação do Conservatório de Música	100%
Fundação do Desporto	4,093%
Fundação da Juventude	1,34%
Fundação Serralves	0,43739%
Fundação Casa da Música	1,52%
<b>Entidades de outras natureza</b>	
FAM - Fundo de Apoio Municipal	0,46%

(1) Setor Empresarial do Estado

(2) Entidade que se encontra em processo de dissolução e liquidação



No conjunto das entidades participadas pelo Município, encontram-se excluídas do apuramento da dívida total aquelas que integram o Setor Empresarial do Estado — designadamente, Águas do Norte, S.A., Águas do Douro e Paiva, S.A., e Metro do Porto, S.A. — bem como a Turismo Porto e Norte, E.R., a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses e a ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais. Todas as demais entidades participadas são suscetíveis de relevar para efeitos de apuramento da dívida total de operações orçamentais do Município, enquanto grupo municipal.

Contudo, apenas relevam para efeitos dos respetivos limites as entidades que não apresentem resultados anuais equilibrados. O enquadramento legal considera que tal ocorre quando os resultados líquidos antes de impostos são negativos, conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, em articulação com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

Aplicando esta regra do equilíbrio anual e após análise das contas das entidades que remeteram a informação solicitada, conclui-se que as entidades abaixo identificadas não cumprem este critério. Importa, contudo, salientar que, devido à ausência de reporte de informação no fecho anual — apesar dos reiterados pedidos do Município — não foi possível apurar o contributo atualizado das seguintes entidades: Fundação de Serralves e Associação Parque de Ciência e Tecnologia do Porto. Para estas entidades foram, por isso, considerados os últimos dados disponíveis.

Mais se ressalva, as entidades que reportaram a informação à data de fecho de contas com base num apuramento provisório, Área Metropolitana do Porto e Litoral Rural, pelo que, suscetível de eventuais ajustamentos.

A exígua materialidade destas participações detidas pelo Município, e por inerência dos respetivos efeitos no endividamento municipal, determina que não fique prejudicada a fiabilidade da informação financeira produzida neste âmbito.

#### Quadro 106

ENTIDADES QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL	
ANO 2025	
Identificação	%
<b>Empresas locais</b>	
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (*)	51,00%



### **1.4.3.3 APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL**

Uma anotação sumária à referida alteração do registo contabilístico da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004 – reconduzido para o domínio dos empréstimos bancários de médio e longo prazo a partir do exercício de 2016 –, na sequência do acolhimento da recomendação do Tribunal de Contas, facto amplamente divulgado em anteriores relatos.

O conteúdo da dívida total de operações orçamentais do Município apresenta, assim, uma alteração substancial em relação ao utilizado até ao final da gerência de 2015, o que fragiliza qualquer análise comparativa que se pretenda coerente.

Neste enquadramento, no apuramento da dívida total de operações orçamentais do Município – grupo municipal – para além de estarem incluídas todas as dívidas a terceiros refletidas no balanço das entidades, deduzidas dos acréscimos e diferimentos e das generalidade das operações não orçamentais, que mais não são do que cobranças e/ou retenções de valores que se efetuam a favor de uma entidade externa, não constituindo por isso receita do Município, está contemplada a operação de antecipação de rendas de habitação social contabilizada como empréstimo de médio e longo prazo, apesar de não se tratar de dívida de natureza orçamental do Município “*stricto sensu*.”



## Quadro 107

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO MUNICÍPIO	
	2025
Identificação	Contribuição
<b>Município (1)</b>	<b>4 372 699</b>
Dívida bruta sem contrato de antecipação de rendas	2 449 080
<b>Contrato de antecipação de rendas (cessão de créditos)</b>	<b>1 923 619</b>
<b>Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)</b>	<b>546 108</b>
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	546 108
<b>Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)</b>	<b>980 835</b>
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	915 862
Área Metropolitana Porto	30 564
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	3 837
AdePorto - Agência de Energia do Porto	3 329
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	17 160
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	1 919
Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis	757
Associação Internacional das Cidades Educadoras	113
Corredor do Rio Leça Associação de Municípios	7 276
Portucalea - Associação Florestal do Grande Porto	19
ENNO - Associação Energias do Norte (**)	0
<b>Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)</b>	<b>1 743 356</b>
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (*)	1 743 356
<b>Cooperativas e Fundações (5)</b>	<b>335 864</b>
Fundação do Conservatório de Música	278 298
Fundação do Desporto	1 104
Fundação da Juventude	27 132
Fundação Serralves	14 606
Fundação Casa da Música	14 723
<b>TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO MUNICÍPIO</b> (7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	<b>7 978 862</b>
<b>LIMITE LEGAL (8)</b>	<b>177 768 807</b>
<b>MARGEM ABSOLUTA (9) =(7) - (8)</b>	<b>-169 789 945</b>
<b>MARGEM UTILIZÁVEL (alínea b) n.º 3 art.º 52 LFL (10) = - (9)<sub>Jan</sub> * 40%</b>	<b>66 602 445</b>
<b>MARGEM DISPONÍVEL PARA UTILIZAR (11) = (7)<sub>Jan</sub>+(10)-(7)<sub>Trim</sub></b>	<b>69 886 277</b>

Un: Euro

(\*) Entidade em processo de dissolução e liquidação / dissolvida

(\*\*) Pese embora constituída em Maio de 2025, não registou qualquer atividade no exercício



Com base nos resultados apurados no final do exercício de 2025, verifica-se que a dívida total de operações orçamentais do Município — considerando o grupo municipal — diminuiu de 11.262.695 € para 7.978.862 €. Este valor coloca o Município muito abaixo do limite legal aplicável, com uma margem de 169.789.945 €. Em comparação com o final de 2024, o endividamento do grupo municipal registou ainda uma redução de (-) 3.283.832 €, correspondente a cerca de (-) 29,2 %.

No quadro global do endividamento do grupo municipal, o Município e os SMAS respondem por 61,6% do total, com valores de 4.372.699 € e 546.108 €, respetivamente.

Com menor expressão, figuram a seguir, a TECMAIA e a LIPOR, com contribuições para a dívida de 1.743.356 € e 915.862 €, respetivamente.

A contribuir com valores acima de cem mil euros, surge ainda a Fundação Conservatório de Música da Maia (278.298 €).

Estas entidades, em conjunto, representam (+) 98,5% de toda a dívida do grupo municipal, pelo que o contributo das restantes participadas — identificadas no quadro anterior — é residual e sem impacto individual relevante.

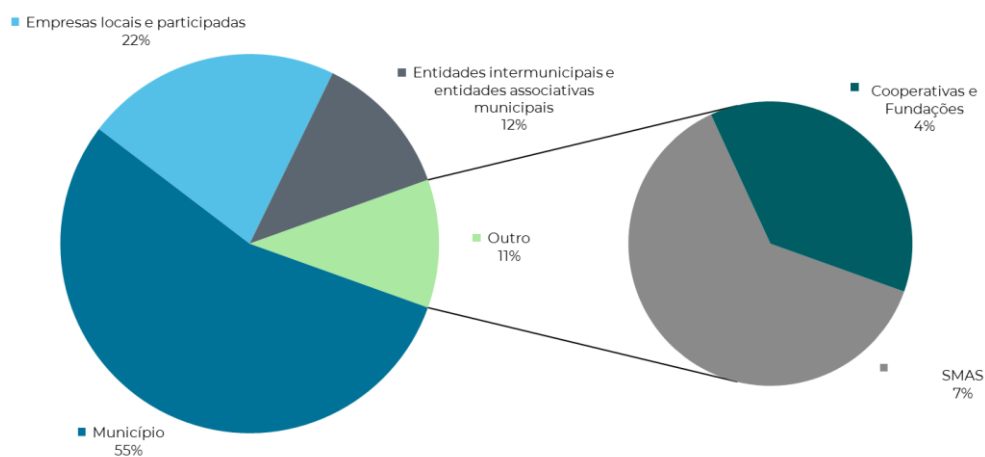
Relativamente à redução do endividamento face ao período homólogo, destacam-se novamente o Município e os SMAS, responsáveis por diminuições de (-) 2.157.429 € e (-) 1.380.195 €, respetivamente.

A TECMAIA regista também uma redução, embora de menor dimensão, no valor de (-) 205.655 €.

Em sentido contrário, observa-se um aumento da dívida da LIPOR, que sobe (+) 348.872 €. As restantes entidades não apresentam variações significativas que mereçam destaque individual.

Em matéria de margem de endividamento utilizável, impõe-se mencionar que nos termos do disposto no artigo 144.º da LOE de 2025, durante o ano de 2025, a margem de endividamento prevista na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 7 de setembro, na sua redação atual, é aumentada de 20% para 40 %, sendo que se mantém a possibilidade de aumento para 100% se for exclusivamente para assegurar o financiamento nacional de projetos cofinanciados na componente de investimento não elegível.

Gráfico 69

Contributo por natureza da entidade  
Ano de 2025

No quadro que se apresenta de seguida, sistematiza-se a dívida total de operações orçamentais, distinguindo-a de acordo com o seu grau de exigibilidade. Esta decomposição permite obter uma visão mais detalhada da estrutura do endividamento do Município, numa perspetiva consolidada de grupo municipal.



## Quadro 108

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
Ano 2025				
Identificação	%	Dívidas a terceiros de MLP (b)	Dívidas a terceiros de CP (c)	Contribuição (d) =(b)+(c)
	(a)			
<b>Município (1)</b>	<b>100%</b>	<b>1 953 813</b>	<b>2 418 885</b>	<b>4 372 699</b>
<b>Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)</b>		<b>233 756</b>	<b>312 352</b>	<b>546 108</b>
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100%	233 756	312 352	546 108
<b>Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)</b>		<b>42 306</b>	<b>938 529</b>	<b>980 835</b>
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	10,48%	40 034	875 828	915 862
Área Metropolitana Porto	5,576%	278	30 286	30 564
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,947%	0	3 837	3 837
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,08%	0	3 329	3 329
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	4,50%	1 994	15 166	17 160
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	16,67%	0	1 919	1 919
Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis	1,98%	0	757	757
Associação Internacional das Cidades Educadoras	0,20%	0	113	113
Corredor do Rio Leça Associação de Municípios	25,00%	0	7 276	7 276
Portucalea - Assoc.Florestal do Grande Porto	0,20%	0	19	19
ENNO - Associação Energias do Norte (**)	3,57%	0	0	0
<b>Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)</b>		<b>0</b>	<b>1 743 356</b>	<b>1 743 356</b>
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (*)	51,00%	0	1 743 356	1 743 356
<b>Cooperativas e Fundações (5)</b>		<b>18 603</b>	<b>317 261</b>	<b>335 864</b>
Fundação do Conservatório de Música	100%	0	278 298	278 298
Fundação do Desporto	4,093%	0	1 104	1 104
Fundação da Juventude	1,34%	18 603	8 530	27 132
Fundação de Serralves	0,43739%	0	14 606	14 606
Fundação Casa da Música	1,52%	0	14 723	14 723
<b>TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO GRUPO MUNICIPAL (7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)</b>		<b>2 248 478</b>	<b>5 730 384</b>	<b>7 978 862</b>

Un: Euro

(\*) Entidade em processo de dissolução e liquidação

(\*\*) Pese embora constituída em Maio de 2025, não registou qualquer atividade no exercício

Do total da dívida do grupo municipal reportada a 31 de dezembro de 2025, no valor de 7.978.862 €, 71,8% correspondem a dívida de curto prazo (5.730.384 €), enquanto os restantes 28,2% se referem a dívida médio e longo prazo (2.248.478 €).

Nos gráficos seguintes ilustra-se não só a posição da dívida total do Município — enquanto grupo municipal — face ao limite legal aplicável, mas também o contributo individual de cada entidade participada.



Gráfico 70

Peso da Dívida por Grau de Exigibilidade  
Ano de 2025

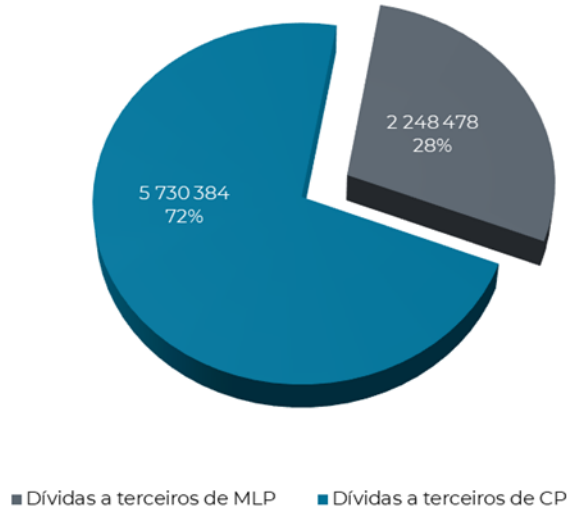


Gráfico 71

DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL  
Posicionamento face aos limites legais  
Ano 2025

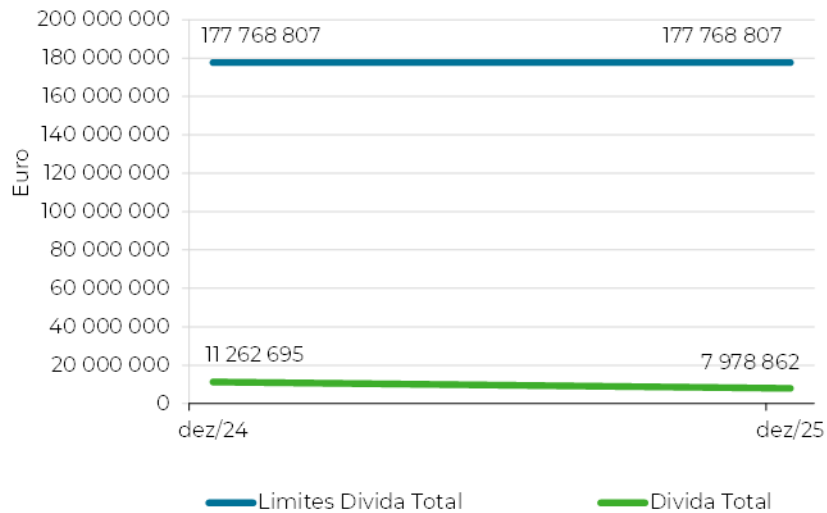
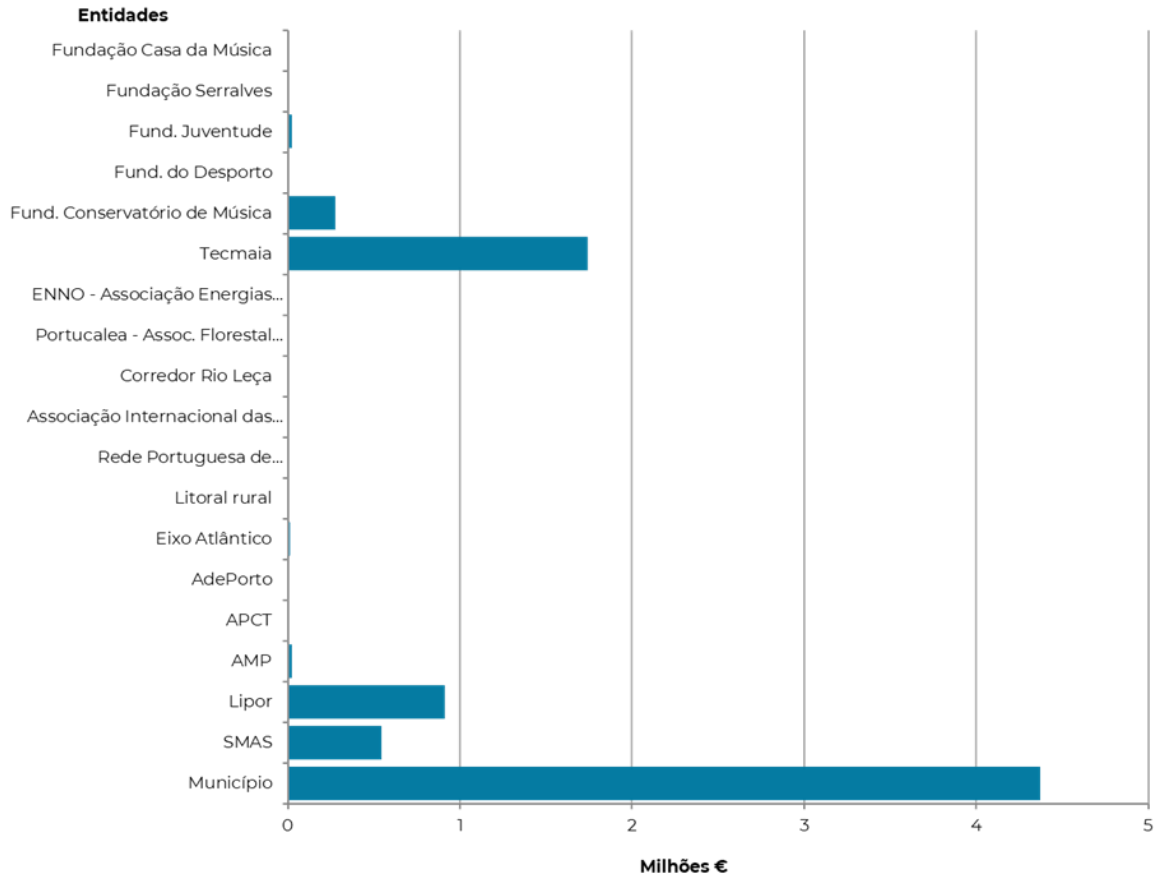




Gráfico 72

Dívida Total do Grupo Municipal  
Contribuição das entidades  
Ano 2025







# INDICADORES ORÇAMENTAIS



Quadro 109

INDICADORES ORÇAMENTAIS								
INDICADORES			2024		2025		VARIÇÃO	
							2024/2025	
1	Grau de Execução Orçamental da Receita	Receita Cobrada Líquida	185 244 831	107,9%	223 469 654	88,4%	-18,1%	
		Previsões Corrigidas	171 627 001		252 896 305			
	2	Grau de Execução Orçamental da Despesa	Despesa Paga Líquida	106 860 404	62,3%	147 130 830	58,2%	-6,6%
			Dotações Corrigidas	171 627 001		252 896 305		
	3	Indicador da Estrutura da Receita Efetiva	Receita Cobrada Efetiva	134 300 864	72,5%	145 085 226	64,9%	-10,4%
			Total da Receita Cobrada	185 244 831		223 469 654		
	4	Indicador da Estrutura da Despesa Efetiva	Despesa Paga Efetiva	105 516 427	98,7%	145 934 345	99,2%	0,5%
			Total da Despesa Paga	106 860 404		147 130 830		
	5	Saldo Corrente	Receita Corrente-Despesa Corrente	27 996 629	-	34 829 741	-	24,4%
	6	Saldo de Capital	Receita de Capital-Despesa de Capital	56 092	-	- 37 164 819	-	-66357,4%
7	Saldo Primário	Receita Efetiva-Despesa Efetiva+Juros e Outros Encargos	28 889 814	-	- 709 372	-	-102,5%	
8	Saldo Global	Receita Efetiva-Despesa Efetiva	28 784 437	-	- 849 118	-	-102,9%	
9	Grau de Realização das Liquidações	Receita Cobrada Líquida	185 244 831	96,7%	223 469 654	95,0%	-1,8%	
		Liquidações	191 609 315		235 278 659			
10	Grau de Execução das Obrigações	Despesa Paga Líquida	106 860 404	99,7%	147 130 830	99,8%	0,0%	
		Obrigações	107 141 089		147 490 135			



# ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) constitui o referencial normativo que enquadra contabilisticamente a elaboração das Demonstrações Financeiras relativas a 2025, na sequência da mudança implementada em 2020 e da consequente substituição do antigo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Os quadros e mapas que integram o dossiê de prestação de contas asseguram uma representação fidedigna da posição económica e financeira do Município à data de 31 de dezembro de 2025, apresentando, na maioria dos casos, uma comparação com o período homólogo aprovado.

De acordo com o normativo referido, o dossiê das demonstrações financeiras anuais individuais é composto pelos seguintes documentos:

- a) Balanço;
- b) Demonstração dos resultados por naturezas;
- c) Demonstração das alterações no património líquido;
- d) Demonstração dos fluxos de caixa;
- e) Anexo às demonstrações financeiras.

A análise do conjunto de informação disponibilizada permite extrair dados relevantes para os diferentes *stakeholders* do Município, nomeadamente munícipes e eleitores, trabalhadores, fornecedores e entidades de tutela.

Deste modo, são igualmente divulgados elementos fundamentais sobre a rentabilidade e sustentabilidade da autarquia e da sua atividade, o valor dos direitos e obrigações de que o Município da Maia é titular, os recursos disponíveis e o volume de encargos assumidos no exercício, essenciais para a prossecução das suas competências.

A elaboração do presente relatório de gestão tem como propósito complementar a informação financeira de natureza contabilística constante dos mapas, acrescentando contexto e explicações adicionais que contribuam para uma interpretação mais completa e fundamentada dos resultados apresentados.



# BALANÇO





Ao iniciar a análise das demonstrações financeiras municipais — cujo enquadramento legal foi abordado no subcapítulo anterior — o presente relatório começa pela apreciação do Balanço municipal. Estruturado em dois blocos, o primeiro, correspondente ao Ativo, reúne os recursos de que a autarquia dispõe para cumprir as suas atribuições. O segundo bloco apresenta as fontes de financiamento que estiveram na origem desses ativos, distinguindo entre capitais próprios (património líquido) e capitais alheios (passivos).

No final de 2025 o Balanço municipal era composto da seguinte forma:



## Quadro 110

RUBRICAS	DATAS		Variação	Variação
	2025	2024	€	%
<b>ATIVO</b>	<b>570 384 410</b>	<b>534 705 877</b>	<b>35 678 534</b>	<b>6,7%</b>
<b>Ativo não corrente</b>	<b>422 431 193</b>	<b>386 430 550</b>	<b>36 000 643</b>	<b>9,3%</b>
Ativos fixos tangíveis	380 052 843	343 963 741	36 089 102	10,5%
Propriedades de investimento	1 179 552	1 238 468	-58 917	-4,8%
Ativos intangíveis	405 643	668 894	-263 251	-39,4%
Participações financeiras	24 518 059	24 460 941	57 118	0,2%
Contas a receber	8 874	13 980	-5 107	-36,5%
Diferimentos	3 944	7 771	-3 827	-49,2%
Outros ativos financeiros	16 262 278	16 076 755	185 524	1,2%
<b>Ativo corrente</b>	<b>147 953 217</b>	<b>148 275 327</b>	<b>-322 109</b>	<b>-0,2%</b>
Contas a receber	63 668 841	61 948 376	1 720 465	2,8%
Devedores por acréscimos de rendimentos	60 072 363	58 356 651	1 715 712	2,9%
Outras contas a receber	3 596 478	3 591 724	4 754	0,1%
Inventários	0	0	0	-
Diferimentos	724 375	532 296	192 079	36,1%
Caixa e depósitos	83 560 002	85 794 656	-2 234 654	-2,6%
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>509 497 676</b>	<b>481 878 552</b>	<b>27 619 124</b>	<b>5,7%</b>
Património/ Capital	378 349 550	367 059 046	11 290 504	3,1%
Reservas e Resultados Transitados	16 986 052	11 986 052	5 000 000	41,7%
Ajustamentos de transição para o SNC-AP	12 605	12 605	0	0,0%
Ajustamentos em ativos financeiros	-14 388 060	-14 297 654	-90 406	-0,6%
Outras variações do património líquido	104 327 986	100 928 450	3 399 536	3,4%
Resultado líquido do período	24 209 544	16 190 054	8 019 490	49,5%
<b>PASSIVO</b>	<b>60 886 734</b>	<b>52 827 324</b>	<b>8 059 410</b>	<b>15,3%</b>
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>	<b>7 916 104</b>	<b>9 843 154</b>	<b>-1 927 050</b>	<b>-19,6%</b>
Provisões	3 022 495	3 135 829	-113 334	-3,6%
Financiamentos obtidos	1 953 813	3 767 529	-1 813 716	-48,1%
Diferimentos	2 939 796	2 939 796	0	0,0%
<b>PASSIVO CORRENTE</b>	<b>52 970 630</b>	<b>42 984 171</b>	<b>9 986 459</b>	<b>23,2%</b>
Contas a pagar	15 862 381	16 011 677	-149 296	-0,9%
Financiamentos obtidos	1 810 393	2 234 494	-424 102	-19,0%
Credores por acréscimos de gastos	6 222 318	5 838 850	383 468	6,6%
Outros credores	7 829 671	7 938 332	-108 661	-1,4%
Diferimentos	37 108 249	26 972 494	10 135 755	37,6%

Un.: Euro

Destaque desde logo para o resultado líquido do período, no montante de (+) 24.209.544 €, observando um crescimento de (+) 49,5% comparativamente com o apurado no ano anterior.

Constata-se ainda que todas as componentes do balanço – Ativo, Património Líquido e Passivos – observam variações positivas respetivamente de (+) 6,7%, (+) 5,7% e (+) 15,3 %. Relativamente a esta última, salienta-se que a variação registada, tal como sucedeu no ano anterior, resulta exclusivamente



do aumento expressivo dos Diferimentos, em virtude da intensificação da execução financeira dos projetos financiados (iniciada já no ano anterior), em particular no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência. Com efeito, se for excluída da variação total do passivo municipal o acréscimo verificado nos Diferimentos correntes, regista-se, entre a abertura e o fecho do exercício, uma diminuição dos passivos totais no montante de (-) 2.076.345 €. Não obstante a necessária contextualização, este aumento altera ligeiramente a autonomia financeira da autarquia, que varia (-) 1 p.p., ascendendo no final de 2025 a 89,3% - uma percentagem que permanece confortavelmente digna de ser assinalada.

No termo do exercício, Ativos e Passivos totalizavam respetivamente 570.384.410 € e 60.886.734 € (o equivalente a 11% dos primeiros).

Em valor absoluto, verifica-se que o Património Líquido se reforça em (+) 27.619.124 €, que somado ao crescimento dos Passivos municipais de (+) 8.059.410 €, patrocinam o reforço dos Ativos em (+) 35.678.534 €.

Pelo exposto, 2025 caracterizou-se por estabilidade na consolidação da posição financeira do Município, prosseguindo-se no presente relatório com a análise individual de cada uma das componentes do balanço.

### 1.6.1.1 ATIVO

A 31 de dezembro de 2025 o Ativo cifrava-se em 570.384.410 €, contribuindo para este valor sobretudo o Ativo Não Corrente (74,1%). A um nível mais desagregado, contribuem para a variação positiva ocorrida no Ativo, de (+) 36.089.102 €, sobretudo os Ativos Fixos Tangíveis e as Contas a Receber, seguidos com menor materialidade das variações registadas nos Diferimentos, correntes, nas Participações Financeiras e Contas a Receber, correntes.

Permanecendo como componente dominante, os **Ativos Fixos Tangíveis**, contribuem para 66,6% do Ativo total e 90% do Ativo Não Corrente, exibindo um crescimento de (+) 36.089.102 €, cifrando-se no momento de reporte a 380.052.843 €. Esta componente, de *per si*, excede a variação total registada nos Ativos Não Correntes.

Tendo em conta que os montantes apresentados no balanço refletem, conforme estipulado pelo normativo de enquadramento, o valor líquido dos ativos — isto é, o respetivo valor bruto deduzido das amortizações acumuladas desde o início da sua utilização — apresenta-se, de seguida, um quadro detalhado que evidencia as variações ocorridas nas diferentes componentes que o integram.



### Quadro III

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS						
Rubricas	2025		2024			
Partes de capital	Valor	%	Valor	%	Variação	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	74 331 786	19,6%	72 921 034	21,2%	18,2%	1 410 752
Terrenos e recursos naturais	76 982 986	20,3%	72 928 431	21,2%	19,4%	4 054 555
Edifícios e outras construções	168 427 007	44,3%	174 158 581	50,6%	52,5%	-5 731 574
Equipamento básico	4 600 597	1,2%	4 479 114	1,3%	1,2%	121 483
Equipamento de transporte	376 654	0,1%	87 095	0,0%	0,1%	289 559
Equipamento administrativo	243 032	0,1%	293 537	0,1%	0,1%	-50 505
Outros ativos fixos tangíveis	1 957 461	0,5%	1 864 655	0,5%	0,5%	92 806
Ativos fixos tangíveis em curso	53 133 321	14,0%	17 231 295	5,0%	8,0%	35 902 026
<b>TOTAL</b>	<b>380 052 843</b>		<b>343 963 741</b>			<b>36 089 102</b>

Un.: Euros

Os Edifícios e outras construções apresentam uma vez mais o maior contributo para a formação deste ativo, respondendo por mais de metade do valor dos Ativos Fixos Tangíveis e totalizando, à data de reporte, 168.427.007 €, (-) 5.731.574 € do que no período homólogo. Deste valor, porém, deverá considerar-se que 5.153.200 € traduziram, em rigor, uma mera reclassificação contabilística para a rubrica de Ativos fixos tangíveis em curso. Entre as novas entradas corridas no exercício, assinalam-se a aquisição da Quinta do Mosteiro, e bem assim a conclusão de um volume significativo de empreitadas relacionadas com a recuperação de várias escolas do concelho, pavilhões e infraestruturas desportivas concelhias.

Em segundo lugar, apresentam-se sensivelmente a par os Terrenos e recursos naturais (76.982.986 €) e os Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural (74.331.786 €), cuja ponderação individualmente considerada nos Ativos Fixos Tangíveis ascende os 19,6%.

Na primeira destas componentes, os Terrenos e recursos naturais, é observável um aumento de (+) 4.054.555 €, para que contribuíssem no exercício as aquisições de prédios com vista à sua integração no domínio privado do Município para construção de habitação a custos controlados, com interesse social, no âmbito do programa 1º Direito (ao abrigo do acordo de colaboração celebrado com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana), a que se junta ainda a aquisição de prédio rústico, sito no Lugar do Patrão, Quinta do Mosteiro, freguesia de Moreira, sobre o qual recaiu o interesse do Município, materializado na sua aquisição.

Por sua vez, no que respeita aos Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural, a variação registada no período ascende (+) 1.410.752 €, com origem sobretudo nas melhorias introduzidas em infraestruturas rodoviárias, em arruamentos vários distribuídos pelas diversas freguesias que compõem o concelho, e em múltiplos parques e jardins municipais.

Estas três componentes contribuem para 84,1% dos Ativos fixos tangíveis totais inscritos no Balanço municipal a 31 de dezembro de 2025, razão por que não se afigura relevante uma análise tão detalhada das demais componentes.



De seguida, com menor materialidade (pouco mais de 53 milhões de euros) porém observando um significativo crescimento no exercício, apresentam-se os Ativos fixos tangíveis em curso, cuja variação no exercício, (+) 35.902.026 € reflete sobretudo a alavancagem dos trabalhos realizados no âmbito do Programa 1.º Direito.

Prosseguindo idêntico critério de análise ao adotado em anos anteriores, orientada a análise das rubricas pela ordem por que figuram no Balanço, seguem as **Propriedades de Investimento**, totalizando no fim do exercício 1.179.552 €, registando uma variação pouco significativa entre o início e o final do ano de (-) 4,8%.

Figuram seguidamente os **Ativos Intangíveis** que totalizam no momento de reporte 405.643 €, observando uma redução comparativamente com o valor registado no período homólogo de (-) 263.251 €, em consequência de as depreciações do exercício serem superiores, em valor absoluto, às entradas de novos ativos.

Em quarto lugar, apresentam-se as **Participações Financeiras**, a segunda rubrica do Ativo não Corrente com maior materialidade a seguir aos Ativos Fixos Tangíveis (24.518.059 €), apresentando uma variação entre o início e o fim do exercício de (+) 57.118 €. Aqui se encontram refletidas as partes de capital detidas pelo Município, em entidades de diversa natureza, controladas ou não – isto é, todas as participações em empresas municipais da Maia, a Fundação Conservatório de Música da Maia, o Fundo de Apoio Municipal, a Águas do Norte, S.A. e a Águas de Douro e Paiva, entre outros de inferior materialidade. Atenta a afinidade de conceitos e tal como em anos anteriores, antecipa-se a análise da rubrica de **Outros Ativos Financeiros**, de modo que possa o presente relatório debruçar-se sobre ambas de uma só vez. No termo do exercício, este ativo encontrava-se valorado por 16.262.278 €, (+) 1,2% do que no período homólogo.

Agregadas todas as participações que integram o perímetro de consolidação de contas do grupo municipal nas contas individuais do Município, insere-se seguidamente quadro detalhando contendo informação acerca da situação de cada uma à data do reporte.



## Quadro 112

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS / OUTROS ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS - entidades do perímetro de consolidação -						
	% Detida	Custo de Aquisição	Capital próprio Ajustado		Variação	
			2025	2024	Participações Financeiras	Provisões
<b>Partes de capital</b>						
EMEM - Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia	100%	124 699	585 530	570 702	14 828	0
Fundação Conservatório de Música da Maia	100%	22 938	-384 225	-168 963	0	215 263
Maiambiente - Empresa Municipal de Ambiente	100%	1 496 394	3 829 157	3 860 049	-30 892	0
Espaço Municipal - Ren. Urbana e Gestão Património	100%	12 811 338	16 234 225	16 161 043	73 182	0
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	51%	2 799 390	-2 576 918	-2 531 015	0	45 903
<b>Outras Aplicações Financeiras</b>						
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A	1,83%	150 199	62 738	61 139	1 600	0
STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.	9,61%	30 951 940	15 693 758	15 509 760	183 998	0

Un.: Euros

Na primeira parte do quadro apresentam-se as entidades do setor empresarial local controladas pelo Município da Maia, enquanto na segunda se incluem participações minoritárias no mesmo setor.

A estrutura dos Capitais Próprios ajustados permanece, conforme resulta da leitura direta ao quadro, estável face ao cenário existente em fins de 2024.

Apresentando-se como a participação com maior valor à data de reporte, figura a participação na Espaço Municipal, cujo capital próprio aferido ao momento de reporte do presente relatório ascendia a 16.234.225 €.

Assumindo a segunda posição, avalia-se o capital detido na Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A. em 15.693.758 €, isto não obstante a participação municipal se cingir a 9,61% das ações que titulam o capital social, de que resulta a ausência de controlo por parte da autarquia. Em 2025, o valor desta participação regista um aumento de (+) 1%.

Em terceiro lugar no espectro total das participações detidas pelo Município e em segundo no grupo mais restrito das participações em empresas municipais, permanece a Maiambiente cujo Capital Próprio ascende, a 31 de dezembro, a 3.829.157 €, registando uma desvalorização de (-) 1% relativamente ao período homólogo, cujo detalhe se remete para o relatório de gestão individual da participada.

No que respeita às restantes participações, estas correspondem a valores substancialmente inferiores aos analisados anteriormente.

A rubrica que se apresenta de seguida, no espectro do Ativo não corrente, é a das **Contas a receber** (desta natureza) que totalizam, no fim de 2025, o montante de 8.874 € que, registando uma redução significativa comparativamente com o saldo quantificado no período homólogo ((-) 36,5%), reforça a sua imaterialidade comparativamente com as demais rubricas dos Ativos Não Correntes.



Com natureza não exigível, apresentam-se ainda e por último no Ativo Não Corrente (uma vez que a análise dos Outros Ativos Financeiros se antecipou já no presente relatório), os **Diferimentos** em que se incluem os encargos com licenciamento de software imputáveis à atividade municipal num horizonte temporal superior a um ano e cujo contributo para as contas em apreço se cifra também imaterial.

Avançando no presente relatório com a análise das componentes do primeiro membro do balanço, o Ativo, prossegue-se agora com o **Ativo Corrente**, que se quantificou no final de 2025 em 147.953.217 €, variando (-) 0,2% entre a abertura e fecho do exercício, mais constatando que essa redução é consequência direta sobretudo da variação ocorrida das Disponibilidades, uma vez que os Diferimentos vêm os seus saldos aumentados e o acréscimo das Contas a Receber é muito menor.

No seio da sua composição, verifica-se que as Contas a Receber assumem, neste exercício, a segunda posição na explicação do Ativo Corrente, contrariamente ao ano anterior, em que assumiam uma porção dominante desta componente do Ativo, sendo responsáveis por 43% do Ativo Corrente e cerca de 11,2% do Ativo total.

Dedicando-nos agora à análise das **Contas a Receber**, servem estas habitualmente para sinalizar a capacidade autárquica para cobrar as dívidas que detém sobre terceiros. Focando particularmente naquelas cujas expectativas de realização remontam a um horizonte temporal inferior a um ano, verifica-se que os respetivos saldos aumentam (+) 2,8% relativamente ao período homólogo, ascendendo no final de 2025 a 63.668.841 €.

Detalhada a sua composição, os Devedores por acréscimos de rendimentos são, com (60.072.363 €), a componente com a maior contribuição, seguida pelas Outras contas a receber (3.596.478 €). Para a primeira revertem, à semelhança de anos anteriores, os montantes relativos à especialização de rendimentos decorrentes de serviços prestados pelo Município no exercício que, não se encontrando ainda titulados de tal modo que pudessem ser reconhecidos como verdadeiras dívidas cobráveis ao fecho do exercício, foram, porém, especializados. Na segunda, pelo contrário, contemplam-se verdadeiros saldos exigíveis

Se agregadas as duas componentes de Contas a Receber municipais, correntes e não correntes, este saldo ativo apresenta-se assim decomposto:



## Quadro 113

CONTAS A RECEBER			
	2025	2024	Variação
<b>No Ativo Não Corrente</b>	<b>8 874</b>	<b>13 980</b>	<b>-36,5%</b>
Clientes, contribuintes e utentes	8 874	13 980	-36,5%
<b>No Ativo Corrente</b>	<b>63 668 841</b>	<b>61 948 376</b>	<b>2,8%</b>
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2 152 106	2 342 064	-8,1%
Clientes, contribuintes e utentes	66 230	122 521	-45,9%
Estado e outros entes públicos	576	25 434	-97,7%
Devedores por acréscimos de rendimentos	60 072 363	58 356 651	2,9%
Outros devedores	1 377 566	1 101 705	25,0%
<b>Total</b>	<b>63 677 714</b>	<b>61 962 356</b>	<b>2,8%</b>

Un: Euro

Assim detalhada a informação, é possível concluir deste logo que aumentam ligeiramente estes saldos, em consequência da evolução da sua componente corrente. Reduzem também todas as suas subcomponentes com a exceção dos Devedores por acréscimos de rendimentos e Outros devedores, que assim determinam conjuntamente a evolução de todo o grupo. Esta primeira parcela, Devedores por acréscimos de rendimentos, mantém (e reforça no exercício) a posição dominante que assumia anteriormente, registando uma variação de saldo de (+) 1.715.712 € entre a abertura do exercício e o seu término.

Para uma melhor compreensão dos montantes aqui refletidos, detalha-se de seguida a composição desta rubrica, inserindo-se o quadro que segue:

## Quadro 114

DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS - RENDIMENTOS	
<b>Impostos e Taxas</b>	<b>42 152 158</b>
IMI	24 038 129
IMT	2 852 212
Derrama	14 922 663
Outros	339 154
<b>Juros a receber e outros rendimentos financeiros</b>	<b>9 175</b>
<b>Outros acréscimos de rendimentos</b>	<b>17 911 030</b>
<b>TOTAL</b>	<b>60 072 363</b>

Un: Euros



Os impostos mantêm-se como maior contribuinte para o valor contabilizado nesta rubrica, recordando-se que para aqui conflui a porção de impostos a arrecadar correspondente a acontecimentos ocorridos tributariamente no exercício em presença e que, por essa razão, devem ser refletidos financeiramente de acordo com a sua periodização. Dentre todos os impostos, o Imposto Municipal sobre Imóveis mantem-se com a maior contribuição (24.038.129 €, registando uma variação de (+) 1,2%), seguido na sua materialidade pela Derrama, com 14.922.663 €. Estes dois impostos contribuem conjuntamente para 92,4% do total dos Impostos e Taxas especializados e 64,9% dos saldos devedores ativos aqui considerados globalmente.

A segunda componente com maior contributo é a que respeita a Outros Acréscimos de Rendimentos, para a qual fluem com maior destaque a Participação no IRS e no IVA (com 12.373.386 € e 1.628.009 € respetivamente), a que se juntam outros acréscimos relacionados com Transferências/ Subsídios Correntes (3.208.285 €).

Analisados os saldos de Devedores por acréscimos de Rendimentos tidos como relevantes, continua o relatório em presença na análise às Contas a Receber municipais, orientado agora para o saldo de Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, que totaliza no momento de reporte 2.152.106 €. Para este valor concorrem exclusivamente os créditos detidos, decorrentes da execução financeira de conjunto de mais 50 projetos cofinanciados.

Apresenta-se em terceiro lugar no cômputo das Contas a Receber, pela sua materialidade, a rubrica de Outros devedores cujo saldo, deduzido de imparidades reconhecidas nos termos legais, ascende a 1.377.566 €, variando (+) 25% relativamente ao exercício anterior. Aqui se incluem ainda os valores devidos pela Tecmaia, no âmbito de processos de contencioso tributário e cujo valor em dívida permanecia, a 31 de dezembro, em 653.959 €.

Em penúltimo lugar, o saldo global de Cientes, contribuintes e utentes totaliza 75.104 €, 88,2% dos quais correspondem a saldos de natureza corrente. Para este saldo, apurado em termos líquidos, convergem (entre outros) saldos já de cobrabilidade incerta, a que correspondem 1.501.758 € de saldos devedores em cobrança duvidosa e imparidades acumuladas reconhecidas no montante de 1.482.286 €.

Chegados à penúltima componente do Ativo, apresentam-se os Diferimentos (ativos) de natureza corrente. Para aqui convergem os gastos a reconhecer a menos de doze meses, que se cifram no final de 2025 a 724.375€. Aqui se inclui, desde logo, o valor das existências em stock cuja previsão de consumo, no ciclo produtivo municipal de prestação de serviço público, incidirá previsivelmente no próximo exercício, adicionando-se ainda os valores que, sendo titulados e pagos no exercício objeto da presente análise, devem ser imputados no exercício subsequente - prémios de seguro (na parte imputável a 2026) e rendas pagas antecipadamente são os exemplos mais paradigmáticos.

Por último, porém apresentando valores de modo cuja materialidade se cifra incontornável, apresentam-se as Disponibilidades, no valor de 83.560.002 €, compostas de saldos de Caixa, Depósitos à Ordem e Outros Depósitos (de Garantias e Cauções), respetivamente nos montantes de 5.242 €,



76.425.376 € e 7.129.384 €. Esta última componente corresponde, tal como sucedeu em anos anteriores, a cauções que, recorde-se, correspondem às designadas dotações não orçamentais, traduzindo um ativo que, pese se encontre no momento de reporte depositado nos cofres municipais, não se encontra disponível para seu livre usufruto.

O ciclo de tesouraria, desalinhado da tendência constatada nos exercícios anteriores, registou desta vez fluxos de caixa globalmente negativos, com origem na evolução dos fluxos de caixa associados às atividades de investimento, conforme adiante se perceberá melhor no subcapítulo dedicado à análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Em particular, assinalam-se com destaque os movimentos de Tesouraria associados ao financiamento das aquisições de ativos fixos e investimentos, cujos recebimentos (cerca de 18,5 milhões de euros) se cifram claramente inferiores aos pagamentos que lhes estão associados (mais de 55 milhões de euros). Com impacto direto e significativo nesta dinâmica, destaca-se o desfasamento temporal entre o financiamento da mandatada Espaço Municipal, que acompanha o ritmo real de execução do Programa 1.º Direito, e a transferência dos financiamentos que lhes correspondem, por parte do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.

Na análise à evolução das Disponibilidades regista-se ainda o facto de, mesmo sem considerar as dotações natureza não orçamental, estas cobrirem 1,38 vezes a totalidade do Passivo Municipal.

### 1.6.1.2 PASSIVO

No segundo membro do Balanço, quantificam-se as fontes de financiamento que suportaram a acumulação do ativo municipal (a que se dedicou o subcapítulo anterior no presente relatório).

O Passivo, que traduz o financiamento por capitais alheios, ascende no final de 2025, a 60.886.734 €, registando no exercício uma variação positiva de 8.059.410 €. Esta variação tem origem, conforme já foi referido, à evolução dos Diferimentos correntes, que regista de *per si* um crescimento de (+) 10.135.755 €.

Na distribuição relativa entre saldos passivos correntes e não correntes, verifica-se que estes respondem respetivamente por 87% e 13% do Passivo Total, reforçando-se no exercício a posição de liderança do primeiro.

Desconsiderando a natureza das rubricas, são três as grandes componentes que compõem o Passivo municipal: as Contas a Pagar, as Provisões e os Diferimentos. Estas componentes são apresentadas no balanço decompostas depois, de acordo com o seu grau de exigibilidade, e subsequentemente imputadas a uma das duas partes do Passivo: Não Corrente (se esta for superior ou igual a doze meses) ou Corrente (se inferior). Assim analisadas, independentemente da sua exigibilidade, verifica-se que os Diferimentos apresentam variações positivas (+) 33,9%, enquanto as Contas a Pagar e as Provisões registam uma redução de valor no período, respetivamente de (-) 9,9% e (-) 3,6%. Assim se conclui que



das três componentes, os Diferimentos (em particular os de natureza correntes) são os únicos responsáveis pelo aumento registado no passivo globalmente.

Também a posição relativa com que cada uma destas componentes se apresenta a contribuir para o Passivo Total sofre alterações, passando os Diferimentos a assumir a posição dominante (contribuem para 65,8 % do passivo total), em valor absoluto com (40.048.045 €), seguidas das Contas a Pagar (17.816.194 €) e, por último, das Provisões acumuladas (3.022.495 €).

Avançando na apreciação das diversas componentes do Passivo municipal, prossegue-se, como se fez na análise do Ativo, assumindo como critério a ordem por que se apresenta cada uma.

A primeira rubrica a considerar são, assim, as **Provisões**, salientando-se aqui a variação registada, de (-) 3,6% do valor acumulado no termo do exercício anterior. Para esta variação contribui a diminuição do risco associado aos processos judiciais em curso, reduzido em (-) 374.500 €, efeito esbatido pelo reforço da provisão constituída para fazer face a riscos de diversa natureza (que reflete, com maior materialidade, a deterioração dos capitais próprios da Fundação Conservatório de Música da Maia). No final do exercício, as Provisões cifram-se em 3.022.495 €, (-) 113.334 € do que na sua abertura.

Os **Financiamentos Obtidos**, que se apresentam logo de seguida, se consideradas conjuntamente as componentes não corrente e corrente, uma redução comparativamente com o período homólogo de (-) 37%. Esta é uma parcela com particular preponderância no seio das Contas a Pagar municipais, que pese embora venha paulatinamente a perder peso (à medida que são regularmente reembolsados os empréstimos transitados de exercícios anteriores e não são contraídos novos empréstimos), representa ainda, em 2025, 21% da totalidade da dívida a terceiros exigível no momento de reporte. No exercício, contribui com 3.764.206 € (1.953.813 € não corrente a que se soma 1.810.393 € de natureza corrente), assinalando uma redução global de (-) 2.237.818 €. Desta redução, a maior parte - (-) 1.813.716 €- é imputável à parcela não corrente. Para os valores aqui registados confluem as dívidas resultantes de empréstimos contraídos exclusivamente junto de instituições financeiras - no caso concreto, contraídos ou reestruturados entre 1998 e 2007, relacionados com o processo de antecipação de rendas (consórcio bancário composto de BPI e Santander Totta, globalmente 20.000.000 €) e Programa Especial de Realojamento (1998, Caixa Geral de Depósitos, 28.160.130 € e 2007, complemento do BBVA, 7.169.215 €).

Suscitando esta matéria maior interesse, remete-se para leitura atenta da informação mais detalhada divulgada na nota n.º 7 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Concluída a apreciação ao Passivo Não Corrente, assinalam-se ainda os **Diferimentos**, que ascendem a 2.939.796 €, correspondendo única e exclusivamente a cedências de áreas associadas a operações urbanísticas decorrentes de protocolos celebrados. Não foram conhecidas alterações às premissas subjacentes ao seu reconhecimento, razão por que permanecem inalterados relativamente ao ano precedente.



Em suma, o passivo municipal não corrente regista no exercício uma redução de (-) 1.927.050 €, decorrente sobretudo da diminuição ocorrida ao nível dos Financiamentos Obtidos, que representa, de *per si*, 94,1 % dessa variação.

Prosseguindo no presente relatório com a análise da componente Corrente do Passivo, esta ascende no final de 2025 o montante de 52.970.630 €, apresentando-se maior do que no exercício anterior, (+) 23,2%, crescimento que, conforme já se abordou anteriormente, foi integralmente imputável aos Diferimentos e apenas parcialmente esbatida pela redução registada ao nível do Passivo Não Corrente. Com efeito, se analisado com maior pormenor, este aumento decorre na realidade totalmente do crescimento dos diferimentos, uma vez que se confirma que as Contas a Pagar (de natureza corrente) agregadas diminuem (-) 0,9%.

Contribuem para o passivo, com saldos de natureza corrente, os Financiamentos Obtidos, as dívidas a fornecedores de bens, serviços, investimentos ou outros, e ao Estado e outros entes públicos (num total de 9.640.063 €), e ainda os valores correspondentes a dívida que, não se encontrando titulada documentalmente de modo que possibilite o seu reconhecimento, constitui já o Município diante de uma obrigação não titulada, conduzindo por essa via à especializações no exercício de gastos que, pese embora sejam imputáveis ao ano corrente, apenas foram titulados pelos fornecedores já em 2026, num total de 6.222.318 €).

Alinhados com o formato de relato adotado em anos anteriores, as designadas Contas a Pagar são objeto de uma análise autónoma, indissociável de análise incluída já em capítulo anterior do presente relatório acerca da dívida municipal (subcapítulo 1.4). Pese embora as linhas de pensamento que orientam as duas apreciações sobre a dívida municipal permaneçam necessariamente harmonizadas, resultando de ambas conclusões semelhantes, não será demais recordar que a reconciliação entre as duas diferentes perspetivas deverá ser feita sem descurar que as duas informações produzidas (esta que agora aqui se verte, e a análise da dívida numa ótica estritamente orçamental) têm subjacentes critérios diferentes. Os saldos credores por acréscimos de gastos – registados na contabilidade patrimonial, refletidos no balanço e que, não dando origem ainda a dívida titulada, não são objeto de registo ou qualquer outra forma de relevo na ótica orçamental, materializando objetivamente uma matéria cuja abordagem é distinta.

Às dívidas de natureza orçamental (que decorrem diretamente da execução do orçamento municipal aprovado), haverá também que considerar as dívidas respeitantes a operações de natureza não orçamental - cauções ou retenções na fonte, à guarda do Município, porém não constituindo, novamente se refere, um recurso livremente disponível.

### **Contas a pagar**

Revistas genericamente as Contas a Pagar — que, em sentido amplo, se encontram distribuídas por diversas rubricas do Balanço — apresenta-se o quadro seguinte, no qual estas são organizadas de acordo com a sua exigibilidade: Não Corrente (superior a doze meses, composta apenas por Financiamentos Obtidos, já analisados) e Corrente (inferior a doze meses, integrando o remanescente



dos Financiamentos Obtidos, os saldos de Credores por acréscimos de gastos e de Outros credores). Em termos conceituais, e por exclusão de partes, pode afirmar-se que as Contas a Pagar correspondem ao passivo municipal total deduzido das Provisões e dos Diferimentos.

Os saldos de Contas a Pagar apresentam-se assim do seguinte modo:

**Quadro 115**

<b>CONTAS A PAGAR - Operações Orçamentais e não Orçamentais</b>			
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Varição</b>
<b>No Passivo Não Corrente</b>	<b>1 953 813</b>	<b>3 767 529</b>	<b>-48,1%</b>
Financiamentos obtidos	1 953 813	3 767 529	-48,1%
<b>No Passivo Corrente</b>	<b>15 862 381</b>	<b>16 011 677</b>	<b>-0,9%</b>
Financiamentos obtidos	1 810 393	2 234 494	-19,0%
Credores por acréscimos de gastos	6 222 318	5 838 850	6,6%
Outros credores	7 829 671	7 938 332	-1,4%
<b>Total</b>	<b>17 816 194</b>	<b>19 779 206</b>	<b>-9,9%</b>

Un:Euro

Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a exigibilidade de saldos, conforme se apresenta no Balanço.

As Contas a Pagar ascendem no final do exercício a 17.816.194 €, provenientes na sua maior parte da dívida de natureza Corrente, 15.862.381 €, que veem o seu valor globalmente reduzido comparativamente com o período homólogo (-) 0,9%.

Relativamente aos Financiamentos Obtidos, diminuem globalmente (-) 2.237.818 € registando diminuições com origem quer na componente não corrente ((+) 81% ), quer na corrente (com os restantes (+) 19%).

Contrariamente aos saldos de todas as restantes componentes, aumentam de valor os Credores por Acréscimos de Gastos, (+) 383.468 €, não traduzindo, porém, e como atrás se explicou, um crescimento de verdadeira dívida exigível no termo do exercício. Para melhor apreciação da sua composição, insere-se de seguida quadro detalhado.

**Quadro 116**

<b>CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS</b>	
Remunerações a Liquidar	4 618 974
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	12 076
Outros acréscimos de gastos	1 591 269
<b>TOTAL</b>	<b>6 222 318</b>

Un: Euro



O contributo das Remunerações a liquidar acompanha, em regra, a evolução das próprias despesas com pessoal, já abordada em capítulo anterior do presente relatório exclusivamente dedicado a estes encargos. Os valores especializados correspondentes aos direitos adquiridos pelos trabalhadores em função do trabalho prestado em 2025, crescem (+) 4,5%, acompanhando a tendência de evolução dos gastos com pessoal do exercício e permanecendo como componente dominante deste saldo.

Apresentando-se como a segunda componente com maior materialidade, os Outros acréscimos de gastos respondem por 25,6% dos 6.222.318 € totais. Confluem para esta componente do passivo municipal os encargos com o fornecimento das refeições escolares fornecidas em dezembro, assim como os consumos de eletricidade, água e gás, serviços de limpeza, higiene e segurança imputáveis ao exercício, apesar de apenas debitados pelo fornecedor no exercício subsequente.

Por último, a componente de juros a liquidar e outros gastos financeiros imputável ao exercício e ainda não cobrados até ao momento de reporte cifram-se (-) 49,7% inferiores ao valor registado no período homólogo, ascendendo em 2025 a 12.076 €, montante cuja materialidade não justifica mais considerandos.

Retomando a análise das Contas a Pagar, apresenta-se em último lugar, a rubrica de Outros credores que ascende, no exercício, a 7.829.671 €, variando residualmente (-) 1,4% comparativamente com o ano anterior – o equivalente a (-) 108.661 €. Ainda assim, reforça a sua posição dominante, no contributo em valor absoluto para o cômputo global das Contas a Pagar de natureza corrente.

Para uma melhor compreensão das parcelas que compõem os 7.829.671 € que totaliza esta componente do Passivo Corrente, prossegue-se com análise desdobrada inclusivamente nas componentes de natureza orçamental e não orçamental:



## Quadro 117

PASSIVO CORRENTE - OUTROS CREDORES			
Operações Orçamentais	2025	2024	Variação
<b>Curto Prazo</b>			
Fornecedor c/c (incl facturas receção e conferência)	332 850	387 473	-14,1%
Estado e Outros Entes Públicos	152 587	0	-
Fornecedores de investimentos	92 547	109 361	-15,4%
Outras contas a pagar			
Outros credores	30 510	31 271	-2,4%
<b>Sub-Total</b>	<b>608 493</b>	<b>528 104</b>	<b>15,2%</b>
<b>Operações Não Orçamentais</b>			
<b>Curto Prazo</b>			
Cauções	7 129 384	7 355 328	-3,1%
Outras operações de tesouraria	91 794	54 900	67,2%
<b>Sub-Total</b>	<b>7 221 178</b>	<b>7 410 228</b>	<b>-2,6%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7 829 671</b>	<b>7 938 332</b>	<b>-1,4%</b>

Un: Euro

Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a exigibilidade de saldos, conforme se apresenta no Balanço.

A variação registada no exercício, (-) 108.661 €, distribui-se, na sua origem, entre saldos de natureza orçamental, que apresentam (+) 80.389 €, e não orçamental, que contrariamente variam (-) 189.050 €.

No que respeita à componente Estado e Outros Entes Públicos regista-se a existência de saldos a pagar decorrentes do facto de as retenções de impostos sobre o rendimento, do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e das contribuições para os sistemas de proteção social e subsistemas de saúde apenas terem sido liquidados em 2026. Este saldo, isoladamente, explica o aumento dos saldos de dívida de curto prazo, de natureza orçamental - é a única componente que regista variação positiva no exercício.

Em termos globais, observa-se um decréscimo nas dívidas a Outros credores, redução esta explicada pela diminuição de todas as suas subcomponentes, com exceção do Estado e outros entes públicos e das Outras operações de Tesouraria.

Em síntese, e reiterando o anteriormente referido, a dívida exigível do Município diminuiu quando se consideram as rubricas de Financiamentos obtidos e Outros credores — isto é, as Contas a Pagar expurgadas da componente de Credores por acréscimos de gastos. Independentemente do respetivo prazo de exigibilidade, estas rubricas registam uma variação conjunta de (-) 2.346.479 €, reflexo direto do efeito da diminuição dos Financiamentos obtidos.



Concluindo-se a análise às Contas a Pagar refletidas no passivo municipal, no fim de 2025, propõe-se uma última apreciação a sua composição, alinhada agora com a natureza das obrigações assumidas aquando da sua contratualização. Este critério, coincidente com o adotado na análise da dívida municipal vertido no capítulo anterior deste relatório, afasta-se, porém, do que é adotado na apresentação do balanço (em que a dívida é distribuída em função da sua exigibilidade). Se acaso também o passivo do balanço fosse reconstituído de acordo com essa premissa, apresentar-se-ia do seguinte modo:

**Quadro 118**

<b>CONTAS A PAGAR - Operações Orçamentais e não Orçamentais</b>			
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Variação</b>
<b>Médio e Longo Prazo</b>	3 764 206	6 002 023	<b>-37,3%</b>
<b>Curto Prazo</b>	14 051 989	13 777 182	<b>2,0%</b>
<b>Total</b>	<b>17 816 194</b>	<b>19 779 206</b>	<b>-9,9%</b>

Un:Euro

Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a natureza da dívida, independentemente do grau de exigibilidade da mesma.

Concluindo-se a apreciação às Contas a Pagar, mais uma vez se salienta que os resultados obtidos são consequência direta de orientações de gestão tendente a manter a dívida (e inerentemente as Contas a Pagar) em níveis assumidamente baixos e controlados.

Retomando a análise do passivo municipal e prosseguindo por fim para os **Diferimentos**, verifica-se que globalmente ascendem a 40.048.045 €, 92,7% dos quais de natureza corrente. Para os valores correntes apurados no fecho de 2025 contribuem, com particular materialidade, as Transferências e subsídios de capital com condições – com (+) 9.551.190 € do que no período homólogo, ascendem a 35.820.405 €, 96,5% do valor total, valorizando em (+) 36,4% o saldo transitado do ano anterior. Para esta variação contribui de forma absolutamente determinante o detonar da execução, física e financeira, de projetos financiados, com particular destaque no exercício para os contributos do Programa 1.º Direito – responsável por 72,5% dos 35.820.405 € aqui registados -, e do Parque de Saúde da Maia.

### **1.6.1.3 PATRIMÓNIO LÍQUIDO**

O Património Líquido municipal quantifica o montante de capitais próprios com que o Município financiou os Ativos capitalizados até ao momento do reporte.

As variações aqui refletidas resultam diretamente das ocorridas nos Ativos e Passivos que anteriormente foram analisados em detalhe, mensurando simultaneamente o valor que restaria dos primeiros se todos os segundos fossem pagos.



O Património Líquido municipal totaliza, no momento de reporte, 509.497.676 €, crescendo comparativamente, com 2024, no montante de 27.619.124 €, o equivalente a (+) 5,7%.

O maior contributo para esta variação advém do Resultado líquido do período, positivo e no valor de 24.209.544 €, traduzindo o remanescente dos rendimentos gerados, abatidos os respetivos gastos. Para melhor compreensão do seu apuramento, seguir-se-á o capítulo seguinte do presente relatório (sobre a Demonstração de Resultados). Para a variação restante, (+) 3.409.580 €, contribuem ainda os reforços registados nas seguintes componentes:

- Resultados transitados, a variação de (+) 5.000.000 € verificada no período decorre diretamente de regularizações relativas a exercícios anteriores, nomeadamente da alocação do resultado líquido do exercício precedente ao património e ao reforço das reservas.
- Outras variações do património líquido, contribui positivamente para o reforço do património municipal, com (+) 3.399.536 € decorrentes de doações de outros ativos registadas contabilisticamente no exercício de 2025 ((+) 1.680.264 €) a que se somam ainda (+) 1.719.272 € referentes a outras transferências e subsídios de capital. Nestas Doações incluem-se, com maior impacto, a transferência de 12 viaturas, por parte da ARSN para o Município (mais de 440 mil euros) e registo de 2 parcelas de terreno, doado ao Município pela ESC.n.º51/25 (aproximadamente 414 mil euros). No que se refere às Outras transferências e subsídios de capital, contribui com quase 99%, o Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013 que se refere ao equilíbrio financeiro vertical para autarquias locais e das entidades intermunicipais.
- Ajustamentos em ativos financeiros, (-) 90.406 €, refletindo-se aqui uma vez mais a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial às participadas Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A., (-) 94.785 €, Maiambiente, E.M., (-) 38.795 €, parcialmente esbatido pela performance da Espaço Municipal – Renovação e Gestão do Património, E.M., (+) 44.274 € que, como se conclui, deterioraram no exercício a posição dos seus capitais próprios em virtude de outros inputs à margem do resultado líquido do período.

Assim, e tal como tem sucedido nos anos transatos, o Património Líquido municipal reforça-se novamente em 2025, para tal contribuindo na sua maioria o Resultado líquido do período, mas também todas as demais rubricas que o compõem com exceção de Ajustamentos em ativos financeiros, relacionados com o método da equivalência patrimonial.

Para uma informação mais pormenorizada sobre o Património Líquido do município, adiante, será inserido no presente relatório, a Demonstração das Alterações no Património Líquido (DAPL).





# DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

**MAIA**

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA





A Demonstração de Resultados por Natureza evidencia, de forma anual e equilibrada, os saldos das rubricas de rendimentos provenientes dos serviços públicos prestados à população, bem como dos gastos incorridos no exercício, organizados de acordo com a natureza das operações.

A estrutura apresentada no quadro permanece inalterada face ao exercício anterior, mantendo o formato adotado desde a implementação do SNC-AP. Este modelo continua alinhado com as práticas internacionais, refletindo a crescente convergência entre os setores público e privado.

Neste contexto, o resultado operacional assume um papel central na avaliação do desempenho da instituição, destacando-se apenas as depreciações e os gastos de financiamento como elementos autónomos.

### Quadro 119

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS		
RUBRICAS	EXERCÍCIOS	
	2025	2024
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>		
Impostos, contribuições e taxas	72 716 761	65 345 843
Vendas	30 144	21 342
Prestações de serviços e concessões	5 138 705	4 970 736
Transferências correntes e subsídios à exploração e subsídios correntes obtidos	38 854 855	36 306 052
Rendimentos/Gastos imputados a entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	-385 748	1 544 324
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-5 363	-7 436
Fornecimentos e serviços externos	-34 317 744	-32 071 751
Gastos com pessoal	-35 427 138	-32 894 635
Transferências e subsídios concedidos	-17 775 302	-14 223 320
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	230 447	1 471 629
Provisões (aumentos/ reversões)	58 417	193 205
Imparidade de investimentos não depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)	-74	77
Outros rendimentos e ganhos	17 225 293	13 619 044
Outros gastos e perdas	-3 002 875	-8 317 265
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>43 340 378</b>	<b>35 957 844</b>
Gastos/ reversões de depreciação e amortização	-20 000 682	-21 104 628
Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)		
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>23 339 695</b>	<b>14 853 216</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	1 084 876	1 697 455
Juros e rendimentos similares suportados	-215 028	-360 618
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>24 209 544</b>	<b>16 190 054</b>
Imposto sobre o rendimento		
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>24 209 544</b>	<b>16 190 054</b>

Un.: Euro



O resultado líquido do exercício, como se constatou na análise precedente ao balanço, cifra-se novamente positivo, no montante de 24.209.544 €, exibindo de novo uma variação positiva face ao exercício precedente, desta vez de 50%, o equivalente a mais cerca de 8 milhões de euros.

No que se refere aos resultados operacionais, é verificável também uma melhoria, passando de (+) 14.853.216 € em 2024 a (+) 23.339.695 € no final do exercício em apreço. As depreciações e amortizações, anulam cerca de 46% do resultado apurado antes da sua incorporação. Em termos de evolução, esta rubrica perde expressão face aos anos anteriores, sem que, contudo, tenham sido alterados os métodos para o seu apuramento.

O segmento de natureza financeira da atividade municipal contribui também positivamente para a performance do exercício, de modo semelhante ao sucedido no período homólogo, com os rendimentos (1.084.876 €) a superarem largamente os gastos (215.028 €).

Os rendimentos gerados em 2025, superam no seu todo os gerados em 2024, acompanhando evolução similar dos gastos desembolsáveis. Embora os componentes, destas duas classes, apresentem variações positivas e negativas, no seu conjunto, cada classe cresceu em termos de grandeza, todavia em proporções diferentes, potenciando o aumento do resultado antes de impostos.

Para melhor ilustrar a composição dos rendimentos e gastos imputáveis à atividade municipal do exercício, sugere-se a leitura dos gráficos que se inserem seguidamente.

**Gráfico 73**

**Principais Rendimentos  
Ano 2025**

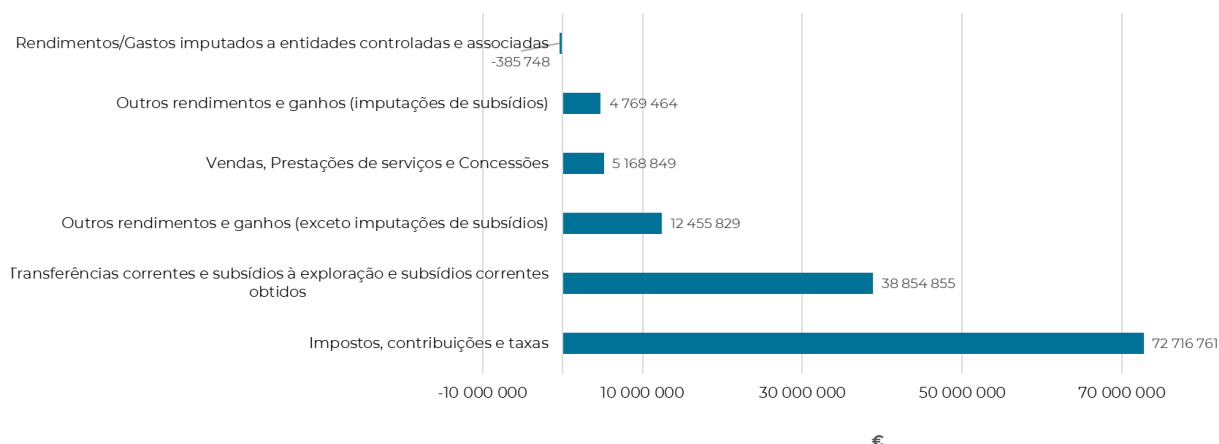
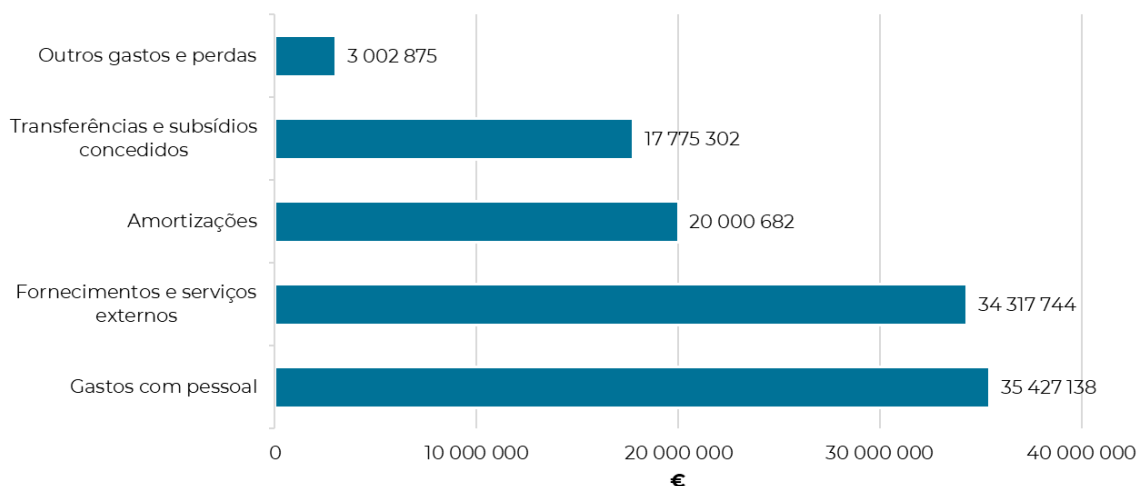




Gráfico 74

Principais Gastos  
Ano 2025



Após a análise global do desempenho da atividade municipal, o presente relatório avança para uma apreciação mais detalhada da evolução de cada uma das componentes que contribuem de forma significativa para o resultado obtido no período em análise.

Numa perspetiva patrimonial, a quantificação é realizada de forma distinta da abordagem orçamental. Em vez de centrar a atenção na execução do orçamento — isto é, na cobrança de receitas e no pagamento de despesas —, o foco desloca-se para a medição dos bens e serviços efetivamente consumidos no ciclo produtivo do ano económico de 2025, bem como para os serviços públicos gerados a partir desses mesmos inputs, no âmbito das atribuições que o município visa prosseguir.

Considerando primeiramente a componente de rendimentos e ganhos, é constatável uma vez mais a prevalência dos **Impostos, contribuições e taxas** que ascende, no exercício, a 72.716.761 €. Comparativamente com o exercício anterior, assinala-se crescimento de (+) 11,3%, materializados numa valorização de (+) 7.370.918 €. Ressalva-se aqui que o critério de imputação do rendimento ao exercício é o acontecimento que está na origem da sua cobrança, o não o momento da cobrança propriamente dita como anteriormente se referiu. Não sendo esta análise norteada por movimentos financeiros (de tesouraria), serão naturalmente distintas as conclusões que daqui se retirarão das que se obtiveram no subcapítulo anterior do presente relatório dedicado, neste caso, à análise da execução orçamental da receita.

O peso da contribuição de cada tipo de imposto para cômputo global dos rendimentos gerados com origem nesta fonte de receita regista uma alteração assinalável comparativamente com exercícios anteriores, com o crescimento dos valores associados ao Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis a observar um crescimento significativo e a posicionar-se agora como maior contribuinte par o agregado dos impostos aqui considerado. Para melhor compreensão, insere-se de seguida ilustração através dos seguintes quadro e gráfico:



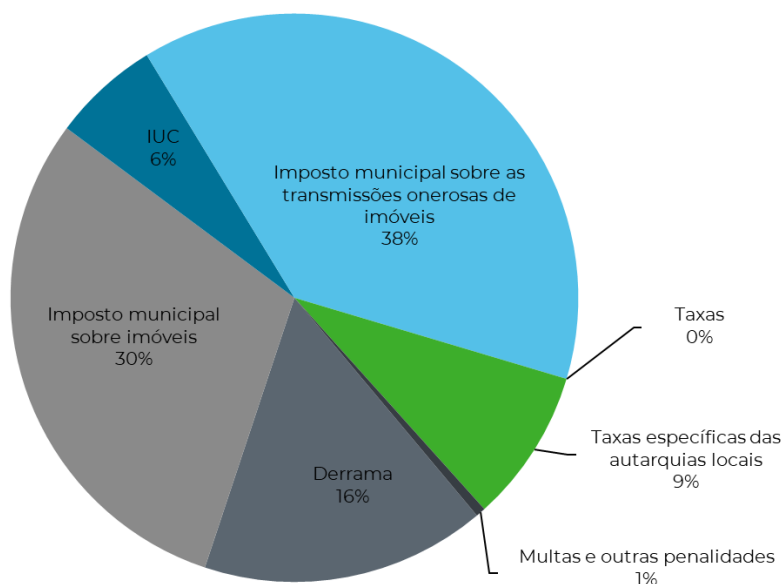
Quadro 120

Impostos, contribuições e taxas			
	2025	2024	Variação
<b>Impostos diretos</b>	<b>38 107 469</b>	<b>39 252 787</b>	<b>-2,9%</b>
Derrama	11 795 500	13 468 900	-12,4%
Imposto municipal sobre imóveis	21 869 000	21 525 400	1,6%
IUC	4 442 969	4 258 487	4,3%
Outros	0	0	-
<b>Impostos indiretos</b>	<b>27 857 261</b>	<b>20 151 933</b>	<b>38,2%</b>
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	27 857 261	20 151 933	38,2%
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>6 752 032</b>	<b>5 941 123</b>	<b>13,6%</b>
Taxas	2 060	10 443	-80,3%
Taxas específicas das autarquias locais	6 349 683	5 705 677	11,3%
Multas e outras penalidades	400 289	225 002	77,9%
<b>Total</b>	<b>72 716 761</b>	<b>65 345 843</b>	<b>11,3%</b>

Un:Euros

Gráfico 75

Decomposição Impostos, contribuições e taxas  
Ano 2025



O Imposto Municipal sobre Imóveis, anteriormente posicionado como maior fonte de rendimento municipal (responsável por um terço dos proveitos arrecadados desta natureza), posiciona-se agora

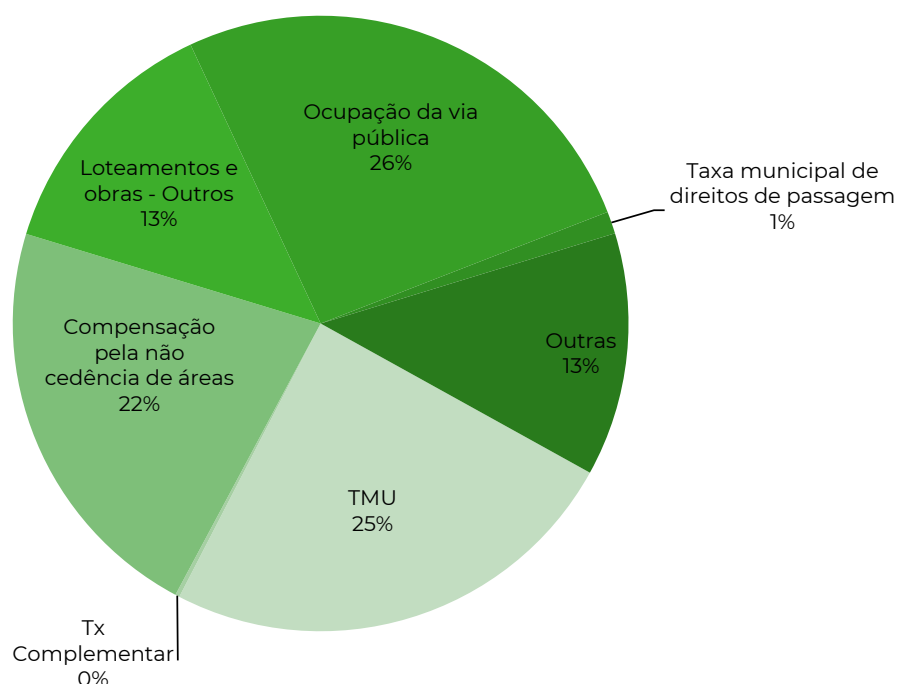


com o segundo maior contributo, ultrapassado em 2025 pelo Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, a que se segue a Derrama (com menor materialidade, ainda assim acima dos 11 milhões de euros). Agregados, estes três impostos explicam 84,6% do agregado total imputável ao exercício.

Imediatamente a seguir, apresentam-se as Taxas as específicas das autarquias locais (6.349.683 €) e o Imposto Único de Circulação (4.442.969 €), sendo a primeira destas componentes um compósito que se desagrega como se apresenta graficamente:

Gráfico 76

### Taxas Específicas das Autarquias Locais 2025



Analisando as variações ocorridas no exercício, face aos valores apurados no ano transato, destaca-se, em primeiro lugar, o incremento expressivo do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), que registou um aumento de (+) 38,2%, correspondente a (+) 7.705.327 €. Seguidamente, a rubrica de Taxas, Multas e Outras Penalidades apresentou um crescimento de (+) 13,6%, reforçando igualmente o desempenho positivo das receitas próprias.

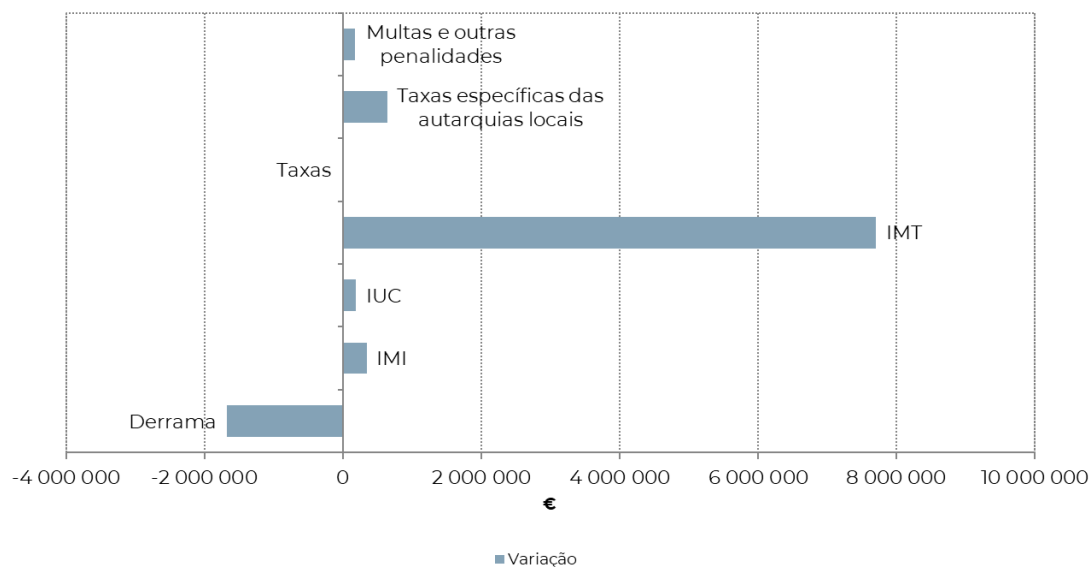


Com variação de sentido contrário, evidencia-se a Derrama, cuja variação, de sinal oposto, (-) 12,4%, representa, em termos absolutos, uma redução de aproximadamente (-) 1,67 milhões de euros.

Com menor expressão em termos de variação absoluta, destacam-se as alterações observadas no rendimento municipal proveniente das Taxas específicas das autarquias locais e do Imposto Municipal sobre Imóveis. Registam-se igualmente variações de magnitude semelhante, em valores absolutos, nas rubricas de Multas e Outras Penalidades e no Imposto Único de Circulação (IUC), conforme se evidencia no gráfico infra.

Gráfico 77

**Varição nos Impostos, Contribuições e Taxas  
2024 - 2025**



A segunda maior fonte de rendimentos municipais é a rubrica de **Transferências correntes e subsídios à exploração e subsídios correntes obtidos** que, em 2025, totaliza 38.854.855 €, crescendo assim comparativamente com o ano anterior (+) 2.548.803 €, o equivalente a (+) 7%.



Quadro 121

Transferências correntes e subsídios à exploração e subsídios correntes obtidos			
	2025	2024	Variação
<b>Estado</b>	<b>37 283 737</b>	<b>35 441 227</b>	<b>5,2%</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	2 272 282	2 394 069	-5,1%
Fundo Social Municipal (FSM)	4 140 056	3 713 685	11,5%
Participação no IRS	12 373 386	12 312 013	0,5%
Fundo de Financiamento da Descentralização	14 264 819	14 055 815	1,5%
Participação do IVA	1 628 009	1 168 697	39,3%
MAI - Recenseamento eleitoral e eleições	6 820	141 022	-95,2%
ICNF	0	0	-
Estado - Outras (Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013)	2 598 365	1 655 926	56,9%
<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>135 144</b>	<b>113 838</b>	<b>18,7%</b>
IEFP	17 275	24 051	-28,2%
IFAP	12 720	25 182	-49,5%
ICNF	41 187	53 076	-22,4%
Outros	63 962	11 530	454,7%
<b>Segurança Social</b>	<b>30 923</b>	<b>30 923</b>	<b>0,0%</b>
<b>Instituições sem fins lucrativos</b>	<b>27 000</b>	<b>27 500</b>	<b>-1,8%</b>
<b>Resto do Mundo</b>	<b>1 378 050</b>	<b>692 563</b>	<b>99,0%</b>
FEDER	68 809	9 387	633,0%
Fundo Social Europeu	9 539	87 786	-89,1%
Outros	1 299 701	595 389	118,3%
<b>Total</b>	<b>38 854 855</b>	<b>36 306 052</b>	<b>7,0%</b>

Un:Euros

Para esta variação contribui com maior materialidade o montante referente à distribuição do excedente previsto no artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013, que inclui transferências relativas ao excedente capital/corrente anual (2.598.365 €). Por sua vez, também as transferências correntes obtidas provenientes do resto do mundo, classificadas como Outras, exibem a segunda maior variação positiva englobando projetos no âmbito da ação social e educação (designadamente PRR Comunidades Desfavorecidas).

Importa também salientar, ainda que com menor impacto, as variações ocorridas no Fundo Social Municipal (FSM) e nas Participações do IVA que registam aumentos inferiores a meio milhão de euros, com rendimentos apurados de (+) 426.371 € e (+) 459.312 € do que no exercício anterior respetivamente.



Com menor materialidade, assinala-se a variação ocorrida no Fundo de Financiamento da Descentralização, que evidencia um acréscimo de (+) 209.005 €, perfazendo um total de 14.264.819 € no exercício.

Em terceiro lugar, considerados os valores absolutos das respetivas contribuições para o resultado líquido positivo, apresenta-se a componente de **Outros rendimentos e ganhos – excluídos os subsídios ao investimento** imputáveis ao exercício. Em detalhe, apresenta-se desagregada como se apresenta no quadro seguinte:

**Quadro 122**

<b>Outros rendimentos e ganhos - excluídos subsídios ao investimento a imputar no exercício</b>			
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Varição</b>
<b>Rendimentos em investimentos não financeiros</b>	<b>6 238 922</b>	<b>4 866 088</b>	<b>28,2%</b>
Alienações	3 181 543	1 595 281	99,4%
Rendas em propriedades de investimento	3 050 756	2 966 396	2,8%
Outros rendimentos	6 623	304 411	-97,8%
<b>Outros</b>	<b>6 205 936</b>	<b>4 409 378</b>	<b>40,7%</b>
Correções relativas a períodos anteriores	3 962 157	935 391	323,6%
Derrama	97 752	0	-
Imposto municipal sobre imóveis	1 805 527	573 435	214,9%
Outras	2 058 878	361 956	468,8%
Outros não especificados - Corrente	2 022 263	1 751 767	15,4%
Indemnizações de companhias de seguro	121 963	129 288	-5,7%
Antecipação de Rendas (Espaço Municipal - Habitação Social)	1 173 297	1 415 483	-17,1%
Outros não especificados - correntes outras	727 004	206 995	251,2%
Outros não especificados - De Capital	221 516	1 722 220	-87,1%
<b>Outros residuais</b>	<b>10 970</b>	<b>10 359</b>	<b>5,9%</b>
<b>Total</b>	<b>12 455 829</b>	<b>9 285 825</b>	<b>34,1%</b>

Un:Euros

Nesta rubrica, embora nos grandes grupos (Rendimentos em investimentos não financeiros, Outros e Outros residuais) a variação ocorrida seja positiva, com uma variação total na ordem dos (+) 3.170.004 €, registam-se ainda assim variações nos dois sentidos em alguns dos seus componentes. Importa, contudo, destacar, as alienações pela sua variação relativa e absoluta ((+) 1.586.262 €), decorrentes da venda de em hasta pública de um conjunto de oito prédios rústicos, no lugar de Friães, na freguesia de Nogueira e Silva Escura e, as Correções relativas a períodos anteriores decorrente principalmente de correções ao Imposto municipal sobre imóveis e Outras que, conjuntamente variam (+) 2.929.014 €.

No que respeita às Correções relativas a períodos anteriores, verifica-se que a cobrança efetuada de vários impostos (Derrama e Imposto Municipal sobre Imóveis) se cifrou superior à estimativa calculada para o exercício contabilístico, o que levou a correções vertidas nas contas que, são corrigidas em rendimentos do período.



Um apontamento apenas para as Rendas em propriedades de investimento explicadas em 93,5% do seu valor pela concessão à EDP Distribuição da distribuição da energia elétrica em baixa tensão na área do próprio Município (2.851.315 €).

Em quarto lugar no espectro de rendimentos apurados no exercício e em razão do valor absoluto com que contribui, apresentam-se as **Vendas e Prestações de serviços** realizados pelo Município, assim decompostos:

**Quadro 123**

<b>Vendas e Prestações de serviços e concessões</b>			
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Variação</b>
<b>Vendas</b>	<b>30 144</b>	<b>21 342</b>	<b>41,2%</b>
<b>Prestações de serviços e concessões</b>	<b>5 138 705</b>	<b>4 970 736</b>	<b>3,4%</b>
Serviços específicos das autarquias locais	2 811 658	2 756 925	2,0%
Trabalhos por Conta de Particulares	2 364	2 495	-5,2%
Serviços Sociais	2 592 479	2 534 960	2,3%
Serviços Desporto	177 784	178 714	-0,5%
Outros	39 030	40 757	-4,2%
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	1 838 944	1 737 506	5,8%
Piscinas	1 126 875	1 090 795	3,3%
Recintos desportivos	646 543	598 284	8,1%
Museus e bibliotecas	1 002	831	20,5%
Outros	64 523	47 596	35,6%
Aluguer de equipamentos	53 116	52 192	1,8%
Outros serviços	434 987	424 114	2,6%
<b>Total</b>	<b>5 168 849</b>	<b>4 992 078</b>	<b>3,5%</b>

Un:Euros

Novamente, entre as Vendas e as Prestações de Serviços são estas últimas que mais se destacam se considerados os valores absolutos, exibindo uma variação de (+) 3,4%, em resultado de variações observadas em serviços prestados de várias índoles, com particular destaque para os designados serviços sociais, cujo crescimento em valor absoluto ascende a (+) 57.519 €.

Por último, na análise às diversas componentes de rendimentos municipais, figuram os Outros rendimentos e ganhos relativos a imputações de subsídios, que em 2025 se cifram em 4.769.464 €, variando (+) 10,1% comparativamente com o exercício anterior.



## Quadro 124

Outros rendimentos e ganhos - subsídios ao investimento a imputar no exercício			
	2025	2024	Variação
<b>Estado</b>	<b>993 715</b>	<b>758 760</b>	<b>31,0%</b>
<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>793 346</b>	<b>867 619</b>	<b>-8,6%</b>
<b>Resto do Mundo</b>	<b>2 902 649</b>	<b>2 633 028</b>	<b>10,2%</b>
FEDER	2 852 670	2 592 516	10,0%
Fundo de Coesão	2 290	2 346	-2,4%
Fundo Social Europeu	27 599	18 957	45,6%
Outras	20 089	19 209	4,6%
<b>Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras</b>	<b>79 755</b>	<b>73 812</b>	<b>8,1%</b>
<b>Total</b>	<b>4 769 464</b>	<b>4 333 219</b>	<b>10,1%</b>

Un: Euro

Da leitura do quadro conclui-se pelo aumento global dos subsídios ao investimento imputados ao exercício, excepcionando-se apenas o Fundo de Coesão e mantendo-se o FEDER como principal fonte de financiamento. Alinhada no mesmo sentido, a componente Estado regista um aumento expressivo, decorrente do acréscimo dos montantes distribuídos ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 73/2013, totalizando 660.828 €. Globalmente, os subsídios ao investimento aumentam (+) 10,1%, ascendendo a 4.769.464 €.

As fontes de rendimento municipal analisadas até ao momento presente deste relatório geraram, em 2025, um total de 133.580.010 €.

Conclui-se a análise dos rendimentos do período, com a inclusão das **Provisões e Imparidades**. Em 2025, estas componentes contribuíram positivamente para o resultado do exercício, dado que as reversões apuradas superaram, em termos líquidos, os reforços constituídos no próprio período. No que se refere às Provisões, constata-se uma redução face ao período homólogo. Durante 2025 foram constituídas provisões destinadas a fazer face a processos judiciais em curso, em montante inferior ao das reversões de provisões constituídas em exercícios anteriores. Este comportamento originou um contributo líquido positivo para o resultado do período, ascendendo a 58.417 €. No que se refere às Imparidades, em 2025 foram reconhecidos montantes de 1.622.183 € decorrentes do risco de incobrabilidade associado a créditos detidos sobre terceiros. Paralelamente, procedeu-se à reversão de imparidades constituídas em exercícios precedentes, num valor substancialmente superior, que totalizou 1.852.630 €, distribuído entre Clientes, contribuintes e utentes (792.800 €) e Outros devedores (o restante, 1.059.829€). Balanceados os dois efeitos, entre os efeitos de constituição e reversão resulta um contributo líquido positivo para o resultado do período, que se cifra em (+) 230.447 €.

Prosseguindo a análise do presente relatório agora para a apreciação dos gastos municipais, verifica-se que a rubrica que mais contribui para estes é, conforme se aludiu já a título preambular na análise à Demonstração de Resultados, a de **Gastos com Pessoal** que, ascendendo no exercício a 35.427.138€ consome, *de per si*, cerca de % dos rendimentos quantificados no início deste subcapítulo.



## Quadro 125

Gastos com pessoal			
	2025	2024	Variação
<b>Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e me</b>	<b>396 424</b>	<b>387 536</b>	<b>2,3%</b>
<b>Remunerações do pessoal</b>	<b>27 473 615</b>	<b>24 968 704</b>	<b>10,0%</b>
Remunerações certas e permanentes	26 495 405	24 127 216	9,8%
Abonos variáveis ou eventuais	978 210	841 488	16,2%
<b>Indemnizações</b>	<b>81 777</b>	<b>375 898</b>	<b>-78,2%</b>
<b>Encargos sobre remunerações</b>	<b>6 318 426</b>	<b>5 841 269</b>	<b>8,2%</b>
<b>Acidentes no trabalho e doenças profissionais</b>	<b>427 273</b>	<b>444 880</b>	<b>-4,0%</b>
<b>Outros gastos com o pessoal</b>	<b>38 304</b>	<b>94 114</b>	<b>-59,3%</b>
<b>Outros encargos sociais</b>	<b>691 319</b>	<b>782 234</b>	<b>-11,6%</b>
Remunerações por doença	530 690	620 203	-14,4%
Subsídios de parentalidade	14 500	18 190	-20,3%
Pessoal em reserva ou a aguardar aposentação	45 761	33 517	36,5%
Subsídio familiar a crianças e jovens	94 289	106 771	-11,7%
Outras prestações familiares	6 078	3 553	71,0%
<b>Total</b>	<b>35 427 138</b>	<b>32 894 635</b>	<b>7,7%</b>

Un: Euros

Sem prejuízo de recordar que a quantificação dos encargos de acordo com os critérios de registo da contabilidade patrimonial difere da metodologia adotada no âmbito da contabilidade orçamental — conforme anteriormente explicitado —, importa, ainda assim, reconhecer que existe um quadro de referência comum, designadamente de natureza legal, que tende a produzir uma evolução convergente dos vencimentos do pessoal em ambas as perspetivas contabilísticas. Os principais fatores estruturantes que moldam esta evolução foram já amplamente analisados no capítulo relativo à execução orçamental da despesa com pessoal, no qual se fundamentou a tendência de crescimento associada às atualizações obrigatórias das remunerações. O montante de 35.427.138 €, apurado como gastos com pessoal no exercício, decorre dos direitos constituídos em resultado do trabalho prestado pelos trabalhadores durante o período em análise. Este montante integra tanto as remunerações associadas ao trabalho efetivamente realizado em 2025 como os vencimentos e subsídios de férias cuja exigibilidade apenas ocorrerá em 2026, mas que, em conformidade com o princípio do acréscimo, devem ser reconhecidos no exercício a que respeitam.

Neste exercício em concreto, verifica-se que apenas as rubricas de remunerações (do pessoal e dos titulares dos órgãos de soberania e membros dos órgãos autárquicos), acompanhadas dos encargos que sobre estas incidem, registam variações positivas, reduzindo todas as demais (Indemnizações, Acidentes no trabalho e outras).

Uma vez mais, verifica-se que a estrutura dos gastos se mantém alinhada com a apurada numa ótica de caixa, persistindo a mesma composição relativa. As Remunerações do pessoal assumem o peso predominante, representando 77,5%, do total, seguindo-se os Encargos sobre remunerações —



suportados pela entidade empregadora junto da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações — que correspondem a 17,8%.

A rubrica de Outros encargos com o pessoal integra, maioritariamente, os reembolsos de despesas de saúde dos trabalhadores processados através da ADSE, bem como os encargos suportados junto do Serviço Nacional de Saúde, decorrentes de obrigações legais assumidas pelo Município.

No conjunto dos gastos municipais do exercício, a componente de **Fornecimentos e Serviços Externos** (FSE) evidencia a segunda maior materialidade, tendo registado um crescimento de (+) 7%, face ao período homólogo e totalizando 34.317.744 €. Este montante desdobra-se da seguinte forma:

Quadro 126

Fornecimentos e serviços externos			
	2025	2024	Variação
<b>Subcontratos e parcerias</b>	<b>80 486</b>	<b>174 088</b>	<b>-53,8%</b>
<b>Serviços especializados</b>	<b>20 266 914</b>	<b>18 255 092</b>	<b>11,0%</b>
Trabalhos especializados	8 785 418	6 532 810	34,5%
Publicidade, comunicação e imagem	172 326	158 607	8,6%
Vigilância e segurança	1 627 366	1 457 903	11,6%
Honorários	505 032	956 976	-47,2%
Comissões	1 336 330	1 171 793	14,0%
Conservação e reparação	2 745 992	2 963 259	-7,3%
Fornecimento de refeições escolares	5 094 450	5 011 701	1,7%
Outros (Serviços especializados)	0	2 042	-
<b>Materiais de consumo</b>	<b>1 487 448</b>	<b>1 718 305</b>	<b>-13,4%</b>
<b>Energia e fluidos</b>	<b>7 144 742</b>	<b>6 741 290</b>	<b>6,0%</b>
Eletricidade	5 496 217	5 186 347	6,0%
Combustíveis e lubrificantes	835 195	765 669	9,1%
Água	813 331	789 274	3,0%
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>588 907</b>	<b>859 060</b>	<b>-31,4%</b>
Deslocações e estadas	22 655	39 441	-42,6%
Transporte escolar	199 908	385 444	-48,1%
Transportes - pessoal, mercadorias e outros	366 344	434 175	-15,6%
<b>Serviços diversos</b>	<b>4 749 247</b>	<b>4 323 917</b>	<b>9,8%</b>
Rendas e alugueres	1 130 636	1 071 876	5,5%
Comunicação	351 116	360 125	-2,5%
Seguros	343 664	211 451	62,5%
Royalties	45 728	35761,91	27,9%
Contencioso e notariado	14 012	22 949	-38,9%
Despesas de representação dos serviços	20 670	16 800	23,0%
Limpeza, higiene e conforto	1 804 703	1 726 313	4,5%
Outros serviços	1 038 718	878 641	18,2%
<b>Total</b>	<b>34 317 744</b>	<b>32 071 751</b>	<b>7,0%</b>

Un: Euros

Os Serviços especializados mantêm (e até reforçam) a posição dominante que já detinham no ano anterior (59%, em lugar dos anteriores 57% registados em 2024), seguidos pela Energia e fluidos (com 21%), conforme se ilustra pelo gráfico seguinte:



Gráfico 78

Decomposição Fornecimentos e Serviços Externos  
Ano 2025

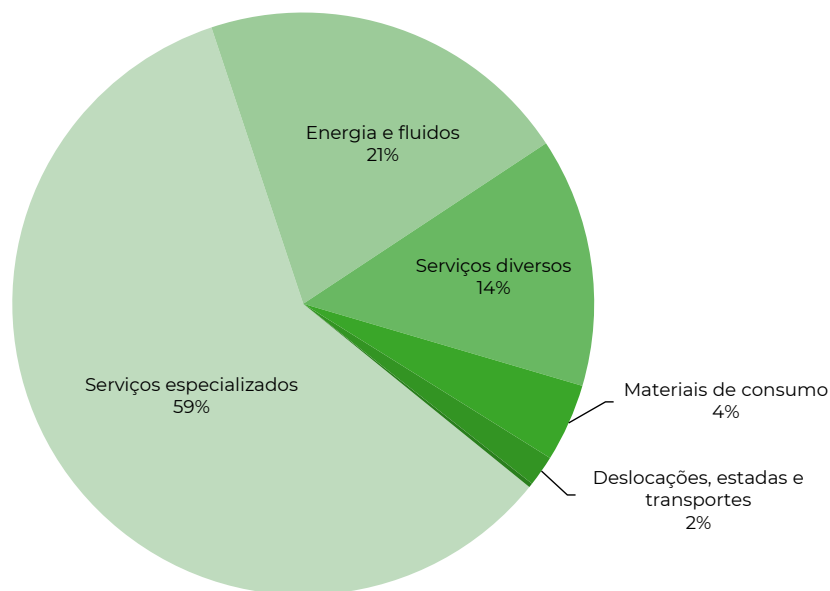
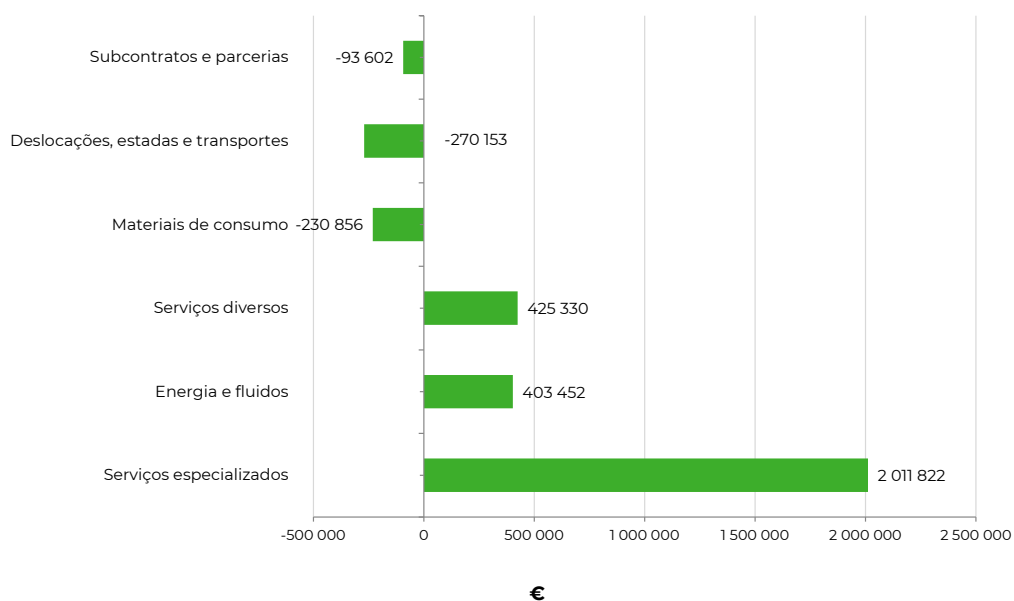


Gráfico 79

Varição Fornecimentos e Serviços Externos  
2024-2025





Analisadas as variações ocorridas no exercício, destacam-se as registadas nos Serviços Especializados, (+) 2.011.822 € seguidas, com menor materialidade, das variações registadas em Serviços Diversos, (+) 425.330 €, e em Energia e Fluídos, (+) 403.452 € (com origem sobretudo na componente de Eletricidade). No que se refere aos Serviços Especializados, rubrica com maior contributo para o incremento registado no exercício, fica esse aumento a dever-se na sua maior parte às variações positivas registadas na componente de Trabalhos Especializados (em que se inclui o contributo dos encargos com Organização de eventos, Projetos e serviços de informática e Outros).

A taxa de inflação média anual, não se cifrando tão alta quanto inicialmente se previa, ainda assim ascendeu no exercício 2,3%, o que contribuiu em parte para o aumento dos encargos municipais em geral, e de um modo muito evidente dos Fornecimentos e Serviços Externos em que assentam o funcionamento e manutenção das instalações aportadas agora à esfera de atuação da atividade municipal.

No que respeita aos encargos com Energia e Fluídos, regista-se que o aumento observado no exercício ascende a (+) 6%, com origem quer na Iluminação Pública, quer no consumo de eletricidade afeta às instalações municipais, esta última decorrente dos esforços de melhoria e substituição de equipamentos que, encontrando-se obsoletos ou avariados.

No âmbito dos Combustíveis e lubrificantes, destaca-se o comportamento do Gás, cujo aumento de (+) 9,1%, representa cerca de três quartos da variação total desta sub-rubrica, sendo o remanescente imputável à evolução do Gasóleo. Por fim, assinala-se a variação da Água, com um aumento de (+) 3%, que representa 1,1% do total da variação da componente em análise, assumindo ainda assim alguma materialidade em termos absolutos.

A componente de gastos desembolsáveis que se apresenta em terceiro lugar no exercício, pela sua materialidade, é a de **Transferências e subsídios concedidos**, totalizando 17.775.302€, (+) 3.551.982 € do que período homólogo. Esta rubrica apresenta-se em 2025 composta do seguinte modo:



## Quadro 127

Transferências e subsídios concedidos			
	2025	2024	Variação
<b>Transferências correntes concedidas</b>	<b>7 160 705</b>	<b>6 363 027</b>	<b>12,5%</b>
Administração Local	1 802 113	1 705 231	5,7%
Associações de Municípios	304 237	425 482	-28,5%
Freguesias	1 404 383	1 198 256	17,2%
Empresas Locais	0	0	-
Outros	93 493	81 493	14,7%
Outros setores institucionais	5 358 592	4 657 796	15,0%
Instituições sem Fins Lucrativos	4 457 480	3 869 541	15,2%
Famílias	901 112	788 256	14,3%
<b>Subsídios correntes concedidos</b>	<b>7 421 907</b>	<b>5 341 894</b>	<b>38,9%</b>
Associações de Municípios	689 476	0	-
Empresas Locais	5 381 417	4 734 507	13,7%
Outros	1 351 013	607 387	122,4%
<b>Transferências de capital concedidas</b>	<b>3 192 691</b>	<b>2 227 417</b>	<b>43,3%</b>
Freguesias	449 524	429 727	4,6%
Instituições sem Fins Lucrativos	1 886 437	1 057 923	78,3%
Sociedades e quase sociedades não financeiras	856 729	739 768	15,8%
<b>Transferências para cobertura de prejuízos</b>	<b>0</b>	<b>290 982</b>	<b>-100,0%</b>
Lipor	0	290 982	-100,0%
<b>Total</b>	<b>17 775 302</b>	<b>14 223 320</b>	<b>25,0%</b>

Un:Euros

A estrutura de contributos das componentes desta rubrica, comparativamente com 2024, altera-se, com os Subsídios correntes concedidos a ganharem expressão, passando de um contributo de 38% em 2024 para 42% dos 17.775.302 € concedidos, ao todo, em 2025. Por sua vez, as Transferências para cobertura de prejuízos nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, não registam quaisquer encargos no período.

Da análise do posicionamento relativo entre as componentes, observam-se o reposicionamento dos subsídios correntes como parcela dominante, representando 42% do total da rubrica, seguindo-se as transferências correntes concedidas, 40%, e por último as transferências de capital concedidas, 18%.

A variação registada nos Subsídios correntes concedidos decorre essencialmente da sub-rubrica Outros, cuja variação € corresponde exclusivamente à compensação financeira relativa à exploração do transporte rodoviário de passageiros pelos STCP (Obrigação de Serviço Público modo rodoviário), referentes ao ano em apreço.

No que se refere às Transferências correntes concedidas, verifica-se um crescimento de (+) 12,5%, resultante do aumento dos apoios atribuídos a Outros setores institucionais, que evoluem de 4.657.796 € para 5.358.592 €, com destaque para as Instituições sem fins lucrativos, principais destinatárias deste acréscimo.



Por fim, assinala-se o aumento das transferências de capital concedidas a Instituições sem fins lucrativos, que ascendem a 1.886.437 €, traduzindo um crescimento de (+) 78% comparativamente com o período homólogo, e reforçando a crescente expressão desta componente no apoio ao investimento promovido para estas entidades.

Em quarto lugar, considerada a materialidade das rubricas de gastos e apresentando-se como última a registar no exercício montantes acima do limiar do milhão de euros, apresentam-se os **Outros gastos e perdas**, que se cifram em 3.002.875 €. Deste valor, cerca de dois terços correspondem Correções a exercícios anteriores, onde sobressaem as regularizações de estimativas de imposto (em especial, o Imposto Municipal sobre Imóveis e a Outros), de reconhecimento de Dívidas incobráveis (no montante de 719.994 €) e, com uma materialidade inferior a 10%, temos os gastos e perdas relativos a impostos e taxas.

Com impacto negativo no resultado do período, mas já com contributos abaixo do milhão de euros, figuram os Gastos imputados a entidades controladas e associadas que passam, em termos líquidos, de (+) 1.544.324 € no exercício anterior para € no termo de 2025. Aqui se refletem as perdas deduzidas dos rendimentos obtidos com entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos, refletindo-se assim nas contas individuais do Município a evolução dos resultados líquidos das participadas, por via da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

Em 2025 e por comparação com o seu homólogo, verifica-se que diminuem os rendimentos com origem em participações municipais, aumentando simultaneamente as perdas de índole similar registadas. O desdobramento desta componente e bem assim o contributo de cada uma das entidades consideradas apresentam-se no quadro seguinte:

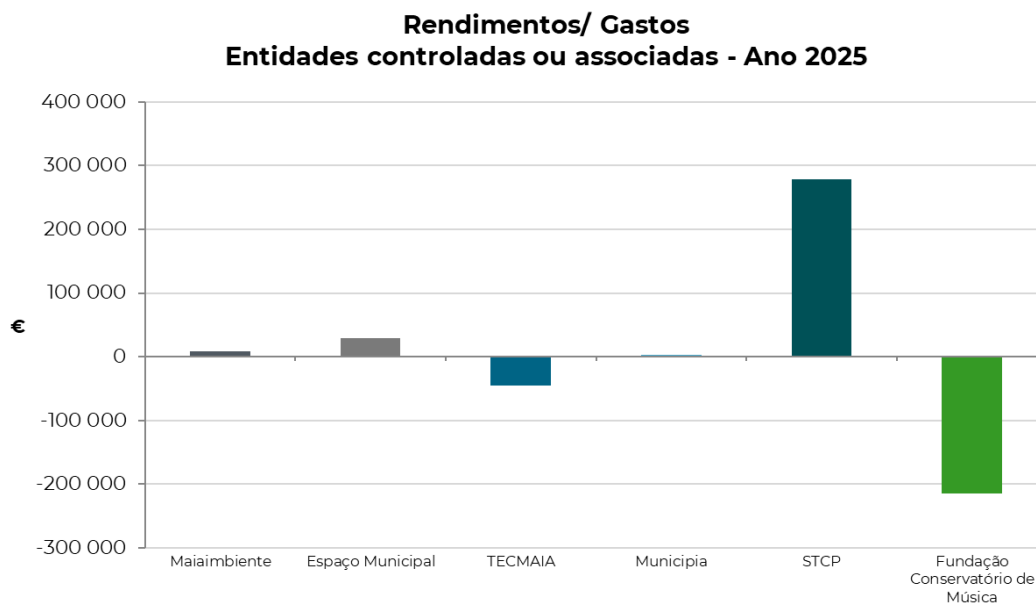
**Quadro 128**

<b>Rendimentos/ Gastos imputados a entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos</b>			
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Varição</b>
<b>Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos</b>	<b>333 122</b>	<b>1 899 824</b>	<b>-82,5%</b>
Aplicação do método da equivalência patrimonial	333 122	1 832 114	-81,8%
Empresa Municipal de Estacionamento	14 828	29 623	-49,9%
Empresa Municipal de Ambiente	7 903	12 361	-36,1%
Espaço Municipal - Ren. Urbana e Gestão Património Municipal	28 908	8 941	223,3%
Municipia	2 700	2 101	28,5%
STCP - Sociedade Transportes Colectivos do Porto	278 783	8 045	3365,4%
Fundação Conservatório de Música	0	0	-
Maia Imo	0	1 771 044	-100,0%
Outros rendimentos	0	67 710	-100,0%
<b>Gastos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos</b>	<b>718 870</b>	<b>355 500</b>	<b>102,2%</b>
Cobertura de prejuízos	457 704	0	-
Aplicação do método da equivalência patrimonial	261 166	257 509	1,4%
Fundação Conservatório de Música	215 263	222 988	-3,5%
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	45 903	34 522	33,0%
Alienações	0	97 991	-100,0%
<b>Total</b>	<b>-385 748</b>	<b>1 544 324</b>	<b>-125,0%</b>

Un:Euros



Gráfico 80



O **Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**, ascende, no exercício, a 5.363 €, evidenciando uma diminuição face ao período anterior, tendência que contraria o aumento observado na rubrica de Vendas.

Os resultados antes de depreciações e gastos de financiamento apuram-se em 2025 no montante de 43.340.378 €, aumentado comparativamente com 2024, efeito decorrente de um crescimento dos rendimentos operacionais de (+) 10 %, superior ao observado nos gastos operacionais, que, excluindo depreciações e amortizações, aumentaram (+) 3%.

Os **Gastos/ reversões de depreciação e amortização** cifram-se em 2025 no montante de 20.000.682 €, evidenciando um decréscimo de (-) 5% face ao exercício anterior. De acordo com os critérios definidos no SNC-AP, nomeadamente no Classificador Complementar n.º 2, cerca de 98% deste montante correspondem à depreciação de ativos fixos tangíveis. Tratando-se de uma componente que não implica qualquer saída de caixa, mas que reflete o desgaste e a perda de valor dos ativos afetos ao ciclo produtivo do exercício, estes gastos absorvem aproximadamente 46% do resultado antes de depreciações e gastos de financiamento, determinando assim um resultado operacional de (+) 23.339.695 €.

Por último, os encargos de financiamento apresentam, em termos líquidos, um efeito favorável para a atividade municipal, tendência que se intensifica face ao período homólogo, dado que os juros e rendimentos similares obtidos (1.084.876 €) superam os juros suportados (215.028 €).

Conjugados os efeitos até aqui analisados, o resultado líquido do período ascende a (+) 24.209.544 €, situando-se acima do resultado operacional e observando um crescimento de (+) 49%, se comparado com o ano precedente.



# DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA



As disponibilidades do Município, subdivididas em Caixa, Depósitos à ordem e Outros Depósitos (garantias e cauções), traduzem o ativo de maior liquidez detido pelo Município e totalizam em 2025, 83.560.002 €, (-) 2,6% face aos saldos de abertura do exercício.

Contrariamente ao que tem sucedido nos últimos exercícios, em que o ciclo de tesouraria associado à atividade municipal se afigurou gerador de excedentes de caixa, neste exercício verifica-se que globalmente os pagamentos excederam os pagamentos efetuados. Isso mesmo se evidencia na Demonstração dos Fluxos de Caixa, demonstração financeira obrigatória ao abrigo do SNC-AP (NCP 1- Estrutura e conteúdo das Demonstrações Financeiras, § 14, alínea d).

Este quadro, que se insere de seguida, permite concluir pela redução dos saldos de caixa e equivalentes entre o início e o fim do ano em apreço, resultando esse facto de um défice assinalado ao nível dos fluxos associados às atividades de investimento. Mantendo-se um contributo positivo assinalável ao nível da atividade operacional (que se mantém geradora de excedentes), esta não alcança um superavit suficiente para cobrir os défices gerados ao nível das atividades de investimento e financiamento conjuntamente.

Da Demonstração dos fluxos de caixa do exercício de 2025 é possível aferir o seguinte:

- O Município da Maia gera excedentes nos fluxos de natureza operacional, no valor de (+) 31.544.491 €, que financiam a maior parte do fluxo deficitário das atividades de investimento e de financiamento, com € e (-) 1.254.651 €;
- Os recebimentos de clientes, contribuintes e utentes, ascende em 2025 a (+) 81.409.462 € continuam a assegurar mais de dois terços dos recebimentos das atividades operacionais, novamente se salientando a capacidade demonstrada pelo Município para gerar receitas próprias;
- As transferências e subsídios correntes respondem pelos restantes recebimentos de natureza operacional;
- O total dos recebimentos das atividades operacionais assegura 1,4 vezes o valor total dos pagamentos de natureza similar, e
- Conforme se aludiu já na análise à evolução dos saldos de disponibilidades (no balanço), os movimentos de Tesouraria associados às atividades de investimento refletem o impacto direto e significativo do desfasamento temporal entre o financiamento da mandatada Espaço Municipal, que acompanha o ritmo real de execução do Programa 1.º Direito, e a transferência dos financiamentos que lhes correspondem, por parte do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.



Quadro 129

RUBRICAS	Exercícios	
	2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	30 098	18 563
Recebimentos de contribuintes	66 523 272	56 673 001
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	38 116 717	35 681 723
Recebimentos de utentes	14 856 091	13 449 212
Pagamentos a fornecedores	-34 958 131	-32 380 201
Pagamentos ao pessoal	-28 337 909	-26 508 172
Pagamentos de transferências e subsídios	-20 005 962	-16 872 339
Caixa gerada pelas operações	36 224 176	30 061 788
Outros recebimentos/pagamentos	-4 679 685	-3 428 078
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>	<b>31 544 491</b>	<b>26 633 710</b>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	-55 069 224	-22 390 203
Pagamentos - Ativos intangíveis	-286 087	-174 726
Pagamentos - Investimentos financeiros		-100 015
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis	3 460 805	2 294 454
Recebimentos - Propriedades de Investimento	194	
Recebimentos - Subsídios ao investimento	15 039 879	20 552 758
Recebimentos - Transferências de capital	2 847 841	1 921 934
Recebimentos - Juros e rendimentos similares	1 446 571	1 670 090
Recebimentos - Dividendos	35 529	37 083
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>	<b>-32 524 494</b>	<b>3 811 375</b>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Doações		2 250
Recebimentos - Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Financiamentos obtidos	-1 196 486	-1 243 962
Pagamentos - Juros e gastos similares	-57 941	-104 895
Pagamentos - Outras operações de financiamento	-224	-245
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>	<b>-1 254 651</b>	<b>-1 346 852</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	-2 234 654	29 098 232
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	85 794 656	56 698 673
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	83 560 002	85 794 656
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e Saldos da Gerência		
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>85 794 656</b>	<b>56 698 673</b>
Saldo da gerência anterior (SGA)	85 794 656	56 698 673
SGA De execução orçamental	78 384 427	50 943 968
SGA De operações de tesouraria	7 410 228	5 754 705
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>83 560 002</b>	<b>85 794 656</b>
Saldo para a gerência seguinte (SGS)	83 560 002	85 794 656
SGS De execução orçamental	76 338 824	78 384 427
SGS De operações de tesouraria	7 221 178	7 221 178

Un.: Euro



# PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS





Nos termos legalmente previstos a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é aprovada pelo órgão deliberativo, mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

Verificando-se que o resultado líquido de 2025 é positivo no montante de 24.209.543,72 €, propõe-se a seguinte aplicação:

- Transferência para Resultados Transitados: (+) 5.000.000 €;
- Reforço do Património pelo restante: (+) 19.209.543,72 €.



# INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS



**Quadro 130**

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS				
Dimensão	Designação	2025	2024	
Liquidez	Liquidez Geral	2,79	3,45	Ativo Corrente / Passivo Corrente
	Liquidez Reduzida	2,79	3,45	(Ativo Corrente - Inventários) / Passivo Corrente
	Liquidez Imediata	1,58	2,00	Meios Financeiros Líquidos / Passivo Corrente
Rendibilidade	Rendibilidade Operacional da Atividade Municipal	13,98%	14,02%	Resultados Operacionais / Rendimentos da Atividade Corrente Municipal x 100
	Rendibilidade do Património Líquido	4,74%	3,36%	Resultados Líquidos / Património Líquido x 100
	Rendibilidade Operacional do Ativo	2,79%	2,68%	Resultados Operacionais / Ativo x 100
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	0,89	0,90	Património Líquido / Ativo
	Solvabilidade	8,39	9,12	Património Líquido / Passivo
	Grau de Cobertura dos Gastos Financeiros	41,35	29,80	Resultados Operacionais / Gastos Financeiros
	Endividamento	0,11	0,10	Passivo / Ativo
Atividade	Grau de Rotação do Ativo	0,20	0,19	Rendimentos da Atividade Corrente Municipal / Ativo
	Prazo Médio de Pagamentos (dias)* *Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, excluindo Fornecedores de Imobilizado de MLP	3	4	$PMP = \frac{\sum_{i=1}^n DF}{\sum_{i=1}^n A} \times 365$



# CONTABILIDADE DE GESTÃO



De acordo com a NCP 27, o relatório de gestão deve divulgar, por cada bem, serviço ou atividade final, a seguinte informação: i) custos diretos de cada bem, serviço e atividade, ii) rendimentos diretamente associados aos bens, serviços e atividades (se existirem), iii) custos totais do exercício económico e iv) objetos de custos finais para os quais se determinou o custo total, os critérios de imputação dos custos indiretos utilizados e os custos não incorporados.

Atendendo à natureza do Município da Maia e às atividades que são desenvolvidas em conformidade com as competências atribuídas por via da aplicação da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a contabilidade de gestão encontra-se desenhada para que seja possível o apuramento dos rendimentos e dos gastos por cada uma das atividades, tendo em consideração o apuramento dos rendimentos e dos gastos, diretos e indiretos.

Em complemento e em conformidade com o que se encontra estabelecido pelo parágrafo 37 da NCP 27, foram igualmente apurados os rendimentos e os gastos por unidade orgânica, atendendo à especificidade municipal e à macroestrutura do Município.

Este é o primeiro exercício em que o Município da Maia apresenta dados da contabilidade de gestão, em conformidade com a NCP 27, como resultado de um processo de implementação deste sistema contabilístico nos sistemas de informação utilizados pelo Município em interligação com a base transacional associada a cada uma das atividades desenvolvidas. Em consequência, não são apresentados dados comparativos relativamente ao período homólogo anterior.

Apesar de se tratar do primeiro ano de implementação, e pese embora seja intenção do Município aprofundar as bases de imputação dos gastos indiretos para períodos ulteriores, a informação produzida é rastreável e por nós considerada fiável para a tomada de decisão dos diferentes *stakeholders*, dando desta forma cumprimento ao estabelecido na NCP 27. Não obstante, tratando-se de uma contabilidade de gestão que adota o método do custeio total (*total absorption cost*), há que atender aos critérios de imputação dos gastos indiretos, que poderão, se diferentes dos utilizados, levar a conclusões diversas sobre os resultados das diferentes atividades desenvolvidas. Esta limitação, associada a todos os sistemas de custeio desenhados com base na lógica da absorção, deve ser atendida pelos diferentes interessados da informação produzida na tomada de decisões.

Tratando-se de um processo dinâmico, a definição de indutores que resultará do aprofundamento da imputação dos gastos indiretos poderá levar à definição de critérios de imputação diversos dos aplicados neste reporte. Os critérios de imputação aplicados para os gastos indiretos, tiveram em consideração, neste primeiro exercício, o peso dos gastos diretos de cada atividade no total dos gastos diretos. O mesmo critério foi aplicado aos rendimentos indiretos, tomando neste caso, como referência, o peso dos rendimentos diretos de cada atividade no total dos rendimentos diretos. Os impostos e as transferências provenientes do Estado foram repartidos pelo peso dos gastos diretos de cada uma das atividades no total dos gastos diretos, uma vez que são estes que suportam e financiam todas as atividades do Município, no entanto, para efeitos da análise do apuramento das taxas, estes rendimentos não deverão ser considerados. Estes critérios apresentam-se como os



critérios possíveis, atendendo ao facto de se tratar do primeiro exercício de implementação efetiva da NCP 27.

Sendo este o primeiro ano de reporte da contabilidade de gestão e reconhecendo a sua importância, no sentido de obter uma melhor informação de gestão que contribua para reforçar a otimização de recursos, impõe-se assinalar que o Município continua e continuará a trabalhar de forma a inverter algumas das fragilidades ainda existentes, designadamente, ao nível dos indutores e assim aperfeiçoar o apuramento de custos nesta área, nomeadamente no que se refere aos requisitos específicos do parágrafo 37 da NCP 27, que define divulgações específicas para as autarquias locais.

A implementação da contabilidade de gestão sendo um processo recente, é apresentada numa base simplificada atenta à elevada complexidade do Município quer a nível da dimensão quer da diversidade das atividades desenvolvidas. Foi possível efetuar a separação entre custos diretos e indiretos e respetivos rendimentos por função e atividade, não existindo ainda condições de apresentar os custos diretos e indiretos e o respetivo rendimento associado a cada serviço prestado.

Para os devidos efeitos, consideraram-se os seguintes conceitos utilizados na Contabilidade de Gestão, conceitos estes que são aplicados a partir das múltiplas aplicações que se encontram configuradas no sistema de informação Medidata através do plano de contas da contabilidade de gestão (analítica):

- Gastos diretos: gastos diretamente atribuíveis às atividades definidas, apresentando uma relação direta e inequívoca com as mesmas.
- Gastos Indiretos: gastos que não estão relacionados diretamente às atividades desenvolvidas, mas que são necessários para o desenvolvimento das mesmas.
- Rendimentos diretos: rendimentos diretamente atribuíveis a cada uma das atividades desenvolvidas pelo Município;
- Rendimentos indiretos: rendimentos que não são atribuíveis especificamente às atividades desenvolvidas ou não resultam da própria atividade desenvolvida.

Atendendo à associação entre as atividades desenvolvidas e a classificação orgânica responsável pelas mesmas de acordo com a macroestrutura presente neste exercício, os valores dos gastos por unidade orgânica para 2025 podem ser apresentados da seguinte forma:



**Quadro 131**

<b>GASTOS POR UNIDADE ORGÂNICA</b>	
<b>Designação</b>	<b>Valor</b>
<b>Estrutura Municipal</b>	<b>113 085 260</b>
Gastos Gerais da Assembleia Municipal	65 468
<b>Câmara Municipal</b>	<b>10 023 696</b>
Presidência	685 783
Estruturas de apoio à Presidência	
Gabinete de apoio à Presidência	2 415 398 (*)
Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos	887 668
Vereação	783 733
Núcleo de Estratégia, Desenvolvimento e Inovação	
Unidade de Gestão de Projetos Financiados	87 526
Outros - Núcleo de Estratégia, Desenvolvimento e Inovação	460 658
Divisão de Qualidade e Sistemas de Informação	1 582 666
Unidade de Auditoria e Controlo de Gestão	0
Aeródromo de Vilar de Luz	1 066 740
Serviço de Polícia Municipal e Fiscalização	701 377
Gabinete de apoio ao Investimento e Relações Internacionais	211 373
Serviço Municipal de Proteção Civil	677 497
Gabinete de Comunicação, Marketing e Cidadania	463 277

Un: Euro



GASTOS POR UNIDADE ORGÂNICA (continuação)	
Designação	Valor
<b>Estrutura Municipal</b>	<b>113 085 260</b>
<b>Direção Municipal</b>	<b>102 996 095</b>
<b>Departamento de Finanças e Património</b>	<b>3 931 365</b>
Divisão de Planeamento e Gestão Financeira	365 096
Divisão de Contabilidade	387 232
Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento	648 118
Outros - Departamento de Finanças e Património	2 530 920 (**)
<b>Departamento de Recursos Humanos e Administração Geral</b>	<b>3 762 764</b>
Divisão de Recursos Humanos	968 615
Divisão de Administração Geral	
Unidade de Gestão do Arquivo Municipal	448 806
Outros da Divisão de Administração Geral	2 273 871
Outros - Departamento de Recursos Humanos e Administração Geral	71 472
<b>Departamento Jurídico</b>	<b>991 935</b>
Divisão de Assessoria e Contencioso	383 514
Divisão de Contraordenações e Execuções Fiscais	151 253
Unidade de Notariado e Registos	228 207
Departamento Jurídico - Outros	228 961
<b>Departamento de Educação, Ciência e Cultura</b>	<b>34 829 205</b>
Divisão de Educação e Ciência	26 546 366
Divisão de Cultura	
Museu Municipal	125 381
Biblioteca Municipal	720 920
Outros da Divisão da Cultura	5 011 426
Unidade de Turismo	2 224 414
Outros - Departamento de Educação, Ciência e Cultura	200 698
<b>Departamento de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude</b>	<b>27 212 388</b>
Divisão de Desenvolvimento Social	11 312 579
Divisão de Gestão de Equipamentos Desportivos	10 343 390
Divisão de Fomento Desportivo e Juventude	
Gabinete da Juventude	681 991
Outros da Divisão de Fomento Desportivo e Juventude	2 030 545
Gabinete de Saúde	2 506 062
Outros - Departamento de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude	337 822
<b>Departamento de Sustentabilidade Territorial</b>	<b>13 465 877</b>
Divisão de Planeamento Territorial	1 389 008
Divisão de Gestão Urbana	
Unidade Licenciamento das Atividades Económicas e Vistorias	718 962
Outros da Divisão de Gestão Urbana	853 879
Divisão de Ambiente	
Unidade de Educação e Formação Ambiental	470 311
Unidade de Proteção Florestal	102 190
Outros da Divisão de Ambiente	9 362 109
Outros - Departamento de Sustentabilidade Territorial	569 417
<b>Departamento de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade</b>	<b>18 802 561</b>
Divisão de Projetos, Edifícios e Equipamentos	775 951
Divisão de Projetos, Espaço Público e Infraestruturas	7 275 004
Divisão de Gestão Operacional e Logística	1 240 634
Divisão de Energia e Mobilidade	8 989 362
Gabinete de Prevenção e Segurança no Trabalho	205 291
Outros - Departamento de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade	316 319

Un: Euro

NOTA:

(\*) Inclui o valor dos apoios financeiros e em espécie para as freguesias no montante de 2.130.810 €.

(\*\*) Inclui encargos de cobrança de impostos e imparidades no montante de 1.961.908 €.



Ao nível das atividades, os resultados globais por função municipal, considerando que cada função agrega um conjunto de atividades, são apresentados com a repartição de rendimentos e gastos diretos, indiretos e totais, da seguinte forma:

Quadro 132

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES MUNICIPAIS				
Rúbrica por Natureza	Funções Gerais	Funções Sociais	Funções Económicas	Outras Funções
<b>DIRETOS</b>				
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>307 652</b>	<b>8 556 285</b>	<b>2 469 342</b>	<b>0</b>
Impostos, contribuições e taxas	148 601	3 838 752	2 358 098	0
Vendas	4 189	4 750	21 206	0
Prestações de Serviços e Concessões	154 836	4 669 069	89 607	0
Transferências e subsídios correntes obtidos	0	0	0	0
Reversões	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	26	43 715	431	0
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0
<b>GASTOS</b>	<b>6 161 817</b>	<b>48 250 580</b>	<b>13 838 370</b>	<b>3 441 915</b>
Transferências e subsídios concedidos	344 581	12 336 124	2 320 126	2 119 283
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	4 634	0	0
Fornecimentos e serviços externos	2 699 520	20 723 823	3 588 846	692 179
Gastos com o pessoal	320 920	3 175 374	138 167	1 955
Gastos de depreciação e de amortização	744 061	10 869 689	7 204 224	170 877
Perdas por imparidade	1 112 954	0	0	74
Outros gastos e perdas	939 782	1 140 936	587 006	248 223
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	209 323

Un:Euro

Quadro 133

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES MUNICIPAIS				
Rúbrica por Natureza	Funções Gerais	Funções Sociais	Funções Económicas	Outras Funções
<b>INDIRETOS</b>				
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>7 780 048</b>	<b>83 306 689</b>	<b>29 436 363</b>	<b>5 440 991</b>
Impostos, contribuições e taxas	5 666 907	44 215 616	13 293 721	3 195 067
Vendas	0	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	2 595	28 846	170 672	23 081
Transferências e subsídios correntes obtidos	1 691 751	32 077 754	4 113 480	974 436
Reversões	673	7 483	1 896 904	5 987
Outros rendimentos e ganhos	405 622	6 838 024	9 139 369	1 131 229
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	12 500	138 966	822 218	111 192
<b>GASTOS</b>	<b>9 915 725</b>	<b>25 506 071</b>	<b>5 461 828</b>	<b>511 521</b>
Transferências e subsídios concedidos	86 142	561 601	7 446	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	729	0	0
Fornecimentos e serviços externos	1 658 683	2 496 139	2 325 454	135 667
Gastos com o pessoal	7 386 237	21 462 658	2 603 762	338 063
Gastos de depreciação e de amortização	403 624	446 119	136 756	25 331
Perdas por imparidade	183 323	0	325 907	0
Outros gastos e perdas	192 011	538 824	62 503	12 460
Gastos e perdas por juros e outros encargos	5 705	0	0	0

Un:Euro



## Quadro 134

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES MUNICIPAIS					
Rúbrica por Natureza	Funções Gerais	Funções Sociais	Funções Económicas	Outras Funções	TOTAL
<b>TOTAL</b>					
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>8 087 701</b>	<b>91 862 974</b>	<b>31 905 705</b>	<b>5 440 991</b>	<b>137 297 370</b>
Impostos, contribuições e taxas	5 815 508	48 054 368	15 651 819	3 195 067	72 716 761
Vendas	4 189	4 750	21 206	0	30 144
Prestações de Serviços e Concessões	157 431	4 697 914	260 279	23 081	5 138 705
Transferências e subsídios correntes obtidos	1 691 751	32 077 754	4 113 480	974 436	38 857 421
Reversões	673	7 483	1 896 904	5 987	1 911 047
Outros rendimentos e ganhos	405 648	6 881 739	9 139 800	1 131 229	17 558 415
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	12 500	138 966	822 218	111 192	1 084 876
<b>GASTOS</b>	<b>16 077 542</b>	<b>73 756 651</b>	<b>19 300 198</b>	<b>3 953 436</b>	<b>113 087 827</b>
Transferências e subsídios concedidos	430 722	12 897 724	2 327 572	2 119 283	17 775 302
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	5 364	0	0	5 363
Fornecimentos e serviços externos	4 358 203	23 219 962	5 914 300	827 846	34 320 311 (*)
Gastos com o pessoal	7 707 158	24 638 032	2 741 929	340 018	35 427 138
Gastos de depreciação e de amortização	1 147 685	11 315 809	7 340 980	196 208	20 000 682
Perdas por imparidade	1 296 276	0	325 907	74	1 622 257
Outros gastos e perdas	1 131 793	1 679 759	649 510	260 683	3 721 745
Gastos e perdas por juros e outros encargos	5 705	0	0	209 323	215 028

Un:Euro

(\*) Ressalva-se que foi necessário proceder à correção do saldo contranatura da conta de gastos "Fornecimentos e Serviços Externos" no montante de 2.567 € imputando-o à conta de rendimentos "Prestações de Serviços e Concessões", razão pela qual se justifica a diferença apurada quando confrontados os mapas anteriores com o saldo das contas no balancete patrimonial.

Considerando a oportunidade relacionada com a densificação de informação de gestão que é possível obter a partir da implementação da NCP 27 efetuada, detalham-se os resultados de cada uma das atividades que cada função desempenha:



### 1.8.1 FUNÇÕES GERAIS

Os rendimentos e os gastos diretos, indiretos e totais das funções gerais apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 135**

FUNÇÕES GERAIS												
	Edifícios Administração Geral	Atividades Auxiliares	Serviços de Ordem Pública	Outros	Edifícios Administração Geral	Atividades Auxiliares	Serviços de Ordem Pública	Outros	Edifícios Administração Geral	Atividades Auxiliares	Serviços de Ordem Pública	Outros
	DIRETOS				INDIRETOS				TOTAL			
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>0</b>	<b>254.565</b>	<b>53.087</b>	<b>0</b>	<b>2.589.488</b>	<b>1.928.355</b>	<b>687.651</b>	<b>2.574.555</b>	<b>2.589.488</b>	<b>2.182.921</b>	<b>740.737</b>	<b>2.574.555</b>
Impostos, contribuições e taxas	0	104.143	44.458	0	2.073.340	1.181.346	492.578	1.919.643	2.073.340	1.285.488	537.036	1.919.643
Vendas	0	0	4.189	0	0	0	0	0	0	0	4.189	0
Prestações de Serviços e Concessões	0	150.396	4.440	0	0	2.595	0	0	0	152.991	4.440	0
Transferências e subsídios correntes obtidos	0	0	0	0	440.088	580.566	151.045	520.052	440.088	580.566	151.045	520.052
Reversões	0	0	0	0	0	673	0	0	0	673	0	0
Outros rendimentos e ganhos	0	26	0	0	76.061	150.675	44.027	134.859	76.061	150.702	44.027	134.859
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0	0	12.500	0	0	0	12.500	0	0
<b>GASTOS</b>	<b>2.255.938</b>	<b>1.281.215</b>	<b>535.959</b>	<b>2.088.706</b>	<b>991.092</b>	<b>8.110.909</b>	<b>813.723</b>	<b>0</b>	<b>3.247.030</b>	<b>9.392.124</b>	<b>1.349.683</b>	<b>2.088.706</b>
Transferências e subsídios concedidos	0	0	333.381	11.200	0	86.142	0	0	0	86.142	333.381	11.200
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	1.560.360	1.000.679	91.240	47.240	77.476	1.552.589	28.618	0	1.637.836	2.553.268	119.859	47.240
Gastos com o pessoal	23.274	277.819	4.387	15.440	897.511	5.703.986	784.740	0	920.785	5.981.806	789.127	15.440
Gastos de depreciação e de amortização	642.137	0	101.924	0	11.558	391.701	366	0	653.695	391.701	102.289	0
Perdas por imparidade	0	0	0	1.112.954	0	183.323	0	0	0	183.323	0	1.112.954
Outros gastos e perdas	30.166	2.717	5.027	901.871	4.547	187.464	0	0	34.714	190.180	5.027	901.871
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	5.705	0	0	0	5.705	0	0

Un:Euro



## 1.8.2 FUNÇÕES SOCIAIS

Os rendimentos e os gastos diretos das Funções Sociais apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 136**

FUNÇÕES SOCIAIS														
	Educação	Saúde	Ação Social	Habitação	Cemitérios	Ordenamento do Território	Prot. do Meio Ambiente e Conserv. da Natureza	Resíduos e Limpeza Urbana	Planeamento Urbanístico	Cultura	Desporto, Recreio e Lazer	Juventude	Atividades cívicas e religiosas	Relações Internacionais
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>2 652 946</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>17 534</b>	<b>0</b>	<b>3 809 836</b>	<b>73 814</b>	<b>1 999 332</b>	<b>2 823</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Impostos, contribuições e taxas	26 177	0	0	0	0	0	12 164	0	3 800 411	0	0	0	0	0
Vendas	2 685	0	0	0	0	0	0	0	0	785	1 280	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	2 592 234	0	0	0	0	0	5 371	0	9 425	63 306	1 995 910	2 823	0	0
Transferências e subsídios correntes obtidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reversões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	31 850	0	0	0	0	0	0	0	0	9 722	2 143	0	0	0
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>GASTOS</b>	<b>11 943 589</b>	<b>1 982 077</b>	<b>4 357 106</b>	<b>5 626 200</b>	<b>7 631</b>	<b>2 754 987</b>	<b>960 111</b>	<b>4 736 138</b>	<b>24 503</b>	<b>3 448 559</b>	<b>11 473 262</b>	<b>300 363</b>	<b>618 269</b>	<b>17 786</b>
Transferências e subsídios concedidos	287 707	0	2 458 937	1 530 000	0	0	95 000	4 589 055	0	305 548	2 423 247	31 828	614 802	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 355	0	0	0	0	0	0	0	0	2 279	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	8 481 446	1 609 634	1 476 470	42 651	232	1 650 962	335 045	107 146	16 147	2 540 979	4 232 465	211 369	1 491	17 786
Gastos com o pessoal	503 414	47 690	296 816	0	0	13 385	62 410	0	0	16 438	2 230 308	3 238	1 675	0
Gastos de depreciação e de amortização	2 421 280	278 034	113 134	4 040 709	7 398	615 267	462 278	39 415	8 356	366 810	2 463 579	53 428	0	0
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	247 387	46 719	11 749	12 839	0	475 373	5 378	522	0	216 505	123 663	500	302	0
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Un: Euro



Os rendimentos e os gastos indiretos das Funções Sociais apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 137**

FUNÇÕES SOCIAIS														
	Educação	Saúde	Ação Social	Habitação	Cemitérios	Ordenamento do Território	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	Resíduos e Limpeza Urbana	Planeamento Urbanístico	Cultura	Desporto, Recreio e Lazer	Juventude	Atividades cívicas e religiosas	Relações Internacionais
INDIRETOS														
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>31.464.605</b>	<b>4.492.280</b>	<b>6.497.317</b>	<b>9.150.817</b>	<b>9.659</b>	<b>3.487.279</b>	<b>1.935.482</b>	<b>5.990.540</b>	<b>174.709</b>	<b>4.153.541</b>	<b>14.765.137</b>	<b>380.201</b>	<b>782.609</b>	<b>22.514</b>
Impostos, contribuições e taxas	10.976.862	1.821.646	4.004.438	5.208.631	7.013	2.531.995	885.925	4.352.790	22.605	2.997.297	10.545.792	276.051	568.226	16.346
Vendas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	0	0	0	25.597	0	0	2.387	0	57	0	804	0	0	0
Transferências e subsídios correntes obtidos	18.866.448	2.537.171	2.208.523	1.590.925	2.150	776.270	313.621	1.330.060	36.188	919.003	3.233.541	84.633	174.209	5.012
Reversões	0	0	0	6.640	0	0	619	0	15	0	209	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	1.621.295	133.463	284.356	2.195.707	496	179.014	721.434	307.690	115.567	237.241	980.915	19.517	40.174	1.156
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	123.316	0	0	11.497	0	277	0	3.876	0	0	0
<b>GASTOS</b>	<b>14.326.148</b>	<b>543.620</b>	<b>726.264</b>	<b>970.597</b>	<b>7.855</b>	<b>3.367.894</b>	<b>717.848</b>	<b>0</b>	<b>49.742</b>	<b>2.242.346</b>	<b>2.175.079</b>	<b>377.978</b>	<b>0</b>	<b>699</b>
Transferências e subsídios concedidos	172.122	1.438	156.328	203.995	0	791	276	0	7	19.515	7.037	86	0	6
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	729	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	187.957	88.643	175.656	240.020	687	548.427	199.536	0	2.374	462.551	563.681	26.479	0	127
Gastos com o pessoal	13.783.274	440.775	386.020	515.683	7.139	2.285.384	476.432	0	30.559	1.612.577	1.573.381	350.891	0	544
Gastos de depreciação e de amortização	182.581	12.764	8.258	10.899	28	46.835	5.026	0	1.495	147.573	30.115	523	0	23
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	214	0	1	1	0	486.457	36.578	0	15.308	130	135	0	0	0
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Un:Euro



Os rendimentos e os gastos totais das Funções Sociais apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 138**

FUNÇÕES SOCIAIS														
	Educação	Saúde	Ação Social	Habitação	Cemitérios	Ordenamento do Território	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	Resíduos e Limpeza Urbana	Planeamento Urbanístico	Cultura	Desporto, Recreio e Lazer	Juventude	Atividades cívicas e religiosas	Relações Internacionais
	TOTAL													
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>34 117 551</b>	<b>4 492 280</b>	<b>6 497 317</b>	<b>9 150 817</b>	<b>9 659</b>	<b>3 487 279</b>	<b>1 953 017</b>	<b>5 990 540</b>	<b>3 984 545</b>	<b>4 227 355</b>	<b>16 764 468</b>	<b>383 025</b>	<b>782 609</b>	<b>22 514</b>
Impostos, contribuições e taxas	11 003 039	1 821 646	4 004 438	5 208 631	7 013	2 531 995	898 089	4 352 790	3 823 016	2 997 297	10 545 792	276 051	568 226	16 346
Vendas	2 685	0	0	0	0	0	0	0	0	785	1 280	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	2 592 234	0	0	25 597	0	0	7 757	0	9 483	63 306	1 996 714	2 823	0	0
Transferências e subsídios correntes obtidos	18 866 448	2 537 171	2 208 523	1 590 925	2 150	776 270	313 621	1 330 060	36 188	919 003	3 233 541	84 633	174 209	5 012
Reversões	0	0	0	6 640	0	0	619	0	15	0	209	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	1 653 145	133 463	284 356	2 195 707	496	179 014	721 434	307 690	115 567	246 963	983 057	19 517	40 174	1 156
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	123 316	0	0	11 497	0	277	0	3 876	0	0	0
<b>GASTOS</b>	<b>26 269 737</b>	<b>2 525 697</b>	<b>5 083 370</b>	<b>6 596 797</b>	<b>15 486</b>	<b>6 122 880</b>	<b>1 677 959</b>	<b>4 736 138</b>	<b>74 245</b>	<b>5 690 904</b>	<b>13 648 340</b>	<b>678 342</b>	<b>618 269</b>	<b>18 485</b>
Transferências e subsídios concedidos	459 829	1 438	2 615 265	1 733 995	0	791	95 276	4 589 055	7	325 063	2 430 284	31 914	614 802	6
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 355	0	0	0	0	0	0	0	0	2 279	729	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	8 669 403	1 698 277	1 652 127	282 671	920	2 199 389	534 581	107 146	18 521	3 003 531	4 796 147	237 847	1 491	17 913
Gastos com o pessoal	14 286 688	488 465	682 837	515 683	7 139	2 298 769	538 842	0	30 559	1 629 015	3 803 689	354 129	1 675	544
Gastos de depreciação e de amortização	2 603 862	290 798	121 392	4 051 608	7 427	662 102	467 304	39 415	9 851	514 382	2 493 694	53 952	0	23
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	247 601	46 719	11 749	12 840	0	961 830	41 956	522	15 308	216 634	123 798	500	302	0
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Un: Euro

Tendo em consideração que as Funções Sociais se destacam com 65 % do total dos gastos do Município e atendendo à materialidade que foi definida em 1% do total dos gastos (cerca de 1,4 milhões de euros), detalha-se agora o resultado por atividade desempenhada, segundo critério identificado:

**1.8.2.1 EDUCAÇÃO**

Os rendimentos e os gastos diretos da Função Educação, agregados por Agrupamento de Escolas (A. E.), apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 139**

EDUCAÇÃO								
	A. E. Águas Santas	A. E. Castelo	A. E. Gonçalo Mendes da Maia	A. E. Vieira de Carvalho	A. E. da Maia	A. E. do Levante	A. E. de Pedrouços	Outros - Atividades e Eventos
<b>DIRETOS</b>								
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>329.498</b>	<b>420.273</b>	<b>414.902</b>	<b>303.695</b>	<b>355.295</b>	<b>336.646</b>	<b>247.394</b>	<b>245.243</b>
Impostos, contribuições e taxas	3.251	4.147	4.094	2.997	3.506	3.322	2.441	2.420
Vendas	333	425	420	307	360	341	250	248
Prestações de Serviços e Concessões	321.958	410.655	405.407	296.745	347.164	328.942	241.732	239.631
Transferências e subsídios correntes obtidos	0	0	0	0	0	0	0	0
Reversões	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	3.956	5.046	4.981	3.646	4.266	4.042	2.970	2.944
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>GASTOS</b>	<b>1.483.404</b>	<b>1.892.073</b>	<b>1.867.893</b>	<b>1.367.236</b>	<b>1.599.542</b>	<b>1.515.584</b>	<b>1.113.768</b>	<b>1.104.089</b>
Transferências e subsídios concedidos	31.380	46.615	60.248	27.015	22.026	44.989	38.222	17.212
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0	0	2.355
Fornecimentos e serviços externos	1.154.670	1.406.703	1.304.622	886.271	1.167.862	1.075.941	741.310	744.068
Gastos com o pessoal	46.517	61.388	53.784	69.969	56.679	33.990	63.433	117.653
Gastos de depreciação e de amortização	242.074	371.408	448.815	383.752	352.636	330.333	270.734	21.528
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	8.763	5.959	423	230	338	30.332	70	201.273
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0	0

Un: Euro



Os rendimentos e os gastos indiretos da Função Educação, agregados por Agrupamento de Escolas (A. E.), apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 140**

EDUCAÇÃO								
	A. E. Águas Santas	A. E. Castelo	A. E. Gonçalo Mendes da Maia	A. E. Vieira de Carvalho	A. E. da Maia	A. E. do Levante	A. E. de Pedrouços	Outros - Atividades e Eventos
	INDIRETOS							
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>3.804.800</b>	<b>4.852.998</b>	<b>4.790.979</b>	<b>3.506.838</b>	<b>4.102.682</b>	<b>3.887.339</b>	<b>2.856.716</b>	<b>3.662.254</b>
Impostos, contribuições e taxas	1.363.336	1.738.926	1.716.704	1.256.570	1.470.073	1.392.911	1.023.619	1.014.723
Vendas	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências e subsídios correntes obtidos	2.342.909	2.988.365	2.950.176	2.159.431	2.526.338	2.393.735	1.759.100	1.746.394
Reversões	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	98.555	125.706	124.100	90.837	106.271	100.693	73.997	901.137
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>GASTOS</b>	<b>1.724.410</b>	<b>2.237.531</b>	<b>2.153.797</b>	<b>1.592.394</b>	<b>1.913.005</b>	<b>1.786.583</b>	<b>1.276.685</b>	<b>1.641.745</b>
Transferências e subsídios concedidos	16.361	21.230	20.436	15.109	18.151	16.951	12.113	51.771
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	20.368	26.428	25.439	18.808	22.595	21.102	15.079	38.137
Gastos com o pessoal	1.665.937	2.161.659	2.080.763	1.538.397	1.848.137	1.726.002	1.233.394	1.528.985
Gastos de depreciação e de amortização	21.718	28.180	27.125	20.055	24.093	22.501	16.079	22.831
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	26	34	33	24	29	27	19	21
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0	0

Un: Euro



Os rendimentos e os gastos totais da Função Educação, agregados por Agrupamento de Escolas (A. E.), apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 141**

EDUCAÇÃO								
	A. E. Águas Santas	A. E. Castelo	A. E. Gonçalo Mendes da Maia	A. E. Vieira de Carvalho	A. E. da Maia	A. E. do Levante	A. E. de Pedrouços	Outros - Atividades e Eventos
	TOTAL							
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>4.134.298</b>	<b>5.273.270</b>	<b>5.205.881</b>	<b>3.810.533</b>	<b>4.457.977</b>	<b>4.223.985</b>	<b>3.104.109</b>	<b>3.907.498</b>
Impostos, contribuições e taxas	1.366.587	1.743.073	1.720.798	1.259.567	1.473.579	1.396.233	1.026.060	1.017.142
Vendas	333	425	420	307	360	341	250	248
Prestações de Serviços e Concessões	321.958	410.655	405.407	296.745	347.164	328.942	241.732	239.631
Transferências e subsídios correntes obtidos	2.342.909	2.988.365	2.950.176	2.159.431	2.526.338	2.393.735	1.759.100	1.746.394
Reversões	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	102.511	130.752	129.081	94.483	110.536	104.734	76.967	904.082
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>GASTOS</b>	<b>3.207.814</b>	<b>4.129.604</b>	<b>4.021.690</b>	<b>2.959.630</b>	<b>3.512.547</b>	<b>3.302.167</b>	<b>2.390.453</b>	<b>2.745.833</b>
Transferências e subsídios concedidos	47.742	67.845	80.684	42.123	40.177	61.940	50.335	68.982
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0	0	2.355
Fornecimentos e serviços externos	1.175.038	1.433.131	1.330.061	905.079	1.190.457	1.097.043	756.389	782.205
Gastos com o pessoal	1.712.454	2.223.047	2.134.547	1.608.366	1.904.816	1.759.992	1.296.827	1.646.638
Gastos de depreciação e de amortização	263.792	399.588	475.941	403.807	376.729	352.833	286.813	44.359
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	8.789	5.993	456	254	367	30.359	89	201.294
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0	0

Un: Euro

*Indutor: N.º de Alunos*

2.510 2.675 2.197 1.708 2.544 1.374 1.661

**Gastos (€) / N.º de alunos**

1.278 1.544 1.831 1.733 1.381 2.403 1.439

**1.8.2.2 SAÚDE**

Os rendimentos e os gastos diretos, indiretos e totais da Função Saúde apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 142**

SAÚDE						
	Unidades de Saúde Familiar	Outros - Atividades e Eventos	Unidades de Saúde Familiar	Outros - Atividades e Eventos	Unidades de Saúde Familiar	Outros - Atividades e Eventos
	DIRETOS		INDIRETOS		TOTAL	
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4.423.542</b>	<b>68.738</b>	<b>4.423.542</b>	<b>68.738</b>
Impostos, contribuições e taxas	0	0	1.771.678	49.968	1.771.678	49.968
Vendas	0	0	0	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	0	0	0	0	0	0
Transferências e subsídios correntes obtidos	0	0	2.526.545	10.626	2.526.545	10.626
Reversões	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	0	0	125.318	8.145	125.318	8.145
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0	0	0
<b>GASTOS</b>	<b>1.927.709</b>	<b>54.368</b>	<b>458.074</b>	<b>85.546</b>	<b>2.385.783</b>	<b>139.914</b>
Transferências e subsídios concedidos	0	0	0	1.438	0	1.438
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	1.565.116	44.519	73.513	15.130	1.638.629	59.648
Gastos com o pessoal	43.628	4.062	374.380	66.394	418.009	70.456
Gastos de depreciação e de amortização	272.246	5.788	10.180	2.584	282.427	8.371
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	46.719	0	0	0	46.719	0
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0

Un: Euro



### 1.8.2.3 AÇÃO SOCIAL

Os rendimentos e os gastos diretos da Função Ação Social apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 143**

AÇÃO SOCIAL						
	Edifícios de apoio à Ação Social	Apoio a entidades terceiras	Apoio social à família	Apoio à terceira idade	Apoio à Infância (CPCJ)	Outros - Atividades e Eventos
<b>DIRETOS</b>						
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Impostos, contribuições e taxas	0	0	0	0	0	0
Vendas	0	0	0	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	0	0	0	0	0	0
Transferências e subsídios correntes obtidos	0	0	0	0	0	0
Reversões	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	0	0	0	0	0	0
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0	0	0
<b>GASTOS</b>	<b>151.897</b>	<b>151.430</b>	<b>933.197</b>	<b>606.162</b>	<b>139.277</b>	<b>2.375.144</b>
Transferências e subsídios concedidos	0	126.349	743.724	558.743	0	1.030.120
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	37.815	21.388	23.522	47.419	15.550	1.330.777
Gastos com o pessoal	5.931	0	163.913	0	119.693	7.279
Gastos de depreciação e de amortização	107.064	0	2.037	0	4.034	0
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	1.088	3.692	0	0	0	6.969
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0

Un:Euro



Os rendimentos e os gastos indiretos da Função Ação Social apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 144**

AÇÃO SOCIAL						
	Edifícios de apoio à Ação Social	Apoio a entidades terceiras	Apoio social à família	Apoio à terceira idade	Apoio à Infância (CPCJ)	Outros - Atividades e Eventos
<b>INDIRETOS</b>						
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>192.272</b>	<b>191.680</b>	<b>2.131.144</b>	<b>767.284</b>	<b>207.221</b>	<b>3.007.715</b>
Impostos, contribuições e taxas	139.602	139.173	857.663	557.099	128.004	2.182.897
Vendas	0	0	0	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	0	0	0	0	0	0
Transferências e subsídios correntes obtidos	42.800	42.668	1.212.844	170.798	70.167	669.246
Reversões	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	9.870	9.840	60.637	39.387	9.050	155.572
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0	0	0
<b>GASTOS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>105.055</b>	<b>68.220</b>	<b>15.693</b>	<b>537.296</b>
Transferências e subsídios concedidos	0	0	20.687	13.434	3.090	119.117
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	0	0	32.641	21.197	4.876	116.942
Gastos com o pessoal	0	0	51.075	33.167	7.629	294.148
Gastos de depreciação e de amortização	0	0	651	422	97	7.088
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	0	0	0	0	0	0
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0

Un:Euro



Os rendimentos e os gastos totais da Função Ação Social apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 145**

AÇÃO SOCIAL						
	Edifícios de apoio à Ação Social	Apoio a entidades terceiras	Apoio social à família	Apoio à terceira idade	Apoio à Infância (CPCJ)	Outros - Atividades e Eventos
	<b>TOTAL</b>					
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>192.272</b>	<b>191.680</b>	<b>2.131.144</b>	<b>767.284</b>	<b>207.221</b>	<b>3.007.715</b>
Impostos, contribuições e taxas	139.602	139.173	857.663	557.099	128.004	2.182.897
Vendas	0	0	0	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	0	0	0	0	0	0
Transferências e subsídios correntes obtidos	42.800	42.668	1.212.844	170.798	70.167	669.246
Reversões	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	9.870	9.840	60.637	39.387	9.050	155.572
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0	0	0
<b>GASTOS</b>	<b>151.897</b>	<b>151.430</b>	<b>1.038.251</b>	<b>674.382</b>	<b>154.970</b>	<b>2.912.440</b>
Transferências e subsídios concedidos	0	126.349	764.412	572.177	3.090	1.149.237
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	37.815	21.388	56.163	68.616	20.426	1.447.719
Gastos com o pessoal	5.931	0	214.989	33.167	127.323	301.427
Gastos de depreciação e de amortização	107.064	0	2.688	422	4.131	7.088
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	1.088	3.692	0	0	0	6.969
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0

Un:Euro

**1.8.2.4 HABITAÇÃO**

Os rendimentos e os gastos diretos da Função Habitação apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 146**

HABITAÇÃO										
	Águas Santas	Castêlo da Maia	Cidade da Maia	Folgosa	Milheirós	Moreira	Pedrouços	S. Pedro Fins	Vila Nova da Telha	Outros - Habitação
<b>DIRETOS</b>										
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Impostos, contribuições e taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vendas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências e subsídios correntes obtidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reversões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>GASTOS</b>	<b>709.297</b>	<b>684.102</b>	<b>474.779</b>	<b>192.140</b>	<b>378.140</b>	<b>207.556</b>	<b>709.606</b>	<b>110.161</b>	<b>628.471</b>	<b>1.531.948</b>
Transferências e subsídios concedidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.530.000
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	5.166	7.541	4.379	2.242	2.108	4.258	6.268	124	10.352	213
Gastos com o pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gastos de depreciação e de amortização	691.292	676.561	470.400	189.898	376.032	203.299	703.337	110.037	618.119	1.734
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	12.839	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Un: Euro



Os rendimentos e os gastos indiretos da Função Habitação apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 147**

HABITAÇÃO										
	Águas Santas	Castêlo da Maia	Cidade da Maia	Folgosa	Milheirós	Moreira	Pedrouços	S. Pedro Fins	Vila Nova da Telha	Outros - Habitação
<b>INDIRETOS</b>										
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>1.049.516</b>	<b>1.012.236</b>	<b>702.510</b>	<b>284.302</b>	<b>559.517</b>	<b>307.112</b>	<b>1.049.973</b>	<b>163.001</b>	<b>929.921</b>	<b>3.092.727</b>
Impostos, contribuições e taxas	656.654	633.329	439.542	177.880	350.075	192.152	656.940	101.985	581.826	1.418.249
Vendas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	3.227	3.112	2.160	874	1.720	944	3.228	501	2.859	6.970
Transferências e subsídios correntes obtidos	200.245	193.132	134.037	54.244	106.754	58.596	200.332	31.100	177.426	435.059
Reversões	837	807	560	227	446	245	837	130	742	1.808
Outros rendimentos e ganhos	173.007	166.862	115.805	46.866	92.233	50.626	173.082	26.870	153.292	1.197.064
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	15.547	14.994	10.406	4.211	8.288	4.549	15.553	2.415	13.775	33.578
<b>GASTOS</b>	<b>78.900</b>	<b>75.522</b>	<b>10.026</b>	<b>17.436</b>	<b>50.130</b>	<b>35.527</b>	<b>98.734</b>	<b>6.757</b>	<b>2.833</b>	<b>594.733</b>
Transferências e subsídios concedidos	15.537	14.872	1.974	3.434	9.872	6.996	19.443	1.331	558	129.980
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	24.515	23.465	3.115	5.418	15.576	11.038	30.678	2.099	880	123.235
Gastos com o pessoal	38.359	36.717	4.874	8.477	24.372	17.272	48.002	3.285	1.378	332.946
Gastos de depreciação e de amortização	489	468	62	108	310	220	611	42	18	8.571
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Un: Euro



Os rendimentos e os gastos totais da Função Habitação apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 148**

HABITAÇÃO										
	Águas Santas	Castêlo da Maia	Cidade da Maia	Folgosa	Milheirós	Moreira	Pedrouços	S. Pedro Fins	Vila Nova da Telha	Outros - Habitação
	<b>TOTAL</b>									
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>1.049.516</b>	<b>1.012.236</b>	<b>702.510</b>	<b>284.302</b>	<b>559.517</b>	<b>307.112</b>	<b>1.049.973</b>	<b>163.001</b>	<b>929.921</b>	<b>3.092.727</b>
Impostos, contribuições e taxas	656.654	633.329	439.542	177.880	350.075	192.152	656.940	101.985	581.826	1.418.249
Vendas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	3.227	3.112	2.160	874	1.720	944	3.228	501	2.859	6.970
Transferências e subsídios correntes obtidos	200.245	193.132	134.037	54.244	106.754	58.596	200.332	31.100	177.426	435.059
Reversões	837	807	560	227	446	245	837	130	742	1.808
Outros rendimentos e ganhos	173.007	166.862	115.805	46.866	92.233	50.626	173.082	26.870	153.292	1.197.064
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	15.547	14.994	10.406	4.211	8.288	4.549	15.553	2.415	13.775	33.578
<b>GASTOS</b>	<b>788.197</b>	<b>759.624</b>	<b>484.805</b>	<b>209.577</b>	<b>428.270</b>	<b>243.083</b>	<b>808.340</b>	<b>116.918</b>	<b>631.304</b>	<b>2.126.681</b>
Transferências e subsídios concedidos	15.537	14.872	1.974	3.434	9.872	6.996	19.443	1.331	558	1.659.980
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	29.681	31.006	7.495	7.660	17.683	15.296	36.946	2.224	11.232	123.448
Gastos com o pessoal	38.359	36.717	4.874	8.477	24.372	17.272	48.002	3.285	1.378	332.946
Gastos de depreciação e de amortização	691.781	677.029	470.462	190.006	376.343	203.519	703.949	110.078	618.137	10.305
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	12.839	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Un: Euro

**1.8.2.5 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

Os rendimentos e os gastos diretos da Função Ordenamento do Território apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 149**

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO								
	Fontes / Lagos / Lavadouros / Linhas de Água	Parques Urbanos / Lazer	Jardins e Arborização em Arruamentos	Horto Municipal	Gabinete de Arqueologia	Bupi - Balcão Único do Prédio	Outros	
<b>DIRETOS</b>								
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Impostos, contribuições e taxas	0	0	0	0	0	0	0	0
Vendas	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências e subsídios correntes obtidos	0	0	0	0	0	0	0	0
Reversões	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>GASTOS</b>	<b>135.237</b>	<b>984.343</b>	<b>1.060.007</b>	<b>24.539</b>	<b>2.531</b>	<b>27.734</b>	<b>520.596</b>	
Transferências e subsídios concedidos	0	0	0	0	0	0	0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	97.299	514.519	826.455	16.854	1.678	27.734	166.423	
Gastos com o pessoal	0	13.249	55	0	27	0	54	
Gastos de depreciação e de amortização	32.363	335.445	233.498	7.684	826	0	5.450	
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	
Outros gastos e perdas	5.576	121.129	0	0	0	0	348.668	
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0	

Un:Euro



Os rendimentos e os gastos indiretos da Função Ordenamento do Território apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 150**

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO							
	Fontes / Lagos / Lavadouros / Linhas de Água	Parques Urbanos / Lazer	Jardins e Arborização em Arruamentos	Horto Municipal	Gabinete de Arqueologia	Bupi - Balcão Único do Prédio	Outros
<b>INDIRETOS</b>							
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>171.184</b>	<b>1.245.988</b>	<b>1.341.764</b>	<b>31.061</b>	<b>3.203</b>	<b>35.105</b>	<b>658.973</b>
Impostos, contribuições e taxas	124.291	904.669	974.209	22.553	2.326	25.489	478.458
Vendas	0	0	0	0	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	0	0	0	0	0	0	0
Transferências e subsídios correntes obtidos	38.106	277.357	298.677	6.914	713	7.814	146.688
Reversões	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	8.787	63.961	68.877	1.594	164	1.802	33.827
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0	0	0	0
<b>GASTOS</b>	<b>72.754</b>	<b>529.091</b>	<b>569.957</b>	<b>13.158</b>	<b>0</b>	<b>37.957</b>	<b>2.144.976</b>
Transferências e subsídios concedidos	0	0	0	0	0	0	791
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	28.453	206.923	222.905	5.146	0	2.489	82.511
Gastos com o pessoal	43.658	317.496	342.019	7.896	0	30.734	1.543.581
Gastos de depreciação e de amortização	634	4.607	4.963	115	0	1.659	34.857
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	9	65	71	2	0	3.074	483.236
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0

Un: Euro



Os rendimentos e os gastos totais da Função Ordenamento do Território apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 151**

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO							
	Fontes / Lagos / Lavadouros / Linhas de Água	Parques Urbanos / Lazer	Jardins e Arborização em Arruamentos	Horto Municipal	Gabinete de Arqueologia	Bupi - Balcão Único do Prédio	Outros
	<b>TOTAL</b>						
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>171.184</b>	<b>1.245.988</b>	<b>1.341.764</b>	<b>31.061</b>	<b>3.203</b>	<b>35.105</b>	<b>658.973</b>
Impostos, contribuições e taxas	124.291	904.669	974.209	22.553	2.326	25.489	478.458
Vendas	0	0	0	0	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	0	0	0	0	0	0	0
Transferências e subsídios correntes obtidos	38.106	277.357	298.677	6.914	713	7.814	146.688
Reversões	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	8.787	63.961	68.877	1.594	164	1.802	33.827
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0	0	0	0
<b>GASTOS</b>	<b>207.991</b>	<b>1.513.434</b>	<b>1.629.964</b>	<b>37.697</b>	<b>2.531</b>	<b>65.691</b>	<b>2.665.572</b>
Transferências e subsídios concedidos	0	0	0	0	0	0	791
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	125.752	721.442	1.049.360	22.000	1.678	30.223	248.934
Gastos com o pessoal	43.658	330.745	342.074	7.896	27	30.734	1.543.635
Gastos de depreciação e de amortização	32.996	340.052	238.461	7.799	826	1.659	40.308
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	5.585	121.195	71	2	0	3.074	831.904
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0

Un:Euro

**1.8.2.6 CULTURA**

Os rendimentos e os gastos diretos da Função Cultura apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 152**

CULTURA					
	Apoio a entidades terceiras	Edifícios e Instalações	Biblioteca	Eventos	Outros
<b>DIRETOS</b>					
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2 392</b>	<b>71 422</b>	<b>0</b>
Impostos, contribuições e taxas	0	0	0	0	0
Vendas	0	0	785	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	0	0	1 606	61 700	0
Transferências e subsídios correntes obtidos	0	0	0	0	0
Reversões	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	0	0	0	9 722	0
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0	0
<b>GASTOS</b>	<b>295 566</b>	<b>903 708</b>	<b>146 677</b>	<b>1 607 566</b>	<b>495 042</b>
Transferências e subsídios concedidos	290 548	0	0	0	15 000
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	2 279
Fornecimentos e serviços externos	0	606 690	146 038	1 603 326	184 925
Gastos com o pessoal	91	6 494	639	1 366	7 849
Gastos de depreciação e de amortização	4 928	290 207	0	1 948	69 727
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	0	317	0	925	215 263
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0

Un: Euro

Os rendimentos e os gastos indiretos da Função Cultura apresentam-se da seguinte forma:



Quadro 153

CULTURA					
	Apoio a entidades terceiras	Edifícios e Instalações	Biblioteca	Eventos	Outros
<b>INDIRETOS</b>					
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>338.880</b>	<b>1.148.954</b>	<b>190.700</b>	<b>2.039.902</b>	<b>435.104</b>
Impostos, contribuições e taxas	271.643	830.561	134.805	1.477.448	282.841
Vendas	0	0	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	0	0	0	0	0
Transferências e subsídios correntes obtidos	57.658	258.297	44.990	456.623	101.436
Reversões	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	9.579	60.096	10.906	105.832	50.827
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0	0
<b>GASTOS</b>	<b>0</b>	<b>347.909</b>	<b>558.980</b>	<b>617.565</b>	<b>717.892</b>
Transferências e subsídios concedidos	0	1.829	4.645	3.247	9.795
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	0	110.621	34.695	196.360	120.875
Gastos com o pessoal	0	210.125	501.120	372.988	528.344
Gastos de depreciação e de amortização	0	25.291	18.521	44.894	58.866
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	0	43	0	76	11
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0

Un:Euro



Os rendimentos e os gastos totais da Função Cultura apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 154**

CULTURA					
	Apoio a entidades terceiras	Edifícios e Instalações	Biblioteca	Eventos	Outros
	<b>TOTAL</b>				
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>338 880</b>	<b>1 148 954</b>	<b>193 092</b>	<b>2 111 324</b>	<b>435 104</b>
Impostos, contribuições e taxas	271 643	830 561	134 805	1 477 448	282 841
Vendas	0	0	785	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	0	0	1 606	61 700	0
Transferências e subsídios correntes obtidos	57 658	258 297	44 990	456 623	101 436
Reversões	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	9 579	60 096	10 906	115 554	50 827
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0	0
<b>GASTOS</b>	<b>295 566</b>	<b>1 251 617</b>	<b>705 657</b>	<b>2 225 131</b>	<b>1 212 933</b>
Transferências e subsídios concedidos	290 548	1 829	4 645	3 247	24 795
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	2 279
Fornecimentos e serviços externos	0	717 311	180 733	1 799 686	305 800
Gastos com o pessoal	91	216 619	501 759	374 355	536 192
Gastos de depreciação e de amortização	4 928	315 498	18 521	46 842	128 593
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	0	359	0	1 001	215 274
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0

Un: Euro

Indutor: N° Utilizadores

171 662

185 223

171 662

**Gastos (€) / N° Utilizadores**

**7**

**4**

**13**

**1.8.2.7 DESPORTO**

Os rendimentos e os gastos diretos da Função Desporto apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 155**

DESPORTO											
	Apoio a entidades terceiras	Piscinas de Águas Santas	Piscinas de Folgosa	Complexo de Ginástica da Maia	Piscinas de Gueifães	Piscinas da Quinta da Gruta	Complexo de Ténis da Maia	Estádios	Aeródromo Vilar de Luz	Outros Equip. Desportivos	Atividades e Eventos Desportivos
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>0</b>	<b>277.962</b>	<b>203.697</b>	<b>177.044</b>	<b>516.790</b>	<b>131.004</b>	<b>307.100</b>	<b>0</b>	<b>106.451</b>	<b>638</b>	<b>278.647</b>
Impostos, contribuições e taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vendas	0	0	0	0	0	0	1.280	0	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	0	277.962	203.697	177.044	516.790	131.004	305.821	0	106.451	638	276.504
Transferências e subsídios correntes obtidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reversões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.143
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>GASTOS</b>	<b>2.409.654</b>	<b>770.493</b>	<b>630.054</b>	<b>641.956</b>	<b>837.686</b>	<b>115.598</b>	<b>720.601</b>	<b>819.194</b>	<b>531.102</b>	<b>2.745.302</b>	<b>1.251.621</b>
Transferências e subsídios concedidos	2.394.737	0	0	0	0	0	0	0	0	3.510	25.000
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	14.918	469.827	332.952	295.696	457.744	72.036	183.613	193.459	390.003	604.402	1.217.816
Gastos com o pessoal	0	182.350	179.437	229.870	194.503	6.564	340.382	94.347	52.356	942.338	8.160
Gastos de depreciação e de amortização	0	114.032	114.456	107.519	114.519	34.742	196.285	523.638	71.628	1.186.760	0
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	0	4.285	3.209	8.871	70.920	2.256	321	7.750	17.115	8.293	644
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Un:Euro



Os rendimentos e os gastos indiretos da Função Desporto apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 156**

DESPORTO											
	Apoio a entidades terceiras	Piscinas de Águas Santas	Piscinas de Folgosa	Complexo de Ginástica da Maia	Piscinas de Gueifães	Piscinas da Quinta da Gruta	Complexo de Ténis da Maia	Estádios	Aeródromo Vilar de Luz	Outros Equipamentos Desportivos	Atividades e Eventos Desportivos
<b>INDIRETOS</b>											
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>2.762.772</b>	<b>1.047.207</b>	<b>856.864</b>	<b>865.374</b>	<b>1.127.730</b>	<b>178.372</b>	<b>972.992</b>	<b>1.069.173</b>	<b>703.555</b>	<b>3.563.132</b>	<b>1.617.967</b>
Impostos, contribuições e taxas	2.214.614	708.234	579.147	590.087	769.995	106.278	662.374	752.997	488.194	2.523.404	1.150.468
Vendas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	0	71	61	62	76	25	67	74	54	209	105
Transferências e subsídios correntes obtidos	470.065	238.124	198.513	201.847	257.042	53.472	224.031	251.722	170.545	794.610	373.571
Reversões	0	18	16	16	20	6	17	19	14	54	27
Outros rendimentos e ganhos	78.093	100.419	78.833	73.064	100.233	18.470	86.177	64.002	44.487	243.845	93.292
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	342	294	298	364	120	325	358	261	1.009	504
<b>GASTOS</b>	<b>0</b>	<b>50.580</b>	<b>41.337</b>	<b>42.150</b>	<b>54.998</b>	<b>7.567</b>	<b>47.279</b>	<b>53.779</b>	<b>547.891</b>	<b>593.561</b>	<b>735.936</b>
Transferências e subsídios concedidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7.037	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	73	59	61	79	11	68	77	50	252	0
Fornecimentos e serviços externos	0	5.814	4.752	4.845	6.322	870	5.435	6.182	31.079	95.624	402.757
Gastos com o pessoal	0	43.827	35.819	36.523	47.655	6.556	40.967	46.599	512.722	474.357	328.355
Gastos de depreciação e de amortização	0	866	708	722	941	130	809	921	3.941	16.290	4.788
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	0	0	0	0	0	0	0	0	99	0	37
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Un:Euro



Os rendimentos e os gastos totais da Função Desporto apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 157**

DESPORTO											
	Apoio a entidades terceiras	Piscinas de Águas Santas	Piscinas de Folgosa	Complexo de Ginástica da Maia	Piscinas de Gueifães	Piscinas da Quinta da Gruta	Complexo de Ténis da Maia	Estádios	Aeródromo Vilar de Luz	Outros Equipamentos Desportivos	Atividades e Eventos Desportivos
	TOTAL										
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>2.762.772</b>	<b>1.325.169</b>	<b>1.060.562</b>	<b>1.042.418</b>	<b>1.644.519</b>	<b>309.375</b>	<b>1.280.092</b>	<b>1.069.173</b>	<b>810.005</b>	<b>3.563.769</b>	<b>1.896.613</b>
Impostos, contribuições e taxas	2.214.614	708.234	579.147	590.087	769.995	106.278	662.374	752.997	488.194	2.523.404	1.150.468
Vendas	0	0	0	0	0	0	1.280	0	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	0	278.033	203.758	177.106	516.865	131.029	305.888	74	106.505	847	276.609
Transferências e subsídios correntes obtidos	470.065	238.124	198.513	201.847	257.042	53.472	224.031	251.722	170.545	794.610	373.571
Reversões	0	18	16	16	20	6	17	19	14	54	27
Outros rendimentos e ganhos	78.093	100.419	78.833	73.064	100.233	18.470	86.177	64.002	44.487	243.845	95.435
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	342	294	298	364	120	325	358	261	1.009	504
<b>GASTOS</b>	<b>2.409.654</b>	<b>821.073</b>	<b>671.391</b>	<b>684.106</b>	<b>892.684</b>	<b>123.164</b>	<b>767.880</b>	<b>872.973</b>	<b>1.078.993</b>	<b>3.338.863</b>	<b>1.987.557</b>
Transferências e subsídios concedidos	2.394.737	0	0	0	0	0	0	0	0	10.547	25.000
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	73	59	61	79	11	68	77	50	252	0
Fornecimentos e serviços externos	14.918	475.641	337.704	300.541	464.066	72.906	189.048	199.641	421.082	700.026	1.620.573
Gastos com o pessoal	0	226.177	215.256	266.393	242.159	13.120	381.349	140.947	565.078	1.416.696	336.515
Gastos de depreciação e de amortização	0	114.897	115.164	108.241	115.461	34.871	197.094	524.558	75.569	1.203.050	4.788
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	0	4.285	3.209	8.871	70.920	2.256	321	7.750	17.214	8.293	681
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Un: Euro

Indutor 1: N.º de Atletas	7.174										
<b>Gastos (€) / N.º de Atletas</b>	<b>336</b>										
Indutor 2: N.º Frequências		103.789	50.620	136.121	122.371	32.589	64.591				
<b>Gastos (€) / N.º Frequências</b>		<b>8</b>	<b>13</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>12</b>				



### 1.8.3 FUNÇÕES ECONÓMICAS

Os rendimentos e os gastos diretos das Funções Económicas apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 158**

FUNÇÕES ECONÓMICAS									
	Iluminação Pública	Viadutos e Arruamentos	Sinalização	Mercados e Feiras	Turismo e Dinamização Local	Parque Central	Atividades Económicas	Mobilidade e Transportes	Outros
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>0</b>	<b>1.648.043</b>	<b>0</b>	<b>48.953</b>	<b>701.950</b>	<b>0</b>	<b>46.522</b>	<b>0</b>	<b>23.874</b>
Impostos, contribuições e taxas	0	1.648.043	0	9.923	629.736	0	46.522	0	23.874
Vendas	0	0	0	0	21.206	0	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	0	0	0	39.030	50.577	0	0	0	0
Transferências e subsídios correntes obtidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reversões	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	0	0	0	0	431	0	0	0	0
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>GASTOS</b>	<b>2.183.135</b>	<b>6.653.374</b>	<b>281.545</b>	<b>405.128</b>	<b>983.106</b>	<b>405.871</b>	<b>99.852</b>	<b>2.674.459</b>	<b>151.900</b>
Transferências e subsídios concedidos	0	0	0	0	0	0	0	2.320.126	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	2.167.359	67.396	182.417	89.171	944.994	83.756	30.240	0	23.514
Gastos com o pessoal	1.789	112.599	16.055	2.101	1.813	1.575	2.235	0	0
Gastos de depreciação e de amortização	13.988	6.448.278	83.074	284.502	35.989	313.967	0	0	24.427
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	0	25.102	0	29.354	310	6.573	67.377	354.333	103.958
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Un:Euro



Os rendimentos e os gastos indiretos das Funções Económicas apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 159**

FUNÇÕES ECONÓMICAS									
	Iluminação pública	Viadutos e Arruamentos	Sinalização	Mercados e Feiras	Turismo e Dinamização Local	Parque Central	Atividades Económicas	Mobilidade e Transportes	Outros
<b>INDIRETOS</b>									
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>2.766.838</b>	<b>12.767.406</b>	<b>356.822</b>	<b>521.899</b>	<b>1.267.109</b>	<b>529.216</b>	<b>126.550</b>	<b>4.126.293</b>	<b>6.974.230</b>
Impostos, contribuições e taxas	2.006.537	6.204.800	258.771	372.356	903.581	373.506	91.775	2.716.313	366.082
Vendas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	73	60.883	9	13	33	329	3	6.029	103.299
Transferências e subsídios correntes obtidos	615.148	1.886.627	79.332	114.180	277.078	114.401	28.136	943.391	55.186
Reversões	19	15.794	2	3	8	85	1	1.564	1.879.427
Outros rendimentos e ganhos	144.711	4.305.998	18.662	35.281	86.251	39.310	6.619	429.950	4.072.586
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	350	293.305	45	65	157	1.585	16	29.045	497.649
<b>GASTOS</b>	<b>1.554.094</b>	<b>706.260</b>	<b>210.507</b>	<b>147.302</b>	<b>1.220.271</b>	<b>289.066</b>	<b>51.459</b>	<b>0</b>	<b>1.282.869</b>
Transferências e subsídios concedidos	0	1.909	81	0	5.455	0	0	0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	459.356	57.426	61.074	25.715	772.619	85.442	8.983	0	854.839
Gastos com o pessoal	961.272	633.997	131.817	120.275	434.196	178.799	42.018	0	101.388
Gastos de depreciação e de amortização	89.144	8.729	11.820	1.295	8.000	16.581	452	0	734
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	325.907
Outros gastos e perdas	44.322	4.200	5.714	17	0	8.244	6	0	0
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Un:Euro



Os rendimentos e os gastos totais das Funções Económicas apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 160**

FUNÇÕES ECONÓMICAS									
	Iluminação pública	Viadutos e Arruamentos	Sinalização	Mercados e Feiras	Turismo e Dinamização Local	Parque Central	Atividades Económicas	Mobilidade e Transportes	Outros
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>2.766.838</b>	<b>14.415.450</b>	<b>356.822</b>	<b>570.852</b>	<b>1.969.059</b>	<b>529.216</b>	<b>173.072</b>	<b>4.126.293</b>	<b>6.998.103</b>
Impostos, contribuições e taxas	2.006.537	7.852.843	258.771	382.279	1.533.317	373.506	138.297	2.716.313	389.956
Vendas	0	0	0	0	21.206	0	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	73	60.883	9	39.043	50.610	329	3	6.029	103.299
Transferências e subsídios correntes obtidos	615.148	1.886.627	79.332	114.180	277.078	114.401	28.136	943.391	55.186
Reversões	19	15.794	2	3	8	85	1	1.564	1.879.427
Outros rendimentos e ganhos	144.711	4.305.998	18.662	35.281	86.682	39.310	6.619	429.950	4.072.586
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	350	293.305	45	65	157	1.585	16	29.045	497.649
<b>GASTOS</b>	<b>3.737.229</b>	<b>7.359.634</b>	<b>492.052</b>	<b>552.429</b>	<b>2.203.377</b>	<b>694.937</b>	<b>151.312</b>	<b>2.674.459</b>	<b>1.434.769</b>
Transferências e subsídios concedidos	0	1.909	81	0	5.455	0	0	2.320.126	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	2.626.714	124.821	243.491	114.886	1.717.613	169.197	39.223	0	878.354
Gastos com o pessoal	963.060	746.595	147.871	122.377	436.010	180.375	44.253	0	101.388
Gastos de depreciação e de amortização	103.132	6.457.007	94.894	285.797	43.988	330.548	452	0	25.162
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	325.907
Outros gastos e perdas	44.322	29.302	5.714	29.370	310	14.817	67.383	354.333	103.958
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Un:Euro

Indutor: Área em m<sup>2</sup>

Gastos (€) / m<sup>2</sup>

14.291

39

**1.8.4 OUTRAS FUNÇÕES**

Os rendimentos e os gastos diretos, indiretos e totais das Outras Funções apresentam-se da seguinte forma:

**Quadro 161**

OUTRAS FUNÇÕES												
	Transferências entre administrações	Encargos financeiros	Transferências e subsídios obtidos	Outras	Transferências entre administrações	Encargos financeiros	Transferências e subsídios obtidos	Outras	Transferências entre administrações	Encargos financeiros	Transferências e subsídios obtidos	Outras
	DIRETOS				INDIRETOS				TOTAL			
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.741.919</b>	<b>1.591.450</b>	<b>34.869</b>	<b>1.072.752</b>	<b>2.741.919</b>	<b>1.591.450</b>	<b>34.869</b>	<b>1.072.752</b>
Impostos, contribuições e taxas	0	0	0	0	1.961.023	443.707	23.103	767.234	1.961.023	443.707	23.103	767.234
Vendas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestações de Serviços e Concessões	0	0	0	0	912	21.801	11	357	912	21.801	11	357
Transferências e subsídios correntes obtidos	0	0	0	0	600.915	128.772	9.646	235.103	600.915	128.772	9.646	235.103
Reversões	0	0	0	0	237	5.655	3	93	237	5.655	3	93
Outros rendimentos e ganhos	0	0	0	0	174.436	886.491	2.055	68.247	174.436	886.491	2.055	68.247
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0	4.396	105.025	52	1.720	4.396	105.025	52	1.720
<b>GASTOS</b>	<b>2.132.263</b>	<b>447.736</b>	<b>27.687</b>	<b>834.229</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>511.521</b>	<b>2.132.263</b>	<b>447.736</b>	<b>27.687</b>	<b>1.345.751</b>
Transferências e subsídios concedidos	2.119.283	0	0	0	0	0	0	0	2.119.283	0	0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	1.225	27.287	0	663.667	0	0	0	135.667	1.225	27.287	0	799.334
Gastos com o pessoal	297	0	0	1.658	0	0	0	338.063	297	0	0	339.721
Gastos de depreciação e de amortização	11.457	0	0	159.420	0	0	0	25.331	11.457	0	0	184.751
Perdas por imparidade	0	74	0	0	0	0	0	0	0	74	0	0
Outros gastos e perdas	0	211.052	27.687	9.484	0	0	0	12.460	0	211.052	27.687	21.945
Gastos e perdas por juros e outros encargos	0	209.323	0	0	0	0	0	0	0	209.323	0	0

Un:Euro



**PARTE II**

**DEMONSTRAÇÕES**

**FINANCEIRAS**



## 2.1 BALANÇO

BLC - BALANÇO			
PERÍODO		ANO	
2025/01/01 - 2025/12/31		2025	
Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente		422 431 192,60 €	386 430 549,84 €
Ativos fixos tangíveis	5	380 052 842,82 €	343 963 740,92 €
Propriedades de investimento	8	1 179 551,79 €	1 238 468,31 €
Ativos intangíveis	3	405 643,11 €	668 893,77 €
Participações financeiras	18	24 518 058,73 €	24 460 940,60 €
Clientes, contribuintes e utentes		8 873,62 €	13 980,29 €
Diferimentos		3 944,20 €	7 771,39 €
Outros ativos financeiros		16 262 278,33 €	16 076 754,56 €
Ativo corrente		147 953 217,47 €	148 275 326,73 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		2 152 105,56 €	2 342 064,35 €
Clientes, contribuintes e utentes		66 230,28 €	122 521,43 €
Estado e outros entes públicos		576,17 €	25 433,87 €
Outras contas a receber		61 449 928,85 €	59 458 355,96 €
Diferimentos		724 374,91 €	532 295,58 €
Caixa e depósitos	1	83 560 001,70 €	85 794 655,54 €
Total Ativo		570 384 410,07 €	534 705 876,57 €
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património Líquido		509 497 676,13 €	481 878 552,34 €
Património/Capital		378 349 549,54 €	367 059 045,70 €
Reservas		13 134 447,25 €	13 134 447,25 €
Resultados transitados		3 864 209,61 €	-1 135 790,39 €
Ajustamentos em ativos financeiros		-14 388 060,08 €	-14 297 653,87 €
Outras variações no património líquido		104 327 986,09 €	100 928 449,81 €
Resultado líquido do período		24 209 543,72 €	16 190 053,84 €
Total Património Líquido		509 497 676,13 €	481 878 552,34 €
<b>PASSIVO</b>			
Passivo não corrente		7 916 103,91 €	9 843 153,67 €
Provisões	15	3 022 494,93 €	3 135 829,13 €
Financiamentos obtidos	7	1 953 813,39 €	3 767 528,95 €
Diferimentos		2 939 795,59 €	2 939 795,59 €
Passivo corrente		52 970 630,03 €	42 984 170,56 €
Fornecedores		332 849,78 €	387 472,83 €
Estado e outros entes públicos		153 059,32 €	3 960,00 €
Financiamentos obtidos	7	1 810 392,51 €	2 234 494,47 €
Fornecedores de investimentos		92 546,56 €	109 360,81 €
Outras contas a pagar		13 473 532,90 €	13 276 388,49 €
Diferimentos		37 108 248,96 €	26 972 493,96 €
Total Passivo		60 886 733,94 €	52 827 324,23 €
Total Património Líquido e Passivo		570 384 410,07 €	534 705 876,57 €



## 2.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

### DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

PERÍODO	ANO
2025/01/01 - 2025/12/31	2025

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
Impostos, contribuições e taxas	14	72 716 761,41 €	65 345 843,06 €
Vendas	13	30 144,49 €	21 342,33 €
Prestações de serviços e concessões	13	5 138 704,69 €	4 970 735,90 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		38 854 854,64 €	36 306 051,99 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		-385 748,01 €	1 544 324,29 €
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	10	-5 363,44 €	-7 436,05 €
Fornecimentos e serviços externos		-34 317 744,40 €	-32 071 751,31 €
Gastos com pessoal		-35 427 137,67 €	-32 894 634,92 €
Transferências e subsídios concedidos		-17 775 302,09 €	-14 223 320,39 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	230 447,00 €	1 471 629,12 €
Provisões (aumentos/reduções)	15	58 416,95 €	193 205,19 €
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	9	-74,14 €	76,52 €
Outros rendimentos		17 225 293,15 €	13 619 043,96 €
Outros gastos		-3 002 875,04 €	-8 317 265,28 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		43 340 377,54 €	35 957 844,41 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-20 000 682,07 €	-21 104 628,04 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		23 339 695,47 €	14 853 216,37 €
Juros e rendimentos similares obtidos		1 084 876,29 €	1 697 455,08 €
Juros e gastos similares suportados		-215 028,04 €	-360 617,61 €
Resultado antes de impostos		24 209 543,72 €	16 190 053,84 €
Resultado líquido do período		24 209 543,72 €	16 190 053,84 €



## 2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO														
(MUNICÍPIO DA MAIA)														
Período												Ano		
01/01/2025												2025		
31/12/2025		Visualizar Contas s/ Mov.	Sim	Acumulados	Sim									
Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido	
		Capital / Património subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período			TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		367 059 045,70 €				13 134 447,25 €	-1 135 790,39 €	-14 297 653,87 €			100 928 449,81 €	16 190 053,84 €	481 878 552,34 €	481 878 552,34 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)		11 290 503,84 €					5 000 000,00 €	-90 406,21 €			3 399 536,28 €	-16 190 053,84 €	3 409 580,07 €	3 409 580,07 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital											3 111 995,60 €		3 111 995,60 €	3 111 995,60 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		11 290 503,84 €					5 000 000,00 €	-90 406,21 €			287 540,68 €	-16 190 053,84 €	297 584,47 €	297 584,47 €
Correção de erros materiais														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)												24 209 543,72 €	24 209 543,72 €	24 209 543,72 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)												8 019 489,88 €	27 619 123,79 €	27 619 123,79 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)														
Subscrições de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Subscrições de prémios de emissão														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		378 349 549,54 €				13 134 447,25 €	3 864 209,61 €	-14 388 060,08 €			104 327 986,09 €	24 209 543,72 €	509 497 676,13 €	509 497 676,13 €



## 2.4 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		30 098,46 €	18 563,37 €
Recebimentos de contribuintes		66 523 272,46 €	56 673 001,15 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		38 116 716,60 €	35 681 723,26 €
Recebimentos de utentes		14 856 090,95 €	13 449 211,73 €
Pagamentos a fornecedores		-34 958 130,74 €	-32 380 200,55 €
Pagamentos ao pessoal		-28 337 909,44 €	-26 508 172,39 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-20 005 962,49 €	-16 872 338,97 €
Caixa gerada pelas operações		36 224 175,80 €	30 061 787,60 €
Outros recebimentos/pagamentos		-4 679 685,28 €	-3 428 077,63 €
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		<b>31 544 490,52 €</b>	<b>26 633 709,97 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-55 069 224,37 €	-22 390 203,33 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-286 087,07 €	-174 726,25 €
Pagamentos - Investimentos financeiros			-100 015,00 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		3 460 804,50 €	2 294 454,00 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		193,94 €	
Recebimentos - Subsídios ao investimento		15 039 878,82 €	20 552 757,90 €
Recebimentos - Transferências de capital		2 847 841,00 €	1 921 934,34 €
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		1 446 571,03 €	1 670 090,07 €
Recebimentos - Dividendos		35 528,58 €	37 082,81 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>		<b>-32 524 493,57 €</b>	<b>3 811 374,54 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Doações			2 250,00 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento			0,00 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-1 196 485,54 €	-1 243 962,15 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-57 941,15 €	-104 895,19 €
Pagamentos - Outras operações de financiamento		-224,10 €	-244,85 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>		<b>-1 254 650,79 €</b>	<b>-1 349 102,19 €</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		<b>-2 234 653,84 €</b>	<b>29 095 982,32 €</b>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		85 794 655,54 €	56 698 673,22 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		83 560 001,70 €	85 794 655,54 €
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período</b>		<b>85 794 655,54 €</b>	<b>56 698 673,22 €</b>
Saldo da gerência anterior (SGA)		85 794 655,54 €	56 698 673,22 €
SGA De execução orçamental		78 384 427,39 €	50 943 967,90 €
SGA De operações de tesouraria		7 410 228,15 €	5 754 705,32 €
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período</b>		<b>83 560 001,70 €</b>	<b>85 794 655,54 €</b>
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		83 560 001,70 €	85 794 655,54 €
SGS De execução orçamental		76 338 823,73 €	78 384 427,39 €
SGS De operações de tesouraria		7 221 177,97 €	7 410 228,15 €



# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Determina a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, integrada no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, que o Anexo às Demonstrações Financeiras é peça integrante do conjunto completo de demonstrações financeiras, conjuntamente com o Balanço, da Demonstração dos resultados por natureza, da demonstração das alterações no património líquido e da demonstração de fluxos de caixa.

Este Anexo às Demonstrações Financeiras inclui um conjunto de notas que compreendem um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida na NCP 1 do SNC- AP, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

Para as notas referentes a rubricas inexistentes ou sem materialidade, é apresentada a menção “Não Aplicável”.

## **2.5.1 NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO**

### **1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

**Designação:** Município da Maia

**Endereço:** Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

4474 - 006 MAIA

**Número de identificação fiscal:** 505 387 131

**Código de classificação orgânica:** 010110198

**Tutela:** O Estado exerce tutela inspetiva sobre as autarquias Locais, a qual abrange a respetiva gestão patrimonial e financeira, segundo as formas e nos casos previstos na lei, salvaguardando sempre a democraticidade e a autonomia do poder local.

**Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:** O Município da Maia é uma autarquia local, pessoa coletiva de direito público, com autonomia administrativa e financeira, e património próprio, cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas, pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, regendo-se a sua gestão pelas normas aplicáveis às autarquias locais. O regime financeiro das autarquias locais encontra-se estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

O concelho da Maia é composto por 10 freguesias e tem uma área de 83,7Km<sup>2</sup>.

Nos termos do disposto no artigo 67.º da Lei n.º 13/99, de 22 de março, alterada e republicada pela Lei n.º 47/2018, de 13 de agosto, e pela Lei Orgânica n.º 4/2020, de 11 de novembro, a administração eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna faz público o mapa com o número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral, apurados de acordo com as circunscrições de recenseamento definidas no artigo 8.º da mesma lei.

Os resultados que agora se publicam têm como data de referência de 31 de dezembro de 2025 e são apresentados em três colunas com os seguintes resultados:

- 117 588 Eleitores – (Nacionais – cidadãos nacionais), que votam nas eleições das Autarquias Locais, Assembleia da República e Parlamento Europeu.
- 50 Eleitores EU, (Cidadãos da União Europeia, não nacionais), que votam nas eleições das Autarquias Locais e Parlamento Europeu.
- 61 Eleitores ER, (Outros cidadãos Estrangeiros residentes em Portugal), que votam apenas nas eleições das Autarquias Locais.

## Órgão Executivo

Durante a gerência em análise, em consequência das eleições autárquicas realizadas em 12 de outubro, é de mencionar a alteração da composição do órgão executivo entretanto verificada.

Entre 1 de Janeiro e 29 de outubro de 2025, o Órgão Executivo Municipal é constituído pelo Presidente da Câmara, Engenheiro António Domingos da Silva Tiago e por dez Vereadores, seguidamente identificados:

- Dr. José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Dr.ª Emília de Fátima Moreira dos Santos
- Dr. António Manuel Leite Ramalho
- Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Eng.ª Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras
- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho – até ao dia 14/01/2025
- Dr.ª Marta Moreira de Sá Peneda
- Dr. Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
- Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
- Eng.º. António José Ferreira Peixoto
- Doutora Susana Maria Pereira Junqueiro Pacheco Neto – a partir de 20/01/2025

Em regime de permanência estiveram os Senhores Vereadores:

- Dr.ª Emília de Fátima Moreira dos Santos
- Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho – até 14/01/2025
- Dr.ª Marta Moreira de Sá Peneda
- Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Regista-se que o Senhor Vereador, Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho, apresentou a sua **renúncia** ao mandato de Vereador da Câmara Municipal, com efeitos a partir de 15 de janeiro de 2025. A renúncia foi formalizada através de comunicação eletrónica datada de 14 de janeiro de 2025 e dirigida ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo como fundamento a sua designação para o cargo de Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte.

Em cumprimento do referido comunicado e nos termos da legislação aplicável, o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, por Despacho n.º 7/2025, datado de 31 de janeiro de 2025, conferiu posse, no dia 20 de janeiro do mesmo ano, à Vereadora Doutora Susana Maria Pereira Junqueiro Pacheco Neto, passando a exercer as suas funções em **regime de meio tempo**, a partir de 31 de janeiro.

A referida cidadã é a candidata seguinte na ordem da lista da coligação “Maia em Primeiro” (PSD–CDS/PP), apresentada às eleições autárquicas de 2021.

A partir de 30 de Outubro de 2025, o Executivo Municipal, em consequência da eleições autárquicas, passou a ter a seguinte composição:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro António Domingos da Silva Tiago e por dez Vereadores, nomeadamente:

- Dr. José Manuel Pereira Ribeiro
- Dr.ª Emília de Fátima Moreira dos Santos
- Dr. Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
- Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Dr. André Pedro de Almeida
- Dr.ª Marta Moreira de Sá Peneda
- Eng.ª. Adelina Fernanda Magalhães Rodrigues
- Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
- Dr.ª Helena Alexandra Guimarães Ferreira
- Doutora Susana Maria Pereira Junqueiro Pacheco Neto – a partir de 20/01/2025

Em regime de permanência estiveram os Senhores Vereadores:

- Dr.ª Emília de Fátima Moreira dos Santos
- Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho – até 14/01/2025
- Dr.ª Marta Moreira de Sá Peneda
- Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

## **Organograma**

A estrutura orgânica do Município da Maia, em vigor desde 1 de julho de 2018, publicada no Diário da República, n.º 139, 2.ª série, de 20 de julho de 2018, alterada em 26 de abril de 2021, e em 26 de fevereiro de 2024, por deliberação da Assembleia Municipal, é constituída por Unidades Nucleares, sob a forma de uma Direção Municipal, sete Departamentos Municipais e um Serviço de Polícia Municipal e Fiscalização, equiparado a Departamento Municipal, e trinta e nove Unidades Flexíveis, distribuídas entre vinte e três divisões e dezasseis unidades de 3.º grau, cujo teor corresponde na íntegra ao publicado.

Nos termos do disposto na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, os mapas de pessoal são anuais, aprovados, mantidos ou alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento. Assim, o mapa de pessoal para 2025 foi aprovado na reunião do Executivo Municipal realizada no dia 29 de novembro de 2024, e pela Assembleia Municipal em 12 de dezembro do mesmo ano.

## **Organização Contabilística**

Todas as operações e registos contabilísticos são efetuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Financeira e a Contabilidade de Gestão, não estando esta última, ainda, adequadamente implementada, em estrita obediência às determinações do SNC-AP.

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, no Departamento de Finanças e Património. As atividades do Departamento foram asseguradas por três divisões:

- Divisão de Planeamento e Gestão Financeira;
- Divisão de Contabilidade;
- Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento;

O sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, é um sistema de informação centralizada assente numa base de dados relacional, constituído atualmente por 24 aplicações.

As diversas aplicações estão integradas entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

Em detrimento de um mais eficiente controlo da informação financeira produzida, refere-se que se encontra a aguardar a sua implementação a aplicação das “ATAS”.

A gestão informática das Instalações Desportivas e Recreativas da Autarquia é garantida pelo Software SINCELO, Sistemas de Informação, implementado em 2023.

Adicionalmente, incluiu-se a utilização da aplicação ImDigital – a Plataforma de Planeamento e Mobilidade da PMG, a qual dispõe de integrações com os sistemas ATE e FIS.

Ao longo do ano de 2025 foi efetuada a configuração e implementação da Plataforma do Portal do Colaborador, cuja entrada em funcionamento está prevista para 01/04/2026.

### **Outras informações relevantes**

Ações Inspetivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF e IGAL), com incidência na gerência e nos 3 anos anteriores:

TC – Tribunal de Contas

- Data da ação: 02/10/2023
- Período abrangido: Anos 2020, 2021, 2022 e 2023
- Entidade: TC – Tribunal de Contas
- N.º. Processo: 3/2023- OAC – 2.ª. Secção
- Área –Acompanhamento das Medidas Municipais de Apoio aos Idosos – O Caso das ERPI

IGF – Inspeção Geral de Finanças

- Data da ação: 18/08/2025
- Período abrangido: Ano 2024
- Entidade: IGF – Inspeção Geral de Finanças
- N.º. Processo: (2025/1) A
- Área – Auditoria às Subvenções Públicas 2024

Documentos de Gestão:

- As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025 foram aprovadas em 2024 pelos órgãos executivo e deliberativo, em 29 de novembro e 12 de dezembro, respetivamente.

## 1.2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De acordo com o que se encontra previsto no SNC-AP, as demonstrações financeiras são preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, de acordo com a estrutura concetual publicada no Anexo I ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com as normas de contabilidade pública publicadas no Anexo II deste mesmo diploma. A base do acréscimo significa uma base de contabilidade pela qual as transações e outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando é recebido ou pago dinheiro ou seu equivalente. Por conseguinte, as transações e outros acontecimentos são escriturados na contabilidade e reconhecidos nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam. Os fenómenos económicos e outros apresentados nas demonstrações financeiras ocorrem geralmente sob condições de incerteza. A informação apresentada nas demonstrações financeiras inclui assim estimativas que incorporam julgamentos. Estas estimativas baseiam-se em dados apropriados que refletem a melhor informação disponível pelos órgãos próprios, usando a máxima cautela, assegurando-se desta forma a fiabilidade da informação produzida e relatada. Quando necessário, procede-se à divulgação do grau de incerteza da informação financeira e não financeira, por forma a garantir o relato com fiabilidade dos acontecimentos económicos subjacentes.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, alterações, performance e fluxos de caixa.

**Quadro 1.1 - Desagregação de caixa e depósitos**

Conta	2025		
	Operações Orçamentais	Operações Não Orçamentais	TOTAL
<b>Caixa</b>	<b>5 242</b>	<b>0</b>	<b>5 242</b>
<b>Depósitos à ordem</b>	<b>76 333 582</b>	<b>91 794</b>	<b>76 425 376</b>
Depósitos à ordem no tesouro	0	0	0
Depósitos bancários à ordem	76 333 582	91794	76 425 376
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Depósitos consignados</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Depósitos de garantia e cações</b>	<b>0</b>	<b>7 129 384</b>	<b>7 129 384</b>
<b>TOTAL DE CAIXA E DEPOSITOS</b>	<b>76 338 824</b>	<b>7 221 178</b>	<b>83 560 002</b>

Un: Euro

O saldo de caixa e depósitos, em 2025, atingiu o valor de 83.560.002 €. Deste montante, 7.129.384 € correspondem a dotações não orçamentais — nomeadamente operações de tesouraria e cações em dinheiro. Estes valores não estão disponíveis para utilização pelo Município. A natureza destas verbas está detalhada no quadro incluído no capítulo 1.3.4 Contas de Ordem, que integra a Análise das Demonstrações Orçamentais, bem como no mapa das Operações de Tesouraria que acompanha as demonstrações orçamentais.

## **2.5.2 NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

### **2.1 BASES DE PREPARAÇÃO**

De acordo com o que se encontra previsto no SNC-AP, as demonstrações financeiras são preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, de acordo com a estrutura concetual publicada no Anexo I ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com as normas de contabilidade pública publicadas no Anexo II deste mesmo diploma. A base do acréscimo significa uma base de contabilidade pela qual as transações e outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando é recebido ou pago dinheiro ou seu equivalente. Por conseguinte, as transações e outros acontecimentos são escriturados na contabilidade e reconhecidos nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

Os fenómenos económicos e outros apresentados nas demonstrações financeiras ocorrem geralmente sob condições de incerteza. A informação apresentada nas demonstrações financeiras inclui assim estimativas que incorporam julgamentos. Estas estimativas baseiam-se em dados apropriados que refletem a melhor informação disponível pelos órgãos próprios, usando a máxima cautela, assegurando-se desta forma a fiabilidade da informação produzida e relatada. Quando necessário, procede-se à divulgação do grau de incerteza da informação financeira e não financeira, por forma a garantir o relato com fiabilidade dos acontecimentos económicos subjacentes.

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o SNC-AP, tendo sido aplicadas de forma integral as normas de contabilidade pública aí previstas, exceto para a norma de contabilidade pública n.º 27. Relativamente a esta norma (Contabilidade de Gestão), a justificação encontra-se plasmada no ponto 1.8 do Relatório de Gestão, sabendo-se à data de elaboração do dossiê de prestação de contas que a Contabilidade de Gestão se encontra já em implementação.

### **2.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As políticas contabilísticas são princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas adotadas pelo Município da Maia na preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Estas políticas são adotadas, tendo em consideração a avaliação do estado atual dos ativos e passivos, e dos benefícios futuros esperados e das obrigações associadas a esses ativos e passivos. Está, portanto, subjacente à aplicação das políticas contabilísticas, um julgamento profissional posicionado no tempo, aquando das transações e outros acontecimentos objeto de reconhecimento e mensuração, que tem em consideração os constrangimentos na informação incluída no relato financeiro, tais como a materialidade, a análise custo-benefício e o equilíbrio das características qualitativas, julgamento este que toma por referência o objetivo do relato, em proporcionar informação sobre o Município da Maia que seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras de finalidade geral para efeitos da responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

O Município da Maia, a partir de 1 de janeiro de 2020, ao aplicar pela primeira vez o SNC-AP, passa a adotar as seguintes políticas contabilísticas, por área das demonstrações financeiras:

### **2.2.1 Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são bens com substância física que i) são detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguer a terceiros, ou para fins administrativos, e ii) se espera que sejam usados durante mais de um período de relato. Estão aqui incluídos os bens de domínio público e os bens de domínio privado do Município da Maia. Incluem-se igualmente os edifícios utilizados para o fornecimento de serviço público, enquadrado nas competências municipais, como é o caso dos edifícios utilizados para habitação social, cujo objetivo está intimamente relacionado com a prestação de um serviço social e não com a obtenção de rendas ou com a valorização de capital.

#### Reconhecimento

O reconhecimento dos ativos fixos tangíveis no balanço é efetuado i) quando for provável que fluirão para o Município da Maia benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem, e ii) o custo ou o justo valor do bem possa ser mensurado com fiabilidade.

Os bens que se destinam a permanecer ao serviço do Município por períodos superiores a um ano, não destinados a venda, quando têm valores individuais de aquisição inferiores a 100 €, são registados diretamente em gastos do período sob a forma de fornecimentos e serviços externos. Esta política, vai ao encontro do que se encontra previsto na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho e atende ao resultado da avaliação do binómio custo-benefício que se encontra previsto na estrutura concetual do SNC-AP.

#### Mensuração inicial

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis é feita ao custo, a menos que o ativo seja adquirido através de uma transação sem contraprestação. Neste caso, a mensuração é efetuada pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT), no caso dos imóveis, e para os restantes ativos, pelo custo do valor recebido, ou na falta deste, pelo valor de mercado.

O custo do ativo fixo tangível inclui o preço de compra, os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar da maneira pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento do bem e da restauração do local em que está localizado. Inclui ainda os custos com empréstimos obtidos (juros), que se qualifiquem para capitalização, i.e., juros que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que necessita de um período substancial para ficar disponível para o uso pretendido.

O custo corresponde ao preço a dinheiro ou, para bens adquiridos através de transações sem contraprestação, o seu justo valor à data do reconhecimento.

Nos casos em que o pagamento é diferido para além das condições normais de crédito, a diferença entre o equivalente ao preço a dinheiro e o pagamento total é reconhecida como juro.

No caso de ativos fixos tangíveis adquiridos por troca de um ativo ou ativos não monetários, ou de uma combinação de ativos monetários com ativos não monetários, o custo corresponde ao justo valor, a não ser que a transação com contraprestação não tenha substância comercial ou o justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade. Nestes casos, o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido.

#### Mensuração subsequente

Na mensuração subsequente ao momento do reconhecimento inicial, os ativos fixos são mensurados pelo custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. Caso o ativo fixo seja constituído por diferentes componentes com vidas úteis diferenciadas, tais componentes são tratadas e depreciadas separadamente. Os terrenos e edifícios são ativos separáveis e são contabilizados separadamente, mesmo quando adquiridos conjuntamente. Os terrenos têm vida útil ilimitada, razão pela qual não são depreciáveis, a menos que se trate de terrenos associados a fins especiais, com vida útil definida. A depreciação dos ativos fixos é imputada numa base sistemática ao longo da sua vida útil e começa quando o ativo fica disponível para uso.

O método de depreciação é o que reflete o padrão pela qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos pelo Município. O método utilizado para as depreciações é o método da linha reta e a vida útil considerada para a generalidade dos ativos corresponde àquela que se encontra prevista no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento (CC2). Quando por alguma razão contratual a vida útil do ativo é inferior à prevista no CC2, esta vida útil é ajustada em conformidade. Esta situação aplica-se por exemplo a ativos que sejam edifícios construídos para habitação social, com contratos resolúveis, de acordo com os quais, no final do contrato e cumpridos determinados pressupostos, os inquilinos têm direito à propriedade do bem, sem quaisquer custos para estes. Nos casos em que o julgamento do período de potencial de serviço de um Ativo Fixo Tangível é materialmente diferente daquele que resulta da aplicação das vidas úteis do CC2, o Município considera o período de potencial de serviço, em conformidade com a evidência histórica.

Os períodos de vida útil considerados encontram-se dentro dos seguintes intervalos (valores em anos):

VIDA ÚTIL	
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 100 anos
Infraestruturas	Entre 10 e 20 anos
Património histórico, artístico e cultural	Sem vida definida
Equipamento básico	Entre 4 e 10 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 20 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 e 8 anos
Equipamento biológico	Entre 4 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2 e 8 anos

### Desreconhecimento

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis é efetuado no momento da alienação, incluindo quando se trate de uma alienação através de uma transação sem contraprestação, ou quando não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do seu uso ou alienação.

### **2.2.2 Propriedades de Investimento**

As propriedades de investimento podem ser terrenos ou edifícios, ou partes de terrenos ou edifícios, ou ambos, detidos para a obtenção de rendas e/ou valorização de capital. Não se incluem nesta rubrica os itens que sejam para usar na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos (bens que são classificados como ativos fixos tangíveis), nem os itens que são detidos para venda no decurso normal das operações (situação que configura uma classificação em inventários).

### Reconhecimento

O reconhecimento das propriedades de investimento como ativo, é efetuado quando i) for provável que fluirão para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados à propriedade de investimento e ii) o custo ou o justo valor puder ser mensurado com fiabilidade.

### Mensuração inicial

A mensuração inicial é feita ao custo, incluindo os custos de transação. O custo de aquisição corresponde ao preço de compra e quaisquer dispêndios que lhe sejam diretamente atribuíveis, tais como honorários profissionais, serviços legais, impostos não reembolsáveis e outros custos de transação. Inclui ainda os custos com empréstimos obtidos (juros), que se qualifiquem para capitalização, i.e. juros que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que necessita de um período substancial de tempo para ficar disponível para o uso pretendido.

Caso o pagamento seja diferido, o custo é o equivalente ao preço em dinheiro e a diferença é reconhecida como gastos com juros durante o período de crédito.

No caso de propriedades adquiridas através de transações sem contraprestação, o custo corresponde ao justo valor na data da aquisição. Também nos casos de aquisições de ativos através de processos de expropriação resultantes do exercício dos poderes do Município, o custo corresponde ao justo valor da propriedade expropriada no momento da aquisição.

No caso de propriedade de investimento adquiridas por troca de um ativo ou ativos não monetários, ou de uma combinação de ativos monetários com ativos não monetários, o custo corresponde ao justo valor, a não ser que a transação com contraprestação não tenha substância comercial ou o justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade. Nestes casos, o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido.

#### Mensuração subsequente

Na mensuração subsequente ao momento do reconhecimento inicial, o Município adota o modelo do custo, ou seja, ao custo líquido de depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas, à semelhança do que acontece na mensuração subsequente dos ativos fixos tangíveis. Esta política para a mensuração subsequente das propriedades de investimento, é adotada para a totalidade dos itens classificados como propriedades de investimento.

As depreciações das propriedades de investimento são efetuadas nos mesmos moldes dos ativos fixos tangíveis, com a aplicação dos períodos de vida útil de referência, constantes no CC2.

#### Transferências

As transferências de propriedades de investimento para outros itens do ativo, são efetuadas através de uma alteração do uso do ativo, evidenciada através i) do começo do desenvolvimento com o objetivo da venda (transferência para inventários), ou ii) do começo da ocupação da propriedade de investimento pelo Município (transferência para ativo fixo tangível).

De igual forma, as transferências de outros itens do ativo para propriedades de investimento, são efetuadas através de uma alteração do uso do ativo, evidenciada através i) do começo de uma locação operacional numa base comercial (transferência de inventários para propriedades de investimento), ou ii) do fim da ocupação de um ativo pelo Município (transferência de ativos fixos para propriedades de investimento).

Em qualquer caso, o valor para a mensuração da transferência corresponde ao valor escriturado do ativo transferido, dado que o Município adota o modelo do custo na mensuração subsequente ao momento do reconhecimento inicial.

### Desreconhecimento

As propriedades de investimento são desreconhecidas na data da alienação ou quando for permanentemente retirada do uso, e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

### **2.2.3 Ativos Intangíveis**

Os ativos intangíveis são ativos não monetários, identificáveis e sem substância física. O Ativo é identificável se i) for separável, isto é, capaz ou destacado do Município e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, quer individualmente que juntamente com um contrato, um ativo ou passivo identificável associados, independentemente de o Município pretender fazê-lo ou não, ou ii) decorrer de acordos vinculativos, independentemente desses direitos serem transferíveis ou separáveis do Município ou de outros direitos ou obrigações.

### Reconhecimento

O reconhecimento é efetuado quando o Município é capaz de demonstrar que i) é provável que fluirão para o Município os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperados atribuíveis ao ativo, e que ii) o custo ou o justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, por norma, não são reconhecidos por não satisfazerem os critérios de reconhecimento. Exceção para ativos decorrentes de processos e fases de desenvolvimento, cujo reconhecimento depende cumulativamente do cumprimento das seguintes condições: i) a existência de viabilidade técnica de concluir o ativo intangível para estar disponível para uso ou venda, ii) a intenção, por parte do Município, em concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo, iii) a existência de capacidade, por parte do Município, em usar ou vender o ativo intangível, iv) a capacidade do Município demonstrar a forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, v) a capacidade do Município demonstrar que existe a disponibilidade de consignar os adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento, e para usar ou vender o ativo intangível, e vi) o Município tem a capacidade de mensurar com fiabilidade os dispêndios atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento.

### Mensuração inicial

O dispêndio de um item intangível é reconhecido como um gasto na demonstração de resultados, a menos que faça parte do custo de um ativo intangível que satisfaça os critérios de reconhecimento.

O custo do ativo intangível corresponde ao seu preço de compra, incluindo direitos de importação e impostos não dedutíveis ou reembolsáveis sobre a compra, após dedução de descontos comerciais e abatimentos, adicionado por qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para o uso pretendido. Os custos dos ativos desenvolvidos internamente, correspondem à soma dos dispêndios suportados a partir da data em que o ativo satisfaz todas as condições de reconhecimento

mencionadas anteriormente. Todos os dispêndios que tenham sido anteriormente reconhecidos como gastos, não podem fazer parte do custo do ativo intangível. Inclui ainda os custos com empréstimos obtidos (juros), que se qualifiquem para capitalização, i.e. juros que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que necessita de um período substancial de tempo para ficar disponível para o uso pretendido ou para venda.

No caso de ativos intangíveis adquiridos por troca de um ativo ou ativos não monetários, ou de uma combinação de ativos monetários com ativos não monetários, o custo corresponde ao justo valor, a não ser que a transação com contraprestação não tenha substância comercial ou o justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade. Nestes casos, o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido.

No caso de aquisições relacionadas com transações sem contraprestação, o custo do ativo intangível corresponde ao justo valor à data da aquisição. Nos casos em que o pagamento é diferido para além das condições normais de crédito, a diferença entre o equivalente ao preço a dinheiro e o pagamento total é reconhecida como juro.

#### Mensuração subsequente

Após o momento do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são reconhecidos pelo seu custo deduzido de amortizações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

A vida útil dos ativos é considerada de acordo com o que se encontra previsto no CC2. No caso da existência de acordos vinculativos, incluindo direitos contratuais ou outros direitos legais, a vida útil não excede o período desses acordos. O método de amortização reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pelo Município, correspondendo este método, na sua generalidade, ao método das quotas constantes, também designado por método da linha reta.

O período de amortização é revisto a cada data de relato, considerando o exposto no parágrafo anterior. O valor residual considerado é de zero, a menos que i) haja um compromisso de um terceiro para adquirir o ativo no final da sua vida útil, ou ii) haja um mercado ativo, o valor residual possa ser determinado com referência esse mercado e seja provável que tal mercado existirá no final da vida útil do ativo.

#### Desreconhecimento

Os ativos intangíveis são desreconhecidos no momento da alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do seu uso ou alienação.

### **2.2.4 Locações**

As locações são acordos pelos quais o locador transfere para o locatário o direito de uso de um ativo, durante um período acordado, em troca de um pagamento ou de uma série de pagamentos.

As locações são classificadas como operacionais ou financeiras, de acordo com a transferência substancial dos riscos e vantagens. Uma locação é classificada como locação financeira quando, através do acordo entre locador e locatário, são transferidos substancialmente, para a esfera do locatário, todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. Todas as restantes locações são classificadas como locações operacionais.

A classificação das locações depende de julgamento profissional e atende a um conjunto de indicadores que, não sendo decisivos para a classificação, apoiam este mesmo julgamento. Entre estes indicadores, encontram-se os seguintes: i) a transferência ou não da propriedade do ativo para o locatário no final do período da locação, ii) a existência ou não da opção de comprado ativo, por um preço substancialmente mais baixo que o justo valor à data da opção, iii) o prazo da locação e o período de vida do bem locado (critério especialmente atendível quando conjugado com outros indicadores), iv) a existência de um valor presente de pagamentos no início da locação, que em substância corresponde ao justo valor do bem locado, v) a especificidade do ativo e a capacidade ou não do ativo poder ser usado por terceiros, sem grande modificações, e v) a capacidade do ativo locado poder ser ou não, facilmente substituído por outro ativo. Estes indicadores são analisados, tomando em consideração a substância económica e o balanceamento entre os mesmos, por forma a se aferir da transferência ou não, em termos substanciais, dos riscos e vantagens associados à propriedade do ativo.

#### Reconhecimento nas locações financeiras

No início do prazo da locação, o locatário reconhece no seu balanço os bens adquiridos através de uma operação de locação financeira, como ativos e as respetivas obrigações de locação, como passivos. O que determina a classificação das locações como locações financeiras, é a substância e realidade financeira, independentemente da forma legal.

#### Mensuração nas locações financeiras

Os ativos e os passivos reconhecidos são mensurados pelo justo valor da propriedade locada, ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação, calculada através da taxa de desconto correspondente à taxa de juro implícita da locação. Caso a taxa de juro implícita não seja determinável, é utilizada a taxa de juro incremental de financiamento do locatário. O valor do custo inclui os dispêndios diretamente atribuíveis a atividades levadas a efeito pelo locatário numa locação financeira.

Os pagamentos mínimos da locação são repartidos entre o encargo financeiro e a redução do saldo do passivo. O encargo financeiro é imputado a cada um dos períodos do prazo da locação, por forma a obter uma taxa de juro constante periódica sobre o saldo remanescente do passivo. Qualquer renda contingente é reconhecida como gasto do período em que ocorre.

Os ativos adquiridos através de uma locação financeira, têm o mesmo tratamento que os ativos fixos tangíveis, aplicando-se-lhes as mesmas políticas contabilísticas no que se refere à mensuração subsequente ao momento do reconhecimento inicial.

### Reconhecimento e mensuração nas locações operacionais

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como um gasto de base linear no período de vida do contrato de locação, independentemente do período de pagamentos efetuados. Exceção para os custos relacionados com manutenções e seguros, que são reconhecimentos como gastos no momento da sua ocorrência.

#### **2.2.5 Acordos de Concessão de Serviços**

Os acordos de concessão de serviços são acordos vinculativos entre uma entidade pública que concede ao concessionário o direito de usar o ativo de concessão de serviços (concedente) e a entidade que usa o ativo de concessão de serviços para prestar serviços públicos sujeitos ao controle do ativo pelo concedente (concessionário), e em que i) o concessionário usa o ativo de concessão por um período de tempo especificado e ii) é remunerado pelos serviços durante o período de tempo do acordo de concessão de serviços.

A contabilização na ótica do concedente depende do modelo do Passivo, e implica a análise dos termos do acordo vinculativo para se aferir da aplicação do i) modelo da atribuição de um direito ou do ii) modelo do passivo financeiro. De acordo com o modelo da atribuição de um direito ao concessionário (i), o concedente compensa o concessionário, dando-lhe o direito de obter rendimento a partir de terceiros utilizadores do ativo; e/ou dá ao concessionário acesso a um Ativo gerador de rendimentos para uso do concessionário. De acordo com o modelo do passivo financeiro (ii), em troca do ativo de concessão de Serviços, o concedente compensa o concessionário, efetuando pagamentos ao concessionário, e o concedente tem a obrigação de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro ao concessionário, pela construção, desenvolvimento, aquisição ou melhoria do Ativo.

### Reconhecimento inicial

Quando o concedente reconhece um ativo de concessão de serviços reconhece igualmente um passivo, a menos que o ativo já exista no concedente e tenha sido reclassificado como ativo de concessão de serviços. Mesmo que o ativo já esteja no concedente e tenha sido reclassificado, caso haja remuneração adicional por parte do concessionário, poderá haver lugar ao reconhecimento de Passivo.

### Mensuração inicial

A mensuração inicial ao ativo é efetuada ao justo valor, exceto quando o ativo já exista no concedente. Neste caso, o ativo é reclassificado como ativo de concessão de serviços e registado numa classe separada como ativo fixo tangível ou ativo intangível.

A mensuração inicial do passivo é efetuada pela mesma quantia que o ativo de concessão de serviços mensurado pelo justo valor, ajustado da quantia de qualquer outra remuneração proporcionada pelo concedente ao concessionário, ou por este ao concedente.

#### Mensuração subsequente – aplicação do modelo da atribuição de um direito

O concedente contabiliza o passivo reconhecido, como a parte não ganha do rendimento decorrente da troca de ativos entre o concedente e o concessionário. Reconhece igualmente o rendimento e reduz o passivo reconhecido segundo a substância económica do acordo de concessão de serviços. O rendimento é reconhecido segundo a substância económica do acordo de concessão de serviços, e o passivo é reduzido à medida que o rendimento é reconhecido.

#### Mensuração subsequente – aplicação do modelo do passivo financeiro

Modelo aplicável quando existe uma obrigação incondicional de pagar dinheiro, seja por quantias especificadas, seja por insuficiência de quantias recebidas pelo concessionário, dos utilizadores do serviço público. O Passivo financeiro é um instrumento financeiro, reconhecido de acordo com as políticas aplicáveis aos instrumentos financeiros.

### **2.2.6 Investimentos Financeiros**

Os investimentos financeiros são classificados em i) investimentos em entidades controladas, ii) investimentos em associadas, iii) investimentos em empreendimentos conjuntos, iv) investimentos noutras entidades e v) outros investimentos financeiros. A classificação depende da existência de controlo, influência significativa, controlo conjunto ou a inexistência de qualquer influência.

Uma entidade é classificada como entidade controlada pelo Município, desde que tenha, cumulativamente: i) poder sobre a outra entidade participada, ii) exposição, ou direitos, aos benefícios decorrentes do seu envolvimento, com a outra entidade participada, e iii) a capacidade de exercer o seu poder sobre a entidade participada de modo a afetar a natureza e a quantia dos benefícios decorrentes do envolvimento com essa entidade. O Município está, portanto, perante uma entidade que controla, quando está exposto, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a entidade participada e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre a participada.

Uma entidade é classificada como associada, quando sobre ela o Município exerce uma influência significativa. Esta influência significativa consubstancia-se no poder do Município em participar nas decisões financeiras e operacionais da participada, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto sobre essas mesmas políticas.

Uma entidade é classificada como empreendimento conjunto, quando existe um acordo conjunto entre o Município e essa ou essas entidades, em relação ao qual as partes que exercem o controlo conjunto, têm direitos sobre os ativos líquidos do acordo.

#### Reconhecimento e Mensuração iniciais

O reconhecimento inicial de um investimento financeiro é efetuado quando o Município é parte contratual do ativo financeiro subjacente. A mensuração inicial é efetuada ao custo ou ao justo valor.

### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos investimentos financeiros é efetuada da seguinte forma nas contas individuais: i) para as participações em entidades controladas, em entidades associadas e em entidades conjuntamente controladas (empreendimentos conjuntos), a mensuração é efetuada através da aplicação do método da equivalência patrimonial. Nas restantes participações, a mensuração é efetuada ao custo ou ao justo valor, tal como aplicável pela norma dos instrumentos financeiros.

### Método da equivalência patrimonial

De acordo com este método, o investimento numa participada é reconhecido ao custo no momento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte do Município nos resultados da entidade participada, após a data da aquisição.

A quota-parte do Município nos resultados da entidade participada é reconhecida em resultados do período do Município. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada da participação financeira. As alterações efetuadas diretamente no capital próprio das participadas, são refletidas igualmente, pela quota-parte da participação, no património líquido do Município.

Para a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Município utiliza as demonstrações financeiras mais recentes da participada e toma em consideração a adoção das políticas contabilísticas desta. Quando a entidade participada tiver prejuízos, a aplicação do método da equivalência patrimonial resulta numa diminuição do valor da participação na respetiva quota-parte. Quando as perdas na participada igualam ou excedem o valor do investimento, o Município passa a apresentar a participação com o valor de zero, deixando de registar as perdas, a menos que tenha assumido obrigações por conta das participadas, situação que leva à constituição de provisões para o efeito.

## **2.2.7 Custos com Empréstimos Obtidos**

Os custos com empréstimos obtidos são juros e outros gastos suportados pelo Município relativos a empréstimos obtidos.

### Reconhecimento

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos do período, com exceção daqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, i. e. de um ativo que necessita de um período substancial de tempo para ficar disponível para uso ou para venda. Neste caso, os custos com empréstimos obtidos são incluídos no custo do ativo, correspondendo tais custos àqueles que teriam sido evitados se o dispêndio desse ativo não tivesse ocorrido.

#### Início do processo de capitalização dos custos com empréstimos obtidos

A capitalização dos empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica, inicia quando i) os dispêndios com o ativo estejam a ser efetuados, ii) os custos com empréstimos obtidos estejam a ser suportados, e iii) as atividades necessárias com vista a preparar o ativo para o uso pretendido ou a venda estejam em curso.

O processo de capitalização fica suspenso quando o desenvolvimento do ativo estiver interrompido por períodos extensos. Durante esses períodos, o custo com empréstimos obtidos é registado como gastos do período.

#### Cessação do processo de capitalização dos custos com empréstimos obtidos

A capitalização cessa no momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo que se qualifica para o seu uso pretendido estão substancialmente concluídas. Este momento corresponde igualmente ao momento em que o ativo passa do estado em curso para o estado firme.

### **2.2.8 Imparidade de ativos**

Uma imparidade é uma perda de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço de um ativo, para além do processo de realização do ativo pelo uso, i. é. do processo de reconhecimento sistemático das depreciações ou das amortizações.

#### Reconhecimento e mensuração

Existe uma imparidade quando a quantia escriturada de um ativo excede a quantia recuperável. A quantia recuperável corresponde à maior quantia entre o justo valor de um ativo (uma de uma unidade geradora de caixa) menos o custo de vender e o valor do uso. O valor do uso para os ativos geradores de caixa, corresponde ao valor presente dos *cash flows* futuros que se espera obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. Para os ativos não geradores de caixa, o valor de uso corresponde ao valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo.

A determinação do valor de uso em ativos não geradores de caixa é efetuada através da aplicação de uma das seguintes abordagens: i) abordagem pelo custo de reposição depreciado, ii) abordagem pelo custo de restauro, e iii) abordagem pelas unidades de serviço. A escolha da abordagem para cálculo do valor de uso depende da disponibilidade de dados e da natureza da imparidade.

O reconhecimento de imparidades depende do julgamento efetuado para os diferentes ativos com indícios de imparidade, através de fontes de informação externas e internas do Município. Sempre que existam indícios de imparidade, o Município verifica e testa se o ativo está ou não perante uma situação que implique o reconhecimento da perda por imparidade.

A mensuração é efetuada pela diferença positiva entre o valor escriturado do ativo e o valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do período.

### Reversões de perdas por imparidade

A cada data de relato, o Município avalia através de fontes de informação internas e externas, se existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores possam ter diminuído ou deixado de existir. Nestes casos, o Município volta a realizar o teste de imparidade e caso conclua que a perda por imparidade é menor ou deixou de existir, reverte essa mesma perda através de resultados do período, até ao valor pelo qual o ativo se encontraria escriturado, caso nunca tivesse sido reconhecida qualquer perda por imparidade.

### **2.2.9 Inventários**

Inventários são ativos i) na forma de materiais ou consumíveis a aplicar no processo de produção, ii) na forma de materiais ou consumíveis a aplicar ou distribuir na prestação de serviços, iii) detidos para venda ou distribuição no decurso normal das operações, ou iv) no processo de produção para venda ou distribuição.

#### Reconhecimento

O reconhecimento é efetuado a partir do momento em que o ativo é controlado pelo Município, normalmente a partir de um evento passado que corresponde a um processo aquisitivo numa transação com contraprestação, ou a partir de uma transação sem contraprestação.

O gasto com inventários ocorre no momento em que seja reconhecido o rendimento associado, por forma a assegurar o balanceamento entre rendimentos e gastos.

Os bens consumíveis que se encontrem armazenados, entre os quais se destacam os bens de economato, por não integrarem a definição de inventários, são registados no ativo na rubrica Gastos a Reconhecer, dando-se cumprimento desta forma à periodização económica.

#### Mensuração

A mensuração é efetuada, em termos genéricos, pela quantia mais baixa entre o custo do inventário e o seu valor realizável líquido, correspondendo este ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade do Município, menos os custos estimados de acabamento e os custos estimados necessários para realizar a venda, a troca ou distribuição.

No caso específico de inventários adquiridos através de transações sem contraprestação, a mensuração é efetuada ao justo valor à data da aquisição.

Nos casos em que os inventários são detidos para serem distribuídos sem contrapartida ou por uma contrapartida simbólica, a mensuração é feita pelo menor entre o custo e o custo de reposição corrente, correspondendo este ao custo que o Município suportaria para adquirir o ativo na data de relato.

Qualquer diferença positiva entre o valor escriturado e o valor realizável líquido nos inventários para produção, venda ou para consumo nos serviços, e entre o custo e o custo de reposição nos inventários adquiridos para distribuição, é registada como uma redução no ativo (imparidade) por contrapartida de resultados do período (perdas por imparidade).

## **2.2.10 Instrumentos Financeiros**

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de uma outra entidade. Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade, depois de deduzir os seus passivos.

### Reconhecimento

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

### Mensuração inicial de ativos e passivos financeiros

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro é efetuada pelo seu justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao ativo ou ao passivo, são incluídos no custo de aquisição, no caso de ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja efetuada ao justo valor.

### Mensuração subsequente de ativos e passivos financeiros

A mensuração após o reconhecimento inicial de todos os ativos e passivos financeiros é efetuada de acordo com os seguintes critérios: i) ao custo amortizado, ou ii) ao justo valor.

#### Ao custo amortizado (i)

Os ativos são designados para mensuração ao custo amortizado quando satisfazem a totalidade das seguintes condições: a) sejam à vista ou tenham maturidade definida, b) os retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, e c) não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Os passivos financeiros que não sejam detidos para negociação, são todos designados para mensuração ao custo amortizado, usando o método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

A mensuração dos principais instrumentos financeiros incluídos nas demonstrações financeiras é efetuada da seguinte forma:

#### Clientes, contribuintes, utentes e outras contas a receber

Estes instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes, contribuintes, utentes e outras contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidades de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

#### Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, assim como os descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa

#### Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Município possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

#### Fornecedores, adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes, e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

#### Ao justo valor (ii)

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor, registadas em resultados nas rubricas “aumentos/reduções de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros: a) instrumentos de capital próprio de uma outra entidade, negociados em mercado regulamentado, e b) ativos e passivos financeiros detidos para negociação, i.e. os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais. Incluem-se igualmente nesta categoria os instrumentos derivados, com exceção os derivados de cobertura e que seja eficaz.

#### Imparidade de ativos financeiros

A cada data de relato, o Município avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Esta avaliação tem em consideração a existência de evidência objetiva de qualquer um dos seguintes eventos de perda: i) significativa dificuldade financeira do devedor, ii) quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização, iii) o credor, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que o credor de outro modo não consideraria, iv) torne-se provável que o devedor irá entrar em falência ou fará qualquer reorganização financeira, v) o desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor, ou vi) informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa por via de alterações nas condições económicas, locais ou setoriais adversas.

A mensuração das perdas por imparidade para ativos mensurados ao custo amortizado corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos cash-flows estimados, descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

As reversões de perdas por imparidade têm como limite o valor pelo qual o ativo se encontraria registado ao custo amortizado, caso nunca tivesse havido qualquer perda por imparidade. Exceção para instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, assim como para instrumentos derivados que devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos – para estes ativos financeiros não são efetuadas reversões das perdas por imparidade.

#### Desreconhecimento

Ao ativos financeiros são desreconhecidos quando: i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram, ii) o Município transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro, ou iii) o Município, apesar de reter alguns riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo, tenha transferido o controlo do ativo para um terceiro e este tenha a capacidade prática de vender o ativo a outro terceiro não relacionado.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando estes se extinguirem, o que acontece quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

## **2.2.11 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

Uma provisão é um passivo de momento ou quantia incertos. Um Passivo Contingente é uma obrigação possível que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não estão totalmente sob controlo da entidade, ou uma obrigação presente que decorre de acontecimentos passados, mas não é reconhecido porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

### Reconhecimento

As provisões são reconhecidas quando o Município tem: i) uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados, ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação, e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Município divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

### Mensuração

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa. O valor estimado do dispêndio é efetuado através da utilização da melhor estimativa para o efeito, com a informação disponível à data do relato. Estas estimativas são determinadas através de julgamento profissional, complementado com a experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, com relatórios de peritos independentes.

### Alterações no valor das Provisões e desreconhecimento

A cada data de relato, o valor das provisões é ajustado em conformidade com a informação disponível. Quando deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recurso incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

### Utilização

As provisões são utilizadas, atendendo aos eventos relacionados, para os quais foram constituídas.

### **2.2.12 Acontecimentos após a data do balanço**

Os acontecimentos após a data do balanço, são acontecimentos favoráveis ou desfavoráveis, que ocorram entre a data do relato financeiro e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, i.e., a data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pelo órgão competente com autoridade para finalizar essas demonstrações financeiras e responsabilidade pela respetiva prestação de contas.

#### Reconhecimento e mensuração

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### **2.2.13 Rendimento de transações com contraprestação**

As transações com contraprestação correspondem a transações pelas quais o Município receba ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá diretamente em troca um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de dinheiro, bens, serviços ou uso de ativos) a outra entidade.

#### Reconhecimento

O rendimento da venda de bens é reconhecido quando estão cumpridas todas as condições seguintes: i) o Município tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) o Município não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos, iii) a quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade, iv) for provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para o Município, e v) os gastos suportados ou a suportar relativos à transação puderem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação puder ser estimado com fiabilidade. O reconhecimento é efetuado de acordo com a fase de acabamento do serviço prestado. O reconhecimento ocorre no momento em que estejam cumpridas todas as seguintes condições: i) a quantia do rendimento possa ser mensurada com fiabilidade, ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para o Município, iii) a fase de acabamento da transação à data do relato possa ser mensurada com fiabilidade, e iv) os custos suportados com a transação e os custos para completar a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

### Mensuração

O rendimento de transações com contraprestação deve ser mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Quando o influxo de caixa ou equivalentes de caixa for diferido, o valor reconhecido é o justo valor da retribuição que corresponde àquele que seria praticado caso não houvesse tal diferimento. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rendimento de juros.

#### **2.2.14 Rendimento de transações sem contraprestação**

As transações sem contraprestação são as transações em que o Município ou recebe valor de outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. São igualmente transações sem contraprestação, aquelas em que a entidade recebe recursos, mas não entrega por contrapartida qualquer retribuição, situação onde se incluem os impostos e as transferências, onde se incluem as transferências financeiras, os subsídios, as multas e outras penalidades, legados, ofertas, doações e bens e serviços em espécie.

### Especificações sobre ativos transferidos

As especificações são os termos impostos por lei, regulamento ou acordo vinculativo sobre o uso de um ativo transferido por entidades externas ao Município. Estas especificações podem ser i) condições – quando indicam que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço incorporados no ativo devem ser consumidos pelo recetor conforme estabelecido, ou que os futuros benefícios económicos ou potencial de serviço têm de ser devolvidos ao cedente, ou ii) restrições – quando limitam ou orientam os fins para que pode ser usado um ativo transferido, mas não especificam que benefícios económicos ou potencial de serviço são necessários desenvolver a quem transfere, se tal ativo não for empregue conforme especificado.

### Reconhecimento de ativos

O reconhecimento de um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação é efetuado quando o Município obtiver o controlo dos recursos que satisfaçam a definição de ativo e este seja possa ser mensurado com fiabilidade.

### Reconhecimento de ativos com especificações

No caso da transferência de ativos com condições, o Município reconhece em simultâneo com o Ativo aquando do reconhecimento inicial, um Passivo. No caso da transferência de ativos com restrições, não é reconhecido qualquer passivo, podendo, no entanto, ser constituídas provisões, caso estejam cumpridos os critérios de reconhecimento para as mesmas.

### Reconhecimento de impostos e transferências

O reconhecimento dos impostos é efetuado no momento em que o acontecimento tributável ocorre. De igual forma, o rendimento das transferências é reconhecido quando o acontecimento relacionado ocorrer.

### Mensuração de ativos no reconhecimento inicial

A mensuração de ativos adquiridos através de transações sem contraprestação é efetuada pelo justo valor à data da aquisição, correspondendo este à quantia pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a negociar, numa transação em que não há relacionamento entre elas. No caso dos impostos, os ativos são mensurados pela melhor estimativa do influxo de recursos para o Município.

### Mensuração de passivos no reconhecimento inicial

A mensuração de passivos corresponde à melhor estimativa da quantia necessária para liquidar a obrigação presente à data do relato.

### Mensuração do rendimento

O rendimento de transações sem contraprestação corresponde à quantia do aumento do ativo reconhecido pelo Município.

### Subsídios:

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes, atribuídos ao Município são reconhecimentos como Património Líquido a partir do momento em que se encontram cumpridas as condições com eles relacionadas.

Os subsídios não reembolsáveis atribuídos ao Município, sujeitos a condições ainda não satisfeitas, são reconhecidos no Passivo, sendo posteriormente reclassificados em Património Líquido a partir do momento em que tais condições estejam satisfeitas.

A partir do momento em que os subsídios atribuídos sejam reconhecidos em Património Líquido, e desde que os mesmos estejam conexos com ativos depreciáveis ou amortizáveis, é imputado a resultados do exercício a quota-parte subvencionada em função do período de vida útil considerado para os ativos subvencionados.

### Doações:

As doações são reconhecidas por contrapartida de Património Líquido, sendo mensuradas como ativos ao justo valor. Exceção para doações de bens consumíveis, cujo reconhecimento é efetuado em resultados, por forma a ser garantido o princípio do balanceamento entre rendimentos e gastos associados aos mesmos.

### **2.2.15 Benefícios dos Empregados**

Os benefícios dos empregados são todas as formas de retribuição dada pelo Município em troca dos serviços prestado pelos empregados.

Os benefícios dos empregados classificam-se em i) benefícios de curto-prazo e ii) benefícios pós-emprego. Os benefícios de curto-prazo (i) incluem os salários, ordenados e contribuições para a segurança social, ausências permitidas de curto-prazo remuneradas em que compensação pelas ausências ocorre dentro de 12 meses após a data do relato em que os empregados prestam o respetivo serviço, gratificações relacionadas com o desempenho, e benefícios não monetários, tais como cuidados médicos, alojamentos, automóvel e bens ou serviços grátis ou subsidiados dos atuais empregados. Os benefícios pós-emprego incluem os benefícios de reforma, podendo ser constituídos por planos de contribuição definida ou por planos de benefícios definidos. Dada a não aplicação de benefícios pós-emprego no Município da Maia, apresentam-se as políticas contabilísticas para os benefícios de curto-prazo (i).

#### Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento resulta da prestação de serviços pelos empregados no período contabilístico. É efetuado pela quantia não descontada dos benefícios de curto-prazo que se espera pagar em troca desse serviço.

O reconhecimento é feito como passivo, sob a rubrica “acrécimo de gastos”, após dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, o Município reconhece um ativo na extensão em que o pré-pagamento conduza a uma redução em pagamentos futuros ou numa devolução de dinheiro, e como um Gasto do período, a menos que o valor seja objeto de capitalização, por exemplo, em casos relacionados com Ativos Fixos ou Inventários.

## 2.5.3 NOTA 3 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 2025, os ativos intangíveis, encontram-se refletidos nos quadros abaixo:

**Quadro3.1 - Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas**

Rubrica	Início do período			Quantia Escriturada	Final do período			Quantia Escriturada
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas		Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	
<b>Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>	<b>6 391 659</b>	<b>-5 722 765</b>	<b>0</b>	<b>668 894</b>	<b>6 592 590</b>	<b>-6 186 947</b>	<b>0</b>	<b>405 643</b>
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0
Projetos de desenvolvimento	35 000	-9 722	0	25 278	0	0	0	0
Programas de computador e sistemas de informação	4 526 096	-4 115 848	0	410 247	4 873 862	-4 589 752	0	284 110
Propriedade industrial e intelectual	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	1 597 195	-1 597 195	0	0	1 597 195	-1 597 195	0	0
Ativos intangíveis em curso	233 369	0	0	233 369	121 533	0	0	121 533
<b>TOTAL</b>	<b>6 391 659</b>	<b>-5 722 765</b>	<b>0</b>	<b>668 894</b>	<b>6 592 590</b>	<b>-6 186 947</b>	<b>0</b>	<b>405 643</b>

Un:Euro

**Quadro 3.2 - Quantia escriturada e variações do período**

Ativos Fixos Intangíveis	Quantia Escriturada Inicial	Variação							Quantia Escriturada Final	
		Adições	Transferencia internas à entidade	Revalorizações	Reversão por perdas de imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do Período <sup>(1)</sup>	Diferenças cambiais		Diminuições
<b>Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>	<b>668 894</b>	<b>297 245</b>	<b>-81 342</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-474 487</b>	<b>0</b>	<b>-4 666</b>	<b>405 643</b>
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Projetos de desenvolvimento	25 278	5 250	-25 278	0	0	0	-583	0	-4 666	0
Programas de computador e sistemas de informação	410 247	218 090	129 676	0	0	0	-473 904	0	0	284 110
Propriedade industrial e intelectual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis em curso	233 369	73 905	-185 741	0	0	0	0	0	0	121 533
<b>TOTAL</b>	<b>668 894</b>	<b>297 245</b>	<b>-81 342</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-474 487</b>	<b>0</b>	<b>-4 666</b>	<b>405 643</b>

Un:Euro

(1) Inclui depreciações do período, regularização de anos anteriores, ocorridas no exercício e ainda os impactos decorrentes de abates e alienações de bens.

**Quadro 3.3 - Desagregação das adições**

Ativos Fixos Intangíveis	Adições										Total	
	Internas	Compras	Cessão	Transferência ou Troca	Expropriação	Doação, Herança Legado ou Perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão reestruturação	Outras		
<b>Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>	<b>0</b>	<b>562 799</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18 263</b>	<b>297 245</b>
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Projetos de desenvolvimento	0	5 250	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5 250
Programas de computador e sistemas de informação	0	199 827	0	0	0	0	0	0	0	0	18 263	218 090
Propriedade industrial e intelectual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis em curso	0	73 905	0	0	0	0	0	0	0	0	0	73 905
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>278 982</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18 263</b>	<b>297 245</b>

Un:Euro

**Quadro 3.4-Desagregação das diminuições**

Ativos Fixos Intangíveis	Diminuições					Total	
	Alienação a título onerosa	Transferência ou Troca	Devolução ou reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outros		
<b>Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-4 666</b>	<b>0</b>
Goodwill		0	0	0	0	0	0
Projetos de desenvolvimento		0	0	0	0	-4 666	0
Programas de computador e sistemas de informação		0	0	0	0	0	0
Propriedade industrial e intelectual		0	0	0	0	0	0
Outros		0	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis em curso		0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-4 666</b>	<b>0</b>

Un:Euro

Tal como em anos anteriores, a rubrica de Programas de Computadores e Sistemas de Informação, representa o maior investimento em Ativos Intangíveis, totalizando 284.110 €.

#### **2.5.4 NOTA 4 – CONTRATOS DE CONCESSÃO**

O Município da Maia é concedente num contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no perímetro municipal, com a EDP Distribuição – Energia, S.A. (EDP Distribuição). Este contrato de concessão iniciou-se em 31 de março de 1987, no âmbito do quadro legal que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de setembro, tendo o mesmo sido alterado e renovado em dezembro de 2005, para um novo período de 20 anos.

De acordo com o contrato de concessão, o Município da Maia concede à EDP Distribuição a distribuição da energia elétrica em baixa tensão na área do próprio Município, passando esta a delegar na concessionária o exercício dos direitos e poderes necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão em regime de exclusivo.

Afetos à concessão, encontram-se a) as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública, compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, bem como os aparelhos e os acessórios ligados à sua exploração, que à data da concessão estavam a ser explorados pela EDP Distribuição, b) os postos de transformação alimentadores das redes anteriormente referidas, e c) os postos de transformação e os direitos sobre os quais em que se encontram implantados, as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, as redes de iluminação pública, bem como os aparelhos e acessórios ligados à exploração da distribuição concedida, construídos ou instalados pela EDP Distribuição para cumprimento das obrigações da concessão, durante a vigência desta, independentemente de o seu custo ter ou não sido participado ou suportado por quaisquer entidades.

Todo o património abrangido pela concessão, nos termos do parágrafo anterior, é património da EDP Distribuição, não podendo, porém, o mesmo ser utilizado pela EDP Distribuição em atividades diferentes daquelas que constituem objeto da concessão, sem que haja sido acordado entre o concessionário e o concedente, o valor devido de compensação relacionado.

Em resultado do contrato de concessão, o concedente ficou com o direito a uma renda, tendo o concessionário ficado com o direito a isenções, nomeadamente quanto ao uso dos bens de domínio público municipal.

Aquando do resgate ou do fim da concessão, a EDP Distribuição transferirá o património para o Município, nos termos do Decreto-Lei 344-B/82, de 1 de setembro, na sua redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro, i.e., em troca de uma indemnização correspondente ao valor líquido do património próprio da entidade concessionária, que será pago pelo Município da Maia. Ao abrigo da concessão, a EDP Distribuição ficou obrigada a comunicar à entidade concedente, o valor de indemnização a pagar por esta àquela, relativo às infraestruturas elétricas, num hipotético resgate da concessão, devendo tal valor ser fundamentado e instruído, quando solicitado pelo Município, com os elementos necessários ao seu conhecimento. Os mecanismos destinados à inventariação física deste património são estabelecidos pelo concedente e pelo concessionário, ao abrigo do contrato de concessão.

Com a Lei n.º 31/2017, de 31 de maio, que aprova os princípios e regras gerais relativos à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa tensão, encontra-se previsto o lançamento sincronizado dos procedimentos concursais para atribuição de concessões municipais da atividade de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no território continental português, com vista a assegurar os princípios de eficiência económica e de neutralidade financeira para os consumidores e para o Orçamento do Estado. Este lançamento sincronizado ainda não tem data definida, que seja do conhecimento do Município da Maia, e a menos que o mesmo coincida com a data de término do contrato de concessão, poderá implicar a antecipação do que se encontra previsto contratualmente.

Relativamente a esta matéria, foi publicada em 18/02/2025 pela CNC (Comissão de Normalização Contabilística) a Orientação Técnica n.º 1, na qual em consequência dum conjunto de fatores, se reconhece poderem não estar preenchidos os critérios para reconhecimento de todos os ativos e passivos associados aos contratos de concessão de distribuição e energia elétrica em baixa tensão (BT), celebrados entre os Municípios e a E-Redes, S.A. (ex-EDP Distribuição, S.A.).

Nesse sentido, são efetuadas na Nota 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, deste Anexo, as divulgações consideradas adequadas às circunstâncias.

## 2.5.5 NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nos ativos tangíveis durante o exercício de 2025 encontram-se detalhados nos quadros seguintes, discriminando aquisições, abates, depreciações e restantes alterações verificadas no período:

**Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas**

Rubrica	Início do período			Quantia Escriturada	Final do período			Quantia Escriturada
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas		Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	
<b>Bens de domínio público, património, artístico e cultural</b>	<b>289 478 279</b>	<b>-209 876 086</b>	<b>0</b>	<b>79 602 193</b>	<b>296 666 536</b>	<b>-216 642 935</b>	<b>0</b>	<b>80 023 601</b>
Terrenos e recursos naturais	23 458 408	0	0	23 458 408	24 173 042	0	0	24 173 042
Edifícios e outras construções	13 854 379	-9 188 540	0	4 665 839	14 339 371	-9 547 088	0	4 792 283
Infraestruturas	242 279 650	-200 654 327	0	41 625 322	249 194 556	-207 062 629	0	42 131 928
Património histórico, artístico e cultural	3 204 684	-33 219	0	3 171 465	3 267 752	-33 219	0	3 234 534
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros bens de domínio público em curso	6 681 159	0	0	6 681 159	5 691 815	0	0	5 691 815
<b>Ativos fixos em concessão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos em concessão em curso	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>	<b>496 224 378</b>	<b>-231 862 830</b>	<b>0</b>	<b>264 361 548</b>	<b>541 298 166</b>	<b>-241 268 924</b>	<b>0</b>	<b>300 029 241</b>
Terrenos e recursos naturais	72 928 431	0	0	72 928 431	76 982 986	0	0	76 982 986
Edifícios e outras construções	369 233 282	-195 074 701	0	174 158 581	370 627 753	-202 200 747	0	168 427 007
Equipamento básico	30 431 212	-25 952 098	0	4 479 114	32 093 348	-27 492 752	0	4 600 597
Equipamento de transporte	2 497 284	-2 410 189	0	87 095	2 999 553	-2 622 899	0	376 654
Equipamento administrativo	2 626 272	-2 332 735	0	293 537	2 650 477	-2 407 445	0	243 032
Equipamentos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	7 957 763	-6 093 108	0	1 864 655	8 502 542	-6 545 082	0	1 957 461
Outros Ativos fixos tangíveis em curso	10 550 135	0	0	10 550 135	47 441 506	0	0	47 441 506
<b>TOTAL</b>	<b>785 702 657</b>	<b>-441 738 916</b>	<b>0</b>	<b>343 963 741</b>	<b>837 964 702</b>	<b>-457 911 859</b>	<b>0</b>	<b>380 052 843</b>

Un:Euro

**Quadro 5.2 - Quantia Escriturada e Movimentos**

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia Escriturada Inicial	Variação								Quantia escriturada final
		Adições <sup>(1)</sup>	Transferencia internas à entidade	Revalorizações	Reversão por perdas de imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do Período <sup>(2)</sup>	Diferenças cambiais	Diminuições <sup>(1)</sup>	
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>	<b>79 602 193</b>	<b>7 949 775</b>	<b>-552 284</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-6 757 127</b>	<b>0</b>	<b>-218 956</b>	<b>80 023 601</b>
Terrenos e recursos naturais	23 458 408	852 786	80 000	0	0	0	0	0	-218 152	24 173 042
Edifícios e outras construções	4 665 839	0	484 992	0	0	0	-358 548	0	0	4 792 283
Infraestruturas	41 625 322	30 189	6 885 521	0	0	0	-6 408 301	0	-804	42 131 928
Património histórico, artístico e cultural	3 171 465	28 068	25 278	0	0	0	9 722	0	0	3 234 534
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bens de domínio público em curso	6 681 159	7 038 731	-8 028 076	0	0	0	0	0	0	5 691 815
<b>Ativos fixos em concessão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos em concessão em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>	<b>264 361 548</b>	<b>55 312 913</b>	<b>623 288</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-13 179 831</b>	<b>0</b>	<b>-7 088 677</b>	<b>300 029 241</b>
Terrenos e recursos naturais	72 928 431	6 005 454	0	0	0	0	0	0	-1 950 899	76 982 986
Edifícios e outras construções	174 158 581	7 114 699	2 912 552	0	0	0	-10 626 689	0	-5 132 136	168 427 007
Equipamento básico	4 479 114	1 181 207	755 635	0	0	0	-1 809 761	0	-5 599	4 600 597
Equipamento de transporte	87 095	468 256	23 422	0	0	0	-202 119	0	0	376 654
Equipamento administrativo	293 537	30 871	0	0	0	0	-81 333	0	-43	243 032
Equipamentos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	1 864 655	354 785	197 950	0	0	0	-459 929	0	0	1 957 461
Ativos fixos tangíveis em curso	10 550 135	40 157 640	-3 266 270	0	0	0	0	0	0	47 441 506
<b>TOTAL</b>	<b>343 963 741</b>	<b>63 262 688</b>	<b>71 004</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-19 936 958</b>	<b>0</b>	<b>-7 307 632</b>	<b>380 052 843</b>

Un:Euro

(1) O valor total das diminuições do período, inclui 6.394.584,41 €€ referentes a regularizações de fichas de imobilizado que foram abatidas e novamente consideradas no património na coluna adições.

(2) Inclui depreciações do período, regularização de anos anteriores, ocorridas no exercício e ainda os impactos decorrentes de abates e alienações de bens.

Quadro 5.3 - Desagregação da adições

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Total
	Internas	Compras	Cessão	Transferência ou Troca	Expropriação	Doação, Herança Legado ou Perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão reestruturação	Outras	
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>		<b>7 281 994</b>	<b>99 229</b>	<b>14 700</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>423 184</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>130 669</b>	<b>7 949 775</b>
Terrenos e recursos naturais		185 809	99 229	14 700	0	0	423 184	0	0	129 865	852 786
Edifícios e outras construções		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas		29 385	0	0	0	0	0	0	0	804	30 189
Património histórico, artístico e cultural		28 068	0	0	0	0	0	0	0	0	28 068
Outros		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bens de domínio público em curso		7 038 731	0	0	0	0	0	0	0	0	7 038 731
<b>Ativos fixos em concessão</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Terrenos e recursos naturais		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Património histórico, artístico e cultural		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos em concessão em curso		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>		<b>52 937 678</b>	<b>0</b>	<b>444 010</b>	<b>0</b>	<b>799 200</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 132 025</b>	<b>55 312 913</b>
Terrenos e recursos naturais		4 351 560	0	0	0	522 900	0	0	0	1 130 994	6 005 454
Edifícios e outras construções		6 838 399	0	0	0	276 300	0	0	0	0	7 114 699
Equipamento básico		1 179 885	0	291	0	0	0	0	0	1 031	1 181 207
Equipamento de transporte		24 537	0	443 719	0	0	0	0	0	0	468 256
Equipamento administrativo		30 871	0	0	0	0	0	0	0	0	30 871
Equipamentos biológicos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros		354 785	0	0	0	0	0	0	0	0	354 785
Ativos fixos tangíveis em curso		40 157 640	0	0	0	0	0	0	0	0	40 157 640
<b>Total</b>		<b>60 219 672</b>	<b>99 229</b>	<b>458 710</b>	<b>0</b>	<b>799 200</b>	<b>423 184</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 262 694</b>	<b>63 262 688</b>

Un:Euro

**Quadro 5.4 - Desagregação das diminuições**

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					Total
	Alienação a título onerosa	Transferência ou Troca	Devolução ou reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outros	
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-804</b>	<b>0</b>	<b>-218 152</b>	<b>-218 956</b>
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	-218 152	-218 152
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas	0	0	-804	0	0	-804
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Bens de domínio público em curso	0	0	0	0	0	0
<b>Ativos fixos em concessão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas	0	0	0	0	0	0
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos em concessão em curso	0	0	0	0	0	0
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>	<b>-748 484</b>	<b>-76 170</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-6 264 023</b>	<b>-7 088 677</b>
Terrenos e recursos naturais	-735 192	-76 170	0	0	-1 139 536	-1 950 899
Edifícios e outras construções	-13 291	0	0	0	-5 118 845	-5 132 136
Equipamento básico	0	0	0	0	-5 599	-5 599
Equipamento de transporte	0	0	0	0	0	0
Equipamento administrativo	0	0	0	0	-43	-43
Equipamentos biológicos	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos tangíveis em curso	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>-748 484</b>	<b>-76 170</b>	<b>-804</b>	<b>0</b>	<b>-6 482 175</b>	<b>-7 307 632</b>

Un:Euro

No quadro seguinte encontram-se os imóveis que o Município ainda detém para venda no final 2025.

**Quadro 5.5 - Ativos fixos tangíveis detidos para venda**

Imóveis detidos para venda	
Designação	Valor contabilístico
Parcela de terreno no Lugar de Cidadelha	1 895 000
Lote de terreno n.º 10 da Quinta do Mosteiro	63 905
Prédio rustico denominado "Campo das Cavadas"	1 011 597
Prédio rustico denominado "Bouça das Pedras de Fora"	1 153 549
Prédio rustico denominado "Bouça Grande"	1 075 456
Prédio rustico denominado "Bouça da Estrada"	592 173
Predios Rusticos a Norte da Rua Souto Barreiros	30 571

Un: Euro

Nos ativos fixos tangíveis encontram-se igualmente registados contratos de comodato e contratos de direito de superfície, ambos sem geração de qualquer rendimento para o Município, embora o controlo destes ativos se mantenha na sua esfera. Estes contratos decorrem de acordos celebrados com diversas entidades cujas atividades são complementares às funções municipais e que contribuem de forma relevante para os objetivos definidos pelo Município da Maia no âmbito das políticas públicas.

Os principais contratos estabelecidos foram celebrados com as seguintes entidades:

**Quadro 5.6 - Ativos fixos tangíveis - Contratos de Comodato (Parte I)**

**Contratos de Cedência em Contratos de Comodato sem obtenção de qualquer rendimento**

Descrição do bem	Entidade beneficiária	Valor Patrimonial Líquido
Creche Infantil Águas Santas II (fracção autónoma designada por "Fracção A", integrada no edifício situado na Rua José Régio n.º 242 a 264, destinada a fins de carácter social)	Santa Casa da Misericórdia da Maia, Instituição Privada de Solidariedade Social	447 846
Creche Infantil Águas Santas (edifício destinado a instalação de uma creche infantil e um jardim de infância)	Santa Casa da Misericórdia da Maia, Instituição Privada de Solidariedade Social	140 644
EB.1 de Santa Cruz - Barca - contrato de comodato cedência do edifício para a J.F. do Castelo da Maia	Junta de Freguesia Castelo da Maia	19 838
EB.1 da Granja - contrato comodato com Appacdm	APPACDM da Maia - Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	83 337
EB.1 de Ardegães - Á. Santas - contrato comodato com conferência Vicentina Sta Maria do Ó de Águas Santas	Associação das Obras Sociais de São Vicente de Paulo	96 781
EB.1/JI. de Cristal- comodato com a Appacdm Maia	APPACDM da Maia - Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	32 519
Prédio urbano destinado a implantação de uma Creche/Infantário - Milheirós	Santa Casa da Misericórdia da Maia, Instituição Privada de Solidariedade Social	352 174
Edifício 2 pavimentos destinada a instalação de obras sociais, assistenciais ou culturais (Centro Social José Moreira da Silva) (infantário e Centro dia da Guarda)	Santa Casa da Misericórdia da Maia, Instituição Privada de Solidariedade Social	10 928

Un:Euro

**Quadro 5.6 - Ativos fixos tangíveis - Contratos de Comodato (Parte II)**

Contratos de Cedência em Contratos de Comodato sem obtenção de qualquer rendimento		
Descrição do bem	Entidade beneficiária	Valor Patrimonial Líquido
EB.1 da Agra (Milheirós) - Contrato Comodato Assoc. Vicentina S. Tiago Milheirós	Associação das obras Sociais de São Vicente de Paulo	5 647
EB.1 do Padrão (Moreira) - Contrato de Comodato com a Cruz de Malta - Acção Humanitária e Social	Cruz de Malta - Associação Humanitária e Social	46 580
EB.1 de Pedras Rubras nº2 - Contrato Comodato com Associação Antigos Alunos Escola Primária Pedras Rubras	Aepr - Associação Dos Antigos Alunos da Escola Primária de Pedras Rubras	30 821
EBI/JI de Folgosa Igreja (Folgosa) - Contrato Comodato com Associação Educativa Humanista	Associação Educativa Humanista AEH	0
Parcela de terreno designada por "A1" destinada a execução e instalação do Centro Cívico de Silva Escuro - Contrato Comodato Recreio do João - Coop. Solid. Social, destina-se Lar de Idosos	Recreio do João - Cooperativa de Solidariedade Social CRL	72 993
Creche-Infantário e Jardim de Infância, em Silva Escuro (infantário dirigido pela S. C. Misericórdia)(antiga Escola de Sá -Centro dia Silva Escuro)	Santa Casa da Misericórdia da Maia, Instituição Privada de Solidariedade Social	170 053
Edifício destinado a Creche/Infantário - Vermoim - Rua Central do Sobreiro, n. 79, (Creche do Centro de Animação de Vermoim)	Santa Casa da Misericórdia da Maia, Instituição Privada de Solidariedade Social	282 156
Terreno destinado ao Parque de Jogos de São Pedro Fins (Complexo Municipal de Futebol de S. Pedro Fins) - Contrato Comodato com o Corpo Nacional Escutas	Corpo Nacional de Escutas CNE - Escutismo Católico Português	243 392
Fração autónoma designada pela letra "c" composta por estabelecimento comercial no rés-do-chão - R. Manuel Gonçalves Lage, 906 a 944 - Contrato Comodato com Arsenal Clube Da Maia - Parada	Arsenal Clube da Maia	56 465
Edifício Parque Urbano no Monte Infesta com Contrato Comodato Associação Desportiva e Recreativa de Parada	Associação Desportiva e Recreativa de Parada	127 434
Casa da Música de Moreira, Contrato de Comodato com a Associação Banda de Música de Moreira - Moreira	Associação Banda de Música de Moreira da Maia	370 551
Edifício destinado a serviços onde está instalado "Mocidade Sangemil Atlético Clube"	Mocidade Sangemil Atlético Clube	222 720
Fórum Jovem (Fração A-T2)	O Amanhã da Criança; Clube TT Maia; Maiativa; CBK"; Maiastar; Academia de Boxe da Maia; Fapemaia; Adapt; Coreto	16 953
Fórum Jovem (fração B-T3)	O Amanhã da Criança; Clube TT Maia; Maiativa; CBK"; Maiastar; Academia de Boxe da Maia; Fapemaia; Adapt; Coreto	19 324
Fórum Jovem (Fração C-T1)	O Amanhã da Criança; Clube TT Maia; Maiativa; CBK"; Maiastar; Academia de Boxe da Maia; Fapemaia; Adapt; Coreto	14 030
Fórum Jovem (Fração DB -espaço polivalente de carácter social)	O Amanhã da Criança; Clube TT Maia; Maiativa; CBK"; Maiastar; Academia de Boxe da Maia; Fapemaia; Adapt; Coreto	68 141
Edifício Municipal designado por Cantina Escolar "Ana da Fonte", em Gueifães, Cidade da Maia	Banda Marcial de Gueifães	167 043
Parcela de Terreno (tem um edifício onde funciona um AtI) antigamente denominada Cantina Ana Fonte	Banda Marcial de Gueifães	492
EBI/JI da Azenha Nova (Gueifães)	Asman- Assoc. solidariedade S. M. Azenha Nova	33 747
EBI de Vilar de Luz (Folgosa) c/ refeitório - Contrato Comodato com J.F. Folgosa	Junta Freguesia Folgosa	58 563
Edifício destinado à antiga EBI de Gondim - na Rua da Liberdade - Contrato Comodato com J.F. do Castelo da Maia	Junta Freguesia Castelo da Maia	239 558
EBI de Sá (Silva Escuro) - Contrato Comodato com J.F. Nogueira e Silva Escuro	Junta Freguesia Nogueira Silva Escuro	80 547
Parcela de terreno destinada ao edifício Assoc. Moradores Granja - Aguas Santas	Assoc. Moradores da Granja	45 978
Edifício Municipal na R. Manuel Francisco de Araújo, Águas Santas	Assoc. Moradores da Granja	28 041
Fração autónoma designada pela letra "C" Balneários apoio ao ringue- Prac. Eng. José Adriano Moreira dos Santos- Contrato Comodato com Assoc. Maiata Cultura e Paz - Clube Unesco da Maia	Assoc. Maiata Cultura e Paz - Clube Unesco da Maia	111 574
Antigo edifício escolar, Escola do Cruzeiro (1 sala) (antiga escola de Milheirós- Desativada), sito na R. das Escolas, Milheirós (Contrato Comodato 2022/06/22, JF Milheirós - 4 anos Prorrogável)	Junta de Freguesia de Milheiros	34 295
Parcela de terreno de edifícios e outros equipamentos (lugar da Granja)(Contrato de Comodato com a Assoc. Moradores da Granja de 10Im2	Associação de Moradores da Granja	2 528
Centro Escolar de Folgosa (parte do Edifício)	Santa Casa da Misericórdia da Maia, Instituição Privada de Solidariedade Social	1 088 141
Parcela de terreno da antiga E.B.1 da Aldeia - R. da Fábrica .V.N.Telha		0
Antigo edifício escola , Escola da Aldeia (1 sala) - Desativada), sito na R. da Fabrica , V.N.Telha (Contrato Comodato escoteiros grupo 235	Associação dos Escoteiros de Portugal	0
Edifício Municipal - Lugar da Granja	Associação cultural e recreativa "Os Fontineiros da Maia"	458 506
Parcela de terreno destinado ao edifício os Fontineiros da Maia - contrato Comodato n. 85-2025	Associação cultural e recreativa "Os Fontineiros da Maia"	2 803

**Quadro 5.7 - Ativos fixos tangíveis - Direitos de Superfície**

Contratos de Cedência em Direito de Superfície sem obtenção de qualquer rendimento		
Descrição do bem	Entidade beneficiária	Valor Patrimonial Líquido
Parcela de terreno destinada ao polidesportivo de Rua de S. Gemil e sede da Associação os Vencedores de S. Gemil	Associação Dramática e Recreativa "Os Vencedores de Sangemil"	4 988
Parcela de terreno destinada ao Lar de Terceira Idade "Abrigo de Nossa Senhora da Esperança"	Abrigo de Nossa Senhora da Esperança	188 249
Edifício constituído por cave destinado a sede do Núcleo da Cruz Vermelha (armazém, vedação e acessos)	Cruz Vermelha Portuguesa	154 949
Parcela de terreno destinada ao Edifício da Cruz Vermelha Portuguesa da Maia	Cruz Vermelha Portuguesa	1 379
Parcela de terreno destinada à Associação Empresarial da Maia	Associação Empresarial da Maia	32 902
Parcela de terreno n.º 1 destinada à Associação Empresarial da Maia	Associação Empresarial da Maia	892
Parcela de terreno destinada a equipamento de apoio à Associação de Protecção a Infância e Juventude "A Causa da Criança"	A CAUSA DA CRIANÇA - Associação Protecção à Infância e Juventude	28 948
Parcela de terreno destinada a equipamento de apoio a Appacdm da Maia	APPACDM DA MAIA - Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	23 068
Parcela terreno destinada a Appacdm	APPACDM DA MAIA - Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	13 666
Parcela de terreno (d) destinada a apoio à Asman	Associação de Solidariedade Social Mouta Azenha Nova "Asman"	32 576
Casa com 1 pavimento e quintal destinada à Comissão da Fábrica Igreja Paroquial Corim	Fábrica da Igreja Paroquial de Santo António do Corim	0
Parcela de terreno respeitante a casa de 1 pavimento sita a Rua D. Afonso Henriques n.º 2030 e 2036 destinada à Comissão da Fábrica Igreja Paroquial Corim	Fábrica da Igreja Paroquial de Santo Antonio do Corim	6
Parcela de terreno, lote 2 - zona desportiva vermoim - Iber king - Burger King	Iber king - Burger King - Rua Altino Coelho	144 312
Prédio urbano destinado construção, com a Cooperativa Bom Porto	Bomporto, Cooperativa de Solidariedade Social CRL	144 694
Lote de terreno na Rua da igreja - V.N.Telha	Santa Casa da Misericórdia para Creche	165 000
Predio urbano	Domuslidador - Casa do Professor	144 694

Un: Euro

**5.8 - Bens Imóveis reconhecidos no Balanço sem Registo Predial**

Bens Imóveis reconhecidos no Balanço sem Registo Predial						
N.º Inventário	Descrição	CC2	Freguesia	Data Aquisição	Valor Contabilístico (€)	Observações
77431	Museu Etnográfico da Maia	4323	Castêlo da Maia	05-01-2006	348 318	
132169	Edifício restaurante/bar, Monte S.to Ovidio	4321	Castêlo da Maia	04-11-2011	140 766	
137142	Edifícios do Parque Urbano de Avioso - Castêlo da Maia	4321	Castêlo da Maia	01-10-2014	704 993	
6973	Edifício das Oficinas Camara Municipal da Maia	4321	Cidade da Maia	31-12-1995	108 328	
83189	Edifício destinado ao Bar dos Altos - Praça dos Altos	4321	Cidade da Maia	02-01-2007	74 117	
156697	Edifício Bar de apoio à zona Desportiva Central - Parque Maia	4321	Cidade da Maia	02-07-2019	290 670	
132260	Edifício dos Escuteiros (junto Ecopistas)	4323	Cidade da Maia	02-07-2011	215 923	
143804	Edifício designado por "Cantina Ana da Fonte" - Gueifães/Cidade da Maia	4323	Cidade da Maia	31-03-2016	167 043	
131963	Edifício destinado ao espaço de quarentena, ampliação do zoo da Maia	4329	Cidade da Maia	02-09-2011	106 012	
143504	Edifícios do Aerodromo de Vilar de Luz - Folgosa	43299	Folgosa	01-06-2016	0	
115230	Canil Municipal (Centro de recolha oficial de Animais de companhia)	4329	Folgosa	02-07-2009	183 365	
72182	Edifício para ser afeto aos serviços dos órgãos de gestão dos agrupamentos escolares	4321	Pedrouços	17-11-2005	92 887	
80704	Edifício destinado a equipamento coletivo - (situado junto ao per Teibas)	4321	Pedrouços	03-01-2007	177 504	
171539	Edifício destinado a armazenagem e escritórios - Letra Z - Rua de Alvura n.º 631	4321	Milheirós	11-11-2021	252 697	
171538	Edifício destinado a estacionamento e armazém - Letra W - Rua de Alvura n.º 631	4321	Milheirós	11-11-2021	118 665	
117460	Parque municipal de Sucatas	4329	Nogueira/ Silva Escura	02-07-2009	3 109	
<b>Escolas:</b>						
100043	E.b./J.i. do Castêlo da Maia (Avioso - St.ª Maria)	4321	Castêlo da Maia	29-08-1990	110 009	
173843	Eb 2/3 - Escola Básica Gonçalo Mendes da Maia - Vermoim - Cidade da Maia	4321	Cidade da Maia	01-04-2022	852 170	Transferência de Competências do Estado para os Municípios 2022/04/01
173844	Eb 2/3 - Escola Básica e Secundária do Levante da Maia - (Eb 2/3 Nogueira)	4321	Nogueira/ Silva Escura	01-04-2022	1 894 220	Transferência de Competências do Estado para os Municípios 2022/04/02
173845	Eb 2/3 - Escola Básica do Castêlo da Maia (Eb 2/3 - Castêlo Maia)	4321	Cidade da Maia	01-04-2022	1 824 001	Transferência de Competências do Estado para os Municípios 2022/04/03
173847	Eb 2/3 - Escola Básica Gueifães - (Eb 2/3 Gueifães)	4321	Cidade da Maia	01-04-2022	413 154	Transferência de Competências do Estado para os Municípios 2022/04/04
100040	E.b./J.i. do Lidador - Vila Nova da Telha	4321	Vila Nova da Telha	31-12-1995	222 505	
<b>Equipamentos desportivos:</b>						
172845	Pavilhão Municipal de Gueifães I - Junto à escola E.B2/3 de Gueifães	4325	Cidade da Maia	05-11-2021	180 284	
46690	Pavilhão Municipal do Corim (Pavilhão Municipal de Águas Santas) inserido na escola Secundário de Águas Santas	4325	Águas Santas	31-12-1994	672 943	Inserido na E.B2/3 Águas Santas, pertence ao Parque Escolar
76892	Pavilhão Gimnodesportivo da escola C+S de Nogueira	4325	Nogueira/Silva Escura	03-08-2006	582 316	
156997	Pavilhão Gimnodesportivo Pedrouços n.º 13	4325	Pedrouços	02-07-2019	290 670	
190415	Pavilhão Gimnodesportivo da escola EB 2/3 - Escola básica do Castêlo da Maia	4325	Castêlo da Maia	31-12-2023	396 721	
38827	Campo de Jogos Municipal de Folgosa (Campo de futebol)	4325	Folgosa	31-12-1994	660 423	
91725	Campo Municipal de Jogos de Milheirós - Parque de Jogos de Milheirós	4325	Milheirós	02-01-2008	0	
132920	Campo de treinos anexo ao Complexo Desportivo Municipal de Pedrouços - Junto ao estádio Municipal Pedrouços Atlético Clube	4325	Pedrouços	02-02-2012	0	
142896	Campos de Tênis Lote1 - TECMAIA	4325	Moreira	30-12-2015	81 742	
142895	Campos de jogos Lote 1 - TECMAIA	4325	Moreira	30-12-2015	66 487	
163483	Campo de treinos anexo ao Estádio Municipal de Nogueira	4325	Nogueira	06-08-2020	68 533	
46627	Polidesportivo de S.Gemil- Águas Santas	4325	Águas Santas	31-12-1994	49 820	
46632	Polidesportivo "O Nosso Jardim" - Gueifães	4325	Cidade da Maia	31-12-1994	53 668	
65150	Polidesportivo Municipal de S. Pedro Avioso	4325	Castêlo da Maia	06-05-2004	0	
81373	Polidesportivo junto ao Emp Per da Rua Rodrigo Gonçalves Lage	4325	Águas Santas	03-01-2007	40 706	
112840	Polidesportivo de Rua Lugar de Teibas, Águas Santas	4325	Águas Santas	27-10-2009	55 558	
132235	Parque Radical de Nogueira	4325	Nogueira/Silva Escura	02-07-2011	0	
173037	Polidesportivo Mestre Clara, em Moreira	4325	Moreira	30-12-2021	26 587	
149252	Skate Parque - Zona desportiva do Centro da Maia	4325	Cidade da Maia	09-10-2017	40 886	

## 2.5.6 NOTA 6 – LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados pelo Município como operacionais quando se relacionam com bens cujo controlo é de terceiros, pelo facto de serem estes os que suportam todos os riscos e obtêm todas as vantagens associadas à propriedade desses mesmos bens.

Os contratos em vigor em 2025 encontram-se listados nos quadros seguintes:

**Quadro 6.1 - Locações Operacionais - Locatário**

BENS LOCADOS	Valor do Contrato	Gastos do Período	Pagamentos efetuados acumulados			
			Período		Acumulado	
			Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes
Equipamento administrativo - Contrato 238/2021 <sup>(2)</sup>	437 265	109 812	86 889	28 309	343 006	44 201
Equipamento de transporte - Contrato 102/2021	2 382 610	476 384	476 384	0	1 964 199	0
Outros Ativos fixos Tangíveis - Contrato 19/2022	70 804	1 082	1 082	0	70 804	0
Equipamento de transporte - Contrato 51/2023	100 055	24 519	24 519	0	68 218	0
Equipamento de Básico - Contrato 198/2024	61 500	12 139	12 139	0	19 529	0
Equipamento administrativo - Contrato 234/2024	91 364	47 970	46 826	0	55 387	0
Edifícios - Contrato de arrendamento - Horto Municipal	50 157	6 686	6 686	0	37 351	0
Edifícios - Contrato de arrendamento - Armazém	598 795	60 972	59 805	0	536 224	0
Edifícios - Contrato de arrendamento - Unidades de Saúde Familiar	557 304	149 208	149 778	0	404 436	0
Edifícios - Contrato de arrendamento - Pavilhão Desportivo da escola Secundária do Castelo da Maia	132 000	30 775	30 775	0	96 775	0
Edifícios - Contrato de arrendamento - Loja do Cidadão	2 752 350	124 400	139 950	0	139 950	0
Outros	133 831	86 690	83 501	0	110 783	0
<b>TOTAL</b>	<b>7 368 034</b>	<b>1 130 636</b>	<b>1 118 334</b>	<b>28 309</b>	<b>3 846 662</b>	<b>44 201</b>

Un:Euro

<sup>(1)</sup> Como não existe taxa de desconto implícita à locação, por se tratar de uma locação operacional, considerou-se uma taxa de desconto igual a zero.

<sup>(2)</sup> Inclui o valor referente ao excedente de fotocópias (rendas contingentes)

**Quadro 6.1 - Locações Operacionais - Locatário (continuação)**

BENS LOCADOS	Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos <sup>(1)</sup>
	Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
Equipamento administrativo - Contrato 238/2021 <sup>(2)</sup>	94 259	0	0	94 259	94 259
Equipamento de transporte - Contrato 102/2021	418 410	0	0	418 410	418 410
Outros Ativos fixos Tangíveis - Contrato 19/2022	0	0	0	0	0
Equipamento de transporte - Contrato 51/2023	25 998	5 839	0	31 837	31 837
Equipamento de Básico - Contrato 198/2024	22 281	19 690	0	41 971	41 971
Equipamento administrativo - Contrato 234/2024	35 978	0	0	35 978	35 978
Edifícios - Contrato de arrendamento - Horto Municipal	6 686	6 120	0	12 806	12 806
Edifícios - Contrato de arrendamento - Armazém	62 570	0	0	62 570	62 570
Edifícios - Contrato de arrendamento - Unidades de Saúde Familiar	152 868	0	0	152 868	152 868
Edifícios - Contrato de arrendamento - Pavilhão Desportivo da escola Secundária do Castelo da Maia	35 225	0	0	35 225	35 225
Edifícios - Contrato de arrendamento - Loja do Cidadão	134 550	798 450	1 679 400	2 612 400	2 612 400
Outros	16 812	6 236	0	23 048	23 048
<b>TOTAL</b>	<b>1 005 637</b>	<b>836 336</b>	<b>1 679 400</b>	<b>3 521 373</b>	<b>3 521 373</b>

Un:Euro

Adicionalmente à informação divulgada nos quadros, identifica-se a designação dos contratos relativamente às seguintes locações de bens / serviços que lhe estão subjacentes:

- Equipamento administrativo – Contrato 238/2021 – Locação operacional de equipamento de cópia e impressão, incluindo software de gestão, assistência técnica, fornecimento de consumíveis e um volume mensal de tiragem;
- Equipamento de transporte – Contrato 102/2021 – Locação Operacional de 90 veículos automóveis, em estado novo, pelo prazo de 60 meses;
- Outros Ativos Fixos Tangíveis – Contrato 19/2022 – Fornecimento e serviços de operador de postos de carregamento para veículos elétricos, pelo período de um ano, renovável automaticamente por iguais e sucessivos períodos até ao máximo de três anos, em regime de locação operacional;
- Equipamento de transporte - Contrato 51/2023 - Locação operacional de três veículos no âmbito do Projeto financiado pelo Fundo Ambiental - Medidas no âmbito do Programa de apoio à mobilidade elétrica na Administração Pública;
- Equipamento de Básico - Contrato 198/2024 - Locação de Equipamentos de Obra, Armazém, Estaleiro e Produtos Conexos, tendo em vista a satisfação das necessidades decorrentes do setor de armazéns gerais e aprovisionamento;
- Equipamento administrativo - Contrato 234/2024 - Contrato de Locação Operacional de Equipamentos de cópia e impressão, assistência técnica, fornecimento de consumíveis e um volume mensal de tiragem para as Escolas EB 2,3 e Secundárias da Maia.

**Quadro 6.2 - Locações Operacionais - Locador**

BENS LOCADOS	Valor do Contrato	Rendimentos do período	Pagamentos efetuados pelo locatário acumulados			
			Período		Acumulado	
			Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes
<b>TERRENOS:</b>	<b>53 150 128</b>	<b>2 934 525</b>	<b>2 934 543</b>	<b>0</b>	<b>46 573 067</b>	<b>0</b>
Uso Privativo de Parcela de terreno na antiga linha de Guimarães	934	46	47	0	536	0
Uso privativo de três parcelas de terreno	3 838	214	214	0	3 254	0
Parcela de terreno para instalação de equipamentos de radiocomunicações em terreno	158 004	9 268	9 285	0	150 171	0
	30 000	1 500	1 500	0	28 500	0
Direito de superfície - Iber King Restauração, Sa	1 309 951	72 182	72 182	0	635 016	0
Renda de Concessão da E-Redes	51 647 400	2 851 315	2 851 315	0	45 755 591	0
<b>EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES:</b>	<b>945 033</b>	<b>125 129</b>	<b>116 444</b>	<b>0</b>	<b>694 500</b>	<b>0</b>
Edifício do Antigo matadouro onde se encontra instalada a Maiambiente, E.M.	868 293	104 274	104 274	0	681 726	0
Prédio Urbano na Rua do Calvário n.º 267 de Águas Santas onde se encontra instalada a DUNALFABETICA	76 741	20 855	12 170	0	12 774	0
<b>Outros Edifícios</b>	<b>23 824</b>	<b>2 161</b>	<b>2 221</b>	<b>0</b>	<b>13 082</b>	<b>0</b>
<b>Outros equipamentos (auditório)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>54 118 985</b>	<b>3 061 815</b>	<b>3 053 208</b>	<b>0</b>	<b>47 280 650</b>	<b>0</b>

Un:Euro

**Quadro 6.2 - Locações Operacionais - Locador (continuação)**

BENS LOCADOS	Futuros pagamentos mínimos do locatário				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos <sup>(1)</sup>
	Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
<b>TERRENOS:</b>	<b>3 027 819</b>	<b>3 235 717</b>	<b>313 524</b>	<b>9 239 197</b>	<b>9 239 197</b>
Uso Privativo de Parcela de terreno na antiga linha de Guimarães	47	189	161	398	398
Uso privativo de três parcelas de terreno	219	365	0	585	585
Parcela de terreno para instalação de equipamentos de radiocomunicações em terreno	7 834	0	0	7 834	7 834
	1 500	0	0	1 500	1 500
Direito de superfície - Iber King Restauração, Sa	72 315	289 258	313 363	674 936	674 936
Renda de Concessão da E-Redes	2 945 905	2 945 905	0	8 553 946	8 553 946
<b>EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES:</b>	<b>127 932</b>	<b>122 601</b>	<b>0</b>	<b>250 533</b>	<b>250 533</b>
Edifício do Antigo matadouro onde se encontra instalada a Maiambiente,E.M.	106 609	79 957	0	186 566	186 566
Prédio Urbano na Rua do Calvário n.º 267 de Águas Santas onde se encontra instalada a DUNALFABETICA	21 322	42 644	0	63 967	63 967
<b>Outros Edifícios</b>	<b>2 096</b>	<b>8 646</b>	<b>0</b>	<b>10 741</b>	10 741
<b>Outros equipamentos (auditório)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	0
<b>Total</b>	<b>3 157 846</b>	<b>3 366 964</b>	<b>313 524</b>	<b>9 500 472</b>	<b>9 500 472</b>

Un: Euro

## 2.5.7 NOTA 7 – CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Como as diferenças entre o custo amortizado e o valor nominal não têm qualquer materialidade, optou-se por proceder ao registo das operações ao valor nominal (i.e. ao custo histórico), considerando a análise custo-benefício que deve estar subjacente à preparação das demonstrações financeiras.

Nos quadros seguintes identificam-se de forma detalhada o conjunto de empréstimos obtidos.

**Quadro 7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários**

Entidade	Data do contrato	Data do visto do TC	Prazo do contrato	Capital		Taxa de juro	
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual
<b>Empréstimos MLP de natureza orçamental</b>							
<b>Não excecionados</b>							
<b>Excecionados</b>							
BBVA - complemento PER	20/12/2006	22/01/2007	25	7 169 215	7 169 215	4,13%	4,13%
CGD (ao abrigo da linha de crédito bonificado)							
Empréstimo n.º 429001222091	28/04/1998	17/04/1998	25	308 381	308 381	0,00%	4,70%
Empréstimo n.º 429001225591	28/04/1998	17/04/1998	25	889 409	753 137	3,17%	4,70%
Empréstimo n.º 429001229891	28/04/1998	17/04/1998	25	398 907	0		
Empréstimo n.º 429001233691	28/04/1998	17/04/1998	25	271 649	271 649	3,17%	4,70%
Empréstimo n.º 429001238791	28/04/1998	17/04/1998	25	932 748	839 473	3,17%	4,70%
Empréstimo n.º 429001246891	28/04/1998	17/04/1998	25	811 568	730 411	3,17%	4,70%
Empréstimo n.º 429001247691	28/04/1998	17/04/1998	25	604 886	604 886	0,00%	4,70%
Empréstimo n.º 429001253091	28/04/1998	17/04/1998	25	782 251	782 251	4,05%	4,70%
Empréstimo n.º 429001259991	28/04/1998	17/04/1998	25	835 060	835 060	4,05%	4,70%
Empréstimo n.º 429001262991	28/04/1998	17/04/1998	25	198 697	178 827	3,17%	4,70%
Empréstimo n.º 429001271791	26/02/1999	17/12/1998	25	4 955 885	0		
Empréstimo n.º 429001272791	26/02/1999	17/12/1998	25	327 784	327 784	3,40%	4,70%
Empréstimo n.º 429001273591	26/02/1999	17/12/1998	25	1 275 688	1 148 119	3,40%	4,70%
Empréstimo n.º 429001274391	12/03/1999	17/12/1998	25	678 373	678 373	3,24%	4,71%
Empréstimo n.º 429001275191	12/03/1999	17/12/1998	25	891 466	802 320	3,24%	4,71%
Empréstimo n.º 429001276991	12/03/1999	17/12/1998	25	712 220	0		
Empréstimo n.º 429001277891	12/03/1999	17/12/1998	25	888 164	888 164	3,42%	4,73%
Empréstimo n.º 429001278691	12/03/1999	17/12/1998	25	569 354	569 354	3,24%	4,71%
Empréstimo n.º 429001279491	12/03/1999	17/12/1998	25	443 759	443 759	3,24%	4,71%
Empréstimo n.º 429001280891	12/03/1999	17/12/1998	25	550 441	550 441	3,42%	4,73%
Empréstimo n.º 429001281691	12/03/1999	17/12/1998	25	381 826	343 643	3,24%	4,71%
Empréstimo n.º 429001282491	12/03/1999	17/12/1998	25	732 690	659 421	2,90%	4,59%
Empréstimo n.º 429001283291	12/03/1999	17/12/1998	25	600 066	540 059	3,24%	4,71%
Empréstimo n.º 429001284091	12/03/1999	17/12/1998	25	562 931	506 638	3,24%	4,71%
Empréstimo n.º 429001285991	12/03/1999	17/12/1998	25	398 256	358 431	3,24%	4,71%
Empréstimo n.º 429001286791	07/01/2000	17/12/1998	25	1 001 171	1 001 171	3,42%	4,73%
Empréstimo n.º 429001287591	07/01/2000	17/12/1998	25	99 384	99 384	3,42%	4,73%
Empréstimo n.º 429001288391	19/06/2000	17/12/1998	25	1 145 136	1 030 573	2,90%	4,59%
Empréstimo n.º 429001289191	19/06/2000	17/12/1998	25	729 402	729 402	3,90%	4,59%
Empréstimo n.º 429001290591	03/10/2000	17/12/1998	25	1 236 854	1 236 854	3,17%	4,70%
Empréstimo n.º 429001292191	29/11/2000	17/12/1998	25	610 307	610 307	2,98%	4,70%
Empréstimo n.º 429001293991	11/07/2002	17/12/1998	25	505 985	252 992	3,40%	4,70%
Empréstimo n.º 429001294891	06/09/2002	17/12/1998	25	1 780 270	1 780 270	3,40%	4,70%
<b>Empréstimos MLP de natureza não orçamental</b>							
<b>Não excecionados</b>							
BPI - antecipação de rendas	05/11/2004		25	10 000 000	10 000 000	5,27%	5,27%
Santander Totta - antecipação de rendas	05/11/2004		25	10 000 000	10 000 000	5,27%	5,27%
<b>TOTAL</b>				<b>54 280 181</b>	<b>47 030 750</b>		

Un:Euro

**Quadro 7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários (continuação)**

Entidade	Pagamentos de anos anteriores			Pagamento do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 31 de dezembro ano 2024	Saldo em 31 de dezembro ano 2025
	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
<b>Empréstimos MLP de natureza orçamental</b>									
<b>Não excecionados</b>									
<b>Excecionados</b>									
BBVA - complemento PER	5 668 704	1 909 915	7 578 619	403 485	45 534	449 019		1 500 511	1 097 026
CGD (ao abrigo da linha de crédito bonificado)		0		0	0				
Empréstimo n.º 429001222091	308 381	39 146	347 527	0	0	0		0	0
Empréstimo n.º 429001225591	720 413	94 931	815 344	32 725	230	32 955		32 725	0
Empréstimo n.º 429001229891	0	0	0	0	0	0		0	0
Empréstimo n.º 429001233691	259 846	34 856	294 702	11 803	83	11 886		11 803	0
Empréstimo n.º 429001238791	802 997	112 506	915 504	36 476	257	36 733		36 476	0
Empréstimo n.º 429001246891	698 674	99 500	798 174	31 737	223	31 960		31 737	0
Empréstimo n.º 429001247691	604 886	77 832	682 718	0	0	0		0	0
Empréstimo n.º 429001253091	763 674	78 096	841 770	18 577	94	18 670		18 577	0
Empréstimo n.º 429001259991	815 229	82 247	897 476	19 831	100	19 931		19 831	0
Empréstimo n.º 429001262991	171 057	22 957	194 014	7 770	55	7 825		7 770	0
Empréstimo n.º 429001271791	0	0	0	0	0	0		0	0
Empréstimo n.º 429001272791	306 656	38 188	344 844	14 051	177	14 228		21 128	7 077
Empréstimo n.º 429001273591	1 049 674	130 945	1 180 619	48 982	859	49 842		98 445	49 463
Empréstimo n.º 429001274391	620 197	80 445	700 642	28 953	483	29 436		58 176	29 223
Empréstimo n.º 429001275191	733 514	96 211	829 725	34 243	572	34 815		68 806	34 563
Empréstimo n.º 429001276991	0	0	0	0	0	0		0	0
Empréstimo n.º 429001277891	846 152	91 587	937 739	42 012	329	42 340		42 012	0
Empréstimo n.º 429001278691	520 527	66 969	587 496	24 300	406	24 706		48 827	24 527
Empréstimo n.º 429001279491	415 150	50 969	466 119	19 028	228	19 256		28 609	9 581
Empréstimo n.º 429001280891	524 405	60 040	584 445	26 037	204	26 241		26 037	0
Empréstimo n.º 429001281691	314 173	40 232	354 405	14 667	245	14 912		29 470	14 804
Empréstimo n.º 429001282491	586 208	64 724	650 932	29 109	539	29 647		73 213	44 105
Empréstimo n.º 429001283291	493 745	64 928	558 672	23 050	385	23 435		46 315	23 265
Empréstimo n.º 429001284091	463 190	59 978	523 168	21 623	361	21 984		43 449	21 825
Empréstimo n.º 429001285991	327 692	43 479	371 171	15 298	255	15 553		30 738	15 441
Empréstimo n.º 429001286791	872 997	116 943	989 939	42 302	1 186	43 487		128 175	85 873
Empréstimo n.º 429001287591	92 964	11 525	104 488	4 270	55	4 325		6 421	2 151
Empréstimo n.º 429001288391	920 262	119 284	1 039 546	43 858	811	44 669		110 310	66 453
Empréstimo n.º 429001289191	635 969	88 326	724 296	30 894	699	31 592		93 433	62 539
Empréstimo n.º 429001290591	1 078 344	135 484	1 213 827	52 363	1 324	53 687		158 510	106 148
Empréstimo n.º 429001292191	531 917	68 276	600 193	25 910	614	26 524		78 390	52 480
Empréstimo n.º 429001293991	227 023	25 227	252 249	12 921	227	13 148		25 970	13 048
Empréstimo n.º 429001294891	1 619 060	165 334	1 784 394	80 212	1 407	81 619		161 210	80 998
<b>Empréstimos MLP de natureza não orçamental</b>									
<b>Não excecionados</b>									
BPI - antecipação de rendas	8 517 525	7 393 365	15 910 889	520 666	65 982	586 648		1 482 475	961 809
Santander Totta - antecipação de rendas	8 517 525	7 393 365	15 910 889	520 666	65 982	586 648		1 482 475	961 809
<b>TOTAL</b>	<b>41 028 726</b>	<b>18 957 807</b>	<b>59 986 533</b>	<b>2 237 818</b>	<b>189 906</b>	<b>2 427 723</b>		<b>6 002 023</b>	<b>3 764 206</b>

Un: Euro

Importa sinalizar que por força de uma recomendação proferida pelo Tribunal de Contas em sede de homologação das contas de gerência dos exercícios de 2004 e 2005, comunicada ao Município pelo ofício n.º 21714/16, em 04 de agosto de 2016, o Município viu-se obrigado a alterar a forma de contabilização da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004, passando a contabilizá-la como se de um contrato de mútuo se tratasse a partir da gerência de 2016, apesar da operação em referência não ter natureza orçamental uma vez que o Município nesta fase apenas intervém como garante perante eventual incumprimento por parte dos inquilinos, situação que desde 2004 até à presente data nunca se verificou dado o cumprimento regular dos arrendatários.

De seguida apresenta-se o montante total dos empréstimos de médio e longo prazo apresentados no balanço e que se vencem nos anos seguintes à data do balanço:

**Quadro 7.2 - Empréstimos obtidos - Por exigibilidade**

Empréstimos bancários obtidos de médio e longo prazo				
Designação das contas	Menos de 1 ano	[1 a 4 anos]	Mais de 4 anos	TOTAL 2025
	2026	2027-2029	2030-2037	
<b>Empréstimos MLP de natureza orçamental</b>				
<b>Excecionados</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
BBVA - Complemento PER	415 603	681 422	0	1 097 026
CGD (ao abrigo da linha de crédito bonificado)	551 809	191 753	0	743 562
<b>Empréstimos MLP de natureza não orçamental</b>	0	0	0	
<b>Não excecionados</b>	0	0	0	
Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendas	842 981	1 077 528	3 110	1 923 619
<b>TOTAL</b>	<b>1 810 393</b>	<b>1 950 703</b>	<b>3 110</b>	<b>3 764 206</b>

Un:Euro

Considerando, de acordo com o § 51 da NCP 1, que um Passivo deve ser classificado como Corrente, quando satisfaça qualquer um dos seguintes critérios: a) Espera-se que seja liquidado no decurso do ciclo operacional normal da entidade, b) seja detido principalmente com a finalidade de ser negociado, c) tenha um prazo de vencimento dentro de 12 meses após a data de relato, ou d) a entidade não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos 12 meses após a data de relato, o valor exigível a menos de 1 ano apresentado no quadro anterior, relativo a empréstimos contraídos com a natureza de médio e longo prazo encontram-se apresentados na face do Balanço na rubrica de Passivo Corrente. Quanto aos restantes valores, estes são apresentados no Passivo Não Corrente em conformidade com o que se encontra previsto no normativo.

## 2.5.8 NOTA 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As Propriedades de Investimento totalizam 1.179.552 €, encontram-se mensuradas ao modelo de custo e geraram rendimentos de 199.440 € durante o ano de 2025.

Quadro 8.1 - Quantia Escriturada e Movimentos

Propriedades de Investimento	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimento do período	
		Adições	Transferencia internas à entidade	Depreciações do Período	Reversão por perdas de imparidade	Perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outras
Propriedades de Investimento	<b>1 238 468</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-58 917</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 179 552</b>	<b>0</b>	<b>199 440</b>	<b>0</b>
Bens de domínio público	125	0	0	0	0	0	0	0	125	0	214	0
Terrenos e recursos naturais	256 091	0	0	0	0	0	0	0	256 091	0	72 182	0
Edifícios e outras construções	982 252	0	0	-58 917	0	0	0	0	923 336	0	127 044	0
Outras propriedades de investimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Propriedades de Investimento em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1 238 468</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-58 917</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 179 552</b>	<b>0</b>	<b>199 440</b>	<b>0</b>

Un:Euro

O Município utiliza o modelo do custo na mensuração subsequente das Propriedades de Investimento; contudo, divulga o seu Justo Valor dos bens, conforme apresentado no quadro seguinte:

### Quadro 8.2- Justo valor das propriedades de investimento

Propriedades de Investimento	Justo valor a 31-12-2025
Propriedades de Investimento	<b>3 070 985</b>
Bens de domínio público	3569
Terrenos e recursos naturais	895 666
Edifícios e outras construções	2 171 749
Outras propriedades de investimento	0
Propriedades de Investimento em curso	0

Un:Euro

## 2.5.9 NOTA 9 – IMPARIDADE DE ATIVOS

Os quadros seguintes detalham, os saldos de perdas por imparidades de ativos.

### Quadro 9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo utilizado	
					Justo Valor	Valor de uso
Clientes, contribuintes e utentes	Ativo Gerador de Caixa	1 557 389	1 482 286	75 104	Corresponde ao valor líquido que se espera vir a receber, tendo sido criadas imparidades em função do risco de crédito avaliado	
Devedores diversos	Ativo Gerador de Caixa	1 992 824	615 258	1 377 566	Corresponde ao valor líquido que se espera vir a receber, tendo sido criadas imparidades em função do risco de crédito avaliado	
Devedores subsídios reembolsáveis	Ativo Gerador de Caixa	60 806	60 806	0	Corresponde ao valor líquido que se espera vir a receber, tendo sido criadas imparidades em função do risco de crédito avaliado	
Investimentos Financeiros	Ativo Gerador de Caixa	40 782 805	2 468	40 780 337	Corresponde ao valor de mercado, ao MEP no caso de participações relevantes e ao justo valor no caso de instrumentos cotados, tendo sido criadas imparidades em função da análise da recuperabilidade dos ativos.	
<b>Total</b>		<b>44 393 825</b>	<b>2 160 818</b>	<b>42 233 008</b>		

Un:Euro

### Quadro 9.2 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa - Perdas por imparidade

Ativo	Quantia bruta (1)	Quantia recuperável (2)	Perda por imparidade (3)=(1)-(2)	Perda por imparidade acumulada em 2024 (4)	Perda por Imparidade do período (5) = (3) - (4)
Devedores subsídios reembolsáveis	60 806	0	60 806	60 806	0
Devedores diversos	1 992 824	1 377 566	615 258	107 496	507 761
Investimentos Financeiros	40 782 805	40 780 337	2 468	2 394	74
<b>TOTAL</b>	<b>60 806</b>	<b>0</b>	<b>60 806</b>	<b>60 806</b>	<b>507 836</b>

Un:Euro

**Quadro 9.3 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa - Reversão da perda por imparidade**

Ativo	Quantia bruta (1)	Quantia recuperável (2)	Perda por imparidade (3)=(1)-(2)	Perda por imparidade acumulada em 2024 (4)	Reversão da perda por imparidade (5)=(3)-(4)
Cientes, contribuintes e utentes	1 557 389	75 104	1 482 286	2 220 494	-738 208
<b>TOTAL</b>	<b>1 557 389</b>	<b>75 104</b>	<b>1 482 286</b>	<b>2 220 494</b>	<b>-738 208</b>

Un:Euro

O Município da Maia apresenta imparidades em ativos financeiros, tomando em consideração o risco de crédito avaliado. Este risco ocorre 90 dias após a data de vencimento dos documentos de receita emitidos ao cliente, contribuinte ou utente. O valor que se encontra em processo de execução fiscal é integralmente considerado como perda de imparidade, de acordo com o modelo de risco adotado.

### 2.5.10 NOTA 10 – INVENTÁRIOS

Os movimentos do período, relativos a inventários, encontram-se apresentados no quadro seguinte:

**10.1 - Inventários - Movimentos do período**

Rubrica	Quantia Escriturada Inicial	Movimentos do período							Quantia Escriturada Final
		Compras liquidadas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	0	5 363	5 363	0	0	0	0	0	0
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Produtos acabados e intermédios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Produtos e trabalhos em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>5 363</b>	<b>5 363</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Un:Euro

Em 2025, o Município não detinha quaisquer bens classificados como Inventários. Nos termos do novo normativo SNC-AP, os inventários deixam de incluir os bens consumíveis afetos à prestação de serviços públicos, sendo estes reconhecidos no Balanço como um Diferimento Ativo, registado na rubrica de Gastos a Reconhecer.

### 2.5.11 NOTA 11 – AGRICULTURA – NÃO APLICÁVEL

### 2.5.12 NOTA 12 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÕES – NÃO APLICÁVEL

### 2.5.13 NOTA 13 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Os valores dos rendimentos provenientes de transações com contraprestação encontram-se detalhados no quadro 13.1:

**13.1 - Rendimento de transação com contraprestação**

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido de 2025
<b>Prestações de serviços</b>	<b>5 170 555</b>
Trabalhos por conta de particulares	2 364
Mercados e Feiras	39 030
Serviços Sociais	2 624 329
Serviços Recreativos	0
Serviços Desporto	177 784
Piscinas	1 126 875
Recintos Desportivos	646 543
Museus e Bibliotecas	1 002
Outros Serviços	552 626
<b>Outras mercadorias</b>	<b>30 145</b>
Mercadorias	6 320
Produtos acabados e intermédios	2 685
Sucatas	21 140
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>6 351 743</b>
Taxas de Justiça	2 060
Taxas Específicas das Autarquias Locais	6 349 683
<b>Rendas / Concessões</b>	<b>3 061 569</b>
Terrenos	72 396
Energia elétrica (EDP)	2 851 315
Edifícios e outras construções	127 044
Arrendamento de espaços	10 814
<b>Juros, dividendos e outros rendimentos similares</b>	<b>1 084 877</b>
Juros	987 610
Dividendos ou distribuições similares	35 529
Outros	61 738
<b>Outros</b>	<b>3 603 876</b>
<b>Total</b>	<b>19 302 765</b>

Un: Euro

## 2.5.14 NOTA 14 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos de transações sem contraprestação, apresentam-se detalhados no quadro *infra*:

Quadro 14.1 - Rendimentos sem contraprestação

Un: Euro

Tipo de rendimento (1)	Correções relativas a períodos anteriores reconhecidas em resultados do período	Transações sem contraprestação do período reconhecido de 2025 (2)			Quantias por receber (3)		Adiantamentos recebidos
		Resultados	Património líquido	Rendimentos a reconhecer	Início do período	Final do período	
<b>Impostos diretos:</b>	<b>1 903 279</b>	<b>38 107 469</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Derrama	97 752	11 795 500	0	0	0	0	0
Imposto municipal sobre imóveis	1 805 527	21 869 000	0	0	0	0	0
Imposto único de circulação	0	4 442 969	0	0	0	0	0
Outros (Contribuição Especial)	0	0	0	0	0	0	0
<b>Impostos indiretos:</b>	<b>422 807</b>	<b>27 857 261</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
IMT	422 807	27 857 261	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>0</b>	<b>400 289</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Multas e Outras Penalidades	0	400 289	0	0	0	0	0
<b>Transferências e subsídios sem condições:</b>	<b>124 029</b>	<b>38 235 475</b>	<b>1 829 997</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
FEF corrente	0	2 505 269	19 489	0	0	0	0
FSM	0	4 140 056	0	0	0	0	0
Participação IRS	0	12 373 386	0	0	0	0	0
Transferência de competências - Lei n.º 50/2018	0	14 264 819	0	0	0	0	0
Participação IVA	0	1 628 009	0	0	0	0	0
Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	124 029	3 256 193	1 810 508	0	0	0	0
DGEST, ICNF e outros	0	9 820	0	0	0	0	0
Segurança social	0	30 923	0	0	0	0	0
Instituições sem fins lucrativos	0	27 000	0	0	0	0	0
<b>Transferências e subsídios com condições:</b>	<b>1 216 451</b>	<b>5 610 359</b>	<b>-110 725</b>	<b>31 510 700</b>	<b>2 342 064</b>	<b>2 152 106</b>	<b>4 445 020</b>
<b>Estado</b>	0	104 427	-99 900	191 488	0	0	0
<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>	22 879	937 020	-612 111	465 448	0	0	14 389
<b>FEDER</b>	1 153 198	3 076 124	369 563	735 908	1 240 232	125 948	0
<b>Fundo de Coesão</b>	0	2 290	-2 290	0	0	0	0
<b>FSE</b>	31 765	109 886	-59 364	0	72 747	0	0
<b>PRR - Plano de Recuperação e Resiliência</b>	502	1 285 298	-19 931	30 117 856	1 029 085	2 026 157	4 430 631
<b>Outros - Resto do Mundo</b>	0	15 560	-660	0	0	0	0
<b>Sociedades e quase sociedades não financeiras</b>	8 107	79 755	313 968	0	0	0	0
<b>Legados, ofertas e doações:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 680 264</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Numerario	0	0	0	0	0	0	0
AFT	0	0	1 680 264	0	0	0	0
AI	0	0	0	0	0	0	0
Outros bens e serviços	0	0	0	0	0	0	0
<b>Outros</b>	<b>266 239</b>	<b>764 037</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>3 932 806</b>	<b>110 974 890</b>	<b>3 399 536</b>	<b>31 510 700</b>	<b>2 342 064</b>	<b>2 152 106</b>	<b>4 445 020</b>

Notas:

(1) - caso seja apropriado o tipo de rendimentos derivados de impostos pode ser detalhado por imposto relevante

(2) - para as principais classes de rendimentos, divulgar em texto a seguir ao quadro acima as bases em que foi mensurado o justo valor dos recursos que fluíram para entidade.

(3) - descrever se existem ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições e a natureza dessas restrições (por exemplo, transferências ou subsídios com condições).

Os rendimentos de transações sem contraprestação reconhecidos em Resultados totalizaram 110.974.890 € em 2025. Destacam-se, deste montante, os impostos diretos e indiretos, que representam 65.964.729 €, bem como as transferências e subsídios sem condições, no valor de 38.235.475 €.

Embora de menor expressão, os legados, ofertas e doações — detalhados no quadro *infra* — também contribuíram para os rendimentos de transações sem contraprestação.

**Quadro 14.2 - Natureza e tipo das principais classes de legados, ofertas e doações****Natureza e tipo das principais classes de legados, ofertas e doações, evidenciando separadamente as principais classes de bens em espécie recebidos**

<b>Equipamentos diversos</b>	<b>444 010</b>
<b>Edifícios e terrenos</b>	<b>1 222 384</b>
Parcela de Terreno destinada ao Domínio Público do Município, em Pedrouços junto à Escola C+S	109 200
Parcela de Terreno destinada ao Domínio Público do Município, em Pedrouços junto à Escola C+S	304 700
Parcela de Terreno destinada à execução do "Corredor Verde do Leça, no lugar Arroiteça, Milheiros" (Parcela - área 549m2)	4 474
Parcela de Terreno destinada à execução do "Corredor Verde do Leça, no lugar Arroiteça, Milheiros" (Parcela - área 528m2)	4 809
Parcela de Terreno destinada a integrar Domínio Público, na Rua Eng. Belmiro Mendes de Azevedo, Castelo da Maia	250 400
Parcela de Terreno do Edifício sito na Rua dos Leais, n. 90, Pedrouços	92 100
Parcela de Terreno no Lugar do Padrão, Quinta do Mosteiro, Moreira	1 400
Parcela de Terreno Rustica "campo dos lameiros", destinado a integrar Domínio Privado, construção custos controlados, no lugar das Lagielas, V. N. Telha - 1 Dt.	179 000
Edifício sito na Rua dos Leais, n. 90, Pedrouços "Os Leais Pedrouços" (Associação)	276 300
<b>Bens consumíveis</b>	<b>13 871</b>
<b>Numerário</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>1 680 264</b>

Un:Euro

## 2.5.15 NOTA 15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

O quadro abaixo apresenta o desdobramento da rubrica de provisões.

### 15.1 - Provisões

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
Impostos, contribuições e taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Garantias a clientes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processos judiciais em curso	435 851	0	0	0	0	-316 083	-58 417	0	-374 500	61 351
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matérias ambientais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contratos onerosos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reestruturação e reorganização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras provisões - Aplicação do MEP	2 699 978	0	0	261 166	261 166	0	0	0	0	2 961 144
<b>TOTAL</b>	<b>3 135 829</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>261 166</b>	<b>261 166</b>	<b>-316 083</b>	<b>-58 417</b>	<b>0</b>	<b>-374 500</b>	<b>3 022 495</b>

Após nova apreciação jurídica, procedeu-se ao ajustamento da provisão relativa aos diversos processos judiciais em curso, fixando-a em 61.351 €, montante considerado suficiente para cobrir eventuais indemnizações associadas a processos que apresentam um risco significativo de decisões desfavoráveis ao Município.

A rubrica Outros Riscos e Encargos reflete a evolução dos Capitais Próprios das empresas e fundos participados pelo Município, mensurados através do Método da Equivalência Patrimonial.

No final de 2025, a rubrica Outras Provisões incorpora os Capitais Próprios da TECMAIA e da Fundação Conservatório de Música da Maia.

A listagem dos processos judiciais em curso (quer de natureza ativa, quer de natureza passiva) encontra-se detalhada na Parte III – Demonstrações Orçamentais - páginas 493 e 494.

Refere a Orientação Técnica nº 1 da CNC (Comissão de Normalização Contabilística), datada de 18/02/2025, a propósito dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica de baixa tensão celebrados entre os Municípios e a E-Redes, S.A. (ex-EDP Distribuição, S.A.), que, não estando preenchidos os critérios para reconhecimento de todos os ativos e passivos associados ao abrigo da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente, dado poderem existir incertezas significativas e/ou situações dependentes de eventos futuros que impeçam aquele reconhecimento, deve a matéria ser objeto de relato, e não registo contabilístico.

Em consequência, sem que isso constitua ou possa constituir uma aceitação da totalidade do conteúdo/justificações elencadas na referida Orientação Técnica, dentro daquilo que é possível e com as naturais limitações, informamos o seguinte:

- a) – a natureza e os termos do acordo existente assentam em legislação pública/governamental, alguma dela com antiguidade relevante;
- b) – quanto aos eventuais ativos e passivos contingentes não são passíveis de quantificação à data, em virtude de aguardarem um conjunto de análises e procedimentos próprios, dependentes de decisões de entidades/organismos públicos diversos e dos órgãos autárquicos municipais; e

c) – a título meramente informativo e sem que isso vincule ou possa vincular o Município, atento o referido anteriormente e as naturais reservas associadas, de acordo com a informação constante da área reservada às autarquias locais no site da E-Redes, referente ao Exercício de 2025 (ainda não auditado):

c.1) - o montante dos Ativos Líquidos em exploração (valor bruto deduzido dos subsídios recebidos e amortizações), apresentado pela referida entidade e da sua única e exclusiva responsabilidade, ascende a 12.939.473 €; e

c.2) – o valor dos ativos da concessão na data da conclusão (valor de resgate ou indemnização) ascende a 10.532.800 €.

## **2.5.16 NOTA 16 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXA DE CÂMBIO – NÃO APLICÁVEL**

## **2.5.17 NOTA 17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO**

O ano de 2026 tem sido marcado pela escalada do conflito no Médio Oriente, após os ataques coordenados dos Estados Unidos e de Israel contra o Irão iniciados a 28 de fevereiro, que atingiram infraestruturas militares e governamentais iranianas e provocaram forte instabilidade regional.

A resposta iraniana, bem como as ameaças e restrições no Estreito de Ormuz — rota essencial para o transporte global de petróleo — geraram perturbações imediatas nos mercados energéticos, levando a aumentos significativos nos preços do petróleo e da eletricidade. Esta instabilidade contribuiu também para volatilidade nos mercados financeiros internacionais.

Para os municípios, estes desenvolvimentos traduzem-se em pressões adicionais sobre os custos operacionais, sobretudo ao nível da energia e dos combustíveis. Contudo, dada a incerteza quanto à evolução do conflito, não é ainda possível estimar com precisão o impacto final nas contas municipais de 2026.

Foi também deferido parcialmente pela Autoridade Tributária, já em abril de 2026, o requerimento de reembolso apresentado pela Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. no âmbito do processo de dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo, nos termos dos números 8 e 9, do art.º 22.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Este deferimento importará, nas contas municipais desse exercício, um reconhecimento de rendimentos no montante de 447.637,36 €.

Por último, cumpre informar que já depois de concluídos os registos contabilísticos e a elaboração do relatório de gestão às contas municipais de 2025, foram recebidas as contas finais aprovadas da STCP, EIM, SA, verificando-se que estas teriam impactado na posição financeira municipal, a 31 de dezembro de 2025, no sentido de aumentar o Ativo (Ativo Não Corrente, Participações Financeiras) e o Património Líquido (Ajustamentos em Ativos Financeiros) em (+) 62.420,43 €.

## 2.5.18 NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros correspondem a contratos que originam um ativo financeiro para uma entidade e um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio para outra.

Consideram-se instrumentos de capital próprio os contratos que conferem um interesse residual nos ativos de uma entidade, após a dedução dos seus passivos.

Os principais ativos financeiros do Município da Maia incluem as Contas a Receber, Caixa e equivalente de caixa, bem como Participações Financeiras.

Nos quadros seguintes, apresentam-se os movimentos dos ativos financeiros ao longo do período.

**Quadro 18.1 - Ativos financeiros**

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por	Outros
<b>Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados</b>					
Ativos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0
Participações financeiras - justo valor	0	0	0	0	0
Outros ativos financeiros	3 021	0	0	0	0
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>					
Outros ativos financeiros	0	0	0	0	0
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0	0	0	0	0
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2 342 064	0	0	0	55 412 521
Clientes, contribuintes, utentes	136 502	0	0	738 208	94 693 213
Estado e outros entes públicos	25 434	0	0	0	127 967
Outras contas a receber	59 458 356	0	0	0	102 083 914
Diferimentos	540 067	0	0	0	2 037 660
Caixa e depósitos bancários	85 794 656	0	0	0	142 356 996
Participações financeiras					
Participações financeira- Entidades societárias	1 946 810	0	0	0	0
Participações financeira - Não societárias	2 425 172	0	0	0	0
<b>Ativos financeiros mensurados ao Método de equivalência patrimonial (MEP)</b>					
Participações financeiras	36 162 692	0	0	0	273 608
<b>TOTAL</b>	<b>188 834 774</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>738 208</b>	<b>396 985 878</b>

Un:Euro

**Quadro 18.1 - Ativos financeiros (continuação)**

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Diminuições				Quantia escriturada final
		Alineações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
<b>Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados</b>						
Ativos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0	0
Participações financeiras - justo valor	0	0	0	0	0	0
Outros ativos financeiros	3 021	0	0	-74	0	2 947
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>						
Outros ativos financeiros	0	0	0	0	0	0
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0	0	0	0	0	0
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2 342 064	0	0	0	-55 602 480	2 152 106
Clientes, contribuintes, utentes	136 502	0	0	0	-95 492 819	75 104
Estado e outros entes públicos	25 434	0	0	0	-152 824	576
Outras contas a receber	59 458 356	0	0	-507 761	-99 584 580	61 449 929
Diferimentos	540 067	0	0	0	-1 849 407	728 319
Caixa e depósitos bancários	85 794 656	0	0	0	-144 591 650	83 560 002
Participações financeiras						
Participações financeira- Entidades societárias	1 946 810	0	0	0	0	1 946 810
Participações financeira - Não societárias	2 425 172	0	0	0	0	2 425 172
<b>Ativos financeiros mensurados ao Método de equivalência patrimonial (MEP)</b>						
Participações financeiras	36 162 692	0	0	0	-30 892	36 405 408
<b>TOTAL</b>	<b>188 834 774</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-507 836</b>	<b>-397 304 652</b>	<b>188 746 372</b>

Un:Euro

Como as diferenças entre o custo amortizado e o valor nominal não têm qualquer materialidade, optou-se por proceder ao registo das operações ao valor nominal (i.e. ao custo histórico), considerando a análise custo-benefício que deve estar subjacente à preparação das demonstrações financeiras.

Os Passivos financeiros estão relacionados essencialmente com financiamentos obtidos e outras contas a pagar, encontrando-se detalhados nos quadros seguintes:

**Quadro 18.2 - Passivos financeiros**

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outras	
<b>Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados</b>								
Passivos financeiros detidos para venda	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>								
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0	0	0	17 056 679	0	0	-17 056 679	0
Fornecedores	387 473	0	0	72 467 385	0	0	-72 522 008	332 850
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	4 300 051	0	0	-4 300 051	0
Estado e outros entes públicos	3 960	0	0	6 463 850	0	0	-6 314 751	153 059
Financiamentos obtidos	6 002 023	0	0	0	-2 237 818	0	0	3 764 206
Fornecedores de investimentos	109 361	0	0	115 398 430	0	0	-115 415 244	92 547
Outras contas a pagar	13 276 388	0	0	77 988 466	0	0	-77 791 322	13 473 533
Diferimentos	29 912 290	0	0	16 364 367	0	0	-6 228 612	40 048 045
Outros ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>49 691 495</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>310 039 229</b>	<b>-2 237 818</b>	<b>0</b>	<b>-299 628 668</b>	<b>57 864 239</b>

Un:Euro

**Quadro 18.3 - Investimentos Financeiros**

Rubricas	Fração do capital detido à data do relato	Quantia escriturada final
<b>Participações financeiras contabilizadas ao custo amortizado</b>		
<b>Participações financeiras - Societárias</b>		
COOPERZOO - Cooperativa Zoológica da Maia, CRL <sup>(1)</sup>	13,33%	0
Metro do Porto	0,00%	5
Águas do Norte, S.A.	1,24%	1 380 000
Águas Douro e Paiva	2,71%	566 805
		<b>1 946 810</b>
<b>Participações financeiras - Não societárias</b>		
FAM - Fundo de Apoio Municipal	0,46%	1 922 337
Área Metropolitana do Porto	5,58%	19 917
Lipor	10,48%	19 378
Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis	1,98%	2 266
Associação Parque Ciências e Tecnologia Porto	2,95%	10 000
Associação Nacional de Municípios	0,39%	4 340
AdEPORTO - Agência de Energia do Porto	7,08%	15 125
Litoral Rural	16,67%	10 000
Turismo Porto e Norte de Portugal, E.R.	1,16%	1 500
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	4,50%	15 000
Associação Internacional das Cidades Educadoras	0,20%	715
Corredor do Rio Leça, Associação de Municípios	25,00%	30 000
Fundação da Juventude	1,34%	24 940
Fundação do Desporto	4,09%	149 639
Fundação Serralves	0,44%	100 000
Fundação Casa da Música	1,52%	100 000
Portucalea - Associação Floresta do Grande Porto	0,20%	15
		<b>2 425 172</b>
<b>Participações financeiras - MEP</b>		
Empresa Municipal de Estacionamento	100%	585 530
Maiambiente, Empresa Municipal de Ambiente	100%	3 829 157
Espaço Municipal - Ren. Urbana e Gestão Património	100%	16 234 225
Fundação Conservatório de Música da Maia	100%	0
Tecmaia - Parque da Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. <sup>(1)</sup>	51%	0
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	1,834%	62 738
STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	9,61%	15 693 758
		<b>36 405 408</b>
<b>Outros investimentos financeiros ao justo valor</b>		
Instituto de Gestão do Crédito Público	-	2 947
<b>Total dos Investimentos Financeiros</b>		<b>40 780 337</b>

Un:Euro

<sup>(1)</sup>Entidade que se encontra em processo de dissolução e liquidação

O valor de Investimentos Financeiros, é de 40.780.337 €, sendo maioritariamente formado pelas entidades que compõe o perímetro de consolidação, que representam 89% deste valor, no montante de 36.405.408 €.

## 2.5.19 NOTA 19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados incluem i) benefícios de curto-prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social, entre outros, ii) benefícios pós-emprego, tais como pensões, iii) outros benefícios de longo-prazo, tais como licenças por serviço prolongado e benefícios por incapacidade prolongada, e iv) benefícios de cessação de emprego. Destes, os benefícios que têm relevância no Município da Maia estão associados a benefícios de curto-prazo (i).

No quadro seguinte encontram-se vertidos os benefícios de curto-prazo (gastos com pessoal) do 2025:

**Quadro 19.1 - Gastos reconhecidos no período**

Descrição	Conta da DR	Valor a 31/12/2025
<b>Custo de serviço corrente</b>		
Remunerações dos órgãos autárquicos	63.0	396 424
Remunerações ao pessoal	63.2	27 473 615
Indemnizações	63.4	81 777
Encargos sobre remunerações	63.5	6 318 426
Acidentes de trabalho	63.6	427 273
Outros gastos com o pessoal	63.8	38 304
Outros encargos sociais	63.9	691 319
<b>TOTAL</b>		<b>35 427 138</b>

Un: Euro

Enquanto não é efetuado o pagamento definitivo das pensões, pela Caixa Geral de Aposentações, os antigos funcionários, que se aposentaram em 2025, receberam por parte do Município da Maia, o montante de 45.761 €, e que se encontra registado na rubrica de Outros Encargos Sociais.

As remunerações das pessoas chave da gestão são apresentadas na Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas, por se tratar de partes relacionadas no enquadramento normativo.

## 2.5.20 NOTA 20 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum. No quadro 20.1 incluem-se as entidades integradoras do perímetro de consolidação do Grupo Municipal

(conjugando-se assim o que dispõe a este respeito o SNC-AP, com o que refere a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), no quadro 20.2 e 20.3 apresentam-se as transações entre partes relacionadas e no quadro 20.4 as remunerações das pessoas chave da gestão.

**Quadro 20.1 - Listagem de entidades controladas**

Designação	Sede	%Controlo	
		Direto	Indireto
Empresa Metropolitana de estacionamento da Maia, E.M.	Praça do Doutor José Vieira de Carvalho Torre Lidador, Piso 14.º 4470-202 Maia	100%	
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Rua 5 de Outubro, 359 Milheirós 4475-302 Maia	100%	
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Rua Dr.º Carlos Felgueiras, 181 4470-157 Maia	100%	
Fundação Conservatório Música da Maia	Rua João Maia - Quinta da Gruta Santa Maria de Avioso 4475-643 Maia	100%	
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. E.M. - Em Liquidação	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira da Maia	51%	
Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A	Taguspark, Edifício Ciência II, n.º 11, 3º B, 2740-120 Porto Salvo	1,834%	
STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Av. Fernão de Magalhães, 1862, 13º 4350-158 Porto	9,61%	
Seviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento da Maia	Rua Dr.º Carlos Felgueiras Apartado 1010 4471-909 Maia		a)

(a) Dotados de autonomia administrativa, financeira e património próprio

**Quadro 20.2 - Transações entre partes relacionadas - Recorrentes**

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período <sup>(1)</sup>
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
Empresa Metropolitana de estacionamento da Maia, E.M.	Entidade controlada	Participação nos gastos do Município	286 179	2,61%	0
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Entidade controlada	Rendas de propriedades de investimento	104 274	3,42%	8 884
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Entidade controlada	Taxas, multas e outras penalidades	4	0,00%	0
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Entidade controlada	Subsídios correntes concedidos - limpeza urbana e resíduos sólidos	3 732 326	61,48%	0
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Entidade controlada	Rendas pagas em propriedades de investimento	60 972	5,39%	0
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Entidade controlada	Contrato-Programa - Apoio à exploração	1 530 000	25,20%	0
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Entidade controlada	Prestações de serviços	552	0,01%	0
Fundação Conservatório Música da Maia	Entidade controlada	Aquisição de serviços especializados <sup>(2)</sup>	233 823	2,66%	0
STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Empresa participada	Contratos de serviço público <sup>(3)</sup>	1 351 013	100,00%	0
Seviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento da Maia	Entidade controlada <sup>(2)</sup>	Impostos, contribuições e taxas	821 719	12,17%	0
Seviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento da Maia	Entidade controlada <sup>(2)</sup>	Aquisição de fornecimento e serviços externos - Água <sup>(3)</sup>	813 331	100,00%	0
		<b>TOTAL</b>	<b>8 934 192</b>		<b>8 884</b>

UnEuro

<sup>(1)</sup>Saldo referentes a transações do período

<sup>(2)</sup>Dotados de autonomia administrativa, financeira e património próprio

<sup>(3)</sup>Valores com IVA incluído à taxa legal em vigor

**Quadro 20.3 - Transações entre partes relacionadas - Não recorrentes**

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Entidade controlada	Aquisição de ativos fixos tangíveis (1º direito)	26 387 789	49,55%	0
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Entidade controlada	Aquisição de ativos fixos tangíveis (1º direito)	2 522	0,00%	0
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Entidade controlada	Aquisição de serviços especializados (1º direito)	1 126	0,65%	0
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Entidade controlada	Aquisição de outros serviços (1º direito)	2 399	0,03%	0
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Entidade controlada	Aquisição de ativos fixos tangíveis - Contrato-programa Sendal	239 183	0,45%	0
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Entidade controlada	Aquisição de ativos fixos tangíveis - Contrato-programa Parque Avioso	199 200	0,37%	27 532
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Entidade controlada	Suporte da tarifa social	119 091	1,96%	0
<b>TOTAL</b>			<b>26 951 309</b>		<b>27 532</b>

Un:Euro

**Quadro 20.4 - Remunerações das Pessoas chaves de gestão**

Designação dos membros	Funções	Tipo	Valor anual bruto atribuído
<b>Em regime de permanência <sup>(1)</sup></b>			
António Domingos Silva Tiago	Presidente	Remuneração	74 856
Emília de Fátima Moreira dos Santos	Vereadora	Remuneração	56 548
Mário Nuno Alves Sousa Neves	Vereador	Remuneração	56 540
Marta Moreira de Sá Peneda	Vereadora	Remuneração	56 306
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro	Vereador	Remuneração	57 133
Susana Maria Pereira Junqueira Pacheco Neto	Vereadora	Remuneração	26 334
Paulo Fernando Sousa Ramalho <sup>(2)</sup>	Vereador	Remuneração	1 807
<b>Restantes vereadores</b>			
Paulo Sérgio Feranandes da Rocha	Vereador	Senhas de presença e deslocações	3 998
Adelina Fernanda Magalhães Rodrigues	Vereadora	Senhas de presença e deslocações	782
Helena Alexandra Guimarães Ferreira	Vereadora	Senhas de presença e deslocações	981
André Pedro Almeida	Vereador	Senhas de presença e deslocações	837
José Manuel Pereira Ribeiro	Vereador	Senhas de presença e deslocações	678
José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho <sup>(3)</sup>	Vereador	Senhas de presença e deslocações	3 236
António Manuel Leite Ramalho <sup>(3)</sup>	Vereador	Senhas de presença e deslocações	2 909
Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras <sup>(3)</sup>	Vereadora	Senhas de presença e deslocações	1 952
António José Ferreira Peixoto <sup>(3)</sup>	Vereador	Senhas de presença e deslocações	2 781

Un.: Euros

<sup>(1)</sup> Estão incluídas as despesas de representação e ajudas de custo

<sup>(2)</sup> Vereador terminou o mandato a partir de 14 de janeiro 2025

<sup>(3)</sup> Vereadores cujo mandato terminou a 29/10/2025

Nota: incluí os acréscimos efetuados em 31/12/2025

## 2.5.21 NOTA 21 – RELATO POR SEGMENTOS

Conforme disposto na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, a Entidade deverá divulgar, nesta Nota 21, entre outra informação, para cada um dos segmentos, os Rendimentos e os Gastos bem como a quantia escriturada total dos Ativos e dos Passivos. Informação a ser preparada de acordo com o disposto na NCP 25 – Relato por Segmentos.

Apesar das Autarquias Locais poderem desenvolver um conjunto de atividades distintas, mas todas interligadas, fazendo parte das suas funções e localizadas dentro da mesma área geográfica, atento o definido na FAQ 53 da CNC-AP, é entendimento do Órgão Executivo que, tendo presente todos os factos e circunstâncias relevantes, não se aplicará a NCP 25 às Demonstrações Financeiras apresentadas, não estando em causa os objetivos previstos no nº 1 da referida NCP, entre os quais a compreensão, pelos utilizadores, do desempenho passado, a identificação dos recursos disponibilizados para suportar as atividades, e a transparência do relato financeiro ao nível do cumprimento das obrigações de prestação de contas.

#### **2.5.22 NOTA 22 – INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES**

Ver Nota 18, Quadro 18.3.

#### **2.5.23 NOTA 23 – OUTRAS DIVULGAÇÕES– NÃO**





# DEMONSTRAÇÕES DE RELATO ORÇAMENTAL



### **3.1 DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL**

(páginas 4 a 5 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

### **3.2 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA**

(páginas 6 a 11 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

### **3.3 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA**

(páginas 12 a 17 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

### **3.4 DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PPI**

(páginas 18 a 48 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

### **3.5 DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PAM**

(páginas 49 a 100 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)





# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS



### **3.6.1 ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA**

(páginas 102 a 107 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

### **3.6.2 ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA**

(páginas 108 a 133 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

### **3.6.3 ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO (PPI)**

(páginas 134 a 157 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

### **3.6.4 ALTERAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES MAIS RELEVANTES (PAM)**

(páginas 158 a 191 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

### **3.6.5 OPERAÇÕES DE TESOURARIA**

(página 192 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

### **3.6.6 CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA**

#### **3.6.6.1 SITUAÇÃO DOS CONTRATOS**

(páginas 193 a 214 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

#### **3.6.6.2 ADJUDICAÇÃO POR TIPO DE PROCEDIMENTO**

(página 215 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

### **3.6.7 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS**

#### **3.6.7.1 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – DESPESA**

(páginas 216 a 421 do volume autônomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

#### **3.6.7.2 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – RECEITA**

(páginas 422 a 481 do volume autônomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

### **3.6.8 OUTRAS DIVULGAÇÕES**

#### **3.6.8.1 DÍVIDA A TERCEIROS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS**

(página 482 do volume autônomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

#### **3.6.8.2 RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA**

(páginas 483 a 491 do volume autônomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

#### **3.6.8.3 SÍNTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS**

(páginas 492 e 493 do volume autônomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

#### **3.6.8.4 MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO**

##### **3.6.8.4.1 MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO DE NATUREZA ATIVA**

(página 493 do volume autônomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

##### **3.6.8.4.2 MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO DE NATUREZA PASSIVA**

(páginas 493 a 494 do volume autônomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

**3.6.8.5 DECLARAÇÕES EXIGIDAS PELO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO (LCPA)**

**3.6.8.5.1 DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**

(páginas 497 a 498 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

**3.6.8.5.2 DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO**

(página 498 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

**3.6.8.5.3 DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO**

(páginas 499 a 550 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)





**PARTE IV**

**CERTIFICAÇÃO**

**LEGAL DAS CONTAS**

**INDIVIDUAIS**



## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

#### Opinião

Auditámos as Demonstrações Financeiras anexas da **Município da Maia** (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 570.384.410 euros e um total de Património Líquido de 509.497.676 euros, incluindo um Resultado Líquido do período de 24.209.544 euros), a Demonstração de Resultados por Natureza, a Demonstração das Alterações no Património Líquido, a Demonstração de Fluxos de Caixa, relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às Demonstrações Financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do **Município da Maia** em 31 de Dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

#### Bases para a Opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "*Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras*" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa Opinião.

#### Ênfases

- i) Conforme referido na Nota 15 do Anexo às Demonstrações Financeiras, existem *Activos Contingentes e Passivos Contingentes* que poderão vir a materializar-se nos exercícios futuros, os quais, dada a sua natureza e incerteza quanto à efectiva concretização, foram apenas objecto de divulgação. Entre estes, assume destaque a questão associada ao contrato de concessão de distribuição de energia eléctrica de baixa tensão celebrado com a *E-Redes, S.A.*, relativamente ao qual, conforme referido na Orientação Técnica nº I da CNC, não se encontram preenchidos os critérios para reconhecimento de todos os ativos e passivos associados ao abrigo da *NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente*; e

**Município da Maia**

- ii) Relativamente à questão associada à reversão das dívidas fiscais dos ex-administradores da participada em 51% denominada *TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (Em Liquidação)*, e pagas pelo Município, conforme referido no ponto 1.6.1 do Relatório de Gestão, encontram-se pendentes de recebimento cerca de 654.000 euros no final do Exercício de 2025 (em 2024 o valor ascendia a cerca de 1.057.200 euros).

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

**Outras Matérias**

- a) Os documentos de prestação de contas, com referência ao final do Exercício de 2025, dos *Serviços Municipalizados de Electricidade, Água e Saneamento*, organismo detido pelo Município e dotado de autonomia administrativa e financeira, evidenciam um *Activo* no montante de 74.460.868 euros e um *Património Líquido* de 60.927.428 euros, incluindo um *Resultado Líquido do Período* de 2.136.488 euros. Estes Serviços não se encontram evidenciados contabilisticamente nas contas individuais do Município da Maia, integrando as contas consolidadas nos termos legalmente previstos.

A *Certificação das Contas* desta Entidade contem uma ênfase relacionada com um trabalho de valoração, identificação e etiquetagem de bens por entidade externa, do qual resultou um valor de reposição estimado significativamente superior ao registado nas Demonstrações Financeiras. Atento o definido nas Normas de Contabilidade Pública do *SNC-AP* quanto à mensuração subsequente dos bens, ao facto de ainda se encontrar em curso o trabalho de conciliação entre os valores históricos e os valores apurados na dita avaliação, que se espera estar concluído até final do ano de 2026, e de qualquer alteração carecer de regulamentação habilitante para o efeito, esta matéria foi apenas objecto de divulgação e não de relevação contabilística;

- b) Quanto à participada *TECMAIA, S.A., E.M. (Em Liquidação)*, relativamente à qual se encontra reconhecida uma provisão nas contas do Município da Maia no montante aproximado de 2.577.000 euros para fazer face às eventuais perdas daqui resultantes, mantêm-se globalmente sem alteração as considerações transitadas do passado, extraídas dos Relatórios emitidos em 24-05-2021 pelo Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único em funções a essa data. Considerações essas que devem ser tidas em atenção, com especial relevância para as associadas ao prazo e plano de liquidação da Entidade. Consideramos ainda relevante as matérias constantes do Relatório de Liquidação 2025 preparado pela Comissão Liquidatária; e
- c) As Demonstrações Financeiras apresentadas relacionam-se com a actividade do Município a nível individual, tendo sido preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Pese o facto de os *Investimentos Financeiros* terem sido registados pelo *Método da Equivalência Patrimonial*, estas Demonstrações Financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível dos *Activos, Passivos, Rendimentos e Gastos* totais, o que será efectuado em Demonstrações Financeiras Consolidadas.

**Município da Maia**

**f Responsabilidades do Órgão de Gestão pelas Demonstrações Financeiras**

O Órgão de Gestão é responsável pela:

- preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de Demonstrações Financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

**Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as Demonstrações Financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas Demonstrações Financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das Demonstrações Financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material

## **Município da Maia**

relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas Demonstrações Financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das Demonstrações Financeiras, incluindo as divulgações, e se essas Demonstrações Financeiras representam as transacções e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os Encarregados da Governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as Demonstrações Financeiras.

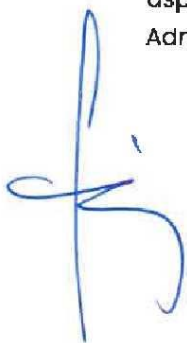
## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre as Demonstrações Orçamentais**

Auditámos as Demonstrações Orçamentais anexas da Entidade que compreendem a Demonstração do Desempenho Orçamental, a Demonstração da Execução Orçamental da Receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 223.469.654 euros e que inclui 78.384.427 euros de saldo de Gerência anterior), a Demonstração da Execução Orçamental da Despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 147.130.830 euros) e a Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

O Órgão de Gestão é responsável pela preparação e aprovação das Demonstrações Orçamentais no âmbito da prestação de contas da Entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na *Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 - Contabilidade e Relato Orçamental*, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com a *NCP 26* do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



**Município da Maia**

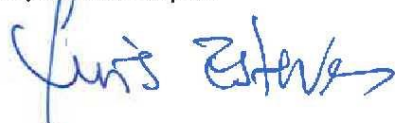
**Sobre o Relatório de Gestão**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, excepto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares em vigor e a informação nele constante é coerente com as Demonstrações Financeiras e as Demonstrações Orçamentais auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Conforme referido no ponto 1.8 do Relatório de Gestão, a Entidade encontra-se a terminar a fase de implementação do modelo de contabilidade de gestão nos termos previstos na *NCP 27 – Contabilidade de Gestão*, razão pela qual não foi ainda incluída a totalidade das divulgações previstas, situação que o Órgão Executivo prevê que esteja ultrapassada no próximo exercício.

Maia, 16 de Abril de 2026

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.  
Representada por:



Luís Manuel Moura Esteves, ROC n.º 944  
(Registo na CMVM n.º 20160561)





**MAIA**

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA